

IEDA GUTFREIND

Banco de Depoimentos de Escritores/historiadores: Concepção e Escrita da História Sul-Rio-Grandense



IEDA GUTFREIND

BANCO DE DEPOIMENTOS DE
ESCRITORES/HISTORIADORES: CONCEPÇÃO E
ESCRITA DA HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE

Porto Alegre

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

2019

Autor: Ieda Gutfreind

Organizador: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Composição de Fabricio Souza

G983b Gutfreind, Ieda
Banco de depoimentos de escritores/historiadores: concepção e escrita da história sul-rio-grandense [recurso eletrônico] / Ieda Gutfreind. – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2019.

Modo de acesso:

<http://ihgrgs.org.br/#ebooks>

ISBN: 978-85-62943-17-1

1. História. 2. Historiografia. 3. História oral : Depoimentos : Rio Grande do Sul. 4. Historiadores : Escritores : Rio Grande do Sul. 5. História : Porto Alegre. 6. Intelectuais Sul-rio-grandenses. I. Gutfreind, Ieda. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 930

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

APRESENTAÇÃO

O estudo, Banco de Depoimentos de Escritores/Historiadores: Concepção e Escrita da História Sul-Rio Grandense, está inserido em minha trajetória profissional. O vejo como continuidade, especialmente, do momento vivido com minha tese de doutorado. Vejamos: nos anos de 1980 dediquei-me à historiografia do Rio Grande do Sul, que resultou na tese: A construção de uma identidade: a historiografia rio-grandense de 1925 a 1975. Publicada pela Editora da UFRGS, com o título A Historiografia Rio-Grandense (2ª edição, 1998). Na pesquisa, identifiquei um grupo de historiadores que reconheciam e justificavam a presença de uma matriz lusitana em seus escritos sobre a História Sul-Rio-Grandense; outros, defendiam uma aproximação com os platinos/castelhanos, considerando que certos períodos da história gaúcha teriam sido marcadamente platinos e eram parte de sua história. Com esse conhecimento, através da análise da produção histórica sobre o Rio Grande do Sul, busquei dar continuidade aos estudos sobre tais matrizes – lusitana e platina – inquirindo um grupo de escritores/historiadores deste Estado, pertencentes a instituições, sejam de cunho histórico e/ou literário.

Com essa nomeação, escritores/historiadores, distendo a percepção de historiador, na qual não há a exigência de uma formação acadêmica em História mas, sim, que tenham se dedicado a pesquisar e a produzir estudos sobre o passado do Rio Grande do Sul e que sejam reconhecidos por seus pares. Nesta perspectiva, elenquei uma ampla gama de pesquisadores dedicados à História sulina. A grande maioria deles não possui formação acadêmica em História, muitos são autodidatas, alguns possuem nível de escolaridade primária e outros são oriundos de fora do campo da História: seja jornalista, literato, advogado, médico, arquiteto, militar, comerciante... Com formação em História, destacam-se Sérgio da Costa Franco e Décio Freitas.

Qual o meu ponto de inflexão? A produção, os produtos que deixaram, seus estudos, suas pesquisas, suas participações em associações e em instituições, suas presenças em congressos e em eventos de conotação histórica; vejo-os, sim, como escritores/historiadores.

Para alcançar minhas propostas elaborei o seguinte roteiro, sob a forma de questões:

- Como o senhor caracterizaria o clima dominante entre os pesquisadores da História Sul Rio-Grandense? Havia/há comunhão de interesses? Grupos divergentes? Como eram, ou são as relações entre si? Quais seus companheiros mais próximos? O senhor compõe algum grupo?

- Que motivos o levaram a se interessar pela pesquisa histórica, em especial a sulina?

- Quais os assuntos que mais lhe interessam (ou interessaram)? Por quê?

- Como o senhor caracterizaria o seu método de trabalho? Desenvolve um estudo solitário? Tem ou teve auxiliares?

- Como o senhor realiza a coleta e a organização de seu material documental? Quais os locais que o senhor considera mais valiosos em relação à documentação sobre História do Rio Grande do Sul? Em geral e/ou por temas?

- Os momentos de busca das fontes, dados e o da redação se sucedem ou se sobrepõem em seu trabalho?

- Das obras históricas do Rio Grande do Sul, o senhor tem preferência por alguma? Por quê? Qual ou quais delas lhe trouxeram mais satisfação? E maiores dificuldades? Por quê? A que atividade se dedica atualmente?

- Qual a sua impressão sobre a pesquisa que é feita atualmente sobre a história sulina?

- Como o senhor avaliaria a tarefa ou o trabalho do historiador/pesquisador?

- Como o cidadão (nome do entrevistado)... vê o historiador/pesquisador (nome do entrevistado)?

Portanto, eu continuava focada na construção da História sul-rio-grandense, dialogando com seus produtores; só que, antes de suas produções, como foi a minha análise na tese, neste trabalho, através da oralidade, busquei ouvir o que um grupo escritores/historiadores podia me informar sobre as questões acima colocadas.

Lendo cada depoimento transcrito, observa-se que alguns depoentes não seguiram as questões que lhes foram sugeridas. Traçaram seus próprios caminhos, discorreram sobre assuntos de seus interesses mas, a maioria, se manteve nas sugestões oferecidas. Para o propósito do estudo, considero que tal fato não resultou em prejuízo. Pelo contrário, inclusive, enriqueceu.

O estudo teve momentos distintos: o primeiro deles foi entre 1989 a 1992 e ocorreu quando ainda da minha vinculação ao Departamento de História da UFRGS. Neste período, foi criado o Núcleo de Pesquisa em História/NPH, vinculado a este Departamento. Nesta ocasião, um grupo de professores elaborou um amplo projeto centrado na História Oral, intitulado Banco de Depoimentos, inserido no também recém criado Laboratório de História Oral/LHO, um espaço para pesquisas. O LHO foi dividido em duas grandes linhas de pesquisa: linha A) Acervo de Depoimentos de Historiadores Gaúchos e linha B) Acervo de Depoimentos de Operários Gaúchos.

Decorrendo das criações acima – LHO e NPH – elaborei o projeto sobre depoimentos de historiadores gaúchos; teorizei a escolha das fontes orais, realizei o levantamento de possíveis depoentes, iniciei os contatos e demais necessidades que orientam o pesquisador a respeitar e a entender a relação com o Outro. Aos que propus meu estudo houve receptividade nos contatos estabelecidos. Após conversações, com alguns mais de uma vez agendamos a data do encontro. A lista de depoentes encontrava-se em aberto e os entrevistados foram sugerindo outros nomes.

Aposentei-me na UFRGS, em 1992, onde deixei os depoimentos originais que coletei. Reingresso na vida acadêmica na Unisinos, em 1993, significou um novo momento e, obviamente, um redirecionamento profissional.

A mudança de universidade considero o segundo momento deste estudo. Cumprindo novas exigências, outra filosofia de trabalho, o Banco de Depoimentos original secundarizou-se face aos novos compromissos assumidos na nova instituição.

Na Unisinos, com colegas do curso de graduação e de pós-graduação em História, criamos o Núcleo de Estudos e de Integração de Pesquisas em História Oral/NEIPHO. O Núcleo permitiu-me a ampliação do projeto do Banco de Depoimentos... já iniciado na UFRGS Na nova instituição elenquei escritores/historiadores voltados para a imigração e a colonização alemã, influenciada pelo ambiente no qual eu estava inserida. O processo reiniciou-se: teorização, metodologia, contatos, esclarecimentos, agendamentos... Neste novo ambiente, questioneei porquê privilegiar apenas esta etnia, quando o Rio Grande do Sul é o resultado da ocupação e do desenvolvimento de múltiplos grupos étnicos. Ampliei o projeto, inserindo, paralelamente, a imigração alemã, a italiana e a judaica. Das duas primeiras etnias coletei depoimentos e da judaica, ainda na Unisinos, publiquei em 2004, A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história, em grande parte baseada em fontes orais, do acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall/ICJMC.

Com minha saída da Unisinos em 2005, continuei minhas atividades no ICJMC, resultando na publicação dos livros *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história*, em 2004 e *Comunidades Judaicas no Interior do RS: Santa Maria*, em 2010. Mantendo o mesmo título geral, *Comunidades Judaicas no Interior do RS*, publiquei, em 2014 o volume sobre as comunidades judaicas de Passo Fundo e de Erechim. Agreguei à *História Sul-Rio-Grandense* uma etnia que era conhecida, basicamente, através da memória e de histórias de vida de seus componentes. Nestas três publicações, depoimentos orais foram de extrema valia, aos quais acoplei pesquisas documentais.

O Banco de Depoimentos original, estava sempre presente e me permitia antever, à medida que novas entrevistas ocorriam, que os escritores/historiadores já apresentavam um quadro no qual se distribuíam a partir de temáticas comuns. Exemplificando: os voltados para histórias municipais e de fronteira – Ivo Caggiani e Osório Santana de Figueiredo – formavam um veio; os que se dedicavam a assuntos militares – Hélio Moro Mariante/Brigada Militar e Cláudio Moreira Bento/Exército Brasileiro, outro; o grupo dos interessados na temática da imigração alemã constituía-se de Telmo Müller, Germano Möehlecke e Carlos de Souza Moraes, outro grupo, o da imigração italiana, formado por Frei Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni. O grupo que se dedicava a escrever a *História do Rio Grande do Sul*, com complementações, ou o que seja – Paulo Xavier, Francisco Riopardense de Macedo, Moacyr Domingues e Carlos Reverbel, além de figuras representativas da historiografia gaúcha que diria clássica – Guilhermino César e Dante de Laytano, ainda comporia outro grupo, distendido com os de titulação acadêmica em *História*, Sérgio da Costa Franco e Décio Freitas.

Fiz várias tentativas para publicar o Banco de Depoimentos..., a falta de uma instituição acadêmica, o alto custo da edição foram entraves. Como os entrevistados colocaram em suas falas, também passei pela dificuldade da publicação do material coletado.

O Banco de Depoimentos... foi um projeto que se desenvolveu por um período longo e transitou por duas Universidades UFRGS e Unisinos, que teve a colaboração de alunos e, inclusive, de funcionários, como foi o caso de Márcia Lewis e o de Francisco Carvalho Júnior que, nos inícios do Projeto, desenvolviam atividades no Núcleo de Pesquisa em História/NPH – UFRGS. Outros colaboradores, como Elaine Rosa Garcia, aluna do curso de História da UFRGS, participaram deste período inicial. Certamente, alguns outros nomes não me vêm à memória... Na Unisinos, de forma intermitente, alunos do curso de História também colaboraram. Destaco, Alessandro Bracht, então aluno, que se dedicou ao estudo sobre Décio Freitas a partir de seus depoimentos. Na fase final, tive a colaboração de João Felipe Reichenbach e a de Anielly Tedesco, alunos do curso de História da PUCRS.

O processo de edição do Banco de Depoimentos... demandou cuidados especiais. Esforcei-me em manter o relato dos depoentes o mais próximo possível de suas falas, realizei transcrições e não transcrições. A vários depoentes foi entregue a transcrição. Alguns, assinaram a carta de cessão quando da realização do depoimento. Muitos fizeram acréscimos, outros solicitaram cortes, uns foram exigentes realizando múltiplas mudanças. Houve caso de familiar, já na ausência do depoente, que solicitou a exclusão de algumas falas, assim como ocorreram correções de datas.

No transcurso das entrevistas devem ter ocorrido intromissões pessoais... Esta observação é relevante na prática da oralidade. O roteiro de perguntas foi um fator a ser monitorado permanentemente...

Quando da entrevista com alguns deles, datas, nomes, locais, acontecimentos, por exemplo, foram modificados no próprio momento, pelos depoentes. No entanto, outros lapsos de memória podem constar nestas narrativas. Os depoimentos aqui estão como fontes históricas e, como tal, devem passar por parte dos que vão estudá-las por análises, críticas e, porque não, correções.

Muitas décadas já se passaram, muitas discussões, muitas escolas se posicionaram mas, não resta dúvida, o uso do documento oral atualmente é reconhecido e valorizado. Silêncios quando dos depoimentos, correções de afirmativas logo reorientadas, incorreções geográficas, enganos temporais e, inclusive, confusões com nomes de pessoas, fazem parte da complexidade embutida na fonte oral. Ao pesquisador cabe torná-la em algo racional. O uso do documento que se expressa pela oralidade, agora faz parte do cotidiano do pesquisador, sendo reconhecido, como uma fonte que necessita o trabalho de comparação, verificação, fidedignidade, como qualquer outra fonte utilizada em pesquisa. Quando o pesquisador volta-se para o documento oral, presume que sua percepção deste documento esteja formada e firmada. No caso do Banco de Depoimentos... limitei-me, repito, à maior aproximação da fala de cada um dos entrevistados, procurei não intervir em sua exposição; o elenco das questões que lhes foram oferecidas, era suficientemente claro, para que o depoente expusesse seu ponto de vista, mas também lhes foi dada liberdade para seguir outro rumo caso desejassem em sua exposição. Os depoimentos/documentos são valiosos e especiais: transitaram da fala à escrita. No entanto, em seu conjunto, estão locados em um mesmo nicho/espço, a História. Avalio que estas narrativas serão de grande utilidade para estudiosos que se distribuem na área das Ciências Humanas. Com essa afirmação, justifico o título dado ao estudo que é: Banco de Depoimentos de Escritores/Historiadores: Concepção e Escrita da História Sul-Rio Grandense.

O oferecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/IHGRS para a publicação do resultado da pesquisa em um e-book permitirá que este material alcance um público mais amplo pois, até então, o material da primeira etapa dos depoimentos encontrava-se no NPH/UFRGS e a que teve continuidade na Unisinos, no NEIPHO. Por esta oportunidade, agradeço ao IHGRS representado pelo seu presidente, Miguel Frederico do Espírito Santo e um especial muito obrigada à colega Véra Lucia Maciel Barroso por sua cuidadosa revisão do trabalho.

O resultado das entrevistas com os escritores/historiadores, obedece a seguinte formatação: Comentário sobre o contexto das entrevistas e dos entrevistados; A) sua biografia; B) a relação bibliográfica resumida dos depoentes; C) o depoimento de cada um deles. No final de cada depoimento consta a data da sua realização.

Os depoimentos estão apresentados na ordem temporal em que foram realizados. Neste processo, procurei manter a estrutura do pensamento do autor. Nas transcrições, a linguagem coloquial tornou-se linguagem escrita, obedecendo as regras gramaticais. Como em estudos anteriores aprendi e me senti enriquecida com este trabalho.

Texto apresentado no IHGRS, em 6 de agosto de 2019, ocasião do lançamento do e-book Banco de Depoimentos de Escritores/Historiadores: Concepção e Escrita da História Sul-Rio Grandense, quando da comemoração dos 99 anos da referida Instituição.

Comentário do Contexto das Entrevistas e dos Entrevistados

* O depoimento do professor Guilhermino César inaugurou o Banco de... Na ocasião, me acompanharam Francisco Carvalho Júnior e Márcia Lewis, que desenvolviam atividades no NPH/LHO. Fomos recebidos pelo professor Guilhermino e, à porta de sua residência, antes de iniciarmos o diálogo, fomos surpreendidos por uma pergunta sobre o vulto da História gaúcha, José Marcelino de Figueiredo. Entendemos que o nosso conhecimento estava sendo testado e, acredito, que passei no teste... O orgulho da sua biblioteca, seus pontos de vista, suas desavenças com colegas, sua já fragilidade física, especialmente a visual, nos mostraram uma pessoa com um conhecimento fantástico da história gaúcha e a sua grande paixão pela Literatura. Avaliando este primeiro encontro, consideramos a validade de um segundo contato, a fim de esclarecermos alguns pontos. Após, pouco mais de um ano, retornamos à sua residência, sua fragilidade física e visual tinha aumentado drasticamente e pouco recuperamos das nossas dúvidas. O professor Guilhermino solicitou que trechos de sua fala não constassem do depoimento escrito. Seu filho, Guilhermino Augusto, que nos concedeu a cessão do depoimento, informou que seu pai veio para o Rio Grande do Sul em 1943 e, não como disse, em 1936.

* O professor Dante de Laytano foi nosso segundo entrevistado. Francisco Carvalho Júnior e Márcia Lewis também participaram deste encontro. A espontaneidade e simpatia do professor Dante são marcas pessoais. Mostrou-se um homem feliz com suas escolhas ao longo da vida, suas realizações e, especialmente, com os novos campos de pesquisa que desenvolveu, abrindo os horizontes do conhecimento em História. Enfatizou que sua coragem em levar para a mídia a História, popularizando-a, deu-lhe muita satisfação.

* A imagem de Carlos Reverbel sentado em sua poltrona, tantas vezes visualizada em órgãos da imprensa, é sua marca. Foi jornalista, mas fez História, viveu a História e a lembrou longamente em seu depoimento. Percorreu uma grande etapa da história gaúcha, possuía extenso conhecimento de pessoas e de acontecimentos, acompanhou o desenrolar da política, aproveitando-se da sua área de trabalho, a imprensa. Autor de uma obra sobre Simões Lopes Neto, recuperou não apenas a pessoa e a sua obra, mas também a conjuntura histórica vivida. O mesmo ocorreu com pessoas de famílias ilustres como a de Assis Brasil. Seu depoimento é longo, permeado por histórias da história gaúcha.

* Francisco Riopardense de Macedo, sempre posicionou-se ideologicamente e selecionou seu campo de conhecimento em História, justificando-o a partir de sua ideologia. Rigoroso em suas análises, crítico em suas avaliações, aprofundou assuntos em História que lhes foram caros: a cidade de Porto Alegre e a Revolução Farroupilha. Sua percepção do documento em relação à História, mostra a maturidade do arquiteto como historiador. Não media esforços para localizar o documento e, de posse deste, se dedicava à fase da interpretação. Não era o documento que lhe trazia a resposta, mas sua teoria em análise e interpretação com a fonte.

* Hélio Moro Mariante teve duas grandes paixões: a História do Rio Grande do Sul e a História da Brigada Militar. Em torno destes dois eixos, ele realizou uma grande produção, na qual se destacam temas inusitados. Trouxe para a História, o folclore, as tradições e os aspectos cotidianos da vida gaúcha, como a história do couro e a medicina campeira; estes temas permitem avaliar o esforço e a dedicação com que desenvolveu seus estudos.

* Sérgio da Costa Franco manifestou, desde sempre, sua predileção pela História e, para satisfazer seu sentimento, mesmo exercendo atividade profissional na área jurídica, nunca abandonou a pesquisa de temas históricos. Seus primeiros trabalhos apresentam grande valor, mesmo que seu autor os considere com algumas fraquezas. Sua produção é imensa, e algumas de suas obras tornaram-se ícones do conhecimento histórico gaúcho. Mesmo selecionando apenas os assuntos históricos, sua produção na imprensa alcança alguns milhares de artigos e grande produção bibliográfica.

* Coronel Moacyr Domingues foi um apaixonado pela História e seletivo nos temas que escolheu para pesquisar. Reapresentou o episódio Mucker, desmistificando a interpretação do Padre Schupp e, com farta documentação, também reapresentou a Colônia do Sacramento, insistindo sempre que não era historiador. Mas o foi, assim como um bom administrador na direção do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul por longos anos.

* Osório Santana de Figueiredo, – seu nome apareceu nas falas de depoentes. Animada, viajei trezentos e vinte e oito quilômetros à cidade de São Gabriel e me encontrei com um autodidata, autopesquisador, autohistoriador... Até chegar a estes autos exerceu outras atividades ligadas à Campanha; figura extraordinária, cresceu por si mesmo. Tinha plena consciência de que seu entorno geográfico pululava de História e, ambicioso, agarrou todos aqueles ricos veios. Pesquisou e construiu a história de São Gabriel e os mais variados assuntos que giravam em torno de sua cidade. A recuperação da História de São Gabriel, de Osório Santana de Figueiredo, é bem mais ampla do que a área que abrange esta cidade da Campanha gaúcha, pois é a História da formação do Rio Grande do Sul;

* Décio Freitas deu dois depoimentos e repetiu alguns temas no segundo deles, enriquecendo suas informações. Relembrou sua vida pessoal, familiar e profissional, rica em experiências de infância e de juventude e entre uma quantidade imensa de temas, traçou histórias da imigração – italiana, alemã e a judaica. Historiou sua vida profissional e política, discorrendo, no mesmo patamar, ou até acima, sobre sua participação em acontecimentos da História do Brasil/Rio Grande do Sul, especialmente no período imediatamente anterior e posterior ao golpe militar de 1964. Partícipe da vida política, arguto crítico das transformações que ocorriam nas Ciências Sociais, colocou-as em prática em suas últimas obras.

* Paulo Xavier, como outros depoentes, iniciou-se na pesquisa em História movido por interesses familiares. O desejo de conhecer suas origens o levou a aprofundar-se em Genealogia e, esta, por sua vez, o conduziu à Sigilografia, à Heráldica e à Numismática, as denominadas ciências auxiliares da História, sobre as quais tornou-se um conhecedor de boa envergadura. Exigente na busca de respostas, esmiuçava documentos não apenas históricos, para balizar seus estudos.

* Ivo Caggiani levou-me a uma nova viagem de quatrocentos e noventa e cinco quilômetros e cheguei à Santana do Livramento. Estava na fronteira e conheci um fronteiro. Figura especial! Conhecedor e vivenciador do que seja viver numa área de

fronteira, significando trocas, influências, contradições, competitividades e, na mesma medida, similitudes e, porque não, complementaridades. Caggiani viveu a História de Livramento, sua cidade, participando, cotidianamente, do fenômeno da fronteira. Suas ideias e radicalizações pessoais/profissionais podem ser vistas como indicativos de uma vida fronteiriça.

* Germano Möehlecke, com seu depoimento me introduziu no campo temático da imigração alemã. Autodidata, aferrado às tradições germânicas, produziu artigos e livros nos quais procurava exaltar e preservar a germanidade. Voltado ao documento em si, exumou períodos da História de São Leopoldo e seu entorno. Sonhava em construir um museu e o realizou, garantindo a salvaguarda de objetos, livros e documentos afim de preservar a tradição alemã.

* Cláudio Moreira Bento foi um nome muitas vezes citado por colegas de ofício. Contatei-o. Seu depoimento difere dos demais pois ocorreu via Correio. Enviou farto material, currículo, artigos produzidos, cópias de capas de livros e as respostas dos itens solicitados. A recuperação que fez da história da sua cidade natal, Canguçu/RS, deixou-o feliz, pois a tirou do anonimato, tornando-a uma cidade com História. Como vários outros, localiza sua paixão pela História ainda na infância e a presença paterna entusiasmando-lhe para seguir este rumo. Voltado para assuntos militares, produziu dezenas de artigos e livros e também se envolveu ativamente na criação de grupos e associações, não apenas no campo militar.

* Telmo Lauro Müller significou a segunda investida na percepção, por parte de escritores/historiadores, da importância da imigração alemã para o Rio Grande do Sul. Simplicidade, amor à causa, são as marcas que Telmo Müller destaca. Germanófilo, preocupado que a sua herança desaparecesse, lutou bravamente para a criação de um museu voltado à imigração alemã e dedicou sua vida a ele. Criticava as mudanças que ocorriam na sociedade alemã e esforçava-se pela continuidade do viver alemão.

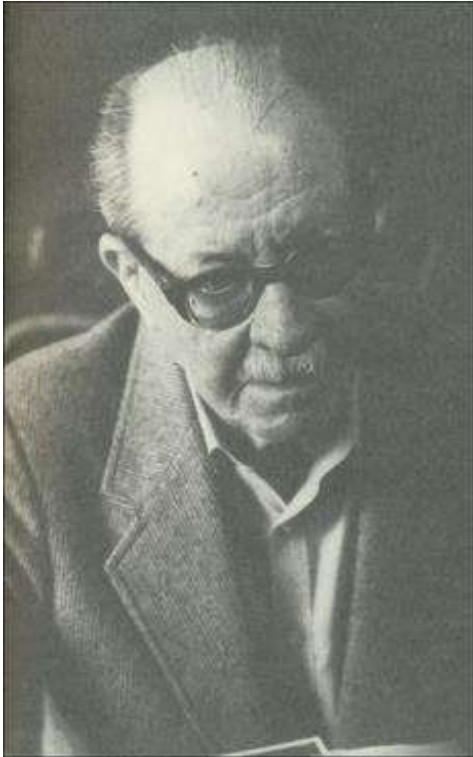
* Frei Rovílio e Luis Alberto De Boni representaram a presença dos imigrantes italianos. Frei Rovílio e o professor De Boni deram, em seus depoimentos, o que é ser um imigrante, em específico, italiano, e levantaram as relações entre os imigrantes italianos que se radicaram no Rio Grande do Sul com sua terra de origem. O problema da língua, o italiano falado na Itália, e o talian e outros dialetos, foi um tema bastante desenvolvido em suas falas.

* Carlos de Souza Moraes deu dois depoimentos; o segundo foi para satisfazer meu desejo de mais informações sobre a Sociedade Alberto Torres e sua presença e atuação na política de São Leopoldo, durante o Estado Novo, entre outros assuntos. Não era descendente de alemães, mas adotou a identidade desta etnia; longos anos vivendo em São Leopoldo transformou-o em um da terra. Dedicou-se a pesquisar e a produzir trabalhos sobre a presença dos alemães no Rio Grande do Sul, além de assuntos, os quais apresentavam ingerência de origem germânica.

SUMÁRIO

Guilhermino César	11-26
Dante de Laytano	27-37
Carlos Reverbel	38-60
Francisco Riopardense de Macedo.....	61-77
Hélio Moro Mariante.....	78-92
Sérgio da Costa Franco	93-98
Moacyr Domingues	99-109
Osório Santana de Figueiredo	110-131
Décio Freitas.....	132-159
Paulo Xavier	160-178
Ivo Caggiani.....	179-198
Germano Möehlecke	199-220
Cláudio Moreira Bento.....	221-245
Telmo Lauro Müller	246-260
Frei Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni	261-282
Carlos de Souza Moraes	283-296

GUILHERMINO CÉSAR



A) Dados Biográficos

Guilhermino César da Silva nasceu no município de Eugenópolis, Minas Gerais, no dia 15 de maio de 1908 e faleceu em Porto Alegre, no dia 7 de dezembro de 1993.

Fixou-se em Belo Horizonte, estabelecendo laços com escritores mineiros. Ingressou no curso de Direito, na Universidade de Minas Gerais, concluindo em 1932.

Tornou-se secretário do jornal A Tribuna e do jornal matutino O Diário, ambos da capital mineira. Em 1934, passou a exercer o cargo de oficial de gabinete de Gabriel Passos, titular da Secretaria do Interior do governo mineiro. Lecionou em escolas até o ano de 1943. Foi professor-fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Minas Gerais, onde lecionou Literatura Brasileira e História Moderna, sendo seu diretor entre 1941 e 1943.

Transferiu-se para Porto Alegre, no cargo de Chefe de Gabinete do então Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, com o qual já trabalhara no período em que Dornelles fora Chefe da Polícia, em Belo Horizonte. Assumiu, no Rio Grande do Sul, o cargo de Secretário da Fazenda do Estado. Em 1945 tornou-se Ministro do Tribunal de Contas do Estado.

Foi professor-fundador da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde lecionou Literatura Brasileira, História do Brasil e Estética; exerceu o magistério na então Faculdade de Economia e no Instituto de Letras, onde também foi diretor da Revista Organon e do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes, da UFRGS.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul desde 1949, foi seu presidente de 1950 a 1958, assumindo a vice-presidência de 1977 a 1986. Na Instituição, fez parte da Comissão Editorial da Revista e, em 1989, tornou-se sócio benemérito.

Foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico do Uruguai e fez parte da Academia Mineira de Letras.

Aposentou-se em 1978 como professor titular de Literatura Brasileira do Instituto de Letras da UFRGS. Dessa Universidade recebeu o título de Professor Emérito. O governo municipal de Porto Alegre outorgou-lhe o título de Cidadão Honorário, em 1968; foi Patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, em 1990, quando publicou sua última obra.

Do Estado gaúcho recebeu a Medalha Simões Lopes Neto e do Estado de Minas Gerais a Medalha da Inconfidência Mineira. O Exército Brasileiro condecorou-o com a Medalha do Pacificador e a França com a Legião de Honra no grau de oficial. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, onde lecionou por três anos.

No ano de 1999 foi criado, no Instituto de Letras da UFRGS, o Núcleo de Literatura Brasileira Guilhermino César.

B) Seleção Bibliográfica

CÉSAR, Guilhermino; PEIXOTO, Francisco Inácio. Meia-Pataca. Cataguases: Verde Editora, 1928.

CÉSAR, Guilhermino. Sul. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1939.

CÉSAR, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902). Porto Alegre: Globo, 1956.

CÉSAR, Guilhermino. O Embuçado do Erval. Mito e Poesia de Pedro Canga. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1968.

CÉSAR, Guilhermino. Qorpo-Santo: relações naturais e outras comédias, compilação, organização e estudo crítico. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1969.

CÉSAR, Guilhermino. Os Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1969.

CÉSAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.

CÉSAR, Guilhermino. Historiadores e Críticos do Romantismo: contribuição europeia, crítica e história literária. (Seleção e apresentação). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

C) Depoimento

“**Na minha biblioteca** existe um livro, Sepúlveda Patenteado sobre Manuel Sepúlveda; ele era o José Marcelino de Figueiredo, que trouxe a capital de Viamão para cá. É um livro fundamental para a História de Porto Alegre e para a colonização do Rio Grande do Sul. A história foi mais ou menos assim: estava em Portugal e recebi um catálogo de uma livraria da cidade do Porto. Eu lia todos os catálogos de livrarias e lá estava assim: Sepúlveda Patenteado, com um retrato do Sepúlveda, que é o retrato oficial feito a buril. O livro estava custando caro, seis escudos, que corresponderiam a dez jantares. Telefonei para o sujeito e disse: me mande o livro. No dia seguinte estava lá o livro e o trouxe comigo para Porto Alegre dentro da minha mala de viagem. Nunca tinha visto este livro; é o único que contém a fotografia do Sepúlveda. Em Lisboa há uma estátua de um homem montado a cavalo, entre os prédios dos Correios da cidade, nas cercanias da Avenida da Liberdade. É o Saldanha, o Duque de Saldanha, um homem eminente, um chefe político de maior prestígio em Portugal no século XIX. Duque de Saldanha foi o título que recebeu Manuel Sepúlveda. Os lisboetas identificam a Avenida falando assim: Avenida Sepúlveda, mas ninguém sabe quem é. . . ele é o fundador de Porto Alegre, é o José Marcelino de Figueiredo! Ele veio para cá, porque cometeu um crime em Portugal. Era oficial do exército português, estava com os amigos numa reunião em que deveria haver muito vinho, brigou com um oficial do exército inglês, porque ele injuriara Portugal e o rei Dom José não podia brigar com a Espanha, nem com a Inglaterra; protegeu o oficial, mudou-lhe o nome para José

Marcelino de Figueiredo, baixou uma patente e o enviou para o Brasil como governador da Província de São Pedro. Ele falava oito línguas, transformou Porto Alegre em uma metrópole, dava recepções às sextas-feiras, ensinou a população a dançar, viajantes estrangeiros vinham para ver sua administração. Mais tarde regressou a Portugal. Dom João VI era seu padrinho de batismo. Borba chefiou as primeiras legiões portuguesas que expulsaram os franceses de Portugal. Ele foi um homem eminente. Lembrava com saudade seus tempos na Província de São Pedro dizendo: ah, se eu estivesse nas planícies do sul, montado nos meus cavalos ou nos bailes. . . era um apaixonado pela vida gaúcha. Bom, só esse livro reproduzido, daria uma contribuição fantástica para o conhecimento desse homem. Então, isso mostra que a fonte escrita quando ela é única, quando não existe outra fonte a não ser aquela, ela tem o mesmo valor da fonte oral. . . Ela tem o mesmo valor da fonte oral, porque fica tão valiosa quanto. Se o amigo (ou grupo de amigos) do Sepúlveda não publicasse esse livro, ninguém jamais ficaria sabendo sobre a vida dele. Então, a fonte oral, que fez esse livro, parece que foi editado por um amigo, vira a fonte escrita e aí o seu valor é duplo.

Sobre a história colonial do Rio Grande do Sul, só a documentação coletada em Évora me deu um trabalho infernal! Cheguei lá, fui à Biblioteca, que é uma maravilha e disse assim:

- Quero alguma coisa sobre o Rio Grande do Sul.

O sujeito que toma conta daquilo conhece todos os manuscritos, disse assim:

- De que autor o senhor precisa?

Respondi:

- Eu preciso de alguém que trate do José Marcelino de Figueiredo.

Ele disse:

- Temos várias coisas.

E foi lá dentro, trouxe um encarte limpinho, arrumadinho, não se notava um grão de poeira.

Botou na minha frente e disse:

- Faça o obséquio de assinar aqui.

Fica documentado: consultado por Guilhermino César, da Universidade do Rio Grande do Sul. Havia o nome de todos os consulentes. Quer dizer, o cuidado que eles têm na preservação daquilo! Aqui, se vai à escola e se diz:

- Gostaria de ver o primeiro livro de matrícula da Faculdade de Filosofia.

E respondem:

- Ah! Eu não sei se isso tem aqui, se há aqui. . .

Ninguém sabe da existência desse livro. Quer dizer, a História aqui não é preservada, esse é o problema, problema grave, não é preservada! A Faculdade de Medicina tem uma boa coleção. Tem um médico aí, apaixonado por História, que tem cuidado daquilo, o Dr. Letti, Nicanor Letti. Precisei outro dia saber um dado sobre um sujeito, que seria formado possivelmente em Medicina aqui, telefonei para o Letti de manhã, de tarde ele me deu a resposta. Eu queria saber se o sujeito se formou em 1910. E ele me respondeu à tarde. . .

Comecei a me interessar pela História do Rio Grande do Sul no momento em que vi a importância dela no plano literário. A obra, por exemplo, de Alcides Maya é um trabalho em que a presença do colono, do peão, da estância, do vocabulário crioulo,

tudo isso que constitui a parafernália do regionalismo, acontece nela. A partir da sua obra, fiquei encarando a História do Rio Grande do Sul com mais respeito.

Os estudos históricos no Brasil estão terrivelmente atrasados, são ainda episódicos-narrativos. Como se a História fosse somente isto! A História episódica-narrativa já preencheu um papel importante na educação da juventude brasileira, mas hoje é inconcebível continuarmos com os mesmos métodos! O ensino de História daqui é compreendido da maneira episódica ou narrativa; não há uma interpretação histórica, há uma interpretação factual, do fato em si. A interpretação do factual nem sempre interessa para o fundamento histórico. Ele é essencial porque a História é fato, mas a interpretação factual não chega aos livros de História dos gaúchos. . .

Lecionei História da Literatura, mas foi uma História da Literatura em nível universitário, não essas. . . pois, ensina-se literatura brasileira o que é diferente de história literária. Se lecionam literatura, têm que ensinar a técnica do romance, analisar a História da Literatura. Então, os bestinhas sabem um pouco e dizem: vamos estudar hoje Afonso Arinos: Arinos nasceu em Paracatu, em Minas Gerais, em 1868 e escreveu um romance chamado. . . isso não é literatura em nível acadêmico, pois o grande criador do conto no Brasil foi Afonso Arinos. Então, vamos estudar a criação e a evolução do conto é diferente. . .

Literatura aqui é: leia esse livro, depois vem o debate assim: a heroína é uma heroína mesmo ou é uma mulher vulgar. . . ? Referindo-se a Capitu, de Machado de Assis. . .

Em minha biblioteca, um de seus lados é todo machadiano. Tenho a melhor machadiana do sul do Brasil, os livros mais raros dele; sou louco por Machado de Assis. Tenho a produção de Mário de Andrade todinha, aquelas coisas originais dele, inclusive a Paulicéia Desvairada. Tenho os primeiros livros do Drummond. Todos os livros do Manoel Bandeira, todos os livros dos autores brasileiros importantes. Tenho, inclusive, a obra de um sujeito chamado Guilhermino César, tudo o que escrevi organizei em uma seção, e não é pouco não. Em minha biblioteca tenho as enciclopédias nas quais colaborei, como a Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, editada entre 1963 e 1995, que é uma enciclopédia maravilhosa; também tenho uma enciclopédia sueca adaptada à língua portuguesa; na parte brasileira colaborei e tenho também vários dicionários de literatura. . .

Uma fonte muito boa da História gaúcha é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; tenho uma das poucas coleções completas. Dicionário de Literatura não escapa nenhum. . . Estava em Madrid, em uma rua principal e vi o livro Diccionario de la historia de la Literatura Hispanoamericana y Mundial. Não conhecia o livro e estava na hora do almoço. O livro era caro, mas o comprei, coloquei-o no bolso e fui almoçar com a minha mulher. Durante a refeição, abri o livro e, com surpresa, vi que, nos verbetes correspondentes a letra C, o meu nome estava lá. . .

Ao percorrermos nomes de historiadores gauchescos, logo os identificamos. O historiador não pode ser gauchesco, tem que ser historiador. Ele não pode ser nem sequer brasileiro, tem que ser historiador. A História é uma ciência e só pode tratá-la bem um homem que tenha da Ciência Histórica um conhecimento preciso.

Acho que a disciplina de História do Rio Grande do Sul é muito mal trabalhada, porque os nossos primeiros professores, que ainda estão nas universidades hoje, são autodidatas, poucos têm formação na área de História e os que têm não honram muito o título. Não têm livros, não têm biblioteca e a curiosidade que os cerca é uma curiosidade de tipo primária.

José Honório Rodrigues, no livro *História da História do Brasil: historiografia colonial* (1979, p. 212), em dois volumes, cita uma pesquisa que publiquei, um livro editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*. Ele considerou meu livro importantíssimo porque trata dos fatos miúdos, abandonados em geral pelos historiadores e que, via de regra, constituem a matéria mais importante da História. Muitas vezes, a pessoa foca um assunto pomposo e parece cheio de interesse e, vai ver, ele é muito limitado. O fato histórico se mede de uma maneira muito diferente do outro fato histórico mais retumbante, mais. . . barulhento, mais luxuoso em detalhes, etc. O fato, sem ver detalhe, pode passar até despercebido. O fato histórico não se mede pela impressão que causa no espectador ou no observador. Mas, muitas vezes, ele é mais obscuro e torna-se o mais importante no decurso de uma pesquisa. Lembro-me das palavras que estão no início deste livrinho muito modesto, as palavras de um historiador espanhol, José María Pemán, em que ele diz que a crônica é a história singela dos fatos históricos, às vezes, os mais importantes. Aquela coisa simples, aquela coisa singela: La cronica, . . . es la forma sencilla de la historia, mais simples, mais discreta. A ficção, por exemplo, do Rio Grande do Sul está cheia de história, a poesia do Rio Grande do Sul está cheia de História. . .

Tem muita coisa em papel, guardada em minhas estantes. . . muita coisa guardada. . . Do livro que estou tratando, ainda tenho vários materiais inéditos, riquíssimos de observações. Agora, como o livrinho é pequeno não podia me alargar. . . Em Portugal, descobri na Biblioteca de Évora, que tem uma biblioteca riquíssima – relembro, o pessoal de Évora foi quem colonizou o Rio Grande do Sul, antes do açoriano – e descobri, tenho rolos e rolos de microfilme, sobre a história de Évora. Para a história do Rio Grande do Sul, considero esse material muito importante. É muito valioso. Em *História do Rio Grande do Sul, período colonial* coloquei alguns fatos. . .

Sobre *Os Primeiros Cronistas*, ainda, vou dizer o seguinte: é uma síntese viva, porque pessoas de diferentes épocas e culturas é que escreveram. Tive o trabalho de pinçar nesses livros, todos de História, selecionando o que me interessava sobre a História do Rio Grande do Sul. Por exemplo, quando começou realmente a colonização do Rio Grande do Sul? O Rio Grande do Sul não são as Missões. As Missões foram incorporadas ao Rio Grande do Sul depois da sua formação. A História das Missões é a História da Espanha. A História do Rio Grande do Sul começa em verdade, no momento que os primeiros jesuítas portugueses se fixaram na costa de Santa Catarina e desceram até Porto Alegre e descreveram o primeiro chefe que aqui encontraram, o chefe Ângelo. Era um índio que se chamava Ângelo, civilizado pelos jesuítas, coisa que ninguém sabia e foi revelado pelo padre Serafim Leite por volta de 1940. O índio Ângelo morava aqui perto, onde está, mais ou menos, localizado o Aeroporto da VARIG, ele aproveitava a planície e o rio. . . No *Primeiros Cronistas* tem isso, cito o padre Serafim Leite cuja História da Companhia de Jesus no Brasil é um livro modelar.

Lá em Minas, a biblioteca que tinha em casa era grande, já era grande, mas aqui é maior, muito maior! Então, comecei a rever as minhas posições. Comecei a me preocupar com certos fatos que, antes de vir para cá, pareciam-me secundários, de modo que há, para mim, uma História que conheci antes de conhecer o Rio Grande do Sul e há uma História que conheci durante o período em que tinha atividade política, quando fui Secretário de Governo, Secretário da Fazenda do estado gaúcho, etc. Nesta época, tinha uma História que conheci depois de ter tomado contato relativamente bem do Estado. E aí comecei a dar mais valor a essa história mais simples, a História Oral, por exemplo. Mas, somente ela não é suficiente e, depois, nossas instituições quase não dão importância a certos aspectos da História Oral. . .

A História Oral tem muita importância no Rio Grande do Sul. Essa conclusão, a tirei antes de conhecer o Estado, lá por 1925 e 1926. Nasci em 1908, tinha dezoito anos de idade, quando comecei a ler os autores gaúchos mais representativos e tirei logo essa conclusão. Vim para o sul em 1936 e 1938 foi o ano em que pude estudar um pouco mais a História do Rio Grande do Sul. . .

A chamada literatura, História Oral, é muito evanescente, é muito traiçoeira, porque muitas vezes você encontra uma fonte oral fantasiosa. . . É bom ter uma fonte oral fundamentada em documentos escritos; aí sim, a oralidade fica mais digna de fé. Como tratava Borges de Medeiros seus inimigos políticos? É bom que a gente tenha uma carta de um desses inimigos políticos para ver como ele os tratava em Erval. . . Há uma carta de Passo Fundo, por exemplo, que confirma o tratamento dado aos políticos, de lá, pelo senhor Borges de Medeiros no tempo em que ele foi governador. . . a oralidade pode ser fabricada. . . Pode ser exageradamente fabricada a favor de um personagem histórico ou a favor de uma grei política, ou de uma interpretação histórica que interesse à comunidade inteira. Então, a tradição oral é muito tenrazinha, é muito delicada, é preciso ter muito cuidado com ela. . . É uma matéria muito difícil de tratar. Você ouve vinte pessoas que conviveram intimamente com o Borges de Medeiros, dezoito te dão uma versão da vida dele e dos laços pessoais e familiares, totalmente diferente das dos outros. Um dá uma tradição do Borges que você não encontra em nenhum dos outros. . . É muito difícil a História Oral. . .

Tenho na biblioteca o livro do José María Pemán e tenho também um do Madariaga, na coleção dos espanhóis. O livrinho do Madariaga é uma das coisas mais gostosas do mundo. É a poesia oral espanhola que ficou esquecida desde a fase de formação; nunca ninguém havia recolhido a maior parte dessa tradição poética espanhola. O Madariaga, que era um grande escritor, um homem que conhecia profundamente a tradição literária, a lírica da Península Ibérica, começou a buscar documentos antigos e lá encontrava: Fulano de Tal, residente na vila tal assim, assim. . . Uma vez, numa festa, recitou uma quadra. . . esta quadra não era escrita. . . beltrana, uma senhora muito culta, morava na cidade tal, assim, escreveu numa ocasião a seguinte sátira política. . . lá vem a sátira política. Quase todo material reunido por ele não era escrito. A origem desse material era a fonte popular. Ele fez um livro que é uma gostosura, é uma espécie de retrato psicológico dos mais empolgantes da história popular da poesia espanhola. A mesma coisa se fez com o cancionero português.

A maioria dos jovens se forma numa escola que não tem museu. Fui professor, na Europa, de duas Universidades. Uma delas, a Universidade de Coimbra, tem um museu que me dá, por exemplo, a relação dos alunos do ano de 1500 e toda a História Oral da escola, do ano da descoberta do Brasil, de 1500, e muitos mais. Quero saber quem é Fulano de Tal, pai do orador Vieira; vou à Universidade de Coimbra. . . ao Museu e, lá, estão firmados nos livros e matrículas, os nomes dos alunos e as notas que tiveram durante o seu curso, e os trabalhos que realizaram também estão lá. Aqui no Rio Grande do Sul não há registros em lugar nenhum, mas na Europa há. Você pode, com pouco trabalho, perseguir uma fonte oral e encontrar uma fonte escrita, porque há museus onde estão guardados todos os tipos de papel que interessam ao aluno. O aluno mais vagabundo do mundo tem lá o seu cartão, é o Fulano de Tal. . . aluno de História, no ano tal, no ano de 1430. . . fulano de tal, companheiro de Anchieta no colégio. . . fulano de tal que estudou com o Padre Vieira. . . Você vai atrás dessas fontes insignificantes e encontra um mundo de coisas interessantes; é uma História Oral muito rica. . .

Divagando, lembro que certa vez tive vontade de escrever sobre a colonização da zona florestal mineira. Já tinha lido todos os livros de autores brasileiros e de historiadores europeus que haviam penetrado no sertão mineiro, quer dizer, a fronteira com o Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Eram descrições de viagens pelo Rio Doce e por toda aquela área. Queria historiar o período após a decadência das minas, quando o mineiro tornou-se lavrador, campeador, dono de fazenda, de currais, ao longo dos rios, inclusive do São Francisco. Considero a mais bela saga da colonização brasileira, pois não teve auxílio de ninguém, foi um impulso por necessidade de terras. Fui à Biblioteca Nacional procurar por documentação, mas, terminei não escrevendo o livro porque ingressei num trabalho bravíssimo do serviço público, porém as leituras que fiz me auxiliaram muito.

Durante nove anos fui secretário em Minas, inclusive do Ernesto Dornelles. Quando ele foi nomeado interventor do Rio Grande do Sul, ele me trouxe para cá e, modéstia à parte, exerci uma ação muito eficiente.

Há uma história da Faculdade, do tempo em que era Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Foi escrita, por sugestão minha, pelo Luís Pilla, que era então o seu diretor. Ele designou um grupo de professores para estudar a História da Faculdade. Limitava-se às fontes escritas e a algumas fontes orais, o pouco que se salvou quando uma funcionária cretina resolveu jogar fora uma porção de papéis que estavam incomodando.

Contra isso me bati sempre. Por exemplo, onde está o Museu da Universidade do Rio Grande do Sul? A Faculdade de Engenharia encontra seu passado guardadinho, direitinho. . . se for à Faculdade de Direito menos, mas, se for à Faculdade de Engenharia encontra-se todo o seu histórico. Das escolas militares de Porto Alegre também. Aquela coisa toda, então, é uma fonte preciosa. A Medicina também tem quase tudo.

Acho que se não fosse o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920, grande parte da história do Rio Grande do Sul seria, hoje, irre recuperável. É uma entidade que se preocupa muito com esse passado, tem uma excelente biblioteca. Consegui, para o Instituto, por doação do Borges de Medeiros, toda a correspondência dele; pedi que desse a correspondência e ele a doou. O problema depois foi organizar isso. As alunas do curso de História ficaram de cola alçada e queriam consultar o arquivo tal como ele estava; não deixei! Somente mexe no arquivo um especialista. Depois, pouco a pouco, fomos arrumando dinheiro e o arquivo hoje está todo indexado, com exceção da parte dos telegramas. O único Arquivo do Rio Grande do Sul de correspondência passiva organizado é o nosso, do Instituto Histórico. Ali, por exemplo, na correspondência passiva do Borges de Medeiros e na ativa também, quanto material existe! É uma riqueza de material. . . !

Sou um historiador muito preocupado com a fonte impressa. Pesquisei muito sobre a história do Rio Grande do Sul. Estava, por exemplo, estudando a poesia popular na época dos Farrapos. Nas pesquisas, encontrei um senhor, um homem chamado Pedro Canga. Todos os que tratam sobre ele diziam que era analfabeto. Comecei a ler vários documentos acerca dos Farrapos para ver se podia descobrir a individualidade do Pedro Canga. Ele não me pareceu ser um autor popular, como se dizia, mas um autor que não publicou livros, isso sim, e que dizia versos onde quer que estivesse, porque gostava de poesia. E, de pesquisa em pesquisa, li todos os manuscritos que me caíram nas mãos sobre as figuras farroupilhas; e pouco a pouco, fui descobrindo o Pedro Canga, Pedro Muniz Fagundes, da família Fagundes, de São Sebastião do Erval. E descubro uma coisa singela, mas muito expressiva: ele era um

poeta culto. Não era um poeta popular. Um belo dia, lendo com mais atenção sobre aquele poeta do qual restaram apenas algumas estrofes, verifiquei que havia estrofes muito parecidas com as dos poetas portugueses do final do século XVIII. Comecei a comparar aqui, comparar ali. . . Tive a sorte de ir a Portugal, comparei os escritos dele com os de autores portugueses. Voltei para o Brasil e descubro essa coisa surpreendente, Pedro Canga falava em seres, em Belona, em outros seres mitológicos, falava em autores míticos. Quer dizer, ele se embebeu do cancioneiro popular gaúcho, da mitologia romana e escreveu alguns poemas realmente admiráveis, que um analfabeto não poderia escrever de jeito nenhum. [Trecho embargado pelo entrevistado]

Falei que Pedro Canga não era analfabeto porque ninguém seria capaz de escrever um poema como ele escrevera. Então, saí de uma história que criara um Pedro Canga mítico em busca de um Pedro Canga verdadeiro. Meti-me ali no Arquivo Histórico e comecei a ver os papéis da época dos Farroupilhas; cartas particulares, aquela coisa toda. . . Fui saber quem era o Pedro Canga: era parente do fulano e do beltrano, havia casado numa família tal, aquela coisa toda. . . O Laudelino Medeiros, professor do curso de História, tinha um primo que morava no Erval e tinha um livro escrito pelo tio dele sobre Pedro Canga. Então, o Laudelino disse: olha, tem um sujeito lá que escreveu um livro sobre o Pedro, vamos ver se isso é bom. Escrevi para o sujeito e ele teve a bondade de copiar três páginas e mandar aquelas três páginas do livro considerado lá no interior uma santidade. Abriu-me um horizonte maluco, quer dizer da fonte oral, por via da escrita, por um curioso da História, que escreveu esse livro pelo fato dele ser primo do Pedro Canga. Depois descobri quem era Pedro Canga, etc. O sujeito ficou muito satisfeito por ter recebido minha correspondência; entusiasmou o prefeito e ele publicou o livro História do Erval e, no fim desta história, conta a história do Pedro Canga. Ou seja, com a minha curiosidade provoqueei o aparecimento do livro História do Erval.

O que quis dizer é que a função do pesquisador não é só se abastecer, mas também sugerir pesquisas, trabalhos, que é a maneira que a gente tem de descobrir matéria nova, matéria desconhecida; esse livro estava no fundo do baú. . .

Comecei como um aprendiz de escrita no colégio. Então, encontrava o documento daquela época, lia, achava o endereço e copiava, homem ou mulher. Minha mulher e eu estávamos trabalhando em Portugal, em 1962, quando estourou a Revolução, refiro-me às hostilidades das províncias ultramarinas de Angola, Guiné Bissau e Moçambique entre 1961-1974. . . Estávamos mergulhados na História do Rio Grande do Sul na Biblioteca de Évora há quinze dias. Às sete horas, estávamos na porta da Biblioteca, o rapaz abria a Biblioteca para nós, saíamos às sete horas para jantar, copiando documentos, copiando documentos. . . toda a documentação baseada na oralidade.

Depois que voltei para o Brasil, falei assim: esse material é muito extenso, então, publicar como está, vai levar anos; vou dar uma amostra! Aí dei aquela amostra, História do Rio Grande do Sul: período colonial, baseado naquele material. Se fossem publicadas as coisas principais que estão naquele livro, daria uma obra interessantíssima. . .

São poucos os livros que escrevi. Em Portugal, onde lectionei na área de Literatura, me disse um colega: que inveja! Se na minha cadeira houvesse um livro igual ao teu. . . Referindo-se a Os Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. Escrevi esse livro. Também traduzi um livro que tinha ficado esquecido. Traduzi o primeiro Histoire de la Literature Bresiliène, é verdadeiramente a primeira história da literatura brasileira; me preocupei muito com o assunto. Pensei muito no alunado gaúcho, mas não deram

importância para os meus livros na proporção desejável. Não estavam preparados para lê-los. Eles precisavam de um livro primário. Então escrevi um livro, editado pela Bloch e Cia, um livro primário, mas metodológico, uma História do Rio Grande do Sul para crianças, mas sem besteira. A criança é tratada como imbecil, mas não é, não é! Não está desenvolvida, mas a inteligência dela é normal.

Como um especialista que sou em literatura do Rio Grande do Sul, acho que ninguém a conhece como eu, isto não é vaidade, conheço mesmo! Conheço e escrevi tudo sobre a História do Rio Grande do Sul, a história literária. Revelei autores que eram absolutamente desconhecidos. . . Livros os quais se dizia que não existiam, fui à Biblioteca do Rio de Janeiro, à Biblioteca de Rio Grande, à Biblioteca do Gabinete Português de Leitura, ao Gabinete do Palácio de Petrópolis, à Biblioteca de São João Del' Rei quando ainda era vivo meu colega Tancredo Neves, à Biblioteca de Belo Horizonte, à Biblioteca de Ouro Preto, à Biblioteca de Lisboa, à Biblioteca de Évora, à Biblioteca do Porto, à Biblioteca. . . meu Deus do céu! Quantas bibliotecas! Aqui no sul, eu conheço todas as bibliotecas, todas as principais. . .

Falando agora sobre Qorpo Santo. Ele é Qorpo Santo por teimosia minha. Toda a obra dele é conhecida, a obra teatral, mas há ainda muita coisa para publicar do Qorpo Santo. . . Como fui criticado por ter publicado, na Universidade, a obra de Qorpo Santo! Hoje, ele está na literatura italiana, na Storia della Letteratura Brasiliana, obra da minha colega de Roma, que leciona História Literária na Universidade de Roma. Ela escreveu uma História da Literatura Brasileira dedicada ao Qorpo Santo com oito páginas e página e meia sobre Machado de Assis!. . . Qorpo Santo, um desconhecido! A sorte foi a de ter encontrado um amigo que havia lido, eu não tinha lido ainda, e ele me disse: Lê. Pois é, mas todo mundo me diz que o homem é louco e tal. . . Leia, eu lhe arranjo um livro emprestado, repetiu. Teve a bondade de me arranjar, foi o Aníbal Damasceno Ferreira. Aí descobri esse sujeito, Qorpo Santo, que hoje faz parte da Biblioteca do Teatro Brasileiro e que é nome de sala na Universidade, no Instituto de Artes, Departamento de Arte Dramática, da UFRGS. Não tenho nada com isso, não sei quem pôs aquele nome, não sei quem manda. . .

Aliás, o Rio Grande do Sul tem uns autores teatrais que estou aguardando para escrever sobre eles, uns três ou quatro, muito bons, muito bons! O teatro no Rio Grande do Sul não foi estudado ainda com o capricho que merece. Certo dia estava mexendo na Biblioteca do Rio Grande do Sul – é uma miscelânea lá – e encontro uma peça de teatro; fiquei quase louco! É uma peça escrita ali por volta de mil oitocentos e oitenta e poucos, é puro Pirandello! Autor moderno, puro Pirandello! É uma coisa impressionante e está impresso. Ninguém falou nada, eu falei, mas ninguém deu importância. Gostaria de fazer uma ediçãozinha dali, talvez faça. . .

A História Moderna é mais fácil, dá menos trabalho, acho. . . Quer escrever a vida do. . . vamos dizer, Borges de Medeiros, a do José Marcelino de Figueiredo. . . a diferença de oitenta anos entre os dois é um abismo, a falta de documentação é um abismo. Os documentos vão embora. Por isso digo: é preciso organizar um museu na Universidade do Rio Grande do Sul com todos os documentos que valham como documentos históricos, de valor, para guardar para o futuro. Se não, no futuro não se terá mais nada. Não há mais livros antigos na biblioteca do Rio Grande do Sul; as bibliotecárias botam fora. Livro velho, dizem que é historiografia antiga e jogam fora. Tenho bibliotecas inteiras aqui compradas no brique. . . Uma bibliotecária da Prefeitura chamou o Manuel Duarte, do Instituto Histórico e mostrou a coleção Revista da Língua Portuguesa, editada pelo Laudelino Freire.

Manuel perguntou:

- Quanto a senhora quer. . . ? São cento e vinte volumes, cento e oitenta parece.
Quanto a senhora quer por esses livros?

Ela respondeu:

- Ah! Isso?! Leva isso por trinta mil réis, é um favor que o senhor me faz.

Manuel lhe inquiriu:

- Por quê? A senhora não gosta do livro?

Ela respondeu:

- Não, isso é historiografia antiga. São revistas de 1920.

Veja o absurdo! Ela disse que era historiografia antiga! A bibliotecária da municipalidade de Porto Alegre. . . isto é seríssimo!

A Biblioteca Pública botou fora uma coleção de revistas! Casualmente, eu passava por lá e vi um caminhão cheio de revistas e avisei o Instituto Histórico: estão botando fora várias revistas. Alguém foi lá e encontrou a Semana Ilustrada, o mais importante periódico impresso na América do Sul, em meados do século XIX, por Ângelo Agostini, um caricaturista italiano exilado no Brasil. Estavam botando fora as revistas porque era desenho de um pintor italiano; não interessava para o Brasil. . . ! O Duarte foi lá deu dez ou vinte mil réis ao sujeito e trouxe para o Instituto Histórico. Está lá no Instituto, vale mais de um milhão.

No dia do lançamento do meu livro O contrabando no sul do Brasil, chegou um sujeito todo vestido à gaúcha. Eu estava dando autógrafos na Praça da Alfândega e ele disse:

- O senhor escreveu um livro sobre o contrabando no sul do Brasil, não é?

Respondi:

- Sim

E ele:

- Eu quero saber uma coisa. . .

Quando ele falou pensei:

- Vou morrer agora!

Ele disse assim:

- O senhor trata aí do meu pai?

Eu falei:

- Não sei, porque não sei o nome de seu pai.

Ele disse:

- Chama-se Fulano de Tal de Oliveira

E eu falei:

- Ah. . . bem, não conheço, não sei quem é

Ele disse

- Ah! que pena, mas em todo o caso vou comprar o livro. . . vou comprar o livro. É pena que o senhor não tratasse dele porque ele foi o contrabandista mais sério, mais violento, mas também honesto!

Eu pensei que ele fosse me dar um tiro, mas queria um elogio para o pai dele. . .!

Sugeri um livro em 1970 e poucos quando escrevi O Contrabando no Rio Grande do Sul. Sugeri ao Streliaev, aquele rapaz fotógrafo, para fazer isso, mas ele não fez. Ele tem gosto. . . É um bom fotógrafo, podia fazer uma coleção linda. Um livro que tinha que fazer seria o seguinte: pegar, por exemplo, a fotografia de uma estância, analisar a

cumieira, ver se de madeira de lei, se o chão é socado, chão socado! Verificar se as lajes são de pedra. . . observar onde tem madeira de lei, a pedra, o cimento. . . se encontrar o último, por exemplo, já é de outro período. Ou seja, classificar as fazendas no tempo pelos materiais utilizados em sua construção. Esta história vai se perdendo. É uma pena, são espécies belíssimas. Naquele livro O Contrabandono Rio Grande do Sul, referi a uma fazenda no município de São Borja que dá vontade de comer. . . é uma coisa tão bonita que dá vontade de comer, está perdida aí, é uma pena. . .

Durante três meses, eu e um preto, que trabalhava ali, e que é um homem admirável, terminava seu horário de manhã, às seis horas e vinha aqui para cima; eu dava uma xícara de café para ele, já tinha tomado o meu café, já estava no meu trabalho, e ele me ajudava até meio dia, todos os dias. Levamos oito meses arrumando a biblioteca. Nossa Senhora! Como eu estava! . . Oito meses, livro por livro! . . Bom, sobraram livros que eu não precisava mais, livros que não me interessavam, sobraram três mil e quinhentos, era um negócio assim. . . Aí chamei um rapaz que gostava de livro e tinha uma livraria. Dei tudo para ele, ele dizia que eram quatro mil livros. É o da Livraria Papyrus. Dei para ele, não cobre um tostão. Foi um desaforo. . . Conto a história: chamei o Manuel Martins, que é meu amigo e já morreu, comprei uma infinidade de livros dele e falei:

- Escuta Manuel, isso aqui, grande parte disso veio da sua livraria, quanto você me dá por essa livraria toda? [me referindo à parte que dei para o rapaz] Quanto vale essa livraria?

Manuel respondeu:

- Ah, pago cem mil réis.

Eu disse:

- Sabe que é uma ofensa e fechei a boca. Ele estava sentado, continuou sentado, olhou, olhou, olhou, e me disse:

- E então, o que o senhor resolve?

E eu respondi:

- Resolve o quê?

E ele:

- A minha oferta.

Aí eu disse:

- Você está falando sério ou está brincando comigo? Cem mil réis por três mil e quinhentos volumes?

Conversei com ele mais um momento e ele disse:

- Bem, então o senhor não vende por cem mil réis?

E eu lhe disse:

- Ora, Manuel, você acha que estou precisando de cem mil réis? Vai-te embora rapaz, vai porque está perdendo tempo.

É desaforo, não é? Cem mil réis. . . dei todos os livros para o rapaz da Papyrus. Não vendi. A Livraria Aurora seria capaz de me oferecer quinze mil réis. . .

Os dois eram analfabetos. . . Eu morava ali perto, ia todo o dia nas livrarias, não entrava um livro lá que eles não me mostrassem.

- Doutor, o que o senhor acha desse livro?

E eu dizia:

- Olha, tenho o livro, não dou o meu por trinta. . . não dou o meu por cem. . .

Eu fui uma espécie de pai deles. . . eles não conheciam um livro gaúcho.

Fui orientando, orientando, durante uns dez anos, uma espécie de pai deles. . . ora, pagar cem mil réis. . . !

Existem inúmeras concepções entre os historiadores sul-rio-grandenses; daí a dificuldade em nomear o historiador mais importante do Rio Grande do Sul. O mais importante, ao meu ver, é um homem chamado Aurélio Porto. O Processo dos Farrapos (1933 a 1935) é o livro de documentação histórica mais bem feito do Rio Grande do Sul. . . Não há dúvida, não há nele erro grave. Eu não o conheci. É um livro seríssimo. Deu um trabalho infernal; ele passou anos e anos trabalhando no Arquivo Nacional. É um livro seríssimo. Não se pode dizer: fulano [Aurélio Porto] não era historiador, porque alguns não são historiadores. Não é exagero o que eu vou dizer. O Aurélio Porto conhecia o pessoal dos Farrapos melhor que as pessoas contemporâneas a eles. Sabia tudo acerca do pessoal dos Farrapos. O Notas ao Processo dos Farrapos está publicado em uma revista de História do Rio de Janeiro, publicações do Arquivo Nacional, v. 1, 1933; v. 2, 1934; v. 3, 1935; v. 4, 1937. É uma obra prima de investigação histórica. A História das Missões Orientais do Uruguai, do Aurélio Porto, também, é uma obra prima de investigação histórica. Ninguém fala, mas todos que escrevem sobre as Missões bebem tudo mesmo no Aurélio. Eles não falam isso. Engraçado, bebem, mas não falam nada. .

O Aurélio Porto era um gigante para trabalhar, um homem decente. Vou contar uma historinha, resumidíssimamente. Ele era muito amigo do Oswaldo Aranha. Depois da Revolução de 1930. Ele disse:

- Oswaldo Aranha, meu sonho é escrever um livro sobre o processo de 1935.

O Oswaldo respondeu assim:

- Vá para o Rio de Janeiro, eu te nomeio.

Ele foi para o Rio, comendo o pão que o diabo amassou, ganhando uma miséria. Ganhava uma esmola no fim do mês que o Oswaldo mandava dar a ele, pelo Gabinete dele. Naquele período todo até 1935, ele ficou pesquisando a história dos Farrapos. É uma fonte poderosíssima. Era uma vocação de historiador. Não pôde realizar toda a obra, ele já estava cansado.

O maior dos historiadores, para mim, o maior intérprete da História do Rio Grande do Sul chama-se Moysés Vellinho, que não era professor de História. Ele é o príncipe dos nossos historiadores. Em primeiro lugar, é um dos melhores escritores no trato da língua portuguesa.

O primeiro livro dele é um livrinho sobre Porto Alegre. É um livro pequeno, mas exemplar. É livro de historiador. O Moysés tem um número incrível de inimigos na Universidade porque os nossos professores são partidários das Missões, isto é, das Missões espanholas. Acham que aquilo é História do Brasil; aquilo é história da República Argentina, não é História do Brasil. Nós fomos lá e brigamos, fomos obrigados a atacar, fomos lá, brigamos com eles e tomamos a terra deles; não negamos isso. O brasileiro não nega que incorporou as Missões ao Brasil.

Certa vez, levei o livro do Moysés Vellinho para Portugal e entreguei ao Miguel Torga, de manhã. À tarde me encontrei com ele na rua e ele me disse:

- Oh! Guilhermino, não pude trabalhar hoje!

E eu disse:

- Por quê?

- Ora, você me deu o livro do Moysés, passei a manhã inteirinha lendo. É um dos livros mais bem escritos do mundo, Guilhermino!

O livro a que ele se referia era Capitania Del Rei, um livro bem escrito, bem pensado, bem estruturado. É um livro que reivindica e prova. Quer dizer, é um escritor primoroso, não tem uma palavra fora do lugar, não tem uma vírgula fora do lugar. Isso é que é historiador, baseado em documentos!

Na Universidade há um professor, o Arno Kern, que publicou há pouco um livro sobre as Missões que, ao meu ver, é o melhor livro recente sobre o assunto como História e como interpretação. Ele escreve em uma linguagem boa, séria etc. Ele não é um grande escritor; ele escreve o português comum. Não se destaca pelo estilo, nem nada, mas é um homem que tem uma cabeça séria.

Outro historiador muito sério é o Padre Hafkemeyer. Ele escreveu aquela História das Missões. É um livro com o objetivo de achar que tudo o que o padre fez era uma maravilha. Ele não é historiador, não é historiador. . . Ele endeusava tudo o que o padre fazia. Esse rapaz que já referi, Arno Kern, comete algumas injustiças, ele difere do Moysés em algumas coisas e no fundo concorda com ele; no fundo concorda. . . O Estado de São Paulo me pediu um artigo, uma crítica sobre o livro. Escrevi um palmo e meio, onde elogio muito o livro. Ele foi injusto com o Moysés, porque o critica e acaba dando a mesma interpretação. O Moysés pensou muito para escrever aquele livro, pensou muito. . . Outro com boa vocação de historiador, mas que abandonou, não tem escrito muito, é o Sérgio da Costa Franco, ele tem vocação para historiador. . .

Já sobre a História da República, por exemplo, o livro mais bem escrito do Rio Grande do Sul é sobre o Julio de Castilhos, do nosso amigo Sérgio da Costa Franco. É um sujeito que pensa muito bem, escreve muito bem. Seu livro é exemplar. Quando o escreveu tinha vinte e poucos anos e nós fizemos uma força para esse livro sair publicado; o Moysés andou na Globo, insistindo com o José Bertaso. É o melhor livro sobre o Julio de Castilhos, sem dúvida.

Othelo Rosa foi a maior vocação de historiador que tivemos. Infelizmente a obra dele foi pequena, porque foi político, trabalhou muito no Palácio. Para viver, teve que ser tabelião que é uma atividade trabalhosa demais. Ele não fazia concessões; era muito severo. O livro de Othelo Rosa sobre Julio de Castilhos é um livro de elogio ao Julio de Castilhos. É um livro fiel, mas há outro livro sobre Julio de Castilhos, que é uma obra crítica, me refiro à obra de Sérgio da Costa Franco. Considero o Othelo, o homem com o maior faro histórico do Rio Grande do Sul; faro, para descobrir o assunto. Ele tinha um faro histórico danado. . . E foi um homem de uma honestidade pessoal imensa a qual se verifica em toda a obra dele. O Othelo Rosa, que cidadão honrado! Que cidadão limpo, um homem de cabeça limpa, era um homem puro. . . Ele não tinha ambição política, ele tinha presença política. Por exemplo, teve várias briguinhas políticas com o Lindolfo Collor, o velho Collor e outros amigos. O Othelo. . . que cidadão honrado! Que sujeito decente, que bom amigo, que caráter imaculado! Ao Othelo dedico os livros História do Rio Grande do Sul História da Literatura do Rio Grande do Sul; e também ao Dornelles, que me trouxe para cá. Bom, o Othelo, considero um historiador. Foi pena. Ele não gostava de escrever e falava, falava. Se você convidava o Othelo Rosa para fazer um trabalho sobre Farroupilha, ele perguntava: qual é o dia? Respondia-se: tal dia. No dia tal ele chegava lá e pumba fazia uma conferência maravilhosa sobre aquilo; estudava em casa mas não escrevia! Othelo Rosa! Maior vocação! O Othelo Rosa, sobre os acontecimentos gaúchos, tinha uma interpretação pessoal. Eu o considero o maior historiador.

Outro historiador de muito valor, era um homem de primeiras letras, não estudou sequer o ginásio, é o Souza Docca. Ele tem uma interpretação sobre a história do Uruguai, a história do Rio Grande do Sul que é primorosa. Era pouco instruído, mas de uma honestidade proverbial, um homem incapaz de mentir, incapaz de inventar qualquer coisa. Ele verificava tudo o que fazia, era um homem honrado. O historiador tem que ser honrado. O conhecimento deve ser a leitura, a leitura mais atenta do historiador. O documento é uma fonte. A história é muito delicada, uma coisa bem difícil! O nome de um grande historiador é muito ilusório porque cada um trata a História de uma maneira diferente. E acho que a maneira melhor de tratar a História do Rio Grande do Sul, pode não ser a mais completa mas, muitas vezes, é exemplar nas suas atitudes. Por exemplo, o Souza Docca, em matéria de guerras do Paraguai, questões platinas, é um historiador excelente. É um historiador de grande merecimento, tinha pouca cultura mas, mesmo assim, ele tinha uma probidade exemplar. Docca é um historiador de um grande merecimento moral; os livros dele são excelentes do ponto de vista da verdade histórica.

Não conheci João Pinto da Silva. Não tive a honra de conhecê-lo. É um homem sério, homem limpo, escrevia bonito demais, enrodilhado. Autodidata, só tinha o curso primário e o curso ginásial. Escrevia bem, mas foi um pecado; ele não conhecia a literatura. É uma pena. Se aquele homem conhecesse literatura. . . ele queria citar o livro, não podia, não podia. . . Ele esbarrava numa palavra que nunca tinha escrito; era de um mau gosto literário infernal, mas, honrado, limpo, inteligente, culto. Fez uma cultura bonita sozinho, foi autodidata. Ele era o professor de si mesmo, um homem sério.

Certa ocasião apareceu um livro fantástico sobre o Rio Grande do Sul, é História da Grande Revolução, do Alfredo Varella. É um livro em seis volumes onde não há mentira; tudo é baseado em documentos. Ele sofreu muitas críticas porque escreve num estilo ilegível. O livro dele é difícil de ler. É um livro injusto, muitas vezes, não é um homem moralmente equilibrado. Um historiador tem que ser um homem absolutamente equilibrado em relação ao julgamento que faz das coisas. Moralmente equilibrado é no sentido de não poder se apresentar como um Zé Banana qualquer. Sem dignidade pessoal nenhuma, sem vivência histórica, sem vivência moral, sem responsabilidade, escreve uma História do Rio Grande do Sul, mas não dá nada. O homem tem que ser homem para escrever um livro de História. São muito bem documentados os livros dele; do ponto de vista documental são irrepreensíveis. Ele não mentia não.

Outro historiador, Manoelito de Ornellas, se tivesse estudado história, teria produzido coisa melhor. Gaúchos e Beduínos é um livro bom, bonito, bem escrito, mas falta alguma coisa. . . mas é legível, recrutou muitos admiradores. Ele descrevia muito bem.

Agora, o livro que eu queria escrever, – desculpe voltar um pouco a mim –, que queria escrever e consegui, a pau e pedra, foi História da Literatura do Rio Grande do Sul. Livro que me deu um trabalho descomunal. Li aquilo tudo! E descobri pessoas que nunca haviam sido citadas em parte nenhuma. Foi um livro que me deu trabalho! Trabalhei uns dez anos. Dez anos escrevendo, pesquisando. . . Pesquisei a literatura gaúcha desde 1927 até 1956; consegui e terminei de escrever o livro! História da Literatura do Rio Grande do Sul, esse foi o livro que escrevi com mais prazer. Sabe por quê? Porque revelei coisas que ninguém havia revelado. Li sobre meu livro no Otto Maria Carpeaux. Diz ele assim: um livro seriamente científico. Olha, para dizer isso de uma obra. . . ! Carpeaux era muito rigoroso. De repente cita um livro do Afrânio

Peixoto e diz assim: um livro que não precisa ser lido, ao contrário, não deve ser lido. Citou um livro de outro autor baiano e disse assim: um livro que confunde, atrapalha e não deve ser lido. Imagina! Sobre o livro do Afrânio Peixoto, que na época era Deus no Brasil, disse: autor muito simpático, livro que ninguém deve ler. Ele era rigoroso demais. . .

Queria fazer, está quase pronta, uma história civil e fazer uma história econômica que está quase pronta também. Queria pegar o século XIX e tomar conta dele. . . Não ficar preocupado em escrever muitos livros. A história literária do século XIX, bem ou mal, está pronta; a história econômica também. Depois, fazer, talvez, uma história dos costumes aproveitando o material existente, seria o meu ideal. . . Tenho La vie cotidiâne, durante o tempo da Maria Antonieta, a vida cotidiana. . . Ainda ontem estava falando sobre um sujeito que escreveu coisas curiosíssimas no século XVIII e agora está sendo reeditado, Restif De La Bretonne. Ele dormia do meio dia até às seis da tarde, escrevia até meia noite, à meia noite ele saía, ficava até às seis horas da manhã na rua, depois voltava para casa, ia dormir até o meio dia. . . Viveu assim sessenta anos. Assistiu ao processo inteirinho, instaurado pelos revolucionários, contra Maria Antonieta; assistiu a todas as sessões. É um escritor prodigioso. Ainda ontem falei dele. Era um sujeito sobre o qual gostaria de escrever alguma coisa também. É um homem curiosíssimo.

Tenho fichas para tudo. Fichas de endereços, de pessoas correspondentes. Quando eu escrevo não preciso estar procurando, está tudo ali. Se alguém me escreve uma carta, antes de responder, faço a ficha, porque, na hora da correspondência, se perco o envelope, já está anotado. E tenho livros pequenos para Portugal, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro; tenho vários livrinhos com endereços de pessoas amigas, instituições, livrarias, organizações. A gente que pretende escrever obras tem que ter organização, porque é muito trabalhoso. Pego uma carta, a primeira coisa que faço, abro, corto o envelope, deixo o endereço, se estou com muita pressa, pego cola, ponho numa folha e guardo. Um belo dia, quando estou com mais folga, faço um índice, faço o título e ponho no índice. É a organização do trabalho.

Onde moro é uma beleza! Tem paisagem aqui, ali, acolá, em toda a casa. De manhã, quando o sol surge lá embaixo e uma maravilha! A manhã é linda, a tarde é muito bonita, do lado de lá também, avista-se todo o Guaíba.

Eu estava. . . Tinha cometido uma loucura, um ato de loucura. Tenho aqui todo o prédio, a frente. Quer dizer, no fundo são dois apartamentos, aluguei um e botei toda a biblioteca lá. Um belo dia, depois de seis anos morando lá, já tinha o apartamento com biblioteca, a proprietária pediu o apartamento. Não podem saber o que isso representou na minha vida. . . ! Representou muito, estava tudo organizado lá direitinho, índice, as obras, tudo, tive que trazer tudo para cá. Já imaginaram isso?

Estou cego, sou cego, não leio mais e não tenho secretário. Essa biblioteca foi me cegando, me cegando lentamente e eu não percebi. . . quando percebi estava cego. Essa minha curiosidade pelo Rio Grande do Sul apressou a minha cegueira. Agora, com essa cegueira quase total, leio pouco; com essa cegueira quase total, já estou abandonando. . . E digo assim: estou com oitenta e dois anos, vivendo muito, vou até oitenta e cinco, oitenta e seis, agora quem quiser que continue. . .

Trabalhei muito, meu primeiro livro. . . Nasci em 1908 e o meu primeiro livro, Meia Pataca, é de 1928, tinha vinte anos. Chega, chega de incomodar a humanidade inteira! Eu digo assim: da minha parte não vai provocação nenhuma pelo correio, para ninguém; já provoquei demais a humanidade!

No momento, tenho feito trabalhos pequenos que possam ser mais ou menos originais, que tragam alguma contribuição e que não me deem muito trabalho, porque são quase todos ditados. Não estou podendo escrever. Estou escrevendo as duas coisas: Literatura e História. Ainda ontem andei correndo o olho num trabalho que escrevi e mandei para Portugal. Trabalhos pequenos, assim, dez, vinte páginas. Coisas pequenas. Mas pretendo ainda encontrar um secretário capaz de me ajudar nesse particular; é muito delicado. Irrita-me muito ditar e o sujeito escrever errado, omitir uma data, escrever um nome errado; fico com vontade de morrer. . . Agora, se tivesse que escrever outro livro, escreveria sobre a literatura gaúcha, sobre a literatura rio-grandense em geral. Um tema que justamente me seduz muito é a oralidade da literatura gaúcha. Escrevi agora um trabalho. Escrevi, sentei assim na máquina quando estava. . . foi uma das últimas coisas que redigi. Mandei para o Afrânio Coutinho, que estava me exigindo um artigo; me exigindo, quase me xingando, passava telegrama. Então resolvi. . . escrevi e mandei para ele. Não sei se vai sair, escrevi muito rápido. Gostaria de escrever a História do Rio Grande do Sul, especificamente a História Literária do Rio Grande do Sul até nossos dias. Teria vontade de escrever até os nossos dias, porque parei em determinada época. . . Gostaria de escrever até hoje, que anda com muita confusão. . . Autores novos, ignorantes, analfabetos, não são escritores. . .

É pena que a gente tenha uma vida só. Quando a gente está dominando um assunto, está na hora de enterrar o sujeito. . .”

Porto Alegre, 4 de dezembro de 1989 e 20 de maio de 1991.

DANTE DE LAYTANO



A) Dados Biográficos

Dante Arone de Laytano, filho de imigrantes italianos de Morano Calabro, Itália, nasceu em 23 de março de 1908, em Porto Alegre, onde faleceu em 18 de fevereiro de 2000.

Homem versátil, foi cronista, folclorista, ensaísta, crítico literário, genealogista, jornalista e historiador.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo desempenhado cargos jurídicos em cidades do interior do estado gaúcho. Deixou a área em que se especializara para exercer cargos públicos: foi diretor do Museu Julio de Castilhos e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e exerceu o magistério em escolas de Porto Alegre.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi professor-fundador e diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, diretor do Departamento de História e do Gabinete de Pesquisa em História, criado em 1973, onde publicou um Boletim versando sobre a História do Estado sulino. Também foi diretor da Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, criada neste mesmo ano, do Boletim da Biblioteca Central e da Revista Organon, do Instituto de Letras, cuja publicação teve início na década de 1950.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, também foi professor-fundador e diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, do Departamento de História e o seu primeiro professor.

Destaca-se como criador da disciplina de História do Rio Grande do Sul, tanto na Universidade Federal quanto na Pontifícia Universidade Católica, ambas do Rio Grande do Sul. Destas universidades recebeu o título de Professor Emérito.

Na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Conceição do Seminário Maior de Viamão e na Universidade de Caxias do Sul exerceu, igualmente, o magistério.

Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1936, e dirigiu a Revista da instituição entre os anos de 1940 a 1951.

Do jornal Zero Hora, foi seu primeiro diretor-presidente, em 1964; também exerceu atividade nos periódicos Correio do Povo e Jornal da Manhã.

Exerceu a presidência de diversas entidades, dentre estas a Academia Rio-grandense de Letras (1980-81), Academia Brasileira de História, Comissão Nacional do Folclore, Comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no Rio Grande do Sul, instituída em 1958. Em 1975 foi presidente da Comissão de História e Cultura do Centenário da Colonização Italiana.

Durante longos anos, participou de encontros, seminários e congressos não apenas em Porto Alegre, como em várias cidades do país e no exterior. Pioneiro em participar de programas na televisão abordando temas históricos, percorreu inúmeras

idades do interior gaúcho desenvolvendo atividades nas áreas do Folclore e da História.

Pesquisou em arquivos internacionais, dentre estes o Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Foi um inovador na área da História gaúcha, abrindo vários campos de pesquisa, elegendo como sujeito o negro, o gaúcho, o índio, o imigrante europeu, festas populares e a culinária. Também se dedicou ao estudo de outros temas como dialetos, não só africanos, mas também o linguajar gaúcho.

Ao completar 70 anos e, dez anos após, aos 80 anos, recebeu múltiplas homenagens de associações privadas e de órgãos públicos, como também de representações diplomáticas. Dentre os prêmios recebidos, destaca-se a Medalha João Simões Lopes Neto, honraria outorgada pelo Estado do Rio Grande do Sul a personalidades que se destacam nas artes, letras, ciências, educação e outras áreas.

Seu nome hoje identifica a Medalha Dante de Laytano, outorgada a pessoas que contribuem para o enriquecimento do folclore gaúcho.

Produziu, a partir da década de 1930, mais de 40 livros e cerca de dois mil artigos.

B) Seleção Bibliográfica

LAYTANO, Dante de. História da República Rio-Grandense. Porto Alegre: Globo, 1936.

LAYTANO, Dante de. Os Africanismos do Dialeto Gaúcho. Porto Alegre: Globo, 1936.

LAYTANO, Dante de. O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1937.

LAYTANO, Dante de. Os Portugueses de Açores na Consolidação Moral do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil. Porto Alegre: Globo, 1940.

LAYTANO, Dante de. Açorianos e Alemães no Desenvolvimento da Colonização, da Agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1948.

LAYTANO, Dante de. Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 1955.

LAYTANO, Dante de. Igreja, história e Orixás. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 1968.

LAYTANO, Dante de. Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História do Rio Grande do Sul: levantamento crítico. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa da História do RS – UFRGS, 1979.

LAYTANO, Dante de. O Linguajar do Gaúcho Brasileiro. Porto Alegre: EST, 1981.

LAYTANO, Dante de. A Cozinha Gaúcha na História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1981.

LAYTANO, Dante de. Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul – séculos XVIII e XIX. Porto Alegre: EST; Martins Livreiro, 1983.

LAYTANO, Dante de. Folclore no Rio Grande do Sul: costumes e tradições. Porto Alegre: EST; Martins Livreiro, 1984.

LAYTANO, Dante de. Mar Absoluto das Memórias. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

C) Depoimento

“**Eu era Promotor Público** e desisti deste emprego. Havia uma lei do Dr. Getúlio Vargas, proibindo que se acumulassem dois vínculos empregatícios no Estado. Só se podia ter um emprego público e tivemos trinta dias para optar. Inteligentemente, fui ser professor e não me arrependo até hoje. Deixei a Procuradoria para ensinar História. Quer dizer, busquei o prazer, a vocação e até hoje sou muito feliz.

Lecionei no Ensino Médio nos colégios Anchieta, Rosário e Julio de Castilhos. Estas escolas tinham interesse em determinados assuntos, tais como História e Literatura do Rio Grande do Sul, assuntos desse tipo. A vida do Rio Grande do Sul sempre foi a minha especialidade. Então, de um lado, eu ficava, vamos dizer, no ensino do dialeto da língua portuguesa no Rio Grande do Sul, o gauchismo, a gramática e, do outro, a História.

Para dar uma aula tem que estudar. Por mais que se prepare a aula, que estude dez, vinte, trinta, quarenta vezes. . . mas tem que ler para dar aula, tem que estar preparado.

A minha geração ficava marginalizada na área da História, porque sua pesquisa e estudo eram subsidiados pela literatura, pela poesia e pela ficção. Os escritores de ficção e os poetas é que ocupavam o espaço da história literária do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo inteiro. Os historiadores vinham no final, mas quem se deslocava mesmo era o romancista e a ficção como obra de arte, obra de criação, obra de imaginação dominava, então, evidentemente a literatura. Com o decorrer do tempo, a História foi ocupando espaço e foi avançando. Atualmente, o historiador frequenta os grupos literários, as academias de letras, as instituições culturais e está em igualdade de condições com o poeta, com o romancista e com o escritor de ficção. Eu mesmo presido uma Academia de Letras, e sou historiador. Então, sou o exemplo vivo daquilo que a História atingiu, então, eu deveria ser um romancista. Na Academia, temos figuras com prêmios nacionais, internacionais. somos quarenta; é uma seleção literária feita conforme um critério eleitoral. De qualquer forma, um historiador já ocupa um espaço, lado a lado dos escritores; nós já temos uma posição, já vencemos. Agora, um historiador da geração atual, o historiador está em igualdade de condições com o poeta e o romancista, o contista. Isso é uma vitória para o historiador. Érico Veríssimo, o maior romancista do Rio Grande do Sul, não dispensava de jeito algum fontes históricas. Eu mesmo, várias vezes, conversava muito sobre isso com ele. O Érico não era homem de muitas visitas, nem de muita conversa, mas, quando se tratava de literatura, a florava seu espírito criativo. A ficção não pode trabalhar o lado da realidade histórica. Não faz mal nenhum ao romancista amar a História e a História apreciar o romancista; um é ficção, o outro é realidade. Realidade mais ficção é igual à criação, isso é uma equação literária e é com base nela que a História se coloca em pé de igualdade com a Literatura.

Não havia uma cadeira de História do Rio Grande do Sul. Ela surgiu quando se criaram as Faculdades de Filosofia. Nas faculdades, onde fui diretor, solicitei sua

criação na década de 1940 e um reitor, homem inteligente, notável, grande cientista, fez a seguinte pergunta:

- Mas tem assunto para dar a história do Rio Grande?

Eu respondi:

- Olha reitor, no momento eu não posso responder isso, mas nós podemos conversar em outra hora.

Ele disse:

- Ah! depois vai querer insultar.

Respondi:

- Não, não vou insultar. Só vou lhe dizer que a história do Rio Grande do Sul é história presente. Por exemplo, aqui, essa casa, é história do Rio Grande.

Ora se não teria assunto! Essa é a mania de todos; as pessoas consideram a história da Grécia notável, o pensamento helênico, a filosofia do mundo, a História de Roma, o nascimento do Direito, a Revolução Francesa, admiráveis! Mas, e a nossa terra? O estudo local, aquilo que é nosso, que nós fizemos, por que não se estuda isso? Não estou desprezando a história da Grécia; a História da Grécia é uma maravilha! Agora, a História do Rio Grande do Sul pode e deve ser estudada. Reconheço que nesses últimos vinte anos, houve um grande avanço, não muito, com alguns tropeços, tais como a falta de bibliografia.

O pesquisador constrói a sua doutrina, ele se baseia na História, defendendo-a segundo as suas ideias, a sua filosofia, o seu pensamento. Então, um não é igual ao outro. Os historiadores são todos diferentes, isso cria numerosas direções. Na verdade, pode-se aglutinar um que outro por temas como a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista, a Revolução Assisista. . . as três foram grandes revoluções ocorridas no Rio Grande do Sul. A Farroupilha, em 1835, a Federalista, em 1893 e a Assisista, em 1923. Elas dão os caminhos para o historiador definir o sentido da História do Rio Grande do Sul. Sua história é quase sempre política; é sempre este o fator que predomina na definição do instante histórico gaúcho. Na Revolução de 1835, para alguns historiadores prevaleceu o separatismo, para outros o federalismo, mas o motivo é sempre político. Na Revolução de 1893, o saudosismo do Império teria levado muitos a desejarem criar um Terceiro Império. Enfim, sempre, todas as revoluções, têm alicerces, raízes e bases políticas. Sempre a ideia política predomina nas diversas raízes da História sul-rio-grandense.

Nunca fui político de modo que eu não tinha parti pris, um partido. Quer dizer não tinha dependência, não estava dependendo dessa ideia; era um professor. E um professor não via as facções naquela separação de ideias. Eu via o contexto, o conteúdo e o que queria dizer o partido. Se faz proselitismo, onde se faz ideologia. Não se estuda mais a História. Está se estudando um fato, está se defendendo um fato e está se deixando de considerar a neutralidade do fato, porque já se parte daquele pressuposto de defender aquele ponto de vista. O Partido Republicano, que começou no tempo do Império, foi muito mais um partido abolicionista do que Republicano. Ele se engajou muito mais ao movimento da Abolição do que à própria propaganda republicana, porque a propaganda não teria um efeito como a Abolição. Emancipar um escravo causava um efeito. Sempre temos que pensar em partidos políticos. Sempre pensei nisso, quando estudava a História, seja de que país fosse, seja de que época fosse. Eu indagava: qual é o partido? Quais os partidos? Qual é a ideologia? O que estão estudando? Ou, o que estão fazendo? Mas, agora, nos tempos modernos, comunismo, que é o esquerdismo e o da direita que é o fascismo. . . Na minha geração, de parte

desses dois, direita e esquerda, tinha-se que optar ser uma coisa ou outra, porque não podia ser as duas: ou se era da direita ou se era da esquerda. Não se podia dizer que não era nada, tinha que ser uma coisa, seja lá o que for, tinha que ser! Porque o preço da juventude é assumir. . .

Os historiadores andam assim neste caminho. São dadas distintas interpretações ao mesmo tema. A Revolução Farroupilha, por exemplo, foi, ou não, separatista? Teve apoio dos platinos ou o apoio dos platinos não teve importância nenhuma? Ou a Revolução Farroupilha influenciou no Rio da Prata mais do que o Rio da Prata influenciou o Rio Grande do Sul? Temos aí várias correntes e elas são sempre numerosas.

Quer dizer, todo movimento histórico tem raízes; pode ser política, econômica, sociológica, literária, mas sempre tem uma raiz; nunca a História fica sozinha, não existe uma História isolada.

Na Revolução de 1923, por exemplo, fala-se no Assis Brasil, no Borges de Medeiros, na luta pelo poder, na continuidade do poder, no apego do poder o mandante de tantos anos. . . Toda história tem que ter uma direção política. A História do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode ser interpretada como uma história separatista, uma história nacionalista, uma história local, uma história nacional, uma história só regional. Quer dizer, todas essas perguntas a História se encarrega de responder. E isso é que é. . . é aí que está a beleza da História. A História é sempre a resposta de alguma pergunta. Esse é o nosso papel. Nosso papel é responder as perguntas que se faz. A História é feita de perguntas e o historiador deve fazê-las e dar as respostas.

Em relação às fontes históricas, considero que cada acontecimento tem as suas. Por exemplo, se vamos considerar uma revolução clássica, como foram os dez anos da Revolução Farroupilha, as fontes se constituem naqueles que dela participaram, nos que escreveram memórias de como procederam enquanto revolucionários, por que se transformaram em revolucionários? Por que participaram da revolução? Por que tiveram o espírito criativo da Revolução Farroupilha? Eles explicam e contam porque o Império tinha dado as costas aos seus interesses, porque a Regência não se preocupava com o Rio Grande do Sul, porque ele não tinha voz no Governo Central e nada conseguia. Tudo girava sempre em torno de um protesto desse tipo, e a História é sempre um caso de ação, de compromisso. A Revolução de 1923 vem de um protesto contra um período muito longo, no qual o Dr. Borges de Medeiros sempre se reelegia presidente do Estado. Uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, aí então, resolveram protestar, já não tinham conseguido pelos meios oficiais, tentaram pelos meios políticos partidários.

Quais as obras disponíveis, onde se encontram as fontes, quais são as teses defendidas por A, B, C? Estes são os questionamentos dos pesquisadores. Alfredo Varela defende uma, Aurélio Porto, outra. Também há grande dificuldade de acesso às monografias.

Outra dificuldade é como chegar a elas, chegar ao material, chegar ao autor, chegar ao escritor, chegar ao historiador, ver o livro que ele escreveu, onde e como. Ao quadro, acrescenta-se o curto espaço de tempo dado ao consulente nas bibliotecas e arquivos.

Nós temos que levantar nossas próprias fontes; exemplifico com minha experiência com a História Eclesiástica. O nascimento de um lugar espiritual, como o nascimento de igrejas, capelas, paróquias, criam Arquivos Eclesiásticos, que são obras-

primas de documentação. Quer dizer, eles contêm a história do sentimento religioso, que veio em função do sentimento político. Quando da criação de um município ou de um distrito, a paróquia vinha atrás, ou seja, a Igreja estava sempre junto com o poder, o poder político.

Trabalhar só em cima das obras dos outros é ruim, isso não é conveniente, porque assim não se está dando nenhum enfoque novo. Na História, precisamos justamente conhecer as fontes novas e se eles copiam os outros, que novidades estão dando? Que interpretação está tendo? Que valor tem o livro? Às vezes, livro de divulgação pode difundir uma ideia, mas isso é outra coisa, não é uma pesquisa. A pesquisa tem que ser original, tem que ser aquilo que ainda não foi dito, ou foi dito e interpretado de outra forma, com outros documentos, outra visão, outra análise, sempre vendo uma paisagem diferente. A História é uma linda paisagem e, como tal, ela tem todas as mutações possíveis e impossíveis. Isso que é História.

No Arquivo Histórico pode-se estudar os acontecimentos administrativos dos governos, a relação entre o povo e o poder, como se definiram as categorias do tempo em que se desenvolvia a História, etc. Este Arquivo tem milhões de documentos completamente inéditos; é um arquivo glorioso. Lá está toda a história política, social, econômica do Rio Grande do Sul! E são assim os arquivos, as instituições em geral. Estudar a História, por exemplo, da vida campeira, da vida rural. . . Eu acho que nunca. . . E devemos estudar nada sem pegar o arquivo relacionado com aquela fonte; não arquivos gerais, que são bons, úteis, práticos, mas não fornecem os elementos básicos que precisamos.

O primeiro documento que aparecer já tem que tomar nota, ver o que é, guardá-lo, fazer o resumo, usá-lo e ir adiante sempre. Cada documento que eu encontrava usava imediatamente. O mais belo é o descobrimento. Achar o documento, ver o documento não é fácil, não é nada fácil, mas é uma grande conquista, é uma coisa notável, é um descobrimento que se faz! Caminhando no meio dos papéis, mexendo num, mexendo noutro, derrubando isto, abrindo bibliotecas, mexendo em livros e manuscritos, em correspondência, pesquisando nas secretarias das Repartições Públicas, tudo isso não é fácil.

Pesquisei também em Portugal, por muitos anos, na Itália e na França. Não há diferença nenhuma entre arquivos; o Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, o maior arquivo do mundo em Portugal, com milhões de documentos tem uma ordem difícilíssima; por exemplo, uma data, um ano, um século, uma coisa, um assunto para poder consultar. Chego naquele cipoal de documentos, me perco naquela floresta, aí não adianta nada, quer dizer, tem que ir direto ao assunto. Não há nenhum arquivo que se possa consultar dizendo: agora eu vou consultar um arquivo. Claro que um documento traz outro documento, isso sim. Mas aí é diferente porque já se consultou um documento e aquele fala num assunto qualquer.

A pesquisa é um descobrimento. A História está sempre associada, interligada a vários fatos entre si; nunca é um acontecimento isolado, em tempo algum, em ocasião alguma. O Partido Libertador, por exemplo, em relação ao que ocorreu em 1923, está associado ao Partido Republicano, que estava no poder há trinta anos. O Partido Libertador disputava este mesmo poder, era oposição ao Partido Republicano. O Dr. Borges de Medeiros representava o borgismo, o PRR, e o Partido Libertador representava outro nome, Assis Brasil. Não se pode estudar nada sem a presença dos partidos políticos. Na própria história do Partido Republicano, na fase de propaganda, não era só propaganda antes da Proclamação da República. O Partido Republicano, que surgiu no tempo do Império, veio como um partido de emancipação de escravos.

Então, não era só um partido de ideias republicanas, era uma ideia sociológica, que defendia a abolição da escravidão. Tem que se estudar o papel de cada partido para ver como é que atuavam no seu tempo; esta é tarefa do historiador.

Descrevendo meu método de trabalho, caso fosse pesquisar sobre a História de Porto Alegre: eu iria ao arquivo da prefeitura examinar seus documentos, ver os mais antigos, sempre partindo da ideia mais recuada no tempo, consultaria o material referente às sesmarias, que era uma propriedade rural de uma légua de frente por três de fundo. Esse sistema utilizado para colonizar o Brasil, era um sistema português de colonização. Porto Alegre foi a sesmaria de Jerônimo de Ornellas; era uma fazenda de gado. Caso o governo quisesse fundar neste espaço alguma cidade, o sesmeiro deveria devolver as terras necessárias. Este foi o caso de Porto Alegre; plantou-se na fazenda de Jerônimo de Ornellas. Ela nasceu aqui na Ponta da Cadeia, estendendo-se até a Praça Conde de Porto Alegre. Ali, era o fim do núcleo urbano, chamava-se Praça do Portão, pois tinha um portão. Fechava-se o portão e o resto era o Campo da Redenção, era a Várzea até o século XIX, até o século XXI. Ainda peguei um pouco disso, Porto Alegre só nesse miolo com a Catedral, descendo na ponta do rio! Os portugueses gostavam muito da água. Não só foram grandes navegadores, mas quase meio escravos da água; tudo tinha que ter água. Então é o elemento básico para sobreviverem.

Retomando, primeiro vejo esses documentos mais antigos; é o caso de Porto Alegre. Eu vi as sesmarias se criando e, depois, vejo a data que estou estudando e, assim, sucessivamente.

Tive auxiliares em minha tarefa de pesquisa; gente jovem e também alunos que se tornaram meus colegas: a Helga Landgraff Piccolo e o Moacyr Flores.

Entre os historiadores há muito ciúmes. Há muito, vamos dizer, há muito interesse escondido. Não auxiliam uns aos outros; ficam com medo da concorrência. E têm uns que são impertinentes, que acham que o documento foi feito só para eles. Certa vez um colega disse: pô, mas como é que você achou esse documento? Eu respondi: onde você achou também, no Arquivo Histórico da Torre do Tombo, na rua Alexandre Herculano, 32, Lisboa, Portugal¹. Como é que achei? Ora, como ele achou. Quer dizer, aí que está. Eles pensam que são os descobridores! Esse é o ruim do pesquisador, pesquisador-descobridor; ele pensa que o documento é só dele! Isso é universal! A criatura é uma só, embora ela fale francês, fale russo, fale português, fale inglês, mas é uma só alma e coração e cérebro iguais. A natureza humana é uma só, tudo igual. Isso eu vi em Portugal, vi na Itália, vi na França, as rivalidades, as brigas, as lutas, aquele desafio, brigando por documentos e indo para os jornais, descompondo quem tinha achado antes, outro achado. Achou, acabou-se. Achou antes, o outro achou depois. Então fica aquela ciumeira, aquela batalha; isso não leva a nada. Quem leva é o documento.

Os meus colegas historiadores reagiram furiosamente quando comecei a tratar de assuntos como o negro. Ficaram indignados. Ficaram furiosos. Onde se viu fazer isso e tal, fazer aquilo?! Digo, não vou fazer o que já foi feito; não preciso fazer mais nada pois já está tudo feito. Fazer o quê? Copiar de trás para diante, de baixo para cima, pela metade? Não vou fazer isso! Mas também tive defensores em relação às minhas ideias; o Aurélio Porto me defendeu muito. Ele foi o maior historiador do Rio Grande no meu entender. Eduardo Duarte também me defendia. Ele foi diretor do Arquivo Histórico. O Aurélio e o Dr. Duarte foram grandes amigos. Contra foram o Souza Docca e o Roque Callage; esses foram contra! O Othelo Rosa sempre foi contra mim. Em compensação fui contra ele, mas me dava muito bem com ele. Só que não

¹ O Arquivo da Torre do Tombo atualmente se localiza na Alameda da Universidade, 1649-010, Lisboa.

dava para conversar mais de cinco minutos. Nos primeiros cinco minutos, ia tudo direitinho, tudo ia bem. Mas, quando entrava a História, a conversa terminava.

Um livro é como um filho. Tem um que a gente aprecia mais, que é mais bonzinho, outro mais engraçado, outro é mais. . . O meu livro predileto é a História da República do Rio Grande do Sul. É uma edição da Globo; já há várias edições. Nesse livro, eu trabalhei com amor, porque ele surgiu após várias etapas: primeiro foi um programa de rádio; depois, um programa de televisão; após, um programa universitário e terminou em livro e ainda houve um intervalo. Houve reportagens em jornal, pelo centenário da Revolução Farroupilha e publiquei nos jornais. Praticamente, todas as aulas que dei sobre o assunto, deu o livro. Então, A História da República passou por todas as minhas preocupações literárias. Foi um trabalho difícil.

Acho que um autor deve fazer um livro que ele próprio gostaria de ler e foi esse o meu caso. Não havia uma História da República Rio-grandense. Tinha o livro do Dr. Assis Brasil, grande livro, mas eram somente as causas da revolução, nada mais. Tinha outros dois ou três, outro ainda de Alcides Mendonça Lima, bonito o livro, maravilhoso, um resumo da História da Revolução. Mas resumo não é para nós. Resumo é uma tendência nossa. Se pega o resumo, fica o resumo do resumo, aí não fica nada. Realmente, é preciso investir. O livro é um investimento, é o grande instante da vida do professor. Para mim é o momento culminante. Quando no livro estão não apenas as suas ideias, mas as ideias já históricas, ou seja, as ideias do autor, as ideias da História e as ideias do leitor, é o leitor que quer ler aquilo.

A única diferença entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola na América é a seguinte: quando a Espanha descobriu a América, esta estava dividida em várias civilizações. Portugal, quando chegou à América, descobriu o Brasil e transplantou a ideia da unidade política e geográfica deles; já a espanhola não conseguiu alcançar uma unidade política na América.

Alfredo Varela escreveu seis volumes sobre a Revolução Farroupilha, uma história exaustiva. Ele tem, por exemplo, ao falar no combate de Seival, dez páginas sobre a Guerra de Tróia. Ele é ótimo, um grande pesquisador, juntou um material imenso, mas tinha uma ideia filosófica e política que considerava a Revolução separatista.

A leitura da obra de Alfredo Varela é muito difícil porque ele desenvolve a imaginação, resultando um monte de páginas sobre um assunto que não tem nada que ver com o inicial; é realmente um autor difícil de ser lido. Ele está sempre fazendo cogitações e descrevendo coisas a respeito de um combate qualquer, seja lá qual for, a Farroupilha, o Ponche Verde, sei lá. Ele mistura vários assuntos, como História da Grécia, História de Roma; não há necessidade disso. Claro que se podem escrever duas, três linhas comparativas, está certo, mas não tem nada a ver a História de Roma com a História do Alegrete; não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Trabalhei muito sobre o negro, sobre o índio e sobre a colonização. Depois, trabalhei muito com a economia, em cima de assuntos econômicos; tudo isso dá muito trabalho. É necessário ler relatórios, descrições de um documento, o que é muito difícil. A leitura do documento é muito difícil e, às vezes, três, quatro, cinco páginas sobre um assunto que a gente resumiria em uma linha só, e essa linha não aparece nunca, só no final de todo aquele monte de leitura e vira e mexe. . . remexe e aí aparece, está lá, é a prova daquilo que a gente tanto procurava. Sempre que pesquisar e toda pesquisa tem isso, é a procura, é a busca que não termina nunca. Isso é um grande problema para o pesquisador; a busca não termina.

O negro, a Revolução Farroupilha, a colonização italiana, todos estes temas apresentam dificuldades. Também assuntos como alemães, a propriedade privada, a estância, que estudei, são assuntos difíceis. Primeiro, porque os arquivos não são escritos para nós, eles não estão lá para estudarmos. Os arquivos estão lá porque são da repartição pública. Em tal dia houve isso, em tal dia houve aquilo, depois não sei o que, foi esse o dono da estância, depois vendeu. Depois vai se encontrar na Secretaria da Agricultura essas coisas. Primeiro é uma linguagem horrível, muito técnica— cinquenta por cento—, e estou sendo até gentil! É muito mal escrito e contamina a nós historiadores. Esse é o nosso grande perigo: terminamos escrevendo mal porque os documentos são pessimamente escritos. Os documentos não são escritos para a posteridade, são escritos do momento, daquela hora, daquele instante. São relatórios cujo autor não está pensando que vão ser estudados daqui a trinta, cinquenta ou cem anos; ele não estava pensando nisto na hora que ele estava fazendo.

A pesquisa, atualmente, não tem progredido muito; é com grande pesar que digo isto. As novas gerações, tenho discutido muito, não estão investindo. Elas estão tomando o que já está pronto e reinterpreta; não é o certo no meu entender. Devia nascer agora uma nova História, uma História diferente com nova missão, com novos documentos, uma história renovada. Infelizmente está havendo uma história formalizada, igual àquela escrita pela geração anterior.

Mas isto não está sendo feito, pois dá trabalho, é claro, fazer tudo de novo, procurar novas fontes, para quê? Isso dá trabalho. É mais fácil copiar o outro, de trás para diante, bota de pernas para baixo, para cima, umas páginas da frente, outras de trás, embaralha tudo, depois acerta as cartas e escreve. Isso não adianta nada; é uma pena. Está havendo muito disso. Não é uma generalidade, mas é um hábito muito grande da pesquisa. Não é só gaúcho, nem brasileiro, isso é universal. Os pesquisadores não querem investir, às vezes até por preguiça. Porque eles teriam que ir atrás de todos aqueles velhos papéis, velhos documentos, velhas repartições e não vão ir, mas deveriam, ir até o fundo. Na minha geração, fiz isso. Frequentei o Arquivo Histórico. Todos os meus trabalhos foram baseados em documentos autênticos, montes, tudo amarrado – amarravam os documentos—, trabalhei à luz do documento. Relatar a verdade da História é a verdade oficial, mas é umaverdade e qual é a outra? Ninguém sabe qual é a outra. Então dou aquela, eu dou uma verdade; a verdade oficial?! Muito bem, e a outra verdade? Não tem outra, então tem que ser essa mesma. Ver os documentos em que vai se basear? Esse é o grande problema do pesquisador: a fonte.

Estou na presidência da Academia de Letras, da academia disso, da academia daquilo. Como se diz aqui em casa: tudo que é de graça sou presidente. Todos os dias, todas as tardes, tenho uma presidência.

No momento, quero ver se reúno todo o meu material do século XIX. Quero fazer um levantamento sobre o Rio Grande do Sul no século XIX. Eu tenho pelo menos uns trezentos artigos agora; estão todos guardados, em um calhamaço, direitinho.

Está na hora de tirar lá de cima e trazer aqui para baixo um volume. Escrever artigos para os jornais tem os dois lados: é uma fonte de informação, nos ajuda a escrever, mas tem o compromisso de escrever todos os dias. Já escrevi dois artigos por dia, quando não escrevia três. É esforço e é cansativo, não é brincadeira, mesmo uma página ou duas, uma página e meia, seja lá o quanto for.

O Rio Grande do Sul no século XIX é meu grande assunto. Há muito, muito por fazer, muito por fazer. Trabalhei muito, mas falta muito mais.

Continuo trabalhando. Agora mesmo venho de uma reunião de historiadores, de uma sessão da tarde da Academia de Letras, programa da história de Porto Alegre. Em geral, as nossas sessões são de quase quarenta e cinco minutos, até cinquenta minutos ou, às vezes, nem chega a quarenta e cinco minutos. O companheiro lê o trabalho, que sempre é pequeno, e aí há um debate de parte de alguns, com críticas ou interrogações e sempre rende alguma coisa.

Estamos sempre nos atualizando, não ficando muito marginalizados, porque esse é o perigo da História. Não consultando documentos, não escrevendo, não estudando, não dando aula, o historiador torna-se marginal.

É que eles, os historiadores da História do Rio Grande do Sul eram realmente engajados, eles tinham o partido e ideias fixas. Sempre fui contra a fazer da História uma coisa estática. A História é dinâmica, não pode ser parada, inativa; que se diz o que é e tem que ser só aquilo. Não, a História tem que ter as suas interpretações, a sua evolução, o seu sentido. Sempre foi o que fiz e, aliás, esse Augusto Comte, um positivista. . . Então, eles dizem: mas isso é antiquado, isso é de 1839. E eu digo: bom, de vocês é 1700, é mais velho ainda. Mas a minha é de 1839, a de vocês é de 1700, então não dá. Mas, não é fácil. Em geral, o historiador. . . essa é uma lei, uma regra geral entre os historiadores. Sempre o historiador tem um ponto de vista diferente de outro historiador, sempre! Raramente, mas é raro, um acaso. Sempre tem uma parte daquilo que ele é contra que o outro fez; isso é muito comum. Não é só na História do Rio Grande do Sul, é na História Geral. Mas o Rio Grande do Sul é escola. Têm os positivistas, os borgistas, os separatistas e também os monarquistas, os republicanos, tem tudo. O Moyses Vellinho dizia que não era positivista, mas ele era. Porque a geração dele foi toda baseada no poderio do Borges de Medeiros. O Dr. Borges também dizia que não era positivista. Se o Dr. Borges não era positivista, eu não sou Dante de Laytano. O Templo Positivista está lá até hoje, defronte ao Cinema Avenida. E é o templo de Augusto Comte, o templo positivista. Recomendo fazer uma visitinha àquilo que é um grande fato histórico interessante. Vale, vale a pena! É uma época importante do Rio Grande. Não sei se ainda está lá o Felizardo, que era um professor da Agronomia, era um positivista, mas o positivismo dominou o Rio Grande. Foi um domínio cultural incrível, mais incrível, pois dominou até oficiais da Brigada Militar, aqueles coronéis e tal; todos procuravam alguma coisa em Augusto Comte. Coitadinhos! Eles não sabiam nada daquilo, não era a formação deles, não tem nada a ver com aquilo, mas eles se metiam por causa do Dr. Borges. E, no meu entender, foi o mais importante período da História do Rio Grande do Sul. O Positivismo e o Período Republicano foram os dois grandes períodos. Dois grandes instantes históricos. Somos uma originalidade, a Revolução Farroupilha é nossa. O Positivismo existia no Rio de Janeiro, mais como doutrina filosófica, religiosa e tal, mas não como doutrina estatal, funcionando como poder público. Tinha, claro, alguns no Rio que eram positivistas e estavam no poder. Aqui, no Rio Grande do Sul estavam os positivistas e o Positivismo.

A Maçonaria também teve importância no Rio Grande do Sul no século XIX por uma razão muito simples. Era uma sociedade secreta e, como tal, poderia ter articulações políticas, fazer revoluções, tomar atitudes. Isto foi muito importante no século XIX mas, na atualidade, não, ela ficou um clube aberto e, então, perdeu o caráter então tem mais essa grande expressão que tinha no século XIX. Ela não teve muita relação com o Positivismo. A Maçonaria queria ser algo diferente do Positivismo. Isso, para mim, era uma luta ideológica entre os dois: no fundo não se suportavam. Essa era a verdade dos fatos. Um positivista não considerava um maçom.

Sou um liberal. Eu acho que, sendo um liberal, estaria sem compromissos com as doutrinas políticas dos partidos e das instituições do século XIX. Todas elas tinham filiações, tinham raízes, nelas podíamos ter uma visão mais profunda do assunto. Sou mesmo um homem de visão liberal.

Interpreto a História com um conceito liberal, sem estar apegado a nada. Sou contra a História quando ela é positivista, quando é romântica, quando é partidária, quando é isso, quando é aquilo. . . Sou contra tudo isso. A História tem que ser liberal, tem que ser livre de todo e qualquer compromisso, pois só assim se pode fazer interpretações, senão, ela já sai amarrada, amarrada nas ideias!

Quando temos ideias temos que assumir, – assumir o compromisso custe o que custar –, de acordo com aquilo que a gente pensa e acredita. Sempre lutei por isto e me **dei muito bem**”.

Porto Alegre, 7 de dezembro de 1989

CARLOS REVERBEL



A) Dados Biográficos

Nasceu na cidade de Quarai/RS, em 21 junho de 1912, faleceu em 27 de junho de 1997, em Porto Alegre.

Jornalista, desde jovem, iniciou suas atividades em 1933, na cidade de Florianópolis/SC, na redação do jornal A Pátria e, em seguida, no Correio do Estado. Em 1935, chega a Porto Alegre, ingressando na empresa Caldas Júnior, trabalhando no jornal Correio do Povo. Teve, inclusive, sob sua responsabilidade, seções deste jornal como o Caderno Literário. Foi redator e secretário da revista Província de São Pedro e também trabalhou na Editora O Globo e em sua

Revista. Colaborou com os jornais Folha da Tarde e Zero Hora. Trabalhou no Rio de Janeiro, no Diário de Notícias.

Pertenceu à Associação Rio-Grandense de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo membro titular deste último. Em 1993 foi patrono da Feira do Livro de Porto Alegre.

Sua área de especialização em pesquisa foi além do jornalismo, tornando-se um grande estudioso de Simões Lopes Neto, mantendo uma incansável busca de documentação e de produção deste autor.

Quando do centenário de seu nascimento, foram-lhe prestadas várias homenagens, dentre elas no Instituto João Simões Lopes Neto, em Pelotas, no Instituto Estadual do Livro e na Associação Ligia Averbuck.

B) Seleção Bibliográfica

REVERBEL, Carlos. Barco de Papel. Porto Alegre: Globo, 1978.

REVERBEL, Carlos. Saudações Aftosas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1980.

REVERBEL, Carlos. Um Capitão da Guarda Nacional: vida e obra de J. Simões Lopes Neto. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

REVERBEL, Carlos (Org.). Diário de Cecília de Assis Brasil: período 1916-1928. Porto Alegre: L&PM, 1983.

REVERBEL, Carlos. Pedras Altas: a vida no campo segundo Assis Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1984.

REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-paus. Porto Alegre: L&PM, 1985.

REVERBEL, Carlos. O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

REVERBEL, Carlos. Assis Brasil. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

REVERBEL, Carlos; LAITANO, Cláudia. Arca de Blau. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1993.

REVERBEL, Carlos; COSTA, Elmar Bonnes da. Luiz Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1996.

C) Depoimento

“A pesquisa que fiz na minha vida foi sobre Simões Lopes Neto. Muito do que tenho são documentos relacionados com ele, com sua vida, com sua obra e grande parte deste material não foi aproveitado no livro que escrevi, porque consegui os documentos depois de ter publicado o livro. Após, abriram-se muitas portas novas e, entre outras coisas, fiz uma bibliografia sobre ele. Comprovadamente houve apenas um artigo que, em vida do Simões Lopes Neto, reconheceu o valor literário de sua obra. Esse artigo foi feito por uma figura muito pitoresca, interessante e foi publicado no Correio do Povo, em 1913. Lopes Neto morreu em 1916. Esse cidadão escrevia com o pseudônimo de Antônio de Mariz. Comprovei que foi apenas esse artigo, porque fiz o seguinte: tive a sorte, juntando os acervos da Biblioteca de Pelotas e de Rio Grande, de conseguir uma sequência completa de jornais, desde o dia do nascimento de Simões Lopes Neto até o dia da sua morte, em 1916. Então, fiz uma pesquisa em cima destes jornais, acompanhando toda a sua vida: nasceu em sessenta e cinco, morreu em dezesseis. Naquela época, como não havia esses meios atuais de comunicação, tudo que acontecia saía nos jornais locais, como por exemplo, noivado, batizado, até as notas do colégio, o resultado das notas – primeiro era o primário, segundo ano – até o enterro. Manipulando essa quantidade enorme de jornais e revistas do período em que Lopes Neto viveu, só encontrei, aliás, fui encontrar, posteriormente em Porto Alegre, quem publicou em primeira mão, fora o Correio do Povo, um artigo, enquanto Simões Lopes Neto estava vivo. O autor reconhecia o gênero literário que ele adotava porque os outros eram só noticiinhas, referências tais como: saiu o livro, vai sair, não sei o quê, o pessoal não valorizava porque Lopes Neto fazia uma literatura de caráter regionalista e não valorizavam. A cidade de Pelotas era um lugar muito europeizado, muito afrancesado, então, não davam valor a esse tipo de literatura. E, como ele se dedicou a inúmeras atividades e fracassou em todas elas porque era um visionário, um sonhador, inventava iniciativas, sendo mal sucedido em todas, tudo isso concorria para o seu descrédito. Ele não merecia muito crédito mesmo porque era um fantasista, um sonhador e, por outro lado, ele valorizava outros aspectos de sua atividade. Simões Lopes também era conferencista, professor, jornalista e tinha a mania do civismo. Era um seguidor do Conde Afonso Celso, autor de Porque Me Ufano de Meu País, e valorizava mais estas coisas do que propriamente a literatura que fazia. Houve um escritor que reconheceu o valor de sua obra enquanto estava vivo, repito, e sobre isso, existe correspondência. Foi o Coelho Neto que esteve na cidade de Pelotas em 1905, e entrou em contato com ele. Conheceu, principalmente, a parte folclórica da obra dele, as lendas com a estilização que fez, principalmente a do Negrinho do Pastoreio. Coelho Neto

valorizou a obra, mas não publicamente, foi apenas através de correspondência, o que quer dizer, que a carreira literária de Simões Lopes Neto foi póstuma.

Para mostrar, a partir desse único artigo em vida, a valorização a que ele chegou dentro da literatura brasileira é que estou fazendo a sua bibliografia, toda ela verificada nas fontes; o que não vi não está aqui. Agora, tenho um abacaxi: por que editar isso? Pode ser que nenhuma editora se interesse. Esse material não é para o público, não é para o leitor, é uma fonte para consulta e é o trabalho a que venho me dedicando há anos.

Agora tem muito mais. São mil e cinquenta e quatro referências bibliográficas sobre Simões Lopes Neto recolhidas na produção de quinhentos e dezoito escritores e jornalistas, com verificação direta nas respectivas fontes; acervo reunido até vinte seis de agosto de oitenta e sete. Quer dizer que, de agosto de oitenta e sete até aqui, deve ter mais umas cem, cento e tantas, no mínimo. A conclusão é que ele teve uma carreira póstuma que mostra o processo de valorização do escritor.

Deste reconhecimento há um detalhe interessante: sua obra, inicialmente, foi publicada em Pelotas, no final do século passado, começo desse. A principal editora do Rio Grande do Sul era a Livraria Universal, sem dúvida. Publicaram uma coleção de livros cujo título era A Estância Rio-grandense, algo assim; era um projeto editorial e não de livros eventuais. Dentro dele é que publicaram os três livros que Simões Lopes Neto lançou em vida. O primeiro livro publicado pela editora foi O Vocabulário Rio-grandense, de Romaguera Corrêa e várias outras obras de caráter regional.

Simões Lopes Neto fez sua carreira literária em Pelotas, sem sair de lá; vivia lá e editou os livros lá.

O que tem de interessante no meio dessa história toda sobre Simões Lopes Neto é que comecei essa pesquisa por conta da Livraria do Globo. Trabalhava na Revista do Globo, quando fizeram aquela edição crítica, reunindo os Contos Gauchescos e as Lendas do Sul; quem organizou a edição foi Augusto Meyer. Eles me mandaram a Pelotas para fazer umas reportagens sobre Simões Lopes Neto e também para ajudar no lançamento da edição crítica, publicada na Província de São Pedro, na Revista do Globo, etc. Fui para lá, em quarenta, quarenta e um, quarenta e dois. Naquela ocasião, só tinha lido os Contos Gauchescos e não tinha interesse em pesquisar nada relacionado com ele. Mas aconteceu uma coisa interessante. Lá chegando, fui direto à casa de sua viúva. Ela tinha o apelido de Dona Velha desde mocinha, mas seu nome era Francisca Meireles Simões Lopes. Ela era de uma família conhecida de Rio Grande – a família Meireles Leite –, inclusive seu irmão foi Secretário das Obras Públicas em Porto Alegre no Governo do Walter Jobim; chamava-se Antônio Meireles Leite. Cheguei, bati na porta, era uma casinha modesta, pobre. Ela era secretária, sobrevivia como secretária do Conservatório de Música de Pelotas. O fundador do conservatório, que era primo do Simões Lopes Neto, arrumou aquele emprego para ela; era do que ela vivia, porque tinha ficado sem recurso nenhum. Bati na porta, e ela veio, me apresentei, disse o que eu queria. Ela era uma senhora muito forte e geniosa. Chegou e me botou os cachorros dizendo: é, mais um que vem para cá incomodar, pegar as minhas coisas e não devolver, porque o Alcides Maya esteve aqui e fez isso. O Pinto da Rocha fez mais, tais e tais coisas e reclamava, inclusive, os originais que ele tinha extraviado. Disse que não me receberia, que estava cheia destes pedidos. **Pensei: “bem, aqui pifou, pifou aqui. . .” E comecei a me virar;** pelos idos de quarenta, ainda havia vários sobreviventes da época de Simões Lopes Neto, amigos dele, parentes, inclusive o médico que o atendeu quando morreu. Eu ouvi essa gente toda, reuni elementos e, finalmente, descobri os Causos do Romualdo, que ela dizia

que o Pinto da Rocha tinha extraviado. Achei publicado em folhetim na coleção de um jornal, o Correio Mercantil, em 1914.

Quando vi aquilo, pedi a coleção emprestada, levei para a filial da Livraria do Globo de Pelotas, datilografei tudo aquilo na forma de original, direitinho, terminei – demorou uns dois ou três dias.

Voltei na casa de Dona Velha com aquele material, bati na porta, ela veio de novo, me recebeu de cara amarrada, não fazia a menor ideia e eu disse assim: olha, Dona Francisca, vim lhe trazer um presente. Aquele livro que a senhora disse que o Pinto da Rocha tinha extraviado os originais, ele foi publicado no jornal de Pelotas e, felizmente, deu para encontrar o jornal. O livro está completo. Trouxe uma cópia para lhe dar de presente e, ao mesmo tempo, para dizer de uma conversa que eu ouvi aqui em Pelotas. Dizem que a senhora nunca deu atenção para a vida literária do seu marido e é verdadeiro, porque a senhora casou com ele em 1892, a publicação do livro ocorreu em quatorze, durante vinte e cinco dias consecutivos em um jornal e a senhora não tomou conhecimento.

Ela olhou para dentro da salinha e disse assim: Firmina, traz o baú. Aí uma tal de Firmina veio de lá com um baú de lata e botou perto dela. Então ela, disse: entre as coisas que tenho do meu marido só sobrou o que está aí nesse baú; o senhor pode consultar à vontade. Tenho uma correspondência grande dela. Aí, terminamos ficando amigos, os direitos autorais da obra de seu marido tinham sido vendidos para a Livraria do Globo, porque ela ficou com o acervo da Livraria Universal e Simões Lopes Neto já tinha vendido sua obra para a Livraria Universal. Quando retornei a Porto Alegre, trouxe os originais dos Causos do Romualdo, entreguei para o seu Henrique Bertaso e disse:

- Uma coisa interessantíssima. Naturalmente o senhor vai publicar e a propriedade literária é da viúva, provavelmente ela vai receber direitos autorais. E indaguei:

- Por que o senhor não abre mão dos direitos autorais desses livros? O que significa para a Livraria, se em benefício dela, que é uma pessoa que vive com dificuldade, tem um valor enorme, inclusive ainda trabalha já com idade avançada?

Ele me respondeu:

- Mas é mesmo, como é que nunca me ocorreu isso? Escreve agora uma carta para ela, dizendo que a Livraria do Globo abre mão desse direito em benefício dela.

Na mesma hora escrevi a carta e ele assinou.

Foi um grande negócio para ela, que viveu até 1965. Morreu com noventa e sete anos, três meses antes de comemorar o centenário do marido – quase que ela alcança e estava bem, estava lúcida. Ia ser uma coisa formidável, andou pertinho, ela sobreviveu a ele mais de cinquenta anos. Depois dessa ligação com ela, consegui muita coisa, mas o que é interessante é o seguinte: essa história do testemunho do contemporâneo é uma coisa terrível. A quantidade de coisas que havia em torno da vida desse homem, absolutamente fantástica, é tremenda! Por exemplo, corria o boato que ele tinha estudado Medicina no Rio de Janeiro e que tinha estudado engenharia. E eu, só jogando com as datas – que tinha ido em tal época para o Rio de Janeiro, tinha voltado em tal época no terceiro ano de Medicina, depois interrompeu por motivo de doença – era um período tão curto e ele era tão jovem que não dava nem para fazer o curso de Humanidades. Naquela época, o Curso Preparatório não podia ocorrer no espaço de tempo que comentavam e entrei na intimidade de pessoas da família e fiquei sabendo uma série de coisas. Algumas não publiquei, porque não quis dar um caráter sensacionalista – para não desviar a atenção; o que interessa é a figura do escritor. Tenho informações que nunca divulguei e há inclusive pessoas que me contaram, que me forneceram documentos, que já morreram, de modo que estes dados jamais serão

divulgados, e daria para fazer, inclusive, coisas sensacionalistas. Se eu deixar para alguém, vou estudar uma maneira, porque é muito difícil, porque não existem instituições confiáveis.

Minha biblioteca não é a melhor, mas é boa sobre assuntos rio-grandenses. Quem tem a melhor biblioteca sobre este assunto é o Júlio Petersen. Ele se dedica a isso. Quando sabe da existência de um livro que lhe interessa lá em caixa prego, ele vai atrás; tem feito viagens enormes em busca de livros e está com uma biblioteca notável. Não visa tanto a quantidade, mas, as raridades sobre um determinado assunto geral do Rio Grande do Sul. Sua biblioteca é notável. Sob esse aspecto, ele está prestando um serviço muito grande, reunindo um patrimônio. Aconteceram coisas como essa que vou narrar, como exemplo:

Quando venderam a casa do Dr. Borges de Medeiros, aquela que ficava ao lado do Museu Julio de Castilhos, que foi, também a casa do Julio de Castilhos, não tinham onde colocar a biblioteca. O Dr. Borges tinha uma filha adotiva que casou com o Dr. Sinval Saldanha. Quando o Dr. Sinval e sua esposa morreram, ficaram os netos. Eles se encarregaram de tocar, queimar tudo, venderam o campo de Cachoeira, venderam a casa de Porto Alegre. Parece que conseguiram uma lei especial da Assembleia Legislativa para esta venda, porque ela fora doada ao velho Borges por correligionários do Partido Republicano e amigos.

Tinha sido, anteriormente, doada ao Julio de Castilhos. O velho Borges, naturalmente, recebeu a casa em usufruto, para restituir ao Estado depois de sua morte e de sua senhora, mas, não sei de que jeito, conseguiram vender a casa. Foi demolida e nem construíram nada no lugar ainda, mas pelas dúvidas já foram demolindo. . .

Portanto, não tinham onde deixar os livros. Colocaram num guarda-móveis que havia na Av. Borges de Medeiros, mas nunca pagaram, e o dono do guarda-móveis terminou ficando com a biblioteca por causa da dívida e ela foi leiloada. O Julio compareceu e arrematou a biblioteca, entre outras coisas. Mexendo nos livros, encontrou, principalmente, cartas, algumas muito importantes, não foram muitas, porque a correspondência do velho Borges foi doada ao Instituto Histórico e Geográfico, por sua determinação. Ele, inclusive, era membro do Instituto, membro nato, porque se interessou por sua fundação. Era ele quem protegia a instituição, angariando recursos. Assistia às sessões eventualmente e, então, deixou em testamento para a o Instituto, o seu arquivo, quer dizer, a correspondência passiva.

Durante muito tempo, essa correspondência ficou guardada para ser classificada. Hoje é franqueada aos pesquisadores. Bem, em uma ocasião, quando ainda não estava catalogada, veio um redator do Estado de São Paulo que queria ter acesso à documentação, principalmente aos assuntos relacionados com a Revolução de 1932, na qual o velho Borges se associou, tendo até ido para a campanha e pegando em armas junto com o Dr. Pilla. Logo em seguida, o Dr. Pilla foi mandado para Buenos Aires, para ser uma espécie de embaixador da Revolução no Prata, e o velho Borges, com o Luzardo continuaram a refrega, até que veio aquele combatezinho do Cerro Alegre e eles foram derrotados e presos. E, uma coisa curiosa: o velho Borges foi mandado para o exílio, em Pernambuco, donde era originário através do pai. Resumindo: o Julio ficou com a biblioteca, está ótima, está lá. . . está bem conservada, está guardadinha. Se estivesse nas mãos dos netos ficaria muito pior, não?!

A propósito dessa história do velho Borges, filho de pernambucano, uma coisa interessante. Numa ocasião, uma revista do Rio de Janeiro, revista que hoje é

pornográfica, mas que, naquela época, não era, a tal Ele & Ela, fizeram uma espécie de provocação, uma safadeza para cima de mim, encomendando um artigo sobre o machismo gaúcho. Como eles pagavam muito bem, aceitei e fiz o artigo, mas dando a seguinte interpretação que tiveram que engolir e publicar: é, realmente essa fama aí de machista, é mais ou menos uma realidade, pelo menos existe essa fama. Agora, tem que explicar sua origem, nós a herdamos das províncias mais antigas do Brasil. Quando o Rio Grande do Sul começou a ser organizado administrativamente, em 1737, lá na cidade de Rio Grande, o pessoal que veio com o Silva Paes era tanto de origem portuguesa como também brasileiros por terem nascido aqui; embora o Brasil ainda fosse colônia. Já eram aqui nascidos em outras províncias, e, às vezes, já há uma, duas ou três gerações. Então, nós, gaúchos, herdamos isto – o machismo – de vocês, que são mais antigos.

O velho Borges tinha os pais pernambucanos e o processo da nossa formação começou muito mais tarde do que no centro do país, mais particularmente no norte do país. Então, nós somos herdeiros. . . Que machistas?! Machistas são eles que puderam, inclusive, nos transmitir essa herança. Levei a história do machismo para esse lado e não caí na esparrela, porque a revista queria que eu chegasse lá; o objetivo era fazer uma gozação. Não fiz neste sentido esculhambativo, mas saltei para esse lado; herdamos de vocês.

É uma pena! Tenho muitos documentos que ainda não utilizei, mas, entregar para uma instituição, depende do responsável. Por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico. . . o Museu Julio de Castilhos tem um bom diretor. Que maravilha! Bota tudo no lugar, ajeita, mas, se vem depois um diretor que não presta, que não tem nada que ver com aquilo por injunções políticas, ou o que for, anarquiza tudo, esculhamba tudo e, inclusive, rouba tudo; é um problema. Um dos últimos diretores do Museu Julio de Castilhos roubou a coleção de moedas do Instituto. O Tribunal de Contas denunciou o homem, dizendo que tinha sido na gestão do fulano de tal que a coleção de moedas tinha desaparecido. Ficou tudo por isso mesmo. A gente está cansada disto, não encontra nada confiável e eu, de vez em quando, penso em fazer alguma doação, mas depois recuo, porque é difícil. Acho, também, que é uma barbaridade, mas uma instituição americana conservaria melhor nossas coisas, inclusive, em nosso benefício. Em uma ocasião, precisei fazer uma pesquisa na Biblioteca Nacional; tive que ir ao Rio de Janeiro o que significou perder um tempo enorme e gastar um mundo de dinheiro, pois tudo era por minha conta. Em função da mesma pesquisa, eu precisei de uma bibliografia da Biblioteca do Congresso, em Washington, solicitei os dados pelo catálogo e eles me enviaram um microfilme. Ou seja, fiz uma consulta a Washington sem precisar sair daqui; fiz outra ao Rio de Janeiro e tive que ir lá. Incrível! Hoje, eles têm microfilme na Biblioteca Nacional, mas não sei se tudo está microfilmado, mas já faz tempo que eu não vou lá, mas isso aconteceu.

A Biblioteca do Oliveira Lima está em Washington, na Universidade Católica da América. Ele pretendia que se tornasse uma Fundação, estabeleceu as condições e o governo não as atendeu; lá pelas tantas saturou. Sua biblioteca estava em Londres, onde ele estava morando depois de aposentado do Itamaraty. Tinha sido professor quando serviu à delegação brasileira em Washington, nessa Universidade Católica. Os americanos souberam daquela história, entraram em contato com Lima, fizeram tudo o que ele queria e a Biblioteca foi para os Estados Unidos. Qualquer coisa que se precise da biblioteca do Oliveira Lima, que reuniu a melhor Brasileira que se conhece, é só pedir que a biblioteca manda. Isso eu vi, isso é uma barbaridade! Uma coisa incrível!

Não faz muito tempo, fui num dos sebos de Porto Alegre e encontrei vários livros pertencentes à biblioteca do João Neves da Fontoura. Quer dizer, várias pessoas comprando seus livros; é lógico, estavam à venda. Uma das pessoas que comprou foi o Paulo Brossard, que tem uma biblioteca muito boa. Numa de suas viagens a Porto Alegre, quando era ministro, comprou vários livros; comprei somente alguns, porque já cheguei meio no fim, como hoje não saio muito. Mas fica uma pergunta: como é que estes livros foram parar lá, o que houve, o que se sabe?

João Neves da Fontoura foi o único político rio-grandense de 1930 que tinha Arquivo. Getúlio nunca teve, o Oswaldo Aranha não juntava nada e seria capaz de atirar os livros pela janela. Bem, o único foi o João Neves e isso está documentado em suas memórias; aqueles dois volumes ótimos de memórias. Pretendia escrever um terceiro, mas faleceu. Escreveu um artigo formidável que tem um valor histórico muito grande. Tinha uma ciúmeira do Getúlio, por princípio, depois romperam e ele redigiu o artigo até certo ponto, no sentido de prejudicar o Getúlio politicamente, pois mostrou, por exemplo, as tergiversações do Getúlio na campanha da Aliança Liberal e na preparação da Revolução de 1930. O Getúlio tocou a Revolução, foi levado meio de arrasto pelos outros e depois foi um grande profeta da Revolução.

Às vezes, penso o seguinte: era uma oligarquia, com todas as suas características. Mas, desde a proclamação da República 1930, o processo sucessório sempre ocorreu nos termos constitucionais, normalmente, sem nenhuma interrupção. Veio o Getúlio, ficou quinze anos, depois falhou cinco e veio para mais cinco, ia completar vinte e aí resolveu se matar antes. Se não tivesse ocorrido aquela seção do processo sucessório, talvez hoje a gente já estivesse praticando uma democracia melhorzinha. Quem sabe. . .

Naquele período primeiro da República Velha, houve grandes presidentes, a começar pelo primeiro civil, Prudente de Moraes, que acomodou a situação pós-revolucionária, acontecida em noventa e três. Depois, o Campos Sales, o Rodrigues Alves, grandes figuras, grandes presidentes, e não houve nenhum que pudesse ser rotulado como palhaço ou corrupto, entre os presidentes. Depois de 1930, veio a sucessão com situações horrorosas, como colocar o João Alberto, com vinte e três, vinte e quatro anos como interventor em São Paulo, quando no máximo tinha chegado ao posto de tenente da República da Coluna do Prestes. E outra coisa: como um repórter, acompanhei esse período todo, pois comecei a trabalhar em 1930 e 1934. O Getúlio, por exemplo, trabalhava com todo o tipo de gente, sempre para servir seus interesses. Ele tinha cafajestes, como o Barreto Pinto, aquele que tirou a fotografia de cueca para a Revista O Cruzeiro, e tinha santos, como o Clovis Beviláqua, que era um sábio, que servia a Vargas; ele era fantástico e genial. Ah, a política!

Fui muito amigo do Moysés Vellinho, trabalhamos juntos na Revista Província de São Pedro.

Também fui muito amigo do Augusto Meyer . Esse livro que escrevi sobre Simões Lopes Neto foi, em grande parte, estimulado por ele; inclusive ele já tinha morrido quando foi editado. Então publiquei uma carta dele à guisa do prefácio. O Augusto sempre acompanhou Lopes Neto; era uma figura fantástica. Quando ele sabia que uma pessoa tinha interesse por alguma coisa, colocava-se à disposição, por assim dizer, a serviço daquela pessoa. Quando soube que eu estava trabalhando na pesquisa do Lopes Neto, me escreveu espontaneamente, fazendo sugestões, estimulando-me e oferecendo-se para me auxiliar. Eu digo que ele era um escritor-fonte. A gente, por exemplo, aproveitava lendo seus livros, tirando sugestões, seguindo os caminhos que ele abria; lendo, principalmente, o que se referia a assuntos nossos. A gente percebe

justamente isso: o interesse dele em abrir estradas para outros, através do trabalho que tinha elaborado, do que estava fazendo. Até eu conseguir que o Maurício Rosenblatt, quando era do Conselho Estadual de Cultura, que não existe mais, apresentasse lá uma sugestão para o Estado editar a obra completa do Augusto, ele sugeriu, mas ficou por isso. O próprio Instituto do Livro também entrou em uma fase de bastante atividade. Se eles conseguissem uma forma de reeditar a obra completa do Augusto Meyer, prestariam um serviço, do ponto de vista cultural, extraordinário para o Brasil inteiro, e não somente para o Rio Grande do Sul. O Monteiro Lobato dizia uma coisa interessante. **Afirmava que “o bom escritor tem que ter um bom editor”**. Esse é um casamento que tem que ocorrer, porque o bom escritor que se dispersa através de vários editores, principalmente de editores pequenos, termina sendo grandemente prejudicado na divulgação de sua obra. Foi o que aconteceu com o Augusto. Sua obra está dispersa através de dez ou doze editores, quase todos já desaparecidos e alguns muito fracos. Têm livros dele praticamente inéditos, em grande parte por causa do que o Monteiro Lobato dizia. Ele foi do ramo, foi editor; por sinal faliu, pois se antecipou muito no tempo. Hoje, eu acho que não iria à falência, mas em 1920 e poucos terminou falindo.

O acervo do Augusto Meyer, do ponto de vista cultural, é a grande expressão da cultura rio-grandense. Ele foi um alemão puro de três gerações; não tinha mistura, etnicamente; de três gerações. O pai e a mãe descendem dos colonos que aqui chegaram em 1824 e é interessante o modo como Augusto se impregnou das coisas da nossa terra e como as transformou em poesia e em prosa da melhor qualidade. Seus dois livros de memórias, Segredos da infância e No tempo da flor, são obras primas. Ele escreveu somente esses dois volumes.

Por causa do Augusto e outros foi que inventei uma história e deixei um cônsul alemão aqui louco. Depois ele foi para o Japão e foi uma pena, porque aconteceram uma série de situações. Conto: um dia conversando com esse cônsul disse meio de brincadeira:

- O senhor sabe que tenho uma teoria sobre o teuto-gauchismo?

E ele respondeu:

- Mas que história é essa?

E eu disse:

- É uma coisa engraçada e é uma explicação racional, também meio espírita, pois, questionei: como se explica que haja uma espécie de afinidade cultural entre o elemento de origem teuta – aqui no Rio Grande do Sul –, e o pessoal crioulo, o pessoal pelo duro? Em termos contemporâneos, dentre os pajadores, que fazem aqueles improvisos, como Jaime Caetano Braum e outros, o Augusto Meyer é o melhor. Na pintura, quem retratou melhor o aspecto regional da vida rio-grandense foi Pedro Weingärtner. O primeiro regionalista rio-grandense foi um alemão nato chamado Karl, que veio para cá com o Koseritz. Já o primeiro romance, uma novela regionalista do Rio Grande do Sul, foi escrito por um alemão, com o título O Patuá e se passa em Guaíba, numa fazenda. Esse alemão foi quem fez o primeiro Almanaque que saiu em Porto Alegre, depois foi para o Rio de Janeiro e veio com o Koseritz. Ele era um daqueles soldados alemães que vieram para cá, contratados pelo Império, para as guerras da fronteira. E, a propósito, um detalhe interessante: quem fundou e modernizou o exército português e brasileiro aqui, foi um alemão, o general Böhm. Existe, inclusive, um livro dele muito interessante, sobre sua permanência no Rio

Grande do Sul e por aí se vai; são coincidências, eu não tenho uma explicação. Mas o caso é que esse cônsul disse:

- Mas, isso é uma coisa formidável. Vamos aprofundar esse negócio, vamos conversar mais seguido e vou lhe proporcionar uma viagem à Alemanha.

Eu lhe respondi:

- Não, na Alemanha não tenho nada. Na Alemanha não vou conseguir nada, tem que ser aqui.

Aí ele foi transferido para o Japão e, quando desta mudança, brinquei com ele dizendo:

- O senhor sabe que, durante o período da guerra, um cônsul alemão que servia aqui também foi transferido para o Japão?! Ele estava meio comprometido, num negócio daqueles. Houve muito falatório e também tinha fundamento. Acompanhei a situação horrorosa e coloquei no jornal na época. Quando estavam depredando uma das lojas e eu estava olhando, um homem saiu com um rádio debaixo do braço e perguntei: mas o que é isso companheiro? O que faz com esse rádio aí?

E ele respondeu:

- Não, esse vou quebrar em casa, vou quebrar em casa. . .

E foi embora com o rádio dizendo: vou quebrar em casa. . .

Mexi com o cônsul dizendo:

- Olha, o outro cônsul foi daqui para a Alemanha e de lá para o Japão, por transferência igual a sua, e logo depois estourou a Segunda Guerra. Será que nós vamos ter uma terceira? Será que isso é um indício nesse sentido?

Ele achava graça e ria. . .

Mas, retornando ao Augusto Meyer: há trabalhos muito importantes ligados à nossa cultura e pesquisa de campo feitas por ele há bem pouco tempo. Poucos dias antes de morrer, ele esteve aqui em casa; morava na Rua Quintino Bocaiuva, aqui perto. Trouxe uma tradução do Bonpland feita por ele, uma viagem do Bonpland pelo interior do Rio Grande do Sul; eu tenho o livro com a tradução. Prefaciei um de seus livros; uma coisa engraçada que ele me pediu numa ocasião. Tenho impressão que foi por 1970. . . Tenho o livro original. Este foi o último livro que ele escreveu. Mas é uma coisa. Estou tão chateado, porque queria dar todos os meus livros. Mas justamente por ir dando, eu só tenho um exemplar de cada um e todos estão esgotados.

Dos meus livros, um que considero interessante, é sobre Pedras Altas. Lá encontrei duas coisas: o diário da Cecília Assis Brasil, infelizmente incompleto. Seria uma obra fantástica se não fosse o desinteresse, porque ela começou o diário em inglês, quando criança, e o manteve até morrer. Mas, a partir da adolescência, começou a escrever em português. No início era em inglês, seguindo a orientação de seu próprio pai.

Ela tinha uma preceptora inglesa. Fui muitas vezes lá. A Dona Quinquinha morreu há poucos dias. É uma situação engraçada, ela já estava muito idosa, oitenta e tantos anos. Cinco dias antes de morrer, ela me telefonou de Pedras Altas e disse assim: olha, eu fui convidada para a Exposição Rural de São Gabriel, vão me prestar uma homenagem lá e criaram um troféu. O troféu tinha o nome dela e seria o primeiro. Depois, a cada ano, seria entregue a uma mulher que tivesse se destacado nas lides do campo. Ela me telefonou e disse: a exposição é tal dia, eu vou lá, e gostaria que tu fosses.

Fui e assisti à cerimônia com ela e com sua família. Tinha parentes em São Gabriel; o velho Assis era filho de São Gabriel. Depois da comemoração, voltei para

Porto Alegre. Cinco dias depois ela faleceu, lá fora, em Pedras Altas mesmo. Morreu do coração, se apagou; estava muito idosa, com oitenta e tantos anos. Era a pessoa que se interessava por tudo de Pedras Altas. Um dia, vi lá uns cadernos, algo assim e peguei para olhar; era o tal diário da Cecília! Disse: mas Dona Quinquinha isso aqui dá um livro, é um negócio interessantíssimo.

E ela respondeu:

- Mas será?! Eu acho que têm umas coisas aí tão simplórias, não sei.

Eu lhe respondi:

- Não, é muito interessante. . .

Ela reagiu:

- Bem, então leva, e depois vamos ver o que fazer.

E eu completei:

Está certo.

Trouxe para cá e dei ao livro o título O Diário de Cecília. Fiz somente a seleção dos textos, sem alterar uma vírgula, somente a seleção! Acho que ficou incompletíssima. Vários cadernos foram perdidos por pessoas da família que se interessavam, levavam e depois perdiam. Depois de editado o livro, encontrei alguns textos isolados; muitos estavam, inclusive, com uma irmã dela, que ainda está viva. De todos os familiares, restam as três mulheres; os dois homens morreram em 1988. Aquele diário completo seria o documento mais extraordinário, algo raro no gênero, de valor inestimável, fantástico, mas ficou incompleto.

O outro trabalho que fiz sobre Pedras Altas, o segundo, foi o seguinte: o velho Assis também manteve um diário durante todo o período de construção do castelo, um diário manuscrito; são volumes e volumes, de vários anos. Então, segui o roteiro do diário e fiz uma reconstrução da construção do castelo considerando os motivos que o levaram a erguê-lo. Ele era uma figura muito importante, muito! Quis fazer um trabalho a partir da seguinte ideia: a oposição entre ele e o meio, quer dizer, centrado na ideia de resistência. Por exemplo, ele introduziu raças de galinhas americanas que produziam mais ovos do que as nossas, as caipiras. Queria vender ovos e disseminar esta raça de galinha; tinha sempre esse espírito de difundir novas tecnologias. Aí, inventaram que ele dava uma fervidinha nos ovos antes de vendê-los para que somente ele tivesse aquele tipo de galinhas; essa é uma das inúmeras histórias que inventavam. Em uma ocasião houve uma situação engraçada. Ele também criava cavalos de corrida e estava tentando embarcar uma potranca na estação ferroviária de Pedras Altas para o porto de Rio Grande, de onde seria levada para o Rio de Janeiro, de vapor. Antigamente o trem tinha um carro para os animais, um para as bagagens e mais a composição de passageiros, constituída pelo carro de segunda classe e por dois ou três de primeira. O comboio parou na estação de Pedras Altas, dentro da linha Bagé-Rio Grande. Ele, pessoalmente, queria fazer a potranca entrar no vagão, mas quando ela chegava na porta, refugava e ele reiniciava. Daí um pouco chegou o chefe do trem – era um tempo em que todo mundo se conhecia –, e disse:

- Dr. Assis, o trem já está atrasado quase meia hora. Acho melhor deixar para outra ocasião o embarque da sua potranca.

O velho Assis respondeu:

- Mas, se não a embarcar, vai perder o vapor que sairá do porto de Rio Grande dentro de dois ou três dias; depois somente daqui a quase um mês para ter outro.

Antes disso, tem uma exposição lá e se ela não for agora, ela não poderá concorrer. Aí o chefe do trem respondeu:

- Bem, então vamos fazer mais umas tentativas.

Seu inimigo político na região, hoje Pinheiro Machado, então município de Cacimbinhas, era o Hipólito Ribeiro, ele chegou e disse:

- Dr. Assis, o senhor permite, vou tentar embarcar a potranca.

E o velho Assis achando que, como ele não tinha conseguido, o outro também não conseguiria, concordou:

- Está bem.

Aí o velho Hipólito Ribeiro, que era homem do campo, mais de campo do que o velho Assis, que era um intelectual na campanha e não era cultivado nas lides campeiras, pegou a potranca, fez umas festinhas na tala do pescoço, deu uma voltinha para cá, uma voltinha para lá, falou com ela, se afastou um pouco, veio, veio vindo, mandou o pessoal que estava ali perto se afastar e a potranca entrou direitinho no vagão.

Resolvido o problema, ele foi ao velho Assis que lhe disse:

- Mas, francamente, até que o senhor tem jeito para lidar com animais!

Aí o Hipólito Ribeiro, que esperava um agradecimento, respondeu assim:

- Tenho, sim senhor, principalmente para lidar com animais de duas patas que são os mais coiceiros!

Mas, retornando o assunto, seria um estudo muito interessante estudar as reações do meio às novidades que Assis Brasil introduzia. Me dou muito com o Paulo Brossard e, no período que ele pesquisou sobre o Dr. Assis, esteve várias vezes aqui. O Senado vai editar seu trabalho e estou ansioso para que seja publicado! Cedi material para ele, e vai ser um trabalho interessante. Mas há um material que não pude emprestar, porque a pessoa que me deu, disse: só lhe empresto com uma condição: não emprestar para ninguém; nem diz que tu tens. É uma preciosidade tão formidável e única, que fiquei com um calo em um dedo copiando o conteúdo; copiei grande parte dela. É uma revista, que saiu em Pelotas no fim do século passado; algo do ponto de vista cultural rio-grandense da maior importância. Uma revista de agricultura, Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, fundada em 1897, e editada até 1910, na primeira fase. Depois teve uma segunda fase que foi de 1910 para cá, não tendo interesse maior. A fase inicial é fantástica, principalmente por causa da colaboração de um francês, que veio contratado para “ouvir” sobre a agricultura que havia em Pelotas. Daí se originou a atual Escola de Agronomia, que hoje pertence a uma universidade de Pelotas. Ele se chamava Guilherme Münsen e era francês. Esse homem é avô de uma senhora Münsen, que tem uma biblioteca infantil com seu nome, Lucília Münsen. Seu pai só deixou um filho; o pai dessa senhora, e esse filho teve vários filhos. Bem, esse homem era formado numa das principais escolas de agronomia da França, na época a mais importante. E, independente disso, ele tinha um espírito público e amplos conhecimentos gerais; era um humanista. O fato é que ele colaborou nessa revista do primeiro ao último número, divulgando as técnicas mais modernas na época. A revista é um repositório fantástico. A neta tem a coleção completa, a única completa; na Biblioteca de Pelotas e na de Rio Grande estão incompletas.

Quero ver se a Dra. Lucília, que mora no interior, permite que alguém microfime esta revista pois é um documento valioso. Não se pode escrever a história

da economia agrícola do Rio Grande do Sul sem essa revista. De jeito nenhum! Têm matérias fantásticas como, por exemplo, a introdução da soja no Rio Grande do Sul.

Existe uma série de lendas sobre a soja no estado. A última é que foi Raul Bopp, quando era cônsul em Kobi, no Japão, quem mandou um saquinho de sementes e assim começou seu cultivo. Uma outra lenda narra que o Dr. Gentil Coelho Leal, que era professor da Escola de Agronomia em 1925, teve uma lavoura experimental de soja; há mais duas ou três versões que correm por aí. Retornando a tal Revista, encontrei ainda no século passado, um artigo do Guilherme Münsen sobre a soja, aconselhando seu cultivo no Rio Grande do Sul. Descreve a planta principalmente do ponto de vista agrônomo e econômico, explica como é que se planta e, economicamente, o que representaria para o Rio Grande do Sul, já que era uma região favorável para esta cultura. Na Revista, havia uma seção de consultas dos leitores de modo que pudessem tirar suas dúvidas. Quer dizer, buscava colocar a teoria à serviço da prática. Por exemplo: um cidadão da cidade de Dom Pedrito que plantava soja, enviava uma carta apresentando o que tinha colhido, o que não tinha colhido, como procedia e quais tinham sido os resultados. Essa carta motivou uma outra de um cidadão da cidade de Canguçu, que também plantava soja. Depois desistiu devido a problemas econômicos que não favoreciam seu desenvolvimento e porque o produto era usado apenas como ração animal. Não é como na criação extensiva: estavam plantando soja para dar em coxo. Grande parte da soja que compram do Rio Grande do Sul, na Europa, usam para ração animal e, inclusive, para transformá-la em carne. Quer dizer, nós fornecemos tudo. E tem mais: os produtores exportam farelo de soja, principalmente para o Japão, sem tirar todo o óleo. No Japão, extraem o resto do óleo, aliás, fazem da soja cento e tantos subprodutos, para várias áreas da indústria de alimentação, para uso medicinal, sendo o último emprego a ração animal. Então, tem exportador de soja que ainda usa esse truque ganhando muito dinheiro, subfaturando o produto.

Divagando um pouco, a gente vê, que nosso país é muito louco. O Brasil é um país tão maluco, totalmente surrealista! Um dia desses, a Revista Veja, publicou o contracheque do Sarney. Ele ganha dez mil cruzeiros e o motorista dele, trinta. Querem que a gente acredite num país em que acontece uma coisa dessas?! Era para um presidente se rebelar: olha, esse negócio não é possível. Não vou fazer o papel de palhaço aqui recebendo uma remuneração de dez mil cruzeiros por mês, quando o meu motorista ganha trinta. É incrível! Na minha experiência de jornal, vi coisas chocantes. De um modo geral, a falta de espírito público do político brasileiro é um caso de polícia.

Conheço a mãe do atual presidente, desde quando ela era menina, mocinha, aqui em Porto Alegre. Eu conhecia o Lindolfo Collor; sua filha me telefona seguidamente para conversarmos. E aconteceu o seguinte: muito antes do filho ser candidato, publiquei um artigo na Zero Hora sobre Lindolfo Collor, que conheci muito. Foi uma grande figura, independentemente desse rapaz. E estou metido nisso por causa da sessão que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul organizou para o centenário dele. É algo que vem sendo pensado, há quase dois anos; o centenário é agora, em noventa. Publiquei um artigo sobre ele. O Vianna Moog tinha loucura por ele; era seu herói. Trabalhei com Vianna Moog, e fui muito amigo dele. Escrevi o artigo e três pessoas me telefonaram pedindo que eu o apresentasse à filha do Lindolfo Collor. Que barbaridade! Três pessoas totalmente desconhecidas. Uma, inclusive, queria que eu fosse a São Leopoldo com ela, dando a entender que essa intermediação seria, para mim, uma coisa formidável. Respondi: não saio da minha casa. Mas se essa senhora quiser falar comigo, ela que venha aqui. Não saio da minha casa, não acompanho desconhecidos a lugar nenhum. A que ponto chega esse negócio para fazer

aproximação! E mais, dando a entender que seria uma coisa muito interessante para mim e se identificando, sou o fulano de tal. É uma coisa bárbara! A gente vê coisas incríveis! Tudo isso é que leva a um desalento, a uma tristeza.

Essa situação que narrei leva a pensar sobre os padrões éticos no passado. O velho Borges, com todos os defeitos, fechando, inclusive, os olhos para crimes políticos, do ponto de vista pessoal sempre manteve uma lisura em relação aos negócios do Estado. Em uma ocasião, ele mandou fazer uma perquirição em cartórios que resultaram em condenações, as quais redundaram no suicídio de coletores. O processo foi assim: chegava o diretor geral do Tesouro, de surpresa, no cartório, lacrava os livros e fazia a correção. Qualquer irregularidade que o funcionário encontrasse tinha ordem de dirigir-se ao delegado de Polícia do município e fazer a prisão do responsável na hora. E funcionava! Uma coisa que acontecia muito: o velho Borges escolhia, a dedo o chefe político, de preferência rico, do interior, aqueles coronelões, pois não precisaria mandar dinheiro. Houve alguns que até ficaram pobres gastando com a política. Esse Hipólito Ribeiro, de Cacimbinhas, que citei há pouco, em uma ocasião sustentou, durante alguns dias, quatrocentos e tantos provisórios. Terminou tendo que vender a estância e comprou um pedaço de campo.

Não há dúvida de que o velho Borges zelava por aquilo; uma coisa tremenda! O Itiberê de Moura, que foi um advogado ilustre, criminalista, me contou uma história e escrevi um artigo que publiquei no Correio, quando ele morreu. Foi o seguinte: ele estava estudando Direito, no último ano, a família era de Cachoeira e tinha poucos recursos, estudava com dificuldade e tratou de arrumar um emprego. A forma de arrumar emprego era com um pistolão. Não havia concurso. Aí um amigo que tinha amizade com o velho Borges, explicou a situação e Itiberê foi nomeado Juiz Distrital em Santa Cruz. Naquela época, havia o Juiz Distrital e o Juiz de Direito. O Distrital preparava a culpa, o de Direito julgava. Tinha ainda o Ministério Público e o Promotor. Antes de assumir, Itiberê pediu uma audiência no Palácio para se apresentar e agradecer a nomeação. Um dia por semana, o velho Borges dava entrevistas, isto é, audiências públicas: as pessoas faziam uma fila na porta do gabinete dele e iam entrando, um por um, e ele recebia em pé, do lado da escrivaninha, sempre em pé. O secretário dele, Othelo Rosa, sentava, anotava, o nome da pessoa e o objetivo da audiência. Uma vez por semana havia esse ritual de receber em pé; era para não demorar. O visitante ficava em pé também, dois, três minutos e ia embora. O Itiberê entrou na fila, se apresentou e agradeceu aquela nomeação, que para ele seria muito importante, pois, poderia terminar seus estudos tranquilamente. O velho Borges perguntou: "quando é que o senhor vai assumir o cargo?"

Ele disse:

- Pretendo viajar para Cachoeira tal dia porque lá é a sede do termo. Depois, vou para Santa Cruz, para entrar no exercício do cargo.

O velho Borges respondeu:

- Não senhor. O senhor vai assumir na Secretaria do Interior e viajar direto para o posto que fica em Santa Cruz. O senhor, indo a Cachoeira e de Cachoeira para Santa Cruz, vai necessitar no mínimo de três diárias, porém, indo daqui diretamente, o Estado vai pagar uma diária só, de maneira que o senhor já sabe que tem que assumir aqui, na Secretaria do Interior.

Conforme se vê, o velho Borges zelava por tudo isso. Lembro outro caso com pessoas famosas. Eram três: João Pereira Parobé, João Vespúcio de Abreu e o terceiro João, que fundaram a Escola de Engenharia; eram os técnicos que o velho Borges

utilizava. Eram amigos dele, positivistas, puritanos. Então, veio um francês vender material para a Viação Férrea, que era do Estado, na época, e tratou com o Secretário de Obras Públicas, o João Pereira Parobé, ficando tudo acertado. Ele, conversando com o velho Borges, com quem tinha a maior intimidade, disse assim: “mas coisa curiosa, sabe que esse francês me ofereceu uma comissão sobre as compras? Ele disse que isso é usual na empresa, que eles fazem, internacionalmente. E eu disse para ele que aqui não tinha esse negócio, que nós não recebíamos comissão”.

E o velho Borges inquiriu:

- O francês ainda está aqui?

- Está, ainda está. . .

- Então vamos fazer o seguinte. Tu vais falar com ele e vais receber a comissão, mas em material, que ele acrescente ao pedido mais dez por cento em material, que era a comissão que tu abriste mão em favor do Estado. E assim foi resolvido.

Em relação ao Othelo Rosa, secretário do velho Borges, o que aconteceu foi o seguinte. Ele não concordava com a Revolução de Trinta e afastou-se da política. O Dr. Borges, inicialmente, também era contra esta Revolução. Depois, o Oswaldo Aranha conseguiu dobrar a atitude de Borges de Medeiros e ele terminou aderindo. O Oswaldo Aranha era um homem fascinante, tinha um encanto pessoal extraordinário e, ao mesmo tempo, envolvia as pessoas com uma palestra interessantíssima, com um jeito, digamos, cavalheiresco. Era um homem de uma grande inteligência, mas não tinha maior profundidade de conhecimentos porque não fora um estudante muito aplicado. Antes de mais nada, era criativo, inteligente e eloquente; tinha inclusive, pessoas que liam para ele. E seu leitor número um se chamava Rubem Rosa, que morreu há pouco tempo, e era filho do desembargador Normélio Rosa. Rubem Rosa era um homem preparado, um homem humanista, um bacharel. As novidades que apareciam e que interessavam a Oswaldo Aranha, quando ele era Secretário do Interior, solicitava que Rubem Rosa lesse para ele. Era como se ele tivesse lido. Tinha uma inteligência extraordinária, expressava muito mais do que seu próprio acervo, porque, na base da criatividade, da inteligência, da facilidade, ele enganava Deus e todo mundo, dando a impressão de ser uma pessoa cultíssima, mas não era. E outra coisa, o cavalheirismo. Moysés Vellinho tem um filho chamado Oswaldo por causa do Oswaldo Aranha, seu único filho homem. Moysés Vellinho era oficial de gabinete dele. Naquela época, só podia ter dois oficiais de gabinete e, os de Oswaldo Aranha, eram o Moysés Vellinho e o Darci Azambuja, dois intelectuais de alto nível. Ele era fascinado pela inteligência, pela cultura. O Augusto Meyer, não podia ser oficial em seu gabinete porque já havia dois, então foi nomeado diretor da Biblioteca Pública, que, naquela época, pertencia à Secretaria do Interior. Não havia Secretaria de Educação. A Biblioteca Pública pertencia à Secretaria do Interior e quem nomeou o Augusto foi o Oswaldo Aranha, porque era fascinado pela inteligência e, ao mesmo tempo tirava proveito disso. O contato com essas pessoas era muito útil para ele. Mas o Othelo Rosa, conforme disse, anteriormente, não concordava com a Revolução de Trinta e o Dr. Borges, no início, também não. Rosa se afastou da política, ficou até o fim da vida fora da política e esse era motivo principal. Ele foi secretário particular do Dr. Borges de Medeiros, anos e anos, e também foi diretor do jornal A Federação.

A Federação, o jornal oficial que veiculava a propaganda da República foi fundado em oitenta e quatro, antes da proclamação da República e o velho Borges acompanhava lendo seus Editoriais. Ele lia as provas e se tinha alguma coisa para corrigir, fazia da seguinte maneira. Tinha um rapaz, que até conheci muito, muito

interessante, chamado Tirço Ferrari. Esse rapaz trabalhava na Federação, era uma espécie assim de office boy e com o tempo progrediu, estudou e se transformou num excelente jornalista e, quando fecharam A Federação, ele foi trabalhar no Correio do Povo e lá nós ficamos amigos, trabalhamos juntos. Esse Ferrari, quando rapazzino, tinha dentre suas funções a de levar, todos os dias, da redação do jornal, que era ali na frente do Correio do Povo, atualmente Museu Hipólito da Costa, até o Palácio, o editorial. Era só subir aquela ruazinha, hoje Caldas Júnior, mas, naquela época, se chamava Paisandú. E daí ele seguia para a Praça da Matriz. Ferrari, entrava no gabinete e ficava esperando que o velho Borges lesse. Se não tinha problemas dava o imprimatur, mas, quando tinha alguma coisa e outra que não concordasse, ele modificava, controlava tudo.

Outra coisa interessante era a bolsa do prestígio político. Conforme o adjetivo que A Federação usava para a pessoa, era a cotação dela junto ao Partido Republicano e ao Governo do Estado; o velho Borges acumulou duas funções e os títulos que usava eram: Presidente do Estado e Chefe Unipessoal do Partido Republicano – bonito esse par! Nessa Bolsa, conforme o adjetivo, por exemplo, havia o termo futuroso: o nosso futuroso correligionário fulano de tal. Em relação a um jovem era sinal de que ele, na próxima eleição para deputado estadual, seria incluído na chapa. O último da escala era o preclaro: o nosso preclaro correligionário. Ele seria, no mínimo, senador e quando a pessoa chegava a senador, o adjetivo era preclaro, e assim sucessivamente. Acho que era uma coisa errada –, o Juiz de Direito parece que tinha que fazer voto de pobreza, ganhava uma miséria e o velho Borges achava que aquilo era uma distinção, uma deferência. Pessoa não se investia naquela função, tinha que viver austeramente e com parcimônia, inclusive não ser mundano; frequentar a sociedade, mas sem mundanismo, uma série de sanções. Uma coisa curiosa, os marxistas, é até contraditório, porque eles são contra a influência da personalidade nos acontecimentos, mas, no entanto, ninguém cultivou mais personalidades do que eles. Lênin está lá até hoje, exposto à visitação pública, e Stalin era visto como o guia genial dos povos.

Um dia desses entrei na Livraria do Globo e a pessoa que lá estava fazia muitas interpretações: aqui não sei o quê, porque a economia, a pecuária, isso, aquilo, no Rio Grande. Quando chegou a minha vez, estava meio chateado, o pessoal estava todo fora da realidade que eu vivi e eu disse:

- Não vou interpretar nada. Vou dizer como era e como vivi, interpretar, que interprete quem quiser, a sua maneira.

E dei uma piadinha!

- Então bem, vou fazer uma interpretação: foi um milagre da Santa Clara, não, não da Santa Clara, do Padre Reus. O Padre Reus é mais próximo de nós e é uma santa pessoa e, entre outras coisas, foi confessor da Gilda Marinho que, quando adolescente e aluna do Colégio São José, em São Leopoldo, era um deslumbramento, era uma moça de uma beleza extraordinária; ninguém faz ideia. O confessor da moça, nesse colégio, era o Padre Reus, sim. Ele foi confessor da Gilda Marinho e resistiu a essa tentação; então vou atribuir o milagre ao Padre Reus.

Explicar dialeticamente porque houve, no Rio Grande do Sul, uma grande editora é impossível. O que aconteceu foi o encontro de duas pessoas, uma que tinha vocação inata de editor e a outra, escritor com boas informações: Érico Veríssimo e Henrique Bertaso, apenas isso. A Livraria não queria a editora porque era um setor que dava prejuízo. De um modo geral nunca deu resultado e aqueles investimentos em outras atividades dariam resultados muitíssimo maiores. A Livraria do Globo ganhou muito porque imprimia bilhetes de loteria, selos do Estado e artes gráficas em geral,

além de material didático, etc. Sempre deu dinheiro, só o que não dava dinheiro era a Editora. O Rio Grande do Sul situado nesse confim do Brasil, não pode haver lugar menos indicado para publicar livro e distribuir até o Amazonas; vai para o centro. A situação foi essa, apesar da casa não querer o encontro do Érico com o seu Henrique, ele aconteceu. O Érico fornecia os elementos, por assim dizer técnicos, a linha, a programação editorial, e o senhor Henrique fazia os livros, tinha paixão por aquilo, gostava daquilo. Quando morreu seu Henrique e quando morreu o Érico, terminou a Editora que era para estar em condições até muito melhores. Outra coisa foi o representante da Livraria do Globo, da Revista do Globo, Justino Martins. A Revista foi a segunda em circulação no Brasil em uma certa época; foi um prodígio sob este aspecto! A Revista O Cruzeiro tirava setecentos mil exemplares o que, para a época, é quase que inacreditável; depois, em circulação, vinha a Revista do Globo que terminou tendo uma penetração nacional. Também esse foi um caso de personalidade, pois o Justino era um gênio para fazer a Revista. Veio estudar medicina, fez vestibular, foi aprovado e não pode cursar porque não tinha dinheiro, para pagar os estudos. Como era de Cruz Alta, foi procurar o Érico, seu conterrâneo, para arrumar um emprego, para ver se depois conseguia fazer o curso, mas terminou na Revista. Foi ele quem deu toda essa projeção à Revista e o que prova é o seguinte: o primeiro diretor da Revista foi Mansueto Bernardi, o segundo, Érico Veríssimo, o terceiro, Nestor e o quarto, o Justino Martins. Só quando chegou no Justino foi que a Revista viveu porque, anteriormente, com os mesmos elementos, foi uma publicação limitadíssima. É essa coisa fantástica de êxito, de talento, de criatividade. O pessoal do jornal Correio do Povo dizia até uma coisa muito curiosa: que a gente precisa sempre de algum lugar para ter revista aqui no Brasil. E o lugar é São Paulo, porque tem muita concentração econômica, industrial, comercial, inclusive populacional. Tudo quanto era revista que faziam lá, falhava, não ia para adiante. Revista em São Paulo não adianta, não pega, diziam. E aí veio a Revista Veja, que é uma revista de quinta ou sexta categoria em circulação no mundo, tirando oitocentos mil exemplares; repito, é a quarta ou quinta no mundo. Atrás da Veja surgiram seis ou oito revistas no mesmo padrão, que, por sua vez, têm como matriz a Time, a Time americana. A Revista Veja é uma variante da Time, um abasileiramento dela. Como é que de uma hora para outra, São Paulo terminou sendo descoberta? Ora, porque veio a pessoa adequada, com recursos adequados. No tempo em que revista tinha que estar no Rio de Janeiro, eu me rebelava contra isso e falava: é besteira, é bobagem. . . o centro tem que ser São Paulo, é lógico. E está aí!

Tenho uma carta, que o Oswaldo Aranha interceptou que ia sendo levada, por um delegado de Polícia de Cachoeira, o pai de Clio Fiori Druck e avô desse rapazinho aí da Habitasul. Essa carta era do Othelo Rosa para o velho Borges e tratava da tentativa que o Oswaldo Aranha estava fazendo no sentido de trazê-lo para a Revolução. O Othelo Rosa, aproveitou esse delegado que ia voltar para Cachoeira, onde estava o velho Borges, para mandar a carta, porém o Oswaldo soube e conseguiu interceptá-la no trajeto. O homem chegou lá sem a carta e, em vez dos argumentos do Othelo Rosa serem apresentados, ele conversou com o velho Borges que terminou apoiando. Com este outro exemplo se vê a importância da pessoa certa!

Mas é uma coisa curiosa, no Rio Grande do Sul, por exemplo, depois de trinta, terminou a bipolaridade que havia desde a proclamação da República. Antes havia dois partidos bem definidos: um o Republicano, que terminou conquistando o poder, e o Partido Federalista que deu origem ao Partido Libertador e, a partir dessas duas correntes, inclusive em cidades do interior, tudo se dividia. Havia dois clubes; em um, iam os republicanos e no outro iam os libertadores; clube de futebol era mesma coisa.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul era um órgão quase que oficioso. O velho Borges prestigiou-o desde o início, desde a fundação, inclusive, o visitava. As pessoas que o fundaram eram quase todos elementos de projeção do governo. Até há bem pouco tempo havia os sócios sobreviventes da fundação; um deles era o Florêncio de Abreu. Era magistrado, foi juiz, depois desembargador e chefe de Polícia; era ligado ao governo. Esse foi um dos mais influentes, lá da fundação, e foi diretor do Arquivo Histórico, também. O outro, por exemplo, o Lindolfo Collor, também foi fundador. Mas com o tempo mudou.

Sou de Quaraí. Quaraí é uma espécie de Ceará do Rio Grande do Sul. Uma ocasião houve uma cerimônia no Theatro São Pedro e havia seis ou oito pessoas na mesa, começaram a se olhar e dar risada: todos eram de Quaraí. Era uma colação de grau e as pessoas todas de Quaraí: O Dionélio Machado, o Cyro Martins, D. Florinda Tubino Sampaio, D. Olga Acauan Gayer, o Coronel Outubrino da Graça e que era diretor da Escola de Cadetes.

O assunto da fronteira, por exemplo, caso particular da minha família: meu bisavô era francês, imigrou para o Uruguai e lá começou a trabalhar com exportação de couro para a França, para a Europa, fez dinheiro, comprou campo no Uruguai e no Brasil, transformando-se em fazendeiro. Tudo isso aconteceu quando ele era ainda muito moço; não tinha casado ainda. Casou com uma moça de Livramento e foi morar em Quaraí. Mas, meu pai, que era neto desse francês, fundador da família e tudo, e dois irmãos montaram uma charqueada em Quaraí e tiveram um azar louco. A inauguração da charqueada coincidiu com a instalação dos primeiros frigoríficos do Rio Grande do Sul e estes, quando se estabeleceram, tinham contratos iniciais de produzir carne frigorificada; seria um adiantamento, um aproveitamento econômico muito mais completo.

No entanto, os frigoríficos conseguiram depois uma legislação modificando as condições iniciais e tiveram permissão para produzir charque, também. Então, antes de entrar no forte da produção de carne frigorificada, passaram a produzir charque, segundo os mecanismos das antigas charqueadas do norte do Brasil, principalmente, com preços de dumping. Foi uma época em que houve uma quebradeira geral de charqueadas no Rio Grande do Sul. Quebraram no período de um, dois ou três anos, inúmeras, inúmeras charqueadas! Depois que conseguiram isso, ficaram em uma situação praticamente monopolista, deixaram de fazer charque e foram trabalhar com carne frigorificada. Foi a grande crise das charqueadas no Rio Grande do Sul. Meu pai e seus irmãos, dois que tinham muito interesse em campo, para honrar os compromissos, tiveram que vender os bens que possuíam, principalmente, campo, e, como meu avô materno era de São Gabriel e tinha recursos, meu pai foi para São Gabriel. Lá conseguiu meios para comprar um pedaço de campo e radicar-se à terra da família da minha mãe. Foi, inclusive, auxiliado pelo sogro para poder se reerguer. Por isso é que saí muito cedo de Quaraí e fui para São Gabriel. Nesta conjuntura familiar, uma coisa curiosa: um irmão do meu avô, que fora prócer de 1893, tendo tido uma posição até destacada, chamava-se Ulisses Reverbel, depois desta Revolução, emigrou para o Uruguai, pois estava sofrendo perseguições. Vendeu o que tinha no Brasil e comprou uma fazenda no Uruguai. Era casado com uma brasileira e sua única filha era uruguaia, a qual deixou vários descendentes. Então, há esse ramo desse meu tio-avô que terminou se estabelecendo no Uruguai. O interesse a propósito disso é o seguinte: o Othelo Rosa, quando comecei a conviver com ele, durante anos, todos os domingos de manhã ia para a casa dele e ficávamos horas conversando. Foi a primeira pessoa que conheci. Ele tinha uma biblioteca grande e tinha lido todo o seu acervo. Ele, como

trabalhava muito no tempo do governo Borges, acordava de madrugada, tomava mate e lia duas, três horas todas as manhãs; depois ia trabalhar. A prova de que ele leu toda a biblioteca, que hoje está no Instituto Histórico, é que ela está toda anotada, é raro o livro de sua biblioteca que não tenha uma anotação. As primeiras vezes que publiquei, ele recebia cópias, mas com um certo distanciamento. Quando foi um belo dia, ele chegou e me disse assim: olha, tirei a dúvida que eu tinha, tirei a dúvida que eu tinha.

Disse:

- Aquele teu tio da Revolução de noventa e três. . .

Othelo Rosa falava nas figuras históricas como se fossem pessoas da vida cotidiana – o fulano de tal. . . um cara lá açoriano que fazia parte dos casais aqueles que. . .

Disse ele assim:

- Tirei aquela dúvida que eu tinha em relação a teu parente da Revolução de 1893, ele foi um homem decente, não foi bandido. No Rio Negro, se retirou antes de começar a degolar, em sinal de protesto. Quando começou a degolar, se afastou com a gente dele, que era um grupo de pessoas de Livramento, afastou-se, foi embora, desligou-se da coluna e aí então começou a consumação da degola.

A propósito da degola do Rio Negro atribuída ao Adão Latorre, foi ele mesmo quem fez. E o que tem de interessante é que já tentei publicar uns artigos, procurando fazer, até certo ponto, uma reabilitação do Adão Latorre, até certo ponto. O que houve foi um caso pessoal de chefetes políticos. Os Tavares, de Bagé, eram inimigos de caudilhos republicanos de Pinheiro Machado, de Piratini, do Erval e daquela zona por ali, de um Pedroso. Houve, antes da Revolução, casos de retaliação no âmbito de briga de família entre esses dois grupos; houve, inclusive, depredação de estância e casos de estupro. É quase certo que uma filha do Adão Latorre que trabalhava com os Tavares – ele era capataz de um deles –, foi estuprada.

Então, eles fizeram um número muito grande de prisioneiros – os federalistas – prenderam até um General Marechal do Exército, Isidoro Fernandes, e largaram todo mundo, menos o núcleo desses dois. Eram treze, poucos, foram encerrados numa mangueira e degolados todos pelo Adão, que era homem de confiança dos Tavares. Entregaram para ele como quem entrega um serviço de campo, uma marcação, uma coisa assim; tiravam alguns até laçados e ele, porteiro ali, ia degolando. Não foi por causa disso, não foi política propriamente, foi inimizade pessoal, danos causados uns aos outros e foi uma vingança, em última análise, exercida pelo Adão.

Conto isso para mostrar que ele não era um degolador contumaz como falavam. Negro retinto, tinha dupla nacionalidade, falava mais espanhol do que português. Falava com a voz toda arrevesada, mas mais espanholada, era pobre e exercia a função de capataz. Depois, o máximo a que chegou foi a de posteiro dessa família muito rica, homem de toda a confiança deles, e era Tenente Coronel. Quer dizer, a pessoa para chegar a Tenente-Coronel, naquela hierarquia das oligarquias antigas e do caudilhismo antigo, não seria por ser degolador, mas sim por verdadeiras qualidades; tinha que ser um homem leal, corajoso, valente. Assim, era ele até aquele momento que lhe tocou fazer aquele serviço, ele fez em atenção àquela gente. Mantive contato com muitas dessas famílias que falavam a respeito disso e eles confirmam como era o Adão. Inclusive, um deles me disse que seria neto do Joca Tavares. Ele disse o seguinte: “olha aqui, o Adão é uma pessoa de tanta confiança dentro de nossa família que, quando o meu avô ia para as revoluções, muitas vezes deixava a família, inclusive as mulheres e crianças, tudo entregue ao Adão na estância e ele ficava de guardião. Tal era a

confiança que tinham”. E em função dessa ligação, disso tudo, é que de uma hora para outra transformou-se em degolador, praticou aquela degola. Degolador propriamente ele não era. Havia degoladores, é claro, inclusive um uruguaio, primo do Gumerindo Saraiva, um tal de Cesário Saraiva, esse degolava mesmo! Mas está provado que, houve mais de mil degolas em 1893, quando houve dez mil e tantas mortes, as quais mil e poucos degolados; as estatísticas por aproximação são assim, não tem a menor dúvida.

A propósito desse negócio da degola, em 1923, um tio meu foi para a Revolução e, no primeiro combate que houve, ele e um peão, que tinha ido junto, fizeram um prisioneiro. Esse peão degolou o prisioneiro e quando ele soube, ficou apavorado, chamou o peão e disse: “mas Fulano, que barbaridade, por que fazer uma coisa dessas?” Com a maior naturalidade, o peão respondeu: “fui criado ouvindo contar, falar em degola. Sempre ouvi contar que prisioneiro se degola e como foi o primeiro combate, nós pegamos aquele e degolei”. Era uma pessoa muito boa esse peão, e meu tio, que tinha apreço por ele, chegou e disse: “mas fulano, te compreendo, mas as coisas mudaram, não se faz mais isso, não se pratica mais isso”. Ele contava que fez uma lavagem cerebral e o peão, dali para diante, nunca mais fez aquilo. Era uma coisa cultural. Praticou aquilo porque se criou ouvindo falar, nas conversas de galpão, que se degolava, degola daqui, degola dali.

Trabalhei cinquenta e poucos anos no Correio do Povo. Uma coisa interessante, de trinta e quatro a oitenta e para não ficar ali fossilizando, consegui algo fantástico e fui o único. Aquele livro que o Dr. Breno ditou para o José Antônio Pinheiro Machado, depois que tudo ruiu, falavam em dois empregados, mas ele tinha mil e seiscentos. No entanto, o jornal só fala em dois empregados: o Rivadávia de Souza e eu. Em quase todas as conversas, ele falava em mim, porque consegui uma coisa interessante, por isso é que eu, de vez em quando, saía do jornal. Falava com o Dr. Breno, me dava muito com ele, era amigo dele. Quando comecei a trabalhar no jornal, ele não estava lá, ainda estava estudando. O diretor do jornal era um tio dele, o Dr. Alexandre Alcaraz e quem me empregou lá foi a D. Dolores. Quando ela precisava de alguma coisa, um anunciozinho, telefonava e pedia para mim. Havia uma ligação, por assim dizer, de família, porque a D. Dolores, entre outras coisas, quando se formou entre as primeiras normalistas de Porto Alegre, na antiga Escola Normal, foi nomeada professora no interior do Estado e foi para Quaraí. Lá não tinha local para se hospedar. Um tio-avô meu pelo lado materno, era prefeito da cidade e hospedou a D. Dolores na casa dele, durante todo o período de tempo em que ela lecionou na escola primária do Estado. Em Quaraí morou com a família desse cidadão, depois ela foi transferida para Livramento, mas ficou essa ligação de família. Quando resolvi trabalhar em jornal, já tinha trabalhado em Florianópolis, falei com D. Dolores e ela mandou me empregar no Correio. Quando o Dr. Breno assumiu, depois de terminar sua formação em Direito e estagiar na Europa, fiquei camarada dele e, de vez em quando, eu chegava e dizia: “Dr. Breno, estou com vontade de passar uma temporada no Rio de Janeiro, fazer um estágio lá, no jornal de lá”. Pedia uma licença de um ano, dois anos, algo assim e dizia: “acho que vai ser bom para mim e bom para o jornal” e ele concordava: “não, vai”. Isso para mim foi algo fantástico!

Passei uma temporada grande no Rio. Trabalhei no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, que é um jornal muito interessante, no período do Estado Novo, em trinta e sete. Esse jornal resistiu ao Estado Novo. O diretor e proprietário era um homem do Rio Grande do Norte chamado Orlando Ribeiro Dantas, um sujeito formidável, grande admirador do jornal. Aprendi muita coisa com ele, fiquei dois anos lá.

Em outra ocasião, quando fundaram A Razão, de Santa Maria, jornal que tinha certos recursos e determinadas ideias, falei para o Dr. Breno, de novo: “olha, acho que seria interessante um estágio na imprensa do interior para ver como é esse negócio”. Ele concordou, fiquei uma temporada em Santa Maria, depois fui para a Europa, onde fiquei quase quatro anos, sempre ligado ao jornal, e isso fez com que, embora tenha passado cerca de cinquenta anos no jornal, não me fossilizei. Foi uma oportunidade que tive devido às relações pessoais com ele, coisa que nenhum outro funcionário teve. O Correio do Povo era o objetivo de todo o jornalista em Porto Alegre. Trabalhar neste jornal significava melhorar a situação, pagava melhor, oferecia mais oportunidade. E quem entrasse para o Correio não saía mais, porém eu saía e voltava.

Numa ocasião, esclareço, a Secretaria da Agricultura no Rio Grande do Sul foi fundada no Governo Flores da Cunha, como a da Educação. O primeiro titular da secretaria da Agricultura foi o Dr. Raul Pilla, que não tinha nada que ver com agricultura, mas a escolha fora por motivos políticos, porque ele era da Frente Única, ainda consequência da Revolução de Trinta. Nesta ocasião, os partidos se uniram numa Frente Única. Flores da Cunha assumiu o governo do Estado, logo depois de Getúlio assumir, no Rio de Janeiro, a Presidência da República. Ele organizou um governo que contou com elementos dos dois partidos, e deu a Secretaria da Agricultura para o Partido Libertador, cujo titular era o Dr. Pilla. Ele nomeou, como diretor geral, um técnico em agricultura, muito bom, que era o Ataliba Paz e, como chefe de gabinete, o Mem de Sá. Eu fazia o noticiário do jornal e, entre várias áreas, cobria a da Secretaria da Cultura. Um dia, eu vinha subindo a ladeira e um camarada que conhecia perguntou: para onde é que tu vais?

Eu disse:

- Eu vou na Secretaria de Agricultura.

Diz ele:

- Ah! Então pergunta para eles, como uma provocação, o que está havendo com o negócio das taxas bromatológicas?

A tal taxa bromatológica era uma taxa que incidia sobre determinados produtos aqui, principalmente na banha. O Partido Libertador era contra as taxas estabelecidas pelo partido do governo numa gestão anterior, e Flores da Cunha as manteve. Fizeram uma intriga em torno disso. A pessoa continuou: “vamos ver agora se o Dr. Pilla, que é contra isso, porque é libertador, vai acabar com essa história”.

O camarada falou isso e comentei com o Mem de Sá, que era o chefe do gabinete.

E ele disse assim:

- Olha, temos que evitar uma crise política. Então isso tem que aguardar um pouco, mas a secretaria vai pleitear a extinção. Agora, tu não dá essa notícia para não atrapalhar o negócio. Estou te dando essa explicação em face do que tu me contaste

- Está muito bem, está certo.

Fui para o jornal, não falei nada. À noite, estava trabalhando, entrou um cidadão do Diário de Notícias, gente muito conhecida, chegou e disse: “olha aqui. Eu tenho cinco contos de réis aqui para ti que o presidente do Instituto da Banha mandou para não dar essa notícia, ele soube”.

Eu disse:

- “Está bem, então vamos fazer o seguinte: não vou receber o dinheiro e se o secretário concordar, a notícia sai”.

Ele quis argumentar, mas foi embora com o dinheiro. Aí cheguei para o secretário do jornal, que era do Paraná e tinha o apelido de Paraná, chamado Nestor Ericksen, um sujeito muito decente e disse-lhe:

-“Olha, eu sabia desse negócio, não ia falar nada. Agora, veio um cara aí oferecendo dinheiro e, se eu não der a notícia, periga inclusive ele ficar com o dinheiro e dizer lá no sindicato que peguei o dinheiro”.

O Paraná não teve dúvida, era um cara cem por cento: “é lógico, não tem outra alternativa, vamos publicar a notícia”. E publicou a notícia, fez o título em sete colunas, quase uma manchete; o Correio tinha nove colunas, naquela época. Saiu a notícia no dia seguinte. Era de noite e não tive oportunidade nenhuma de encontrar o Mem de Sá; foi um estouro. Naquela mesma tarde fui dar uma explicação para o Dr. Mem de Sá. Expliquei a história para ele e ele disse assim: “é uma coisa lamentável. Isso vai precipitar uma série de coisas, mas tu estavas numa situação que não tinha outra saída, vou explicar para o Dr. Pilla”.

Ficou tudo bem. Passou o tempo, quando num belo dia um cidadão chamado Carlos Bina, que era diretor do Instituto da Banha, chegou para o Dr. Breno e disse: “olha, passaram dois, três anos, quero te recomendar um rapaz que tu tens aí, fulano de tal. Numa ocasião mandei um dinheiro para ele, e ele não recebeu. Então quero que tu fiques sabendo disso porque é um bom elemento”. Bem, o tal do Carlos Bina esse, eu não sabia nada, era padrinho do Dr. Breno, era muito amigo do Caldas Júnior, eram íntimos amigos.

Se eu tivesse pego aquele dinheiro, teria mudado toda a minha vida porque, naturalmente, iam me botar para fora do jornal e sabe-se lá o que não iria acontecer! Mas à propósito, esse negócio de me dar com Mem de Sá, que tem dois filhos, um economista e outro é empresário, que trabalha com exportação de calçados e não se interessa por negócio de livro, acabei ganhando do Mem de Sá verdadeiras preciosidades da biblioteca dele. Dois anos antes dele morrer recebi, inclusive, o Anuário do Velho Graciano Azambuja, que era avô dele; deu-me três coleções completas, que eram uma coisa raríssima. Telefonei para o Sérgio da Costa Franco e perguntei: “Sérgio, tu tens o Anuário do velho Graciano?”

Ele respondeu:

-“Tenho um ou dois volumes.”

Indaguei:

-“Tu não queres uma coleção completa?”

Ele disse:

-“Mas como? Que história é essa? Alguém está vendendo?”

E eu disse:

-“ Não, eu tenho aqui, é um presente.”

Aí ele veio, dei a coleção toda. Aí contei para Mem de Sá: “olha Mem de Sá, como já estou velho, tenho uma coleção, procurei uma pessoa mais moça interessada nessas coisas, competente, um sujeito formidável, para o Anuário ir o mais longe possível; na mão desse está seguro. Fiquei com duas coleções, estou pensando em uma outra pessoa para dar uma outra e termino ficando com uma só.”

E ele disse assim:

- Vou te fazer uma sugestão, dá para esse rapaz, o Lessa, que eu não conheço, mas acho que ele se interessa muito pelas nossas coisas, o Lessa, Barbosa Lessa.

Telefonei para o Lessa, que foi Secretário de Cultura no tempo do Amaralzinho, e um oficial do gabinete atendeu. Eu digo: “olha, chama o Lessa aí, diz que eu quero falar com ele”.

Aí o Lessa atendeu, e informei:

- Manda um cupincha teu aqui que eu tenho um negócio do Mem de Sá.

Em seguida ele mandou um funcionário, que veio, pegou e levou. A propósito do Lessa, ele tinha dezesseis anos e publiquei um artigo dele na Província de São Pedro. Só tinha dezesseis anos e foi uma coisa engraçada, porque eu era secretário da Revista. Peguei aquele texto, li, achei interessante, falei com o Dr. Moysés: “olha Dr. Moysés, esteve aqui um rapazinho, trouxe isso aqui. Acho que é uma coisa tão madura, se a revista publicasse, seria um estímulo formidável para esse rapaz aí, para o resto da vida dele.”

Ele leu e avaliou:

“Ah! Tu tens razão, vamos publicar”.

Então saiu, e quando foi um dia, tempos depois, ele publicou um livro e colocou essa dedicatória: “ao amigo Carlos Reverbel, que me encaminhou gurizote na Revista do Globo e, conseqüentemente, à profissão das letras”. Saiu aquele texto que ele escreveu, eu e o Dr. Moysés colocamos na Província e eu o coloquei na Revista do Globo; foi o início de toda a atividade literária dele.

Alguns livros insisti para que fossem escritos. O livro do Paulo Gouveia, O Grupo, que são memórias, é um deles! Um dia disse para ele: “olha, tu tens que escrever as tuas memórias, daquele grupo, de vocês”. Ele não queria de jeito nenhum, insisti e ele escreveu. Ele escrevia um capítulo e eu publicava no Correio; saiu o livro e a dedicatória: “ao caríssimo amigo de toda a vida a quem devo a existência desse livro, o agradecimento e a afeição sincera do Paulo Gouveia”.

Com o Herbert Caro, insisti também para que ele fizesse esse outro livro. Ele trabalhava na Livraria do Globo, vendendo livros, principalmente estrangeiros, primeiro na Globo, depois na Americana, e eu vivia chateando ele para que escrevesse as experiências de balcão, sua experiência de balconista. O Caro, sujeito de uma formação humanística, uma coisa formidável, colocou na dedicatória: “a Carlos Reverbel, parceiro dos balcões de livraria, afetuosa homenagem do ex-balconista Herbert Caro”. Fiz ele escrever o livro Balcão de Livraria. Fiz com que escrevessem e sempre procurei trazer gente para dentro dessa atividade. Tem uma quantidade enorme de pessoas que eu bombardeava com cartas de deixar maluco, pedindo coisas. Pessoas que estavam afastadas, que tinham escrito quando moços. Essa é uma das funções de quem trabalha nessa área. Um outro livro interessante da minha biblioteca é do Saint-Hilaire. Foi o seguinte: essa edição é póstuma. E essa é a primeira edição póstuma; em 1820 ele esteve aqui no Rio Grande do Sul e na Cisplatina. Agora, a primeira edição, demoraram tanto para publicar, que ele já tinha retornado a Paris quando foi publicada em 1887.

Esse rapaz aí, o Assis Brasil, escreveu um livro com o título Os Cães da Província. Dia desses me encontrei com ele e disse assim: “olha, eu vou escrever um livro, tu vais me desculpar, com o mesmo título do teu livro Os Cães da Província”. Mas acontece que os meus cães são as doenças da velhice. À medida que o cara vai envelhecendo, vão aparecendo as doenças.

Atualmente, tenho cinco doenças quer dizer, uma pequena matilha; naturalmente ela vai aumentar ainda, mas, por enquanto, está em cinco. Eles me atacaram dos pés à cabeça porque tenho gota. Por exemplo, lá no pé, um gualpeca

pequeninho, menor de todos que belisca ali, no pé e tenho um problema na cabeça, glaucoma, um negócio nos olhos. De um olho já não enxergo; Guilhermino já está cego. Nesse olho já não enxergo. Então, é dos pés à cabeça, estou atacado por essa matilha. Já são cinco e vou escrever um livro sobre isso e quero pedir licença para usar o teu título, Os cães da Província. Vou escrever Os Cães da Velhice, que são as minhas doenças.

Trabalhei cinquenta anos em jornal, tenho muitas histórias para contar. . . ”

Porto Alegre, 16 de Fevereiro de 1990.

FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO



A) Dados Biográficos

Nasceu em 2 de março de 1921, na cidade de Porto Alegre e faleceu em 29 de dezembro de 2007, na capital gaúcha.

Graduou-se em Engenharia pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1945, e, em Urbanismo, pelo Instituto de Belas Artes, em 1947, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

Foi urbanista, gravador e desenhista.

Exerceu cargos públicos como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Erechim. Foi professor do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, presidente da Comissão Permanente de Estudo e Defesa do

Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul em 1963; chefe do Cadastro da Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; a partir de 1956, diretor do Serviço de Pesquisas da mesma Divisão, desde 1966. Membro da Associação Rio-Grandense de Artes Plásticas de Porto Alegre e do Círculo de Pesquisas Literárias/CIPEL.

Estagiou no Instituto de Teoria da Arquitetura (ITU), em Montevideu/Uruquai, em 1967, e foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, **desenvolvendo estudos sobre “A Arquitetura Açoriana e sua Relação com o Rio Grande do Sul”, nos anos de 1968 a 1969.**

Pesquisou em Évora e Lisboa, sobre Aspectos da História do Rio Grande do Sul, como convidado especial do Governo de Portugal, em 1974.

Tornou-se Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em setembro de 1971. **Proferiu seu discurso de posse, “Tecnicismo e Humanismo”,** em setembro de 1973. Membro da Historical Association, de Londres, desde 1974, sócio fundador da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, criada em 1976, em São Paulo e membro do Instituto Açoriano de Cultura da Ilha Terceira/Açores, em 1978.

Voltado para a Arquitetura e Paisagismo apresentou, no Quarto Congresso Brasileiro de Arquitetos, **em São Paulo, 1980, o trabalho “Da Participação das Artes Plásticas na Obra de Arquitetura e Paisagismo”.**

Fez parte de várias comissões nas áreas de Patrimônio Histórico e Artístico e participou de encontros, congressos e simpósios, tanto no Brasil quanto no exterior.

Recebeu o Prêmio do Concurso Nacional do Instituto Cultural Brasil-Holanda, de São Paulo, em 1956, com um estudo sobre Rembrandt. Igualmente tirou o primeiro lugar em um concurso patrocinado pela FUNARTE mas, por não ser diplomado em Arquitetura, não recebeu o prêmio.

B) Seleção Bibliográfica

MACEDO, Francisco Riopardense de. Rembrandt. Porto Alegre: Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 1961. (Prêmio Concurso Nacional-Instituto Cultural Brasil Holanda, São Paulo/1956).

MACEDO, Francisco Riopardense de. Estudo Plástico da Vegetação. Porto Alegre: Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 1961.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Planejamento Rural. Porto Alegre: Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 1961.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Espaços Urbanos. Porto Alegre: Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 1964.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1969.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo et al. Rio Grande do Sul: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Equipamento Urbano de Porto Alegre: monumentos e marcos comemorativos. Correio do Povo, Porto Alegre, 1967.

MACEDO, Francisco Riopardense de. O Templo Positivista. Correio do Povo, 19 out. 1968.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Subsídios para a História da Urbanização de Porto Alegre. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 out. 1969.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Subsídios para a História da Urbanização de Porto Alegre. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 nov. 1969.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Sepúlveda, antes e depois. Correio do Povo, Porto Alegre, 3 maio 1969.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Sepúlveda, antes e depois. Correio do Povo, Porto Alegre, 10 maio 1969.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Diário Escolar. São Leopoldo: Rotermond Editor, 1971.

MACEDO, Francisco Riopardense de. As Crianças descobrem a História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Riograndelê, 1972.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Bicentenário da Câmara de Porto Alegre: 1773-1973. Porto Alegre: Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1973.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Rio Pardo: a arquitetura fala da história. Porto Alegre: Sulina; Instituto Estadual do Livro, 1972.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: história e vida da cidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1973.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Hipólito José da Costa e o Universo da Liberdade. Porto Alegre: Sulina, 1975. (Prêmio Nacional Associação Rio-grandense de Imprensa).

MACEDO, Francisco Riopardense de. Ingleses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação, 1975. (Monografia premiada no Biênio da Imigração/RS).

MACEDO, Francisco Riopardense de. O Solar do Almirante. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1980. (1º Prêmio Concurso Nacional/FUNARTE/RJ).

MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: aspectos culturais. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1982.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Os Menores Abandonados e o Padre Cacique de Barros. Porto Alegre: Assessoria de Divulgação da FEBEM, 1982.

MACEDO, Francisco Riopardense de. A Arquitetura no Brasil e Araújo Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/RS, 1984.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Bento Gonçalves. (Coleção Grandes Políticos). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Da Abdicação à Assembleia Legislativa. Porto Alegre: Conselho de Desenvolvimento Cultural, 1989.

MACEDO, Francisco Riopardense de. O Ensino das Primeiras Letras na República Rio-Grandense. Porto Alegre: Conselho de Desenvolvimento Cultural, 1989.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Bento Gonçalves através das Proclamações. Porto Alegre: Conselho de Desenvolvimento Cultural, 1989.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Rossetti e a Imprensa Farroupilha. Porto Alegre: Conselho de Desenvolvimento Cultural, 1990.

MACEDO, Francisco Riopardense de. História das Profissões na área tecnológica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/RS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Imprensa Farroupilha. Porto Alegre: EdIPUCRS; Instituto Estadual do Livro, 1994.

MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Diário de um Conflito: antologia e índice por assunto de O Noticiador. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MACEDO, Francisco Riopardense de. O Aniversário de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

C) Depoimento

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi fundado no século XIX, porém encerrou suas atividades, sendo refundado em 1920 e, evidentemente, é formado, pela suas origens, ao menos no início, por pessoas ligadas ao governo. E, realmente, ingressar no Instituto Histórico era quase um prêmio de fidelidade política e isso perdurou por muito tempo. Talvez com a minha entrada ou, um pouco antes, é que esta situação tenha sido rompida.

Ingressei no Instituto em 1971, se não me engano, ou pouco depois, embora eu tivesse um pensamento diverso de alguns historiadores que estavam lá quando cheguei, e também daqueles que entraram depois de mim. O Instituto Histórico tem um número de pessoas que sempre deram uma grande contribuição à História. Embora eu discordasse de muitos deles, seja como usaram o Arquivo, a documentação que utilizaram ou com a interpretação que deram, mesmo que eu não concorde, reconheço que eles fizeram um levantamento de fontes muito importante. Se considerarmos os três Congressos de História e Geografia promovidos pelo Instituto Histórico, temos um vasto manancial, muito significativo. Em relação à interpretação sim, é que podemos discutir, mas, que eles fizeram um levantamento muito importante, isso reconheço. Acredito que todos nós temos uma posição diante da vida, da sociedade, da política, da organização do Estado; uma posição bem determinada, não interessa qual seja, eu tenho uma posição. O pior é aquele que não tem posição nenhuma, esse é o pior. O que caracteriza é que realmente as posições mais avançadas dificilmente têm representação em órgãos desse tipo. Isso não impede que haja uma produção muito importante mesmo. Exemplifico com o Hino Sul-Rio-Grandense. O Hino é algo que se discute; o listel do brasão de Porto Alegre também se discute. Há posições realmente divergentes, bem divergentes e elas não resultam diretamente da coisa em si, mas sim da posição da pessoa em face da sociedade, da política, da organização social, etc. Então, esses são os pontos em que pode haver conflitos dentro de uma orientação como a do Instituto ou como em qualquer outra agremiação.

A dificuldade que encontramos é com a divulgação das publicações; há poucos meios de divulgação. Por exemplo, temos novamente o Hino Rio-Grandense. Fiz uma divulgação muito boa na Zero Hora, que me deu duas páginas. Escrevi sobre toda a história do Hino, mostrando todos os detalhes, aspecto por aspecto, tudo, mas isso não é fácil. Nós temos poucas revistas que publicam material de História.

O meu trabalho, por exemplo, A Presença Italiana no Brasil é o resultado de uma semana de discussão sobre essa presença, realizada no Estado do Espírito Santo, em sua capital, Vitória. Fui convidado especialmente para escrever sobre artistas clássicos italianos do século passado no Rio Grande do Sul. Se não tivesse uma possibilidade dessas, nunca eu poderia publicar um trabalho sobre artistas clássicos italianos em nosso Estado. Em decorrência de tal fato, na impossibilidade de publicação, não faço o estudo. O que quero dizer é que o meio de divulgação tem muita importância. Fiz uma pesquisa que foi publicada aqui, mas não por um meio de comunicação importante. Prefiro uma revista que tenha uma periodicidade e não os Anais, como é o caso desse que mencionei acima.

Uma revista de periodicidade é muito mais importante e o jornal ainda o é muito mais. Quer dizer, escrevi durante vinte anos no Correio do Povo sobre a História do Rio Grande do Sul e, agora, tenho espaço mensal no jornal Zero Hora. A falta de oportunidade para publicações desestimula para escrever. Dando outro exemplo: uma efeméride importantíssima na Revolução Farroupilha é a morte do italiano Luigi

Rossetti, o único italiano daquela leva da Jovem Itália. Ele morreu e foi enterrado em Porto Alegre, pois todos os outros foram embora. O Luigi Rossetti foi também um jornalista e não somente propagandista da República; eu posso dizer do Brasil. Ele possuía uma base de conhecimento incrível e, de certa maneira, com suas ideias, antecipava Marx. As ideias de Rossetti mereceriam estudos, mas, onde está o estímulo para pesquisar sobre ele ou eles?

Aliás, sobre esse assunto, inclusive há uma coisa curiosa. Muita gente minimiza a participação do Garibaldi, afirmando também coisas tolas: que ele era mercenário, que veio aqui para levar depois aquela manada de gado para fora e tal e coisa. Eu estive nos Estados Unidos, no México e em Cuba e há uma enorme manifestação pró-Garibaldi, uma coisa realmente fabulosa. Ele foi o mais vibrante lutador da Independência da América no meio daquele grupo.

São quatro os principais nomes estrangeiros dentro da história do Rio Grande do Sul: Zambecari, Rossetti, Garibaldi e o Cuneo, sendo que este último parece que era intelectual e ideologicamente o mais adiantado, o mais avançado; o próprio Rossetti o considerava um mestre. E, desses, o Zambecari teve uma importância muito grande porque foi o secretário de Bento Gonçalves. Era um intelectual, desenhista, sujeito muito importante. Não conheci o meu bisavô que também participou da Revolução e era uma pessoa importantíssima! Mas, desses três, parece que o mais importante deles foi o Rossetti. Marx diz algo profundo: afirma que os opressores maltratam, perseguem os pensadores na sua época e, quando morrem, dão-lhes o título de herói, mas jamais falam sobre o seu pensamento e/ou sobre a sua posição política. Na verdade, não vimos na Revolução Farroupilha nenhum texto falando ideologicamente, comentando qual seria a função deles. O pessoal do norte não fala sobre a Revolução Farroupilha; para eles, ela não existe e, quando existe, é uma coisa atropelada; quer dizer, eram apenas representantes dos criadores, dos ruralistas, que estavam lutando por interesses pessoais.

A primeira geração de historiadores é obreira, trabalha sobre o assunto, mas não tem outra geração que coloque as coisas no seu devido posto. O problema da discussão, da influência é um exemplo: foi francesa ou americana? Então, um diz: não, não foi americana, foi francesa; mas nós temos documentação que confirma que na Revolução Farroupilha, a influência maior, a mais importante foi a americana, fundamentalmente através das ideias de Jefferson e isso ninguém disse até hoje. Os aspectos ideológicos são os mais importantes, mas são completamente obscurecidos na nossa historiografia. Então, parece-me que uma das coisas que temos que pensar e repensar é a nossa História nos tempos ideológicos. A ideologia é uma coisa que agora parece que começa a adquirir identidade, adquirir presença nas discussões. Até agora era assunto proibido. Falar em ideologia era um negócio meio perigoso e, no entanto, a gente não pode pensar numa revolução a não ser na base da ideologia. O Luigi Rossetti afirma, dialeticamente, a frase famosa: uma revolução se faz para recondicionar a sociedade dentro de novos pensamentos, é para isso que se faz uma revolução.

Há uma coisa curiosa que digo sempre em conferência. Uma praça, a praça com um monumento no centro – há várias pessoas neste local e cada pessoa vê o monumento diferentemente. Todos estão vendo a verdade, mas todos estão vendo coisas diferentes. Quer dizer, a História é isto, porque realmente tem aquele Antônio José, sei lá o quê, que o Dom Pedro encarregou de escrever a história dos seus feitos; evidente que serão escritos de acordo com a visão do Dom Pedro. No que se refere à abolição da escravatura ou à escravatura em si, o negro veria sua história de uma maneira diferente do que um proprietário de escravo ou como veria um intelectual

romântico. Cada um vê de uma maneira diferente; todos viam de um jeito certo, mas cada um de um de modo distinto. Eu estava lendo, aliás, eu tenho feito uma série de anotações sobre a relação entre Matemática e História e descobri uma coisa curiosa em Poincaré, num trabalho já clássico sobre geometrias. Há a geometria euclidiana e há outra; são geometrias diferentes, todas certas. Agora, o problema é que escolhemos aquela mais conveniente ou que mais diz respeito aos nossos interesses. Quer dizer, nós admitimos que a única geometria que se usa é a euclidiana, aquela que nos interessa e nos dá mais possibilidades de trabalho. Talvez o cálculo astronômico use a outra, que se prende à geometria esférica. Em História é a mesma coisa! Realmente, se eu olhar a história da Revolução Farroupilha, será evidentemente, sob o aspecto do povo, da ideologia, das mudanças. Agora, se um militar vai olhar a Revolução Farroupilha, ele vai ver os fatos heroicos, espada na mão, guerra, tiro, vai ver de outra maneira, porque a vivência dele é aquela, a minha é outra. Então, o problema me parece ser que podemos ter várias histórias e todas elas são úteis. Mas, realmente, se precisa decidir em cada época o que vamos dizer para o jovem entender a sua época, porque alguma coisa no fim tem que resultar. O que interessa é que o jovem entenda a sua época e não que ela seja um produto abstrato de coisas que não existiram e que ninguém discutiu. Eu estou quase convencido que certas posições dos brasileiros muito prejudicam o nosso crescimento, o nosso desenvolvimento e decorrem disto! É o jeitinho brasileiro. Porque jeitinho brasileiro? Porque certas coisas não se explicam pelo jeitinho. . .

Pergunto se é válido explicar a Independência do Brasil, destacando a figura de um príncipe estrangeiro, com a espada na mão, lutando pela independência, nas margens de um arroiozinho sem importância, só porque recebeu duas ou três cartas de Portugal? Isto é independência? A juventude vai entender isso como independência? Se ele, o príncipe, um mês antes escreveu um enorme Manifesto aos países amigos, declarando a independência por escrito, de norte a sul? Qual é que nós vamos escolher? Qual acontecimento vamos explicar para a juventude, que foi realmente importante? A historiografia oficial continua com o sete de setembro. O sete de setembro foi estabelecido em 1823, porque tanto o pedido que Dom Pedro fez para os Estados Unidos e para a Inglaterra de reconhecimento, refere-se às duas datas, o seis de agosto e o dois de outubro; seis de agosto, que é a data do Manifesto e dois de outubro, data do aniversário dele, nunca sete de setembro, nunca! Sete de setembro surgiu com um requerimento da Câmara de São Paulo. Eles queriam considerar aquela data a da Independência, porque estava ligada aos Andradas que tinham maior presença local. Então, uma série de interpretações, como esta, prejudica muito a nossa formação e a nossa discussão diante do estrangeiro. Às vezes, o estrangeiro tem nos considerado infantis, porque as explicações são primárias. A República, por exemplo, até hoje continua como a República que um general fez. . . estavam em uma reunião no dia anterior, a Câmara tinha declarado a República. No entanto, os civis, há anos, estavam lutando por ela. Inclusive no Rio Grande do Sul e São Borja, teve uma importância enorme: São Borja, no Rio Grande do Sul e Itu, em São Paulo, foram dois locais de grande importância. E a posição dos civis que participaram, onde fica? Então, as ocorrências não são bem contadas, infelizmente. As pessoas não entendem e terminam achando uma história meio engraçada ou meio chata.

Em primeiro lugar, acho que todo historiador deveria aprender a escrever. Escrever para o público, para a pessoa comum, em um estilo não complicado. E ter meios de divulgação! Terminei de escrever uma biografia do Bento Gonçalves para o Instituto Estadual do Livro, onde coloquei aspectos curiosos que ninguém refere. Exemplifico: o Bento Gonçalves realmente não era um militar, era um estancieiro

pobre; aliás, sua família era pobre. Naquela época, ter terras não queria dizer ser rico porque terra tinha à vontade. Ele começou como estancieiro em Cerro Largo, no Uruguai. A primeira vez que se inscreveu como militar foi em Bagé, mas não ficou três meses, pois havia gente demais, então o dispensaram; daí que ele foi para Cerro Largo. Comprou uma vendinha, mais uma resinha, depois comprou terra, surgindo assim o estancieiro. Afirmar ter sido Bento Gonçalves um militar? Não é assim! Ele, politicamente, era um homem atrasado. Ele talvez sentisse e, na verdade, provou que sentia a necessidade de lutar pela preservação da independência. É dito em um milhão de documentos que a Revolução começou apenas reformista, revolução reformista. Eles queriam outro presidente que correspondesse aos seus anseios, que ouvisse as suas palavras; só isso que eles queriam. No entanto, tiveram que proclamar a Independência e a República, porém, apenas um ano depois do início do conflito; foi em 1836. Quer dizer, então, levou um tempo para eles se cansarem de lutar pela mudança do presidente, só então proclamaram a separação.

É uma coisa curiosa, sou engenheiro, tenho essa formação e trabalhava na Divisão de Urbanismo de Porto Alegre, na Seção de Estatística. No trabalho, fui observando uma série de coisas entre a documentação que não combinavam com o se que dizia sobre a História de Porto Alegre. Não combinavam, não é possível, como? Fui vendo essas coisas e escrevendo um artigo hoje, outro amanhã e, a partir de um momento, as pessoas começaram a me consultar e a me entrevistar. Eu já tinha tanto material, que chegou o momento em que resolvi escrever um livro sobre Porto Alegre.

Quase todas as pessoas imaginam que História é história administrativa. Não, não é! História é aquilo que tem tempo, que tem uma quarta dimensão da realidade objetiva; tem tempo, tem o antes e tem o depois. Isto é história sempre, seja qual for a atividade. A história que escrevi sobre a história da arte, tem um tempo antes e tem um tempo depois. Então, têm vários documentos que servem à história administrativa e servem à História da Arte, à História da Técnica, à História do Pensamento. Na época, trabalhava muito com documentação cartográfica. Daí porque, por exemplo, jamais admitiria, e não admito até hoje, que os açorianos tenham sido alocados na Praia de Belas, porque o açoriano. . . Aliás, estive nos Açores, durante seis meses, o açoriano é um povo que vive num arquipélago, numa ilha, no meio do oceano entre Portugal e os Estados Unidos. É um povo habituado ao trabalho na água, com a caça à baleia, à pesca; fundamentalmente eles vivem na água e em função da água. Daí que jamais eles viriam se instalar em um lugar que não tem nem profundidade para um caíque! Isso é uma coisa fundamental que a cartografia mostra. Ali não tem profundidade, é uma área que é assoreada permanentemente. Quer dizer, o aterro é normal; mais um século ou cinquenta anos toda área vira terra. Foi aterrado artificialmente, mas seria terra de qualquer maneira. Foram essas coisas que me levaram a procurar documentação. Desta forma, escrevi meu primeiro livro: Porto Alegre: origem e crescimento que saiu, se não me engano, por setenta, sessenta e nove, por aí. . . A partir de então, continuei a trabalhar no campo da História. Comecei me fixando no primeiro século, quer dizer, até 1830, da História do Rio Grande do Sul. No século XVIII, no final. . . o Rio Grande foi ocupado em 1737, em 1751 foi instalada a primeira Câmara. Em 1809 é que houve a primeira divisão administrativa, no início do século XIX, que corresponde a toda uma história de um prolongamento do século XVIII. Assim, também como a História da Arte, por exemplo, quem diz o século tal não quer dizer que termine exatamente no dia trinta e um. Depois, eu comecei a me dedicar ao outro século, o do período da Revolução Farroupilha, fundamentalmente a Revolução. Na biografia que estou organizando sobre o Bento Gonçalves trago notícias que vão espantar muita gente. Quer dizer, no século

XVIII já tinha muita gente pensando em república no Rio Grande. E era natural, porque a Revolução do Porto, em Portugal, de 1820, teve uma importância muito grande e foi durante um certo tempo a esperança dos brasileiros de que surgisse realmente uma Constituição que também servisse para o Brasil; era a esperança deles. Ocorreram manifestações de eleitores de paróquia muito importantes e um dos eleitores de paróquia é ascendente de Bento Gonçalves, o José Centeno; era um pensamento já antigo. . .

O problema realmente é o do pensamento político. Quer dizer, as pessoas não veem as coisas de uma maneira objetiva diante das possibilidades que temos de objetividade, porque quando a gente diz, a nossa era não quer dizer que a nossa época seja melhor que as outras. É que, realmente, as coisas todas aumentaram. Quer dizer, a possibilidade que eu tenho hoje de interpretar um documento é maior que a que tinha o meu pai, por exemplo. Por quê? Houve a evolução das Ciências Sociais de uma maneira fabulosa, das ciências físicas, das naturais etc. Tudo isto cria uma ambiência e um maço maior de informações nos dá condições de interpretar de maneira diferente o documento. Então, o documento sempre é novo; nunca é velho. Sempre é novo porque a possibilidade que temos de interpretá-lo em cada época é diferente. Isto é uma coisa que sempre tem que ser considerada. E é por isso aí, este aspecto que tem me dado certa preocupação, pois não concordo com certas orientações de ficcionistas. Quando a gente fala com um ficcionista, e tenho falado com alguns deles, sempre digo: não, estou querendo fazer história, não estou fazendo ficção. E mais: é preciso certo cuidado para ver até onde é, até onde não é. Se o ficcionista avança um pouco na História e entra na interpretação de um fato histórico, ele realiza isto, com o auxílio de um historiador. Hoje, os instrumentos de trabalho são daquela época. Quer dizer, a ficção é um corte na história; não pode ser outra coisa, não pode ser a história. Ele congela e aquilo passa a ser a verdade para as outras gerações. As publicações em fascículos: algumas fogem da história. Exemplificando, a documentação sobre a História da Revolução Farroupilha que está nos livros do Érico Veríssimo. . . Não que eu seja contra o Érico; é que ele não é historiador. O que ele escreveu foi baseado em historiadores da sua época, em livros da sua época, quer dizer, interpretações. A história é, fundamentalmente, interpretação. O documento não é História; rejeito. A História é interpretação, porque se o documento fosse História então seria um congelamento, estaria congelado.

Estive lendo o livro, muito interessante, do Sá Brito. Na introdução, ele apresenta aquela velha frase: o primeiro soldado das nossas tropas que atravessar as fronteiras, fornecerá o sangue com que será assinada a paz, atribuída ao Canabarro. Isso é repetido em todos os livros, e isso é apócrifo; estou afirmando que é apócrifo. Enquanto não me mostrarem o documento, é apócrifo e vou dar as razões. Duas vezes ele fala em Piratini. Paz de Piratini e soldados de Piratini. Jamais um farroupilha falaria em Piratini. República de Piratini era uma expressão ofensiva que os legalistas utilizavam para reduzir a importância da República Rio-Grandense. Então, jamais, um republicano poderia dizer isso, mesmo que ele estivesse até do outro lado. Mas, se ele estivesse do lado do Caxias, tudo bem, mas dizer isso! Isto é interpretação do documento. O documento não é História; é documento. História é interpretação. Isto eu já repeti naquele programa da televisão do Flávio Alcaraz Gomes; continuo repetindo, repetindo. . . Dizem também que a Revolução nunca foi separatista. Como que não foi?! Na Proclamação da República, o separatismo está bem claro ali: em vinte e cinco de setembro de 1835. Um ano depois da Batalha de Porto Alegre, o Bento Gonçalves também dizia isso, ou seja, sempre foi separatista. Não foi no primeiro ano, porque havia a esperança de resolver os problemas, mas, perdida esta batalha, tornaram-se

separatistas. Mesmo no primeiro mês da revolução reformista, Bento Gonçalves já dizia assim: não estou conseguindo, nos separaremos. Porém, alguns historiadores do Instituto Histórico não aceitam isto, outros sim. Depois que entrei na Instituição, ingressaram outras pessoas que já têm posições diferentes.

A Revolução tem outra significação muito importante. Quer dizer, a maior revolução republicana que teve no Brasil depois da dos Palmares está esquecida, por quê? Porque os rio-grandenses dão uma interpretação romântica do herói, em vez de colocar o pensamento político da época; isso é que é importante!

Fiz umas quatro ou cinco conferências sobre a Revolução Farroupilha; duas, três foram publicadas, uma delas foi sobre o ensino das primeiras letras durante a Revolução. Ninguém fala sobre o ensino, mas sua preocupação era grande. Eles não só criaram uma rede de escolas, como indicaram, obrigatoriamente o processo pedagógico a ser adotado, que era o mais avançado da época; era o mais avançado. Um inglês dizia que o processo pedagógico era para o futuro que se aproximava da indústria. Está escrito!

Outra conferência que fiz, tratou do período desde a abdicação de Dom Pedro até o início da Revolução Farroupilha. A terceira foi Bento Gonçalves, através das proclamações. E isto foi uma coisa que me interessou muito. Como o governador do Estado tinha criado o ano do bicentenário do nascimento do Bento Gonçalves, tive a oportunidade de fazer uma série de conferências. De um dos trabalhos, referente ao ensino, foram feitos quatro mil exemplares, distribuídos em todas as escolas.

Normalmente, como qualquer historiador, não escrevo sem documento. Quer dizer, se cito alguma coisa, identifico de onde é que foi tirada. Aliás, o próprio texto se encarrega de indicar se é apócrifo. Logo depois que comecei a trabalhar em História, consegui uma viagem aos Açores e lá descobri uma série de informações bem diferentes das que tínhamos, como, por exemplo, sobre o fundador de Porto Alegre, José Marcelino de Figueiredo. Foi o primeiro que fui procurar documentos lá nos arquivos de Lisboa: José Marcelino de Figueiredo. O nome dele, como se sabe, não era esse, era Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda. Por aqui diziam, – inclusive o Walter Spalding escreve várias vezes e outros historiadores também – que ele tinha vindo para cá, porque tinha matado um inglês em uma bebedeira em um bar, num boteco em Lisboa. Depois do Silva Paes, ele foi o português mais importante e que mais gostou do Rio Grande do Sul. Não acreditava nisso. Então, cheguei lá no Arquivo da Artilharia de Lisboa e pedi todos os documentos sobre o José Marcelino. Trouxeram-me a documentação e comecei a ler. Uma imensa quantidade de dados que talvez os historiadores não tenham aprofundado. Todos sabem que, na época, o exército português estava sob o comando de um alemão, – estamos na época do Pombal, ele era o Conde de Lippe –. A política do Pombal, talvez fosse bem intencionada, pois ele realmente era um sujeito fabuloso. Dar um comando a um alemão era uma maneira de procurar fugir um pouco da pressão inglesa. Então, quem dirigiu o exército português era esse Conde de Lippe, mas os instrutores eram ingleses. José Marcelino estava em Faro, capital da parte bem ao sul de Portugal e um comandante o convidou para um almoço. No final do almoço, ele estava conversando com o oficial escocês à janela e este ofendeu Portugal. Ele então disse um impropério para o oficial e começou a luta a socos, luta corporal mesmo! Chegou o comandante inglês e pôs o José Marcelino para a rua. De lá ele continuou dizendo uma porção de coisas para o oficial. O oficial pegou a espada e desceu. Lá chegando, o José Marcelino o aparou na coluna da escada, matando-o. Retirando-se, passou na casa do bispo e daí para a fronteira, por Ayamonte, que é uma cidade na beira do Rio Guadiana, que faz a divisa entre Portugal

e Espanha, lá pelo sul. Chegou à Espanha, escreveu uma carta para o Marquês de Pombal relatando o que tinha acontecido. Este falou com o rei que decidiu mandá-lo para o Brasil com outro nome, para que os ingleses não tomassem conhecimento de que ele estava vivo. Depois que escrevi sobre o assunto, porque de Portugal mandei um artigo pelo correio que foi logo publicado. O Guilhermino alterou o seu trabalho, dali em diante, citando sempre esse meu artigo. Acho que o Moysés Vellinho também. Quer dizer, o pessoal entendeu que eu havia consultado documentos sérios e que era preciso terminar com as lendas; agora, de onde saem essas lendas é que não sei! Estavam os documentos lá no sul de Portugal, nos arquivos da cidade de Lisboa. Quer dizer, de onde é que tiraram isto, estas coisas? Às vezes, se tem a impressão de que são criadas para se tornarem mais interessantes, mais pitorescas; pitorescas é o termo.

Acredito que havia, talvez, no início do século, entre os primeiros historiadores, uma certa prevenção contra o José Marcelino porque, naquela época, vamos dizer, a religião era muito sectária, não é como hoje. Hoje, os religiosos, os padres, os bispos, todos eles são pessoas que têm uma posição dentro da sociedade bem diferente daquela de quando eu era jovem, muito diferente. E, realmente, José Marcelino não era dos mais religiosos; há pessoas que não são religiosas. Então, houve algumas posições contra ele, do clero aqui.

Lembrando outras instituições de pesquisas, além do Instituto Histórico que tem realmente um acervo muito importante, lembro o da Santa Casa. Talvez seja um dos arquivos mais organizados do Rio Grande do Sul. Fizeram um trabalho muito bom, coisa de poucos anos. Está muito bom, deram meios, deram recursos.

Um arquivo muito importante – uma parte dele era do Arquivo Histórico –, é o Arquivo de Jornais, o Hipólito da Costa. Ele é de uma importância enorme, é uma coisa incrível! Fiz um estudo sobre o Povo, o jornal farroupilha mais importante. Fui obrigado a estudar todas as atividades jornalísticas anteriores ao Povo, que foi criado em 1827, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O jornal é um tipo de documento que tem de ser consultado, porque foge ao preconceito administrativo-político, porque mesmo quando ele não trata do outro lado, ao lutar contra ele já está dizendo algo e isso mesmo que só haja jornais oficiais. . . a imprensa é uma fonte importante. Por exemplo, essa citação do Jefferson. . . porque digo com tranquilidade que a influência que sofreu a Revolução Farroupilha foi mais americana do que francesa, por causa do noticiário do tal jornal no Rio Grande, publicado em 1832. Ele traz uma matéria fabulosa quando da comemoração do primeiro ano da expulsão de Dom Pedro. Primeiro ano de sete de abril, um material fabuloso. Ali, li trechos do Jefferson. Ninguém comentou isso até hoje, ninguém comenta e é importantíssimo. A imprensa é um recurso que temos que procurar. É outro tipo de fonte, tem outra orientação, porque hoje dispomos de vários tipos de documentos, anuários, anais, relatórios, publicações periódicas, – semestrais e anuais –, mas jornais, na época não havia. Tínhamos relatórios que também eram do governo. Os jornais farroupilhas eram a única fonte que dispúnhamos para descobrir o que é que pensava o outro lado. É exatamente nestes jornais que vemos a importância da luta nacionalista dos primeiros revolucionários do Rio Grande do Sul. Nacionalistas! Setenta por cento do Exército Imperial era formado por portugueses natos; daí o surgimento da Sociedade Militar. Era uma sociedade ultrarreacionária! Suas opiniões estão no jornal; o documento oficial não diz, nunca vai dizer.

O processo de surgimento de um arquivo no interior só aparece como curiosidade, misturado com o museu. Aí que o documento se destaca, ou seja, o objeto como documento e o documento como escrita. Mas esse documento, como escrita, tem

que ser organizado, pois, senão começam os empréstimos, a valorização preconceituosa e também porque se avolumava. Seria necessária uma orientação para organizar documentos, organizar fundos, relacioná-los, fazer inventários e outros tipos de instrumentos de trabalho. Antes da minha administração, existia uma assistência ao Arquivo de Cachoeira do Sul e ao Arquivo de Santo Antônio da Patrulha. Mas os funcionários diminuíram gradativamente. Só na minha gestão seriam quatro funcionários pela aposentadoria, ou morte ou outro motivo. Eles diminuem cada vez mais e nós não podemos atender os frequentadores e manter a organização dos instrumentos de trabalho. Prestar assistência é difícil para nós. Procuramos dar, mas é difícil, com o número reduzido de funcionários que temos.

Cada obra – e isso acontece com qualquer pessoa que escreve – é uma história. Quer dizer, a gente chega àquilo sob influências determinadas ou entusiasmo ou por ser uma encomenda. O primeiro trabalho que fiz foi realmente antes de me definir como historiador, foi sobre Rembrandt, para um concurso internacional aberto em São Paulo. Fiz um trabalho que recebeu o primeiro lugar nacional. Uma coisa que não sei se já tinha sido feita, mas parece que não. Criei um paralelo entre a parte da gravura de Rembrandt e a vida dele que ia se transformando; analisei como uma influência na outra. Com este livro ganhei o prêmio. O prêmio, realmente, não foi em dinheiro, foi um original do Rembrandt, que vale uma fortuna! Uma gravurinha pequenina, pequenina, mas que vale uma fortuna! Isso ocorreu antes de me formar historiador.

Num determinado momento, a Fundação Nacional de Artes, FUNARTE, abriu um concurso sobre Patrimônio Cultural. Enviei toda a documentação exigida com o trabalho. Aí telefonaram perguntando se não eu tinha diploma de arquiteto, pois não tinha enviado. Tinha sido classificado em primeiro lugar e não constava o diploma de arquiteto na documentação. Não mandei porque não fora pedido. Também não mandei porque não tinha; não sou arquiteto. Então, não me deram o prêmio. Está dito na ata que tirei o primeiro lugar, mas não me deram o prêmio, porque não tinha o diploma de arquiteto. São as curiosidades da vida e foi um trabalho importante.

Outro caso: há trinta anos eu vinha trabalhando num prédio importante de Rio Pardo, onde hoje é o Museu de Rio Pardo, situado na Rua Almirante Alexandrino. Quando morreu um amigo de Rio Pardo, que sempre me procurava, resolvi, em homenagem a ele, fazer um estudo detalhado do prédio. Mas como é natural, não ia fazer um estudo do prédio sem saber sobre as pessoas que ali moraram ou porque construíram o prédio daquele jeito. Então, fiz um estudo da família. Comecei pela pesquisa genealógica sobre o construtor e o morador que depois foi o Almirante Alexandrino, senador por duas vezes e três vezes Ministro da Marinha. É uma figura importantíssima! O estudo das peças, aliás, curiosíssimas, curiosíssimas! Este é o meu sistema e que é o sistema de qualquer outro historiador, não é somente meu. É o de buscar as fontes, não ir atrás da fantasia. Porque é muito normal, quando se fala sobre militar, sempre há a tendência de considerar o herói, o sujeito nasceu para ser militar, nasceu de armas na mão, já dava tiros quando pequeno. . . Então, era fato, repetido por todo mundo de que ele, com treze anos, tinha ido para a guerra do Paraguai. Pensei: espera aí, treze anos na Guerra do Paraguai?! Então, fui ver, pelo gráfico genealógico, que, realmente, a família estava em uma situação terrível, tinha perdido a casa, morrido o pai dele. De fato, assim aconteceu; eu é que não conseguia acreditar! Outra coisa era um assunto de um tal relatório que dá toda a ficha dele. Por que o relatório? Tem que ter uma razão para isso!? Fui procurar o seu neto que mora no Rio de Janeiro. Ele contou-me que, em um certo momento, o avô quis sair da Marinha, estava revoltado. Pensei: “ah é!” E tomei providências. Telefonei para o Museu Imperial de Petrópolis e

disse ao diretor: “olha, avisa minha colega do arquivo que eu preciso consultar e hoje à noite eu volto para Porto Alegre”. Realmente, esse relatório é importante porque dá quase toda a vida profissional dele e nunca fora a público e também um abaixo-assinado do tempo de guri, pedindo a entrada na Marinha. Entrar na Marinha significava que, quando eles voltavam, tinham o registro seguro na Escola da Marinha; eram cadetes.

Os documentos esclarecem muito. Quer dizer, acho que é mais importante escrever sobre esta realidade do que uma história fantasiada. Nasceu para ser marinheiro é uma afirmação sem comprovação. Acho que um relatório é muito mais objetivo, tanto que depois vemos em sua vida, na Revolução Federalista, a posição que assumiu, clara, nítida.

Outro caso a narrar: recebi uma encomenda do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, CREA, para escrever sobre o Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, que nasceu em Rio Pardo. O CREA o tinha elegido Patrono da Arquitetura e queria que eu fizesse um trabalho sobre ele como arquiteto; algo que não existia. Já havia trabalhos sobre ele como pintor, literato e poeta romântico. Fui estudar o assunto. Há coisas interessantíssimas, porque volto ao recurso da Genealogia. Fui ver seus antepassados, mãe, tios, etc. Quando ele era jovem havia um grupo que fazia teatro. O local era onde hoje é a Rua Uruguai; na época chamava-se Beco da Ópera. Então, como todo o guri adolescente, resolveram fazer um concurso da mulher feia e quem ganhou foi a mulher do Comandante das Armas. Com quem se meteram! Como castigo, Araújo Porto Alegre foi convocado para trabalhar em Rio Pardo. Parênteses, casualmente nesta época, Debret estava aí. Porto Alegre conhecia os desenhos do Debret, tinha loucura pela sua cidade, gostaria de estudar pintura com Debret e não podia, porque a mãe não o deixava, ela era viúva. Cada vez que falava em sair de Porto Alegre, sair do Rio Grande do Sul era aquela tristeza! Mas, quando ele foi preso e colocado nas milícias, a mãe então concordou; era preferível ir para o Rio de Janeiro do que ficar nas milícias em Rio Pardo. Mas, como é que ele ia fazer? Houve uma saída: na geração dele, na linha genealógica. Havia uma parente, uma senhora que era casada com o segundo Visconde de Castro, quer dizer, com o irmão da Marquesa de Santos, que estava servindo aqui. O Visconde de Castro foi falar com o governador. Este nem pensou, liberou-o em seguida e ele foi. Quer dizer, começa assim uma vida que vai depois resultar na reforma do ensino da Arte no Brasil, em 1875. Ele fez uma série de trabalhos importantíssimos em arquitetura, tal como a varanda da coroação de Dom Pedro II, entre vários outros. Dentro desse trabalho, sobre Araújo Porto Alegre, um assunto curioso seria fazer um levantamento a fim de ver porque ele se interessou por arquitetura.

Quando Debret foi para a França, Araújo Porto Alegre foi junto; conseguiu algum recurso. Chegando em Paris, os recursos foram diminuindo, desapareceram; ele não tinha dinheiro nem para pagar o carvão. Aí ele ficou na casa do irmão de Debret, François, que era arquiteto. Era um arquiteto especializado num dos programas mais difíceis de arquitetura que é de teatro. Então, ele tem duas influências importantes, que é a arquitetura e a música-ópera, que ele desenvolveu depois aqui.

Quando Dom Pedro foi coroado, ele já havia retornado de França. Ele era protegido de Dom Pedro II. Procurando dados, vi a data em que foi coroado o II Imperador e fui na Biblioteca ver os jornais deste dia. Lá estava o desenho da varanda da coroação que Araújo Porto Alegre fizera; toda a descrição feita jornalisticamente.

Durante o tempo em que pesquisei, organizei um sistema de máquina de montar, inclusive uma máquina fixa para fotografar. Tais recursos me deram a

possibilidade de conseguir várias coisas, especialmente em Portugal e, aqui, na Biblioteca Nacional.

Um dos documentos mais importantes que eu consegui em minhas pesquisas e que nem usei em trabalho, apenas em um artigo, foi feito pelos colonos alemães, datado de 1825. É um abaixo-assinado, agradecendo ao governador a presença do inspetor da colônia, que era muito amigo deles e lhes dava muitas vacas e galinhas. É um documento muito importante, pois desmistifica a ideia acerca do preconceito existente de que o Rio Grande do Sul não tratou bem os imigrantes. Realmente, devem ter acontecido muitas vezes. Mas não era por maldade, por perversidade, havia uma boa vontade com eles. Quer dizer, tratar-se-ia, talvez, de alguma desordem reprimida. O Brasil hoje é essa desorganização, essa bagunça tremenda. Imagina naquela época; era natural que houvesse dificuldade. . .

Mas isto foi uma coisa muito interessante, porque pouco depois do centenário da colonização, veio um jornalista de Ijuí me pedir que escrevesse algo. Disse-lhe: não, não vou escrever, mas vou lhe dar um documento para publicar que é importante. Dei, e ele publicou no Anuário de Ijuí, no jornal de Ijuí, publicou-o inteiro, fac-símile e depois várias outras pessoas me consultaram. E há poucos dias, aqui no Arquivo, um colega meu chegou entusiasmado: Riopardense, sabe que graças a ti eu descobri um negócio de um antepassado? São os documentos. . .

Acho que tem um grupo muito grande que está produzindo bastante. O que me preocupa mesmo, está além disto, como estas conquistas, estas tais descobertas, esta reinterpretção do documento, como isto vai ser levado ao jovem, ao estudante? Se digo que o Hino Nacional é uma palhaçada, que a letra do Hino é uma palhaçada, todo mundo sente os brios nacionais feridos. O sujeito confunde o amor à pátria com o amor ao governo. Inclusive os símbolos têm forçosamente duração de cento e trinta anos, embora queiram que eles sejam eternos. Não podem ser eternos, porque, precisamente, quando são usados símbolos para uma interpretação histórica, ele tem que ser reformado, logo que essa interpretação histórica se altere. Então, o que me preocupa é que logo que assumi a direção, tive um interesse enorme em trazer gente para o Arquivo: estudantes para pesquisar. Mas não encontrei respostas, então parei. Mas o que me preocupa é qual o processo, qual o método para levar estas novas interpretações à divulgação? Porque para nós, estudantes de História é simples, porque a gente está sabendo, estou recebendo todos os dias publicações, aqui vejo a interpretação, leio ali, inclusive leio rapidamente assunto que já conheço, vejo se o que ele está dizendo é novo, qual é a nova interpretação ali, qual foi o documento que a favoreceu. Com o estudante é diferente; ele recebe aquele material mas não tem experiência. Parece mentira, mas hoje ainda encontramos livros de História que falam na velhacalmaria. Mas por que não explicam realmente? Porque falam em calmária? Por que surgiu esta lenda? Qual foi o problema? Dos hemisférios? Da divisão? Por que não explicam isto? O estudante pode pensar: mas que diabo de país que eu estou? O Brasil foi descoberto por acaso? Pois havia as calmarias na costa? E se explicassem corretamente seria formidável! Então, o que me preocupa é isso: Como tornar possível que essas novas interpretações sejam transmitidas para a juventude?

Há um trecho, por exemplo, que é atribuído ao Davi Canabarro. Ainda esses dias ouvi num bar aí, um sujeito citando isso e errado. Continuam dizendo aquela frase, até hoje. Acho que para uma porcentagem significativa de historiadores continua sendo uma verdade, uma realidade. E, no entanto, não é difícil perceber que é algo apócrifo.

Acredito que dos antigos historiadores, um que tem o máximo cuidado na citação, faz citação muito bem feita, objetiva, concreta é o Guilhermino Cesar em História do Rio Grande do Sul: período colonial. Acho que é o repositório mais precioso que a gente tem, pois ele desenvolve o trabalho sem pressa. E todas as citações necessárias ele faz. Não estou falando da interpretação, mas do repositório documental que ele usa.

Por exemplo, em relação aos dez últimos anos do José Marcelino aqui, a gente encontra no livro todas as citações e tal. Quero pegar o texto esse do Rio Grande, o que fundou o Rio Grande, o Silva Paes. Muito bom. Ali a coisa funciona assim. É um livro que para mim funciona quase como um dicionário de História do Rio Grande, porque realmente nós não temos mais isto. O livro dele é muito bem feito.

Vemos uma interpretação, cada interpretação de acordo com as condições que o pesquisador tem de interpretar. Em cada uma a gente encontra uma coisa importante. Às vezes, as interpretações, mesmo que a gente não concorde, nos dão uma base para avaliar o juízo que o autor faz das outras coisas. Por exemplo, tem um historiador antigo, não vou citar o nome, já morreu, que fez um trabalho sobre Silva Paes. Num determinado momento ele diz mais ou menos isso: imagine que desgraça seria se, ao invés de sermos portugueses, nós fôssemos espanhóis. Quer dizer, realmente seria até o caso de processá-lo na Justiça, porque isso não tem sentido. Dessa forma, dá para a gente começar a arruinar ou a ajuizar outras. Muitas vezes, algumas observações, mesmo sendo negativas, nos ajudam. Apesar deste autor ter dito isso, ele realizou um trabalho importantíssimo como documentação seríssima, importante sobre o Silva Paes aqui e em Santa Catarina. Então, tem um trabalho muito bom, mas têm muitas afirmações que não é possível aceitar. Às vezes, algo mínimo tem uma importância enorme para os jovens, a juventude lê uma afirmação dessas, por exemplo – todo livro é sério, importante, uma documentação muito boa, muito bem escolhida –, mas, de repente, uma avaliação dessas! Ela será levada a acreditar naquilo; a importância daquilo é igual à importância do resto. É aí que está o problema. Isto é historiografia. Quer dizer, aquelas afirmações sobre o índio que comia criança, comia gente, eles tinham uma importância muito grande na Europa. Então, era bom, era necessário que fosse dito lá, mas a gente tem de tomar cuidado.

Escrevi uma biografia de Bento Gonçalves por encomenda. Estou fazendo um trabalho sobre o pensamento político de Luigi Rossetti. Já enviei um artigo para São Paulo e dois textos do Rossetti. Tinha vontade de escrever um livro sobre o Rossetti, pois dele sairia o pensamento político da Revolução Farroupilha.

O trabalho do Moacyr Flores, O Modelo Político dos Farrapos, independentemente do mérito que tenha, pela sua leitura é difícil definir qual seja o pensamento político da Revolução Farroupilha, qual seria sua função ideológica. A posição de cada um dos revolucionários difere de um para o outro, muitíssimo! Uns eram republicanos e outros não; outros ainda chegaram à república e a conduziram, porque não puderam fazer de outra forma. Têm uns que começaram pensando de um jeito e terminaram pensando de outro; é um verdadeiro caleidoscópio! Agora, nós podemos dizer: bom, a república, realmente, o pensamento político era esse, porque está escrito. Um dos farroupilhas que morreu muito cedo, em 1887, e era o tio do Duque de Caxias, o coronel João Manoel de Lima e Silva, foi uma das figuras mais avançadas da época. Era fluminense, estava servindo aqui e acabou assassinado em São Luís e era completamente diferente dos outros. Logo, é preciso muito cuidado quando se escreve sobre o assunto, pois pode dar origem a falsas interpretações.

Outra coisa, por exemplo, é o problema do negro. Sobre o negro se falou muito no centenário da Abolição, quando o negro foi visto das maneiras mais diversas.

É por isso que digo, que o pensamento político baseado na Câmara e na Constituinte dá distorções. Não aparece no pensamento do Bento Gonçalves, por exemplo, o problema do negro; é muito complexo.

Tem sete textos, seis ou sete textos do Rossetti, no Jornal O Povo, que merecem ser lidos. São importantíssimos! Ele coloca: “por que todos os historiadores no passado sempre escreveram contra a participação do povo no governo?” Então, quando ele chama a atenção, a vossa soberba, referindo-se aos legalistas, aos imperiais, a vossa soberba, nunca perceberam a importância. É por isso que tenho muito interesse em escrever essa parte do pensamento de Rossetti. Escrevi só dois textos sobre os artigos dele.

Estou com vontade de começar a escrever para esses jornais ditos alternativos. Escrever artigos pequenos, como um artigo para um jornal de São Paulo, sobre o Rossetti. De Ó Leitura é o suplemento do Diário Oficial de São Paulo, mas muito bem feito. Tem apresentado trabalhos muito bons, tem publicado um trabalho meu, um resumo do que já escrevi e tenho material para escrever um texto grande sobre o Rossetti. Penso só fazer interpretação dos seis documentos. O seu último artigo importante é uma acusação à imprensa, pois a imprensa é veículo de propaganda.

A gente quer fazer e não pode; chega um momento que se tem aquela sensação da inutilidade. Bem, para que estudo? Para que faço isso, para que leio isso? Qual é a utilidade? Então, ficam aquelas coisas ociosas. . . Como um autor disse certa ocasião: a bebida pela bebida, a embriaguez, o dinheiro pelo dinheiro, a avareza. . . Então, tudo aquilo que é em si mesmo, não tem sentido. Se escrevo é com alguma finalidade, no mínimo tenho ideia de que aquilo faz bem, ou que é adequado, ou que aquilo é importante, para que outros que, não têm a mesma inclinação, o mesmo gosto que tenho pela História, tomem conhecimento. Publiquei um livro, depois outro que foi resultado de uma conferência que proferi no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul sobre o Bento Gonçalves –Bento Gonçalves através das proclamações –, depois que estudei vinte e oito documentos originais dele, extraí novos pensamentos. Quer dizer, a gente aprofunda esses novos pensamentos dele. Mostrei para o Appel e ele ficou impressionado e disse: mas isso aqui é um sujeito que pensa igual a gente hoje, exatamente igual ao que a gente pensa hoje. A história do pensamento de Bento Gonçalves da Silva é muito rico. Eis uma citação: o primeiro golpe dado contra a liberdade conduz insensivelmente de um modo inevitável a todos os outros. E essa outra: nunca esqueçais que sois administrador do melhor patrimônio das gerações que vos devem suceder, que esse patrimônio é a liberdade e que estais na obrigação de defendê-la á custa de vosso sangue, de vossa existência. Ninguém sabia disso. Começam a falar do homem como um herói, como um militar, porém do seu pensamento ninguém fala, mas estava lá, nos seus documentos.

Sobre as características dos historiadores, destacaria três aspectos. Primeiro: há aquele que estuda com toda a paixão, por curiosidade, e que não chega a produzir uma obra. Essa gente é muito importante, porque realmente eles têm paixão por aquilo e descobrem coisas realmente significativas. Outro, que faz uma pesquisa já com base, com fundamento, com conhecimento, mas, nunca escreve nada, não escreve nunca. Então é uma coisa assim mais pessoal. E tem também aquele, como eu, que tem a preocupação de transmitir, de que aquilo seja discutido; então são três posições diferentes. Às vezes, a gente encontra uma citação, uma coisa assim, de um jovem que nunca produziu nada, e que é de extraordinária importância, porque ele está olhando de uma perspectiva que a gente nunca viu, muito importante. Acho que o pior de todos é aquele que estuda, tem condições e não escreve. O primeiro livro que escrevi, na

Faculdade de Arquitetura, foi publicado. Um colega meu de grande capacidade criticou; recém tinha entrado para a Faculdade, quase um ano na Faculdade lecionando. Aí disse para ele tranquilamente: tu não escreves porque és medroso, tu tens medo de errar. Tu tens mais capacidade do que eu para escrever. Tu não tens coragem de dizer uma coisa; tens medo. Hoje, tenho uma posição diferente, porque escrevo uma coisa que não está correta por omissão de um documento, mas não ofendo o estilo. Porque, sem o documento que é conhecido, que é usado, espero que seja criticado, porque realmente é assim que tem que ser, porque a pessoa que criticou, leu o artigo. Então, ela se interessou por determinados aspectos, isso é muito bom. Que o escrito sirva de lição para o futuro. Uma série de artigos que escrevi no Caderno no Correio do Povo trata da primeira visita do Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul. Uma das vezes que fui a Pelotas foi para pesquisar na Biblioteca o que havia na imprensa, quando ele passou pela cidade. Publiquei um artigo e tempos depois recebi uma carta de um cidadão de Pelotas, dizendo: olha, aquilo que o senhor escreveu assim, assim, não aconteceu, realmente foi programado, mas no outro dia. . . Ótimo. Sempre nessas grandes séries escritas para o Correio, o último artigo era sobre o que os outros escreveram. Então, recolhia todas aquelas críticas e publicava; tenho muitas delas.

Isso foi uma lição para mim, essa carta que o sujeito me escreveu; hoje tomo mais cuidado.

Quando a gente escreve, está aprendendo também. A crítica sempre nos ensina, porém, acho que são poucos os que pensam assim. Hoje, publica-se bem mais por causa da Universidade. Especialmente a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que mantém o seu órgão de divulgação, mas, no passado, pouca gente escrevia sobre História. Agora, tem certos momentos que, realmente, a gente entra em choque. Fiz uma palestra, Bento Gonçalves através das proclamações, no Instituto Histórico e outra na Assembleia Legislativa. Nelas, exponho o pensamento do Bento Gonçalves sobre o Duque de Caxias; só digo o que está escrito. Porém, teve gente no Instituto que não gostou, e identificou o Grande Barão de Caxias, como patriota. Não dizia que ele seja o que o Bento Gonçalves pensava.

Uma série de aspectos históricos, às vezes a gente passa por cima. A maior parte dos que se dedicam à Genealogia, ficam na Genealogia pela Genealogia. No entanto, ela é um instrumento de trabalho. Mostrei em dois casos, agora, em que a Genealogia me deu uma direção para descobrir uma série de documentos. Tem um historiador, do Instituto Histórico, o Paulo Xavier; ele é que se dedica à Genealogia. Criei um sistema de representação genealógica, exatamente para poder utilizá-la melhor. É uma representação, não está em escala, mas deve ser posta em escala. Então, tem o ano 1800, vamos dizer, 1700, 1600 e acrescenta-se nascimento, casamento, ou dois casais, filhos, filha, morte. Desta forma, isso me facilita. Por exemplo, quero ver aqui, a fundação do Rio Grande do Sul. Está localizado, 1737. Seleciono uma faixa e localizo: esse estava com tal idade, esse aqui tinha nascido, esse aqui ia nascer. Então, tenho aqui uma oportunidade de ver todo esse grupo, na circunstância, e não apenas na relação entre eles. Portanto, colocar em escala uma representação genealógica, que é o que tem de importante neste método, a torna um instrumento de trabalho. Muito disso aqui é que descobri. Cheguei a fazer aquela visita ao Rio de Janeiro, conforme disse, para me informar do Manoel de Araújo Porto Alegre. Quer dizer, não só ver nas circunstâncias temporais, como a relação entre eles, porque aqui vejo, simultaneamente, várias gerações, este outro aqui, vejo este aqui. . . Acredito que o Paulo fez genealogia dentro das circunstâncias. A maior parte do pessoal que se dedica à Genealogia, vê a coisa em si. E a coisa em si, não interessa, para mim não interessa.

Então, estou fazendo de outra forma. Acho que isto que fiz chegou à minha geração. Aqui, quero colocar para os meus netos a relação deles com os antepassados até o que participou na Revolução Farroupilha. E também aqui estou eu. Nasci aqui, o filho, a filha, aqui a separação, a morte da primeira mulher, morreu aqui. Está aqui o segundo casamento, nasce um filho, nasce uma filha. A filha casa aqui, assim vai. . . Por isso, disse que a coisa em si não tem importância nenhuma. Vi numa publicação inglesa. . . Recebo sempre publicações de historiadores ingleses, eles têm processos em que orientam a criança, para gostar da história. É preciso Genealogia, então colocam a criança diante de uma árvore genealógica. Vamos ver: aqui nasceu meu neto, então vem para trás. Então digo para ele: aqui nasceu o vô, está vendo? Então ele vai quando nasceu o vô, estava acontecendo isso aqui. . . quando nasceu o bisavô estava acontecendo isso aqui. Então, isso eles usam muito na Inglaterra para interessar a criança pela História. Quer dizer, **a História parte deles, começa com eles e retrocede no tempo**".

Porto Alegre, 28 de Junho de 1990.

HÉLIO MORO MARIANTE



A) Dados Biográficos

Nasceu em 21 de dezembro de 1915, na cidade de Caxias do Sul, e morreu no dia 24 de dezembro de 2005, em Porto Alegre.

Historiador, folclorista, contista e poeta, realizou um curso de História do Rio Grande do Sul na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua produção bibliográfica abrange cerca de 40 títulos, sendo em torno de 24 obras sobre a história militar, com foco na Brigada e na política gaúcha; também produziu trabalhos sobre o folclore sul-rio-grandense.

Mariante viveu até os 14 anos em Caxias do Sul, mudou-se para Porto Alegre, onde completou seus estudos. Em 1933, ingressou na Brigada Militar como

forma de conseguir o certificado de reservista. Iniciou sua carreira nesta Corporação, como soldado, e foi promovido até o posto de coronel. Exerceu diversos cargos na Brigada Militar: Chefe de Pessoal, Secretário do Comandante Geral, Chefe do Setor de Inteligência, Assistente na Casa Militar, nos governos Peracchi Barcellos e Ildo Meneghetti, dentre outros. Exerceu o magistério na Academia de Polícia Militar como professor de História.

Além dos cargos militares, exerceu cargos civis, foi Secretário de Estado do Rio Grande do Sul no governo de Walter Peracchi de Barcelos, também respondendo pela chefia do gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, assessorando assuntos administrativos na mesma gestão. Também foi assessor especial da Secretaria de Educação e Cultura.

Foi redator-secretário da revista Brigada Gaúcha e co-diretor da revista Querência.

Em 1955 fundou o Museu da Brigada Militar.

Participou de várias associações, dentre estas, como primeiro presidente do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Foi sócio fundador da Associação Pró-Editoração à Segurança Pública/APESP, secretário-geral do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-grandense de Letras, sendo membro desta instituição por cerca de 40 anos; presidente do Círculo de Pesquisas Literárias e vice-presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do Instituto de História e Tradição do Rio Grande do Sul e da Cruz Vermelha Brasileira.

Integrou a Academia de História Militar do Brasil, sendo patrono de uma cadeira dedicada à Brigada Militar. Foi sócio correspondente do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil e sócio do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais/Paris, inclusive constando uma publicação no Cahiers de Litterature Orale, de 1980, com o título Calendrier des Fêtes et des Dates Traditionnelles: uses et Coutumes Dans le Rio Grande do Sul.

Dentre as condecorações que recebeu, destacam-se a Ordem do Mérito Militar, por prestar serviços relevantes à nação brasileira, e Mérito Santos Dumont, da Aeronáutica, por destacados serviços prestados à Corporação. Pela obra *A Idade do Couro no Continente de D'el Rey* fez jus ao prêmio Ilha de Laytano. Após sua morte tornou-se o Patrono da Academia de Polícia Militar.

B) Seleção Bibliográfica

MARIANTE, Hélio Moro. A vida humana e animal nos Contos Gauchescos. Revista Organon, Porto Alegre, n. 13, p. 95-114, 1968.

MARIANTE, Hélio Moro. Fronteira do Vaivém. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1969.

MARIANTE, Hélio Moro. Crônica da Brigada Militar Gaúcha. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MARIANTE, Hélio Moro. A Idade do Couro no Continente D'el Rey. Porto Alegre: [s. n.], 1974.

MARIANTE, Hélio Moro. História do Tradicionalismo Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1976.

MARIANTE, Hélio Moro. Alfredo Ferreira Rodrigues. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

MARIANTE, Hélio Moro. Medicina campeira e povoeira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

MARIANTE, Hélio Moro. Farrapos: guerra à gaúcha. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MARIANTE, Hélio Moro. Santa Barbara, São Jerônimo!. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MARIANTE, Hélio Moro. Chimangos e Pica-Paus: no folclore político-militar gaúcho. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

MARIANTE, Hélio Moro. Sarilhos Milicianos. Porto Alegre: Presença, 1990.

MARIANTE, Hélio Moro. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Presença, [s. d.].

Adendo: não foram localizadas maiores informações sobre os seguintes títulos:

De Prontidão, de 1968; O Decênio Heroico, de 1974; Rodeio dos Rodeios, de 1977; Pandorgueando, de 1977; Respingos, de 1981; Memórias Acadêmicas, de 1985; A Revolução de 1893 e a Consolidação da República, de 1990.

C) Depoimento

“Sempre gostei muito de História, principalmente a história do meu estado natal que é o Rio Grande do Sul.

Vivo procurando locais para ministrar palestras, cursos, porém, me faltava um documento, como diz o gaúcho. Faltava um documento oficial que me credenciasse para tal. Então, procurei o que existia, na época e encontrei na Universidade Federal, mais precisamente na Faculdade de Filosofia. O Dante de Laytano ministrou um curso de seis meses, muito bom, muitas pessoas o frequentaram, inclusive eu. Faz tempo, deve fazer uns trinta anos, mais ou menos, mas não tenho a data precisa.

Sou dos historiadores que só faz a história com documento, por ouvir dizer não escrevo, não digo. Tem muito historiador novo que está usando muita coisa sem apresentar a prova, se Deus quiser assim, assim não pode ser! Só faço história com o documento. . . Agora, naturalmente, há documentos e documentos! É necessário saber e ver a origem desse documento; ele às vezes falha. Mas aí vem o bom senso daquele que vai fazer a triagem; a seleção é difícil, é muito subjetiva. Uma coisa que pode ser válida para mim, pode não ser para outro; isso reconheço.

Esta é a maneira como nós estamos fazendo história, quer dizer, na fonte mesmo, procurando. Por isso fico admirado quando ouço, vejo e leio certas coisas que não dá para acreditar. . . !

Sinto um prazer imenso cada vez que acho uma coisa nova. É uma beleza!

Dou uma pálida ideia de como é que eu trabalho. Com o papel e o lápis do lado, à medida que eu vou lendo o livro, vou anotando e, quando preciso daquilo, não preciso mais ler o livro, já vou direto às anotações. É só olhar a última página delas e encontro, por exemplo, os combates que a Brigada tomou parte, etc; tudo já está anotado.

A outra forma do meu estudo é um livro que chamo livro de pesquisa. No número dois, por exemplo, anoto nomes, apelidos, tais como almotacé, Açores, Andrade Neves, calendários, Conselho Ultramarino, chula e assim até a letra Z. Sempre que acho alguma coisa interessante, transcrevo no livro. Por exemplo, bandeira: na zona rural, nos séculos XVI e XVII, em vez de Companhias de Ordenanças de duzentos e cinquenta homens, organizava-se uma bandeira, tinha formação similar, porque muita gente diz aí, dos bandeirantes. Mas por que tal nome? Por que eles carregavam uma bandeira na frente? De onde é que vem esse nome é o que procuro saber. Quando vejo um assunto interessante, registro, porque aí sei que está certo, que é o certo. Por exemplo, sobre as festas, muita gente diz: as festas são móveis. Como é que se sabe quando é carnaval, quando é Espírito Santo? Então, no livro de pesquisa, tem tudo direitinho. Começo lá no Dia de Reis e venho vindo. . . venho vindo. . . procurando quando vai cair, quando não vai, quarenta e nove dias. . . Depois da quinquagésima quarta-feira seguinte, é Quarta-feira de Cinzas; depois de quatorze dias antes é a Paixão; sete dias é o Dia de Ramos; quarenta depois é. . . e assim por diante. . . Sempre que preciso, tenho como localizar os dias santos. Tenho dados sobre medicina popular. E depois que escrevi o livro sobre o assunto, apareceram mais dados. Se eu fizer uma segunda edição, já tenho mais informações; esse é o meu jeito de fazer.

Sobre eleições, por exemplo, tenho dados de 1889 a 1930, desde quando o voto era facultativo e a descoberto; de trinta em diante, trinta e dois, trinta e três, cinquenta e cinco, oitenta e oito, etc. Há informes das fraudes e os vícios das eleições, os casos interessantes acontecidos nas eleições. Quando elas surgem, já tenho anotado e, se me

perguntam, com a maior facilidade, informo. Esses são os meus métodos de trabalho. Em cada livro que leio, vou anotando as coisas mais pitorescas, mais interessantes, que merecem registro, para poder saber o que é. População é outro exemplo, volta e meia preciso saber sobre a população. Tenho os números de toda a população de Porto Alegre desde mil e tal até agora; a do Rio Grande do Sul desde mil e tal. . . Hoje mesmo eu iria falar sobre a cólera. Tivemos uma grande epidemia em 1855, outra em 1867. A primeira informação que iria fazer: quando é? Quantas pessoas nós tínhamos no Rio Grande do Sul em 1855? Quantos morreram? Porcentagem tanto. . . em sessenta e sete quantos morreram? Porcentagem tanto. . . Ficou fácil porque tenho isso aqui à mão. Imagine se cada vez tiver que pesquisar?! Não dá. Cada um de nós tem o seu jeitão de trabalhar, o meu é este. E me dou muito bem. As pessoas se admiram, às vezes, porque dou a informação na hora, pelo telefone. Digo: espera só um pouquinho que vou abrir minha memória aí.

A História, todos nós sabemos, é o romance da humanidade. Então é o romance daquilo que está acontecendo, desde que o mundo começou a ser mundo. Gosto muito, acho uma coisa extraordinária, os fatos históricos, para ver a idiossincrasia de um povo. Quando estudamos a História, vemos porque somos assim, porque agimos assim, de onde é que viemos, quem nos formou. . . Nós estamos muito acostumados a falar na preguiça do brasileiro. Este comentário é muito comum, principalmente, por parte dos estrangeiros. E o por quê? Vamos estudar o porquê, se de fato existe essa preguiça, ver o porquê. Então, tudo isso é o que a História procura ver. Vamos estudar o índio, o negro, o português; mais tarde, vamos estudar o alemão, o italiano. . .

Gosto de História porque ela nos leva às origens, nos faz ver como é que nós somos, de onde viemos e qual é o nosso futuro. Nos permite estudar porque o Rio Grande do Sul é um estado belicoso; porque quando o resto do Brasil já tinha duzentos anos, o Rio Grande do Sul era terra de ninguém. Em 1737 o Brasil já tinha duzentos e trinta e sete anos; aqui não havia mais aldeias como aquelas que tivéramos nos Sete Povos das Missões; tinham sido abandonadas já há um século. Não tinha mais nada que fosse ponto de discórdia entre Espanha e Portugal e era essa terra de ninguém. Ocorriam invasões e o homem, para sustentar isso aqui, depois que Silva Paes, fundou o Presídio Jesus Maria José para garantir as fronteiras. Teve que lutar sim. Nós tivemos que pelear e peleamos duzentos anos, tivemos sete guerras, sete guerras! Então produziram esse tipo que nós chamamos de gaúcho, esse tipo belicoso da época, porque ele precisava preservar o seu pedaço de chão; o que foi feito à custa dos nossos ancestrais.

Em mil e setecentos e tantos e em mil e oitocentos e pouco, não existiam essas coisas de aposentadoria como conhecemos atualmente. Quando terminava uma guerra, o que fazia o rei de Portugal? Ele dava terras aos soldados, aos sargentos, aos oficiais. Veja bem que sabedoria! Ele, dando aquelas terras, uma sesmaria para o Hélio Moro Mariante, outra para o seu Machado, eu me tornava proprietário e aí que um inimigo tentasse me tomar porque aquilo era meu! Então, cada vez que havia uma invasão juntavam-se todos esses fazendeiros. Todos esses sesmeiros forneciam homens e munição, o município dava à tropa, a comida, aquela coisa toda, para assegurarem o que era deles, e garantindo o deles, estavam garantindo a Coroa e assegurando Portugal; daí o nosso sucesso. Levamos duzentos anos nisso. Daí a nossa belicosidade, a desse Rio Grande do Sul antigo que era um verdadeiro acampamento permanente. É isso que a História nos mostra, por isso gosto dela. Vou ver porque nós somos assim, porque o meu avô, meu bisavô tomavam parte nas guerras, nas revoluções, pois se criaram nesse ambiente. Já nas Minas Gerais, em Goiás, tanto faz

dizer que eram brasileiros, pois eles sempre tiveram o Brasil por todos os lados – norte, sul, leste, oeste – mas nós aqui, o que tínhamos? A oeste e ao sul inimigos, os espanhóis primeiro, a Argentina e o Uruguai mais tarde; a leste, um mar tenebroso com uma única porta de entrada que é a barra do Rio Grande cuja costa é um cemitério de navios; para o norte, uma floresta quase impenetrável; do norte do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, havia as trilhas abertas pelos cascos da animalada, pois dali saíam as tropas de mulas para Sorocaba, e era isso o nosso Rio Grande do Sul. Durante duzentos anos foi assim! Por isso, a nossa gente é deste jeito, e é isso que a história nos mostra, e é isso que estamos sempre procurando demonstrar cada vez mais com o nosso trabalho, nos nossos escritos.

Não uso um gabarito que possa dizer: olha, para se achar um documento tem que se fazer isto. Por exemplo, essas minhas intervenções, essas aulinhas que dou aí na Rádio Guaíba têm me proporcionado receber documentação maravilhosa. O pessoal sente que eu gosto do que faço. Estes dias, falando sobre os mortos ilustres do Estado do Rio Grande do Sul, sem saber onde é que eles se encontram, etc. e tal, falei sobre o Rafael Pinto Bandeira e disse que ele estava em Rio Grande. Daí a uma semana, recebi uma carta registrada com um documento de uma ata do sacristão-mor da Igreja de São Pedro, a Igreja mais antiga do Rio Grande do Sul; ao fazer uma vistoria no velho altar-mor que estava se desmanchando, ele encontrou uma urna de zinco e, dentro dela, os restos mortais de Pinto Bandeira. Chamou pessoas de alto nível da cidade de Rio Grande, fizeram uma ata e ele entregou a urna. Hoje, ela está depositada no cemitério de Rio Grande e ele me mandou uma cópia da ata. São coisas dessa natureza, de onde a gente menos espera surge o documento, uma coisa qualquer. Mas a gente busca muito. Por exemplo, quero saber quando nasceu o indivíduo, quando morreu, quais são as fontes que tenho, se não tenho da família, se não tenho a certidão de nascimento, onde buscar o documento?

Ora, nós sabemos que até a Proclamação da República não existiam os cartórios. As pessoas não se registravam; elas nasciam e as informações iam para o batistério. Então, a gente tem que ir na Igreja. Há pouco tempo fiz a biografia do meu patrono na Academia Rio-grandense de Letras, o Cezimbra Jacques. Tinha dúvidas a respeito do nascimento dele: onde? Quando? Como? Que dia? Fui à Cúria Metropolitana de Santa Maria, onde ele nasceu, e os documentos estavam lá. Encontrei tudo direitinho, até o nome dos padrinhos, que o encarregado me deu, dos avós, tudo. São essas as fontes que se tem que buscar, que se tem que procurar. Por exemplo, se quer saber sobre propriedades, vai ao Arquivo Público; a documentação daquelas sesmarias antigas está lá. Os meus Mariante, desde quando estão no Rio Grande do Sul? Tiveram sesmarias? Então vou lá, vou encontrar direitinho. Comprou de Fulano de Tal, fez divisa com Fulano de Tal. Agora, é aquela coisa, tem que suar muito. . . !

Entre os locais de maior riqueza de documentação está a Cúria Metropolitana. Se quer saber sobre genealogia é lá. Quanto ao resto, no interior do Estado é muito difícil, muito difícil. A documentação está aqui em Porto Alegre, e aqui temos várias entidades maravilhosas. Por exemplo, o Arquivo Público tem tudo que diz respeito a bens, desde transferências de casas, de terrenos, de sesmarias, tudo lá; é só pegar uma ponta do véu. Mas, isto é que é difícil: pegar a ponta do véu. Se a gente chegar lá, vai encontrar tudo, coisas maravilhosas como testamentos. Na documentação sobre as sesmarias de Bento Gonçalves, se lê quando ele morreu, vai ver o que ele tinha: tantas colheres de prata, tanto isso, tanto aquilo, tantos escravos, tantas selas, tantos candelabros de latão, tantos pratos de louça, dois trincados, um garfo sem uma ponta. São descrições dessa natureza; vai encontrar tudo lá. Se quer saber, por exemplo, sobre outras coisas

como História e Geografia, vai no Arquivo Histórico do Estado. Todos esses arquivos são especializados. Temos várias bibliotecas muito boas: a do Palácio do Governo, a da Assembleia Legislativa, a Biblioteca Pública e a nossa Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico que é a mais completa sobre o Rio Grande do Sul, uma maravilha! Além disso, há uma seção de documentos extraordinários, toda a documentação ativa e passiva de Borges de Medeiros, por exemplo.

Felizmente, sempre achei as portas abertas. Sou um homem feliz nesse ponto, porque sempre que quis alguma coisa encontrei. Agora, trabalho, sempre trabalhei muito. Fui ao Rio de Janeiro e fiquei trinta dias dentro do Arquivo. Lá há muita documentação sobre o Rio Grande do Sul.

Tenho pastas com cópias de documentos que trouxe do Rio de Janeiro. Eu pegava tudo que via, que caía na mão, via que era interessante e dizia: aqui vai dar samba e mandava tirar cópia. O documento está lá, não invento nada. O que escrevo está tudo documentado, não faço nada, nada sem documento. Outra coisa que me honra muito é que tenho na obra Crônica da Brigada Gaúcha, a história de todas as polícias militares; nisso sou pioneiro no Brasil. A primeira parte já está transcrita em duas histórias de outras polícias militares de outros Estados, com a minha licença, naturalmente. Para ver que tem valor o que eu fiz.

Pela própria formação que temos, eu, por exemplo, não é que seja contra, mas digamos assim, uma pessoa que seja adepta, por exemplo, da extrema esquerda e outra que seja adepta da extrema direita vão olhar o mesmo documento com duas óticas completamente diferentes. Isso é uma coisa interessantíssima. Para um, serve, para o outro, não serve. Fala-se muito, hoje em dia, na desmistificação da História. Fala-se muito na historiografia oficial e até hoje não encontro, não pude compreender bem o que quer dizer essa tal de desmistificação, nem o que quer dizer essa tal de historiografia oficial. Em todo caso, pode ser que eu dure mais anos e um dia possa me abeberar melhor. Nota-se que alguns historiadores, melhor dito, alguns romancistas que criam personagens históricos para os seus romances, olham com uma ótica muito particular. Por exemplo, a devassa antiga era o nosso IPM de agora, é o Inquérito Policial Militar. Sempre que havia um grande caso, havia a devassa. Nessa devassa, eram ouvidas as pessoas de ambas as partes, os prós e os contras para que os que vão julgar o processo possam atuar como juízes, possam tirar suas conclusões. Porém, muita gente por aí vai lá e pinça só o que lhe interessa, não pinça o outro lado, então fica sempre só um lado dizendo uma verdade, dizendo uma coisa só. O caso de Bento Gonçalves é um exemplo. Que nós saibamos, ele era primeiro gaúcho rio-grandense, brasileiro e era maçom. Pois muito bem, numa devassa que fizeram com a vida de Bento Gonçalves, o que aparece?! Aparece o depoimento de um padre católico e o de um português. Ora, o padre católico iria puxar o assado para a brasa dele, sabendo que o Bento Gonçalves era maçom, grau trinta e três e, naquele tempo, Igreja e Maçonaria não se davam bem. O outro lado, o português, só podia exaltar o lado de Portugal, o lado do Império, o da Coroa e, em Bento Gonçalves, estava contida a ideia da república. Então, são dois depoimentos que não se pode levar muito em conta; deve-se ver o que eles disseram e por que disseram! Mas deve-se ver o outro lado também. Então, têm essas pequenas coisas que a gente, que gosta de fazer história com documento, tem que cuidar. Hoje em dia, nosso Bento Gonçalves é apresentado como um herói-ladrão, ladrão de cavalos, isto, aquilo, aquele outro. . . Vou exagerar um pouco agora nas minhas opiniões: dizem que o Duque de Caxias fazia canja de galinha com osso de criança, que era matador de criança, de velhos, que mandou envenenar as águas de um rio só para matar os idosos e aleivosias desta maneira. Ora, nós sabemos bem, conhecemos bem que não era isso,

conhecemos bem a vida particular do nosso grande Duque de Caxias, um homem católico por excelência, que se fazia acompanhar em todas as suas marchas de um padre e um oratório especial. Uma pessoa assim não podia ser estas coisas e é isso que a gente não gosta. Nós, velhos, amamos nossa pátria e vemos com muito pesar o que está acontecendo hoje: pessoas formando a juventude da nossa pátria com essas ideias; mas é um sinal dos tempos.

Trabalho com documentos, com o documento mesmo. Exemplifico: aqui temos uma proclamação do General Daltro Filho ao povo do Rio Grande, por ocasião daquele célebre caso de 1937, quando Flores da Cunha foi deportado. Então, está aqui o documento que ele lançou ao Rio Grande do Sul, justificando seu comportamento; está aqui com a Brigada Militar. O que deu origem àquela situação toda no Estado foi que o governo federal requisitou a Brigada Militar, tirando a força do governo do Estado. E tenho aqui a réplica do governador Flores da Cunha explicando a sua renúncia em Manifesto ao Rio Grande do Sul, que se contrapõe a esse, do Daltro Filho. Em relação a esse episódio, o historiador como é que fica? Ele vai mostrar o que aconteceu. Por exemplo, se sou eu, apesar de ser brigadiano, vou dizer realmente que a Brigada Militar estava se armando naquela oportunidade para atacar o Exército Nacional, caso fosse necessário, sem dúvida nenhuma! Não posso obscurecer que o General Flores da Cunha contrabandeou material bélico e o pôs à disposição da Brigada Militar. Então, posso dizer isto, não vou dizer se estava certo ou errado, quer dizer, acho que está errado. Aliás, escrevo isto, quando faço a minha História da Brigada Militar: não uso de meias-medidas, digo o que é bom e o que é ruim. Tanto que o Daltro Filho, quando soube disso aqui, requisitou a Brigada Militar e retirou todo o material que nós tínhamos e o entregou para o Exército.

Não gosto de descrever combates. Tenho uma quantidade de livros escritos e quando descrevo um combate, só faço da parte militar que me interessa, a tática; se foi certo ou errado, se foi bom ou ruim, porque há tanta mentira a respeito de um combate que nem se imagina, e cada um puxa sempre a brasa para seu assado. O lado do governo diz que morreram tantos e foram feridos tantos, o do inimigo muito mais e o inimigo diz a mesma coisa; é quase impossível chegar a uma conclusão. Então, não falo sobre isto, não gosto.

Tenho um documento relativo à Revolução 1932. É um documento do Rio Grande do Sul a São Paulo e à nação; é um longo manifesto assinado por políticos como Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Lindolfo Collor. Então, eles têm a história, são documentos, são manifestos que foram lançados.

Tenho também um relatório do ano de 1924, assinado pelo Tenente Coronel Miguel Luís Cunha sobre uma revolução. Também temos o assalto, o ataque ao quartel de Santa Maria no ano de 1923; está tudo documentado. Nós temos aqui documentação sobre o serviço de aviação que a Brigada Militar teve em 1915, as datas dos aviões e todos os artigos de jornal da época, a mensagem presidencial de Julio de Castilhos, documentos para poder provar que o Quartel General pertence a nós, desde tantos, foi comprado do fulano de tal, custou tanto – toda a documentação.

Recebi prêmios literários pelas obras A Idade do Couro no Continente D'El Rey e Medicina campeira e povoeira. São os dois prêmios que tenho, que posso citar. Tenho também aqui um prêmio de Turismo, dado pela Prefeitura de Porto Alegre, pelo trabalho que realizei sobre assuntos de turismo, quando eu era presidente do Instituto Gaúcho de Tradicionalismo e Folclore; isto são pequenas coisas.

Da Brigada Militar, nós só temos, na Academia de Letras, o colega poeta Coronel Retamozo. Mas tivemos o Major Miguel Pereira, que é o autor da primeira História da Brigada Militar, um clássico aqui no Rio Grande do Sul, intitulado Esboço Histórico da Brigada Militar. Foi continuado, mais tarde, pelo coronel Aldo Ladeira Ribeiro e estou prosseguindo, o seu trabalho, e o do Miguel Pereira há vários anos. Eles já faleceram. Então, um de nós vai tomando o bastão. Estou prestes a entregar para outro, mas se Deus quiser vai demorar um pouco ainda.

Fui o primeiro presidente do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, no fim do governo Triches, início do governo Guazzelli; aí que nós instalamos a entidade.

Pertencendo a tantas entidades, é evidente que o meio que transito é bem grande; muitos pertencem a todas elas também, não só eu. Mozart Pereira Soares, Lothar Hessel, Moacyr Flores, todos somos de várias entidades e têm uns que são singularmente só de uma. São grupos muito bons, gente dedicada à História, à Geografia, à poesia, à literatura e temos as nossas tertúlias semanais, todas muito gostosas e interessantes.

O Alfredo Ferreira Rodrigues é o patrono da cadeira que eu ocupo na Academia Rio-Grandense de Letras. Para quem não conhece a estrutura, a Academia Rio-Grandense de Letras tem quarenta cadeiras, cada uma delas tem um patrono, com o nome de um escritor já falecido. A mim coube a de Alfredo Ferreira Rodrigues e foi sorte, pois gosto muito desse cidadão, que é o maior historiador dos Farrapos. Muito mais pesquisador do que historiador, ele levou toda sua vida colecionando cartas, documentos, relatórios; tudo que pudesse influir na História, ele publicava no seu almanaque. Felizmente, esse arquivo se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Para quem quiser ver, está todo lá, uma verdadeira joia, uma verdadeira maravilha!

Paulo Brossard de Souza Pinto escreveu o seu livro sobre o Alfredo Ferreira Rodrigues. A minha biografia do Alfredo Ferreira Rodrigues é que abre o livro do Paulo Brossard de Souza. É um livro que foi para todo o mundo; são essas as pequenas vaidades. . .

Estou fazendo um trabalho que vai interessar muito o elemento feminino: o nome é Evas em Tempos de Guerras. São heroínas, vivandeiras, aventureiras, prostitutas, etc, que se aliavam às forças militares em todo o mundo. Estou achando coisas maravilhosas! É um trabalho de pesquisa muito grande e já está quase no fim.

Vivandeira seria o termo genérico para todas elas. O termo vivandeira abrange a heroína, a mulher que acompanha a tropa, aquela que é militante, que vai militar mesmo, aquela que acompanha o marido ou a reles prostituta. Por que vivandeira? Porque os vivandeiros? Aí que está a origem do nome. Os vivandeiros eram homens que, antes de Napoleão, abasteciam os exércitos em guerra. Os exércitos não tinham na sua logística um setor de abastecimento, hoje tem o serviço de intendência. Então, eles prestavam serviços contratados. Os vivandeiros, geralmente, eram os fornecedores de toda a alimentação e se faziam acompanhar de padeiros, de verdureiros, de pasteleiros, de quituteiras, de doceiros, etc, formando uma força paralela à força militar, acompanhando sempre os exércitos em guerra. Bom, a mulher do vivandeiro, lógico, era a vivandeiras. Muitas dessas vivandeiras depois se estabeleciam por conta própria, sem obrigatoriamente serem casadas com um vivandeiro e passaram a ser chamadas vivandeiras. Esse termo, que era peculiar dessa gente que acompanhava e que vendia o que produzia para o exército, tornou-se genérico, batizando a mulher que acompanhava a Força. Então, uma heroína é uma vivandeira, uma pasteleira é uma vivandeira, uma prostituta é uma vivandeira, uma

revolucionária é uma vivandeira. Já estou com mais de quase duzentos nomes, coisas maravilhosas! Não se é capaz de ter nem ideia da quantidade de heroínas que tem nesse mundo! Mulheres extraordinárias! Eu mesmo, que estou fazendo esse trabalho, estou admirado de ter encontrado tanta coisa assim!

Ainda falta alguma coisa e muitas pessoas vão me ajudando. Eu falo: ah! mas tu te lembras da fulana, é mesmo esta? Então, tomo nota do nome, já vou ver quem é que foi a fulana, o que ela fez, se entra no que eu quero. . . É sobre o papel da mulher na História do Rio Grande do Sul, a mulher que ficava na retaguarda das estâncias, que acompanhava os combatentes, é sobre isto que estou escrevendo, justamente isso. São as que chamo de heroínas anônimas, que não deixaram nomes; há outras que sou obrigado a botar o nome. A preta Ana, a Maria das Coisas, a Júlia das Tantas, etc, mas essas aí são as anônimas. Tenho um capítulo especial para elas, porém, estou achando uma grande dificuldade, pois não há nenhuma fotografia de uma nossa aqui. A não ser da Maria Quitéria, que é para lá de conhecida, como a Anita Garibaldi. Disseram que lá em Rio Grande, na Biblioteca Rio-grandense, que é a melhor biblioteca do Estado sobre a História do Rio Grande do Sul, existe. Me disseram que lá tem, tanto que já escrevi para lá e estou para ir e acampar uma semana e debulhar aquela documentação, ver se encontro pelo menos uma fotografia. . .

Tenho várias coisas extraordinárias de feitos de mulheres; vou contar só uma: Dona Maria Ribeiro da Silva Tavares – ainda está viva em Porto Alegre – é filha do Coronel Hipólito Ribeiro e neta do General Hipólito Ribeiro, que tomou parte na guerra do Paraguai. Na família dela tem essa versão, que é verdadeira: o General, como Coronel na Batalha de Tuiuti, viu-se cercado por um grande número de paraguaios. Ele estava junto com um cabo, já quase se entregando; iriam morrer degolados. Nisso, surge um soldado brasileiro que consegue desbaratar completamente os quatro ou cinco que estavam acutilando o general, salvando-o. O general, já com o coronel, depois da batalha e refeito, chamou o seu oficial e disse:

- Olha, vai lá e procura o cabo fulano de tal, porque quero agradecer a ele, o homem me salvou a vida, uma coisa extraordinária. Além da citação que vou fazer em boletim, quero agradecer pessoalmente.

E daí uma hora, mais ou menos, volta o tenente e diz:

- Coronel é impossível cumprir a sua missão, a sua ordem.

- Mas por quê?

- O cabo fulano de tal acaba de dar à luz.

Na emoção do combate, era uma mulher, e ninguém sabia. Tem coisas assim dessa natureza e tenho vários exemplos. Tem a tal de Maria Curupaiti. Chego a me arrepiar quando vejo o que essa mulher fez nas trincheiras de Curupaiti. Tem outra aqui na Brigada Militar, a Bolachinha. Quase todas essas vivandeiras tinham os nomes mais disparatados possíveis; eram popularíssimas, figuras folclóricas. É uma maravilha ver o que a Bolachinha fazia num destes nossos combates. Dia abrasador, os soldados tinham uma sede danada e dele fogo e fogo, sem tempo para beber água. A Bolachinha pegou uma mula velha, duas garrafas, ia lá ao córrego, enchia as garrafas d'água e trazia para eles, e as balas correndo por toda a parte; e ela naquela missão, cinco, seis vezes, coisa extraordinária, mulher. . .

Pelos títulos dos meus livros é fácil notar que não escrevo sobre o que já foi escrito. Meus livros todos são inéditos. Ninguém escreveu sobre o assunto e sempre digo: meu livro pode não prestar, mas será sempre útil porque é o primeiro. Talvez eu não tivesse poderes de escrever melhor do que aqueles que já fizeram. Então procuro coisas

novas e tem muita coisa. Está tudo por se fazer aí, parece mentira! O que relato no livro Medicina campeira e povoeira ninguém tinha feito; isso ninguém tinha feito aqui em Porto Alegre! No Rio Grande do Sul sabemos como é que curamos as nossas mazelas, como é que o povo faz. A Idade do Couro, sempre lia que o Rio Grande do Sul teve a sua idade do couro, mas só diziam isso, porém, o que foi essa idade do couro? Cheguei a uma conclusão extraordinária em meu livro ao qual dei este título. Esses são os dois melhores livros que eu tenho, sem dúvida nenhuma.

Em A Idade do Couro, percorro todo o mundo, vendo como é que o couro era tratado. O couro entre os chineses, egípcios, persas, babilônicos, árabes, gregos, romanos, nas Américas. Depois trabalho o couro verde e o couro seco, as substâncias tanantes, aquelas que fazem o couro ficar bom, sua preparação após o advento da era industrial, o couro nos primórdios do Rio Grande do Sul, a Idade do Couro, informações de autoridades, primeiros registros do uso do couro, tudo documentado. Trato o início e o fim da Idade do Couro, a extração, o preparo, a classificação e os cuidados; o carnear e o courear, o couro seco, o salgado e por aí vai. A economia artesanal: loncas, guascas e tentos; couro pau para toda obra. O couro na habitação: serviam de barraca de armar, de ramada de rancho de capim e de barro, de forrações das paredes, de amarrações, de telhados, de portas e de janelas, de dobradiças e fecho. . . tudo de couro. O couro no mobiliário: tarimba, camas, berços, redes, tampos de mesa, arcas, baús, canastras, matas, tapetes, toalhas de mesa e, sobre tudo isso, não só enumero como digo quem é que viu e como é que era. Não inventei nada, está tudo documentado. O couro no arreamento: lanjas de lombilheiro, oficina de lombilheiro, talabanteria, utensílios do arreamento, etc. O couro no armamento: laço, boleadeira, funda, canhão, retovados, acessórios do armamento. O couro nos meios de transporte: toldos e portas de carretas, reforço e molas, padiolas, carro fúnebre, peças de couro usadas nas carretas, pelotas, tetos das chalanas. O couro no vestuário: em quantidade de coisas até hoje. O mundo mágico do couro; o couro nos utensílios, recipientes diversos, barris, biqueira, recipientes para fazer manteiga, talhas e taikos, dobradiças e taramelas, proteção e coberta, ligá e ligar, cordas, fole paravento. O couro e os mistérios femininos: berços, baldes e canecos, anoque ou noque, bico de mamadeira, panela, retovos diversos, corda para secar roupa. O couro como material auxiliar nas operações militares e aí uma série de coisas. O couro como agente material da Justiça: causador da morte por compressão, relhos, rebenque, rabo de tatu, estaqueamento, troncos e laços, cintos de couro. O uso pitoresco do couro: caixão e mortuários, burros e terneiros retovados; como auxiliar na doma de cavalos; como instrumento musical, também de medição, assados com couro, alimento como último recurso. O couro e as credices nas superstições: o rosário de garras, pelego preto, fumaça de lã de pelego, breves, remédios contra mau agouro. O couro nas lúdicas gauchescas: no jogo de carreira, no de pedras, no de pato com cafife, como carpeta, como arrastão, como pandorga. O couro no maravilhoso sul-rio-grandense: na lenda da Lagoa dos Patos, na Lenda da Criação do Mundo e na Toca do Sapateiro, no Negrinho do Pastoreio, na História do Boi Tatá, na Salamandra e assim por diante. Esgoto o assunto. É um trabalho que fiz sozinho.

Sarilhos Milicianos é um livro que escrevi sobre pequenas coisas que não quero que morram na Brigada. Sou dos antigos, essa mocidade não sabe mais nada disso. Então estou escrevendo sobre todas essas coisas antigas que me vêm à memória, que tenho documentação e que me lembrei. No final, faço uma parte só da bibliografia brigadiana, para mostrar que a Brigada não é só dar nos outros, dar nos colonos sem terra, usar o cassetete. Nada disso, nós também sabemos manejar a pena e muito bem,

graças a Deus! Tenho aqui grande quantidade de gente que escreveu. No livro há de tudo: prosa, poesia, tem poeta aí com obras coletivas. Houve uma quantidade de obras coletivas que estamos traduzindo e compilando, ilustradores e copistas, jornais brigadianos; tudo isso é produção de dentro da Força. A Força hoje está muito bem, está uma beleza!

A relação entre tradição e folclore é muito interessante, mas a palavra folclore se tornou muito mal usada. Hoje em dia, ouvimos dizer que aquela professora é folclórica, que aquele deputado é folclórico, que aquele prefeito é folclórico; está profundamente errado. Essa professora, esse prefeito, esse deputado, esse general, seja quem for, pode ser estranho, esquisito, diferente, engraçado, gozado, mas nunca folclórico. O folclore é uma ciência completamente distinta. Para ser folclore, não se pode saber quem é o autor, senão não é mais obra folclórica. O fato, para ser folclórico, tem de passar por mais de uma geração, tem que ser transmitido oralmente, de boca em boca, de orelha a orelha, de pai para filho, de compadre para compadre, comadre para comadre, de avó para neto, sempre oralmente, e vai passando. Isso é que é folclore, o resto é balela, o resto é mentira. Mas hoje em dia, qualquer coisa estranha, esquisita, é folclore. Tenho me batido em defesa do folclore, que é coisa muito séria. Mas já não adianta mais e vai vencer, porque quem faz a língua é o povo. Tem que se saber separar a lenda, o mito, o folclore da História, mas tem muita coisa de lenda que entra na História. A diferença da lenda para o mito é a seguinte. A lenda tem um tempo e tem um espaço, tem um personagem que faz alguma coisa. Agora, o mito não tem tempo nem espaço, é uma coisa que se cria, uma fantasia que se cria para explicar algo. Iniciaram explicando fenômenos naturais. Por exemplo, um dos mais simples, o raio, o trovão, um índio, que não tem conhecimento e nem coisa nenhuma. Nós, por exemplo, sabemos que uma nuvem carregada de eletricidade positiva ao se chocar com uma de carga negativa produz um raio, um trovão, essas coisas todas. Mas eles não sabiam disso, então, atribuíam ao deus deles, Tupã, ou seja lá quem for. Esse deus estaria bravo com eles, aquilo é um castigo que vinha do céu. Daí cria-se o mito e vai passando, vai indo até que crie asas e comece a andar sozinho. O mito e a lenda, muita gente os confunde dentro da História. Isso é muito subjetivo. Essas coisas são difíceis da gente dizer: olha, até aqui é história, aqui já é mito, aqui já é lenda, aqui já é conto. Não há um parâmetro que diga aqui parou e se transformou. Não sei, sempre digo que essas coisas devem ser orientadas pelo bom senso da pessoa que escreve, da pessoa que relata, ver até onde ela pôde chegar, avançar dentro daquela ideia, daquela tese que está defendendo.

Têm sido escritas atrocidades, enormes besteiras, a respeito de Porto Alegre. Temos um célebre escritor que disse: Porto Alegre, antigamente, era uma cidade medieval, está escrito lá, uma cidade medieval! Era cercada por grandes obras de defesa, imagine! Outro atribui a origem do nome de Porto Alegre à sesmaria que o José Bonifácio de Andrade e Silva, que é de 1822, deu para Jerônimo de Ornellas, em 1727. . . ! Estamos engolindo estas coisas; está aí escrito. Numa determinada televisão, o sujeito estava se apresentando no município de Cachoeirinha, lá no Instituto Rio-Grandense de Arroz/IRGA e dizia: Senhores telespectadores, nós estamos nessa maravilhosa vivenda, que pertenceu a Alberto Bins, um dos grandes governadores do Rio Grande do Sul! E passa, Alberto Bins governador do Rio Grande do Sul! Inacreditável. . . !

Muitos ficcionistas, romancistas melhor dito, estão aproveitando personagens reais para as suas histórias. Não tenho nada com isso, só que às vezes eles distorcem um pouco a personalidade da pessoa de quem estão falando. Não sei porque motivos, mas distorcem completamente. Tem um nosso ficcionista, por exemplo, que se propôs

a escrever a história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. E, nessa história, o personagem principal, no início, e por um grande número de páginas, quase todo o primeiro tempo é um pobre colono alemão que, tendo vindo para São Leopoldo, foi escolhido pelo Major Schröder para sair de lá e radicar-se numa estância em Santa Vitória do Palmar. É um romance gostoso de ler, é bonito. Ele me bota o camarada dentro de um poço, o sujeito enlouquece, passa a vida inteira dentro de um poço.

É muito vasta, muito grande a bibliografia sul-rio-grandense. Ela não é muito conhecida, mas, para nós, que somos experts no assunto, tem muita coisa, se escreveu muito e continua se escrevendo. No Instituto Histórico e Geográfico temos coleções maravilhosas, acessíveis ao grande público. É o que gosto de mostrar, porque não adianta falar de uma obra, da qual só existe um exemplar, e esse está na mão do Júlio Petersen. Aliás, a biblioteca de Júlio Petersen é a melhor biblioteca sobre assuntos sul-rio-grandenses. É um espetáculo, é uma verdadeira maravilha, não tem outra igual, é uma maravilha!

Por exemplo, na biblioteca de Júlio Petersen, ou na minha, ou na de. . . eu gosto de mostrar o que está ao alcance da massa popular. Então, sobre a história do Rio Grande do Sul; para quem quiser conhecê-la em pormenores, principalmente do período colonial, a obra recomendada é História do Rio Grande do Sul: período colonial, do professor Guilhermino César. Lamentavelmente, hoje, ele está impossibilitado de escrever. É a melhor obra, a meu ver, sobre o período colonial do Rio Grande do Sul. Além da grande quantidade de documentação de que ele se valeu, teve um senso extraordinário de poder apreciar a nossa História. Como todos sabem, ele não é gaúcho, é mineiro e pôde, longe das influências familiares, políticas, etc. que nós possamos ter, examinar melhor do que nós, mais à distância. Então, para mim, é uma grande história, me utilizo muito dela, é uma maravilha!

Quando se quer tratar da história em geral, recomendo sempre a história do Arthur Ferreira Filho, História Geral do Rio Grande do Sul. Ele teve muito cuidado, muito zelo, historiando o que aconteceu realmente. E existe depois, um sem número de outras histórias aí muito boas, a do Moacyr Flores, a do João Maia, a do Afonso Guerreiro Lima; todas são histórias muito boas. Mas cito, para quem quiser se iniciar, essas duas: Guilhermino César e Arthur Ferreira Filho.

Sobre a história da Revolução Farroupilha, temos os seis volumes do Alfredo Varella chamado História da Grande Revolução. São livros difíceis de serem lidos, têm uma redação gongórica, com muita citação latina, francesa, inglesa. O homem tinha uma cultura extraordinária, mas a documentação que coloca nos volumes, para nós, historiadores, é uma verdadeira joia, verdadeira maravilha! Nós temos parte das obras no Instituto Histórico e parte no Arquivo. Nós temos toda a documentação dele aí, de modo que quando queremos fazer um trabalho destes, vamos diretamente ao documento original.

Temos também, agora publicada na nossa Revista, uma documentação que pertenceu ao Visconde de São Leopoldo e depois aos Câmara, são da mesma família, com uma quantidade de cartas do Saint-Hilaire, que nós estamos traduzindo e descobrindo mais coisas que ele disse a respeito do Rio Grande do Sul.

Tenho lá meu ponto de vista sobre a preguiça brasileira. Justifico essa possível preguiça que temos. Pergunto, por exemplo, o índio, estava aqui em seu estado natural? Este índio para sobreviver, para viver a sua vida, carecia de trabalho? Se estava com fome colocava um anzol dentro d'água, tirava um peixe, caçava um animal, tinha lá seu pé de milho, sua bananeira, seu pé de aipim, colhia as frutas do mato; vestir-se,

lá para cima ele não precisava. Para que roupa? Roupa para ele é um transtorno. Se ele queria morar, derrubava uma carnaubeira, não precisava de mais nada: tinha as paredes, o teto, as portas, tudo. Para que esse homem iria trabalhar de sol a sol, sob o sol causticante do norte do país, vai fazer calos nas mãos para quê? Para ganhar o quê? Ganhar dinheiro e comprar o quê? Se não tinha nem armazém, nem boteco, nem coisa nenhuma para comprar? Nós temos que compreender esta coisa. O negro, não preciso dizer quem era. Todos sabem como é que veio para cá, o que fazia lá na África, como veio. Essas são as bases da nacionalidade brasileira; nos cabe agora, atuais professores, mestres, milicos, etc, procurar modificar essa coisa e melhorar o nível de vida da nossa gente. Sou descendente, pelo lado materno, de italianos, o meu Moro é italiano; o meu avô veio do norte da Itália. Cansei de ouvir o meu avô dizer na mesa: se eu não viesse para o Brasil tinha morrido de fome! E isto aconteceu com um grande número de italianos e também com alemães. Não é por nada que abandonaram sua terra, atravessaram o oceano, levavam três meses para chegar. Vinham para estar com um povo de outra língua, com outros usos, outros costumes, cheio de índio, cheio de feras; vai fazer quinhentos anos agora. Outro dia, quando eu estava ouvindo uma transmissão de futebol, lá da Itália, o repórter dizia: nós estamos aqui senhores ouvintes numa aldeia que tem dois mil anos. Nós vamos fazer quinhentos, nós somos nenezinhos. Então, nós temos que compreender, não estou justificando, estou querendo entender e procurar fazer algo para modificarmos esse status quo.

Procuro ser coerente – repito – se tenho documento mostro, se não tenho, não faço História. . . Se o documento não é verídico não aceito, mas, se é melhor, aí depende, é a parte subjetiva da coisa. . . Acredito naquilo que estou lendo por várias razões que levanto: por que vou acreditar nisso? A vida dessa pessoa sempre foi assim? Ou não? Não é agora que ela iria se desviar. . . tem que estudar, tem que ver e isso se faz, pelo menos procuro fazer.

Me orgulho de ter feito, na Brigada Militar, dois cursos sobre como se pesquisa História, como se escreve História. Foi dentro da Brigada, só para brigadianos e, felizmente, uma turma grande está se interessando.

Há um equívoco do falecido Ari Martins. Tenho algumas reportagens publicadas na revista Querência, mas nunca pertenci ao corpo editorial. A revista não existe mais. Ela teve poucos números como acontece só aqui em nosso Estado; é muito difícil uma revista passar do terceiro, quarto, quinto número.

Quando eu era tenente da Brigada Militar, servia no Estado Maior e tive a oportunidade de apresentar a sugestão de que nós tivéssemos uma revista onde aqueles que se dedicam a escrever e que fossem da Brigada Militar, pudessem externar seus pensamentos. Pensamentos não só na História como na ficção, na poesia, na literatura. Então, foi fundada essa revista, chamada Brigada Gaúcha. Fizemos uma enquete. O nome surgiu pelo voto da maioria dos brigadianos, que foram consultados. Apresentamos uma série de nomes e venceu este, Brigada Gaúcha. Lamentavelmente, não passou do décimo sétimo número; tiveram dezessete edições, em vários anos. Não recordo de memória, mas foi uma revista que prestou grande serviço à Brigada Militar: ajudou a desenvolver nossa cultura, principalmente a dos oficiais superiores, inferiores, os sargentos e subtenentes. Era um veículo de disseminação das nossas ideias, da nossa História, onde cada um de nós podia se expressar, como quisesse. O número um da Brigada Gaúcha, órgão oficial da Brigada Militar saiu em agosto de 1954, e, o número dezessete, que foi o último, em 1960. Quer dizer que, nesses seis anos, nós tivemos dezessete números. Nós tivemos outras revistas: de 1926 a 1928, uma revista muito boa, tenho completa, chamava-se Pindorama. Eram diretores, Antero Marcelino

Silva Júnior e João Martins de Oliveira; ambos faleceram como coronéis. Desta revista foram publicados trinta e um números, em dois anos. A Pindorama foi uma boa revista, muito boa. Teria sido a primeira revista publicada, de 1926 e 1928; ao todo são trinta e um números, com assuntos gerais. São muito bons, parece que não tinha um índice, mas já posso adiantar alguma coisa. O volume número dois, por exemplo, só para ter uma pálida ideia, vem com um artigo de Amílcar Botelho de Magalhães, um general do Exército, sobre o Rio Ji Paraná; é um assunto de Geografia. A Pindorama social tem uma página com aniversários do mês, uma crônica. Todas elas tinham uma crônica apresentando um número daquele ano, daquele mês, e em todas elas sempre eram feitas uma micro biografia de uma grande personalidade sul-rio-grandense. Havia artigos como o do Albino Coutinho, um civil, sobre História: o descobrimento do Brasil, noticiários, muita poesia, forças auxiliares da Brigada Militar; um resumo de cada um dos corpos provisórios da Brigada Militar, comentários vários, páginas de saudades de gente que falecia nas revoluções ou em serviço. O quinto número tem assuntos sobre Geografia, História, ficção, poesia, noticiário. É uma revista completa. Ela era vendida nas bancas. Atualmente são números extremamente raros, muito pouco se conservou. Mas, felizmente, já restauramos uma coleção completa, que se encontra atualmente no Museu da Brigada Militar.

Temos, ainda, a revista A Caserna. É um órgão oficial da Sociedade Acadêmica do Curso de Formação de Oficiais, conhecida pela sigla SACFO. O primeiro volume saiu em 1946 e vem vindo até agora, esporadicamente. Tem anos que sai, outros que não é publicada; são assim as coisas no Brasil. Já são muitos, mas não sei quantos números teriam saído. Mas, ainda existe. Nós tivemos outra revista, chamada Brigada. Era um órgão oficial da Brigada Militar e dela foram publicados apenas cinco números, de 1973 a 1974. O nosso corpo de bombeiros também tem uma revista que se chama Combate ao Fogo. Vem sendo publicada desde 1943, mas não sai regularmente. Nós temos outra muito boa, nova, começou em 1983, chamada Unidade. Já foram editados onze números e é a mais nova que temos na Brigada Militar. É de um formato bem grande e muito interessante também, com assuntos técnicos e também humanísticos.

O Museu da Brigada Militar é muito bom. Com muito orgulho posso dizer que sou o seu criador. Era segundo tenente e ajudante de ordens do coronel Walter Peracchi de Barcelos quando tive a ideia de formar o Museu. Submeti a proposta à apreciação do comando que aceitou. Levei sete anos juntando peças, documentos, papéis, etc, e pude criar o acervo inicial deste Museu. Mas, nós militares, somos como ciganos, às vezes estamos aqui, amanhã estamos lá adiante e a gente vai sendo promovido e vai sendo removido e, com estas remoções, não podia mais ficar onde estava o nosso Museu. Ele já estava no Quartel General da Brigada e fomos perdendo peças, algumas se deteriorando, outras desaparecendo. Naturalmente, algum fantasma passava por lá, se agradava da peça e levava para sua coleção particular. Então, tive a ideia de entregar o acervo ao Museu Julio de Castilhos. Passados muitos anos, o prédio onde hoje se encontra o Museu, foi restaurado, é um edifício maravilhoso, com uma arquitetura extraordinária e está funcionando muito bem com o acervo que estava sob a guarda temporária do Museu Julio de Castilhos, acrescido de outros objetos e documentos. É aberto ao público, tem coleções valiosíssimas e peças muito interessantes. A família Bertaso, da Livraria do Globo, nos presenteou toda a coleção da Revista do Globo, do primeiro ao último volume, finalmente encadernado. Essas revistas encontram-se à disposição do público e posso dizer que, há dois anos, uma grande equipe de estudantes da PUCRS vai lá semanalmente, fazer pesquisas. Como todos,

sabemos a Revista do Globo é um repositório extraordinário de fatos/notícias e está lá à disposição de quem quiser consultar.

O Museu localiza-se na Chácara das Bananeiras, na Avenida Aparício Borges; é um complexo muito grande. Lá não tem quem não conheça a Linha de Tiro da Brigada Militar. . .

O grande problema que nós temos é em relação a pessoas para o atendimento. Felizmente temos tido sorte com os diretores, não são profissionais, mas como gostam, vão procurando dar de si o melhor que podem para manter este acervo e aumentá-lo. Eles estão se especializando devagarzinho, mandando algum sargento fazer estágio; estamos entrando nos eixos, como se costuma dizer.

No Museu da Brigada Militar, encontra-se tudo isso a que me referi há pouco. Eu mesmo tenho uma grande coleção e estou entregando a eles. À medida que vou exaurindo os artigos que estou fazendo e os livros que não necessito mais, vou passando para o Museu.

Tenho documentação que fui juntando, cartas, boletins da Brigada Militar, atos do governo do Estado, tudo sempre relativo à Brigada Militar, relatórios. Eu copiava muito para poder fazer meus trabalhos; precisava ter as fontes, então copiava. Ainda tenho aqui em casa duas pastas só de documentação da Brigada Militar.

Fui mais longe ainda, procurei as origens da Brigada Militar. É uma força sesquicentenária, fui às primeiras origens, no tempo do Corpo Policial, no tempo da Revolução Farroupilha e encontrei um dos corpos municipais permanentes que deu origem à Brigada Militar. O primeiro documento aqui da Província do Rio Grande do Sul, esse está xerocado; procurei reunir toda essa documentação que deu origem à Corporação. . .
”

Porto Alegre, 27 de maio de 1991.

SÉRGIO DA COSTA FRANCO



A) Dados Biográficos

Nasceu na cidade de Jaguarão/RS, no dia 12 de junho de 1928.

Advogado, historiador, ensaísta e cronista.

Ainda na infância mudou-se para Porto Alegre, onde concluiu o curso secundário no Colégio Anchieta, em 1945. Formou-se em Geografia e História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1948 e em Direito, pela mesma Universidade, em 1954.

Foi professor em diversas escolas particulares de ensino médio em Porto Alegre e no interior do Estado, de 1947 a 1968, e chefe de comunicação regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1949 e 1952. Neste ano, fez concurso para o Banco do Brasil, onde trabalhou como escriturário até 1957. A partir daí, fez

carreira no Ministério Público do Rio Grande do Sul: Promotor de Justiça nas cidades gaúchas de Encantado, Quaraí, Soledade, Erechim e Porto Alegre; promovido a Procurador de Justiça em 1976 e aposentado em setembro de 1977.

A partir de então, passou a dedicar-se a assuntos históricos, especialmente ao Rio Grande do Sul.

Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi seu presidente de 1996 a 1998. Em agosto de 2017, foi homenageado, quando das comemorações do 97º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tornando-se Membro Honorário da Instituição. Igualmente é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Círculo de Pesquisas Literárias, CIPEL.

A partir de 1949 vem publicando crônicas e textos históricos em jornais, o que o caracterizou como colunista e editorialista, especialmente do Correio do Povo e da Zero Hora. Sua publicação na área alcança milhares de crônicas.

Premiações: em 2005, por sua obra *Os Viajantes Olham Porto Alegre*, recebeu da Secretaria Municipal de Cultura, o Prêmio Açorianos de Livro do Ano; em 2009; pelo conjunto de sua obra. Recebeu o Prêmio Joaquim Felizardo, como destaque na área de Memória Cultural; em 2012 recebeu o Troféu Guri, iniciativa do Grupo RBS que, a cada ano, homenageia 10 personalidades que contribuíram para a História do Rio Grande do Sul.

B) Seleção Bibliográfica

FRANCO, Sérgio da Costa. Esquema sociológico da fronteira. In: Revista Província de São Pedro, Porto Alegre, n. 15, 1951.

FRANCO, Sérgio da Costa. Biografia de José Bonifácio. In: THOMAS, Henry; LE THOMAS, Dana. Vidas de Estadistas Americanos. Porto Alegre: Globo, 1955.

FRANCO, Sérgio da Costa. Sentido Histórico da Revolução de 1893. In: BARRETO, Abeillard; BERNARDI, Mansueto; et al. Fundamentos da Cultura do Rio Grande do Sul, 5ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Campanha Rio-Grandense. In: AZAMBUJA, Darcy; AZEVEDO, Thales de; et al. Rio Grande do Sul: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Globo, 1967.

FRANCO, Sérgio da Costa. Quarta página. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FRANCO, Sérgio da Costa. Soledade na História. Porto Alegre: CORAG, 1975.

FRANCO, Sérgio da Costa. Ruas Mortas. Porto Alegre: Movimento, 1977.

FRANCO, Sérgio da Costa. Origens de Jaguarão: 1790-1833. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980.

FRANCO, Sérgio da Costa. Achados e Perdidos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. Em paz com a vida. Porto Alegre: ARI;CORAG, 1990.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Pacificação de 1923: as negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. Getúlio Vargas e outros ensaios. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa; KERN, Arno (Org). História Ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Zero Hora, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e espaços de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre sitiada. Porto Alegre: Sulina, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e coisas da Fronteira Sul. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; STIGGER, Ivo. Santa Casa: 200 anos. Porto Alegre: Ed. ISCMPA, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: crônicas históricas. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antonio. Os Viajantes Olham Porto Alegre. Porto Alegre: Anaterro, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. As Califórrias do Chico Pedro. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. Maragatos: o Partido Federalista Rio-grandense. Porto Alegre: Secretaria da Cultura, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Velha Porto Alegre. Porto Alegre: Canadá, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. Memórias de um escritor de Província. Porto Alegre: Evangraf, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Suliani, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. Criminosos e suspeitos perante a Junta de Justiça. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. Ensaio de História Política. Porto Alegre: Pradense, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica, 1932-1950. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

C) Depoimento

“A História é uma velha paixão minha, que me fez inclusive sair do curso secundário já com esta ideia e, numa época em que havia preferência absoluta por carreiras como as do Direito, Medicina e Engenharia e eu resolvi estudar História e Geografia. Fiz vestibular direto, sem pensar em outra carreira, aceitando até a hipótese trágica de ser professor. Ingressei, então, na Faculdade de Filosofia, no ano de 1946, para fazer este curso. Gostava das duas disciplinas, História e Geografia, diga-se de passagem, mas depois terminei por me fixar na História. Terminei o meu curso em 1948.

É preciso lembrar um pouco o que era a historiografia rio-grandense naquela época. Havia uma preocupação quase exclusiva com a história política e, sobretudo, com a história militar. Fora disso, história social, história econômica, praticamente não tinha interessados. Cedo me voltei para estes campos, pois tenho as minhas preocupações com outros aspectos da história rio-grandense não apenas dos militares. Eu sempre tive certa implicância com a historiografia que só se preocupava com

revoluções e guerras. Daí que os meus primeiros trabalhos, meus primeiros estudos se voltaram para aspectos da história social do Rio Grande do Sul.

Alguns trabalhos que realizei foram publicados, outros não. Um deles, muito pretensioso, se chama Esquema Sociológico da Fronteira, escrito aos dezenove anos, que saiu na Revista Província de São Pedro. É um texto que hoje não subscrevo de jeito nenhum! Mas, na época, foi considerado inovador e muito bem recebido. O saudoso amigo Moysés Vellinho gostou muito e o publicou. Era um trabalho com aquele toque característico da coragem dos jovens de chegar a conclusões rápidas, sem provas e sem maior investigação. Então, é um trabalho, sobretudo, pretensioso. Isso caracterizou o princípio da minha produção, uma grande pretensão de saber tudo, de ter todas as soluções na gaveta. Eu tinha lido um pouco os marxistas e Marx, tinha lido um resumo do Capital, tinha lido alguma coisa de Engels e A História do Socialismo e das Lutas Sociais, de Max Beer e isso me deixava crente de ser dono de toda a ciência.

O Moysés Vellinho fez referência a outro trabalho meu. Ele gostou muito porque eu fazia a defesa da Revolução Farroupilha, sobre a qual Oliveira Viana dissera que tinha sido um episódio de banditismo, comparando-a ao banditismo sertanejo; evidentemente, ele não conhecia bem a Revolução Farroupilha.

Realmente, a minha formação inicial foi marxista e isso me deu muita pretensão a princípio, porque esta é a tendência de quem tem a ideia de uma filosofia globalizante. Tem explicação para tudo, facilmente adquire a petulância de imaginar que sabe tudo, que pode interpretar tudo, até atropelando os fatos, às vezes. Mas, de outra parte, o marxismo, o estudo dos marxistas, dos historiadores marxistas me levou para a história social, me despertando um interesse maior por ela. Porém, tenho objetivamente, na minha bibliografia, muito pouca coisa de história social, embora ela sempre fosse uma preocupação que se externou, por exemplo, em um trabalho sobre a Campanha Rio-grandense. O artigo está no Rio Grande do Sul: Terra e Povo e é um dos meus primeiros trabalhos publicados. Tem alguns que apareceram em jornais. Comecei a trabalhar e a publicar na imprensa em 1949. Tinha 20 anos, não tinha completado 21. Foi quando comecei com os artigos pretensiosos, como já disse. São estudos sobre o municipalismo brasileiro, sobre o desequilíbrio econômico entre o sul e o norte, coisas desse tipo, com muito pouca informação ainda, diga-se de passagem, mas com muita coragem.

Eu sempre gostei da história pesquisada, da pesquisa em arquivo, pelo menos a pesquisa de velhas e esquecidas fontes de informação, em livros e em almanaques. Nunca me despertou interesse a História que eu não pudesse pesquisar pessoalmente, por isso, me fixei na história do Rio Grande do Sul e terminei sendo um historiador municipal; hoje gosto de pesquisar a história dos municípios e a de Porto Alegre em especial. Um assunto que me mobilizou três anos foi o Porto Alegre: guia histórico, pois, realmente, eu gosto de trabalhar na matéria viva, na fonte direta. Sou muito desconfiado com fontes de segunda mão. Quanto mais conheço a historiografia, mais cuidado tenho com as fontes de segunda mão. . .

No momento, estou trabalhando mais para os outros do que para mim. Estou aqui no Instituto Histórico, onde organizei os papéis do Visconde de São Leopoldo; tínhamos mais de trezentos documentos e estes já estão em condições de ter acesso ao pesquisador. Também organizei o arquivo do Visconde de Pelotas, embora ele ainda não esteja em total condição de acesso, porque eu não pude fazer a numeração. Teria que numerar cada documento e isso não foi feito, mas a separação dos documentos, conforme a sua procedência e uma classificação por datas, está feita. O que falta é uma amarração, o fecho para a segurança da coleção. É um fundo documental muito valioso,

sobretudo para a história política da monarquia e do império, pois o Visconde de Pelotas foi um prócer do Partido Liberal, um senador liberal. Toda vida política do Partido Liberal do Rio Grande do Sul a partir de 1872 está nos documentos dele. Isso sem falar nos elementos de informação sobre a Guerra do Paraguai. Ele teve uma atividade intensa; foi o comandante que liquidou com o Lopez. A correspondência sobre a Guerra do Paraguai é muito boa, muito rica e muito interessante. Esse é o trabalho ao qual me dediquei pessoalmente, sozinho e agora está mais ou menos pronto.

Tenho trabalhado no Arquivo do Borges de Medeiros, mas ainda falta completar. Tenho fichado e computadorizado os documentos, os ofícios e cartas recebidos, também a correspondência passiva, as cartas e os ofícios. A parte referente a telegramas ainda está por separar e identificar a procedência. Falta ainda a correspondência ativa. Justamente o que eu comecei a fazer foi a identificação e o fichamento desta correspondência, que existe sob a forma de minutas. Já temos publicado e vamos publicar no próximo número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul várias dessas cartas, telegramas dele ao Pinheiro Machado, com assuntos bem interessantes, esse é o trabalho que eu faço, que não é para mim, é para todos.

Independentemente disso, tenho um plano de estudos sobre a fronteira; não sei se chegarei a tempo poder fazê-lo. Fiz uma conferência na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, a respeito da formação social e cultural da fronteira do Brasil com o Uruguai e ainda não foi publicada; deverá ser. O esquema do meu trabalho é o estudo das inter-relações sociais, culturais e políticas da fronteira.

Já vivi dois momentos na História: aquele do fim da década de quarenta e da década seguinte, quando havia uma grande pobreza na historiografia gaúcha. Era uma historiografia toda direcionada para os aspectos militares e políticos. E estou vivendo, agora, esse outro momento e, neste, estamos recebendo uma série enorme de contribuições, baseadas em pesquisas de arquivo sobre temas de história social e de história econômica. É evidente que houve um enriquecimento muito grande na História, por exemplo, em relação aos trabalhos sobre a colonização italiana e a alemã; eles são respeitáveis. Nós tínhamos, até cinquenta anos atrás, o trabalho do Aurélio Porto, do Francisco Leonardo Truda e nada mais. Quer dizer, não tinha mais nada! Hoje, tem uma massa enorme de assuntos, de temas versados pelos novos estudiosos egressos das faculdades, dos cursos de História e também dos cursos de Ciências Sociais e de outros. De modo que a diferença é sensível. Às vezes, acho parte dessa produção muito ideologizada, muito marcada por uma ideologia política e, por isso, apresenta visões da História um pouco distorcidas, mas até isso tende agora a se moderar um pouco, dado a essas desventuras do marxismo no plano internacional.

Escrevi na imprensa entre 1949 e 1990 e, agora, esporadicamente ainda publico algum artigo ou outro. Como cronista, tinha muita liberdade, muita amplitude de temas, escrevia desde sobre o meu cachorro, até alguma efeméride histórica. A dificuldade é se encontrar no meio dessas crônicas porque, entre as publicadas no jornal Correio do Povo e as do jornal Zero Hora são cinco mil e quatrocentas ou cinco mil e quinhentas, em torno disto. Alguns artigos resultaram de pesquisas que eu fechava em vinte linhas de texto. Está muito difícil localizá-las, a menos que eu faça um índice. De um modo geral, coisas importantes não há, são pequenas informações ou pequenos palpites, dados aqui e dali. Há assuntos que eu desenvolvia mais, mas não eram os da coluna de crônicas, mas sim em ensaios jornalísticos maiores. No tempo do Caderno de Sábado, um suplemento do Correio do Povo, eu escrevi muito. Ainda neste mesmo

Caderno de Sábado, só com outro nome, no próprio Correio do Povo, Letras e Livros e, depois, na Zero Hora, no ZH Cultura, também escrevi.

As duas instituições, o Arquivo Histórico e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, ambos do Rio Grande do Sul, diferem, essencialmente, pelo fato de uma ser pública e a outra privada. O Instituto Histórico e Geográfico é uma associação civil, nada recebe do governo e vive do esforço de seus sócios ou de algum patrimônio adquirido no passado. O Instituto tem uma biblioteca muito grande que está desorganizada, pois não temos condições de pagar uma bibliotecária; só a metade dos livros, talvez, esteja catalogada e ao alcance do pesquisador. Nós calculamos ao todo, que a biblioteca tenha uns setenta mil volumes; os assuntos são os mais variados. Já se tornou hábito a doação à Instituição das bibliotecas dos sócios, por ocasião de falecimentos. Isso já aconteceu com Afonso Guerreiro Lima, Otelo Rosa, Athos Damasceno; há pouco com a do Dr. Lourenço Prunes. Decorre de tal fato, que temos um grande número de duplicatas devido aos interesses coincidentes dos associados. Nós, até temos feito um sistema de intercâmbio, de venda de duplicatas, em pequena escala, porque é impossível conservar tudo.

O Arquivo Histórico do Estado é diferente. Ele tem um patrimônio documental fantástico e um reduzido número de funcionários; isso o prejudica. No momento, está em péssimas instalações, o prédio é inadequado, apertado, pequeno e sujeito a incêndios. Mas é um repositório extraordinário, porque a memória do Rio Grande do Sul está toda ali e, não só a do Estado, pode-se também dizer do Brasil, sob muitos aspectos, tanto para a questão da colonização, quanto das Guerras Platinas e os choques diplomáticos com o Prata. O Arquivo Histórico é realmente muito rico e não foi de todo explorado, tendo material ainda pendente de classificação. Já foi feita uma classificação global, no tempo do Coronel Moacyr Domingues que, mais ou menos, levantou tudo o que havia lá. Mas há, por exemplo, umas cinquenta caixas de documentos que eram da Câmara Municipal de Rio Grande, desde a sua segunda instalação, de 1811 até 1850. Esse material parece que tinha vindo de Rio Grande para o Arquivo Público e esse Arquivo transferiu há pouco para o Arquivo Histórico e não houve tempo de ser devidamente identificado. Abri várias daquelas caixas, olhei. . . os documentos já foram limpos, estão bem guardados em caixas de papelão, mas a identificação de cada um ainda não foi feita, nem a sua arrumação. É a segunda tarefa de qualquer arquivo. Ali tem grande parte da história da zona sul do Rio Grande do Sul, pois o município de Rio Grande, de 1811 a 1830, englobava toda a zona sul do Estado, desde São José do Norte até Bagé. Ali há requerimentos de sesmarias, correspondência com os juizes de paz, com os juizes vintenários; realmente, as origens de toda a história da zona sul do Estado e, por melhor intenção que tenham os diretores que passam por lá, não conseguem bons resultados por falta de pessoal. Eu me exonerei do Arquivo porque fiquei reduzido a sete funcionários e, com este número, não era possível fazer nada, ainda mais tendo que atender um grande número de historiadores full time.

Vejo o Sérgio da Costa Franco como um sujeito que começou pensando que sabia tudo e que termina a vida descobrindo que sabe muito pouco e o que se pode fazer com segurança é micro-história e que macro-história **é uma tarefa difícilíssima**".

Porto Alegre, 10 de Julho de 1992.

MOACYR DOMINGUES



A) Dados Biográficos

Nasceu na cidade de Itapeva, São Paulo, em 30 de março de 1924 e faleceu, no Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1996. Sua carreira militar iniciou na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, continuando os estudos na Escola Militar do Realengo (RJ) e na Escola de Aeronáutica dos Afonsos. Foi declarado Aspirante e Oficial Aviador em 1944. Fez os cursos de Oficial Aviador; de Operation Training Unit, na Base Aérea de Recife, com instrutores norte-americanos e de Tática Aérea.

Exerceu funções militares no 1º Grupo de Caça da Base Aérea de Recife, na Escola de Aeronáutica dos Afonsos, no Destacamento da Base Aérea de Curitiba, na Base Aérea de Porto Alegre, em Gravataí, e no Estado Maior da Aeronáutica. Ingressou no Correio Aéreo Nacional e se tornou responsável pelas linhas Recife - Rio de Janeiro, Curitiba - Campo Grande e interior do Rio Grande do Sul.

Foi condecorado com a Cruz de Aviação com três estrelas e com a Medalha de Campanha do Atlântico Sul por serviços prestados no Nordeste brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial.

Ocupou cargos públicos, tais como chefe do Departamento Administrativo da Comissão do Plano do Carvão Nacional, no Rio de Janeiro, chefe da Administração Regional de Santa Catarina da Comissão do Plano do Carvão Nacional, chefe do Pessoal da Companhia Nacional Mineração do Carvão do Barro Branco, no estado de Santa Catarina. Foi diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, por diversos períodos de tempo, e diretor interno do Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, entre 1971 e 1973, e conselheiro do Conselho Estadual de Cultura. Atuou em cargo administrativo na Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo e em Goiás Velho e organizou o Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras.

Pertenceu ao Instituto Histórico de São Leopoldo e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde foi secretário e bibliotecário.

Moacyr Domingues também desenvolveu estudos na área de Genealogia.

B) Seleção Bibliográfica

DOMINGUES, Moacyr. A Picada de Botucaraí. Jornal Diário Serrano, Cruz Alta, jun. , 1972.

DOMINGUES, Moacyr. A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil. Porto Alegre: Sulina, 1973.

DOMINGUES, Moacyr. A Nova Face dos Muckers. São Leopoldo: Rotermond, 1977.

DOMINGUES, Moacyr. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; et al. (Org.). Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí. Porto Alegre: EST, 1992.

DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos açorianos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1993.

DOMINGUES, Moacyr. Antigas famílias Patruhense – presença açoriana. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). Presença açoriana em Santo Antonio da Patrulha e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1993.

DOMINGUES, Moacyr. O Caminho das Missões. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; et al. (Org.). Raízes de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1993.

DOMINGUES, Moacyr. Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado. Porto Alegre: EST, 1994.

DOMINGUES, Moacyr. O Tropeiro Cristóvão Pereira. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; et al. (Org.). Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional. Porto Alegre: EST, 1995.

DOMINGUES, Moacyr. Os Primeiros Tropeiros. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; et al. (Org.). Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional. Porto Alegre: EST, 1995.

C) Depoimento

“Eu diria que o meu interesse pela História começou desde minha juventude. Aos quinze anos, em Cruz Alta, eu era menino, estava terminando o ginásio e já possuía livros de História comprados naquela época, como: A História da Capitania de São Vicente, de Frei Vicente de Salvador, de uma coleção muito interessante da Livraria Melhoramentos, de São Paulo. Comprei livros com o dinheiro do cinema. Isto mostra que, por uma razão, qualquer, que não sei qual seja, o meu interesse pela História vem desde esse tempo de criança. Recordo-me também que, nessa época, eu costumava entrevistar pessoas mais velhas da família, tios, meu pai etc. , procurando saber de onde o meu avô tinha vindo, o que ele tinha sido, enfim, essas perguntas; parece que, por uma curiosidade muito grande, que sempre tive vontade de saber, de onde é que eu vim, por que estou aqui, por que eu não. . . por que nasci aqui, não nasci em outro lugar. Quer dizer que esse tipo de curiosidade é que despertou o meu interesse pela História.

Segui a carreira militar, fui oficial da Aeronáutica e, em São Paulo, descobri o Arquivo de São Paulo. Fui lá várias vezes, procurando, meio às cegas, assuntos, porque realmente eu não tinha me preparado para fazer pesquisa histórica em documentos.

Mas comecei lá, neste arquivo, no ano de 1950. Posteriormente, vim servir aqui no Rio Grande do Sul.

Servi um ano na Base Aérea de Gravataí e, naquela época, comecei a frequentar o Arquivo da Cúria Metropolitana, no tempo do Monsenhor Kolling, que era o diretor. Eu estava à procura das raízes genealógicas da minha família. Tudo isso, conforme já disse, apalpando, enfim, guiado muito mais pela intuição, pela curiosidade, do que propriamente seguindo um método. Fui um autodidata, aprendi a ler documentos antigos com muita dificuldade durante toda a minha vida. Depois que deixei a Aeronáutica, passei a cultivar a leitura de documentos velhos como uma espécie de um hobby, quer dizer, uma coisa que me dava grande prazer. Acho que por causa disso é que publiquei até hoje apenas dois trabalhos, talvez por não ter tido uma formação acadêmica que me fizesse queimar etapas; quer dizer, as coisas que um acadêmico bem preparado aprende e pode pôr em prática e realizar em pouco tempo. Para mim, evidentemente, como autodidata, as coisas eram muito mais demoradas, mas, por outro lado, como aquilo sempre foi feito com gosto, por prazer, acho que é por causa disto que eu consegui algum bom resultado nas minhas pesquisas.

Como aluno de colégio, ainda no ginásio, gostava muito da História Antiga. Depois, passei a me interessar pela História do Brasil, porque a Antiga era muito ampla. Depois achei que a História do Brasil também era muito extensa e passei para a do Rio Grande do Sul. Com o tempo, me aprofundei um pouco na História do Rio Grande do Sul. Desta história, houve um período que me despertou muito interesse e é aquele ao qual realmente tenho me dedicado mais, ou seja, a História do Rio Grande do Sul antes da ocupação portuguesa. Esse realmente é o assunto que mais me fascina, guiado pelos trabalhos do grande Aurélio Porto que estudou, sobretudo, a parte do período jesuítico. Ultimamente, há uns anos atrás, caiu em minhas mãos uma obra interessantíssima chamada Diplomacia Portuguesa e o Sul do Brasil, do professor Luís Ferrand de Almeida, da Universidade de Coimbra. Nela, encontrei referências interessantíssimas sobre o período que eu apreciava e, tão grande foi esse interesse, que fiz uma viagem a Portugal, às expensas próprias. Nunca tive bolsa de espécie alguma. Fui a Portugal e, posso dizer que, quase que exclusivamente, para pesquisar no Arquivo Histórico Ultramarino, a História do Rio Grande do Sul, do período ao qual eu me refiro, isto é, o século XVII, digamos de 1650 em diante. Por quê? Porque aqui no Rio Grande do Sul nos nossos arquivos não existe nada, absolutamente nada sobre a época. No Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, eu encontrei pouca coisa.

Quem pretender estudar a História do Rio Grande do Sul, nessa época a qual eu me referi, isto é, século XVII e começo do século XVIII, não poderá prescindir dos arquivos portugueses e, para felicidade de nós pesquisadores, a administração portuguesa era extremamente centralizadora naquele tempo, de sorte que os menores fatos, as mínimas ocorrências do dia-a-dia eram sempre comunicadas à Corte e lá eram examinadas, sobretudo ao Conselho Ultramarino. Essa documentação toda está preservada, guardada, de modo que é relativamente fácil, após encontrarmos o fio da meada do assunto que estamos procurando, levar adiante a pesquisa, sempre com um bom resultado.

Exemplifico meu método de trabalho com a pesquisa que fiz no Arquivo Histórico Ultramarino. Cheguei a Lisboa no final do mês de outubro de 1969, passei lá os meses de novembro, dezembro e o mês de janeiro de 1970; portanto, foram três meses. Consegui acomodações para mim e a minha esposa numa casa relativamente próxima do Arquivo Histórico Ultramarino, que fica no bairro chamado Da Junqueira. O Arquivo funcionava do meio dia e meia às dezoito horas. Tomava o bonde próximo da casa onde morava,

almoçava perto do Arquivo, de modo que, na hora em que ele abria, eu era infalivelmente a primeira pessoa a entrar. Trabalhava continuamente até encerrar o expediente às seis e meia. Quando terminei a minha pesquisa tive o prazer de ouvir da encarregada da sala, que nunca ela tinha recebido um pesquisador brasileiro tão assíduo e tão pontual com eu. Chegou a me dizer que a minha pontualidade era até incômoda, às vezes, mas ela na hora de se despedir, disse isso a mim e, evidentemente, fiquei muito, muito feliz. Estava fazendo tudo à minha custa, não pedia xerox, não pedia cópia fotostática, nada disso. Copiava as coisas à mão, com bastante prática e fazia isso relativamente rápido. Aquilo que copiava numa tarde à mão, na manhã seguinte, em casa, datilografava. E foi assim que passei três meses e recolhi uma quantidade bastante grande de cópias de documentos que depois utilizei no trabalho A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil.

De volta ao Brasil, passei o ano de 1971, em Niterói. Em 1972, vim para o Rio Grande do Sul. Aqui procurei a Secretaria de Educação para me informar se poderia trabalhar no Arquivo, ou coisa parecida. Fiquei surpreso, quando recebi um chamado na minha casa da Dona Antonieta Barone, que, na época, era diretora do Departamento de Assuntos Culturais, ao qual estava subordinado o Arquivo Histórico e com quem eu vinha tratando, tentando publicar o trabalho que realizara com a documentação que recolhi em Portugal. Dona Antonieta perguntou se eu gostaria de assumir a direção do Arquivo Histórico. Fiquei felicíssimo com isso e, em março de 1972 assumi a direção, sucedendo ao diretor Paulo Xavier. Trabalhei no Arquivo Histórico até 1978, portanto durante seis anos, quando recebi um convite para trabalhar no Museu das Bandeiras, em Goiás e lá fiquei dois anos. Trabalhei muito ali, muito mesmo, procurando, catando, enfim, arrumando o acervo que estava completamente empastelado. Após dois anos voltei para o Rio Grande do Sul e fui convidado, uma segunda vez, para a direção do Arquivo e reassumi em 1980. E assim foi a forma que encontrei de reunir o prazer da pesquisa ao trabalho que eu considero muito útil.

Na administração da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, do Dr. Lauro Guimarães, era diretor do Departamento de Assuntos Culturais o Dr. Tarciso Taborda, que me convidou para ser seu vice-diretor. Lá fiquei mais ou menos dois anos. Depois disso voltei ao Arquivo Histórico por mais ou menos um ano, de 1983 a 1984 e, depois, fui convidado para a direção do Departamento da Coordenadoria do Patrimônio Histórico. Foi o último cargo que desempenhei no governo até que pedi demissão, por razões particulares e deixei o Estado. De modo que no Arquivo Histórico eu fiquei aproximadamente dez anos. Seis na primeira vez, depois mais dois e pouco e ainda mais um tempo. Então, aproximadamente, dez anos.

Sobre a história do Rio Grande do Sul, pelo fato de ter tido uma influência muito grande de São Paulo e depois subordinado ao Rio de Janeiro, é nos dois arquivos destas cidades onde se encontra muita documentação do início do século XVII. Do século XVIII, a documentação está, principalmente, em São Paulo, isto é, antes da fundação do Rio Grande por Silva Paes. A razão é que no começo do século XVIII, a história do Rio Grande do Sul está muito vinculada à de Laguna, que, na época, fazia parte da Capitania de São Paulo.

Até a chegada do Silva Paes aqui, em 1737, a única documentação existente, pertinente ao Rio Grande do Sul está no Arquivo de São Paulo. Para dar um exemplo do tipo de documentação que se encontra neste arquivo, sobre o Sul no período, diria que encontrei lá cerca de trinta processos de concessão de sesmarias doadas antes da chegada de Silva Paes. O requerimento do Jerônimo de Ornellas de Menezes, solicitando a sesmaria sobre a qual mais tarde foi fundada Porto Alegre, por exemplo,

está no Arquivo de São Paulo e o tive em mãos, como também o requerimento de Francisco Pinto Bandeira e de muitos outros sesmeiros, dos primeiros anos do Rio Grande, antes da fundação de Silva Paes. Abrangendo o período de 1732 até 1737 são aproximadamente trinta processos; os mais antigos que existem a propósito da localização das primeiras sesmarias do Rio Grande do Sul.

Depois da fundação de Rio Grande, a documentação, por exemplo, a de Silva Paes, que foi seu primeiro comandante, está no Arquivo Nacional. Uma correspondência pela qual tive sempre muita curiosidade, mas que não consegui localizar, mas deve estar lá, é a do segundo governador de Rio Grande, André Ribeiro Coutinho. Ele governou depois da saída do Silva Paes, no final de 1737 até antes da Revolta dos Dragões, de 1742. Presumo que a documentação do André Ribeiro Coutinho deve estar no Arquivo Nacional, bem como a do sucessor dele, Diogo Osório Cardoso, que governou até 1752. Essa documentação também não encontrei; suponho que esteja lá também. Provavelmente deve haver também alguma coisa em Lisboa.

Sobre períodos mais recentes, isto é, digamos, depois da expulsão dos jesuítas, em 1767, encontrei em Buenos Aires muita documentação no Arquivo Nacional. Documentação a propósito da História das Missões depois da expulsão dos jesuítas, isto é, depois que passaram a ser administradas por autoridades militares enviadas de Buenos Aires, abarcando o período de 1767 mais ou menos até 1801, quando os portugueses tomaram as Missões. Posso assegurar que essa documentação das autoridades espanholas nas nossas Missões, depois dos jesuítas, e antes da conquista, é uma documentação enorme e inteiramente inexplorada até hoje pelos brasileiros. Não conheço nenhum trabalho brasileiro que aborde esse período, que é de mais ou menos trinta anos, no qual, parte do Rio Grande do Sul esteve sob o domínio espanhol.

Acho que a maior virtude de um arquivo é a facilidade do acesso. Quer dizer, a gente deve procurar facilitar ao pesquisador de todas as maneiras a pesquisa dele a essa documentação. Não adianta ter uma documentação de tal modo sigilosa ou escondida enfim, guardada de uma forma que o pesquisador não consiga encontrar. Isto aconteceu comigo, em Lisboa, no famoso Arquivo da Torre do Tombo. Estive lá três vezes, na ocasião em que fui a Lisboa e desisti de pesquisar ali – embora não tenha a menor dúvida que há muita coisa que me interessava – mas por uma razão muito simples: as pessoas que atendiam o pesquisador na sala, não conheciam absolutamente nada a respeito do Brasil. Nada, nada, nada, de maneira que se não se soubesse dizer onde estava aquilo que se queria, elas eram incapazes de orientar a busca.

Procurei formar no nosso Arquivo Histórico uma equipe, dentro do seguinte princípio: nós estamos aqui e somos pagos para atender o pesquisador, não importa se é um professor ou um simples curioso, como fui sempre. Nós devemos atender qualquer pesquisador com a maior boa vontade, com a maior paciência, mesmo quando ele faça perguntas que, para nós, que somos mais conhecedores, podem até parecer tolas, mas para ele não é; pelo contrário, é algo importante. Devemos respeitar o pesquisador por menos preparado, vamos dizer, que se mostre, quando vai à pesquisa. Essa foi a mentalidade que procurei incutir no Arquivo Histórico e pelo que tenho ouvido, nesses anos todos, acho que isso frutificou, porque o Arquivo Histórico, segundo eu sei, é um lugar em que as pessoas são muito bem atendidas. A equipe que hoje sustenta o Arquivo Histórico é a mesma que começou a trabalhar lá no meu tempo, no final de 1972. Quer dizer, faz vinte anos que essas pessoas estão lá e conhecem melhor do que ninguém o que existe. Comparando o atendimento do Arquivo Histórico com outros arquivos até do exterior, eu posso assegurar que a nossa equipe não faz

feito, muito pelo contrário. O acervo do Arquivo Histórico vai de aproximadamente 1750 em diante. Infelizmente, a correspondência desse período, seja a que saiu da Capitania, seja aquela que entrou, que veio do Reino ou do Rio de Janeiro, nada disso existe no Arquivo Histórico; não sei que fim levou isso. Temos uma lacuna muito grande, pelo fato de não existir aqui tal correspondência.

Felizmente, toda a documentação que foi daqui para o Rio de Janeiro, está lá, forma uma coleção maravilhosa, toda encadernada. Os documentos estão em perfeito estado e eu registro com algum pesar, que os nossos pesquisadores, não têm quase se utilizado dela. É o século XVIII completo, os governos do Sebastião Xavier, do Cabral, de José Custódio de Sá e Faria, enfim, destas autoridades a partir de 1750, está toda no Arquivo Nacional e muito bem conservada.

Outro arquivo muito importante para a pesquisa no e do Rio Grande do Sul é o Arquivo Público do Estado. Lá a documentação é, sobretudo, de ordem da Justiça: processos de toda a espécie, inventários, testamentos, livros de registros de nascimento e por aí vai; quer dizer, documentação cartorial. O Arquivo talvez seja o melhor do Brasil, o mais bem organizado, pelo menos que conheço. Por exemplo: os inventários do século XVIII, de 1760 para cá, quase todos estão no Arquivo Público. Pesquisei lá, e quase todos os inventários contêm informações interessantíssimas. Os bens que a pessoa possui, se, por exemplo, o falecido era dono de uma loja, fazia-se o levantamento de tudo que a loja continha no seu inventário: tudo. Então, sabe-se que espécie de tecido se usava e também as ferramentas. Tudo, tudo, tudo está relacionado lá, de modo que se queira fazer uma pesquisa sobre essa parte encontra-se muita coisa nos inventários. Além disso, há os processos- crimes, que permitem uma pesquisa já sob o ponto de vista da evolução social, criminologia e coisas desse tipo.

Sobre o Museu Hipólito da Costa, vou fazer um pouco de propaganda. Ele nasceu de uma proposta minha como diretor do Arquivo Histórico, ao Secretário Mauro Rodrigues. Comemoravam-se aqui cento e cinquenta anos do nascimento do Hipólito José da Costa que, por sinal, viveu no Rio Grande do Sul e que é o patrono da imprensa brasileira. A proposta, se não me engano, foi em 1973. Nós tínhamos, naquela época no Arquivo Histórico uma coleção de jornais e, então, surgiu a ideia de se fundar, a exemplo do Rio de Janeiro – que tem o Museu da Imagem e do Som – aqui, um arquivo destinado, exclusivamente a jornais, revistas, periódicos, materiais dessa ordem. Nessa época, conheci o jornalista Sérgio Dillemburg, que começara a fazer pesquisa no Arquivo e, trocando ideias com ele, eu havia concebido o Museu da Imprensa, pois seria esse o nome. O Sérgio Dillemburg sugeriu o nome de Museu Hipólito da Costa, em homenagem a este vulto. Foi feita a proposta, a ideia foi ao secretário e, realmente, daí nasceu o Museu Hipólito da Costa. O Sérgio Dillemburg foi o primeiro diretor e levou do Arquivo Histórico para lá, todo o acervo de jornais que nós tínhamos e isso encontrou muito boa repercussão na Associação Rio-grandense de Imprensa, ARI. E recordo de ter recebido do diretor Alberto André, naquela época, um ofício, congratulando a criação do Arquivo do Museu Hipólito da Costa, no tocante à organização de jornais publicados pela imprensa. Eu nunca pesquisei naquele Arquivo.

Fui várias vezes à Biblioteca Pública, inclusive, em 1950, quando servi aqui. Fui rato de biblioteca. Mas, como minha biblioteca é relativamente boa na área que me interessa, também tenho quase tudo em casa. Talvez possa dizer que pouco precisei de material que me levasse a utilizar a Biblioteca Pública.

Um outro arquivo, aliás, uma outra biblioteca muito importante aqui no Rio Grande do Sul é a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Acredito que, no

momento, talvez, o maior acervo sobre o Estado esteja lá; a não ser aquele acervo do Júlio Petersen.

O Júlio Petersen também tem um acervo, uma biblioteca preciosíssima. Enfim, é outro lugar e sei que o Júlio facilita a pesquisa. Quer dizer, quem quiser pesquisar, ele empresta os livros que possui em casa. Então, são esses os lugares, que, realmente eu conheço.

O trabalho que fiz sobre os Mucker merece um esclarecimento. Recordo, de menino ainda, de ter lido naquela coleção famosa de Almanaque do Rio Grande do Sul, do fim do século, algo que me impressionou muito; foi uma leitura sobre os fanáticos do Ferrabrás, coisa de criança. Li que havia uma mulher meio louca, fiquei muito impressionado, mas os anos se passaram e não pensei mais nesse assunto. Quando assumi a direção do Arquivo Histórico, em 1972, passado algum tempo, com as funcionárias procurando catalogar uma documentação avulsa que estava completamente empastelada, me deparei com, aproximadamente, oitenta pacotes grandes de documentos sem nenhuma classificação; aquilo estava ali há muito tempo. Pegamos aquela documentação e começamos a arrumar. E, qual não foi minha surpresa, quando um dia me deparei com um documento que era o auto de corpo de delito feito em um dos mortos no ataque ao Ferrabrás, que foi, se não me engano, no dia três de agosto de 1873, quando foi morta a Jacobina e os seus seguidores. Qual não foi a minha surpresa, também, quando encontro perfeitamente conservado o auto de corpo de delito de um deles! O documento me lembrou a história da Jacobina que li quando criança e aí comecei a me interessar pelo assunto. Conversei com amigos meus, o professor Klaus Becker e o professor Carlos Bunse, também interessados, e comecei a encontrar mais material, no próprio Arquivo Histórico. Conseguimos reunir todos os autos de corpo de delito, inclusive o da própria Jacobina, o exame cadavérico feito nela, por um médico, assim que ela foi morta naquele combate. Aquilo me deixou empolgado, porque era uma coisa inédita. Fui aos lugares onde os fatos tinham acontecido, Ferrabrás, São José do Hortênsio, Linha Nova, Nova Petrópolis, sempre procurando seguir as pegadas dos Mucker e o resultado disso foi o livro a que dei o nome de A Nova Face dos Mucker. Por que a nova face dos Mucker? Porque nós tínhamos, até então uma visão dos Mucker, sobretudo pela publicação de uma obra de um padre jesuíta, o padre Ambrósio Schupp, que narra a história de uma forma mais ou menos romanceada. Enfim, ele escreveu como é que tinha acontecido a tragédia dos Mucker, a partir da visão que se tinha. Nas pesquisas que fiz, à medida que me aprofundava no assunto fui percebendo que as coisas não eram bem assim. E, afinal, fiz o trabalho, no qual refuto muitas coisas que o padre Schupp escreveu, que não atribuo absolutamente à sua desonestidade como historiador, mas sim à visão condicionada pelo fato dele ser um jesuíta. Quer dizer, não posso exigir de um jesuíta outra visão das coisas senão aquela dentro da qual ele foi criado, quer dizer, a concepção que ele, como jesuíta, teve do episódio. E eu, muito mais descompromissado e, sobretudo, não tendo uma gota de sangue alemão, considero-me uma pessoa absolutamente insuspeita para encarar aquilo de uma maneira muito mais desapassionada do que um acusador dos Mucker ou de um defensor também exagerado. Então, creio que esse trabalho coloca o ocorrido mais ou menos no meio termo. A grande alegria que tive, a maior talvez de ter escrito esse trabalho é que, recentemente, o Assis Brasil publicou um trabalho chamado Videiras de Cristal e no fim dele diz que, ao escrevê-lo, se guiou pelo meu livro sobre os Mucker, que ele classificou de muito honesto. Acho que melhor consagração do que essa não poderia esperar. Foi uma grande satisfação! O outro trabalho sobre A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil também me deu muito prazer, porque para quem escreve

um livro é quase como um filho. A gente dá tudo de si para que o resultado seja o melhor possível, guiado sempre por aquele desejo de procurar a verdade, sem fantasiar. Esses dois trabalhos foram feitos dentro disto. Quanto aos Mucker, sou obrigado a confessar que acabei me apaixonando e sendo talvez até, quem sabe, um pouco parcial por ver quantas injustiças, a meu ver, se fez com aquela gente. Eu fiquei de tal maneira impressionado com isto, que talvez até tenha, vez ou outra, cedido. Não, não consegui ser frio, como acho que um historiador deve ser. Mas o fato é que a tragédia é tão. . . como é que vou dizer, tão dolorida realmente, é tão trágico o que aconteceu ali que não consegui por mais esforço que fizesse, evitar, até me comover e talvez passar por cima de alguns erros que eles cometeram. Mas acho que, por maiores que tenham sido, não se comparam com os erros daqueles que os perseguiram da maneira mais cruel que se possa imaginar. Essas duas obras são duas filhas queridas.

Atualmente, estou fazendo um trabalho que ainda não escolhi o nome, mas que, basicamente, destina-se a estudar a História do Rio Grande do Sul antes da chegada de José da Silva Paes, – quer dizer, todo processo histórico desenvolvido aqui nessa parte do continente, tendo Buenos Aires e a Colônia do Sacramento como um dos polos e, São Paulo e Laguna, como o outro. O Rio Grande do Sul estava no meio dessas duas forças, que eram antagônicas, e foi assim que realmente entrou na História. É um processo que se inicia, aproximadamente em 1640, com a restauração de Portugal, da sua independência, terminado o Período Filipino e que evolui até 1737 com o governo português decidindo fundar Rio Grande que realmente incorporou o Sul ao Brasil. Então, o trabalho que estou fazendo no momento é sobre esse período. É claro que dou muita ênfase a Laguna, porque realmente a entrada na Barra do Rio Grande era extremamente perigosa e difícil. Todo movimento entre Laguna e a Colônia do Sacramento, que fica defronte de Buenos Aires, era feito pelo litoral, a pé ou a cavalo; entrar com embarcação na Barra do Rio Grande, naquela época, era muito perigoso. Estou procurando reconstituir da melhor maneira possível este período e, sobretudo, desde o momento em que é aberto o famoso caminho das tropas para São Paulo, quando o Rio Grande do Sul foi economicamente incorporado ao Brasil pois, até então, realmente não era. É um trabalho muito meticuloso. Eu trouxe alguma coisa de Portugal, dessa minha estada, sobre esse período e estou reunindo alguns dados bem interessantes e que acredito que vão nos dar uma visão bastante precisa de como esse processo histórico se desenvolveu e o Rio Grande do Sul, afinal, se tornou parte do Brasil.

A atividade no meio acadêmico, realmente desconheço, porque não tenho tido contato com pessoas deste meio. Mas tenho colegas do Instituto, temos lá o Moacyr Flores, que é um pesquisador, o Sérgio da Costa Franco, enfim cada um deles de vez em quando publica seus trabalhos. Uma coisa que me impressiona é que até a década de 1940, nós tivemos aqui obras importantíssimas, como por exemplo do General Borges Fortes, sobre Os Casais; saíram muito sobre os trabalhos dele. O Aurélio Porto produziu coisas maravilhosas, o próprio Dr. Dante, Moysés Vellinho, Jônathas da Costa Rego Monteiro com a História da Colônia do Sacramento, Souza Docca. . . Quero dizer, houve um período em que a pesquisa histórica realmente produziu muito. É claro que toda essa produção com o decorrer do tempo tem que ser reavaliada, os anos passam, a concepção das pessoas também muda. Enfim, ninguém pode ter a pretensão de escrever uma obra intocável, que seja a última palavra. Deve-se sempre procurar reavaliar as coisas. Mas de 1940 para cá, percebo que, de repente, parece que a produção diminuiu. O próprio Instituto Histórico foi até mais ou menos 1945 bastante ativo com a sua revista, de repente, a produção esfriou, não sei qual é a razão, mas,

praticamente, paralisou a pesquisa. Lá pelos anos setenta percebo que ela renasceu, sobretudo na Universidade. Recebi no Arquivo Histórico, com muito prazer, muitos estudantes de História que foram lá travar conhecimento com documentos antigos, aprender alguma coisa de Paleografia, levados, naquela época, pelo Moacyr Flores, pela Luiza Kliemann. Enfim, outros professores começaram a frequentar o Arquivo Histórico. E isso, naturalmente, foi um estímulo muito grande para nós que trabalhávamos lá, parecendo indicar um renascimento da pesquisa histórica.

Se bem que, como leigo, e que estou, vamos dizer, fora do meio, às vezes me impressiono um pouco com o tal do revisionismo histórico. Quer dizer, tenho visto alguns trabalhos que parecem que só contradizem aquilo que foi feito. Contradizem por contradizer e acham que tudo o que foi realizado está errado, quando não é bem assim. Quer dizer, cada um dentro da sua visão, dentro da sua formação, acha que deu de si o melhor que tinha e não me parece apropriado que, de repente, um jovem aí que mal saiu da Universidade, já se formou todo e começa a criticar e achar que está tudo errado, que isso aí é bobagem. Por exemplo, ouço muito dizer que data em História é bobagem. Imagine, data! Qual é a importância? Como não sou historiador, sou um simples diletante, para mim a data é muito importante, porque ela é que me mostra o que é causa, o que é efeito, o que aconteceu antes, o que aconteceu depois. Quer dizer, sem um estudo, vamos dizer, desta miudeza, é impossível fazer uma síntese correta, porque pode confundir causa com efeito, pois no fim dá uma espécie de samba do crioulo doido. Eu, modestamente, não me atrevo a fazer síntese das coisas. Muito pelo contrário, procuro analisar da melhor maneira até onde posso chegar, para perceber como é que se desenrolou aquele processo. Então, desse meu livro sobre a Colônia do Sacramento, que terá mais de duzentas páginas, acho que a síntese poderá ser feita numas dez ou vinte. Mas os dados documentais que ele encerra quem for fazer a síntese pode fazê-la praticamente perfeita, ao passo que se não houvesse essa análise, conhecer primeiro as partes, para depois formar o todo, acho que seria impossível. Isso é uma coisa que me assusta um pouco na geração mais recente.

Outra coisa que ouço é a história da fronteira natural. Dizem: não, fronteira natural, isso aí não existe. Não sou ninguém para contradizer isto. Mas quando eu emprego e vou empregar nesse meu trabalho o conceito de fronteira natural é o conceito que se tinha na época. Como na época sobrava terra para todo lado, os limites deveriam ser estabelecidos por uma linha natural inconfundível, que evitasse os litígios. Sabemos perfeitamente as dores de cabeça que o famoso Meridiano de Tordesilhas causou. E por quê? Porque era uma divisão fictícia. Quer dizer, como é que se vai dividir um continente por um meridiano? Isso criou a maior confusão. Os portugueses achavam que o meridiano ficava lá na baía de São Matias, que é não sei quantos quilômetros ao sul de Buenos Aires, enquanto os espanhóis diziam que o meridiano passava em Laguna. Na época, como os métodos de medição eram imprecisos, dava margem a confusões, fora o lado político; cada um queria empurrar o meridiano para onde mais lhe conviesse. Então, naquela época, aqui, os portugueses quiseram estabelecer com a Espanha o que eles chamavam de fronteira natural que era o Rio da Prata, porque ninguém podia mudar o Rio da Prata, mais para lá, ou mais para cá. São essas coisas que às vezes me deixam um pouco apreensivo com a nova geração. Não tenho dúvida que todos eles, mais tarde, quando amadurecerem, vão revisar estes conceitos assim tão. . . vamos dizer, tão espontâneos dos jovens de achar que está tudo errado. Mais tarde virá a reflexão e as coisas vão para o seu devido lugar.

A rigor, o historiador não precisa ser paleógrafo; isso seria o ideal. Agora, para que o historiador deixe de ser paleógrafo é necessário que os arquivos, detentores

desses documentos, façam a leitura por especialistas e entreguem para o historiador o documento lido. Sendo assim, o pesquisador não vai perder tempo em decifrar coisas antigas; isso não é trabalho para ele. Dentro desta ideia, o Arquivo criou uma publicação no meu tempo chamada Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O que inspirou essa coleção foi justamente o desejo de colocar o documento dentro da casa do pesquisador. Os Anais do Arquivo Histórico, por exemplo, que está no número dez – nove desses volumes são sobre a Revolução Farroupilha. O acervo que tem lá é o da chamada Coleção Varella que, seguramente ainda deverá dar quase outro tanto. Pode-se questionar: mas qual é o interesse da Coleção Varella? Por que essa documentação é tão importante? E respondo o seguinte: é o maior acervo que existe neste país, de um movimento revolucionário que foi derrotado, o Farroupilha. A documentação do lado Farroupilha é a documentação do lado perdedor. No entanto, o acervo que eles deixaram é riquíssimo. E não há talvez no mundo um outro exemplo de uma revolução perdida que tenha deixado um volume tão grande de documentos da época. Essa coleção foi iniciada, se não me engano, em 1973, e a ideia, quando se criou, era a de publicar todos esses acervos da Coleção Varella, que são mais ou menos quatorze mil documentos, até o sesquicentenário da Revolução, que foi em 1985. Queríamos, com isto, colocar na mão dos pesquisadores e dos estudiosos aquele acervo. Cada pesquisador poderia trabalhar em sua casa, quer morasse em Uruguaiana ou São Paulo, fosse onde fosse, não precisaria vir a Porto Alegre, ao Arquivo Histórico para consultar a documentação. Essa foi a ideia que inspirou e me parece que essa é a política correta para qualquer arquivo. O arquivo deve procurar colocar os documentos na mão do pesquisador, de modo que, na sua casa, à vontade, aproveitando até os fins de semana, ele possa trabalhar com se estivesse em um arquivo. Então, o ideal seria que o pesquisador, que o historiador não precisasse conhecer Paleografia, mas, como as publicações são raras, infelizmente ele não pode prescindir disto. E, acho que a melhor maneira de aprender, é na prática, é pegar o documento e começar a ler, até aprender; foi o que aconteceu comigo.

Me considero um estudante aplicado de História; só, nada mais do que isto. Gosto e procuro fazer o melhor que posso, apenas isso. Não tenho a pretensão de ensinar nada a ninguém, não tenho realmente. Agora, acho, com toda a sinceridade, que trabalho com muita honestidade, com muita aplicação e que das coisas que saírem de mim, alguma coisa se aproveita.

Quando fui diretor do Arquivo Histórico, fui muito. . . como é que se diz, pressionado a mandar microfilmar o acervo. De vez em quando aparecia um lá, dizendo por que não sei o quê, porque nós, o senhor tem que microfilmar, porque hoje é tudo microfilmado. Sempre resisti muito a isto pelo seguinte: microfilmagem não é só microfilmar o documento; isso até é uma coisa relativamente fácil. Agora, não adianta ter um acervo enorme de microfilmes, se não tem uma conservação adequada, eles acabam mofando, embolorando; também tem que ter máquinas para ler microfilme. Quer dizer, não é simplesmente microfilmar, é preciso uma estrutura que custa muito dinheiro. Como o acervo do Arquivo, até sair de lá, não estava todo organizado, achava que microfilmar o caos seria botar dinheiro fora. Realmente, resisti sempre a todas as investidas que me fizeram para mandar microfilmar o acervo do Arquivo. Há uma outra razão: não há uma experiência ainda, me parece, com o microfilme que me assegure a sua durabilidade; sei lá. Não há tempo de saber se o gasto de milhões hoje daqui a cinquenta anos esse dinheiro não estará perdido. É outra dúvida que sempre tive e continuo a ter. Talvez eu seja até, vamos dizer, retrógrado nessas coisas, mas isso é o que acho, ou talvez esteja errado. Hoje, me parece que, com

os computadores, esta, sim, será a solução. Colocar o acervo em disquete, porque o disquete não estraga. Enfim, o seu manuseio é muito fácil, entra-se no disquete de muitas maneiras. Então me parece, não sei, que o computador vai acabar com o microfilme, a tecnologia será o computador. Sobre o acervo que tem lá de microfilmes, foi feito pelo Abeillard Barreto, que é um gaúcho.

O Arquivo Histórico **foi a minha casa durante muito tempo”**.

Porto Alegre, 17 de Julho de 1992.

OSÓRIO SANTANA FIGUEIREDO



A) Dados Biográficos

Nasceu no Passo do Ivo, município de São Gabriel, em 7 de fevereiro de 1926 e faleceu, em São Gabriel, em 6 de agosto de 2017.

No início de sua vida foi agricultor, peão de estância e carreteiro. De 1946 a 1970 serviu no Exército.

Com o tempo, como autodidata, canalizou suas atividades para o campo da cultura, tornando-se pesquisador, escritor e historiador. Foi o primeiro sócio do Movimento Tradicionalista Gaúcho, colaborador na fundação do primeiro CTG de São Gabriel, do Centro de Tradições Gaúchas Caiboaté e do Piquete de Tradições Gaúchas Batoví. Pertenceu à Associação Cultural Alcides Maya (ACAM), de São Gabriel, e da Associação dos Militares da Reserva (ASMIR). Participou na edificação de monumentos em homenagem às batalhas do Caiboaté e do Cerro do Ouro.

Por vários anos, foi diretor dos museus João Pedro Nunes e Museu Gaúcho da FEB.

Pertenceu à Academia Rio-Grandense de Letras, ocupando a cadeira número 25 que tem como patrono o poeta Guilherme de Almeida, à Associação Rio-Grandense de Imprensa, à Academia Canguçuense de História e à Associação Brasileira de Folclore. Foi membro acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, ocupando a cadeira número 13, sendo patrono o Gen. João Borges Fortes.

Foi membro correspondente do Centro de Pesquisas Literárias (CIPEL), da Academia Riograndense de Imprensa (ARI), da Federação das Entidades Culturais Fronteiriças, de Uruguaiana. Sócio benemérito da Ordem Brasileira dos Poetas de Literatura de Cordel, de Salvador/BA, membro honorário da Università Internazionale Sveva - Federico II, Bergamo esócio colaborador da Comissão Gaúcha de Folclore.

Fazia parte da Mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade, de São Gabriel, e foi Patrono da Feira do Livro, na cidade, em 2007.

Dentre as distinções civis e militares recebidas, destacam-se: Mérito Cultural, pela Academia Internacional de Heráldica e Genealogia, de Uruguaiana, em 1980; Diploma de Honra, pelo Conseil des arts et des lettres du Québec, Montreal, Canadá, 1980; Colaborador emérito do Exército, Porto Alegre, 1980; Diploma do Mérito João Propício, pelo 9º Regimento de Cavalaria Blindado, 1984; Diploma de Gabrielense Emérito, 1989; Medalha do Pacificador, 1989; Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, 1992; Medalha da Ordem do Mérito Militar, Grau Cavaleiro, 1998, e Comenda Dante de Laytano, pela Comissão Gaúcha de Folclore, 1999.

B) Seleção Bibliográfica

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Maneco Pereira: o homem que laçava com o pé. São Gabriel: Ed. do autor, 1967.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. São Gabriel desde o princípio. Santa Maria: Pallotti, 1977.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Cooperativa Rural Gabrielense Ltda. – 50 Anos de História: as charqueadas gabrielenses. São Gabriel: Metrópole, 1985.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Cronologia da Revolução Farroupilha em São Gabriel. [S. l.]: [s. n.], 1985.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Carreteadas heróicas. Santa Maria: Pallotti, 1986.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Alcides Maya: o clássico dos pampas. Santa Maria: Pallotti, 1987.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. História dos apelidos urbanos de São Gabriel. Santa Maria: Pallotti, 1991.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Sesquicentenário da Caserna de Bravos. Santa Maria: 6º BE Cmb/Palloti, 1995.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. As Revoluções na República: 1889-1932. Santa Maria: Pallotti, 1995.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Uma Santa Casa feita de amor. Santa Maria: Pallotti, 1998.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Terra dos Marechais. Santa Maria: Pallotti, 2000.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Lendas, causos e assombrações. Santa Maria: Pallotti, 2002.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Tempos bárbaros. Santa Maria: Pallotti, 2004.

SANTANA FIGUEIREDO, Osório. Vida e morte de Sepé Tiaraju. Santa Maria: Pallotti, 2005.

C) Depoimento

“O Museu João Pedro Nunes é considerado pela crítica museológica o maior e o principal museu particular do interior do país. Ele foi fundado no ano de 1901, por João Pedro Nunes, que não era historiador, nem pesquisador, ele era um colecionador.

João Pedro Nunes era um comerciante muito bem sucedido. Eu o conheci quando criança, na década de 1930. Ele era um homem que tinha posses, qualificado como rico. Era maçom, participava de todos os eventos da sociedade de São Gabriel,

um homem muito benquisto, muito estimado, mas eu o conheci já no fim da sua vida. Terminou um homem pobre; só dispunha de uma casa e da aposentadoria. Alguns dos seus coevos diziam que ele, nessa mania de colecionar objetos, abandonou um pouco o seu comércio e, por isso, teve essa fase de depressão comercial, terminando pobre. Não foi político, não exerceu outra profissão a não ser o comércio.

Participando das entidades associativas de São Gabriel, fazia parte de comissões, mas nunca dirigiu nenhuma delas. Foi um homem que prestou um relevante serviço a São Gabriel e ainda está prestando, atualmente, tendo deixado seu legado cultural para as novas gerações; refiro-me a essa relíquia que São Gabriel possui com muita honra: o Museu João Pedro Nunes.

Ele foi homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito. Recebeu outras medalhas por serviços que prestou; um reconhecimento muito justo. Teve que ir ao Rio de Janeiro; ele que detestava viajar, para receber essa condecoração.

João Pedro Nunes morreu tranquilo, reconhecido por toda a sociedade, pessoa benquista, muito direita, um homem honestíssimo que viveu colecionando; apenas reunia, colecionava e nos tem dado muito trabalho no Museu. Por exemplo, temos aproximadamente mais de quinhentas fotografias, digamos umas mil, que não têm nenhuma identificação. Ele conhecia toda aquela cena, aquelas imagens, aqueles flagrantes da foto, mas nós agora ficamos numa dúvida cruel porque não conseguimos identificar aqueles cenários, pessoas, festividades; ele sabia, mas não tinha a preocupação do historiador.

O historiador é diferente, tem uma mania, está sempre datando, me baseio por mim. Qualquer coisa que pego, a primeira coisa que faço é datar, até uma brincadeira. Se compro um objeto para dentro de casa, já ponho a data e o preço. O historiador é uma pessoa preocupada com o futuro, recolhendo do passado, vivendo esse presente, mas projetando-se para o futuro. Pensando assim, quando escrevo uma página, e isso faço diariamente, já estou pensando que daqui a trinta, quarenta, cinquenta ou mais anos vão ler aquela página e vão saber como é que era. Logo, assumo naquele momento uma grande responsabilidade, buscando sempre o ponto neutro, aquela linha neutra, aquele fio de linha em que não posso exagerar e não posso diminuir. Tenho que ser justo com o presente e ser justo com o futuro, para que eu não retalhe a História e seja verdadeiro, honesto, digno do hoje, do amanhã e de sempre. Essa não era a preocupação do seu João Pedro Nunes. E é aí que nós definimos a personalidade dele como um legítimo e grande colecionador. Ele não tinha essa preocupação com o amanhã e isso nos tem dado dificuldades muito grandes até, para etiquetar as peças que são planificadas e muito cuidadas. Nós, no Arquivo, só colocamos a etiqueta com as cartas de doações que encontramos. Por exemplo: o Marechal Mascarenhas de Moraes, cada objeto, cada documento que ele mandava para o Museu, vinha com uma carta de doação. Sempre havia uma carta, um bilhete, alguma coisa que identificasse o doador e também a doação.

O Museu também tem coleções de revistas. O Malho, por exemplo, não é uma coleção completa, mas as revistas foram encadernadas, temos números de alguns anos. Creio que o senhor João Pedro Nunes nunca teve a coleção completa, mas aqueles números que conseguiu ou que deram para o Museu, até acredito que doaram, são obras antiquíssimas, raríssimas.

O Museu tem coleções de jornais, inclusive do século passado, e também a Revista Gabrielense. Tenho aqui comigo, mais de noventa jornais diferentes publicados em São Gabriel. Inclusive, o primeiro que foi impresso, o Farol Gabrielense, de 1862,

tenho um número de cada um, desde o início até o momento atual; é uma coleção que eu faço.

No João Pedro Nunes também tem muitas antiguidades em revistas, jornais, e em documentos antigos. Dentre os livros, temos um dicionário de 1864. Temos um missário também do século passado. São tantos. . . É uma coleção muito rica. Agora, em documentos, repiso, os documentos que temos, infelizmente não temos uma arquivista para organizá-los e eu não tenho tempo para me fixar naquele lugar, primeiro porque sou muito procurado no Museu, meu horário é completo e depois tem o meu trabalho de pesquisa em prol dos meus livros. Tenho professoras trabalhando comigo – uma trabalha na recepção e outra na parte burocrática, são de tempo integral.

O pendor de João Pedro Nunes em reunir esses objetos antigos, interessado na História do Rio Grande do Sul fez com que o acervo fosse crescendo com o tempo. Seu fundador morreu muito idoso. Sua filha continuou sua obra, mas ela também já faleceu e, por fim, o acervo ficou para os bisnetos. Em 1987, assumimos a direção, quando a Prefeitura, num convênio, firmou o compromisso de manter o Museu, pagando todas as despesas, a guarda e a responsabilidade do Acervo. Ele é um Museu de peças raras, históricas, artísticas, religiosas. Nele, encontramos a história do nosso povo, das lutas dos nossos antepassados, os hábitos e costumes, a maneira de ser da sociedade de então. Há muitas peças delicadas, pequenas e de valor. O Museu é a relíquia da cidade de São Gabriel, repito. E o povo gabrielense tem consciência da importância e do valor artístico-cultural que ele representa. Ele é muito procurado. Os estudantes estão sempre lá fazendo pesquisas, observando, visitando, levando outros. A criança, após visitar, leva outras, inclusive os pais; há uma frequência muito grande. Dificilmente uma pessoa que tem certo nível cultural, chegando a São Gabriel, não visita o Museu, e isso nos oportuniza contatos com pessoas estudiosas, historiadores, professores, pesquisadores e outros, que são curiosos no estudo dessa parte da memória da gente; o convívio é muito grande.

Vamos receber ainda outro museu, o Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que está vindo para São Gabriel. O acervo de material bélico é muito grande. Ele traz recordações de épocas de antanho, desde a época da Colônia do Sacramento, com as de jarreteiras, a diversificação do armamento, desde a lança, as boleadeiras, a arma de pedra de fogo, fuzis, a arma lisa e até armas mais recentes, como o fuzil e o mosquetão Mauser.

Têm objetos como leques, peças de roupas antigas, objetos de uso pessoal de época, da luxuária que vivia o Rio Grande do Sul, no século passado, na época da charqueada em que todo mundo vendia uma rês, outro vendia uma tropa e havia muito dinheiro.

No Museu, há objetos litúrgicos, religiosos, imagens e outras peças de consagração. Temos também muitas peças da época missioneira, dos índios Guarani e de outras tribos do Brasil Central. Temos objetos que nos falam da educação de outros tempos, o tempo da palmatória, da lousa de pedra. Temos os canhões pequeninos, uma biblioteca francesa, onde estão os autores famosos, como Renan, Voltaire, Victor Hugo, Alexandre Dumas e tantos outros. Temos também coleções de moedas, condecorações, dinheiro em cédulas, grilhões em pares, grilhões individuais que, segundo a tradição, eram usados no aprisionamento e castigo de negros, escravos, mas nós sabemos que não eram só para os escravos e temos isso documentado. Prisioneiros, bandidos, assassinos, também recebiam o castigo corporal do grilhão preso à perna, não lhe permitindo locomover-se. Já os outros, os grilhões duplos, eram

postos nos tornozelos com a pessoa sentada, imobilizando-os. Se ele era usado nos nossos escravos aqui do sul, tenho dúvidas. Inclusive falei com o Décio Freitas e nós chegamos a um entendimento comum: para nós, o preto, o escravo da fronteira do Rio Grande do Sul era, em alguns casos isolados, muito bem tratado, porque havia o perigo da fronteira com as repúblicas platinas, que davam a liberdade, os alforriavam imediatamente. Além desse fator, o negro, na fronteira, sempre foi tido como amigo do branco, porque o branco precisava dele, devido às constantes revoluções, levantes, guerras de fronteira. Brancos e negros eram amigos, companheiros de luta, portanto, procuravam ser mais amigos do que inimigos, mais companheiros do que senhores e escravos, o que não acontecia em outras regiões do Brasil. Assim, os ferros que nós temos, esses instrumentos de tortura, não são da nossa região.

Temos muita coisa no Museu, também sobre a Segunda Guerra Mundial. Da Força Expedicionária Brasileira tivemos uma primazia, porque o Marechal Mascarenhas de Moraes, que foi o comandante na Itália, era amigo íntimo, companheiro de infância do senhor João Pedro Nunes. Nascido em São Gabriel, ele mandou uma grande quantidade de documentos, inclusive uma bandeira nazista da 148ª divisão de infantaria alemã que foi aprisionada pela FEB, uma bandeira da própria FEB, uma bandeira nacional, que estava no campo da Itália, uma insígnia que estava na barraca dele e tantos outros documentos como uma espada da época medieval, que veio da Itália diretamente para o Museu. Então, o Museu teve essa primazia e, além disso, o Marechal Mascarenhas de Moraes era amigo de outros generais, como Setembrino de Carvalho, o Marechal Rondon, de quem ele conseguiu muitos documentos e objetos, que vieram através dele para o Museu João Pedro Nunes. O Museu teve muita sorte, digo mais, ele está tendo sorte, porque depois que nos tornamos seu diretor, muitos documentos e muitas relíquias estão sendo recolhidas, graças a campanha que fizemos entre os amigos aqui na sociedade gabrielense, com quem nós desfrutamos de boa amizade e grande prestígio, graças a Deus.

O Museu também tem grande quantidade de objetos utilizados pelos gaúchos. Nós não temos objetos que, através do tempo, possam se desgastar, se desagregar, como é o caso de roupas. Mas nós temos objetos da época das camperizadas, das tropeadas, como boleadeiras, estribos, freios antigos, estribos de épocas desconhecidas; acreditamos que sejam da época anterior da fundação da Colônia do Sacramento. São estribos, esporas, freios, que vêm desde os primórdios do Rio Grande do Sul. Temos facas, facões, serigotes, o isqueiro feito de um rabo de tatu que pertenceu a Maneco Pereira, que laçava com o pé; aliás, nós convivemos com ele, fizemos sua biografia. Temos também a faca de Adão Latorre, aquele coronel negro da Revolução de 1893, revolucionário que é acusado, por alguns historiadores e, inclusive, pela tradição oral, de ter degolado trezentos e sessenta homens, no célebre aprisionamento de pica-paus no Rio Negro, próximo de Bagé. Essa faca foi doada por um prefeito municipal de São Gabriel, que nos contou que estava em um acampamento em 1923, ainda jovem, em Lavras do Sul, junto com o Coronel Latorre e outros revolucionários. Estavam apartando uma cavahada e, de repente, disparou um cavalo laçado fazendo o que se chama uma curva – nós chamamos seio –, em que o campeiro vinha para um lado e o cavalo vinha para o outro, ia pegar aquele grupo no seio da laçada, quer dizer, ia matá-los! E, naquele momento, ele passou a mão nessa faca, que era do Coronel Latorre, esperou o laço com a faca e, quando o laço tocou, ele o cortou pelo meio e, assim, salvou da desgraça todos aqueles que estavam ali sentados. O Coronel Adão Latorre, em agradecimento, deu para ele a faca, dizendo: olha, já que tu salvaste a nossa vida, vou te dar esse presente. Foi com essa faca que nos salvaste a vida.

E o prefeito então, perguntou:

- Foi com essa faca que o senhor degolou os trezentos aqueles do Rio Negro?

Ele respondeu:

- Não, essa faca comprei há pouco aí numa venda em Lavras do Sul; essa não é criminosa ainda.

João Pedro Nunes é um Museu de pesquisa, que se mostra e que está aí, convidando os pesquisadores e nós temos a satisfação de ser o diretor e estamos sempre dando oportunidade para todos que venham a ele em busca de pesquisa ou preocupados com a história dos nossos antepassados, a História do Rio Grande, do Brasil.

São tantas as coisas que falam daquela época, que são testemunhas vivas, estão ali materializadas fisicamente nas peças. Muita coisa, nós temos muita coisa. . . !

Estamos sempre propagando o nosso Museu junto aos visitantes, que são muitos, principalmente até apelando para estudantes, para pesquisadores que queiram fazer uma visita de pesquisa e de estudo ao nosso Museu; desde que essas pessoas sejam, evidentemente, bem credenciadas. Nós colocamos à disposição o nosso arquivo para a pesquisa, que é muito grande e numeroso em documentação. Enfim, temos também um Arquivo Histórico, onde está recolhido um grande número de documentos do princípio do século XIX, incluindo os da Revolução Farroupilha. A partir do século XIX, temos documentos de mil oitocentos sobre a Guerra do Paraguai, a Guerra com a Argentina, a Revolução de 1893, a Revolução de 1923; são documentos importantíssimos, que merecem mais estudos e uma publicação. Mesmo com a dificuldade que hoje se evidencia nos poderes públicos, pois a parte cultural está sendo relegada, tendo uma marginalização incrível, pecaminosa até, não há verbas, mas seria interessante que se publicasse.

São objetos e documentos curiosos, interessantes. Temos uma peça, que é o mimo da criançada. É um gatinho de marfim, peça minúscula, pequenina e que nos prova a engenhosidade do escultor que o esculpiu.

Os gabrielenses têm razão de se sentirem orgulhosos da sua cidade porque ela vem dos tempos iniciais do Rio Grande do Sul, aqui na fronteira. Surgiu de um posto militar, como tantas outras cidades: Bagé, Jaguarão, Santana, Uruguaiana, Alegrete, Rio Grande. Elas tiveram origens militares e a nossa também, não podia falhar. Ela nasceu com os espanhóis, uma coisa curiosa. Dom Félix de Azara, tentando demarcar a linha do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que era aquele divisor das águas. . . Rio Uruguai, Bacia do Prata e a Bacia do Rio Jacuí. . . mandou erguer, por ordem do Vice-Rei do Rio da Prata, Gabriel de Avilés, uma pequena vila à qual deu o nome de Vila do Batovi, que passou a ser chamada de São Gabriel. Escolheu o nome do arcanjo São Gabriel, como padroeiro, em homenagem ao Vice-Rei, seu amigo, Gabriel. Essa povoação durou oito meses no Batovi, a uns quarenta quilômetros daqui. Depois, ela foi abandonada, não houve luta; os espanhóis apenas a abandonaram. Os luso-riograndenses incendiaram a vila, recolhendo apenas a imagem, que hoje está na Prefeitura Municipal. Em 1808, numa preparação de guerra fronteiriça foi construída uma outra São Gabriel, a uns nove, dez quilômetros da primeira povoação com o nome também de São Gabriel do Batovi. Em 1817, percebendo que aquela povoação estava se estendendo e que não havia condições topo-geográficas, foi erguida a terceira São Gabriel, no lugar onde, atualmente, se encontra. É um local aprazível, muito bonito, à beira de um rio, na margem esquerda do Rio Vacacai, um rio extraordinário, que nasce em São Gabriel. Ao longo de sua história, São Gabriel, nascida na fronteira, sofre com

revoltas; inicialmente sofreu muito. Em 1817, começaram a erguer as primeiras casas e, em 1827, quando o exército argentino atravessou aqui, ocupou e saqueou. Já havia quarenta e duas casas, também quartéis, depósito de militares e é nessa época que surge a família gabrielense. Quando o exército argentino regressou, após a Batalha do Passo do Rosário, a cidade foi novamente saqueada; sofreu durante os dez anos da Revolução Farroupilha. Aliás, a Revolução começou em São Gabriel, dia vinte de setembro. Assim como em Porto Alegre, ora era ocupada por uma facção, ora pela outra. Depois sofreu com a guerra com o Uruguai, a Guerra do Paraguai, para a qual ela contribuiu muito com duas tropas de primeira linha, um regimento de artilharia e um de cavalaria e três corpos provisórios. Sofreu muito também com a Revolução de 1893, durante três anos; foi uma revolução sangrenta, sanguinária. No município de São Gabriel a quarenta quilômetros, houve o combate do Cerro do Ouro, quando foram degolados de quatrocentos a quinhentos homens. São Gabriel, ora estava de um lado, ora estava de outro, porque assim era a ocupação. Ou seja, ora eram os governistas que a ocupavam, ora eram os revolucionários federalistas. Isto também aconteceu em 1923 e, como já disse, também na Revolução Farroupilha. Surgiu daí, um comportamento típico: o cavalheirismo de Campanha, o cavalheirismo militar. Quer dizer, quando a cidade estava nas mãos dos revolucionários, eles não maltratavam, nem deixavam maltratar os governistas, porque sabiam que, imediatamente, o rumo poderia virar e, quando virava. . . Houve casos registrados, inclusive, de que, quando era ocupado, por exemplo, pelos revolucionários e alguns queriam se vingar de alguma coisa, não lhes era permitido pelos próprios companheiros, porque na vila, na cidade tinha muita gente revolucionária da alta sociedade, da média sociedade. Quando era ocupada pelos governistas acontecia a mesma coisa: aqueles que queriam se vingar de algum revolucionário, não podiam, porque a sociedade não permitia, de tal maneira que, durante a Revolução Farroupilha, o próprio Caxias viu São Gabriel, como uma cidade de paz. Quando ocupada pelo exército imperial, a maioria das famílias dos chefes revolucionários estava em São Gabriel porque aqui tinham segurança, encontravam paz e a proteção das tropas legalistas, como antes tinham encontrado o inverso. Caxias se apaixonou tanto por São Gabriel que, quando foi assinada a paz, em março de 1845, ele imediatamente transferiu-se para São Gabriel. Ele passou aqui uns quatorze dias, recebendo chefes de outros pontos de Estado do Rio Grande do Sul, distribuindo ordens, dando cumprimento às suas determinações, reunindo os revolucionários, criando comissões, principalmente para pagar os prejuízos. Contam um caso que, em 1893, e é interessante frisar, chegando aqui uma tropa revolucionária, ela quis matar uma alta personalidade da cidade por vingança. Um dos que estavam aqui, Pica-Pau, governista e juiz na época, Tito Prates, foi aos revolucionários e disse: de maneira nenhuma. Como juiz, não permito que isto aconteça porque este homem é um homem de bem e eu sou o responsável. Era uma autoridade de tal envergadura que os próprios revolucionários cederam, porque sabiam que o que acontecia com os outros, com eles também poderia ocorrer; tomavam a peito a defesa dos outros, às vezes governistas ou revolucionários. Conta-se também que, indo uma patrulha revolucionária matar um fazendeiro, chegando à chácara que era próxima da cidade, perguntaram pelo dono da casa e lhes responderam que ele estava ausente. Mas logo perceberam que o procurado estava escondido dentro de casa e entraram no quarto da família, onde estava a senhora, imitando uma pessoa muito doente. Deitada, tinha uma velinha acesa ao lado da cama e a colcha estava bem puxada, quase arrastando no chão. Foi fácil perceber que alguém estava embaixo da cama. O comandante, encarregado de cumprir a ordem para matar, disse para os seus comandados: não tem ninguém aqui. Está só a esposa, está doente, não podemos entrar no quarto, e deu volta.

E o soldado disse:

- Mas major, o senhor não viu que ele estava embaixo da cama?

E ele respondeu:

- Não, não vi, não estava lá, estava só a senhora dele. . .

Por que essa atitude? Porque eles eram amigos, eram amigos de outras épocas. Essa é a história que os antigos, a tradição e a própria História escrita diz o que foi São Gabriel no passado: uma cidade de paz, em que sempre achava uma forma qualquer para se livrar de qualquer ato brutal, das revoluções sanguinárias, como foi, principalmente, a de 1893. Nunca ninguém foi desrespeitado lá, nunca alguém foi morto por vingança dentro da cidade de São Gabriel!

Mas falta destacar algo de São Gabriel. A cidade teve por um meio século o que eu chamo de meio século de iluminismo. Está no livro que escrevi sobre Alcides Maya: o clássico dos pampas. Destaco a maternidade de grandes vultos históricos, que nasceram em São Gabriel: Alcides Maya, Jonathas do Rego Monteiro, Dr. Assis Brasil, Marechal Mascarenhas de Moraes, Marechal Hermes, Rodrigues da Fonseca, o grande literato Plácido de Castro e tantos outros homens que se destacaram nacional e internacionalmente. Não foi o caso de Francisco de Assis Brasil, que foi diplomata? Temos o caso do Marechal Mascarenhas de Moraes, que transcende as nossas fronteiras. Hoje, estamos à míngua, carentes desses valores, por isso afirmo: meio século de iluminismo gabrielense, de 1850 a 1900, nós tivemos todos esses poetas, esses militares famosos, historiadores, João Borges Fortes, figuras extraordinárias! Souza Docca, Ptolomeu de Assis Brasil com a obra Batalha de Caiboaté, foi uma maternidade mesmo! Homero Prates, grande poeta e tantos e tantos outros que não me ocorrem no momento. . .

São Gabriel está na fronteira, os governos brigavam, guerreavam, mas o povo não. Quando aconteceu a ocupação da Vila de São Gabriel e ela foi incendiada pelos idos de 1800, em uma época beligerante, os soldados espanhóis comercializavam com os portugueses. Exemplifico com a história de um tenente chamado Félix Gomes, que era o comandante do posto após Félix de Azara ter ido embora. Ele estava negociando graxa com um soldado português que levava tecidos para o Uruguai. Quer dizer, os governos estão em luta, mas o povo não. Nunca brigaram, nunca! O contrabando, ninguém pode terminar com ele, porque interessa a todos e é assim até hoje; o contrabando está aí e interessa aos dois povos.

Conheci os chamados mascates, que eram contrabandistas. Eles vinham, conforme o câmbio de Rivera a São Gabriel a cavalo. Às vezes traziam um outro cavalo com a carga, mas, geralmente, traziam na mala de garupa o seu contrabando. Eram cortes de vestido, cortes de bombacha, quinquilharias, e vendiam, arriscando a própria vida. Às vezes, havia até mortes, mas sempre existiu isso aí. O mesmo faziam os do lado de cá. iam lá e buscavam mercadorias, na fronteira; sempre havia essas facilidades de comprar em Rivera. O comerciante de Rivera, quando em guerra, indagava: onde quer que entregue? Não, entrega lá, em tal lugar, assim. . . Ele vai lá e entrega. Ele dá um jeitinho e entrega para o brasileiro, porque com brasileiro ele sabe comercializar, o brasileiro também sabe comercializar com ele. Então, o povo, como digo, o povo da fronteira, nosso aqui com o Uruguai nunca brigou, brigaram os governos.

Agora não brigam mais, porque depois de 1828, a Argentina e o Brasil são, por um Tratado – tendo como árbitro a Inglaterra –, fiadores da independência do Uruguai. Quer dizer, ninguém toca no Uruguai, senão, toca no Brasil e na Argentina.

Diziam que a fronteira entre o Uruguai e o Brasil era onde se encontravam um brasileiro e um uruguaio. E aqui, ainda conheci, quando criança, muitos uruguaio que casavam aqui, depois iam embora. Tem gente da minha família que foi para o Uruguai. Lá tinham estâncias, lá casaram e se radicaram. Hoje, se sabe que dezenas e dezenas de fazendeiros brasileiros estão no Uruguai. Quando terminou a Revolução Farroupilha havia quatrocentos fazendeiros com estâncias dentro do Uruguai. Essa comunhão social entre uruguaio e brasileiros sempre houve, porque o Uruguai tinha uma grande vantagem, que poucos se dão conta. Enquanto houve Revolução no Brasil, no Rio Grande do Sul, o Uruguai era la Suíça del América. Tinha muita prata, como eles diziam, porque eles abasteciam as tropas revolucionárias na fronteira com ponchos, arreamento, cavahada, munição e armamento. Havia um intenso comércio. O Uruguai tinha, então, uma forte renda com as revoluções. Quando os revolucionários tinham que fugir ou tinham que dar uma bandeada, como eles diziam, iam para o Uruguai. Os do Uruguai, sempre se mantinham na recepção tanto para os governistas que iam bater lá com os costados, como para os revolucionários. Há fatos pitorescos. Os revolucionários, principalmente de 1923, ao chegarem lá eram desarmados e as armas confiscadas eram vendidas para as próprias tropas revolucionárias ou para as governistas. Duque de Caxias, por exemplo, comprou toda a cavahada disponível e, desta forma, tirou o veículo de locomoção dos farroupilhas. O comércio entre uruguaio e argentinos, e entre uruguaio e os rio-grandenses, principalmente nas últimas revoluções, foi muito intenso, foi muito salutar. Foram muitas as revoluções rio-grandenses devido à fronteira. Isso não aconteceu em nenhum estado do Brasil, principalmente nos do interior porque eles não têm fronteiras. No momento em que uma tropa revolucionária se via mal, ela entrava no Uruguai e lá recebia proteção internacional. Na Revolução de 1893, os revolucionários foram derrotados, quando tentaram avançar para Santa Catarina e chegaram até o Paraná. Gumercindo Saraiva alcançou Curitiba e aí sofreu uma grande derrota; eles tiveram que voltar quase corridos e entrar Argentina adentro e sair no Uruguai. As revoluções sempre ocupavam mais a zona da Campanha, beirando a fronteira, porque no momento de cerco, as forças governistas/legalistas eram sempre superiores em armas, homens, armamentos, munições e venciam, e os revolucionários atravessavam a fronteira. Essa convivência social até hoje, como antes, sempre foi muito íntima, seja em épocas de paz, seja quando ocorriam as revoluções.

O primeiro que registrou a vida social do Rio Grande do Sul que se tem notícias foi Saint-Hilaire. Ele cruzou nossa fronteira, passou por Rio Grande entrou por Santa Vitória do Palmar. Registrou no seu Diário a existência de poucas estâncias e famílias; estava iniciando o povoamento, as estâncias se criando, principalmente na fronteira. Era uma fronteira em comum, a vivência dos povoadores era em comum; o uruguaio e o brasileiro viviam em comum. A história uruguaia, principalmente o passado de Artigas, nos mostra que as famílias naquela época, nos primórdios do século XIX, lá por 1800, não viviam quase no campo por causa dos assaltantes, bandidos, ladrões, mal-feitores. Artigas surge como um ídolo, como um arauto de la libertad, como dizem, um grande líder. Viviam com os contrabandistas aí pelo campo e foi convocado pelo Cabildo de Montevideu, para criar uma tropa a fim de liquidar com aquele banditismo que ele conhecia bem. Com as tropas chamadas blandengues, ele entrou por lá e terminou com todos aqueles bandidos. Dizem que se reuniam em grupos de sessenta, pelos campos. Roubavam o gado e levavam para carnear. No princípio só usavam o couro. Vendiam o couro, o sebo, depois passaram a vender o charque, assaltavam estâncias, levavam as moças.

O General Osório, quando tenente, foi preso em Quaraí. Ele comandava um pelotão e um dia tomado de um ímpeto de revolta invadiu o Uruguai e liquidou aquele grupo de bandidos que vinha para o lado de cá para cometer roubos, incendiar as estâncias, os ranchos, violentar as famílias, levar as moças donzelas – como eram chamadas na época – e houve um sério problema de fronteira que tomou um caráter diplomático. O Uruguai reclamou e ele foi preso para Rio Pardo, mas não teve juiz para julgá-lo, porque toda a família fronteira estava solidária com o tenente Osório e ele foi solto passado um ano. Até hoje na nossa fronteira o Exército goza de grande conceito porque na época das guardas de fronteira, a instituição protegia as famílias, a sociedade. O Exército daquela época tinha também essa missão: proteger as famílias do campo. Daí até hoje, o grande prestígio, a grande confiança do povo no Exército. O Exército desfruta de um grande respeito pela tradição, vem desde a época de Osório, Caxias, Bento Gonçalves, todos esses grandes valores do passado.

São Gabriel estava muito próximo da Coroa Espanhola. Toda área do município atual que, depois de 1801, da chamada Guerra de Fronteira ou Guerra Provincial, ou seja, nossa fronteira em 1801, foi levada para mais ou menos onde está hoje. O tratado de 1777, até hoje reclamado pelos uruguaios, nunca foi efetivado. Veio o Tratado de Badajoz, em 1801, e não se falou mais do Tratado de 1777. Demarcaram as fronteiras, seguiram-se vários tratados, até que se fixaram as que vigoram atualmente. Foi nessa época que o Rio Grande do Sul, ou seja, o Brasil, retomou do Uruguai cinco mil léguas de campo, o chamado Entre Rios, área formada pelos municípios de Rosário, Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, Santana e Dom Pedrito. Ficava entre os rios Ibicuí, Santa Maria, o Uruguai e o Quaraí, uma extensa área fronteira lindíssima, de campos finos, que foram ocupados ou tomados nessa época. E houve, também, é bom frisar, uma reforma agrária, na época. Mocinhos pobres e pessoas que vieram para o Rio Grande do Sul, inclusive meu avô que desceu de Mogi das Cruzes, recebiam áreas de campo proporcional ao seu posto, onde escolhessem. Aliás, a partir de Marcelino de Figueiredo, em 1779, já se fazia isso. Se o soldado, cabo, sargento, coronel, general quisesse estabelecer-se era cortado um pedaço de terra e dado àquele militar. Por exemplo, meu trisavô aparece, conforme citei, depois da guerra com o Uruguai, pelos idos de 1817, 1820, com oito quadras de sesmarias num distrito aqui de Vacacá, chamado Passo do Ivo, onde hoje ainda remanescentes da família têm pequenas propriedades.

Na localidade chamada Passo do Ivo, onde eu nasci, está a origem da minha família e de assim tantos outros. Há um caso muito curioso: um cabo, Marcelino Ferreira do Amaral, após a expulsão dos espanhóis da região do Batoví, foi incumbido pelo comandante, coronel Correia da Câmara, para fazer uma guarda no município de Quaraí e lá passou quase um ano. Sua família permaneceu no Batoví, onde tinha uma casa de pedras, com o nome de Paredes. Naquela fase de distribuição de terras, um capitão escolheu suas terras, alcançando as terras de um cabo que estava destacado em Quaraí, mas sua família permanecia no local.

O capitão, na ânsia de se ver de posse dessa terra, começou a exigir da esposa do cabo que devolvesse a terra porque era dele. Ela mandou avisar o cabo da exigência do capitão, porque não dava para esperar o retorno do cabo, pois o capitão já teria se apossado das terras. O cabo atendeu o aviso da esposa, foi a Rio Pardo e de lá recebeu ordem do coronel para resolverem a situação das terras. Houve entendimento entre eles; o capitão cedeu extensões de terras ao cabo. Este cabo, em 1827, apareceu como tenente, deixou família e até hoje ainda tem descendentes dela. O que quero dizer é que as terras eram distribuídas com muita justiça.

É bom que se fale que existiu e até hoje existe, uma classe média no Rio Grande do Sul. Ela foi muito forte, pujante, respeitada, prestigiada, acatada e protegida, composta dos egressos dos quartéis. Isso não aconteceu no nordeste. Mas, infelizmente, o próprio tradicionalismo gaúcho teima em extremar a sociedade do Rio Grande do Sul entre o patrão e peão, como Gilberto Freire fez entre o senhor do engenho e o escravo. Não aparece classe média, mas nós tivemos uma classe média forte, pujante, repito, muito respeitada. E digo mais, ainda pelas fotografias que me vêm do século passado, uma classe muito luxuosa. Sabemos que havia quarenta e duas charqueadas, em Pelotas, contando o gado que compravam em toda a fronteira do Rio Grande do Sul para supri-las, pois quem tinha uma rês e a vendia, recebia o pagamento em ouro, a libra ouro; todo esse movimento provocou grande circulação de moeda. Pelas fotos dos meus ancestrais, principalmente das mulheres, fotografias por volta de 1860, 1870, 1880 e do princípio do nosso século, também, elas estavam muito bem vestidas; vestuário requintado à moda europeia. Quer dizer, a família imperial que se vestia modestamente, recebia figurinos de Paris. Estes também vinham para Pelotas, uma cidade aristocrata do Rio Grande do Sul e, dali, rapidamente, chegavam a São Gabriel, porque houve um cordão de carretas, um vai-e-vem para Pelotas, dia e noite, durante muito tempo.

De São Gabriel para Pelotas, havia uma estrada, chamada roda enxuta. Quer dizer, o percurso das carretas seguia pelas cabeceiras dos rios e das sangas. Esse trânsito ocorria tanto no inverno quanto no verão, pelos chamados carreteiros – os tropeiros de Pelotas –, levando tropeadas. Meu sogro levou uma tropeada para Pelotas, um tio meu, homem que faleceu com oitenta e tantos anos, em 1970, tropeou para Pelotas e recebia pagamento em libra ouro; vinha de lá com ouro que era o dólar da época. . . de maneira que houve essa pujança no Rio Grande do Sul naquela época. Isso acabou com a República e logo veio a Revolução de 1893-95 e não parou mais. . .

Friso que se chama roda enxuta, quer dizer, das carretas, a roda das carretas, porque não havia a necessidade de atravessar um rio, um arroio. Chegavam a Pelotas sempre pelo seco;era mais fácil do que ir a Rio Pardo. Antes se ia a Rio Pardo mas, depois, se começou a ir para Pelotas.

Foi com a Colônia do Sacramento que surgiu o gaúcho,esse tipo aventureiro, comerciante esperto, vivo, a ponto de chegar a ser bandido em defesa de interesses econômicos. Temos que nos convencer do seguinte: o que move a sociedade humana é o poder, o interesse econômico; não se faz nada de graça, o resto é conversa. Há um motivo de estímulo e esse estímulo vem pelo comércio que é o dinheiro e, tudo isto, eles encontraram na Colônia do Sacramento. Ela era um tipo Hong Kong, um tipo Manaus. Não havia impostos alfandegários, cada um chegava e vendia o que tinha; eles encontram ali o ponto comercial quando se desenvolveu o comércio de fronteira. Em 1680, ali encostavam navios holandeses, ingleses, franceses e alemães, com quem estes aventureiros comercializavam. Basta lembrar que a Colônia do Sacramento foi fundada por elementos de qualidade; eram homens de negócios, só pessoas de negócios. O Rio Grande do Sul ganhou muito com isso, muito, pois, quando entregaram definitivamente a Colônia do Sacramento, a maioria dessa gente veio para o Rio Grande do Sul; homens instruídos, cultos, homens de comércio e que mantêm a tradição até hoje. É muito curioso, e é bom que os estudantes saibam: mesmo hoje, lá no fundo de uma biboca, um gaúcho velho ou novo, ignorante, por mais ignorante que seja, ninguém passa ele para trás na venda das suas resinhas; ele sempre quer mais. Dou um exemplo: um boi de três anos, criado no campo, tem um tamanho diferente daquele que é criado no chiqueiro, ou ainda da vaca, de quem se tira o leite para o

consumo da casa. O do campo, naturalmente, se desenvolve muito mais e aquele outro, de chiqueiro, como dissemos, que fica raquítico, porque bebe pouco leite, recebeu pouco alimento, desenvolve-se menos. Geralmente, esse terneiro pequeno é do gaúcho que tem uma rês, duas, uma pontinha pequena, mas ele quer preço e sempre exige o mesmo valor do animal grande, do fazendeiro. Se o boi, lá do estancieiro custa quinhentos mil cruzeiros, um boizinho de invernar, como nós dissemos, de três anos, ele quer que o dele, de chiqueiro, também valha quinhentos mil cruzeiros, e briga e pechincha por mais ignorante que seja, porque isso está na cultura comercial do Rio Grande do Sul, que começou com a Colônia do Sacramento. Nós temos dados interessantes sobre isso. Ainda hoje é assim. O preço que o vendedor exige, que ele impõe pelo animal dele, é aquele do fazendeiro, que são animais criados diferentemente. Por quê? Quando é que começou? Começou nessa negociata da Colônia do Sacramento. Eles carneando, no principio, como disse, vendiam o couro, o charque; primeiro o couro, depois o charque, depois o sebo e, por fim, a língua seca que era comercializada e tinha muito valor na Europa. Depois, quando houve o comércio de mulas, aqui criavam muitas mulas, antes do boi e as levavam para São Paulo. Esse comércio de mulas faz pouco que terminou, não faz muito. Lá pelos idos de 1960, tinha um fazendeiro que ainda criava mulas. Por 1920, 1924, tropeiros de mulas, levavam setecentas, oitocentas para São Paulo, para Minas, não sei porque isso aí. . . Bom, mas no século XVIII era por causa das minas de ouro lá; a mula como animal para transporte tinha muito valor. Depois, o gado valorizou muito, eles levavam tropeadas daqui. Sempre o comércio em torno do gado e do cavalo; as guerras exigiam cavalos e gado, exigiam esse comércio todo.

A Revolução Farroupilha foi sustentada com a venda de gado, gado vacum. Domingos José de Almeida tinha uma charqueada em Montevideu e outra em São Gabriel. Bento Gonçalves também tinha uma charqueada e esse charque saía daqui e era vendido e comercializado através do porto de Montevideu, para sustentar a Revolução. O Rio Grande do Sul sempre teve esses meios de sustentar uma revolução, inclusive, durante dez anos. Nós, aqui nesse fundo, imprensados contra essa fronteira, sustentamos a Revolução, o gaúcho lutou dez anos, é uma coisa extraordinária, fenomenal, porque não podia sair da beira da fronteira. Quando terminou a Revolução Farroupilha, entre os revolucionários havia mil e quinhentos homens e, entre os imperiais, doze mil homens, com os bolsos cheios de dinheiro, bem armados, bem equipados, bem treinados. Caxias! Que homem é Caxias? Ele é extraordinário! Deve-se estudar mais sobre ele! É um homem que tinha uma visão extraordinária; ele via longe, enxergava o futuro. Quando ele viu que em breve aconteceria uma guerra com a Argentina, tratou de pacificar o Rio Grande do Sul, mas com honra. Então, quem lê aquelas dez concessões que formaram o Tratado de Paz da Revolução de 1835, assinado em 1845, fica com a impressão de que quem impôs aquilo foram os farroupilhas e não o Caxias; ele queria que a Revolução terminasse honrosamente para o gaúcho. Por quê? Porque ele precisava daquele exército que estava treinado há dez anos, com comandos e líderes extraordinários, como Bento Gonçalves, José Garibaldi, João Manoel da Silveira, David Canabarro e tantos outros. Ele precisava daqueles homens e daquela gente com honra! E, de fato, dali, de 1845, já em 1852, toda essa tropa estava em armas para brigar, lutar contra o Rosas.

Aliás, no mesmo dia da pacificação do Rio Grande do Sul, o General Osório, que era um ídolo para os gaúchos, foi ao acampamento revolucionário e organizou duas brigadas com elementos farroupilhas, já com seus oficiais, sargentos, cabos, comandantes e integrou-os no Exército Imperial.

A Revolução de 1835 foi, portanto, uma revolução cavalheiresca. Durante o conflito, eles iam a bailes. Bento Gonçalves gostava muito de baile, Antonio de Souza Neto e Osório também. Eles dançavam. Nas guerras acontece isto, há um estímulo, há uma carência de diversão, então, baila-se muito. Isso aconteceu na Guerra do Paraguai, na Segunda Guerra. Nela, os nossos soldados-pracinhas, lá na Itália, faziam muito baile. Sim, faziam muito baile! Então, aqui também, na época da Revolução Farroupilha havia muito baile. Osório, Andrade Neves, Bento Gonçalves, toda essa turma, inimigos no campo, bailavam a noite inteira; no outro dia, cada um para seu canto de lutas. Uma Revolução cavalheiresca. . . Osório, quando foi cercado em Caçapava, pelas pesquisas que realizamos, lhe foi dada a permissão de se retirar. Por quê? Porque era uma figura carismática, tinha o dom da liderança, da simpatia, da admiração. É o que concluímos pelas nossas pesquisas. Quando terminou a Revolução Farroupilha eis que, de fato, estava pacificado o Rio Grande do Sul. A propósito, o imperador Dom Pedro II, em janeiro de 1846, veio a São Gabriel, porque ele queria conhecer, em uma cidade do interior, esse homem chamado gaúcho, centauro dos pampas que durante dez anos enfrentou o Império.

Caxias, que tinha São Gabriel como xodó e era o presidente do Estado, determinou a Osório, já coronel, com vinte e sete anos e comandante do Segundo Regimento de Cavalaria em Bagé – local onde os filhos de fazendeiros procuravam servir – que preparasse um regimento de elite para esperar o Imperador. Todos os cavalos eram brancos e trouxeram até São Gabriel uma escolta. O imperador foi na Estância da Caieira, onde lhe ofereceram uma grande festa, com danças, bailes, apresentações gauchescas, camperiadas, cavalhadas e corridas de carreiras. Tudo isso emocionou o imperador.

Mais tarde, em 1865, quando passou aqui o imperador com o seu jornalista, isto é, o Conde D'Eu, este vinha escrevendo um diário que leva o nome de Viagem ao Rio Grande do Sul e, nele, registrou que em São Gabriel, ele encontrou uma sociedade muito evoluída, uma sociedade requintada, refinada na sua moda, na sua apresentação, na sua cultura. Antes, em 1858, o Doutor Avé-Lallemant, médico alemão também passou por São Gabriel e ficou admirado ao ver tanto comércio. De cada três casas, uma era de comércio e registrou que, à noite, faziam grandes festas e dançavam e que havia muitos pianos. . .

A moda francesa transpunha o fosso do Atlântico. Conforme dissemos, chegava a Pelotas e já estava em São Gabriel. O que surgia na Europa, já se apresentava em São Gabriel; a moda era a mesma. O gaúcho, com a sua apresentação típica, ah! Isso aí é da minha época! Em 1930, eu tinha quatro anos e lembro de ir a dois casamentos, depois outros e mais outros. O gaúcho à moda campeira, lá na Campanha, lá fora, deve estar na zona rural, como se diz hoje, porque, para um casamento se ia de traje. Até podia ir de bombacha à casa do caseiro mas, para dançar e participar da solenidade, naquela época muito protocolar, oficial e respeitosa, ele punha o traje. Na hora que os noivos iam para frente do juiz de casamento, como era chamado, estavam todos os convidados de traje. Hoje se diz por aí que o gaúcho dançava de bombacha, naqueles cabarés de campanha, naquele chinaredo – grupos da chamada china –, que é a filha de branco com o índio. Então, com o chinaredo, dançavam de qualquer maneira; isso sempre houve em toda a parte do mundo. Mas, a sociedade, a partir da classe média – sempre friso muito bem isso –, tinha todos esses interesses e hábitos, costumes muito rígidos, que eram seguidos quase que como um ritual pela sociedade.

Há uma parte da nossa história, aqui da fronteira, que está obscurecida; refiro-me à época missioneira. Nós pesquisamos e lemos há mais de quarenta anos, ou seja,

sessenta anos que a gente está estudando. É bom lembrar que, antigamente, a história do Rio Grande do Sul e a história do Brasil não era contada em livros, mas sim dentro de casa, com a família da gente, nos galpões, nos bolichos de campanha. Todo mundo contava a história do Rio Grande do Sul, todo mundo conhecia, lembrava, exaltava os valores bem destacados do nosso país; pessoas como Duque de Caxias, General Osório, Bento Gonçalves, a princesa Isabel, o Imperador Dom Pedro II. Ele era uma figura venerável e até hoje é. Bem, há uma parte que está obscurecida, é a parte missioneira. Qual é a influência das Missões Orientais Jesuíticas na fronteira? Tenho me perguntado e, pouco, muito pouco, tenho encontrado. Por exemplo: São Gabriel, os campos de São Gabriel pertenciam às grandes estâncias de São Miguel que, no Batoví, no Cerro do Batoví, tiveram um posto em 1686, na segunda volta dos jesuítas, quando fundaram os Sete Povos. Mas ficou alguma coisa desta tradição? Não, falei com o Dante de Laytano, que em certa ocasião, esteve aqui no nosso município, há muito tempo, visitando a vulgarmente conhecida como a Estância do Jesuíta, a Lagoa dos Padres. Não sei o que foi, se um posto jesuíta, mas quem eram esses jesuítas? Chegamos à conclusão, e eu estou convicto disto, que esses jesuítas nada mais eram do que os padres que, quando da sua expulsão do Rio Grande do Sul, aqui permaneceram, transformando-se em estancieiros. Iriam voltar por quê? Para a pobreza? Se eles já tinham gado, já tinham campo?! Transformaram-se em estancieiros. Os padres tinham grandes estâncias, mas não eram mais padres. Mas não temos notícias de que um padre jesuíta vivesse em São Gabriel a não ser no município de Lavras, em uma estância que até hoje ainda existe. Ali existiu um padre em 1756, depois não se sabe mais nada. A convivência com nossos ancestrais, nos primórdios do Rio Grande, era mais com o Uruguai, com a Colônia do Sacramento, depois com Montevidéu.

Depois de 1780 surgiram, com Antonio Martins, as primeiras charqueadas em Pelotas. O comércio se inicia e esta foi a era de pujança do Rio Grande do Sul, a era de luxúria. A fronteira foi a primeira contemplada. Sabemos que descia também dessas zonas de Cima da Serra, da área atualmente denominada Julio de Castilhos, muita tropa para ser vendida em Pelotas. Lá, havia quarenta e duas charqueadas para escolher. Compravam a tropa e pagavam, com um saquinho cheio de libras. Era tanto dinheiro que existia aqui, que nem dá para imaginar! Isso nós encontramos nos documentos, está na tradição oral. Aconteceu aquilo que eles chamam, até hoje, de enterro de dinheiro. Era tanto dinheiro que enterravam até contos; e há muitas lendas. Exemplifico com o que aconteceu no local onde nasceu a minha mulher, lá havia um fazendeiro rico e maníaco. Ele punha no pátio, todo murado, o dinheiro no sol, para secar. Se diz que ele passava o dia sentado, contemplando aquela imensa fortuna. Vindas as revoluções e guerras, principalmente a de 1893, esta gente enterrou o dinheiro e até hoje ele é procurado. As pessoas sonham com o enterro do dinheiro. . . uns dizem que acham. Eu nunca vi uma pessoa dizer: tirei enterro de dinheiro. Ninguém vai dizer, ninguém é bobo, porque a lei condena. Ela tira o enterro do dinheiro, vai a Rivera e vende, porque o uruguaio, o castelhano não pergunta de onde vem o ouro. Quem era o dono do ouro, ele examina, é ouro, compra, paga, está protegido pelas leis. Agora, a nossa lei, o nosso Código Civil, diz o seguinte: se encontra um enterro de dinheiro dentro da minha casa e vai vender no Banco do Brasil, a metade dele é para o governo e a outra tem que repartir comigo com o proprietário. Quem é que vai vender enterro de ouro aqui? Para o Brasil?! Ninguém vende. E no Uruguai, ele não pergunta, ele paga e a pessoa vem embora.

Os historiadores não buscam essa parte da História e a da Sociologia, porque em verdade, nós não tivemos aqui um Oliveira Vianna – um sociólogo –, não tivemos

um Gilberto Freyre. Não sei se há concordância com o que vou dizer: o Rio Grande do Sul não teve um sociólogo ainda. Tem alguém que escreveu, o Jorge Salis Goulart. Tenho lido muita coisa; Cezimbra Jaques, por exemplo. Mas, aquele cuidado, aquela intimidade, o dom de perquirir a época, os costumes, os hábitos, a maneira de ser, a alimentação, o jeito, alegre ou triste que tinha o nosso povo, sobre isto ninguém escreveu. Quando Oliveira Vianna fala do Rio Grande do Sul, embora ele não o conhecesse e mesmo notado que há muitas falhas, ele descreveu, principalmente os clãs. Gilberto Freyre é o sociólogo do centro, do Nordeste, como Oliveira Vianna.

Nós aqui não tivemos uma pena igual a de Oliveira Vianna; então ficou muita coisa para trás. Como era a família rio-grandense: triste? Alegre? Alimentava-se como? Vestia-se como? A não ser esses viajantes que passaram pelo Rio Grande do Sul, vamos ver se eu recordo o nome deles. . . o primeiro é o Saint-Hilaire. Era uma fase muito inicial, era uma pré-sociedade. Depois, tivemos Avé-Lallemant, ah! Esse foi em 1858. Mas tivemos antes o francês, Saint-Hilaire. Temos o inglês Luccock, e temos um outro. . . veio também, na mesma época, na década de trinta, um francês que esteve por aqui. Me falhou o nome, a memória me traiu. A não ser esse que descreve, vamos dizer carreiradas, as famílias, algum pouquinho sobre onde eles passaram, nada mais se sabe. O historiador rio-grandense é muito curioso. Nós vamos entrar agora, no ano que vem, 1993, nas comemorações da Revolução Federalista. Ah! O que vão festejar os historiadores e os cronistas! Mas eles se preocupam sempre com a história bélica do Rio Grande do Sul, o gaúcho, valente, corajoso, que lutava, morria, brigava, degolava, dava golpes de faca; esse é que é para eles, o gaúcho. Não é isso o gaúcho! No ano que vem, inclusive, vou ter que escrever uma obra sobre o Combate do Cerro do Ouro que aconteceu em São Gabriel e foi uma matança, quase um holocausto. Mas eu não gosto mais de ouvir até nos encontros de historiadores, sobre essa matança, porque degolaram trezentos, porque lancearam não sei quantos, porque mataram. . . porque atacou por ali. . . porque foi atacado por aqui. . . porque disparou. . . porque. . . Assim se resume a história do Rio Grande do Sul, mas essa é a história social do Rio Grande do Sul?! A história econômica do Rio Grande do Sul?!

O livro sobre cooperativas que escrevi – coisa incrível! Escrevi um livro como escrevo todos os meus, sem pretensão. Escrevo porque gosto, porque amo aquilo que faço, vamos dizer, é o meu ar, é o meu sol. Mas, como, ao iniciar o livro da Cooperativa Rural, eu entro nessa parte econômica do Rio Grande do Sul, trato da Colônia do Sacramento, as tropeçadas, as matanças, as charqueadas campo a fora que Debret imortalizou em suas pranchas. Aliás, uma das jarreteiras que tem no Museu e que Debret reproduziu, também a reproduzi em meus livros. Livros que foram tomados como fonte de consulta, inclusive na França, naquela famosa Universidade da Sorbonne. Professores que estudam a história econômica da América Latina usam este meu livro. Incrível! A mesma coisa, esse meu livro, São Gabriel desde o princípio, também. Talvez pela síntese, sei lá, aquela parte do gaúcho do campo, que desenvolvo sobre como é que ele era, está sendo muito usado. Interessante, essas coisas de importância, pois esses livros são buscados, procurados?!

Sobre Maneco Pereira ouvi uma palestra e alguém o exaltou como uma figura social do Rio Grande do Sul e, de fato, o foi. Mas não escrevi sobre ele pensando em figura social. Escrevi a história do Maneco Pereira, destacando como é que o Maneco Pereira gostava de ser e, eis que, de repente, aparece um camarada falando na figura social que o Maneco Pereira encarna, a figura social do Rio Grande do Sul de uma época, passada. Interessante. . . ! Mas, continuo escrevendo e pretendo lançar a História de São Gabriel ampliada, revisada, com textos inéditos, depois continuarei escrevendo. Já

está quase pronto Lendas, Causos e Assombrações, onde aparecem as figuras dos negros, desses assombros, essas coisas todas.

Conheço alguém que identifica pessoas como autores renegados, autores renegados são aquelas pessoas que escrevem livros. Conheço uns dois ou três que, depois de escreverem, não querem saber do livro, acham que têm um e chega. Chegam a negar o que escreveram, quando o livro era dele e era uma pérola o livro. Tem um amigo meu, que o primeiro livro, agora, ele vai reeditar de tanto eu incomodá-lo, porque o livro é muito bom, mas ele não gosta do livro. Ele disse que acha que aquele livro não foi ele quem escreveu, mas não. Meus livros todos, gosto muito deles. Quanto mais distante a gente está da edição, mais admiro e, fico até às vezes, lendo e pensando: Ah, será que fui eu que escrevi? Foi mesmo!

Além do Arquivo Artigas fui a muitos outros. Mas tem uma coisa que sempre no fim de cada livro, me magoa muito: ainda não consegui fazer um livro em que não saísse erro. Diz-se que três erros são normais. A gente olha, olha, olha, revisa. . . Este último livro revisei com três professores; éramos quatro olhando. O Monteiro Lobato escreveu o seguinte sobre a revisão de um livro: um livro quando se revisa nada se encontra. É que o erro passa a ser assim como um sapinho. Quanto mais se procura o sapinho, não se acha. Depois que o livro está pronto, ele aparece botando a língua. . . Estávamos conscientes de que o livro deveria e teria de conter um erro. Depois que o livro está pronto, para espanto de todos nós, os erros apareceram; vários erros. Essa é a mágoa que tenho de não poder ter feito ainda um livro e dizer: esse aqui não tem erro! O da Cooperativa Rural tem dois erros. Mas tive um revisor da editora, um revisor especial. A minha editora não tem revisor; eu que tenho que revisar. O revisor de livros tem que ser uma pessoa obcecada pelo erro; essas pessoas existem.

Sou muito tenaz nas minhas pesquisas, sou persistente, teimoso, insistente. Enquanto não descubro aquilo que estou procurando na pesquisa histórica, não descanso. Alguns não tive êxito, mas a maioria consegui. A partir de 1935, quando eu tinha então nove anos, descobri um corredor na cidade, na época abandonado. Hoje é uma avenida, com um pontilhão arcado, com um estilo de aqueduto romano, pontilhões daquela época. Ele era velho, feio, triste, escondido e tinha um buraco no centro que evitava o passar de carroças. Em 1950, ele foi restaurado e continua atualizado. Eu não conseguia descobrir a sua origem e parti então para a pesquisa de campo, ouvindo as pessoas mais antigas da cidade e moradores daquele local, mas também não consegui. Depois que escrevi o livro da história dos apelidos urbanos de São Gabriel – em que eu me refiro a esse corredor mais por uma evocação romântica, porque vivi próximo a essa via pública e pelo qual tive quase que uma paixão na busca – , em uma certa noite, folheando página a página, os livros da Câmara Municipal de Vereadores da época passada, do tempo do Imperador, que têm uma caligrafia muito difícil, deparei com a história da construção do pontilhão! Uma comissão tinha avaliado o orçamento de um bueiro, construído com areia e tijolo na sanga do cemitério, por Carlos João Bianchi, que custava, na época, um conto trezentos e sessenta e cinco mil réis e foi mandado fazer em novembro de 1868, terminando em fevereiro de 1869, em plena Guerra do Paraguai. O pontilhão era o acesso da cidade de São Gabriel para toda a fronteira do Uruguai e da Argentina. Portanto, havia, é certo, um grande movimento de conduções pesadas, principalmente carretas e tropas que seguiam para o Paraguai, por exemplo. Quando chegou a estrada de ferro aqui, em 1900, ela cortou essa saída da cidade e surgiram dois corredores paralelos, ficando abandonado, definitivamente, o velho pontilhão. Por isso, ele caiu em desuso e desconhecimento, porque ele não tinha dentro da sua memória, algum fato histórico;

era simplesmente uma passagem, nada mais. Mas o coloquei dentro da História. Por ele, pela lomba do pontilhão passaram as tropas que chegaram do Paraguai, as tropas que fizeram a Revolução de 1893, a de 1923, as carruagens passaram por cima dele, fazendo a viagem Porto Alegre, São Gabriel, Santana do Livramento; e Porto Alegre, São Gabriel, Uruguaiana, Alegrete, enfim, toda a fronteira passava por ele. Hoje, ele é uma relíquia histórica e, depois disso, surgiu até uma placa e houve a limpeza do Pontilhão Arcade, como eu o denominei. A cidade passou a tê-lo como mais um ponto turístico-histórico de São Gabriel. Então, isso aí é que conta.

Não viajo muito, até digo que sou uma pessoa confinada pelo destino, a São Gabriel. Mas tenho me valido muito dos amigos do Rio de Janeiro, de Portugal. Certa vez, um historiador português me mandou vários documentos. Recebo de Porto Alegre, de São Paulo, enfim, hoje, estou recebendo um livro que veio de Curitiba, lançado há pouco. Vou sempre me munindo dessas obras, porque os documentos, as obras, mais a pesquisa de campo que gosto muito de fazer, a pesquisa dentro da tradição, mas a gente tem que ter muito cuidado, principalmente, em relação a datas. As pessoas dizem: ah! Isso aconteceu em tal ano. A gente vai ver, não foi. Aconteceu em tal lugar! A gente vai lá, não é naquele lugar, é num outro ali pertinho, não é onde diziam. É falha de memória, isso é humano, é muito natural. Gosto de fazer o livro sempre atrelado ao local, ou seja, a História em cima da Geografia. A História não pode se desligar da Geografia porque elas são partes de um mesmo corpo – a História em cima da Geografia. Gosto muito de ir aos locais, principalmente em São Gabriel.

Tenho livros maravilhosos. Tem gente que vem, amigos meus de Porto Alegre, para ver a minha biblioteca. Ela não é grande, mas é muito diversificada, tem obras raríssimas que consegui. São Gabriel, outrora, era de um povo que lia muito.

Dentre as obras raras que tenho, cito Diretrizes, de Rui Barbosa. Esses tempos, chegou um baiano aqui e me disse que o pai dele morreu de velho, procurando esse livro, e não conseguiu. Tenho aqui pessoas que vão deixando as suas bibliotecas ou que vão herdando e não querem, então me trazem. Certa vez, chegou uma caminhonete cheia de livros; uma pessoa morreu e o herdeiro mandou trazer para cá. Isso tem acontecido muito. E, como era um povo, o de São Gabriel que, como disse, lia muito, estudava muito, principalmente História, tenho conseguido trabalhos maravilhosos. Obras que são muito raras, só tem em bibliotecas antigas, do contrário não se encontra, nem em sebos, nem em parte alguma.

Já pesquisei no Arquivo Público, de Porto Alegre, na Biblioteca Pública, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Temos em Porto Alegre, um grande bibliófilo que é o Júlio Petersen. Acredito que seja, não conheço outro, o maior bibliófilo do Rio Grande do Sul. Vou para lá, nós somos muito amigos. Às vezes, ficava lá um dia, dois, como foi na época que escrevi o livro sobre a Cooperativa. Nós ficamos os dois, revendo trabalhos, livros e/ou revistas, que ele tinha, fotografias. . . Quando necessito de um documento, peço para ele, ele manda, depois devolvo; há uma confiança mútua entre nós. Tenho me valido muito dele, aliás, tenho explorado ele bastante porque, quando digo que quero uma coisa e não posso ir lá, apelo para ele: me manda! E ele manda mesmo.

O Sérgio da Costa Franco, também tenho explorado bastante. É um amigo, assim da hora, de passar o telefone: Sérgio, me manda tal coisa. . . assim. . . Daí, ele imediatamente manda. Aqui houve uma dúvida, quando nós corrigimos a data das comemorações da cidade. Uns diziam que tinha que ser na data da emancipação; outros, que tinha de ser na data da instalação da Câmara Municipal; outros que tinha que ser na data da sua elevação à cidade. Foi quando nós apelamos para o Sérgio da

Costa Franco e, ele, de imediato, nos mandou um xérox da lei do século passado que determinava que a data oficial deveria ser da emancipação e não da instalação da Câmara. Até hoje, nesses municípios vizinhos, tenho dado cópia dessa lei, porque muitos acham, o brasileiro gosta muito do acho, do achismo, acho. Eles acham que deve ser a data da instalação da Câmara, mas já existe a lei; só pode haver eleição se existe uma lei da criação.

Graças a esse corpo de amigos, pessoas boas que nos cercam, que continuamos pesquisando. No Arquivo do Exército, pesquisei muito através de um amigo, um historiador militar, o Coronel Claudio Moreira Bento. Criamos o Instituto Histórico e de Tradições do Rio Grande do Sul, para o qual ele também colabora muito. Houve um senhor chamado Gastão Abott com quem tivemos uma grande amizade epistolar. Nunca o conheci pessoalmente. Vivia no Rio de Janeiro, era um verdadeiro rato de arquivo, durante mais de vinte anos colaborou comigo. Cito um exemplo: aqui em São Gabriel existe uma tradição de fé em dois soldados que foram fuzilados; existe aqui no quartel, no Sexto Batalhão de Engenharia de Combate, uma capela que os reverencia. Até 1960, por aí, ninguém sabia como tinha acontecido aquilo. Uns diziam que eram irmãos que tinham sido mortos, outros inventaram que foi por causa de um romance. Então, foi quando publiquei um trabalho em cima de uma hipótese, com a imaginação. Publiquei este trabalho numa revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria. Caiu nas mãos desse gabrielense, Gastão Abott, e ele, imediatamente, foi ao Arquivo do Exército, tirou xérox do arquivo dele; ele possuía um arquivo muito grande e me mandou. Naqueles documentos localizamos os fuzileiros de São Gabriel, os nomes e o processo de cada um e foi quando pude publicar um livro, já com o nome dos fuzilados. Na época, fui muito criticado, porque diziam que ia acabar com uma lenda muito bonita da cidade que era aquele culto que se prestava aos soldados fuzilados. Fui contra. Dizia que a lenda por ser má fé era superior à história. No entanto, aconteceu uma coisa inacreditável. Começou uma romaria muito grande, duplicou a reverência da população aos soldados fuzilados, depois que eles tiveram os seus nomes conhecidos. Isso aconteceu aqui no quartel e num túmulo de campanha que agora é uma igrejazinha campestre, na beira da estrada São Gabriel-Bagé. Descobri também e publiquei no meu livro, a história do Negrinho da Sanga Funda, porque se chamava um determinado local com este nome; fiz uma pesquisa de campo, averiguando o ano e porque ele tinha sido executado e degolado com doze anos.

Não temos mais aquele sentimento de confiança que deveríamos ter, por exemplo, nas nossas autoridades maiores. Daí que o povo sente-se perdido e está recorrendo a um recurso superior, um apoio superior, digamos assim. Segundo a fé em Deus, ele está procurando esses lugares sagrados pela tradição. Pessoas são canonizadas pela fé popular, para levar as suas súplicas, as suas exclamações, enfim, os seus pesares, as suas esperanças. Isso está acontecendo em toda a parte. Sabemos que está ocorrendo nos Estados Unidos, na Europa; é uma fase da humanidade. . . Nós acreditamos ser o fim do milênio e, não houve, nas nossas pesquisas um fim de século; tivemos um fim de milênio na nossa era, sem sangue, sem luta. Desejamos e estamos registrando, numa súplica a Deus, ao poder superior para que nos ilumine, nos inspire, nos conduza ao que todos desejam, que é a paz dos povos. Mas, como historiador, sou obrigado a dizer, tenho que dizer, que os dias que estão pela frente, tudo indica que não são bons, não só para o Brasil – que está passando uma fase difícil, de transição – mas também o próprio mundo porque, digamos, se isso é uma verdade, há uma super população mundial. O aumento demográfico, nesses últimos anos, tem sido imenso em todos os povos, por mais que se cuide, por mais que se limite. No Brasil, o que

estamos vendo? Vendo as cidades aqui do Rio Grande do Sul, particularmente as da fronteira, sendo abandonadas pelo homem do campo, que busca recursos na cidade. Vem todo mundo para a beira da cidade, gerando os maiores problemas sociais, econômicos, de saúde, de administração. Se olharmos com os olhos sensatos para o futuro, não se encontra uma luz sobre isso aí. Está aí, não precisa ser profeta para ver que o Brasil tem tudo para ser um país rico, poderoso, verdadeiramente independente economicamente, mas está na situação que está. Creio que, a partir de agora, vamos ter uma nova era. Uma era de transparência, uma era em que o político responsável, aquele que dirige, que tem responsabilidade com uma administração, para fazer algo do que está acostumado fazer, vai ter que pensar duas vezes. Enquanto nós tivermos esse regime sob o qual vivemos, haverá muita dificuldade para fazer o que se acostumou a fazer desde o período Republicano, que sempre houve em todo mundo. A corrupção hoje parece ser uma regra e a corrupção sempre acompanhou o ser humano. Ela nasceu no Jardim do Éden, quando, Eva, seduzida pela serpente corrompeu Adão e a serpente tornou-se o símbolo da corrupção, que segue o homem pari-passu. Os países que já passaram por isso tomam muito cuidado com a serpente mas, no Brasil, parece que ela está no auge.

O Brasil tinha e tem todos os recursos necessários para tornar-se uma grande nação soberana, independente, mas eles descuraram do principal. O maior investimento que pode fazer um governo, que é um investimento na cabeça do povo. Eles descuraram a educação. E aí nos perdemos. Já nos perdemos no dia quinze de novembro de 1889, quando proclamaram a República, para se manterem num regime ilegal. Nós vivemos numa forma de governo ilegal, porque a República foi proclamada por um golpe de Estado, sem a aprovação do Parlamento, na época, e sem consulta ao povo. Agora, eles estão devendo esse plebiscito, que Benjamim Constant fez constar no Livro Sétimo do decreto número um da República, que seria um plebiscito, agora que eles vão dar. Mas vão dar de que maneira? Interrompido um ciclo de progresso, de evolução, não interessa os motivos e as razões, mas descuraram definitivamente da educação do nosso povo. Enquanto o alemão e o japonês tiveram uma guerra de destruição quase absoluta, eles souberam – por serem povos experimentados, inteligentes, não quero dizer que sejam mais inteligentes do que o brasileiro –, investir na cabeça do povo. O japonês fazendo a cabeça do japonês, o alemão fazendo a cabeça do alemão, e aí esses estão atirando dinheiro para cima; nós estamos numa miséria e não tivemos guerra. Nós temos, eu acho, a maior dívida do mundo, tanto externa, quanto interna. Guindaram o nosso povo a um padrão de vida do primeiro mundo, quando não temos condições de vida de primeiro mundo, quando não temos condições econômicas de manter esse padrão. E o que está acontecendo? Está acontecendo que agora chegamos a uma realidade que tínhamos que chegar. Pessoas que viajam pela Europa e Estados Unidos, nos dizem que o que eles têm lá, nós temos aqui; só que eles são ricos e nós somos pobres. E dada essa situação, o que a gente pode imaginar que possa acontecer?! Não está dentro da cabeça de um ser humano, confesso que na minha não está. O que hoje ainda mantém estabilizados os povos são as monarquias tradicionais. Todas as monarquias tradicionais estão bem estabilizadas porque cuidam muito da educação, muito do futuro, pensam no amanhã, têm responsabilidade com o amanhã. Nós, hoje, estamos elegendo vereador analfabeto, eu não quero ir mais longe. Imagine! Amanhã podemos eleger prefeito analfabeto; e olha lá com os deputados, porque é o povo. Da onde vai sair?! Assim que, confesso com muita humildade, não sei como vamos sair dessa, mas é o destino dos povos e a história dos povos. Dizem que quando o país entra no caos aparece um líder e ele resolve o problema. É a filosofia

esotérica diz assim: quando um povo entra no caos, Deus lança uma centelha de luz sobre um cérebro que o tornará o redentor e será imbatível. E nós temos dentro da história e posso citar Napoleão Bonaparte – um capitãozinho de artilharia –, não foi o redentor da França? E não houve, não modificou a estrutura dos povos? Temos também o indiano aquele, maravilhoso, personagem da independência da Índia, Gandhi! Temos o próprio Mao Tse-Tung. E porque não dizer o Hitler, que não pode ser julgado no momento, que transformou, porque falo da era antes da Segunda Guerra e pós-Segunda Guerra, o avanço que teve a ciência. Incrível, fantástico, o avanço que teve a ciência levado por aquela luta de inteligência e de talentos, porque uma grande guerra, como foi a última, excita a inteligência humana para a descoberta de novos métodos para um vencer o outro; são as maiores inteligências numa luta, isso precipita o desenvolvimento dos povos. Talvez até Frederico Nietzsche tenha razão, e olha lá que não tenha. As guerras são necessárias! Quem disse isso foi o famoso filósofo alemão porque a guerra excita mesmo a inteligência na busca de uma solução maior, sempre sobrepujando o contendor. Mas fico com a frase: quando um povo entra no caos, Deus lança uma centelha de luz sobre um cérebro, e ele será o redentor imbatível. Deveríamos ter esse cérebro iluminado, essa voz, uma voz trovante, profética, um verdadeiro líder. O Brasil não tem hoje aquele em quem confiar, porque o líder é aquele que sabe tudo quanto a gente sabe; sabe aquilo que a gente não sabe e vê longe o caminho a ser seguido pelo seu povo. Nós não temos esse homem, mas numa dessas, ele pode surgir, e a História, que diz que ele sempre surge da obscuridade, e que de repente ele vai aparecer. . . Vamos esperar?!

Pertenço à Academia Sul-Brasileira de Letras de Pelotas, ocupando a cadeira número vinte e cinco, que tem como patrono o poeta Guilherme de Almeida; sou sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Rio de Janeiro; sócio-fundador do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul; sócio fundador da Associação Cultural Alcides Maya, de São Gabriel, e seu atual vice-presidente; também sou sócio correspondente da Academia Rio-grandense de Letras, de Porto Alegre; da Associação Rio-grandense de Imprensa de Porto Alegre; do Centro de Pesquisas Literárias, CIPEL, de Porto Alegre, e da Federação das Entidades Cultural Fronteiriça de Uruguaiana. Já recebi mais de uma dezena de prêmios, troféus e também placas comemorativas, dentre estas da Associação Cultural Alcides Maya – uma homenagem dos amigos da reserva do Exército de São Gabriel. Já está em terceira edição o livro São Gabriel desde o princípio, uma monografia municipal, premiada, pela Gerdau em 1978, e pela Academia.

Dentre outras obras temos; História de São Gabriel, de 1983; Marechal Mascarenhas de Moraes, de 1985; Cooperativa Rural Gabrielense Ltda: cinquenta anos de História; deste mesmo ano; Cronologia da Revolução Farroupilha em São Gabriel. um ano após, 1986; Carreteadas Heróicas, e de 1987, Alcides Maya: o clássico dos pampas.

A última obra, no momento, História dos Apelidos Urbanos de São Gabriel, foi lançada em 1991.

Já em fase terminal, temos A História de São Gabriel; esse é um livro volumoso. Nele vamos encontrar São Gabriel desde o princípio, embutido nesse novo texto, com acréscimos de outras pesquisas, biografias e dados. Temos também em preparo Lendas, causos e assombrações. E, para o ano, nós pretendemos lançar no Centenário da Revolução Federalista de 1893, o Combate do Cerro do Ouro. E sempre tenho outros trabalhos em andamento, porque o nosso hobby, a nossa mania é escrever e ler. E todos os dias escrevemos uma página; nós temos um diário há vinte anos em que não falhamos um dia.

Tenho, até o momento, dez trabalhos que foram editados, inclusive uma crônica e plaquetas. A maioria deles está esgotada. Por exemplo, esgotados, que nem eu tenho: Maneco Pereira, São Gabriel desde o princípio, Carreteadas Heróicas e Alcides Maya. História dos Apelidos Urbanos é um livro muito engraçado, muito curioso e pitoresco. Trata dos apelidos cotidianos, que todas as cidades têm: a Rua das Flores, o Pito Aceso, a Rua das Canelas, a Rua do Chapéu. Todos esses nomes pitorescos historiei no livro, além de pessoas que viveram em São Gabriel; historiei sobre elas também. Esse livro causou uma emoção muito grande e evocativa, saudosa, particularmente nas pessoas que, sendo gabrielenses, não moram mais na cidade. Pessoas de Porto Alegre, do Rio de Janeiro me telefonaram chorando, emocionadas, por encontrarem-se no livro. Relembrou da época que aqui residiram quando crianças, quando moças e que ali se reencontraram vendo como era São Gabriel. . . Muitas emoções, muita alegria! Dos meus livros, por incrível que pareça, nunca mando fazer mais de mil volumes, porque são pagos do meu bolso. A Prefeitura tem me dado algum auxílio. Ela ajuda na aquisição de cem, duzentos livros; não passa disso também. A não ser aquele que foi patrocinado pela Cooperativa Rural, quando viveu uma época próspera; hoje está quebrada, infelizmente. Todos os outros livros foram feitos com meu próprio patrocínio. Mas tenho essa felicidade, meu livro sai, a imprensa falada e escrita de São Gabriel me dá cobertura e o livro dispara. Têm pessoas que sei que não leem, mas adquirem o livro para mandar para os parentes; há pessoas que compram seis, oito volumes. Eles estão recomendados: quando sair um livro do seu Osório me manda para cá, porque sabem que falo da cidade, com muito carinho, muito amor; não tem polêmica nos meus livros. Eles só exaltam, porque só exalto os valores – essa é a minha maneira de ser. Não deixo dúvida, tudo fundamentado, tudo escrito, dentro daquilo que chamo de linha neutra. Não tenho participação política nenhuma, nunca fui político, não tenho nada contra os políticos; cada um na sua, eu fico na minha. Faço uma confusão com os meus amigos que são vereadores; às vezes, um é de um partido e se ofende, porque digo que é de outro partido. Isso aí não me chama atenção e nem gravo. São tantos partidos! Faço o meu trabalho, procurando sempre essa linha neutra, dentro da verdade, que não é em cima do muro, não. Em cima do muro é quando há uma situação e a gente não decide. Não, eu decido pela linha neutra; essa é a minha maneira, minha conduta de ser. Por isso meus livros saem em seguida; já tenho retorno, graças a Deus. Enquanto tiver esse retorno, como disse, continuo escrevendo. Tenho esses dois projetos e pretendo lançar outro em abril, que é sobre a história de São Gabriel, é um livro que vai pesar no meu bolso, mas sei que o gabrielense, não só o gabrielense mas, para quem gosta de estudar a História do Rio Grande do Sul, este livro vai oferecer informações. Estou trabalhando, agora, numa pesquisa que quero aprofundar bastante. A gente está aprendendo todos os dias; todos são nossos mestres, a gente sempre é discípulo.

O livro que mais trabalho me deu, que tive que escrever e reescrever três vezes, foi o São Gabriel desde o princípio; nele levei vinte cinco anos de pesquisa. A História de São Gabriel estava muito fragmentada. Os que tentaram escrever a história da nossa cidade, não sei por que, não tiveram a felicidade que tive de chegar nas fontes de origem. Por exemplo, não chegaram ao Arquivo Artigas, do Uruguai, onde consultei os documentos todos da criação, da primeira fundação de São Gabriel, de Félix de Azara – documentos importantíssimos, detalhados, fundamentados; nenhum dos que me antecedeu chegou a essa fonte. Nenhum deles chegou às fontes da origem da primeira ata lavrada, quando da emancipação da cidade, que então era Vila de São Gabriel, em 1846. Eu consegui por um golpe de sorte. . . Chegando na prefeitura, pelo ano de 1961,

1962, por aí ou antes, ia saindo um carro de mão, com uns livros para colocar numa caçamba para jogar não sabe onde. Olhando aquele material, descobri que eram os livros da Câmara Municipal de Vereadores, os primeiros da história oficial de São Gabriel! Fui ao Arquivo e recolhi todos os livros e, desta forma, tenho todos os livros da Câmara dos Vereadores do século passado. Tenho tido muita felicidade. Se chego numa pessoa e peço para fazer uma pesquisa, todo mundo me ajuda e me manda muitos documentos. Veio aqui um rapaz me trazer um livro raro de Antônio Augusto Farias. Uma senhora veio me trazer o que sobrou da venda que fez da biblioteca do pai.

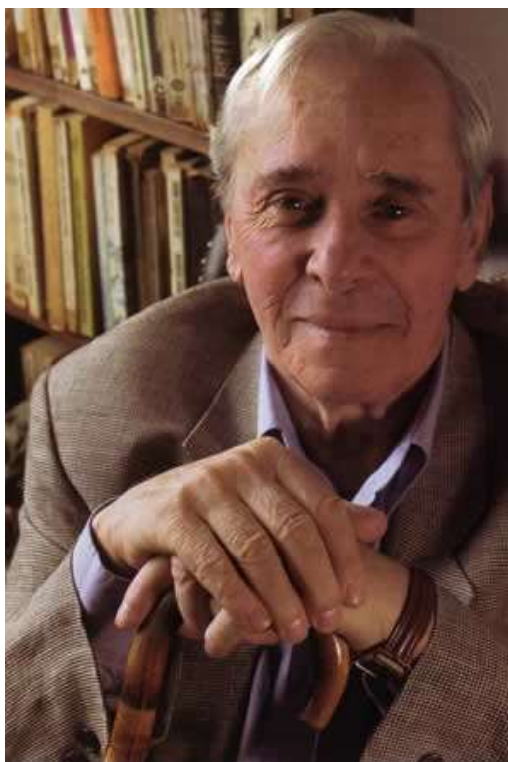
Enfim, todos os livros que fiz, me deram muito prazer. Faço com muito gosto, acho tudo fácil, fico assim. Se é possível trabalhar vinte e quatro horas por dia, trabalho. Vivo com entusiasmo e até acontece que engordo, quando faço um livro. Porque me dá aquela serenidade, aquela harmonia, a que sou obrigado a entrar para poder trabalhar em cima dos livros.

Primeiro, faço a pesquisa, depois rascunho, ponho naquilo que chamo chocadeira, ou seja, em uma caixa de papelão e vou colocando todos aqueles rascunhos. Passando quatro, cinco, seis meses, então, começo a datilografar. Nessa ocasião, faço uma revisão e datilografo. Todos esses meus livros são datilografados por mim. Hoje, tenho uma auxiliar, que é a secretária do Museu. Faço a primeira passagem pelo rascunho, depois datilografo, passo para ela, quando é revisado, mais uma revisada e aí vai para o que nós chamamos de originais efetivos. Não, não tive arrependimento em nada do que produzi.

Escrevi Gaúchos-do-Campo; agora quero escrever Gaúcho-Soldado. Cheguei à conclusão de que o homem que descia para o Rio Grande, nos seus primórdios, se tornava soldado, era estancieiro-soldado, era peão-soldado, era posseiro-soldado. Era soldado, estancieiro, peão e criador de gado, mas sempre soldado, devido às constantes mutações de fronteira e, ao mesmo tempo, das rezingas com os vizinhos, que eram argentinos e, mais precisamente, com os uruguaios. Dada essa contenda, sempre foi um elemento, não digo que melhor, nem pior, mas foi o gaúcho, um elemento diferente dos demais do Brasil, dado a necessidade de ser inteligente, talentoso e bom comerciante para fazer os seus negócios com a gente da fronteira.”

São Gabriel, 15 de agosto de 1992.

DÉCIO FREITAS



A) Dados Biográficos

Nasceu em Encantado/RS, no dia 6 de setembro de 1922, e faleceu em Porto Alegre em 9 de março de 2004.

Jornalista, historiador, formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante a graduação, iniciou a carreira de jornalista, trabalhou para o jornal Zero Hora, do qual compunha o quadro editorial e foi repórter dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias. Na década de 1940, também trabalhou na revista Continente de São Pedro.

Com orientação marxista, foi um dos mais jovens dirigentes do Partido Comunista Brasileiro/PCB. Com a denúncia das arbitrariedades de Stalin, em 1956, afastou-se da militância mas, manteve o método de análise preso à matriz marxista até o fim da década de 1980.

Como parte dos marxistas desiludidos da época, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, do líder político Leonel Brizola. Em 1961, com a renúncia de Jânio, Jango assumiu a presidência da República e nomeou Décio Freitas, Procurador-Geral da Fundação Brasil Central.

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, exilou-se em Montevideu. Nos anos de 1970, retornou ao Brasil para realizar pesquisas; anos após atuou como advogado na defesa de presos políticos do regime militar e em causas trabalhistas.

Décio Freitas escreveu, majoritariamente, sobre as revoltas populares ocorridas no Brasil e, posteriormente, sobre questões cotidianas de Porto Alegre. Foi denominado como historiador dos vencidos pela Folha de São Paulo e o Globo.

Em 1999, foi homenageado como Patrono da 45ª Feira do Livro de Porto Alegre.

B) Seleção Bibliográfica

FREITAS, Décio. Palmares: la guerrilha negra. Montevideu: Nuestra América, 1971.

FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Movimento, 1971.

FREITAS, Décio. Insurreições Escravas. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FREITAS, Décio. Escravos e Senhores-de-Escravos. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1977.

FREITAS, Décio. Cabanos: os guerrilheiros do imperador. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- FREITAS, Décio. O Escravismo Brasileiro. Porto Alegre: EST: Vozes, 1980.
- FREITAS, Décio. O Capitalismo Pastoril. Porto Alegre: EST, 1980.
- FREITAS, Décio. Escravidão de Índios e Negros no Brasil. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.
- FREITAS, Décio. O Socialismo Missioneiro. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- FREITAS, Décio. A Revolução dos Malês. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- FREITAS, Décio. Brasil Inconcluso. Porto Alegre: EST, 1986.
- FREITAS, Décio. A Comédia Brasileira. Porto Alegre: Sulina, 1994.
- FREITAS, Décio. O Maior Crime da Terra. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- FREITAS, Décio. O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- FREITAS, Décio. República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.
- FREITAS, Décio. A Miserável Revolução das Classes Infames. Rio de Janeiro: Record, 2005.

C) Depoimentos

Depoimento 1

“A História, para mim, foi um meio de entender e de resolver o problema do Brasil. Passei a me ocupar da História, casualmente, por acidente da vida política. Em 1964 morava em Brasília, onde era Procurador Geral e presidente em exercício de uma fundação federal. Com o golpe, fui dar com os costados em Montevidéu, onde vivi oito anos, de 1964 a 1972. Havia uma efervescência muito grande em Montevidéu, na verdade, uma grande conspiração já que se achava, ainda no começo, a possibilidade de reverter a situação do Brasil, pois restavam muitos pontos de apoio internos e, através de uma irrupção de alguns levantes de quartéis, achávamos que seria possível. Houve, nesse sentido, muita conspiração. Seria muito longo relatar isto, até o momento em que se fundou o Estado maduro. Enfim, chegou o momento de elaborar um manifesto que seria lançado ao povo brasileiro ao entrarmos no Brasil. A elaboração do documento foi dividida em duas partes: uma histórica, na qual nós nos apresentávamos como os continuadores das lutas populares brasileiras passadas, e os incumbidos de fazer isto foram eu, o Aldo Arantes e o Betinho, irmão do Henfil que, naquele tempo, eram da Ação Popular/AP. O deputado já falecido, Marques da Costa Sales, ficou encarregado de redigir a parte política. Na verdade, a parte histórica, eu é que me dediquei mais e devia fazer um resumo. Então, na Biblioteca Nacional de Montevidéu, em livros de História do Brasil, passei a catar os movimentos populares, as insurreições do passado brasileiro. O manifesto ficou pronto, mas a rebelião não saiu,

foi adiada e, com o tempo, ela ia sendo sempre postergada e cheguei à conclusão de que não sairia. É uma história muito longa para reconstituir. . . Quando eu buscava estes antecedentes, que julgávamos serem os da ação política armada brasileira, me deparei com o Varnhagen. Em poucas linhas sobre Palmares, ele considerou esta revolta de negros em Pernambuco, que teria sido prontamente eliminada, a um pouco mais do que uma quadrilha de criminosos. Com o que eu achava que era o fracasso da nossa conspiração, da nossa contrarrevolução, resolvi me dedicar à História, numa tentativa de entender o meu país, sobretudo compreender o que é que tinha acontecido, ou seja, aquele golpe tão fulminante e que, em minha opinião, iria se manter por bastante tempo. Cheguei à conclusão de que nós não conhecíamos o Brasil ou que éramos muito intelectuais e um deles era o Darcy Ribeiro. Efetivamente não conhecíamos o Brasil, conhecíamos o Brasil estudado, íamos estudar na Europa, fisicamente, através de mestrados ou doutorados, ou através da leitura de livros europeus; era assim que nós víamos o Brasil. Não o conhecíamos popularmente, salvo em viagens turísticas.

Então, achei que devia escrever a História de Palmares e foi algo que me gratificou muito, mas, que, também me arrependi, porque foi um trabalho insano, como não imaginava! Comecei pesquisando na Biblioteca Nacional de Montevideu, que é riquíssima, tem uma Brasileira fantástica; o Clube Brasileiro da Rua 18 de Julio também tem uma coletânea Brasileira muito bonita; depois trabalhei em Buenos Aires e, finalmente, ingressei clandestinamente no Brasil para pesquisar. É preciso saber que havia dois Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra mim e uma prisão preventiva decretada e, é claro que, se eles me encontrassem jamais acreditariam que eu tinha entrado para pesquisar. Chupeie suguei tudo que havia no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; a documentação me foi muito útil. Depois, fui ao Rio de Janeiro, pesquisei muito na Biblioteca Nacional, voltei a Montevideu, trabalhei, fiz uma primeira versão do texto sobre Palmares. Escrevi num jornal do Eduardo Galeano, em Montevideu, que era meu amigo. . . Aliás, ele pegou esse manuscrito e citou-o no que veio a ser depois As Veias Abertas da América Latina. Até hoje sai em todas as edições, mesmo de língua estrangeira: Décio Freitas, Palmares, manuscritos. Eu já disse para ele: não é mais manuscrito Galeano, porque já tem várias edições! Mas ele, por preguiça, de certo, continua deixando manuscrito.

Entre uma segunda vez no Brasil, porque queria pesquisar no Arquivo do Recife. Dali fui a Maceió, onde trabalhei no Arquivo da cidade; quis ver de perto o local da Revolta, que ocorrera na Serra da Barriga. Ali hoje fica a cidadezinha de União de Palmares, que é a cidade do poeta alagoano, Jorge de Lima. Voltei via Rio de Janeiro, sempre de ônibus. Enfim, pesquisei em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Real Gabinete Português de Leitura. Portanto, depois de Recife foi Maceió, aí voltei via Rio de Janeiro e, na minha volta, achei que estava sendo seguido e tive virtualmente a certeza disso. Então, achei que não devia cruzar a fronteira de novo; era perigoso e resolvi me esconder em Porto Alegre. Só que era muito difícil porque eu tinha familiares e, nas casas deles seria o primeiro lugar onde me procurariam. Os amigos tinham medo disso. E aconteceu uma coisa curiosa: uma irmã minha, com quem eu me encontrava às escondidas, teve uma ideia. No meu tempo de advogado, eu tinha feito o inventário de uma senhora suíça que havia sido casada com um italiano. Ele era um técnico em papel celulose, desta fábrica em Guaíba e havia morrido; eu tinha feito o inventário, uma coisa banal em advocacia. Ela supervalorizou esse meu trabalho e contraiu uma gratidão imensa para comigo. Essa senhora teve um filho, uma filha que morava nos Estados Unidos e outra que morava

na mesma rua, do outro lado da casa dela, casada com um brasileiro. A senhora suíça vivia sozinha em sua casa; ela ia todos os anos à Itália. Voltava dizendo que a Itália estava desgraçada com a tal democracia, porque ela era uma fascista assumida e consciente, muito mais que o filho dela, um rapaz de dezoito anos. Ele tinha se engajado naquela milícia do Mussolini e foi capturado pelos partigiani nas proximidades do Lago de Como, foi fuzilado e teve o seu corpo jogado no lago. Ela não acreditava na morte do filho e achava que ele apareceria vivo e isso era o motivo pelo qual ela continuava fiel ao fascismo e odiava a democracia italiana. A minha irmã sugeriu que eu fosse me esconder na casa dessa senhora fascista, uma coisa que todo mundo tinha medo de fazer e, sobretudo, a Dona Eliza, conhecendo como conhecia as minhas ideias. Mas, consultada, ela concordou prontamente e fez mais uma coisa: organizou toda a sua vida de modo a me proteger e me resguardar. Por exemplo, despediu a empregada e me colocou num quarto que ela tinha sempre pronto e preparado para a eventual volta do filho. Esse quarto tinha a parede cheia de fotografias do filho e do Duce.

Fiquei cinco meses escondido ali. Ela mudou totalmente a sua vida. A filha vinha vê-la, falar com ela, almoçar com ela e nunca ficou sabendo, na época, que eu estava lá. Só que, para passar o tempo, consegui uma máquina de escrever por intermédio da minha irmã e, comecei a escrever o livro *Palmares*. A questão é que era uma mesinha e, quando, às vezes, parava para descansar, levantava os olhos e via o retrato do Duce. Tanto que escrevi um depoimento para um livro do José Luíz Werneck da Silva, *A Deformação da História ou Para não esquecer*, intitulado *Sob as vistas de Mussolini*. Escrevi esse livro sob as vistas de Mussolini! O fato é que voltei a Montevideu e aí o livro foi publicado, primeiro em língua espanhola. Em 1972, voltei ao Brasil, fui a Portugal e lá permaneci seis meses, por minha conta; até vendi meu carro. Sem dúvida, uma maneira de fazer historiografia pouco usual. . . Contava essa história para um historiador americano que está aqui, ele considerou incrível, porque é muito diferente da maneira deles trabalharem. Eu digo: Bom, nós, na América Latina, é assim que temos que trabalhar às vezes. Fiquei em Portugal, levantei muito material trabalhando no Arquivo da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Municipal de Évora. Também levantei muito material na cidade do Porto. Saiu a primeira edição em português, pela Editora Movimento, com o título *Palmares - a Guerra dos Escravos*. E, em Montevideu colocaram o título de *Palmares: la guerrilla negra*; porque era época da guerrilha. Não fui eu que pus esse título. Era o auge da guerrilha e puseram à minha revelia, fiquei bravo, briguei, apesar disso botaram esse título. Em Montevideu fez sucesso porque rapidamente tiraram mais três edições. Claro, Montevideu vendia muito em Buenos Aires, lá é o grande mercado deles. Esse livro circulou muito entre os exilados brasileiros na Europa e, como era época do dogma guerrilheiro, embora eu nunca tenha sido partidário da guerrilha como solução para o problema brasileiro, isso aí foi considerado uma espécie de breviário dos guerrilheiros. No Brasil assumiu o título, *Palmares: a guerra dos escravos* porque, conversando com o Carlos Appel, chegamos à conclusão de que este era um título que eles não poderiam questionar sob pena de se declararem partidários da escravidão. Nesta época, o Appel precisava de cuidados especiais, pois havia muita vigilância policial. Durante muito tempo, o agente do DOPS ainda ficou sentado na Editora Movimento, na Rua da República, para controlar. Mas, o Appel tirava os livros da gráfica e levava diretamente às livrarias e foi assim que ele mais ou menos conseguiu iludir. Foram feitas várias edições desse livro. O Cacá Diegues se inspirou nele para fazer o filme *Quilombo*; parece que agora vão fazer uma sexta edição. Estava convencido, então, de que a escravidão era a chave para

compreender o Brasil. O Brasil era fruto da escravidão e que, sem entender isso, não conseguiríamos jamais entender o Brasil. A escravidão fez o Brasil, fez o Brasil em todos os sentidos e a primeira edição portuguesa teve prefácio do Darcy Ribeiro, que concordava comigo em política.

A partir daí, me dediquei a escrever sobre a escravidão. Escrevi um livro sobre uma rebelião de escravos muçulmanos na Bahia, em 1835; escrevi outro sobre o escravismo brasileiro, está na segunda edição, saiu pela editora Mercado Aberto; também escrevi sobre o movimento da Cabanada, em Pernambuco e Alagoas, logo depois da deposição de D. Pedro I. Ele foi um movimento de índios, caboclos e negros e escrevi um livro que é compilação de ensaios publicados em muitos lugares: Escravos e Senhores de Escravos e, não me lembro do que mais que produzi, ah! Os Guerrilheiros do Imperador, uma segunda edição saiu com o título de Cabanos: Os Guerrilheiros do Imperador e escrevi também Escravidão de Índios e Negros no Brasil, que é uma compilação de documentos sobre a escravidão; creio que foi isso. Insurreições dos Escravos, que depois tomou outro título, numa outra edição, ou seja, A Revolução dos Malês, uma revolta de negros muçulmanos. Para o Ministério da Cultura escrevi um volume, que até hoje não foi publicado. Fizemos em três: Éramos eu, o Cláudio Moura e o Filipe dos Santos para o Centenário da Abolição, sobre a história do negro no Brasil. Daí senti certo esgotamento do meu interesse pelo assunto, porque achei que não tinha mais nada a dizer sobre ele e coincidiu que, em 1980, me mudei para Maceió, porque na Universidade de Alagoas havia um projeto a ser desenvolvido, uma grande pesquisa sobre Palmares. Alagoas foi o principal cenário de Palmares e fui convidado para este projeto e, ao mesmo tempo, para lecionar História do Nordeste. Eu era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, tinha feito o curso de História em Montevidéu, uma pós-graduação, mas ainda assim o reitor não podia me contratar. Então, ele conseguiu, no Ministério da Educação – eu não movi uma palha disso aí – o título de Notório Saber. Desta forma é que fui contratado como professor assistente. Dirigi esse projeto e lecionei História do Nordeste na Universidade de Alagoas. Dei também algumas disciplinas no curso de História e no doutorado de História da Universidade de Pernambuco, quando tive entre meus alunos o Ariano Suassuna.

Quando me encontrava em Maceió é que despertou o meu interesse pelo Rio Grande. Pude sentir, então, ao vivo, de maneira muito viva, muito intensa, a minha peculiaridade, como gaúcho, o quanto nós nos distinguimos do resto do Brasil e, particularmente, do Nordeste. Tanto que eu sempre dizia que tinha vivido oito anos em Montevidéu como exilado estrangeiro, mas nunca me senti nem exilado, nem estrangeiro, me sentia em casa, mas me senti estrangeiro e exilado em Maceió. Sim, no Nordeste, porque lá é outra cultura, é outro mundo. Aqueles que teorizam sobre o Brasil ou que formulam propostas para o Brasil, a partir do Centro Sul, não fazem nem ideia de como eles estão longe da realidade brasileira e como estão inabilitados para isto, porque a heterogeneidade do país é tremenda e, embora nós não tenhamos muitos conflitos étnicos, culturais, linguísticos e religiosos no Brasil, temos discriminações! Nós padecemos de uma heterogeneidade muito grande, pelas diferenças culturais e pela desigualdade do momento econômico. Há um Brasil moderno e um arcaico, há um Brasil mais europeizado, há um Brasil mais africanizado, há um Brasil mais indigenizado na sua cultura, na região Amazônica. Senti a minha identidade gaúcha e, foi nesta ocasião, não me lembro por que, o Roque Jacoby me pediu para escrever uma introdução para uma nova edição do livro do Visconde de São Leopoldo, Anais da Província de São Pedro. Este livro faz dele o fundador da historiografia gaúcha, o primeiro historiador. Talvez eu ainda me encontrasse em

Alagoas, quando o Sergius Gonzaga me pediu uma contribuição para o volume Cultura e Ideologia. Depois, escrevi um ensaio para um volume que a Mercado Aberto editou sobre a Revolução Farroupilha. Toda esta produção ainda estando em Alagoas. Como vinha com frequência ao Rio Grande do Sul, porque aí passei a sentir uma saudade intensa do Rio Grande, sofria a falta do Rio Grande, comecei a reunir material sobre a experiência missioneira, onde estudo, principalmente, material em fontes secundárias impressas. Mas também trabalhei com algumas fontes primárias e foi em Maceió que escrevi um livrinho intitulado Socialismo Missioneiro. Começo observando exatamente que, segundo a historiografia oficial do Rio Grande, a história gaúcha começa em 1737 com a chegada de Silva Paes, como se não existisse nada, nunca tivesse acontecido nada antes, que fosse histórico, mas aqui já havia uma história. Até o título foi criticado – O Socialismo Missioneiro – porque eu achava que aquilo era uma estrutura do tipo socialista, mas foi criticado porque diziam que o socialismo é um fenômeno moderno, data do começo do século passado. Entretanto, em minha opinião, o fenômeno do socialismo, o interesse pela igualdade social, a justiça social e até as lutas contra a propriedade privada vêm de tempos muito recuados, vêm desde os judeus, passa pelos gregos, os romanos e a Idade Média e, depois, isso se expressa nas utopias da Renascença, como a Cidade do Sol, A Utopia e outras mais. Minha pesquisa sustentava que aquilo, ali, tinha sido produto das necessidades daqueles homens que viviam naquele momento histórico; os índios não tinham sido matéria passiva daquilo. Eles viram que era a solução para o problema deles, ameaçados de um lado pelos portugueses, predores de escravos e, do outro lado, pelos colonos espanhóis, que queriam submetê-los à encomienda e viram aí a saída, que correspondia também a um interesse jesuíta e da coroa espanhola. Parece-me que houve uma convergência de interesses e que os índios não foram absolutamente uma matéria passiva, tanto que eles tomavam a iniciativa de mandar procurar padres para aldeá-los e organizá-los em Missões. Acho que foi, também, a mais séria e interessante tentativa de ocidentalização do índio, na medida em que pretendia criar uma sociedade do tipo ocidental, sem fazer apenas concessões no tocante à língua, porque a língua falada era a Guarani. O crescimento das Missões levou as próprias potências coloniais a unirem as suas forças para destruí-las. Eu notava uma coisa interessante em relação à estância missioneira. Historiadores conservadores, tradicionais ou de direita, malsinavam a experiência missioneira e até acusavam os padres jesuítas de escravizar, de explorar os índios. Logo eles que admiravam os colonizadores portugueses acusarem os padres! A esquerda também malsinava, porque as Missões não encaixavam nos esquemas marxistas, sobretudo porque era uma coisa que envolvia padres e logo os padres, que gozavam da pior fama, os jesuítas! A este pessoal de esquerda, eu dizia que, ao condenarem a experiência missioneira, eles estavam coincidindo com a direita historiográfica e que era uma coincidência muito interessante que devia, no mínimo, fazê-los refletir e repensar.

Decidido a me aprofundar na História do Rio Grande, comecei a juntar documentação e uma parte dela reuni no volume Capitalismo Pastoril, onde sustentava que a estância gaúcha foi a primeira empresa capitalista do Brasil, já que operava, fundamentalmente, com mão de obra assalariada. Era o capitalismo primitivo, atrasado, mas era o capitalismo. Não era o capitalismo industrial, que se supunha que o capitalismo fosse todo ele industrial. Esse livro, já me disseram, que se discute o capitalismo e se critica muito também, se critica muito, esta é a minha introdução, a minha tese. . .

Nesse meio tempo, o meu trabalho foi interrompido pela necessidade de morar em Brasília. Precisei morar lá, porque em 1964 era Procurador da República. Fui cassado no dia cinco de abril pelo Ato Institucional, número dois. Posteriormente anistiado, tive que reassumir meu cargo em Brasília. Estava desquitado, divorciado, tornei a casar, minha mulher era funcionária pública, todo mundo é funcionário público em Brasília e fiquei por lá. Sucede que a Universidade Federal do Pará me contratou para ir a Belém, pelo menos duas vezes por mês, ficando lá três dias por semana para falar sobre História do Rio Grande e a história da escravidão em geral. Foi a minha presença, as minhas idas frequentes a Belém que me provocaram um interesse e me apaixonei pelo tema da Cabanagem. Ela foi uma guerra civil, um levante de índios, de cafuzos e negros e foi o único caso do Brasil em que o povo tomou o poder e o conservou durante um ano. Reuni muito material sobre isso, uma quantidade enorme, e pretendia usá-lo para fazer um. . . não diria livro romanceado, mas um trabalho com técnica romanesca. Sempre tive uma preocupação. . . Como nunca fui, digamos, um acadêmico, um profissional e, sobretudo, como eu encarava a História naquele tempo, como uma forma de luta, tive sempre a preocupação de escrever em uma linguagem acessível e, até mesmo, evitando as notas de pé de página, indicando no final as minhas fontes. Este método tem me valido muitas críticas, inclusive a de que não mereço fé, porque não cito as fontes em pé de página. Até nisso não estaria sozinho, não seria o único historiador que deixa de citar as fontes. E, mais ainda, é um erro pensar. . . compreendo, por exemplo, que a nota de pé de página seja indispensável numa tese técnica, mas não em um texto dirigido a um grande público, ao público em geral. Pode, discretamente, afigurar a nota de pé de página, mas ela não é fundamental e não é interessante também, porque não estimula a leitura. Então, este livro seria uma forma de contar uma história da história real e que pudesse interessar mais o grande público, o público não institucionalizado, vamos dizer assim, em matéria de História, levando em conta o escasso interesse popular que existe pela História no Brasil. Todo livro popular é um livro para os que não são profissionais da História. Mas não realizei este projeto porque entrei pessoalmente num processo que achava que era pessoal e, mais tarde, fui ver que era geral e até universal, ou seja, esta grande depressão que estamos vivendo no campo das Ciências Sociais. Pelo menos penso assim, a bancarrota delas, ou seja, por sua incapacidade de explicarem à sociedade e, ao mesmo tempo, sequer de, no campo da historiografia, de recuperarem o passado. Até escrevi uns artigos manifestando meu pessimismo com relação à historiografia, que causaram indignação entre os historiadores. Hoje, estou vendo que a chamada ciência social não é ciência, estou convencido de que não é. Não é ciência porque não pode ser testada, experimentada. Chego à conclusão de que, ao contrário do que sempre tinha dito e ouvido dizer e repetido, não é uma mestra da vida, não tem nada a ensinar, pelo fato muito simples de que, se ela não se repete, não tem nada a ensinar. Nunca mais vai haver uma Revolução Francesa, uma Revolução Russa, uma Revolução Chinesa. Não é possível extrair ensinamentos do passado. Mais ainda, me convenci de que toda história é propaganda, de uma forma ou de outra, ainda que o historiador não queira, porque ele é um prisioneiro dos documentos. Repito, prisioneiro dos documentos, que chegam ao seu conhecimento. Ele só pode dar ao passado uma versão que é aquela dos documentos que consegue descobrir e, como dizia o Marc Bloch: os documentos mentem tanto quanto os homens que os fizeram. A verdade não está no relatório oficial do governo federal, não está num contrato, não está numa sentença judicial, não está num depoimento dado em juízo, sobretudo, não está nos documentos que chegaram até nós e que são sempre documentos dos vencedores. Eu escrevi um livro, *Palmares*, sem quaisquer fontes diretas dos vencidos, nenhuma fonte direta deles e, esse livro,

unicamente, comparava as fontes dos seus inimigos, a versão dada pelos seus inimigos. . . Há um livro sobre metodologia histórica do Ciro Flamarion Cardoso com o Héctor Perez Brignoli. Aí, eles destacam que o meu livro foi a mais original utilização de fontes sobre Palmares que eles tinham visto, ou seja, de reconstituir a história dos vencidos, através da palavra dos vencedores. Mas considero ainda assim, precário, pois foi um período com hiatos muito grandes, sobre os quais não aparece nada, períodos em branco de vinte, trinta anos. . . De uma maneira geral, deixei de acreditar na História, que era uma paixão para mim. Não era uma disciplina acadêmica, era uma paixão. E hoje verifico que não estou sozinho, meu caso não é isolado e não se refere apenas à historiografia e sim às Ciências Sociais em geral. Elas não dão mais conta da realidade em que vivemos, seja historiografia, Sociologia, Antropologia, Economia e assim por diante. O que eu pensava ser um fenômeno pessoal, na verdade, era geral. E continuo, sinto, hoje, pela História um interesse que qualifico de âmbito literário, é uma fonte literária interessantíssima! É uma fonte de prazer intelectual! Manusear documentos antigos é uma espécie de aventura, uma aventura de descobrimentos e que permite entrever, apenas entrever, neugas do passado, mas nunca, em absoluto, há a reconstituição do passado e, sobretudo, porque cheguei à conclusão que não há nem neutralidade, nem objetividade em História! O historiador aprecia cada fato, cada documento segundo as suas perspectivas filosóficas, ideológicas e até pessoais e políticas. O mesmo documento dá margem a muitas interpretações e, daí que, cada geração, reescreve a História. Hoje, estou convencido de que a História não tem sentido porque é um processo irracional e um dos maiores discursos proferidos foi o do meu, antes tão admirado Marx, quando afirmava que: o homem faz a sua própria história. Acho que o homem não faz a sua história, ele é feito pela história e é um processo irracional, que não está sujeito a leis como pensávamos. A minha geração acreditava que havia leis gerais, que predeterminavam o curso da evolução das sociedades e, então, não estou inclinado a escrever História.

Estou com vontade de escrever a história de um caso de canibalismo que houve em Porto Alegre, em 1864. Manuseei os processos do caso e escrevi um folhetim para o jornal Diário de Notícias. Foram vinte capítulos. . . [!] em 1947, com o título O Açougue Humano da Rua do Arvoredo. Foi uma versão folhetinesca atendendo ao interesse jornalístico do periódico, onde eu trabalhava, e que aumentou enormemente a tiragem do jornal. Estou com a ideia de me reocupar disso, agora com outros olhos, com outra visão, não apenas como um episódio bizarro ou policial, e sim como uma tentativa de entender a sociedade daquele tempo, mostrando não só o canibalismo físico praticado por aqueles dois e pelos que comiam aquela linguiça de carne humana mas, fazer uma parábola do canibalismo que reina na sociedade e que tem até uma certa atualidade hoje. E, se fizer isso, pretendo dar um tratamento literário, porque é o que poderá, digamos, sobreviver ao trabalho, é aquilo que ele tem de literário, de artístico. Hoje, estamos sem referências conceituais para tentar explicar o mundo. A grande teoria explicativa da História e do mundo que era o marxismo soçobrou miseravelmente. Acredito que não sobrou nada do marxismo. Claro que Marx ficará para sempre como um grande economista e como o grande historiador da economia capitalista em uma determinada etapa histórica. Mas, não que ele encerre lições válidas, que nos proporcione uma metodologia científica e muito menos ainda caminhos para mudar o mundo. Creio que é a utopia que morreu. A utopia das revoluções, a utopia de que a classe operária iria transformar o mundo ruiu, não sobrou nada de Marx, salvo, o historiador econômico. Enquanto existir ciência econômica, O Capital será um livro importante, mas não será mais, absolutamente, a bíblia do futuro. Em consequência da

bancarrotas das ciências sociais, a historiografia também está vivendo uma crise muito grande. Mas nem por isso a História em si deixa de continuar a fascinar e empolgar os homens, porque a História é a própria vida das criaturas humanas, mas a vejo como uma entidade irracional, que joga com os homens, que não têm sobre ela nenhum poder. A grande ilusão era a de que fazíamos a nossa história, éramos seus agentes. Essa ilusão morreu e é isso que explica esta apatia, esse marasmo, esse desencanto generalizado, porque ninguém mais tem propostas para o futuro, pelo fato de que ainda nem sempre se pode explicar bem. Sente-se que as forças que hoje comandam o mundo, escapam ao nosso controle e, sobretudo, à nossa racionalidade. Nada há mais irracional do que o computador, a eletrônica e a robótica, e tudo isso constitui o que está se chamando de pós-modernidade. A modernidade tinha como um dos seus mitos fundadores a racionalidade, a crença na racionalidade, o poder dela. Hoje, nós estamos vivendo a era da irracionalidade, a razão está humilhada, impotente. Nós acreditávamos que podíamos derrubar tudo pela razão. Essa foi a mensagem, a herança da Revolução Francesa, mas não considero que ainda vigore.

Estamos vendo, por exemplo, o desaparecimento do Estado Nacional, a grande criação moderna da Revolução Francesa. Estamos vendo a impotência do Estado Nacional diante dos grandes grupos econômicos transnacionais que passam ao lado, por cima do Estado, tanto que, na Europa, estão pensando em abolir o Estado Nacional. E estamos, por exemplo, assistindo, em minha opinião, a morte da política. A política está morrendo e as pessoas descreem cada vez mais da política. Não é só uma descrença devido à desonestidade dos políticos; eles sempre foram assim, em todos os campos. Eles não eram melhores em outros tempos, nem na Grécia, nem em Roma. Mas, é uma descrença na política como meio de solução dos problemas humanos e isto, claro, para muitos, porque, já que o Estado não tem mais a capacidade de resolver os problemas humanos e como a política tem por objetivo conquistar o Estado, não vale a pena fazer política. Daí o esvaziamento dos partidos, também, e isto é um fenômeno universal; não é só em países subdesenvolvidos, mas também nos desenvolvidos. Os partidos perdem filiados, surgem movimentos alternativos que, rapidamente, se estruturam e se organizam, ainda que sem esse nome de partidos. É a crise de uma cultura, da cultura ocidental e que é, ao mesmo tempo, uma cultura a qual todos querem se incorporar. Querem se incorporar, porque ela significa a fruição dos bens materiais que ela cria para a pessoa. Os únicos povos que hoje negam ou recusam a ocidentalidade são os muçulmanos, porque em toda parte as pessoas querem ser ocidentalizadas, se ocidentalizar, apesar desta inanição espiritual que o homem ocidental está sofrendo. Comecei a ter estes sentimentos ainda quando morava em Brasília. Atribuí inicialmente ao fenômeno de Brasília, que é a cidade por excelência da solidão; aliás, o homem vive na solidão em toda a parte hoje. Há mais gente sofrendo no mundo de solidão do que de fome. Mas, Brasília, é, acima de qualquer cidade, a da solidão. Uma cidade de burocratas, uma cidade que ninguém tem passado, não tem história, uma cidade de poder, uma cidade onde estão todos mortos e não sabem. É uma cidade que foi concebida e construída em cima de uma concepção fascista, por um comunista, meu amigo Oscar Niemeyer, porque ela é toda dividida corporativamente. Eu achava que tais sentimentos eram um reflexo de Brasília. Depois achei que era o envelhecimento que nos torna pessimistas, porque sempre me considerei muito cheio de vitalidade, mas achava que estava meio assim. . . me entregando. . . Até que notei uma coisa: fazia muitas palestras, viajava muito, recebia muitos convites, posso dizer que palmilhei o Brasil em todas as direções, de modo que notei que os meus ouvintes jovens também estavam vivendo dentro do pessimismo,

gente com vinte e poucos anos. Logo, não é nem de Brasília, nem do envelhecimento, é outra coisa. E, realmente, era outra coisa, que é isso que nós estamos assistindo, essa sensação de desmoralização; todos estamos nos sentindo desmoralizados. E é claro que isto aí também diminui o elã intelectual e, particularmente, o interesse pela historiografia que continuo lendo muito, mas não tenho mais a fé que tinha; é uma fé que está faltando mas não é só na historiografia. Não há, por exemplo, disciplina mais desacreditada hoje do que a Economia. De todas elas, é a mais desacreditada e pode se dizer que não se consegue planejar nem prever nada; anda-se às cegas. . .

A universidade não tem nada a dizer para o povo. Estamos vivendo uma cultura que está esgotada, esgotada. . . Algo acabou e não sabemos o que é que está começando. Para mim, pessoalmente, muito amargo, porque estamos assistindo, por exemplo, à internalização do individualismo, bem como a perda de todos os vínculos e sentimentos de solidariedade social. Estamos assistindo a uma solidão que aumenta nas criaturas humanas; duas pessoas vivem juntas e se sentem solitárias. Nós só temos que ficar aqui, digamos, na historiografia. E é de todas as Ciências Sociais, a mais difícil, a mais árdua e a mais sacrificada. Nunca se viu um grande historiador jovem. Pode haver um grande poeta jovem, um romancista jovem, até um grande economista, sociólogo, mas, um historiador não, porque a acumulação do saber é muito lenta no campo da História. E ninguém faz, absolutamente, nem de longe, ideia do trabalho que a pessoa teve para construir um pouco, reconstruir a História; acho que ninguém faz uma ideia!

Tenho a impressão de que a historiografia regional rio-grandense é a mais copiosa e abundante que há no Brasil. Não há em nenhuma região, em nenhum Estado tão copiosa historiografia! Isso, em si mesmo, já é significativo. E, também em parte alguma do Brasil, se sente uma paixão tão grande pela região como aqui no Rio Grande do Sul. E qual é a razão disto? São muitas as razões, muitas! Uma delas é a condição geográfica periférica da região, e a sua formação. O Rio Grande ingressa na História dois séculos e meio, três séculos depois do descobrimento, de uma forma muito tardia, e foi um território conquistado pelos próprios moradores. Não foi uma mercê del rei. É uma região na qual o autonomismo é inerente da sua condição geográfica, da sua formação cultural. Isto fortaleceu em muito quando da Revolução Farroupilha, através da qual os gaúchos conseguiram um status federativo, de fato, como de direito. Durante muito tempo eles construíram sozinhos a vida no Sul.

A primeira modernização do Brasil foi iniciada pelos gaúchos em 1930. Este processo de modernização do Brasil – para eterna perplexidade de historiadores e economistas –, a iniciativa não partiu do Sudeste, muito mais rico e mais próspero, mas, sim, daqui, do extremo sul, de uma região periférica. O gaúcho tentou uma segunda modernização com o Jango em 1964, mas foi desastrada. E o envolvimento do Rio Grande na política brasileira lhe tem sido prejudicial. O castilhismo modernizou o Rio Grande a ferro e fogo, fogo e sangue, mas o modernizou. O castilhismo era, radicalmente, federalista autonomista. Com base nisso é que promoveu a modernização do Rio Grande, que era quase uma república independente. O Borges achava que o Rio Grande devia participar da política nacional, mas nunca devia dar um presidente da República, porque aí ele se envolveria nos negócios nacionais e se ocuparia menos dos negócios regionais. O Getúlio conseguiu convencer Borges, em 1930, a ser candidato porque, de fato, os paulistas estavam rompendo o equilíbrio federativo. Mas, Getúlio aí tomou outra direção, instalou um centralismo, que liquidou com a própria economia gaúcha até hoje. O Rio Grande do Sul teria perspectiva para o futuro, no contexto de um novo federalismo, de um neofederalismo, já que a União é,

gritantemente, incapaz de resolver globalmente o problema brasileiro. Não é o caso de se ir para o separatismo, essa quebra da unidade nacional, em que há movimentos e não só aqui mas em toda a parte. Defendo um neofederalismo, um federalismo muito amplo, muito efetivo, porque não é mais possível suportar essa União que espolia e suga os recursos das regiões, que quer planejar e determinar tudo o que elas devem fazer, regulando os mínimos atos da vida das regiões. Só no federalismo, o Rio Grande tem alguma perspectiva. Hoje, nós assistimos a isto: o cenário de que o Brasil moderno ou mais moderno é governado pelo Brasil arcaico ou mais arcaico. Já tivemos dois presidentes da República nordestinos e não só presidentes da República, mas também nos quadros dirigentes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, representantes do Brasil arcaico. Quando nós vemos Antônio Carlos Magalhães pontificar, venerar a União, ele governando de fato o Estado, escolhendo ministros, decidindo como Estado, que é o arcaísmo, é o atraso, a gente sente que tem muito pouca coisa em comum e que, se continuarmos a andar juntos sob a batuta da União, ah. . . ! Vamos também juntos para o brejo. . . ! O Rio Grande está se nordestinizando. Eu tinha muito orgulho do Rio Grande do Sul, sobretudo, quando estava no Nordeste, porque ainda não conhecia no Rio Grande, os extremos da miséria e da desigualdade social que vi lá; mas hoje estou vendo aqui situações que via no Nordeste. Nós tínhamos a estrutura social mais equilibrada do Brasil, a melhor distribuição de renda. Nós tivemos a primeira, mais numerosa e mais rica classe do meio rural, constituída pelos imigrantes; aqui foi a primeira região onde vi isso no Brasil. Tínhamos padrões, por exemplo, de politização e civismo invejados. Hoje, vejo que estamos muito degradados econômica, social, cultural e politicamente. Nunca o Rio Grande teve menos influência na política nacional como atualmente. Considero que a questão não é presidencialismo ou parlamentarismo. Para mim, a questão é centralismo ou federalismo, mas um federalismo amplo, efetivo. O sentimento federalista foi forte desde a Independência. Houve muitas lutas. Os pernambucanos foram pioneiros, com uma diferença: todas as outras regiões em que houve conflitos e, no interior deles sentimentos federalistas – a Cabanagem, a Balaiada, a Confederação do Equador, a Sabinada –, um e outro foram movimentos federais. Outros partiam exatamente desse pressuposto, de que um centralismo, implantado no Sudeste, condenava todos os demais à desgraça, à pobreza. Não podemos esquecer que, quando se proclamou a independência do Brasil, o Nordeste produzia dois terços da renda nacional e os pernambucanos, sobretudo o Frei Caneca, tiveram a antevisão do futuro, do empobrecimento que os esperava com o centralismo da Constituição de 1824. Por este motivo pegaram em armas e se levantaram. Só que todos eles foram derrotados e se renderam incondicionalmente, o que não aconteceu aqui, aqui não. No Sul, a guerra terminou através de uma negociação. Foi o único caso; todos os outros se renderam. Tudo isto, naturalmente, criou, uma consciência histórica muito forte na população desta região. Esta é uma das explicações dos estudos históricos, embora nem sempre originais e, como estava dizendo, muito repetitivo. Não temos, apesar da abundância de estudos, não temos grandes historiadores. O Visconde de São Leopoldo, por exemplo, foi um grande historiador, assim como Aurélio Porto. A História das Missões Orientais é um grande livro. Ele é o primeiro que teve coragem de defender a experiência missioneira e, sobretudo, é uma obra calcada em fontes originais. Quase não temos, no entanto, apesar desta abundância, uma história do Rio Grande do Sul, pelo menos merecedora desse nome. O Guilhermino, começou a escrever e ficou no primeiro volume. . .

A Sandra Pesavento escreveu um livrinho, mas aquilo é um texto mais de divulgação. Curiosamente é um livro. . . caço com ela, cobro dela não ter citado o

Tratado de Madrid, esqueceu de nomeá-lo na História do Rio Grande do Sul. Não temos uma história geral do Rio Grande do Sul. Teríamos aquela do Arthur Ferreira Filho, mas é muito pobre. Ele foi um coronel dos provisórios, participou da Revolução de 1923. .

Do Instituto Histórico, me servi muito do acervo dele, tem muita coisa inexplorada, muita coisa. Já o Arquivo Histórico é muito pobre em recursos. . .

Já faz mais de um ano que está aqui um americano da Universidade de Wisconsin. Ele faz uma tese sobre a cultura popular no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século passado. Estou começando a me encontrar com ele e perguntava se já tinha visto esse autor ou aquele, ou aquele ou outro e ele respondia: ah, já vi. . . já e eu sempre buscando mais algum. . . Ele só ia ao Arquivo Histórico e ao Arquivo Público. Meio preocupado perguntei: e a literatura impressa? Até que um dia ele me disse: não me leve a mal, tudo que foi publicado sobre o Rio Grande do Sul li na minha Universidade. Ele tinha lido tudo lá, eles têm tudo! Estou me lembrando de uma obra que aprecio muito, a do Abeillard Barreto, que não é valorizada como merece. Como não se valoriza o Abeillard Barreto e o próprio Aurélio Porto, dois homens sérios, intelectuais sérios?! O Moysés, que eu conheci, o Moysés Vellinho foi um panfletário, mas tinha um bonito estilo de formação literária.

Fiz várias tentativas de ler as obras de Alfredo Varella. Aqueles volumes inteiros, de fio a pavio, mas não consegui. Acho que ninguém conseguiu até hoje. Certa vez, tive a ideia de ler e fazer um resumo que fossem fatos na obra do Varella; queria enxugar aquilo. Dos seis volumes da História da Grande Revolução, tive essa ideia, cheguei a iniciar, mas desisti, não dá, me perdia naquelas ondas. . . Varella foi um historiador que foi sacrificado pelo mau estilo. E acresce a isso, para marginalizá-lo, o fato de que ele sustentou o caráter separatista da Revolução Farroupilha, no momento em que o Rio Grande do Sul queria se abasileirar.

Há outras coisas que também singularizam o Rio Grande do Sul e são fatores de diferenciação. O Brasil é um país tropical, noventa por cento, mas, é noventa e um por cento tropical. Nós, que vivemos no Sul, nem sempre temos consciência. Além disso, o Rio Grande do Sul é etnicamente europeizado; esse caráter se estende, ainda por Santa Catarina e, mais recentemente, ao Paraná. Não há o forte peso cultural africano que há no Rio de Janeiro que é o mesmo em São Paulo e no Nordeste. De maneira geral, também, não há o peso do indígena que há em toda a região Amazônica, como também em parte do Nordeste. Isso aí é uma coisa que não se pode desprezar; é uma realidade. Não cabe falar em racismo; é difícil dizer isto, logo de racismo. Mas é uma realidade. Aliás, eu ria muito desses tradicionalistas – movimento que vi nascer no fim do Estado Novo –, um grupo de jovens estudantes aí da Campanha, da fronteira, que sentiam, já nessa época, o declínio, a decadência da sua região e quiseram manter vivas as tradições. Lembro que era o Barbosa Lessa, Paixão Cortes, o Antônio Fagundes. . . tinha um médico e estancieiro de Dom Pedrito, Antônio da Silva Neto. . . Sempre me pareceu uma coisa muito ridícula. Mas, em determinado momento, comecei a me perguntar o significado disto que ninguém conseguia e, ainda hoje, não consegue explicar e, principalmente, pelo fato de que, nas regiões de colonização alemã e italiana, o culto do tradicionalismo é maior. Embora os criticasse, me convidaram para o Congresso Tradicionalista em Veranópolis. Fui e achei muito engraçado que, em determinado momento, um cidadão vestido de gaúcho, pilchado foi cantar, de violão em punho, em italiano, em dialeto italiano! Aquilo me marcou, me impressionou, e me perguntei: o que há? Por que os atrai tanto? Depois organizei no Governo Simon o Primeiro Congresso Estadual de Cultura e convidei um professor alemão que tinha morado no Rio Grande do

Sul e que eu sabia que tinha um trabalho sobre a cultura gaúcha. Neste Congresso, veio até o Saramago. . . Este alemão me deu a primeira explicação e a melhor delas sobre isto e sobre a absorção da cultura gaúcha, nas regiões de colonização e imigração. Ele disse: a cultura de descendentes italianos em Caxias e de alemães em Santa Cruz é diferente da cultura do homem da fronteira e da campanha; a cultura no sentido antropológico da palavra, do modo de vida. São sociedades de agricultura moderna e de economias industriais e, com um comportamento cultural que não têm nada que ver com o da fronteira ou da Campanha. O tradicionalismo gauchesco era, segundo ele, uma simbologia que unia todos os habitantes da região e tinha apenas esse sentido simbólico. A partir daí comecei a refletir, a pesquisar e escrevi uma série de artigos sobre isso, lembrando os tempos que iniciaram aquele movimento. . . Lembrando que os farrapos não se denominavam gaúchos, e sim continentinos, porque gaúcho, nesta época, era um termo pejorativo. Ele era um marginal, um contrabandista, um ladrão e essa palavra continuou no sentido pejorativo até depois da Revolução de 1893. Tanto é que, em 1930, a gente ouve ainda falar em sul-rio-grandenses. Depois, é que ocorre a valorização da palavra gaúcho. O movimento tradicionalista valoriza o gaúcho e isso constituía uma aspiração do descendente de italiano e alemão, e posso dizer com uma certa autoridade, pois, pelo lado paterno sou descendente de italianos. O meu avô era italiano, era lombardo de Bergámo. Nasci em Encantado e passei a minha infância numa cidade de colonização alemã, Lajeado. Com o tempo, os italianos tomaram conta. Também morei em Novo Hamburgo. Eu e as minhas irmãs aprendemos, obrigatoriamente, a falar o alemão porque lá só se falava alemão e essa era a maneira de brincar com as outras crianças e havia um conceito pejorativo por sermos gente de Rio Grande. O Bergamaschi do meu nome, escondi para não ser motivo de zombaria. Lembro que a minha mãe sentia muito por isso, mas era verdade. Os colonos, pessoas rudes, falavam um português arrevesado, um mau português e eram considerados rio-grandenses ou, então, gaúcho de segunda categoria e, de repente, estes tradicionalistas ressignificaram a palavra gaúcho. . . Para mim, isto foi uma criação do movimento tradicionalista. Transformou a palavra gaúcho desse jeitinho que passou a identificar todo habitante do Rio Grande do Sul. Sim, o Movimento Tradicionalista deu forma e difusão. Aí está o segredo do êxito deles. Também vejo nisto uma demonstração de irredentismo gaúcho, uma forma de defesa da identidade cultural. Pode ser desdenhado pelos intelectuais, mas fere as próprias raízes; essa coisa tão misteriosa que são as raízes.

Discorrendo sobre locais e documentação sobre a história do Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina há muita documentação – especialmente a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional em Montevideu com riquíssima, extraordinária riqueza de obras raras e antigas e também nos arquivos e na biblioteca de Buenos Aires, referente ao período colonial do Sul. Lembrei que nunca trabalhei na Biblioteca de Rio Grande. . . Continuando sobre a riqueza de documentação em Montevideu, cito, como exemplo, Tau Golín, que encontrou o Diário da Campanha do Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, dizendo ser um documento volumoso e literariamente muito bem escrito; ele ficou encantado com o texto.

Ainda hoje há um grande número de fazendeiros gaúchos no Uruguai, sem contar em Montevideu, onde, também, há esta presença. São famílias de sobrenome português e estão lá há muito tempo. Talvez tenha diminuído essa população com a crise, mas sei que havia muita gente.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul tem um manancial muito rico, mas pouco usado. O horário foi restringido, há poucos funcionários, a leitora de micro-filmes às vezes estraga. Até parece que o governador tem raiva da cultura. . .

Vejo que há um esforço revisionista dos intelectuais de origem alemã e italiana pela historiografia no tocante à história do Rio Grande do Sul. Estão interessados em mostrar o papel histórico que tiveram no Rio Grande do Sul, ou seja, que não é uma história feita apenas pelos açorianos. O discurso dos historiadores de origem lusa foi este: os lusos fizeram o Rio Grande sozinhos, o Rio Grande é a obra deles. O discurso desses historiadores de origem italiana e alemã, mais o dos italianos, demonstra que não, eles também fizeram o Rio Grande e com uma tendência, que até já falei para vários deles, meus amigos, de que caíram num extremo oposto, num radicalismo de negarem a validade e a importância da colonização lusa-açoriana. Eles, às vezes, falam de uma forma como se o Rio Grande fosse obra exclusiva deles. Dizia para o De Boni, Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS que: é preciso saber que os descendentes de imigrantes encontraram o território conquistado, a posse pacífica, instituições jurídicas funcionando, enfim, uma sociedade organizada, já encontraram isso aí e pronto. Não dá para negar a importância da obra do lusitano. Às vezes falam como se também só eles tivessem feito o Rio Grande!

O Frei Rovílio Costa editou muitos livros sobre os italianos no Rio Grande do Sul; tem havido muita produção.

Já os poloneses como grupo, não se destacaram. Mas isso, acho que é mais o resultado das oportunidades culturais do polonês. Os poloneses não só são extremamente católicos como extremamente atrasados porque sempre foram atrasados, como os eslavos. E, então, não tiveram como grupo social, não tiveram uma boa afirmação como os outros, se dispersaram, miscigenaram mais cedo; alemães e italianos tardaram mais a miscigenar. Hoje acho que a miscigenação é muito intensa.

A história dos imigrantes, a própria presença desses grupos começa logo depois da independência. Aquele lusismo do Moysés Vellinho e outros tantos é uma coisa muito quadrada. Este quadrado é, naturalmente, uma reação contra a decadência que ocorre em todos os sentidos: a decadência econômica e também a política. No momento em que vem o sufrágio universal e, mais ainda, as populações de origem migratória aumentam e crescem, muito mais do que as da Campanha, passando a ter mais peso político, vai provocar reações como a do Moysés. Para ele, estava havendo uma descaracterização do Rio Grande, que tinha que ser luso; resultado também dessa decadência foi até em sentido pessoal. O Moysés viveu essa decadência. . . Interessante porque se vê televisão e a publicidade toda é feita na base do folclore gauchesco, ouseja, os descendentes de imigrantes não conseguiram criar um folclore próprio e isso, acho, que não dá para mudar mais. Mas, é claro, se o nordeste do Brasil é a região da Campanha, é a cruz do Rio de Janeiro que o Rio Grande tem que carregar, o latifúndio da Campanha é o que incha as periferias urbanas. Acho que o Rio Grande fez uma reforma agrária. A reforma agrária foi a imigração e também acho que foi uma das alavancas do Rio Grande, aquele reformismo agrário que parou. Então, os melhores agricultores do Brasil, os rio-grandenses, tiveram que sair daqui para buscar terra; primeiro em Santa Catarina, depois no Paraná, depois no Brasil central, até na Amazônia. Os gaúchos são os melhores agricultores do Brasil. . .

No sudoeste do Paraná, onde estive, há nove ou dez cidades com nomes gaúchos: Nova Westphalen, Nova Panambi. . . sob o domínio de gaúchos descendentes de alemães e de italianos e alguns poloneses. Interessante, ali houve uma reforma agrária, pois havia dois grandes latifúndios: o da Mate Laranjeira e o do grupo inglês

Colônia Inglesa. Exportavam erva e madeira através do Rio Paraná e aquilo ali ficava praticamente fora da jurisdição brasileira. O Prestes operou a Coluna, recrutou gente, desorganizou aquilo ali e essas forças, infelizmente foram à falência. Um grupo de capitalistas, como diziam na época, de Porto Alegre, comprou esses dois latifúndios, lotearam e colonizaram, tudo planejadamente. Levaram para lá médicos, dentistas, artesãos e a liberdade religiosa. Em cada uma das cidadezinhas há uma igreja de cada confissão: Católica, Protestante, Metodista, e assim por diante. Eles tinham até Assembleia de Deus, são muito prósperos e têm um padrão de vida europeu. Este processo começou depois de 1930. Foi nestes anos que um grupo de capitalistas de Porto Alegre fez isto. Acabaram perdendo dinheiro, inclusive.

Certa vez, já no fim da vida do Prestes, no Rio, eu participava de um debate e ele também. Terminado o evento, conversei com ele, perguntei se sabia que ele tinha acabado com dois grandes latifúndios ali. Respondeu que não sabia disto. Então contei para ele, ficou encantado e disse: eu não sabia que tinha feito isso, não era minha intenção. Ele recrutou gente que eram trabalhadores escravos e incorporou-os à Coluna, requisitou gêneros, bens, tudo para operar, quer dizer, atravessar para a Bolívia e arruinou as duas empresas. Hoje, na área está a agricultura mais moderna do Brasil, um padrão de vida europeu de primeiro mundo. São cidades de jovens; todas elas têm as suas faculdades. Fui dar curso lá, numa determinada universidade, o reitor tinha vinte e seis anos e o prefeito tinha vinte e dois anos, são todos jovens, assim. Notável! Notável! Mas racistas, porque eles me mostraram um gueto onde vivem alguns negros; vivem num gueto. Viajando de carro com o reitor, ele disse:

- Olhe aqui, aí é que moram os negros.

Eu disse:

- Espera aí. . . espere, deixe eu ver isso aí, vamos descer.

Respondeu ele:

- Não, aí é uma negrada, não vale a pena!

Insisti:

- Não, vale a pena sim.

Os negros faziam os trabalhos mais humildes e viviam segregados. A nossa historiografia nega a existência do negro, nega. Como se ele não tivesse existido. Acho interessante investigar porque razão acabou havendo tão pouco negro no Rio Grande do Sul. A presença do negro foi muito grande mas agora é muito pequena aqui. Onde é que eles foram parar? Acho que foram embora. O Sul é um ambiente muito hostil, muito isolado, tudo é branco aqui, é como na Argentina. Na Argentina não se vê negro mas, a Argentina teve muito negro. Eles mesmos não conseguem explicar onde é que foram parar aqueles negros. Há várias versões: umas dizem que, quando o São Martin foi libertar o Chile, a força dele foi constituída de negros. Ele engajou os negros, todos morreram, e em outra guerra com os índios também. Não sei qual é o fundamento, mas não encontrei nenhum historiador argentino que explicasse o destino que tiveram os negros argentinos. E outro ponto: quando eu digo que Brasil é produto da escravidão, se vê até hoje na condição do negro e também na peculiaridade do racismo brasileiro, já que nenhum brasileiro admite que seja racista ou que haja racismo. Num debate na televisão, no canal 12, uma noite, no programa do Ostermann, um rapaz que conheço, já trabalhamos juntos, o Mário Maestri, disse como costuma dizer: não, no Rio Grande, não há racismo, há um problema de classe, um problema social. Eu digo: escuta, mas então os negros constituem uma classe, formar uma classe de brancos, isso é o contrário do conceito de classe! Ora, só há uma coisa, por exemplo, que diz tudo no Brasil: por que razão os pobres são os negros e os mestiços? Aí o Mário diz: não, não mas já se vê crianças

loiras. . . É, já se vê, é verdade, crianças claras, loiras, até de olhos azuis que descendem de alemães e de italianos e que são pobres, mas são casos isolados. A grande massa de miseráveis são negros e mestiços. Quando morei no Nordeste, fiquei espantado com uma coisa: eu nunca vi um branco fazendo trabalho pesado, nunca! Nunca! Branco não faz trabalho pesado; é só negro e mestiço. Branco é sempre de classe média. Não é preciso ir longe. No Nordeste, no Rio de Janeiro, entre aqueles miseráveis não se vê branco; é negro, é mestiço. Há um racismo tremendo, só que, os brasileiros se recusam a encarar isso como tal. E a pergunta que faço é: como é que se explica que os pobres, os miseráveis sejam os negros e os mestiços? A maioria deles, por exemplo, é verdade, está em Porto Alegre, muito poucos no interior. Eles são afugentados para a cidade grande, mas, sem dúvida nenhuma, é uma etnia discriminada, porque a vida para o branco no Brasil não é tão ruim assim não; não é não. A vida é ruim para eles, os negros. Sempre me espantei de ver, por exemplo, a intelectualidade de esquerda marxista: não, não, isso é um problema de classe, não é um problema étnico. Porque, claro, todos os conflitos dentro do marxismo são conflitos de classe; não há conflitos étnicos, religiosos, linguísticos e culturais. Antes não havia isso e tudo tinha que ser conflito de classe. Só que é uma coisa estranha: uma classe não é determinada pela cor da pele, pela posição na economia, até porque, de maneira geral, eles estão excluídos da vida econômica, são os párias brasileiros. Não há maneira da esquerda entender a especificidade do problema do negro no Brasil. Que a direita não entenda, é uma coisa, mas a esquerda?! Isto mostra realmente o dogmatismo da esquerda, a incapacidade de ver essa especificidade, ou seja, o problema racial, do mesmo modo, por exemplo, que a esquerda até hoje não absorve, não se identifica com o problema ecológico; digamos uma nova esquerda ecológica. Mas o grosso da esquerda não se sensibiliza, fazem de conta porque está na moda, mas não se sensibilizam com o problema ecológico, não compreendem que a utopia da nossa época é a luta para salvar não só a natureza como a própria sociedade. Atualmente é o que há de novo: a ecologia é contra a miséria, a miséria é antiecológica, mas a esquerda não sente isto, não se sensibiliza”.

Agosto de 1992

Depoimento 2

“Gostaria de falar sobre o meu passado. O meu avô paterno, luso-brasileiro, foi prefeito de Estrela por vinte e cinco anos, durante o governo do Doutor Borges de Medeiros. O meu avô materno era italiano, um lombardo de Mântova e era músico. Músico e que, se instalando em Encantado, não podendo viver da música, organizou uma orquestra, mas sobrevivia com o trabalho de alfaiate. O meu pai, servidor público estadual, conheceu em Encantado minha mãe e lá eu nasci. Depois, passei parte da minha infância em Lajeado, e, posteriormente, morei em Jaguari, Novo Hamburgo e, finalmente, Porto Alegre. Vivi em Novo Hamburgo, juntamente com minhas três irmãs e meus pais, numa época em que esta cidade ainda era muito alemã. Praticamente só se falava o alemão, o que nos obrigou, a mim e às minhas irmãs, a aprender o alemão, que falávamos fluentemente. Acontece que. . . as crianças, infelizmente, com muita facilidade aprendem uma língua estrangeira e, com igual facilidade a esquecem e eu esqueci completamente. A minha irmã mais velha, já falecida, ainda falava um pouco do alemão. Mas isto era muito significativo porque as pessoas, de origem luso-brasileira e, em parte, de italiana, se sentiam muito isoladas, até sofrendo certa discriminação. Posteriormente, meu pai, que foi exator estadual, foi demitido em 1937,

com base no artigo 177 da Constituição do Estado Novo; o curioso é que o filho, em 1964, iria ser cassado também. . .

Vivíamos em Porto Alegre, ali no bairro Bom Fim, na Rua Barros Cassal, quase defronte à sinagoga. É curioso, foi ali que, de duas formas, despertou em mim, uma posição antirracista, que conservei por toda a minha vida e que, depois, me levou, sobretudo, à pesquisa sobre o racismo mais importante, mais sério, dramático, que era o vivido pelo negro. Não é em relação ao judeu. É ao negro, na minha opinião. Mas, em todo caso, o que vou narrar foi em relação a um judeu. Eles despertavam o racismo, porque aquele era um tempo que comerciar, e havia comerciantes judeus muito humildes, era bater de porta em porta, vendendo roupa, gravata. . . eles inventaram a prestação. Era uma coisa que eu não sabia. Lembro que meu pai chegou em casa falando na prestação. Dizia que levava a mercadoria sem pagar; eram os judeus que vendiam, os judeus e tal. . . Ali no Bom Fim, eram também comerciantes de móveis e, no entardecer, sentavam na calçada e tinha um velho judeu, para mim parecia muito velho, sempre que passava ali e nos dava balas. Um dia, vi quatro robustos rapazes, de camisas verdes, chegarem e espancaram o velho. Deixaram ele sangrando. Foi uma cena terrível para mim e para a Helena, minha irmã mais velha que estava comigo. Sobretudo lembro que, quando a gente voltava para casa, ela dizia: se ele morrer, não vai mais nos dar balas! Posteriormente, também teve um problema familiar. Minha segunda irmã se apaixonou por um rapaz judeu e o casamento não se realizou por oposição das duas famílias. Essa família judia morava ao lado da nossa casa, na Rua Tomaz Flores, para onde nós nos mudamos. Tanto a minha família como a família dele se opuseram, terminantemente, ao casamento. A família dele rompeu relações com a minha por causa desse namoro. A minha mãe disse que se mataria se a minha irmã casasse com um judeu. Ele estudou Engenharia, se tornou oficial do Exército, oficial-engenheiro e chegou a general, chamava-se Isaac. Ele nunca casou. Nos caminhos da vida, me encontrei com ele. E é coisa curiosa, que um celibatário chegasse ao generalato. Essas coisas, em mim, despertaram um sentimento de antirracismo.

Fiz o ginásio no Colégio Rosário e Faculdade de Direito. Na Faculdade de Direito me tornei um militante comunista, ainda na ilegalidade, em pleno Estado Novo. Nunca me esqueço, quem me recrutou foi um jornalista que trabalhava na Folha da Tarde, conhecido pelo nome de Josino Campos, cujo nome real era Isaac Axelrud; ele depois morou em Israel e lá ele brigou, rompeu, achou que Israel estava tomando um rumo muito direitista. Morreu faz poucos anos no Rio de Janeiro. Ele me recrutou numa noite muito fria, na primeira Casa do Estudante que houve, na Rua Duque de Caxias, mais ou menos onde hoje é a Fundação de Economia e Estatística. Com isso, me tornei dirigente estadual do Partido Comunista.

Fundei, com o Dyonélio Machado, o primeiro jornal diário comunista, A Tribuna Gaúcha, que ficava na Rua da Ladeira. Na verdade, Dyonélio era deputado estadual e não se ocupava do jornal; quem se ocupava dele era eu. Antes, eu tinha trabalhado na Editora Globo, na Revista do Globo, daí fui para o Correio do Povo, onde, à noite, traduzia o serviço internacional do inglês para o português, juntamente com o Mário Quintana, o Raul Riff, que foi assessor de imprensa do Jango e o Alberto André que chegou mais tarde. Saindo do Correio é que fui fundar A Tribuna Gaúcha. Ah! Antes eu tinha dirigido, até esqueci, na Faculdade, um jornal que tínhamos, O Minuano, e uma revista cultural, que saía uma vez por mês, que também dirigi, chamada Felpa. Era a abreviatura de Federação dos Estudantes Libertários de Porto Alegre; tenho alguns números da Felpa. Em 1948, deixei o Partido, me formei em Direito e comecei a advogar, mas continuei trabalhando nos Diários Associados, ou seja, no Diário de Notícias.

Estive na ilegalidade de 1943 até 1948. Interessante que saí neste ano, mas, apesar disso, passei o resto da vida com o estigma de comunista. Continuei marxista até o início dos anos 1980; no começo desta década senti a agonia do marxismo, do regime socialista, do socialismo real. E me lembro de que estava morando em Maceió, onde fui professor na Universidade Federal de lá e na de Pernambuco, Recife, e colaborava, regularmente, com um artigo por semana, na Folha de São Paulo, na terceira página. Está um pouco caótica minha narrativa. . . mas não tem importância. . .

O meu rompimento com a Folha de São Paulo se deveu ao seguinte: era um aniversário de Marx, acho, e escrevi um artigo anunciando a morte do marxismo, do socialismo real. Naquele tempo, os uspianos que, praticamente, controlavam a Folha conseguiram censurar meu artigo, e ele não foi publicado. Eu não estava fazendo propaganda, mas anunciando a morte do marxismo. Lembro que o Otávio Frias Filho, que era o diretor naquele tempo, como ainda é hoje, me telefonou querendo saber por que eu não escrevia mais. Disse: não, Otavinho, não aceito censura. Já tem a censura aí, da ditadura, mais a de vocês?! Ele tentou explicar e eu disse: não, não escrevo, só se publicarem meu artigo. E ele disse: mas isso vai me criar problemas. Ele ficou de pensar e ficou por isso mesmo. Mas, minha vida jornalística, se encerrou por aí, a de jornalista militante. Acho que o jornal que trabalhei foi o Diário de Notícias. Aí conheci muita gente, o Getúlio Vargas, até passei uma temporada com ele em Santos Reis, conheci o Osvaldo Aranha. . . De Gaulle. . . Depois comecei a advogar, até que, em 1961, fui para Brasília com o Jango, trabalhar na Fundação Brasil Central e, de lá, fui para Montevidéu, onde vivi oito anos. Foi ali que comecei a trabalhar em História; fiz o curso de História na Universidade de Montevidéu. Depois fiz uma Pós-Graduação, tendo como orientador Albert Soboul, que ia lá periodicamente. Ele foi um dos grandes historiadores da Revolução Francesa; hoje é muito questionado, sobretudo pelo François Furet. Mas o que me levou a me ocupar de História foi uma. . . não sei se já contei isso. . .

É o seguinte: durante algum tempo, em Montevidéu, se acreditou nos meios culturais brasileiros, que seria possível – sobretudo o Brizola acreditava nisso –, organizar um contragolpe, já que ainda restavam bases importantes das forças vencidas. E havia sinais nesse sentido, inclusive visitas de militares de alta patente, coronéis para conversar sigilosamente. Havia a convicção de que seria possível um contragolpe. . . Então, se resolveu que, ao entrar no Brasil, seria lançado um Manifesto, no qual se diriam as razões do Movimento. Resolveu-se dividir o Manifesto em duas partes: uma parte histórica, na qual nós nos propúnhamos, como continuadores de todas as lutas populares brasileiras; essa parte foi atribuída a mim, ao Aldo Arantes e o Betinho, que eram dirigentes e líderes da Ação Popular/AP. O Aldo Arantes foi recrutado do PC do B. A parte política foi entregue ao deputado Marques da Costa dos Santos e não me lembro a quem mais. . . O fato é que nós falávamos em lutas populares, mas não sabíamos bem o que era isso. Então, fomos para os livros, principalmente eu, na Biblioteca Nacional de Montevidéu; ela é muito boa, com uma Brasileira excelente, além do que o público brasileiro é muito bem recebido. Debrucei-me na História do Brasil, mas, veio, sobretudo, a interrogação sobre o Brasil: por que tinha acontecido aquilo ali? Foi quando me deparei no Varnhagem, com doze ou quinze linhas sobre Palmares, e lembro que ninguém tinha ouvido falar naquilo e que era citado no Manifesto, entre outros movimentos populares. Acontece que o contragolpe não saiu e o Manifesto ficou no papel. Só que, em determinado momento, percebi que não ia haver absolutamente nenhuma mudança. Na verdade, já era cético. Cheguei a Montevidéu, fui visitar o Darcy Ribeiro, que estava num hotel na Rambla, o Hotel Libertador San Martin. Quando vou entrando no hotel estava saindo o Jango apressado e disse: olha, o Darcy está lá em

cima. Me despedi e, conversando com o Darcy, respondi que aquilo, no Brasil, veio para ficar muito tempo. Ele respondeu: tu estás completamente cego! Dentro de seis meses o Jango vai voltar nos braços do povo! O Brizola também acreditava nisso: coisa de meses! O mais cético era o Jango. . . O fato é o seguinte: cheguei à conclusão de que não ia haver nada. Falava-se em guerrilha, etc, e eu dizia: nada disso, não vai acontecer. Alguns acreditaram, como o coronel Jéferson; deram, como se diz, com a cola na cerca. Coitado do Jéferson, naquela guerrilha de Três Passos. . . Então, me dediquei a ler a história do meu país, suguei tudo que pude encontrar em Montevidéu e em Buenos Aires, até que entrei, clandestinamente, no Brasil. Fiz duas viagens clandestinas. Na segunda, fui até o Recife e Maceió e, na volta, achei que a polícia estava no meu encalço. Foi quando acabei me refugiando na casa de uma senhora – acho que contei este episódio, está no livro do José Luiz Werneck da Silva –, uma senhora fascista, que tinha perdido um filho fuzilado pelos partigiani. E o livro foi publicado primeiro em espanhol e por aí continuei trabalhando, mas ainda com. . . Era da época ainda da ideia da luta do levante popular, para mudar as coisas no Brasil. Acreditávamos, realmente, que o povo poderia, através de um levante violento, mudar o Brasil e, claro, seríamos a vanguarda esclarecida do povo. Até o momento que me dei conta de que aquilo. . . a revolução tinha acabado! Acabado! Cheguei a reunir muito material, porque ia com muita frequência a Belém do Pará. Ia, pelo menos, duas vezes por mês e morava em Brasília. Lá, tomei conhecimento da Cabanagem. Ela foi a guerra civil mais sangrenta da história brasileira; não foi a Farroupilha, como se diz. Chama-se Cabanagem, foi paraense e o único caso na história brasileira em que a massa, a massa mesmo, tomou o poder; esteve no poder um ano. Enfim, nós, brasileiros, não conhecíamos a nossa História. Reuni muito material, acho que cerca de cinco mil fichas, a maior parte de fontes primárias dos arquivos paraenses, muito bem organizados, melhor que os nossos aqui. . . E, até tinha um título provisório o meu trabalho: A Epopeia da Ralé. Mas acabei não escrevendo, porque, de repente, me dei conta de que, como disse, a revolução tinha acabado e não havia mais ouvintes para esse tipo de discurso. Ou seja, que a modernidade – que tinha ainda entre seus mitos a revolução – estava passando e que havia algo de novo que tornava anacrônico aquele discurso. Acabei não escrevendo esse livro. Estou com o material até hoje e disposto a dar de presente a quem se comprometer a utilizá-lo. Há muita coisa a falar sobre a Cabanagem em termos intelectuais.

Bem, fui advogado, militante, advogado dejúris; já fiz muito júri. Sempre tive muito gosto pelo popular, pelo público. . .

Retomando, a Fundação Brasil Central havia sido criada por Getúlio Vargas para promover o desbravamento e o povoamento do Brasil Central; era uma instituição que tinha fundos, recursos próprios pela seguinte razão: o Getúlio, quando o Brasil entrou na Guerra, encampou as marcas patentes de cem utilidades industriais alemãs, sobretudo da farmacologia. E todas essas marcas como Aspirina, Mitidal, grandes marcas de laboratórios alemães, passaram para a propriedade da Fundação Brasil Central, que tinha aí sua fonte de recursos. Inclusive, construiu duas cidades no Brasil Central: Aragarças e Xavantina. Tinha também uma estrada de ferro no Pará, uma frota de oito aviões. . . A parte do Brasil Central era administrada pela Fundação, indiretamente. Tive problemas com conflitos de terras, o que me levou, também, a conflitos com políticos, como com o governador do Mato Grosso, o governador de Goiás, e que foram uma das razões que me levaram à cassação depois. Lembro que pedi reforço do Exército para garantir a posse da terra porque estavam sendo intrusadas, griladas por grileiros. Ao mesmo tempo, criei uma fonte de incompatibilidade porque

o Brasil, na época, estava negociando um tratado com a Alemanha, e ela estabeleceu, como condição para o tratado, a devolução dessas marcas industriais. Lembro-me do Santiago Dantas, que era Ministro das Relações Exteriores e me convidou para ir a Paris. O encontro seria com os alemães. Nunca me esqueço, fomos para o Hotel George V, na Champs-Élysées, luxuosíssimo, nunca mais me hospedei num hotel daquele tipo e, também, nunca tomei vinhos como os vinhos que tomei com o Santiago Dantas. . . Nas negociações me mantive duro. Mas, depois, o Jango me fez ver que era o caso de abirmos mão daquilo. . . Claro que tive que concordar, o presidente queria. . . Acontece que uma pessoa, ligada a mim, impetrou um mandado de segurança para impedir a renúncia da União a essas marcas e patentes. Estou me lembrando de que quem havia assumido o compromisso de devolver essas marcas à Alemanha foi o Juscelino. Ainda assim, o Congresso legislou devolver as marcas. Essa era a função da Fundação Brasil Central e, como disse antes, administrava a região; para mim foi uma experiência muito interessante. Estava na Fundação quando fui cassado na primeira fornada pelo Ato Institucional número dois; o A número dois saiu logo no começo de abril. O AI um foi o que instituiu a Revolução, o outro foi o das grandes cassações; aí é que fui para Montevidéu.

Voltando de Montevidéu, onde não foi absolutamente horroroso. Acho que foi um encanto aquele ciclo, porque a gente aprendeu muito. Montevidéu era uma cidade civilizada e culta como nenhuma outra do Brasil, era um microcosmo da América Latina porque lá havia exilados de toda a América. Mas, quando retornei do exílio, comecei a advogar, até que assumi como advogado a defesa de brasileiros que foram presos por motivos políticos no exterior. Foi então que me surgiu um convite do reitor da Universidade Federal de Alagoas para entrar naquela Universidade. O convite, na verdade, surgiu da seguinte maneira. O Gilberto Freyre realizou, acho que em 1981, não. . . foi antes, em 1980. . . acho que 1981, o III Congresso de Cultura Afro-Brasileira. Ele tinha feito dois, porque os Anais eram e são, até hoje, uma fonte importante para quem quiser estudar o negro no Brasil. E o Gilberto, depois de um longo período sem nada fazer, resolveu realizar o terceiro e me convidou. O Gilberto era um conservador, apoiava os militares, mas mantive correlações com ele e sempre defendi o Gilberto intelectual, o escritor, dizendo que ele ficaria pelo estilo, como o Euclides ficou pelo estilo. Mantive relações pessoais de amizade com ele. Ele se enterneceu muito com isso, porque foi objeto de uma discriminação muito severa. Ele disse assim: tenho uma surpresa para você no final do Congresso! Abriu a cortina e era uma teatralização do meu livro *Palmares*. Uma teatralização! Tenho uma fotografia com os artistas, fiquei muito comovido. . . O Gilberto era um homem assim, com esses gestos! Eu era muito convidado para ir ao Recife e ia sempre visitá-lo.

O reitor da Universidade de Alagoas veio a Porto Alegre, me fez um convite, se eu não queria dirigir um projeto de pesquisa sobre *Palmares* na Universidade; fiquei de pensar. Fui. Houve um problema: eu não tinha título no Brasil. Mas fui professor, porque providenciaram *Notório Saber*. Foi de favor, foi de favor. Aliás, acho que é sempre de favor. Para me habilitar a ocupar a cadeira, o CNPq me deu ajuda, ganhava muito bem, até que resolvi vir embora; o projeto já não estava funcionando e eu me sentia insatisfeito. Na verdade, eu fui para Alagoas, em 1977, e percebi depois que a ideia de me convidar foi do Golbery Couto e Silva. . . Foi pelas causas que eu assumia em defesa de brasileiros no exterior que causavam muita celeuma. Uma delas, sobretudo, tinha tido repercussão internacional – a da Flávia Schilling, em Montevidéu. Fui eu que levantei, inicialmente, o caso Flávio Koutzi. Depois, como não pude me ocupar, entreguei para o deputado Soares, e este foi o momento que passei a

ter um verdadeiro poder na mídia brasileira. Depois da minha defesa, do brilho que fez em Montevideu, Flávio Tavares. . .

Comecei também e me ocupar de outros casos. Também do ex-Coronel Gérson Cardin de Alencar Osório, de Três Passos. . . Retomando, a ideia do Golbery foi a de me tirar daqui. Acontece que eu não aguentava mais aquele tipo de trabalho. Não ganhava nada, com quem não tinha dinheiro, e ainda tirava do meu bolso. Aí começaram as brigas políticas, essas coisas, digamos, da esquerda, esta autofagia da esquerda; eu estava cansado! Mas desconfiei, na época. Mais tarde vim a saber que, realmente, tinha sido ideia do Golbery. De mais a mais, aquela era uma época em que se tornou verdadeira moda nas universidades brasileiras discutir o problema do negro e, para tanto, se realizavam simpósios generosamente financiados pelo governo, com viagens de um extremo ao outro do Brasil, hospedagens em hotéis de cinco estrelas, generosos cachês e, mais ainda, a babação muito grande de negros intelectualizados. Realmente comecei a achar muito estranho aquilo, comecei a indagar, até que, finalmente, descobri que a ideia também tinha sido do Golbery. O Golbery estava impressionado com o que acontecia nos Estados Unidos – com o movimento negro norte-americano – e estava com medo que se repetisse aqui. Então, resolveu canalizar para o debate acadêmico, convocando uma discussão para dar uma forma. . . porque o medo, a preocupação era que surgisse um movimento de bases populares como nos Estados Unidos; aqui nunca aconteceu. O negro nunca conseguiu criar um movimento de massa no Brasil. O medo do Golbery era esse. Daí a ideia dele de canalizar para a área do debate acadêmico, dar um lastro acadêmico e deu certo, funcionou. Ele era um homem muito inteligente. Nunca falei com ele pessoalmente.

Aí deixei a Universidade. Aconteceu uma coisa curiosa: expliquei para o reitor que me sentia frustrado, me sentia estrangeiro no Nordeste e ele me disse: ah, tem praia aí, Nordeste é assim. . . ! E me lembro de que, aí talvez eu tenha feito confusão no pedido de demissão de uma Universidade Pública, incondicionalmente; mas o Nordeste é o Nordeste. . . Mais de um ano depois, viajei para lá e fui visitar o reitor, que tinha sido gentil comigo. Quando ia passando, uma funcionária do Departamento Financeiro me disse: olha professor, já depositamos o seu salário.

- Como meu salário?

- Não, seu salário no Banespa.

Não encontrei o reitor. Então, fui ao Banespa para ver e achei estranho que o gerente, quando me viu, se levantou e veio ao meu encontro. Aí soube que era correntista e que, com aquela inflação, eu mantive o dinheiro parado na conta corrente durante um ano. Meu salário ainda vinha sendo depositado mensalmente! No dia seguinte falei com o reitor. Ele disse: olha, você vai ter que receber esse dinheiro. Eu disse: não, tu estás me deixando muito mal. E ele: eu me esqueci do seu requerimento e não deram baixa, não tomaram conhecimento! E me disseram que se quisesse poderia até vir para cá e continuar recebendo. O reitor me insinuou isso aí; é isso. . . Bom, fui anistiado e reassumi meu cargo de Procurador Federal, em Brasília.

A anistia foi promulgada em 1979, e em 1980 foi efetivada. Reassumi o cargo e o exerci por algum tempo. Foi quando ingressei como presidente no Comitê Nacional de Anistia, porque se lutava por uma segunda anistia, já que a primeira tinha beneficiado unicamente aqueles que haviam sido atingidos por Atos Institucionais. Aqueles que tinham sido demitidos de empresas estatais ou de outros cargos públicos, sem ser por Atos Institucionais, ficaram de fora da primeira anistia. Então, o movimento foi para uma segunda, que acabou sendo feita e que beneficiou outros não punidos por Atos

Institucionais, e nisto fui envolvido como presidente no Comitê Nacional de Anistia. Nesta condição, viajei por todo o Brasil, me reunindo com anistiados. E lembro-me de conseguir que, alguns poucos ministérios estatais concedessem espontaneamente a anistia antes de vir a lei e, foi muito interessante que o primeiro ministério que, espontaneamente, anistiou os funcionários da Petrobrás – eram em número de mais de seis mil – foi o do Aureliano Chaves, no Ministério de Minas. Tive problemas com os ministros progressistas, inclusive ex-exilados, como o meu amigo, que foi ministro da Previdência, foi governador da Bahia, o Waldir Pires. Quando o Jango foi derrubado, ele ainda era Consultor Geral da República, depois foi Ministro da Previdência e Governador da Bahia. Os progressistas foram os mais difíceis. . .

Finalmente, por 1985, 1986, não lembro bem, retornei a Porto Alegre; sentia muita falta de Porto Alegre. Muita falta da cidade, porque tinha me aposentado e não gostava de Brasília. Nenhuma das duas vezes em que morei lá gostei da cidade. Quando Juscelino estava construindo Brasília, escrevi muito contra a sua construção. Ele me levou num fim de semana, fiquei hospedado com ele no Catetinho; ele queria me persuadir da importância da construção de Brasília. Voltei a Porto Alegre, tive um leve envolvimento com o PMDB até a eleição do Simon. Aí fiquei no governo Simon porque participei do Conselho Estadual de Cultura; coordenei o I Congresso Estadual de Cultura. Foi um acontecimento interessante aquele, mas, depois me afastei totalmente. Até formalizei meu pedido de desligamento; não tinha mais interesse na militância partidária.

Estou, naturalmente, amargando o pessimismo de todos nesse fim de século, fim de milênio, sem enxergar nada para o futuro, mas sem, absolutamente, chegar ao pessimismo que, acho, da maior parte da esquerda. Acho que o neoliberalismo é o fim, que a História chegou ao fim! Aquilo que o Fukuyama dizia, em outra base, também expressa isso, que a globalização pusera um ponto final à História. Isto aí é uma coisa reacionária. Acho que é tão reacionária quanto foi a Revolução. Acho que é preciso domesticar essa globalização como foi domesticado o capitalismo industrial. Colocar a serviço do homem, acho que ajudaria muito se, no momento, ela, pelo menos, moderasse os piores efeitos da globalização e da economia de mercado, que é preciso aceitar porque não há nenhuma outra alternativa. As novas tecnologias podem melhorar muito a condição do homem, porque é preciso enterrar os mitos que já morreram e criar uma nova mitologia que nos ajude a viver. Não sabemos a forma que vai ter. . . se pós-industrial e pós-moderna, mas acho que o processo de ajustamento e transição é doloroso e brutal; ele culminará em outros tipos de movimentos, de lutas, de esforços para, como disse, domar essa besta selvagem. . . Mas não é o fim da História. E, no mais, continuo entregue ao meu prazer de reabilitar um pouco a verdade do passado e acho que tenho sugestões muito importantes.

Encerrei muitos projetos, mas volta e meia reabro um deles. É um livro, provisoriamente, intitulado O Homem que Inventou as Ditaduras no Brasil; homem esse que seria o patriarca político do Rio Grande, o Julio de Castilhos. O livro também focaliza a guerra civil de 1893, de parte a parte, e acho que fiz algumas descobertas interessantes no tocante não só da guerra civil, mas também da política da época. Estou convencido, mais do que nunca, de que, realmente, Julio de Castilhos inventou certo tipo de poder de ditadura no Brasil. Ele foi um déspota, um ditador no sentido integral da palavra e compreendi agora, melhor do que nunca, porque razão a esquerda sempre viu com muita simpatia o Julio de Castilhos e o castilhismo. Porque a ditadura castilhista era invocada como progressista e era uma maneira de legitimar a própria ditadura stalinista, ou seja, a força do regime discricionário para promover

mudanças progressistas. O argumento de que os estancieiros eram, naquele momento, já um setor que estava ficando para trás e que eram reacionários, não bate, nem é aceitável porque eles tinham, no mínimo, o direito à representação política que lhes era negada. Era negada pelo regime castilhistas e, sobretudo, acho que a causa deles era justa, naquele momento, porque lutavam contra uma ditadura. E, sem dúvida nenhuma, apesar da realização de eleições, que eram, como a gente sabe, a fraude sistematizada, pelo fato de que o presidente do Estado fechava nas mãos os poderes Executivo e Legislativo e, indiretamente, também o Judiciário. Ora, onde o Executivo faz as leis, há uma ditadura; esta evidência clara, insofismável, não é perseguida. Vi nessa minha pesquisa reforçada toda essa tese do platinismo no Rio Grande e manifestada sob todas as formas, inclusive a do caudilhismo, que negam que existisse aqui, que fosse igual ao platino, o que é uma bobagem muito grande. Mostro que tanto Julio de Castilhos como Silveira Martins sabiam das degolas e fechavam os olhos e viam na degola um meio de inspirar o terror no inimigo. E o Ambrose Bierce, aquele grande jornalista e escritor americano, que fez a cobertura da guerra civil, dizia que não eram muito avançadas porque degolavam ainda com facão. Já fazia um século que os franceses tinham inventado uma máquina de degolar e aqui se degolava artesanalmente. Também descobri coisas interessantes sobre Porto Alegre no final século XIX: ela vivia algo como uma Revolução Industrial. Descobri, por exemplo, que, pelos menos cinquenta por cento dos trabalhadores da nascente indústria porto-alegrense eram crianças, de nove, dez, onze, doze anos que trabalhavam uma jornada de quatorze a quinze horas por dia e dormiam nas fábricas. . . Também consegui entrar nos bordéis da época e a prostituição infantil já existia. Meninas de dez, onze, doze anos. . . A maioria das prostitutas de bordel eram meninas dessa idade! Havia um só de homossexuais, de meninos. Botam uma folha de parra no passado. . . Dá a ideia de uma sociedade totalmente idealizada e havia dessas coisas! E não só os homens, mas também as mulheres praticavam o adultério; tinha bastante. . . Mas, sobretudo, aumentavam o sentido de mostrar que o Rio Grande tinha sido um modelo de ditadura que fez escola no Brasil. Claro, com algumas interrogações sobre não só o autoritarismo gaúcho, como também o irredentismo gaúcho.

Embora a maioria da população não tenha consciência ou não articula conscientemente, é muito claro, muito veemente que se manifeste, de diversas formas, esse movimento tradicionalista; é uma manifestação separatista, sem dúvida nenhuma. . . Não é por acaso que a data da Revolução Farroupilha, seja separatista, seja feriado. A bandeira separatista é a bandeira do Rio Grande; o hino separatista é o hino do Rio Grande. Explico esta penetração tradicionalista nos meios da imigração pelo fato de que, este separatismo/irredentismo gaúcho atingiu os descendentes de imigrantes. E daí o interesse, a participação deles no desenvolvimento tradicionalista. Acho que há entre eles essa ideia porque o Rio Grande é permanentemente europeizado. Parece que é o Estado com o menor número de. . . menor índice de população negra. Quer dizer, a extração europeia é óbvia no Rio Grande; o Rio Grande é branco! E eles não se conformam em fazer parte de um país com aquela mestiçada toda que tem lá em cima. . . Acho que há um fundo racista nisso, reforçado por aí. Não é por acaso que foi em Santa Cruz que se viu um separatista, meio carecado, meio ridículo. . . Mas eles sempre começam assim, meio carecados, meio ridículos. . . Mas não é por acaso; é significativo isso. O anticentralismo no Rio Grande continua forte, mesmo na República. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. . . raras vezes o Rio Grande apoiou os candidatos a presidente da República. Isso continuou depois, continuou depois o problema, daí os conflitos de 1835, 1893, contra o poder central. Em

1930, Getúlio disse que se falhasse 1930, o Rio Grande iria para a separação. Em 1961, com o Movimento da Legalidade, se tivesse havido um conflito, iria haver uma separação. . . Sim, em 1961, na Legalidade do Brizola. . . A preocupação com etnias, com identidades étnicas e culturais, tudo isso é muito perigoso. Acaba desembocando numa onda de nacionalismo e outras manifestações perigosas. Basta ver, por exemplo, como em Israel está havendo essa derivação de um nacionalismo exacerbado; daí o assassinato do Rabin. Acredito que foi produto de uma conspiração – ninguém me tira da cabeça –, conspiração para subir ao poder. Esse cara que está lá. . . Aliás, li um belíssimo artigo no Le Monde, do Shimon Peres, não sei como é que podem ter trocado um estadista daquela envergadura por este homem que tinha até um quê de ridículo. . .

Certo, a etnia, as nacionalidades são importantes, mas convém tratar sempre como grano salis. Queria repetir uma coisa que me desagradava profundamente; também acho uma coisa muito provinciana e perigosa. . . Não creio que vá mais longe porque o Rio Grande do Sul tem um. . . diria um problema mal resolvido com o Brasil, um problema mal resolvido que continua. . . O governo continuava a centralização e o conflito com o poder central. O Simon, depois o Collares; o Brito é o primeiro que mantém boas relações. Caso raro: andou dando umas tiradas aí, com o Fernando Henrique e o Rio Grande. . . Não é por acaso, o Rio Grande para presidente da República vota no PT, só que, para governador do Estado, não. Fernando Henrique perdeu a eleição aqui, como perdeu o Collor. O Fernando Henrique vai perder novamente; é o único Estado onde as pesquisas apontam a derrota dele. Este é um sério problema do Rio Grande do Sul. . .

Há alguns motivos, digamos, de comparação com o restante do Brasil, até de certo conluio. Há muitas coisas positivas no Rio Grande. O Otávio Frias Filho, num artigo em que criticou o atraso cultural do Rio Grande, disse que era tanto mais estranho por se tratar do Estado social e politicamente mais desenvolvido do Brasil. Realmente, o Rio Grande tem os índices sociais e políticos melhores do Brasil. É o Estado com a renda bem distribuída em termos de Brasil, uma boa renda per capita, que não é a de São Paulo, uma coisa monstruosa, e a do Rio também.

Bom, um pouco mais da minha infância, as lembranças são um pouco amargas porque foi uma infância errante, mudando de lugar ou cidade em que residia. Depois, vendo o meu pai desempregado, exilado político, isso me marcou muito na infância. Tive também uma juventude pobre. Uma juventude pobre que me levou a uma posição de esquerda. E, como militante de esquerda, tive uma vida muito sacrificada, uma vida extremamente sacrificada. Havia poucas oportunidades para rapazes pobres naquele tempo. Quer dizer, a gente tinha acesso à faculdade, mas, fora disso, uma vida social, normal como os demais adolescentes, não havia para o estudante pobre. Foi uma adolescência de muito trabalho, muito trabalho! Comecei a trabalhar logo que saí do Ginásio. Fiz a Faculdade de Direito trabalhando à noite, no Correio do Povo, donde saía às quatro horas, cinco horas da manhã para chegar à Faculdade às oito horas da manhã.

Em 1948, acho que estava no Diário de Notícias e no Correio do Povo; foi entre 1942 e 1945. Foi antes do Diário de Notícias, porque saí da Globo. Fui para o Correio do Povo, onde fazia o Serviço Internacional, ou seja, os telegramas sobre a guerra da Associated Press. Traduzíamos do inglês para o português e isso era proibido porque, no Estado Novo, havia o Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP e todo noticiário do exterior deveria ser traduzido por ele e distribuído entre os jornais, devidamente censurado. Mas o Correio do Povo captava as notícias diretamente de Londres, pela rádio. Mais tarde descobriram e fecharam o jornal. Ficávamos até quatro, cinco horas da manhã, às

vezes, esperando o telegrama. Fui a primeira pessoa, em Porto Alegre, que soube do desembarque aliado em Dieppe e a primeira pessoa que ficou sabendo do fim da guerra. Mas, terminada a guerra, deixei o Correio e fundei A Tribuna Gaúcha. O Partido Comunista veio para a legalidade; eu era dirigente estadual. Assumi essa condição publicamente e criei, junto com o Dyonélio Machado, A Tribuna Gaúcha. Quando saí do Partido, deixei A Tribuna Gaúcha e fui trabalhar no Diário de Notícias; aí já estava formado. Havia vários advogados e médicos trabalhando em jornal, na época, porque já tinham trabalhado quando estudantes para se manter. Tinha-se um vício, normalmente chamado de vício, pois se converte facilmente em vício. . . É fácil entrar em jornal; o difícil é sair. A profissão passa a ser um vício. Trabalhar no jornal, ao mesmo tempo, facilitava a vida profissional, o encarreiramento para o advogado e outros, pois facilitava a captação de clientes; o jornal ajudava muito nisso aí, as matérias eram assinadas. No jornal conheci o Chateau e muitas outras pessoas.

Interessante é que fui extremamente religioso. Cheguei a passar quase um ano no Seminário; foi logo que saí do Ginásio. Era jovem, um garoto. Saí do Seminário por uma questão banal: era preciso levar um enxoval e eu tinha levado só a fé. O meu pai estava mal de vida; não podia pagar um enxoval. Então, não concebia que eu ficasse impedido de seguir o sacerdócio por não ter dinheiro para comprar um enxoval. Consegui falar com o arcebispo metropolitano e ele disse que não era possível abrir uma exceção; acho que era o Dom Vicente Scherer. Então, eu disse: ah, mas se é assim! . . . Saí e pronto. Mas saí e, ao mesmo tempo, aquilo liquidou com minha religiosidade, me tornei um absoluto irreligioso e sou até hoje. Muitas vezes até lamento. Acho que a religião é uma das formas de espiritualização do homem, apesar dos abusos da religião. Minha família era religiosa, a minha mãe ainda mais; era de origem italiana. E lembro que, quando diziam para ela que eu era um comunista, ela dizia: não, ele sempre foi um bom menino, ele jamais seria um comunista. . .

Interessante que o meu avô materno, nascido na Itália, que, anos mais tarde, disseram, foi um grande músico, na época nem fazia ideia disso aí, sentia nostalgia da pátria, da terra, especialmente exaltando as belezas da Itália. E tinha, é claro, na sala, o retrato do rei Vitor Emanuel, como os imigrantes em geral. Com meu avô, compreendi as belezas artísticas da Itália, a sua riqueza que, segundo a UNESCO, tem dois terços do patrimônio artístico da humanidade e onde se encontra arte em toda parte, mas pequenas cidades, aldeias, por tudo. . .

Não sou membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; nunca recebi convite. Frequento muito o Instituto para pesquisar, sobretudo pesquisa bibliográfica. Eles têm um acervo muito bom e prestam serviço na medida em que mantém esse acervo, muito mais rico que o da Biblioteca Pública do Estado. Aliás, Porto Alegre tem uma Biblioteca Pública de quando a cidade tinha cento e cinquenta mil habitantes. Hoje tem um milhão e meio, dez vezes mais população e continua a mesma biblioteca. . . Não atende os requisitos de uma cidade moderna com um milhão e meio de habitantes. . . Um dos problemas do trabalho em História aqui é a pobreza dos arquivos e também da bibliografia. . .

Avaliando os amigos da militância política, muitos seriam companheiros desta atividade. Na militância política, sempre estive em partidos de esquerda. Há uma vinculação muito grande enquanto se está militando e, quando se deixa de militar, o ex-companheiro passa a ser satanizado. Conheci o Prestes, guardo boas recordações dele. Da militância, propriamente, de amizade não ficou nenhum amigo, até porque a gente dificilmente tem amizades que duram a vida inteira. Amizades. . . amizades vão e vêm, vêm e vão. . . Intelectualmente, conheci o Érico quando trabalhei na Editora

Globo e trabalhei com o Mário Quintana no Correio do Povo. Uma das amizades mais profundas e que mais me marcaram, que recordo com muita emoção, foi com Iberê Camargo. Iberê Camargo foi amizade com o artista e com o homem. Está saindo um livro dele. Iberê era a pessoa que melhor escrevia no Rio Grande do Sul; não tivesse sido um grande escultor, teria sido um grande escritor. Tinha um texto maravilhoso! Mas, à medida que se vai avançando na vida, as amizades também vão rareando. Ou porque alguns desaparecem, morrem ou porque as amizades também se descaracterizam; torna-se cada vez mais difícil à medida que a pessoa vai entrando em anos. É muito difícil. Particularmente, num país como o Brasil, um país de jovens, a pessoa de meia idade para cima é olhada com muito desdém. Mantive boas relações com os jovens até pouco tempo atrás; ultimamente elas estão se tornando mais difíceis. Eles vêm a mim, unicamente, quando precisam. Quando voltei do exílio, era muito festejado. Exilado, ditadura, aquela coisa toda. . . Mas, também, há o seguinte. A gente mesmo vai mudando, torna-se cada vez mais seletivo, cada vez mais exigente e os jovens hoje estão ignorantes, atrasados, muito mal-educados. A minha geração era diferente e é tarde para mudar agora. Mas me impressiona muito, muito, o fortíssimo grau da ignorância e, ao mesmo tempo, da autossuficiência dos jovens, principalmente dos que estão na Universidade. Sou pessimista em relação ao futuro do Brasil; sou levado ao pessimismo pelo panorama da Universidade. Não é o que se vê nos países chamados adiantados, avançados, de primeiro mundo. Nós vemos, sim, uma instituição de uma primazia absoluta. Quem quer fazer alguma carreira, terá de ser um bom estudante. Mas, sinceramente, não vejo. . . sempre vejo. . . encontro jovens estudantes bons, interessados, sérios, mas são uma minoria. Faz mal essa ignorância e a autossuficiência? Não sei; na minha geração a gente tinha vergonha de não saber as coisas. Hoje, eles não se envergonham de não saber e encaram com a maior naturalidade. Acho, por exemplo, que ser professor hoje na Universidade deve ser muito difícil, muito duro. Precisa de muita dedicação e muita paciência.

Às vezes me recrimino por dois motivos: por não ter uma atividade política mais declarada, intensa e, por outro lado, pelo pessimismo. Pessimismo esse que se filtra no que escrevo. Depois me arrependo, mas não posso deixar de ser assim. Lembro, por exemplo, de uma ocasião, no jornal, a falecida Eunice Jacques, que era editora da Zero Hora e uma grande amiga, me disse: Décio, será que eu não podia ser um pouco menos pessimista? Bom, o pessimismo é próprio da idade, mas é um pessimismo do momento histórico que estamos vivendo. Acho muito difícil o otimismo. Digo, às vezes, que ser otimista sem motivo é ser bobo também. Bobo! Acho que um pouco de pessimismo não faz mal a ninguém, tempera. O otimista é um apressado. Hoje, por exemplo, sou também um pessimista em relação ao resultado do meu trabalho intelectual. Quiçá isso interesse cada vez menos às pessoas num país onde não há uma tradição de leitura e, então, a falta de um público de leitores interessados só pode levar ao pessimismo. A isso se acresce o princípio recorrente da crise da disciplina. Como todas as Ciências Sociais, a História está em crise. Em crise porque, de repente, se descobre que não há leis na História e as leis eram a base do que nós acreditávamos, que não era só a esquerda, era também a crença do próprio pensamento conservador. Havia leis na História, conforme já falava Augusto Comte, no positivismo. Verificando isso, cheguei à conclusão da impossibilidade de reconstruir o passado. Nós não temos material, provas do passado, temos apenas indícios, vestígios muito vagos do que aconteceu. Sempre fazemos a História segundo os nossos interesses filosóficos, intelectuais e sociais. O historiador constrói a História e é por isso que digo que a historiografia é uma ficção. O historiador não é um ficcionista mas, em última análise,

também inventa. Inventa porque, com o material que colhe, ele faz uma construção correspondente a suas ideias. Faz um trabalho de corta e espicha para caber no leito do seu esquema mental, do qual ele é refém inevitavelmente. Claro que a ilusão da objetividade na História desapareceu; hoje já se conhece a subjetividade. E para que serve a História? Sempre se disse que é uma mestra. Hoje respondo: se a História não se repete, ela não ensina nada. Nunca mais haverá uma Revolução Francesa, uma Revolução Bolchevique, nunca mais haverá! Qualquer lição que se queira extrair daí, acho impossível. A História serve, por exemplo, para despertar a consciência do homem, a autoconsciência. Além de que, é um prazer intelectual, uma grande fonte de prazer. Acho que o saber dá prazeres muito grandes; nesse ponto, tenho pena dos ignorantes. Atualmente, na verdade, tenho muita pena das pessoas que ficam sentadas, como idiotas, assistindo à televisão.

A televisão que nós temos. . . acho que televisão é ruim em toda parte. . . É inerente à ruindade, é inerente à televisão. É um meio de comunicação de massa e tudo que é de massa tem que ser de uma qualidade inferior. E também tem disso: se eles fizessem jornais e televisão para uma minoria exigente, como nós, eles quebrariam e nós seríamos uma minoria. . . mas uma minoria que lê. É verdade que a minoria não é tão minoria assim em outros países. Isso é que causa inveja. Por falar nisso, a Alemanha me impressionou muito; lá eles leem. Basta ver o número de livrarias. Fico impressionado com as livrarias que eles têm! Compram livros adoidado! Como compram livros. . . ! Não dá para comparar com o nosso país. Para um país de cento e sessenta milhões de habitantes, as tiragens são ridículas. Então, se lê cada vez menos. Já pensei que se lesse pouco, mas não penso mais assim. Já tem uma classe média que não compra livro, compra discos às centenas, cantores de rock. . . Compra também em outros países. Nunca me esqueço que o falecido Henrique Bertaso, já aposentado, encontrei com ele em frente à Casa Masson e começamos a conversar; lamentei a questão de que se lesse tão pouco. Ele disse: pois é, isso é por causa da televisão. Eu disse: não é por causa da televisão, porque não havia televisão e não se lia também. De fato, quando surgiu o rádio. . . Disse ele: olha, essa gente que não lê hoje também não lia quando não havia rádio e quando não havia televisão. Então somos um povo de ignorantes. Penso que isto é próprio de sociedades tropicais; o problema é o trópico, o tropical. Situações tropicais não convidam a ficar em casa lendo; convidam a sair, à extroversão, à praia. Nunca me esqueço de um arquiteto espanhol que conheci em Alagoas, olhando o longo litoral brasileiro. Ele estava impressionado ao ver milhões de pessoas na praia, no culto ao corpo, cuidando de seus corpos. . . É isto aí, é o trópico! Não se pode filosofar. Mas esses escritores hispano-americanos que vendem tanto hoje na Europa, Estados Unidos, não vendem no país deles. Então, é o caso de perguntar: isso é um produto do atraso ou é uma causa? Acho que é tudo relacionado, não temos uma tradição de leitura. . . No Prata já há a tradição de ler muito. Faz tempo que não vou a Buenos Aires; agora lá deve ter mais livrarias que o Brasil inteiro. Montevideu tinha mais livrarias. Mas aí já é um pouco mais. . . bateu. . . Falar nisso agora, na minha reflexão histórica, estou dando mais importância ao fator geográfico, ao revisionismo geográfico, ao determinismo. . .

Julgávamos que a adoção de um determinado modo de produção conduziria também ao progresso. Há países apenas que entraram, apenas em tese, no progresso, porque o trabalho do homem se torna muito mais extenuante. Depois de três anos de trabalho está esgotado. Durante seis meses aquelas populações. . . para tudo! Como é que a geografia não tem importância?! Não é o que demonstrou o materialismo. O modo de produção não muda nada. Não muda absolutamente nada! Tem condições climáticas, geográficas. . . Não é por acaso que o trópico não produziu nenhuma teoria

importante. Eu alegava isso e alguém dizia: está, e o Rio de Janeiro? Os ingleses que inventaram que tudo isso era tropical – para eles aquele clima ameno ali –, mas não é um calor tropical. É seco, ameno e seco. . .”

Outubro de 1992

PAULO XAVIER



A) Dados Biográficos

Nasceu em São Sepé, Rio Grande do Sul, em 22 de agosto de 1917 e faleceu em Porto Alegre, em 28 de junho de 2007.

Formado em Medicina, reorientou suas atividades para outras áreas.

Exerceu as funções de diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e do Departamento de Ciências e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura. Foi presidente do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e Diretor Cultural da Associação Rio-Grandense de Imprensa. Participou da Associação Brasileira de Comunicação de Educação Visual, do Sindicato de Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, do Conselho Regional de Medicina e da Sociedade Arqueológica Lusitana. Além de fundador, participou ativamente no Conselho Estadual de Cultura, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural de Porto Alegre e Patrimônio Histórico e de Ambiente Natural do Estado e do Círculo de Pesquisas Literárias. Atuou no Instituto de Genealogia do Rio Grande do Sul e foi membro do Colégio de Genealogia Brasileiro do Rio de Janeiro. Ocupou cargos na diretoria e no Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e membro de vários outros Institutos Históricos e Geográficos como o de Minas Gerais, de Santa Catarina e também do Uruguai, além de membro do Instituto Geográfico e Etnográfico do Paraná e sócio honorário da Sociedade Crioula Dr. Elias Regules, de Montevidéu, Uruguai.

No Diário Oficial da União (n. 124, 02 jul. 1993, Seção II, p. 16) consta o nome de Paulo Xavier como integrante do Departamento de Ecologia, do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em relatos biográficos há informações de suas atividades no Instituto de Artes – Departamento de Artes Visuais.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (atualmente UNIVATES) desenvolveu atividades docentes e, na Universidade Federal de Santa Maria, criou o curso pioneiro em Arquivologia. Sua área específica de conhecimento lhe permitiu lecionar as disciplinas de Paleografia e Arquivologia.

Sua atividade em arquivos o levou a desenvolver conhecimento nos campos da Genealogia e da Heráldica tornando-se pesquisador, tendo como eixo as Ciências Auxiliares da História acima citadas, além da Sigilografia.

Várias de suas publicações foram realizadas graças aos conhecimentos que adquiriu através de estudos em documentos antigos. Deu especial atenção à história econômica do Rio Grande do Sul, especialmente a do século XVIII, produzindo artigos, a maioria publicados na imprensa. Dentre estes veículos destacam-se os jornais Correio do Povo, especialmente o Suplemento Rural, o Diário de Notícias, o Diário do Sul e a Zero Hora. Também publicou em revistas brasileiras como a do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre/RS). Paralelamente às publicações na imprensa, proferiu palestras em congressos e faculdades.

Face às suas atividades em prol da cultura em geral, recebeu prêmios, dentre eles o Rodrigo de Melo Franco de Andrade por contribuição à defesa dos bens culturais, e a medalha Negrinho do Pastoreio, no ano de 2004, por seus relevantes serviços em favor das pessoas, do Estado e da Pátria.

É imensa a produção de estudos sobre o Rio Grande do Sul, que Paulo Xavier publicou na imprensa gaúcha.

B) Seleção Bibliográfica

XAVIER, Paulo; FELIZARDO, Jorge Godofredo. Francisco Ferreira dos Santos e sua descendência. In: BROTERO, Francisco de Barros. A família Monteiro de Barros. São Paulo: S/E, 1951, p. 604-51.

XAVIER, Paulo. Dom Diogo de Souza e a fundação de Bagé. Revista do Museu e Arquivo Histórico do RS, Porto Alegre, n. 6, 1955.

XAVIER, Paulo. Habilitação em Ordens Militares. Revista Genealógica Latina, São Paulo, v. 7, 1955.

XAVIER, Paulo. Ascendentes de Manoel de Araújo Porto Alegre. Correio do Povo, Porto Alegre, 13 out. 1956.

XAVIER, Paulo. Porto Alegre (origem do agrupamento urbano): crônica histórica. Correio do Povo, Porto Alegre, 6 jul. 1957.

XAVIER, Paulo. Bicentenário da criação do Posto de Cadete. Correio do Povo, Porto Alegre, 2 fev. 1958.

XAVIER, Paulo. Bicentenário da criação do Posto de Cadete. Correio do Povo, Porto Alegre, 9 fev. 1958.

XAVIER, Paulo. Rio Pardo: berço da vitivinicultura. Correio do Povo, Porto Alegre, 4 jul. 1959.

XAVIER, Paulo. Primeira Estação Experimental de Agricultura. Correio do Povo, Porto Alegre, 22 set. 1961. Suplemento Rural.

XAVIER, Paulo. Dom Diogo de Souza: genealogia e heráldica. In: Anais de Bagé. Bagé: [s. n.], 1963.

XAVIER, Paulo. A estância no Rio Grande do Sul: estudo sociológico. In: Rio Grande do Sul: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

XAVIER, Paulo. Um selo armoriado inédito: crônica histórica. Correio do Povo, Porto Alegre, 5 jul. 1969.

XAVIER, Paulo. Por quê fundador? Correio do Povo, Porto Alegre, 15 nov. 1970.

XAVIER, Paulo. Um cearense fundador de nossas charqueadas? Correio do Povo, Porto Alegre, 11 dez. 1971. Caderno de Sábado.

XAVIER, Paulo. Origem do Serigote. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 dez. 1972. Transcrito sob o título "Notas Etimológicas". Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Porto Alegre, n. 134, 1999.

XAVIER, Paulo. Descendente de um dos Doze da Inglaterra no Rio Grande do Sul. Boletim do Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, n. 23, 1974 (Comemoração do Biênio da Colonização e Imigração).

XAVIER, Paulo. Hipólito José da Costa: um observador econômico na América. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1997.

XAVIER, Paulo. Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Porto Alegre, n. 135, 2000.

C) Depoimento

“Nasci no interior, em São Sepé, que pertencia a Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

Historicamente, o território do município de Rio Pardo abrangia Cachoeira do Sul, Dom Pedrito, Alegrete, a Zona da Campanha, São Gabriel, Caçapava, envolvia toda a região ao sul do Rio Ibicuí e todo o norte do Planalto até os limites de Passo Fundo. Praticamente, a metade oeste de todo o território hoje rio-grandense pertencia a Rio Pardo.

A minha família mudou-se de Rio Pardo para Cachoeira do Sul e daí para São Sepé. Enfim, eles se radicaram nessa extensa área, só que as denominações foram se modificando conforme a divisão política. Cachoeira do Sul tornou-se município em 1820, Rio Pardo já era desde 1809, Caçapava emancipou-se em 1832 e São Sepé, em 1876. Esta é a sequência da genealogia municipal dessa área.

Lá pelas tantas chegou a época de procurar meios mais completos para continuar com o meu aprendizado. Mas, nessa fase, ainda morando no interior, é que eu acho que começou o meu interesse, ainda que não objetivamente, ou não conscientemente, pela pesquisa histórica.

Tinha mais ou menos dez anos quando apareceu uma Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que, em 1930, tratava de vários aspectos da história do município onde residíamos. Num primeiro momento, percebi o grande interesse que tinha despertado aquele livro dentro do ambiente familiar, pois todo mundo lia e comentava! Referiam-se a pessoas que estavam sendo citadas ali. Num outro momento, passamos a ouvir, a presenciar a identificação dessas pessoas, muitas delas sendo relacionadas por laços de parentesco com todos nós. Era imenso o interesse naqueles serões familiares. . . ! Vinham parentes se encontrando e tratando desse assunto; um dia resolvi espiar o tal livro para ver do que se tratava. . .

Não tive nenhum curso especializado na formação de historiador. Na época em que comecei, não havia faculdades próximas, mas depois, quando surgiram, também não as frequentei. Mas, em um momento bem recuado comecei a me interessar por genealogia, partindo de um achado numa revista e, em determinada ocasião, descobri um segundo documento sobre a genealogia dos Carneiro da Fontoura depois de 1737. Havia, portanto, duas linhas de ascendentes já estudados por outros pesquisadores: os Simões Pires e os Carneiro da Fontoura. Num segundo momento da minha pesquisa sobre estas famílias, houve a necessidade de também saber a origem destas pessoas que tinham apenas indicação muito restrita do ponto de vista genealógico. Então, tratei de me informar com membros da família. Quando propus o problema para um tio-avô, ele me explicou dizendo simplesmente: mas em Porto Alegre tu tens todos esses dados, porque o Arquivo Público recolhe os inventários do Estado, de maneira que, consultando os destas pessoas, vais encontrar testamentos, referências, documentos de toda a ordem, que vão te indicar portas para a genealogia. Imediatamente, instalei tenda de trabalho no Arquivo Público de Porto Alegre e comecei a ler todos os inventários de cada uma das gerações

que interessavam ao meu estudo. Tive que aprender a ler esses textos que, à medida que vão recuando no tempo, a leitura torna-se mais difícil, porque as letras não são muito bem feitas e mesmo que o fossem, às vezes é difícil serem lidas pelas condições do material. A tinta que era usada, em geral, era feita de sais ferrosos que, por serem muito cáusticos, cortavam o papel. No fim ficava um papel rendado porque, quando era manuseado, rebentava aquela parte onde está a tinta, aquilo cai fora e fica um espaço vazio, numa tentativa de letra não marcada em cor. Estes são problemas da leitura paleográfica. Mas nessas leituras fui aprendendo aquelas formas que são tabelioas, são mais ou menos todas iguais, portanto, repetitivas. Uma procuração de 1700 ou uma de 1900 são praticamente iguais, só que com mais requinte linguístico, mas é a mesma coisa em essência! Por exemplo: saibam o que esse documento virem (tais dias, tal lugar), compareceu Fulano de Tal. . . e declarou isso. . . A procuração, por exemplo: nomeio e constituo meu bastante procurador Fulano de Tal. . . e vem a enumeração de todos os direitos que ele transfere para esse procurador exercer. Esta forma é toda repetida, desde 1700, conforme os documentos examinados hoje. Há, porém, uma série de coisas que a simples leitura não ensina, como, por exemplo, a famosa tradição jurídica do país. Esta forma revela que não há nenhuma preocupação de atualização terminológica, porque não acredito que as pessoas que viviam em 1800 ou 1900 falassem ou escrevessem documentos que estivessem registrados na área judicial com aquela mesma terminologia, mas isso já é assunto de advogado. Já o pessoal exclui, dizendo que aquilo ele nem tente, porque já é outra escrita. . . Então, isso caracteriza essa preocupação, que é da justiça, de conservantismo, e é apontado até como defeito por não se atualizar, por conseguinte, não possibilitar uma renovação, uma dinâmica maior, fica naquele andar muito retardado. . .

Hoje, racionalizando, lembro que um dos temas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico em questão, era um estudo genealógico com o título Simões Pires sobre o desenvolvimento de uma família que tinha se radicado, desde 1752, em Rio Pardo, grupo relacionado com a minha mãe, que era descendente direta. . . Vinha daí o interesse das pessoas que frequentavam a casa em identificar o grau de parentesco: é primo, é primo segundo. . . aquela coisa toda. . . E, para a minha surpresa, estava marcado no livro, a causa da discussão que faziam. . . que era exatamente a referência, a citação do nome da minha mãe e, lá estava o nome dos meus avós, por parte dela, e depois do nome dela vinha a indicação do casamento com meu pai, Armando Pereira Xavier. Depois vinha a relação dos filhos, eu e mais duas irmãs, e aí foi aquele assombro! Como é que lá em Porto Alegre existiam pessoas que me conheciam, sabiam que eu existia, a minha família inteira, essa coisa toda. . . ! Fiquei abismado. . . ! Passado algum tempo, tornando à Revista, notei que na citação do nome do meu pai, entre parênteses, constava a palavra Fontoura. Então, já mais familiarizado, porque tinha lido mais detalhadamente todo aquele assunto curioso, concluí, naturalmente, que deveria existir um outro estudo, semelhante àquele que abordava o tema da família do meu pai, Mas. . . onde estaria? Ninguém soube dizer. . . Passaram anos, vim para Porto Alegre, porque aqueles anos 1930 foram o início do mundo, para mim. . . Porto Alegre era o mais distante lugar que eu conhecia. . . Numa ocasião, já estava fazendo o curso de Medicina, procurando um título na Biblioteca Pública sobre ginecologia, o fichário me indicou Genealogia Rio-grandense e o título Carneiro da Fontoura. Foi nesse momento, como diríamos, que acendeu a luzinha. Rapidamente preenchi a folhinha mandando vir este livro, que já tinha concluído que era o que eu estava procurando há tanto tempo. . .

Efetivamente, era um livro do Jorge Felizardo, junto com João Pinto Guimarães, autores de Genealogia Rio-grandense: Carneiro da Fontoura. Foi publicado pela Globo, em

1937, quando das comemorações do bicentenário da fundação do Rio Grande. Fui direto ao índice e lá estava o nome do pai, à página cento e noventa e um, lá estava. . . ! Havia a indicação dos pais e avós e também de uma família Carneiro da Fontoura que veio para o Rio Grande de Sul, nessa época, em 1737; João Carneiro da Fontoura, um dos títulos, já muito estudado aqui na especialidade. Desta leitura, fiquei com duas linhas mestras: os Carneiro da Fontoura e os Simões Pires e, em cima disso, comecei a trabalhar – porque havia nomes que só indicavam casada com fulano e não explicitavam nada mais além dos avós. Já preocupado com a genealogia, não com essa função social ou política de valorização do grupo familiar, mas também interessado do ponto de vista genético, por influência de meus estudos em Medicina, dei início às pesquisas. Comecei a encontrar uma série de coisas a partir da genética, da linha dos Simões Pires. Por exemplo, toda vez que havia a ligação por meio de casamento com um grupo que viera junto dos Açores, os Gonçalves, da ligação Gonçalves-Simões Pires, ocorria uma série de descendência de gêmeos. Então, é um estudo já feito: os gêmeos da família Gonçalves-Simões Pires. Mas não levei adiante, ficou a informação, caracterizando, mostrando como a genealogia poderia servir aos meus interesses. . . para essa minha preocupação. Mas, não tendo feito pesquisa mais detalhadamente, ou publicado, melhor dito, uma pesquisa sobre a incidência de gêmeos nesse meio familiar, chegamos a muitas conclusões e a aspectos curiosos, como por exemplo: como a Genealogia chama a atenção para a longevidade, o estado social, as condições de vida de grupo. . . Enfim, a Genealogia permite transformar suas informações em dados biológicos, sejam os referentes à longevidade, à multiplicidade dos nascimentos, às muitas ou poucas doenças hereditárias. Estes eram os dados que estavam nesse primeiro momento da minha preocupação, buscando apoio no estudo da genealogia.

O estudo da Heráldica foi, para mim, uma consequência natural das pesquisas genealógicas, porque a Genealogia e a Heráldica marcam, na história familiar, o momento em que a comunidade destaca a atividade deste grupo. Então, ela é eleita, vamos dizer assim, para o grande cenário da História e das relações político-sociais de uma comunidade. . . A Heráldica se impõe como um estudo importante em relação à História. . . Dentre as ciências auxiliares da História vem, em primeiro lugar, a Genealogia, depois a Heráldica e não vamos muito adiante na enumeração de todas as ciências, porque, na verdade, todas elas estão sempre ao dispor de qualquer estudo a partir do ponto de vista escolhido. Preciso da Genealogia, porém todas as outras ciências vão me auxiliar. . . Se estudo Botânica, todas as outras vão prestar seu depoimento para a Botânica. No campo histórico, propriamente dito, além dessas sempre citadas, Heráldica e Genealogia, vêm também a Numismática e a Sigilografia.

Gostaria de destacar um aspecto interessante: acho que o único artigo que foi publicado sobre este assunto, no Rio Grande do Sul, aliás, são dois, fui eu que publiquei. Um é sobre a descrição do selo da família Pereira Pinto, por ocasião da comemoração do centenário do João Mena Barreto; e o outro, sobre Dom Diogo de Souza, que o Tarcísio Taborda, historiador de Bagé que promovia reuniões de pesquisa, me convidou para participar de um estudo sobre esse último. Então, publiquei uma nota sobre ele nos Anais de Bagé. No estudo, faço uma análise do selo que usou como governador, quando esteve aqui no Sul; são apenas dois artigos. Acho que são os únicos publicados no Rio Grande do Sul com o tema esfragístico, que é exatamente a Sigilografia.

Mas, além desses, tem a Epigrafia; uma ciência igualmente importante e que também é pouco conhecida. . . Brinco com os meus colegas de trabalho que na enumeração das ciências auxiliares diretamente ligadas à História, não se aprofundam

muito, não as identificam, não as qualificam nesse assunto. Quando fazem um estudo inicial do programa de História, as Ciências Auxiliares não se fazem presentes. Mas isso é só por crítica da própria pesquisa, sem envolvimento nenhum de todos nós que fazemos trabalho com pesquisa, no caso, de História.

Quando comecei, em 1970, a escrever artigos no Suplemento Rural, do jornal Correio do Povo, sobre a História Econômica do Rio Grande do Sul, foi exatamente numa tentativa de levantar temas que são da história da Campanha Rio-Grandense, mas, que, antes de tudo, são temas da historiografia econômica sul rio-grandense, porque essa atividade da criação intensiva do gado caracterizou, inclusive, a sociedade gaúcha. A influência desta atividade de eleição dominou os dois séculos iniciais e, ainda hoje, persiste sob nova forma. . . Aqueles dois séculos não foram examinados, nem analisados como convém, mesmo com essas minhas notas, porque apenas eram, podemos dizer, para levantar temas que seriam abordados por pessoas mais capazes. . . No entanto, agora, alguns dos meus artigos estão sendo até valorizados, porque têm aparecido em dissertações universitárias. Volta e meia a gente encontra publicações de trabalhos universitários apoiados nesses meus artigos. Então, isso aí é para mostrar apenas como nós começando com a Genealogia, passamos para outra área mais especificamente histórica, no sentido amplo da palavra. Estou me dando conta de que esta é uma das minhas preocupações ainda, e vem do meu tempo de mais jovem, quando se fazia muito palavras cruzadas em nosso grupo familiar; era até uma obsessão. Então, começamos a trabalhar com palavras, naquela ocasião, depois veio um interesse maior em estudar as origens das palavras. E é curioso, porque em sua origem, esse vocábulo História em grego, quer dizer: pesquisar para saber. Então, na verdade, a História é um instrumento de aprendizagem, ou seja, todos nós fazemos isso consciente ou inconscientemente. Através da informação histórica, acumulamos conhecimentos em todas as áreas, estabelecendo as ligações necessárias entre os temas e os assuntos que foram, ou vão ser sugeridos.

A maior parte das minhas publicações se encontra no Suplemento Rural, do jornal Correio do Povo da década de 1970.

Também dediquei estudos sobre as marcas. . . os símbolos na marcação do gado vacum, do gado cavalariço, e esse assunto muito me agrada. Publiquei uma série de artigos sobre os símbolos, e parece que fui um dos primeiros. Foi exatamente lembrando que em Portugal, os pescadores de algumas áreas tinham desenhado nos barcos sinais identificadores do seu grupo familiar, e já a terceira geração tinha colocado acréscimos naquele desenho indicando a mudança geracional. Mas também pode ficar com uma simples identificação pensada como destaque ou como símbolo do grupo familiar. Este hábito dos barcos com símbolos chama atenção; mostra que esses sinais estavam sendo usados em lugar de brasões. . . Eram pessoas humildes, simples, excluídas da grandeza social, conseqüentemente, não recebiam as marcas dos brasões com aquela forma tradicional, convencional que a Heráldica cultivou e desenvolveu. A Heráldica, hoje, é um estudo muito abandonado na área de História, porém, ela nos serve muito mais para a definição de um período, de uma época da dominância dessa exaltação dos grandes. Os brasões eram instrumentos outorgados por autoridades que foram, aos poucos, organizando uma legislação especial, caracterizando direitos e deveres, enfim, concedia-se uma marca e a proteção do Estado para as pessoas portadoras desse sinal. É muito comum encontrar uma carta de brasão de armas, por exemplo, no Rio Grande do Sul e, relacionada a ela, uma série de dados que não foram ainda devidamente estudados. Nesse terreno, lembro-me do trabalho do Mário Teixeira de Carvalho, que escreveu sobre a nobiliarquia do Rio Grande do Sul. Ele

estudou a biografia e a genealogia dos titulares do Império, mas se limitou apenas àqueles que viveram no Rio Grande do Sul e que usaram marcas. Dom Diogo de Souza, que falei há pouco, não é citado por Teixeira de Carvalho, mas são nomeados o Barão de Bagé e vários outros. Como todos os demais, naquela época, eram funcionários do Estado e serviam como juizes, deslocados para um lado e outro; eles também poderiam vir como governadores, capitães-generais. . . o Silva Telles, Marquês de Alegrete, esteve aqui como último governador da Capitania Geral. O primeiro governador foi Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, depois foi o Dom Diogo de Souza e o terceiro, Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, Marquês de Alegrete. Estas marcas estão registradas. Tenho encontrado documentação sobre elas e, inclusive, fiz um levantamento, no Arquivo Histórico, das habilitações de uso de armas; um artigo ainda não publicado. Sem dúvida, é um tema muito importante, porque é uma documentação não explorada.

Os Doze da Inglaterra é um estudo que publiquei sobre a família do Tomáz da Costa Correia Rebelo e Silva, um oficial português. Este estudo é interessante, porque a família conserva até hoje uma árvore. . . um gráfico antigo, que teria vindo com ele, que mostra sua ligação de ascendência até um Soeiro da Costa. Esse Soeiro da Costa é um dos doze portugueses que foram defender a honra das inglesas naqueles clássicos torneios, aquelas briguinhas, só de exercício medieval. Isso teria acontecido pelos idos de 1300. . . Na época, havia uma aliança entre a família real da Inglaterra com a da Espanha e também com a de Portugal. Havia muito intercâmbio; a presença da própria rainha de Lancaster, que casou com um rei português, é um exemplo. Tal situação favoreceu esse relacionamento, e os portugueses teriam ido para lá. Esse torneio ficou consagrado e gravado na história da literatura portuguesa por Luís de Camões. Várias das estrofes dos Lusíadas apresentam referências sobre isso. Esse assunto foi estudado em Portugal. Encontraram, inclusive, um manuscrito e os pesquisadores portugueses acreditam na possibilidade deste texto ter servido de apoio para Camões fazer sua efabulação. Este gráfico da família justifica sua prosápia, pelo menos conhecida aqui, alardeada pelos descendentes. Ficou nos documentos de família desse oficial português, que serviu em São Paulo e foi destacado para vir para o Rio Grande do Sul. Foi instrutor, professor da Escola Militar, que funcionava em Rio Pardo, e terminou radicando-se aqui. Ele também participou da Campanha da Cisplatina. O comandante chamava-se Tomáz da Costa; seus descendentes tornaram-se fazendeiros lá no Alegrete, na divisa com Uruguaiana. Então, a partir desse documento, reunimos todas essas informações históricas em torno dessa linha, com base nesse texto antigo que eles guardaram. E o outro documento que a família também possuía era a Carta de Brasão de Armas que Tomaz da Costa recebera. É sabido que a legislação portuguesa criou dois momentos de enobrecimento para os militares: o primeiro foi a criação do posto de cadete, que era conferido aos filhos de oficiais de patente superior, de coronel para cima, quando de seu ingresso nas atividades militares. Eles formavam uma praça especial, nobre. . . Entravam com pouca idade e não prestavam todos os serviços de guerra militar, mas vivenciavam uma escola prática do exército profissional até o seu posto de cadete, restrito aos filhos de oficiais superiores, ou aos de nobres. Esse privilégio ficou consagrado na História e na carreira militar, existindo até hoje. O outro posto corresponde ao fim de carreira: o oficial que chegava ao fim de carreira – brigadeiro –, era considerado pelo rei como um nobre e lhe conferia um Brasão de Armas. Tomáz da Costa chegou ao posto de brigadeiro, servindo aqui no Brasil e, conhecendo os seus direitos, pleiteou e recebeu um Brasão de Armas, o qual dá essa procedência. É um exemplo de uma rica documentação ainda guardada nos Arquivos. .

. Tenho esse levantamento, e, juntando essas informações, publiquei Os Doze da Inglaterra para chamar atenção sobre este tema.

O assunto anterior também nos induziu a outra associação. Aquele primeiro motivo que nos levou a ler um inventário, um testamento, era apenas para documentar ou confirmar, até porque já se sabia, dos pais das pessoas que nós estávamos procurando, de cujos, como diz a terminologia jurídica.

De cujos é o falecido. Chamei a atenção, em meu estudo, de que o inventário era decisivo para a vida familiar. Nesse momento era aberta uma possibilidade para todos os credores apresentarem suas contas para serem pagas. Quando do inventário, a família tem que fazer a declaração de todos os seus bens; presume-se que não vá ocorrer omissão, porque desta declaração concede-se o direito de posse de objetos ou de terras, no caso, de propriedade. Portanto, se ela não declara a propriedade no inventário, ou o objeto, estes não têm origem, logo, juridicamente é importante que tudo seja declarado. O momento do inventário é muito importante na vida de uma família. Ele informa o que ela possuía, como era decorada a sua casa, o que havia na sala de estar, a qualidade dos pratos, se eram de louça vinda da Índia ou de metal, que poderiam trazer consequências importantes. Enfim, as peças todas que guarneciam a casa eram identificadas, seja o número de cadeiras, de mesas, de vestidos, de espadas, de esporas. . .

No item, Título de Ouro, agrupavam-se todos os objetos que tinham ouro. Eles eram enumerados e avaliados: uma joia, um anel com tantas onças ou gramas; naquela época usavam onças, onças de ouro, no valor tal. . . Há uma série de informações que não servem só para a família. Examinando uma meia dúzia de documentos, como um corte numa sociedade qualquer, temos toda uma realidade social, econômica daquela vida, daquele momento; e foi isso que fizemos. Recolhemos o material não especificamente do meu grupo familiar mas, a partir dele, que era o objetivo primeiro e o interesse foi aumentando, pegando outro, e vai se tomando um trabalho mais amplo, porque aparecia um nome conhecido, e aproveitava-se. Terminamos com um painel bem mais amplo e, por conseguinte, capaz de formarmos uma ideia sobre aquela sociedade, naquele momento, a partir de um inventário. Pode-se escrever um artigo ou comentário a partir de determinados objetos: como era usado, o que fazia, como estava lá, se era só o que tinha. . . Por exemplo: livros, bibliotecas, que livros tinha na biblioteca, enumera os livros, tal. . . tal. . . tal. . . Tudo isso está numerado. . . e tudo isso temos usado em nossas pesquisas de caráter genealógico. Há pouco tempo, escrevemos um trabalho a partir de um inventário da família de um amigo, Melo Leiria. Ali consta indicação de uma biblioteca, contendo uma Bíblia, uma obra sobre Direito em três ou quatro volumes, um estudo sobre astronomia e outro sobre a história francesa. Estas obras mostram as preocupações e, indiretamente, a formação cultural. Havia também muitos livros; eram romances. A partir dos livros contidos em uma biblioteca podemos analisar, inclusive, a sociedade. Eles podem fornecer um panorama da comunidade, a definição do ambiente em que aquele personagem vivia, a mesma coisa que nós fazemos quando estamos referindo a esse levantamento de inventários. Então, temos esse corte no tempo e a reunião de todos esses dados, ou de uma grande quantidade deles nos dá praticamente a certeza de fazer uma descrição fiel daquele meio.

O Inventário também tem o Título de Prata. Nele, aparece toda a cobertura de mesa, os talheres, os adornos. . .

Depois estão os Bens de Raiz, quer dizer, as propriedades. . .

Após, os Semoventes, onde aparecem as categorias de animais, cavaleiros, bovinos, ovinos, muares; depois vem, também, quase sempre ligado ao mesmo título, os escravos. Em relação aos últimos, por exemplo, há informações importantes, pois é fornecida a idade, a categoria, se era comprado, se já era nascido no Brasil ou se era importado, sua habilidade, o que fazia, se era doméstico ou se era um operário de construção, ou carpinteiro, ou ferreiro, ou um homem da lida na campanha e depois, a qualificação: se era bom campeiro. Uma série de dados identificava cada escravo: a idade, se era casado ou não, e o valor atribuído para a transmissão, se fosse o caso. Esses dados são fundamentais, são fontes documentais. Estão aí nos arquivos, que são pouco frequentados, e, na área da Universidade, são poucos indicados. Às vezes, o professor também não está informado, então, não recomenda as fontes para seus alunos consultarem. Daí decorrem dificuldades de elaboração de teses após a conclusão do curso, depois da carreira de acadêmico, dos títulos acadêmicos. Mas, isso é uma coisa recente. Espero que, nessa altura, os arquivos tenham aumentado a frequência e, por conseguinte, o rendimento seja maior. Então, esse primeiro contato com a documentação, com esse objetivo inicial muito específico, que era apenas para documentar o meu grupo familiar, me levou a desenvolver, procurar livros especializados sobre vários assuntos.

Tive uma atividade paralela, pois fui convidado para ser diretor do Arquivo Histórico, função que exercemos de 1953 a 1965, e que nos obrigava a um contato mais permanente com os documentos ali recolhidos. O maior volume de documentos, sem dúvida nenhuma, encontra-se nos dois Arquivos: o Público e o Histórico, em Porto Alegre. Considero-os um só arquivo, são duas dependências de um mesmo arquivo: quer dizer, a documentação histórica do Rio Grande do Sul está no Arquivo Histórico. Lá estão recolhidas, por motivo de separação, a documentação oficial, quer dizer, aquele arquivo administrativo dos governos a partir de 1737. Lá se encontra o primeiro livro com a vinda do primeiro grupo de militares para Rio Grande, a fim de instalar o Presídio; eles já trouxeram livros.

Essa coleção de documentos de que dispomos oficialmente, embora com essa dupla denominação, vejo apenas como seções de um mesmo Arquivo: o Histórico e o Público. Esses dois centros de documentação histórica são fundamentais para a compreensão do processo histórico da formação do Rio Grande do Sul. No Arquivo Público permanece bem conservada, de fácil acesso, uma documentação basicamente com origem no Judiciário. Lá estão reunidos todos os inventários do Rio Grande do Sul, com muito poucas faltas. Não temos apenas o inventário, mas também o inventário-testamento, que é uma parte complementar, embora nem todos os inventários tenham testamento e muito poucos testamentos não tenham inventários. Encontramos aí, excepcionalmente, um testamento que não foi processado, por conseguinte, não existe o inventário, que é o processo tendente, a avaliação e a distribuição do patrimônio reunido por uma determinada pessoa. Além disso, todos os processos criminais também estão nesse arquivo; os livros dos Tabeliões, as notas de todos os tempos estão aí arquivadas. Por conseguinte, o estudo da origem da propriedade, o estudo da sucessão, do patrimônio, da história econômica, está tudo ali. Entendo que o ambiente do documento é um arquivo; a qualificação de histórico ou público é puramente artificial, porque todo o documento é público, não só o jurídico. Quanto a este último, no mesmo momento em que está sendo processado no tabelião, automaticamente é de livre acesso a qualquer pessoa. Mesmo os documentos familiares, particulares, uma vez que entram para uma instituição pública, perdem essa categoria de particular, de privado, e tornam-se documentos públicos. Do

contrário não se compreende porque dentro de uma repartição pública vai ter um núcleo de documentos que não podem ser examinados por determinadas pessoas. Parece-me que esta divisão é muito arbitrária e que deveria ser reexaminada pelas autoridades. A própria origem desses dois tipos de arquivos já mostra que eles foram comuns. Do Arquivo Público é que saiu parte da documentação sob a alegação de que eram documentos históricos e passaram a constituir uma repartição nobre, no princípio do século, antes de 1920, em torno desta data. Ela foi dirigida, entre outros, pelo grande Alcides Maya que também foi membro do Instituto Histórico. Foi ele o primeiro rio-grandense que ocupou a Academia de Letras do Rio de Janeiro. Então, esta documentação me possibilitou um convívio muito intenso e daí fui vencendo dificuldades, amparado, naturalmente, por livros especializados, indicando os defeitos, as qualidades, as possibilidades de restauro do documento, os cuidados a serem tomados para evitar danos, por exemplo, na sua conservação. Toda essa atividade arquivística se constituiu em um bloco muito grande de informações que constituíram uma ciência, a Arquivologia.

Fui convidado para dar cursos, informações sobre leitura paleográfica, classificação geral de documentos que os arquivos reúnem sobre as possibilidades de uso do documento, a importância do documento para a historiografia. . . assuntos muito valorizados pela linha dos positivistas. Mas, se a gente mudar a palavra, nós vamos reconhecer que, muito antes deles, acima deles, e depois deles, continua válida a premissa: o trabalho com o documento. É que o documento é, na verdade, um testemunho, e se ele é um testemunho, deve ser examinado como tal. Por conseguinte, o testemunho é a baliza para a formação das ideias sobre os objetos históricos que se queiram examinar. É muito criticada a supervalorização do documento pelos positivistas. Para eles, se não tivermos o documento não existe História. Em verdade, se não existe testemunho, não existe História, e tanto é verdadeiro que a Arqueologia hoje, está em grande alta e não a História. Quando se vê um vaso, ou uma peça de qualquer natureza, logo se refaz toda uma realidade, por mais pretérita que ela seja. Então, apenas será o enriquecimento das informações que foram trazidas para a época histórica, que é quando começa a grafia, que veio, naturalmente, por transmissão oral; porém aí nós entramos em outro terreno que é a oralidade na História.

A Paleografia foi a disciplina que mais me tocou e fui convidado para dar um curso sobre o assunto, em Santa Maria, em 1977. Foi há quinze anos. Agora, em 1992, estive lá para assistir à cerimônia de comemoração dos quinze anos de fundação do curso de Arquivologia, o primeiro fundado e instituído nesta temática.

Aconteceu uma coisa curiosa comigo, estava fazendo um curso na Universidade sobre História, formação em História e o curso consistia em falar sobre o tema oral, a História Oral. Quando terminou a exposição, perguntei qual era a diferença da História para outra ciência que é o Folclore. E aí foi uma surpresa muito grande porque o palestrante não tinha pensado nessa possibilidade. O Folclore, todos sabemos, é baseado essencialmente na seguinte característica: ele não é escrito, é puramente transmissão oral, é um processo cultural. Então, esse é o elemento característico do Folclore, tanto é verdade que para ele ninguém põe em dúvida a informação via oral. Agora, na História, o que todo mundo afirma é que tem que ter o documento, esta versão assimilada pelos historiadores que vieram até a nossa época os quais são sucessores da linha positiva, do positivismo. Tem que ter documento, senão não é história, dizem. Muito bem, a Arqueologia é História, só que não tem a característica do convencional que se deu à História, quer dizer, o documento, mas ela é História. O Folclore é uma ciência histórica, porque não precisa do documento escrito, mas sim do

documento-objeto, por conseguinte, o testemunho, a palavra testemunho substitui o documento, talvez até com mais validade ou mais ampliação. Então, o documento e o testemunho existem na concepção do historiador, mesmo antes da escrita. A existência de um material, que confirme aquilo que está se dizendo, não é uma ficção, é uma História, porque tem apoio testemunhal. Esse testemunho para a Arqueologia é objeto, é construção, é feitura do homem e também é testemunho da presença do homem. A História, por sua vez, é uma ciência fundamentalmente preocupada com o entendimento do homem. Quer dizer, se nós pensamos assim, não há dúvida que a Pré-História, como diz o nome, é aquela parte da História ainda não escrita. Então, os povos ágrafos existiram por muito mais tempo do que nós, gráficos. E essa História, esse homem, que viveu todo esse tempo, que é muito mais longo que o do Homem Histórico existiu, ou não? Nós temos que considerar porque é exatamente nesse período que se lançaram e se realizaram todos os fundamentos do desenvolvimento material e cultural do homem de hoje. Então, nesta posição é que valorizei muito a Arqueologia e lecionei no primeiro curso para os professores e alunos de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depois, fiz uma série de trabalhos em jornais e, após, fui convidado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para ministrar a parte da Paleografia, num curso de Arqueologia.

Nosso projeto de algum tempo atrás, ou melhor, há muito tempo, veio a ser útil a um professor francês que estava concluindo o curso de Geografia, na França. Ele veio para o Brasil através de um convênio internacional de auxílio cultural, enviando professores para fundarem algum curso novo nas universidades nascentes no Estado. Esse professor, naturalmente, tinha obrigações acadêmicas, deveria realizar pesquisas, redundando em títulos que enriqueceriam seu currículo como aluno e, como estava terminando o curso, naturalmente teria que realizar seu trabalho de conclusão. Aqui, tratou de estudar, de desenvolver um tema para a sua tese de conclusão. E não encontrava, conversou com muitas pessoas e, um dia, entrou no Arquivo onde eu era diretor, acompanhado de um amigo que tinha sugerido meu nome para ele a fim de conversarmos sobre sua preocupação. A gente pensa que o jovem só está preocupado em fazer mapa, cartografia e aí, na conversa, compreendi que o trabalho dele era de alto nível econômico; ele estava preocupado com a geografia a serviço da produção. O objeto de interesse dele eram as áreas eletivas da geografia rio-grandense e lhe ofereci a possibilidade de escolher algum lugar, algum município e estudar todas as atividades desenvolvidas naqueles limites, ao longo do tempo.

A gente sempre está pensando em temporalidade como historiador; tem que marcar o tempo, é fundamental a cronologia. Ele se interessou. Mas achou que devia ser muito difícil, pois como seria possível, por exemplo, identificar uma propriedade de hoje em relação a todos os seus proprietários anteriores, chegando até seu primeiro proprietário?! Casualmente, tinha terminado um artigo sobre uma propriedade, desde o momento anterior ao registro; quer dizer, era apenas o apossamento. Por conseguinte, ainda não era propriedade pessoal, com plena posse, e disse em um contato com esse professor francês: olha, isso aqui, o cidadão chegou, apossou-se e depois quis registrar essa propriedade em seu nome. Para fazer isso, ele tinha que obedecer a uma série de recomendações jurídicas e isto qualquer um, na época, sabia dizer como é que se fazia: tinha que fazer um requerimento à autoridade mais próxima, manifestar o seu interesse, alegar e depois comprovar que ele estava morando ali há mais de cinco anos, que tinha reunido animais no caso do pastoreio, que tinha feito suas lavouras e por isso queria receber essa propriedade pelo título de sesmaria. . . As exigências eram numerosas e as autoridades, mesmo que as terras

solicitadas fossem distantes, iriam conferir se o alegado tinha animais, se tinha feito lavouras, plantações e enviavam o requerimento para o Rio de Janeiro. O Governador Geral do Brasil recebia, então, aquele início de processo, visando à concretização de uma doação de propriedade; lá no Rio de Janeiro, ele passava uma carta. Para ser mais claro, o processo também podia ser em São Paulo, pois houve um período em que a sede administrativa do Sul se localizava aí. Então, a autoridade administrativa no Brasil, que se vinculava com a Coroa portuguesa, fazia um texto, um título provisório, concedendo a sesmaria até que esse processo seguisse viagem para o Ultramarino, que era o Conselho do Rei que, efetivamente, tinha, pela legislação, o poder de conceder ou sugerir para o rei que autorizasse o uso da propriedade. Naquela época, toda a propriedade era do soberano; ele só cedia o uso. Era uma artimanha que usavam porque não tinham gente para ocupar; logo deixavam livres para quem quisesse. Para obter a terra, tinha que ter a comprovação da concessão, cumprir com as obrigações que assumia quando o candidato já redigia o requerimento. Aliás, Fernando, o Belo, ou o Formoso, Fernando I de Portugal, isso é lá por voltas de 1300. . . promulgou a Lei das Sesmarias, que depois foi modificada, acrescentada e melhorada. . . É possível encontrar material sobre as sesmarias no Arquivo Público.

Realmente, o processo de concessão de sesmaria exigia ampla tramitação. O Conselho Ultramarino passava a carta de sesmaria definitiva e, por causa do pouco conhecimento desta tramitação, é que houve um grande problema de identificação na história de Porto Alegre. O problema foi criado pela sesmaria que fora concedida a Jerônimo de Ornellas, datada de São Paulo, pela autoridade que tinha jurisdição no Sul. Esta era uma carta provisória e foi entendida como sendo a definitiva, mas o próprio Arquivo da Municipalidade tinha o documento definitivo. Sobre este assunto, já dei informações. Escrevi um artigo que foi publicado no Correio do Povo, posteriormente transcrito na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul, sob o título Porto Alegre, origem do agrupamento urbano. É um estudo da urbanização e desenvolvimento do povoamento do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, onde examino esse problema da sesmaria de Jerônimo de Ornellas. E aparece então, Jerônimo como sendo um proprietário de terras, não o fundador da cidade, porque muita gente, às vezes, não percebe que ele não queria nada de povoação. Ele era apenas um fazendeiro e, naquele momento, ocupava esse sítio. Mas há no título de sesmaria uma das cláusulas que afirma: quando essa terra ficar à margem de rio caudaloso, o proprietário, o titular, deve ceder, sem indenização, para o Estado, para a comunidade, no caso de passagem desse rio por ponte ou barco. . . Conforme se vê, fica uma área de uso comum para viajantes. Por exemplo, a tropa precisava descansar depois da passagem de um rio caudaloso, então tinha que parar para depois continuar viagem. E, enquanto estavam providenciando a passagem e o descanso, o local tinha que ser um espaço para que não houvesse a possibilidade de misturarem-se os animais do grupo com os animais do titular. Havia a necessidade de uma área fechada e o proprietário de toda a área tinha que permitir o seu uso. Ainda com relação às margens do rio caudaloso, que podia não ser rio caudaloso, relacionava-se com a criação de algum sítio urbano. Nesse caso, o governo poderia desapropriar a área necessária para locar o sítio urbano, sem indenizar também o proprietário, porque eles partiam do princípio que todo o território de domínio luso era da Coroa. Se bem examinada, porém, nem era da Coroa, mas sim da Ordem de Cristo, mas, vamos simplificar e deixar o domínio todo para o rei. Nessa consideração, a propriedade sendo do rei, os ocupantes só se beneficiavam enquanto o soberano o permitisse. Quer dizer, eles poderiam ser hóspedes ou moradores permanentes, se esta fosse a intenção Real. A própria lei da sesmaria já

tinha criado dispositivos para retomada de alguma terra que tivesse sido abandonada ou estivesse sem produção. Havia a possibilidade de a terra retornar ao domínio Real para ser doada a outra pessoa que quisesse trabalhá-la. No Regulamento das Sesmarias havia todas essas proibições e também tinha uma, que hoje está muito em moda, que é um item sobre o que se convencionou chamar modernamente de Ecologia. A Ecologia é mais antiga do que se pensa. Essa lei é do ano de 1375. Segundo ela, todas as madeiras que estavam nessa propriedade deviam ser poupadas pelo proprietário ou usuário, que deveria replantá-las se houvesse qualquer dano, seja um temporal, um raio, incêndio ou, simplesmente, se fosse arrancada. Estas árvores eram consideradas de muito valor para a construção das naus Reais. É por isso que até hoje nós as denominamos madeiras de lei, uma referência às madeiras que são nomeadas nessa lei de Dom Fernando. Aí esta a explicação das madeiras de lei. E até hoje usamos a expressão sem pensar no significado. . .

Ah! Começo a conversar e me distraio. . . me interesse pelo assunto e me perco numa digressão. . . Retomando, foi baseado em um dos meus artigos no qual trabalhei com propriedades de terras que apontei para o professor francês determinado assunto. Sugerí que ele delimitasse um espaço, vamos dizer assim, uma propriedade em Rio Pardo e não todo o Rio Grande do Sul para que pudesse acompanhar todo o processo de posse e venda das terras, desde quando o primeiro proprietário recebe o título de sesmaria. Em meu trabalho observei que o primeiro sesmeiro vendeu logo porque ele já estava interessado em outro local em direção à fronteira onde desejava ter a posse e o domínio de outras terras. Novamente ocorreu a venda e foi criada uma segunda dinastia e assim por diante. A primeira dinastia. . . o nome da família era Machado e, por duas ou três gerações no mínimo, a propriedade foi uma sucessão nesta família. A fazenda se chama Vitória e fica em frente à cidade de Rio Pardo. Ela foi a sede na primeira geração. O novo proprietário organizou a sucessão familiar, o que me permitiu identificar a primeira dinastia da propriedade e seus sucessores; aí já se encontram no tempo do Império. Seu proprietário foi titular do Império, vendeu as terras para o que chamei de segunda dinastia que são os Velho, os Matias Velho, que era uma família que tinha entrado na cidade de Rio Grande, vieram para Rio Pardo, depois para Porto Alegre, mas sempre envolvidos com grandes áreas de propriedades. Hoje temos a Vila Matias Velho, em Canoas, que era dessa mesma família, mas, aí, a propriedade original era dos Pinto Bandeira. Eu vinha acompanhando dois grupos familiares, seu desenvolvimento, o uso desta propriedade, desta sesmaria e o desdobramento dos herdeiros dela. Eu tinha todas as informações naquele momento e mostrei para o professor francês que meus dados serviam como uma luva para o caso dele porque mostravam como a propriedade tinha sido usada. Primeiro, para a formação de tropas e muares, os inventários demonstravam que havia em maior quantidade animais cavalares, separados para a produção de mulas; bovinos não tinha muitos, apenas bois mansos e em número muito pequeno para a extensão de terras que possuíam. Isso mostrava que o objetivo deles não era a criação do gado vacum ou bovino, mas sim dos cavalares e, apenas os muares, pois era o grande momento do fornecimento de tropas para as Minas Gerais. Em continuidade, vem um segundo momento, já na segunda dinastia, era basicamente a criação porque aí já tem o consumo por parte de grandes centros urbanos. Têm as charqueadas em Rio Pardo, que depois se entendem até Triunfo, área de uma extensão com possibilidade de abastecimento de Porto Alegre. Todo esse problema da charqueada aflora quando se examina uma propriedade em Rio Pardo, mas não vamos tratar disso agora porque é uma longa história. É só para mostrar como esta propriedade pode ser estudada desde

o primeiro momento em que foi ocupada até a sucessão, e toda esta documentação é basicamente judiciária porque o processo de inventário é um processo jurídico. O processo de compra e venda é registrado em tabelionato; neste caso, as notas dos Tabeliões de Rio Pardo. Mas em qualquer município haverá esse representante correspondente, o Tabelião. Então, temos toda a história da propriedade. E, pelos inventários, com essa riqueza de informação, o uso da propriedade aparecerá: se foi para plantações, o tipo de plantio, se serviu para a produção de cana, feijão, arroz, qualquer coisa assim interessa, e a situação especial porque uma propriedade fica em frente a um sítio urbano de grande valor e importância na época. E vimos que o território da metade do Rio Grande do Sul era administrado, centralizado, em Rio Pardo. Juntando todas as informações se tem o perfil, uma ideia concreta daquilo que foi aquela propriedade e é isso que eu queria; tínhamos um assunto e então trabalhamos a ideia. O professor de Geografia francês queria fazer o estudo de todo o Rio Grande do Sul. Sugeri, repito, só de um lugar, dizendo: podes pegar essa propriedade, já está feita, não tem problema, estão todos os dados aí. Se quiseres pegar diferentes áreas, há áreas fisiográficas no Estado. Temos a Campanha, por exemplo, ou para o lado de Uruguaiana, que é uma parte mais moderna, mais recente, a da pecuária, ou pegar uma região mais ao sul, Jaguarão, ou Pelotas, é possível; eu trabalhei um arquivo com uma fazenda, posso te dar orientação. Ele então montou uma equipe de alunos e fez todo o trabalho de acordo com a linha que sugeri. Enfim, o resultado foi uma tese que é uma maravilha! *Éleveurs et agruculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)* de Raymond Pebayle. Lille/Fr, Université de Lille III, 1974, 744 p. Porém, até hoje não foi traduzida para o português, embora o professor Rafael Copstein, um geógrafo, e nós tenhamos tentado junto à Universidade a possibilidade de fazer a tradução. O que queremos dizer é que todos os documentos estavam à disposição do pesquisador.

Conforme disse, tenho uma grande produção de artigos em jornais. Não tenho preferência por nenhuma. A gente vai escrevendo até por uma necessidade, encontra temas que são provocantes e, dentro dessa área bem limitada a que me dediquei, a Genealogia, é possível balizar essa sociedade que se desenvolveu nessa área aqui, o Sul, mostrando que há uma persistência, pois as pessoas vêm para cá e se radicam. É muito raro o problema de famílias que desaparecem, saem ou vão para outro estado, definitivamente. Apenas, recentemente, temos conhecimento que está ocorrendo o abandono do Estado, mas acho que é por motivos de outra ordem. Em 1930, ocorreu uma atração política para o Rio de Janeiro, de pessoas. A família, propriamente dita, permanecia aqui. Iria, talvez, a família num sentido restrito, quer dizer, esposa e filho daquela determinada pessoa que fora convidada para trabalhar com o Getúlio Vargas, ou até fora pleitear cargos e se mudou para lá. Mas, esses são casos isolados e não excluem essa ideia geral que faço do sentido do agrado da natureza. Quer dizer, a realidade do Rio Grande do Sul cria motivos de toda ordem para a fixação dos recém-chegados. Então, ao longo da história, mesmo que as pessoas venham com destino passageiro, vamos dizer, não pretendendo permanecer, vão ficando, vão ficando. . .

Existe também a migração dentro do próprio Estado. Isso é muito comum e até é uma característica da ocupação e também do desenvolvimento econômico, porque os primeiros caminhos do Rio Grande do Sul são todos costeiros e esta faixa é a menos indicada para as atividades que caracterizam hoje o Estado. Uma análise que fiz, mostra que os habitantes entraram por essa linha costeira, mas muitos não se detiveram aí. Chamo a atenção que estes eram os mais inquietos, no sentido de mais ambiciosos, não no sentido pejorativo, mas de desejarem se desenvolver; daí não permanecem na faixa costeira. A região dos campos da chamada Campanha e da

Depressão Central, melhor dito, atraiu, no primeiro momento, um maior grupo de famílias, e vemos que estavam, afinal de contas, concretizando um objetivo traçado muito antes de chegarem aqui. Quando houve a ocupação da Colônia do Sacramento, os portugueses se desenvolveram lá, apesar da oposição dos espanhóis, o que motivou três retomadas provisórias, mas sempre os luso-brasileiros a recuperavam. Vemos que o grande interesse em lá permanecer não era só político ou diplomático, no sentido de manter os militares para a defesa do território;foi além. Ali foi uma escola de aprendizado da atividade econômica, lá aprenderam o manejo do gado. Lá eles descobriram, pela primeira vez, o gado alçado, que depois foi a aspiração maior de todos os povoadores do Sul. E até há uma prova secundária, mas muito definitiva no nosso entender, que é quando tomaram conhecimento de que o rei tinha trocado a Colônia do Sacramento pelas Missões Jesuíticas. O ato teria desgostado toda essa gente que estava envolvida nas atividades ganadeiras e, então, faziam um contraponto com a política de Pombal, dando, de modo geral, o apoio para os espanhóis. Mas, a resolução foi tomada, a execução foi completada e as terras demarcadas. Foi nessa delimitação de terras que o grupo que acompanhou os demarcadores, as autoridades que vinham por parte do luso e por parte da Espanha, avaliou os lugares onde passaria a linha de fronteira, e descobriram então, que, aqui, existia um rebanho enorme, justificando o interesse em ocupar todos esses campos. . . É por isso que digo que, tais pessoas que vieram pelo único caminho terrestre de Laguna para Rio Grande, pela borda do mar, estavam interessadas na atividade pecuária.

Quando tomaram conhecimento dos novos campos que ficavam a meio de caminho das Missões, cheios de gado, melhores que os da Colônia do Sacramento, sem nenhum espanhol para entrar em conflito, então todos, ou a grande maioria, tornaram-se os primeiros fazendeiros em Bagé. . . Os Collares, por exemplo, vieram lá de São José do Norte e, assim como eles, inúmeras famílias são identificadas até geograficamente: é de tal lugar. . . os Dornelles, do Alegrete. . . os Vargas, de São Borja, mas os Vargas da época açoriana. O Manuel Vargas, que é ascendente de Getúlio, foi um dos primeiros açorianos que passou o rio e foi se instalar ali na margem do Rio Camaquã e estabeleceu a sesmaria dos Vargas. . . O Passo dos Enforcados, o Passo do Vigário também eram sesmarias deles. E dali saíram para Passo Fundo, onde nasceu o Evaristo, que é o avô de Getúlio, e ficaram lá. . . Do Planalto, desceram para Itaqui, daí para São Borja; esse é o caminho da família, que mostra exatamente como se levanta uma linha genealógica. Pela migração a gente conhece as áreas que foram se sucedendo no interesse de ocupação e no domínio para a produção econômica.

Os açorianos organizaram as suas estâncias, os seus plantios, em um terreno que não era de maior eleição. Sabe-se que, quando eles se fixaram aqui, a partir de 1751, foram plantar em Osório a primeira lavoura de cana e construíram o primeiro engenho de açúcar, implantado por um colono de origem madeirense. Esse também é um trabalho que fiz, localizando, identificando nomes, descrevendo os engenhos. . . Esta tradição canavieira dos osorienses é bem marcada. Getúlio Vargas teve o prazer de inaugurar a famosa Usina de Santa Marta, que trouxe um grande desenvolvimento para os moradores da região e produziram o açúcar mascavo, isto é, o açúcar não purificado, não alterado quimicamente e que hoje é muito valorizado pelos dietéticos. Porém, o próprio Getúlio, como presidente da República, por pressão dos nordestinos, proprietários dos famosos engenhos do nordeste, em seu planejamento econômico, selecionou áreas e produções específicas para cada uma delas. As áreas de eleição não podiam ser violadas. Então, o açúcar só poderia ser produzido no nordeste, o cacau só na Bahia. . . Foram, pois, os zoneamentos econômicos que proibiram a produção

açucareira no Rio Grande do Sul. A Usina está destruída, a estrada que ia daqui para praia, passava bem ao lado da construção que serviu de Usina, a Usina de Santa Marta.

... São poucas as pessoas que se dedicaram, e até hoje se dedicam a certas áreas de estudos históricos. O Aurélio Porto, por exemplo, é um dos maiores nomes da historiografia sul-rio-grandense, destacando-se no campo da Genealogia. São muitos os estudos que ele reuniu sobre pesquisas genealógicas. Tenho certeza que estas buscas o situaram, o definiram na elaboração dos seus trabalhos. . . Borges Fortes é outro nome da maior afeição para os historiadores e também para os genealogistas. Ele era mais ou menos como eu fui, preocupado em identificar a sua ascendência e, nesse caminho, nesse trânsito pelos documentos, também começou a escrever sobre historiografia rio-grandense. Ele conta até no primeiro trabalho que escreveu sobre Cristóvão Pereira, como reuniu a documentação que lhe possibilitou esse estudo. Ele é pioneiro na biografia de Cristóvão Pereira. Pensou, inicialmente, que fosse da sua família e, por isso, aprofundou as pesquisas, a fim de excluir ou confirmar essa hipótese de trabalho. Infelizmente, não era, ou pelo menos numa aproximação que até hoje não foi alcançada ainda. Cristóvão Pereira era de Portugal e veio para o Rio de Janeiro. Apesar de grande comerciante, de iniciativa muito altruística, não teve uma retribuição econômica em toda sua atividade. Ele foi um dos que contribuiu para o resgate da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, quando foi ocupada pelos franceses. Ele se radicou e casou nessa cidade; quando houve a ocupação da Colônia de Sacramento veio para cá e se transformou em um grande exportador de couros. Conhecia tudo sobre gado, muito mais por informação, com o objetivo de montar o seu esquema de exportador de couros. Com a entrega da Colônia para os espanhóis, voltou para o Rio de Janeiro e aí lhe foi oferecida a possibilidade de montar um grupo de paisanos em uma tropa especial, para auxiliar o Silva Paes na retomada da Colônia em 1736. Seu plano era muito grande: tomar Montevideu, desembarcar em Buenos Aires e daí ocupar a Colônia. Há uma correspondência de Gomes Freire de Andrade para Cristóvão Pereira, que encontrei em Minas Gerais, com estas informações e as razões da não realização do plano, que diz mais ou menos assim: . . . não tomamos Montevideu porque tinha uma resistência muito grande; não ocupamos Buenos Aires porque o mar era muito raso e não podíamos chegar para uma operação de desembarque. . . . O documento foi lido há muito tempo, mas recordo que a mensagem é clara: tremo ao pensar que toda a força da Marinha lusa está ao sabor dos ventos do Prata. . . . Quer dizer, sem vantagem, sem lucro nenhum, tudo imobilizado. . . o resultado nós sabemos, é conhecido. Tiveram que tirar todo o pessoal da Colônia e vir para a cidade de Rio Grande. E aí entra novamente a ação de Cristóvão Pereira. Ele já está aqui e o plano dele era preparar a cidade para receber os sobrantes da Colônia; é com ele que nasce a fundação da cidade de Rio Grande. No entanto, está escrito em todos os livros publicados, até hoje, que Rio Grande é uma cidade fundada por Silva Paes! Incrível! E pergunto: que fundador é este que teve todo esse sucesso na sua missão de militar, o brigadeiro estava no Prata, chegou à cidade de Rio Grande e encontra Cristóvão Pereira com seus milicianos, que tinham construído o fortim, preparado carne salgada – o charque –, e recolhido uma cavahada? Quer dizer, o Silva Paes desembarca, reconhece, examina, aprova tudo o que tinha sido feito pelo Cristóvão Pereira. A única contribuição material que se sabe – está no documento – é que tiraram os falconetes dos barcos e colocaram no Fortim em Rio Grande. . . Para fundador da cidade de Rio Grande acho que é muito pouco!

A História nunca está pronta, não podemos saber o que houve em minúcias. Em nosso círculo acontecem as coisas e a gente não fica sabendo. O que há é uma versão,

uma visão de cada um de nós. Agora, se cada um de nós dá um depoimento, até divergente, isso quer dizer que está errado? Não, é um ponto de vista. Nós devemos é reunir o maior número de depoimentos de crítica e não fazer só a reunião de dados. A História domina o relato da cronologia. Cronologia, acho que não pode ser assim. Mas quem sou eu para estar dizendo o que pode e o que não pode? Sou apenas um experimentador, um recolhedor de documentos, de testemunhos; prefiro ter uma perspectiva de como teria acontecido. Segundo os gregos, étimo (origem) da História era reunir documentos, reunir informações para saber. Essa é a minha preocupação. O léxico que nasceu da História, da minha atividade como decifrador de palavras cruzadas é que me levou ao estudo da formação das palavras, da história da palavra. Então, são pequenas coisas que vão se juntando para nos indicar o que fazer. Foi exatamente por causa dessas preocupações com a palavra que me deu certo destaque há algum tempo atrás quando eu escrevi um artigo no Suplemento Rural, do Correio do Povo, mostrando o que eu entendia sobre a origem da palavra serigote.

O serigote é um termo que é apontado como sendo de origem rio-grandense. Um poeta, o Marcos Íolovitch, que conheci no tribunal de Júri, me disse:

- Tu que gostas de tradicionalismo, tu sabes quem é que inventou a palavra serigote?

Antes de eu dizer o que eu pensava sobre a palavra serigote, ele disse:

- Foi um seleiro alemão, de Santa Maria; ele era santa-mariense.

Reafirmou:

- Foi um seleiro em Santa Mana quem inventou essa palavra.

E aí eu digo:

- Ah é, doutor?

A partir daí, resolvi dizer para ele que achava que era muito difícil que tivesse sido assim, baseado no meu conhecimento do nascimento de palavras. A difusão de uma palavra como essa, serigote, que é usada geograficamente em todo o Brasil e na Argentina, em toda a parte, se conhece o vocábulo serigote. Afirmar que tenha se originado com data marcada, em Santa Maria, inventada por um imigrante alemão, que tinha vindo de São Leopoldo! Um seleiro santa-mariense?! . . Não é possível que nessa data um seleiro tenha criado o termo. Em todos os dicionários no Rio Grande do Sul há essa versão que foi difundida pelo patrono do tradicionalismo, Cezimbra Jaques, no seu livro Assuntos do Rio Grande do Sul sobre temas regionalistas. Eu não sabia nada, na hora, como é que essa palavra tinha entrado. Aí fui estudar, fui procurar, pesquisar. . . O Cezimbra Jaques colocou essa versão do seleiro. Achou que um gaúcho, querendo comprar apetrechos de montaria, ofereceu uma peça dizendo: das ist zer gut. **Isto é, “este é o melhor”**.

Portanto, nessa interpretação, das ist zer gut, estaria a origem do termo serigote, saído de uma frase alemã que está escrita em tudo que é dicionário que fala sobre a terminologia rio-grandense. Esta lá, serigote, do alemão das ist zer gut. . . Aí, encontro uma referência lá em Minas Gerais, com o velho Melo Franco. Escrevendo sobre uns tropeiros, destacou que estavam deitados no campo, olhando para o céu, apoiados no seu serigote. Serigote! Mas como?! O Afrânio conhecia o serigote? Inventado em Santa Maria? Mas como pode ser? Não pode! Não pode! Com as dificuldades que a gente conhece de comunicação, como é que um termo pode se difundir de tal modo?! Aí fui mais fundo nos meus estudos e criei a minha versão. A minha publicação, Origem do Serigote, coincidiu com o que o Coelho de Souza tinha escrito sobre regionalismo, e a propósito disto saiu o serigote. Contou toda a história de novo, a mesma história da sua

origem. Dois dias depois ou três dias depois, aparecem umas notas do Celso Pedro Luft, que tinha uma coluna permanente no jornal Correio do Povo, No Mundo das Palavras, dizendo que achava que não era verdadeira, não era certa e que, oportunamente, voltaria ao assunto da origem da palavra serigote. Efetivamente voltou mais de uma vez e, na terceira vez que ele ia tratar do assunto, escreveu: eu ia responder *sobre o serigote, mas na página 'tal' do Suplemento Rural* do Correio do Povo de ontem, saiu um artigo do Fulano de Tal, tratando sobre etimologia do serigote. De maneira que nós vamos reexaminar o assunto e depois voltar. Fiquei esperando, não voltou, pronto. . . fazer o quê? Perguntar para ele, mas como é o negócio?. . . Ficamos assim. Então, quer dizer, o especialista achou que não devia abordar o tema ainda, e eu, na minha ignorância, ou insensibilidade de não iniciado, coloquei lá o que tinha reunido de pesquisa e de análise crítica examinando a evolução das palavras. Pelas leis fonéticas da transformação de um r em l, a transformação do acréscimo de vogais para abrandar a sonoridade, então tudo isso está na fase de criação da palavra serigote, sem ser de origem alemã. Porque serigote, no meu entender, é uma palavra nascida do radical celta que, por sua vez, tem uma origem mais remota, que corresponde ao radical sed, s - e - d, ou sedna que é a sede, a sede que de sela, pela modificação do d e, para botar o a que é característico do feminino, a sela e lá, no dicionário, aparece selagote, dando a descrição de que é o aparelho de sela. Depois tem o selim que é o diminutivo da sela, e tem outro lá que é selagote. Selagote, que é uma sela menor. Então, o ote é uma desinência, também diminutivo, ote, muito usado na língua italiana e em Portugal. Então, o ote seria um diminutivo, quer dizer, a sela seria uma peça grande e teria uma forma menor, selagote até o selim, que é menor. Bem, selim, selagote, serigote. Então, a raiz é sela que tem radical de origem romana, quer dizer da nossa linguagem e que, depois vai sofrer todas essas modificações que são analisadas e explicadas pelos linguistas como é que ela se transforma de uma palavra em outra. E o selagote tem explicação de acordo com todas essas leis. Então, “sela tem dois l, que simplificou por causa da fonética. Tem o selagote que se transforma em serigote, porque o l, lambda – sigma – aí a medicina me ajuda – , o rotacismo, as pessoas têm mais dificuldade, um primeiro momento da forma r. Então, transforma na leitura r em l, que o japonês é o rei. A dificuldade não é só nossa. Então isso aí mostra que a pesquisa leva a campos tão diferentes.

Em 1955, publiquei meu primeiro artigo, no jornal Correio do Povo, na página que era mantida pelo Carlos Reverbel. Era uma página literária, que depois foi dirigida pelo Manoelito de Ornellas, Prosa das Quintas. Reverbel publicou meus artigos e os de outros. Depois, Prosa das Quintas se estendeu para uma página inteira e, posteriormente, virou suplemento, o Suplemento do Correio, que foi administrado por várias pessoas, como o Reverbel, o Gastal, o Copstein, o Goidanich e uma série de outras pessoas que passaram pela administração do jornal. O primeiro artigo que escrevi foi exatamente sobre Dom Diogo de Souza. Conversando em uma ocasião, Reverbel me disse: ah, isso aí é interessante, bota no papel. Escrevi, levei e ele publicou dois artigos e daí falou: escreve outro, escreve outro. . . Continuei escrevendo espaçadamente neste Caderno. . . Depois, o pessoal da redação do Suplemento Rural, em vista daqueles artigos se ligarem a assuntos da Campanha, acharam que seria interessante para os seus leitores e me convidaram para publicar artigos semanais. Levei o primeiro e tive como resposta: agora, quarta-feira, você me entrega o outro. Mas que outro? Perguntei. Não, traz outro, todo mundo gostou do artigo, vamos publicar outro. E, assim, de um em um, percorremos o primeiro ano, o segundo, seguimos dez anos, publicando um artigo por semana a partir de observações que já estavam em casa e tinham sido recolhidas

quando eu estava na direção do Arquivo. Dos assuntos que me interessavam, eu copiava todo o documento.

Fui diretor do Arquivo Histórico de 1953 a 1965, parece. Em 1957 recebi convite para integrar o Instituto Histórico, posteriormente para o Colégio Brasileiro de Genealogia, sediado no Rio de Janeiro, e, após, para a Associação de Imprensa, onde exerci o cargo de diretor cultural. Então, tudo isso vai sendo motivo para escrever mais um pouquinho.

A minha preocupação com a História, vamos dizer assim, era apenas para identificar a minha ascendência, no máximo possível, identificar onde mais longe fosse. . . E a gente vai longe. Consegui até dados antes do ano mil, não só do nome Xavier, como de outras linhas que vão até os séculos IX e X. Até pode ser invenção, mas não é minha, é dos outros, porque estou apenas recolhendo dados para as minhas investigações que levam à convicção de que esta pessoa é sucessora de várias gerações. **De simples curioso, me tornei historiador”.**

Porto Alegre, 27 de outubro de 1992.

IVO CAGGIANI



A) Dados Biográficos

Nasceu em 27 de maio de 1932, em Santana do Livramento/RS e faleceu em 19 de abril de 2000, na mesma cidade.

Fez as primeiras letras com professoras particulares e concluiu o ensino elementar e o curso ginásial no Colégio Santanense, dos Irmãos Maristas. Transferiu-se para Porto Alegre, em 1950, onde estudou nos colégios Cruzeiro do Sul e Nossa Senhora do Rosário.

Começou a trabalhar na sua cidade natal como entregador do jornal local, O Republicano, no qual seguiu carreira sendo revisor, repórter, correspondente em Porto Alegre e redator-chefe até 1952, quando o jornal parou de circular.

Estagiou no Museu Julio de Castilhos, da capital gaúcha, e fundou, em Santana do Livramento, o Museu Municipal David Canabarro, em 1952, sendo diretor até outubro de 1953.

Manteve-se na área do jornalismo, trabalhando nos jornais santanenses A Plateia e Diário do Sul, até o final de 1954 e, também, redator da revista Aspectos de Santana. Em fevereiro de 1955 reabriu o jornal Folha Popular, do qual foi diretor por vários anos. Exerceu o magistério, de 1952 a 1958, no Instituto Livramento, da Igreja Anglicana, lecionando História, no então curso ginásial.

Teve problemas com os militares, pois criou um comitê de resistência democrática em sua cidade, durante o Movimento da Legalidade; respondeu a vários Inquéritos Policiais Militares/IPMs. Neste período, a Folha Popular sofreu mais de uma intervenção e, por imposição dos militares, de 1964 a 1969, Caggiani foi obrigado a deixar a direção do jornal, tendo sido preso várias vezes.

Foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, Academia Brasileira Maçônica de Letras, Academia Brasileira de História e Academia Petropolitana de Letras. Também fez parte do Instituto Genealógico Brasileiro, do Instituto de História e Tradição do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e do Círculo de Pesquisas Literárias.

B) Seleção Bibliográfica

CAGGIANI, Ivo. Subsídios para a História de Livramento: breve estudo histórico. Santana do Livramento: Museu Municipal David Canabarro, 1952.

CAGGIANI, Ivo. Acampamento da Imperial Carolina. Santana do Livramento: Diário do Sul, 1954.

CAGGIANI, Ivo. Vitélio Gazapina: biografia. Santana do Livramento: Folha Popular, 1963.

CAGGIANI, Ivo. Vultos de Sant'Ana. Santana do Livramento: Folha Popular, 1967.

CAGGIANI, Ivo. Sant'Ana do Livramento: 150 anos de História. Santana do Livramento: Associação Santanense Pró-Ensino Superior, 1983/84.

CAGGIANI, Ivo. Carlos Cavaco: a vida quixotesca do Tribuno Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

CAGGIANI, Ivo. João Francisco: a hiena do Catí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CAGGIANI, Ivo. Flores da Cunha: biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CAGGIANI, Ivo. Rafael Cabeda: símbolo de Federalismo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CAGGIANI, Ivo. Honório Lemes: um herói popular. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

C) Depoimento

“Meu material de pesquisa ocupa na minha casa uma sala, que não é muito ampla, uma parte grande de uma garagem e mais outras salas no fundo do prédio. Na sala, tenho oito arquivos fichários com mil e duzentas pastas, onde estão reunidos documentos, aliás, milhares de documentos sobre a História do Rio Grande do Sul, especialmente da fronteira e, particularmente, de Santana do Livramento.

Em um fichário, que denomino arquivo, está a memória cultural de Santana do Livramento. Ali estão reunidas duzentas e sessenta e duas pastas, contendo dados de cada um dos escritores santanenses, a partir de 1881, quando foi publicado o primeiro livro em Livramento por um santanense e os outros, até o momento atual. Os santanenses estão distribuídos no universo e a última conquista minha nesse setor, foi localizar uma senhora que é escritora e hoje reside na cidade de Agra, na Índia. Tem oitenta e dois anos, nasceu em Santana e pertence a uma religião Hindu, Hamachai (sic). Ela publicou alguns livros no Brasil e, atualmente, se dedica a traduzir os livros dessa religião para o português. Já tenho uns quinze ou dezesseis livros sobre isso. Então, esta é a última, a mais recente pasta incluída no meu arquivo.

Em 1950, tendo concluído o curso ginásial, me mudei para Porto Alegre, a fim de continuar os meus estudos. Inicialmente, fui para o Colégio Cruzeiro do Sul, em vista de ligações familiares com a Igreja Anglicana e Episcopal do Brasil e lá comecei a fazer o Curso Científico. Porém, como pretendia fazer Direito, verifiquei que deveria mudar de rumo, uma vez que o que se adaptava mais era o Curso Clássico. No Cruzeiro do Sul não existia esse curso e, então, me transferi para o Colégio Rosário. Lá, passei a integrar o Grêmio Literário, que se chamava Carlos de Laet que, nesta oportunidade, era presidido pelo meu saudoso e querido professor irmão Arnulfo, Celso Pedro Luft, que depois

deixou a Ordem dos Maristas e, realmente, foi um grande professor. Fui muito incentivado por ele, que lia os trabalhos que eu apresentava no Grêmio Literário. Mas, esse Grêmio só envolvia os próprios alunos; uns apresentavam os trabalhos para os outros. Com uma visão mais ampla do assunto, sugeri que deveríamos convidar alguém de fora para, uma vez por mês ou a cada quinze dias (as reuniões do Grêmio eram semanais), convidar pessoas de fora para nos trazerem mais esclarecimentos, mais luzes sobre determinados assuntos literários ou históricos. Minha proposta foi aprovada e foi sugerido, não me recordo por qual colega, que fosse convidado o professor doutor Dante de Laytano. Como autor da proposta, fui designado para integrar uma comissão de três alunos que fosse fazer o convite ao doutor Dante de Laytano. Chegamos lá, ele era o diretor da Faculdade de Filosofia e também era diretor do Museu Julio de Castilhos que não era só o Museu Histórico, mas também o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que estava anexo. Hoje se encontra separado do Museu. Fomos muito bem recebidos pelo doutor Dante e aí, então, logo no início, ele perguntou para meu colega mais ou menos assim:

- Você gosta de História?

O meu colega respondeu:

- Não, eu gosto de literatura.

Então, ele perguntou para um segundo:

- E você, gosta de História?

E ele disse:

- Não, eu gosto da matemática, ciências exatas.

Aí ele virou-se para mim, que era o terceiro e o último da comissão:

- E você, gosta de História?

E eu disse:

- Eu gosto de História, sou ótimo aluno em História.

A partir daí o professor Dante não falou mais com os meus colegas. Só se dirigiu a mim e, praticamente, desconheceu os outros, porque a preferência deles não era a História. Uns quatro ou cinco dias depois, ele foi ao Colégio Rosário fazer uma palestra e fui convidado para saudá-lo, em nome do Grêmio Literário. Depois da palestra, veio a sessão do cafezinho, um bate papo, e ele, sempre procurando se dirigir a mim, perguntou: você não gostaria de pesquisar no Museu Julio de Castilhos?

- Eu gostaria, respondi.

Isso porque, durante a conversa, na hora do convite, ele tinha me perguntado de onde eu era. Disse que era de Santana do Livramento e ele observou: ah, é uma cidade extraordinária! Elogiou a cidade, disse que ela tinha um passado muito importante na fronteira do Rio Grande do Sul e foi aí que ele indagou se eu não gostaria de pesquisar no Museu sobre a cidade e respondi que sim. Então apareça lá. Não me fiz de rogado, no outro dia, me inteirei do horário de expediente do Museu. Terminei as aulas ao meio dia e almocei rapidamente. O Museu abria às treze horas e, quando ele abriu, eu estava lá. Primeiro andei pelo Museu, visitei, depois pedi para falar com ele. Disse:

- Olha, estou aqui para pesquisar.

Ele disse:

- Não tem dúvida!

Aí ele chamou a funcionária encarregada do setor do arquivo do Museu, a dona Edna, na época, cujo sobrenome eu não recordo e me recomendou:

- Olha este é o Ivo Caggiani, ele vai pesquisar sobre Santana do Livramento, você propicia a ele tudo que precisar, auxilia também no que for possível.

Aí eu já fiquei. Tinha levado um bloco, mais uma caneta e permaneci lá o restante do expediente. A partir daí, comecei a fazer expediente no Museu Julio de Castilhos, almoçava rapidamente e ia para lá, de segunda a sexta-feira durante dois anos. O Dante não só me recomendou a esta senhora, como também a outras pessoas, funcionárias do Museu. O seu Ascânio Ilo Frediani, responsável pelo setor de taxidermia do Museu, ele também era restaurador. Tinha o filho dele, que foi um grande pintor; morreu faz pouco. Eles me ensinaram a trabalhar com gesso, fazer restauração de documentos e de objetos. Fiz, praticamente, um curso de museologia, um curso prático, mas não pude, lamentavelmente, continuar estudando em Porto Alegre por problemas de família. Morreram as pessoas mais chegadas a mim, ficou minha mãe sozinha e ela não tinha condições de se mudar para Porto Alegre, então tive que voltar para Santana.

Assim que cheguei lá, tive que me dedicar à imprensa. Aliás, retrocedendo, comecei a minha vida como jornalista. No dia trinta de novembro não, trinta de março de 1944, comecei, foi o meu primeiro trabalho como jornalista. Depois, passei a entregador de jornal para os assinantes, depois para a oficina gráfica. Sou tipógrafo, aprendi a tipografia, fazia o serviço de lavar as chapas de impressão depois de impressas. Naquele tempo eram de tipos móveis, então, lavava aquilo, fazia todo o serviço insalubre, varria a oficina. Como estava estudando no Colégio Santanense dos Irmãos Maristas, tinha só meio expediente. Mas fui procurando notícias, ia à polícia, copiava o livro de ocorrências policiais para trazer para um repórter redator fazer a notícia. Eu era muito atrevido e, então, resolvi começar a fazer as notícias.

Mas quando fui para Porto Alegre estudar, eu já era praticamente repórter. Também fui ao Colégio Cruzeiro do Sul e, também, no jornal da Igreja. Trabalhei no porão do Colégio, onde estava a tipografia alguns meses. . . nesses particulares, continuei sempre em Porto Alegre como correspondente dos jornais de Santana. Antes de sair de Porto Alegre, o Dante me chamou e disse: olha, eu lamento, gostaria que você ficasse, já tinha programado para você algumas atividades, mas vou lhe dar três incumbências para fazer.

Vou ter três incumbências, pensei. . .

Ele continuou:

- Uma, é fundar um museu lá em Santana do Livramento, que não tem. A segunda incumbência é escrever a história da cidade.

Respondi:

- Duas incumbências, escrever a história da cidade e fundar o museu, mas esse museu, como é que é?

Ele respondeu:

- Ah! Esse museu deve se chamar David Canabarro! Aí surgiu a terceira incumbência. Você vai escrever uma biografia do David Canabarro. Só tem a respeito dele no livro do Othelo Rosa, Os Amores de Canabarro, mas não tem praticamente nada. Como ele é muito ligado a Santana do Livramento, viveu sempre lá, você vai escrever uma biografia dele. São três incumbências e já vou lhe dar alguns objetos para você começar o museu lá em Santana.

Aí ele arranjou uns sete ou oito objetos e me deu, da coleção particular dele, para iniciar o museu.

Voltei para Santana e logo passei a trabalhar na imprensa. Fiz o curso de contabilidade, no colégio dos maristas, na Escola Técnica do Comércio, fiquei trabalhando na imprensa, mas não consegui continuar estudando e fazer o curso de Direito, como era a minha pretensão. Fiquei radicado, criei raízes, nunca mais saí. Fundei o Museu, foi o primeiro ato que fiz; ele é chamado Museu Municipal Davi Canabarro. Entrei na política e, por questões políticas, estive só por dois anos lá, por desentendimentos dessa ordem com o prefeito da época, me afastei. Mas, o Museu continuou e continuei trabalhando para ele, fui nomeado seu diretor, mas era um cargo honorífico, não recebia nada dos cofres públicos; os outros que me substituíram, recebiam mas eu não. Continuei trabalhando, era a minha primeira obra, a minha menina dos olhos. Conseguia objetos aqui, ali e acolá, documentos e os encaminhava para o Museu e continuei trabalhando na imprensa. Mas no tempo que passei em Porto Alegre, no Museu Julio de Castilhos, tive a oportunidade de pesquisar muito sobre Santana do Livramento.

O tema exclusivo das minhas pesquisas é Santana do Livramento. Pesquisei muito, copiei muito. Naquela época não tinha Xerox; copiei centenas de documentos sobre Santana. E, aqui em Santana, além das atividades da imprensa e do Museu continuei pesquisando. Faz, seguramente, quarenta anos, quase meio século, que trabalho em pesquisa. Comecei a publicar alguns trabalhos sempre sobre a cidade. Ao longo do tempo, cumpri a segunda incumbência que o Dante me dera, que era publicar a História da cidade de Santana do Livramento. Tenho três volumes publicados e mais quatro prontos ainda não publicados, que formam um conjunto; ao todo são sete volumes. Comecei do menor para o maior. Então parti para um estudo da região, porque não se pode dissociar Santana dos municípios vizinhos. E, um fato muito interessante, repito, não se pode, até é possível dissociar um tanto Santana do Livramento dos municípios vizinhos, mas não é possível escrever a história de Santana do Livramento sem a participação castelhana. Quer dizer, nós estamos tão intimamente ligados, que os fatos são internacionais; quase todos aqui dentro apresentam algum tipo de relação. Fui obrigado também a estudar e, pelo mínimo, pesquisar fatos ligados à zona fronteira. Então, aí foi outra frente de trabalho. Nesta altura dos acontecimentos, estava trabalhando, inclusive na coleta de material sobre o Davi Canabarro para cumprir a terceira etapa das incumbências, que me foram dadas pelo Dante de Laytano, meu grande amigo, meu grande mestre, ao qual dedico a minha admiração toda especial. Realmente, o Dante é uma figura excepcional, distinta de muitos outros historiadores que se encasulam, acham que são figuras exponenciais. O Dante, sempre abriu oportunidades para os mais jovens, abriu para mim e também para vários alunos dele que são hoje historiadores de certo renome. Eu continuei publicando, e sempre fui ampliando meu trabalho e reunindo material. Em 1970, já tinha o meu jornal. Em 1955 eu, com um amigo bem mais idoso, revivemos um jornal que havia sido fundado em 1937 por ele, o Sérgio Santos. O jornal Folha Popular voltou à circulação, do qual fui seu diretor por n anos. . .

Em 1960 e poucos faleceu no Rio de Janeiro um santanense que, também, era um grande amigo, o Carlos Cavaco. Carlos Cavaco teve uma participação muito grande em Porto Alegre: foi o primeiro ator de cinema e defendendo que, inclusive, do Brasil! Ele protagonizou o papel principal do filme baseado num trabalho de João da Costa; isso no começo do século. Como Carlos Cavaco faleceu no estado do Rio, pedi para sua família alguns objetos dele e me mandaram a cuia. Ele costumava andar pilchado, vestido de gaúcho, em Petrópolis/RJ, onde morava; mandaram-me as botas, bombachas, chapéu, a cuia, mais alguns objetos que levei para o Museu Municipal. Chegando lá, tive uma decepção. O diretor do Museu disse: não, coisa do Carlos Cavaco

aqui não quero, não gosto do Carlos Cavaco, acho ele muito fanfarrão. Não, não quero. Aí voltei para casa e fiquei com o abacaxi na mão, porque havia pedido para a família. Levei uns três ou quatro meses pensando, como é que iria sair daquele problema. Como Cavaco era ligado à imprensa e eu era jornalista, resolvi criar um Museu da Imprensa, Museu da Comunicação Social. Então, escrevi para a família do Carlos Cavaco dizendo que estava fundando um museu ligado à imprensa e pedia permissão para que esses objetos que estavam indo para o Museu Municipal, ficassem no Museu da Imprensa. A família respondeu que eu podia fazer com o material o que desejasse. Fiz uma vitrine e coloquei na redação do jornal os objetos do Carlos Cavaco e mais alguma coisa que tinha, jornais, artigos, etc. Aí nasceu um segundo museu fundado por mim, que é o Museu Folha Popular, o mesmo nome do jornal. Hoje, o jornal não está mais comigo, mas o Museu continua Folha Popular, é de minha propriedade e é uma outra frente de trabalho; para ele consegui material, tudo ligado à imprensa.

Santana é muito rica em jornais. Nós tivemos mais de trezentos tipos de jornais de 1860 até agora. Tenho uma coleção, aliás, várias coleções completas de jornais que circularam em Santana do Livramento e tenho muitos, a maioria deles apenas um, dois ou cinco exemplares, mas tenho praticamente todos. Devem me faltar seis ou sete jornais desses trezentos e tantos. O pessoal que vinha no jornal e via aquela vitrine, começou a trazer outros materiais. Um trazia uma coisa, outro trazia outra. . . Aí fiz outra vitrine, criei até um problema porque não sabia mais se a redação do jornal era uma redação de jornal ou se era um museu; era uma mistura! Como tinha um sítio, resolvi construir e montar lá o Museu, onde está até hoje. Tem várias salas. Tem um acervo muito interessante, muito bom; foi o segundo museu que fundei. Eu era um grande admirador do Carlos Cavaco e ele, de tudo que produzia, sempre me mandava um exemplar. Cavaco escreveu quase cinquenta livros. São romances, obras sobre teatro, poesia. . . Daí, resolvi escrever uma biografia dele. Dei certa guinada, saí da História e escrevi uma biografia do Carlos Cavaco. Os capítulos que eu ia escrevendo, mandava para um amigo de Porto Alegre, um jornalista, e ele começou a sugerir:

- Olha, eu acho que esse capítulo está muito extenso, divide em dois.

Foi me dando uma orientação. Concluído o trabalho, ele disse:

- Esse trabalho deve ser publicado em Porto Alegre.

Eu pretendia publicar em Livramento.

Mas ele insistiu:

- Não, esse trabalho deve ser publicado em Porto Alegre porque considero muito bom o teu trabalho e vai ter uma repercussão grande.

Mas eu?! Em Porto Alegre?! Não conhecia nenhum editor, aqui distante. Sempre costumo dizer que vivo num deserto, a quinhentos quilômetros de Porto Alegre. Não têm livrarias, não têm editoras, não têm arquivos. Então, lhe disse:

- Olha, eu não tenho ninguém aí em Porto Alegre.

Ele respondeu:

- Vou arrumar o assunto para ti.

Ele levou o livro para o Martins, que leu, submeteu ao Conselho Editorial dele e como ele era também grande admirador do Carlos Cavaco, resolveu publicar o livro. Dessa maneira, ultrapassei os limites de Santana do Livramento. O livro foi muito bem recebido, vendia bem, e aí resolvi escrever biografias de santanenses. Tinha outro que estava a desafiar algum biógrafo, o general João Francisco Pereira de Souza, que era acusado de atos bárbaros. Eu tinha muito material a respeito dele. Resolvi escrever

outra biografia, sem nunca descuidar da do Davi Canabarro. Escrevi a biografia do João Francisco e, como tinha pouco material, quer dizer, relativo material, recorri à família dele, que morava em Porto Alegre. Disse:

- Olha, eu gostaria que vocês abrissem para mim o arquivo de João Francisco, que eu quero escrever um livro.

Eles ficaram meio reticentes e falei:

- Olha, vou escrever com o material que tenho. Aí depois, se vocês não gostarem, acharem que não abordei corretamente, eu vou esclarecer. . .

Para surpresa minha, passados uns trinta dias, recebo lá no Museu, que fica a uns seis quilômetros do centro de Livramento, a visita de uma senhora que tinha vindo de Porto Alegre, com um recado para mim de que o arquivo do João Francisco estava à minha disposição. Fui lá, pensando que estava à minha disposição para consulta e, para surpresa minha, não era para consulta mas, para doação ao Museu. Fui com um amigo a Porto Alegre, com um fusca e visitei a família.

Assim me disseram:

- Olha, nós estamos encaixotando o arquivo para o senhor levar.

Respondi:

- Não, mas queria apenas o acesso. . .

Responderam:

- Não, a família resolveu doar para o senhor o arquivo do João Francisco.

É uma beleza, o arquivo do João Francisco! É um ótimo acervo que enriqueceu consideravelmente o meu Museu, o meu arquivo. . . Trouxe o que foi possível dentro do carro, voltei logo depois e retornei logo em seguida a Porto Alegre com um carro maior. Trouxe cento e oitenta quilos de material, todo o arquivo do João Francisco, inclusive o fotográfico! Aí tive elementos para fazer outro livro, quer dizer, a segunda biografia. Concluí a biografia mais completa do João Francisco. Também submeti ao Martins e ele publicou. Leva o título: A Hiena do Catí. Quando do lançamento, o Dante de Laytano contou a história, essa minha história com ele, ao público. Contou que, quando fui aluno do Colégio Cruzeiro do Sul, disse para ele que tinha predileção pela História e aí ele disse: eu dei uma vacina. Agora tu podes ir que isso aí vai continuar, porque depois de vacinado com o vírus da História, ele não abandona mais.

Em um balanço, publiquei a terceira biografia, sem descuidar da história da cidade. Publiquei duas biografias, uma do general Flores da Cunha, santanense, governador do Estado, deputado, senador, e uma biografia do Rafael Cabeda. Atualmente, estou com um livro em Porto Alegre, na Martins Livreiro, de quem me tornei grande amigo, mas é uma biografia do marechal Nelson de Mello, santanense, que foi ministro da guerra, governador do Amazonas, herói da Força Expedicionária Brasileira, revolucionário de 1924, e teve uma participação ativa na Revolução de 1924 aqui em Santana. É uma figura muito interessante e também esse já está esperando para ser editado, possivelmente no início do ano. No momento, estou escrevendo a biografia do general Cipriano da Costa Ferreira. Esse ano, 1997, o fogo simbólico da Semana da Pátria saiu de Santana do Livramento em homenagem ao Cipriano e foi distribuído para todo o Estado; foi uma solenidade muito interessante na cidade. Também escrevo sobre o coronel Francisco Flores da Cunha, irmão do general Flores da Cunha. Outra biografia, na qual estou trabalhando é a de Honório Lemos. Tenho o projeto de mais algumas biografias mas, com o tempo, estou reunindo sempre material. Por enquanto estou voltado exclusivamente para Santana do Livramento, o

que não quer dizer que não tenha outro projeto de escrever, sair um pouco dos limites do município, dos quais até agora me mantive para dar uns voos aí na história regional, quer dizer, na história fronteiriça do Rio Grande do Sul.

Retornando a Davi Canabarro, estava com o material sobre ele e concluí sua biografia, que a Martins Livreiro publicou. Fui a Porto Alegre para fazer o lançamento. Na oportunidade, o governador do Estado era, inclusive, do meu partido, o Alceu Collares; a esposa dele é Canabarro, colateral do Davi Canabarro. Então, eles resolveram patrocinar o lançamento do livro em Porto Alegre. Foi na Casa de Cultura Mário Quintana. Nesta oportunidade, disse umas poucas palavras. Estava lá o doutor Dante de Laytano e disse: queria dizer que está aqui o meu grande mestre, meu amigo Dante de Laytano e também dizer que estou cumprindo a terceira tarefa que ele me deu. As duas outras já cumpri, esta é a terceira. Depois de quarenta anos estou cumprindo a terceira tarefa que é a publicação da biografia do Davi Canabarro, que ele pediu que eu fizesse, em 1951!

Voltando ao João Francisco, o escritor gaúcho Dyonélio Machado escreveu um livro, O Louco do Cati. Ele não teve coragem suficiente de escrever contra o João Francisco. Então criou um personagem, o Louco do Cati e, na obra, que é excelente, aproveitou para denegrir um pouco a figura do João Francisco. O Dyonélio é crioulo da zona do Cati, ele é de Quaraí, próximo a Cati. E, naquela época, havia, contra o João Francisco, uma onda tremenda de acusações. Com o livro que escrevi sobre o João Francisco, consegui redimir um pouco a sua figura. Ele era apenas conhecido pelas acusações de banditismo. Se dizia assim: vou viajar, se Deus quiser e João Francisco me permitir. Com o meu livro, apresentei outro João Francisco, quer dizer, aspectos da sua vida que eram totalmente desconhecidos.

Sobre a história de Santana do Livramento, há quatro volumes que ainda não foram publicados pelo seguinte: os três primeiros publiquei através de um convênio com a antiga Associação Pró Ensino Superior de Santana do Livramento, ASPES, pois o custo desses livros é muito alto e cada vez está ficando pior. O livro hoje custa caríssimo. Não tenho condições de publicar para depois vender um a um e arrecadar o investimento. Não há condições no momento, de investir e não encontrei alguém, aqui na cidade, interessado. O poder público, que poderia investir, como dizia um amigo meu, em cidade pequena, inferno grande. . . tenho tido problemas políticos com os últimos administradores da cidade. São resquícios da minha atividade política da qual estou completamente afastado mas, no interior, ficam aquelas arestas que são difíceis de polir. Daí a Prefeitura, que deveria se interessar pelo assunto, por problemas pessoais decorrentes da política, não se interessa. . . Estou fazendo o seguinte: como o livro custa caro, criei outro sistema, o de publicar cadernos. Talvez esses quatro livros integrem esse sistema que estou fazendo com a História de Livramento. Desta História, os três primeiros volumes estão esgotados. Foram publicados mil e quinhentos exemplares de cada um e todos vendidos. Já estou no ano três e no nº 25 dos cadernos que circulam mensalmente e levam o título de Cadernos de Santana. São vinte páginas em cada caderno, e saem uma vez por mês. Está saindo o número vinte e cinco, e custa três reais cada um. A pessoa vai comprando os fascículos e, no final, possivelmente, ela terá os sete volumes da História da Santana em cadernos. Poderá reunir, colocar todos na prateleira ou encadernar. Já são vinte e cinco cadernos, quinhentas páginas, mas se vender um livro por trinta ou quarenta reais, já fica difícil. Quem ganha um salário mínimo, tem dificuldade em adquirir um livro, mas cada caderno custa um pouco mais que uma carteira de cigarro por mês e, pessoas mais humildes como lavadeiras, domésticas, operários podem comprar esses cadernos, estudantes também. Pessoas compram os cadernos para os filhos que estudam; os

próprios professores aconselham a compra. Não há muito lucro nisso aí; o meu desejo é mais a divulgação. Eu edito os cadernos, uma pessoa vende aí na cidade, mal dá para cobrir os custos mas, o meu interesse, neste particular, é popularizar a história da cidade. Quer dizer, qualquer pessoa tem acesso, e demonstra interesse em receber todos. Com isso, estou popularizando a história da cidade e, automaticamente, divulgando. Ainda estou nos três primeiros volumes mas, possivelmente, esses quatro volumes, que estão aguardando a publicação sejam também incluídos; é o que espero.

A predileção pela biografia, ah! Há muito tempo estou publicando pequenas biografias, que chamo de Vultos de Santana e publico na imprensa. Publiquei dois pequenos volumes e, atualmente, continuo escrevendo. No momento me dedico à biografia de um jornalista nosso. Então, são mais ou menos as biografias desses vultos de Santana, compostas de duas laudas. Assim delimito porque de alguns vultos muito antigos é difícil conseguir elementos, então daria uma lauda e meia, vamos dizer e, do outro, dá para escrever um livro. . . Mas, para que não haja comentários do tipo: ah! Ele está escrevendo sobre o meu pai ou o meu avô duas laudas e sobre o outro fulano vinte laudas, delimito mais ou menos. Essa pesquisa se destina a tirar do esquecimento os santanenses que viveram em outras épocas. Desses, tenho seiscentas biografias. As que consigo maiores elementos de pesquisa, transformam-se em livros, as outras são tiradas do esquecimento, para que alguém, no futuro, possa desenvolver as biografias.

Trabalho sozinho e muito! Tenho a colaboração da minha esposa, principalmente no Museu. Ela é professora aposentada e trata da limpeza do Museu, da conservação, das exposições e acompanha os visitantes. Estamos fazendo um tipo novo de etiqueta em que praticamente a pessoa não precisa de acompanhamento, mas ela continua fazendo.

Eu vou ao Museu, fico um pouco trabalhando em pesquisa nos jornais que estão lá. As coleções não posso trazer para a cidade por problema de espaço e aproveitamento também para o meu relax, pois ele está em um sítio, com muitas árvores frutíferas. . .

No setor de pesquisa, trabalho absolutamente sozinho, inúmeras horas por dia e entro noite adentro. O meu método é o seguinte: se não existem praticamente fontes, tenho que me valer das existentes fora de Santana. Para isso, conto com amigos. Consegui construir um quadro enorme em todo esse país e, se estou precisando de um assunto do Rio de Janeiro, tenho lá cinco ou seis amigos disponíveis, vou pedindo a vários, para não cansar um só, então, vou distribuindo as tarefas: SOS, estou precisando que você vá ao Arquivo Nacional e veja esse assunto. . . No Arquivo do Exército, preciso de tal coisa. Uso muito esse método, e solicito o auxílio de amigos, mesmo porque tenho problemas de saúde e até certa dificuldade de locomoção, problemas de artrose e não posso viajar. Em Porto Alegre, tenho uma infinidade de amigos que estão sempre disponíveis. Então digo: vai lá ao Arquivo Público e verifica o inventário do fulano de tal e tira um xerox para mim. De posse do documento original ou, vamos dizer, um xerox do documento ou uma certidão, vou estudando com grande cuidado.

Tive trinta anos de jornal, e nunca uma notícia foi contestada ou retificada. O que não tenho certeza, deixo de lado ou então faço uma referência de que existe a possibilidade de haver ocorrido, mas não afirmo.

Dirijo o meu trabalho com a maior honestidade possível, com um critério rigoroso de não sair da verdade. Vou reunindo estes documentos e crio, vamos dizer, numa biografia, faço uma análise dos documentos, depois, um roteiro desta biografia. Após, divido os documentos, vou classificando todos eles e, em cada capítulo do livro reúno os documentos sobre o capítulo. Após, faço uma análise geral e aí parto para a

redação. E esta redação faço sem rascunhos, direta. Tenho um auxiliar muito bom: vários vidros de corretivo, à base de água. Às vezes, começo um período e, na metade, esqueci uma palavra ou queria dar uma outra forma, então uso o corretivo ou a tesoura. Aliás, o meu amigo Barbosa Lessa, que foi um dos leitores do livro sobre Davi Canabarro – sempre dou para um amigo ler antes de publicar –, e ele me disse:

- Olha, uns capítulos tens que refazer, diminuir ou aumentar. . .

Respondi:

- Ah! Mas isso vai dar muito trabalho. . . !

Ele retrucou:

- Não, mas para que existe tesoura e a goma?!

O escritor-historiador tem que usar a tesoura e a cola. Ele me deu a ideia, aí recorto, colo, sobreponho. . . Um parágrafo que é muito extenso, seja o que for, escrevo e colo em cima. Os meus livros são uma colcha de retalhos, mas não abandono a minha Olivetti. Ainda não consegui e acho que não vou entrar na era da computação. Acho que depois de uma certa idade. . . Tenho uma amiga que está publicando um livro; ela escreve muito bem. Foi jornalista durante alguns anos, mais ou menos da minha idade. Ela estava publicando um livro, e esse ela já fez no computador. Depois que ela recebeu um computador, disse: olha, ganhei um computador, peguei a minha máquina e dei de presente para não tocar mais em máquina porque um computador é a melhor coisa que existe no mundo! Faz isso, aquilo e pronto. . . Mas ainda prefiro a minha velha Olivetti!

Admiro muitos escritores, historiadores: o Dante de Laytano, o Barbosa Lessa. . . Considero o maior historiador do Rio Grande do Sul, o coronel Arthur Ferreira Filho, que escreveu um livro; morreu há pouco. Tenho dificuldade de memória, de datas não, de nomes; às vezes; de datas sou um computador. O livro do Ferreira Filho abrange toda a História do Rio Grande do Sul, desde os primórdios e vem até os tempos atuais. Ele faleceu recentemente, residia em Porto Alegre. Não são muitas as obras do Arthur Ferreira Filho, mas a melhor que considero é História Geral do Rio Grande do Sul. Acho que o nome já diz –História Geral do Rio Grande do Sul–, qualquer pessoa, pega seu livro, lê e tem uma visão geral sobre o Rio Grande do Sul, de tudo que ocorreu no Estado.

Existe uma carência de livros sobre o Rio Grande do Sul. Acho que nós só vamos ter História do Rio Grande do Sul, no dia que tivermos a micro-história do Estado. Defendo, ardorosamente, a micro-história como fonte para uma história geral e definitiva. Por exemplo, agora saiu um livro do velho jornalista, o Carlos Reverbel, editado pela COPESUL. A obra se divide em duas partes: uma, foi escrita pelo Carlos Reverbel sobre a imprensa no Rio Grande do Sul e a outra, por um rapaz de Santana, Marbones da Costa, sobre o Rossetti, o jornalista da Revolução Farroupilha. Conforme dizia, Carlos Reverbel fala sobre a imprensa do Rio Grande do Sul, fala até sobre a imprensa de Quaraí e não fala nenhuma linha sobre a imprensa de Santana que, realmente, na zona da fronteira, foi a imprensa mais importante, com o maior número de jornais, ultrapassando trezentos títulos. Então, é aqui que quero chegar. O problema é o seguinte: se não há nenhum trabalho sobre a imprensa de cada município, não se pode escrever um trabalho global sobre a imprensa do Rio Grande do Sul e assim é com referência às revoluções, também. Enfim, temos que partir da micro-história, para depois ter material suficiente para escrever uma História do Rio Grande do Sul, que realmente ainda não foi feita. Tem-se a história, por exemplo, que Moysés Vellinho escreveu sobre fronteiras, um trabalho excelente. Mas tem outro trabalho muito bom, História da Revolução Farroupilha, que é do Morivalde Calvet Fagundes; também é meu amigo. Então, o que se tem são aspectos parciais da História

do Rio Grande do Sul. Alguém escreve sobre a Revolução Farroupilha, outro escreve sobre a Revolução de 1923, outro escreve sobre a Revolução de 1893. Aliás, a de 1893 ainda é um tabu. Ninguém se animou a pôr o guiso no gato. Ainda não existe uma história de 1893, porque foi uma revolução de ódios. Ainda existem descendentes próximos, sem duvida, mas ninguém se animou a escrever sobre ela. Acho que ainda não existe um trabalho sobre a História do Rio Grande do Sul, vamos dizer, no estilo da História da Grande Revolução do Alfredo Varela – cinco ou seis volumes sobre o Rio Grande do Sul – e isso está à espera de alguém ou um grupo que o faça.

Dos historiadores mais moços não conheço muitos mas, tenho os livros, embora não conheça pessoalmente, por exemplo, a Helga Picollo e a Sandra Pesavento. Realmente, não gosto muito da abordagem da Sandra. Até tive um problema com ela. Ela esteve na Europa – em Portugal –, li qualquer coisa dela falando sobre Davi Canabarro, a origem do Davi Canabarro. E, como estava escrevendo a biografia dele, tomei a liberdade de escrever uma carta para ela, dizendo que era um pesquisador provinciano e, realmente, sou; que estava escrevendo um pequeno trabalho sobre o Davi Canabarro. Disse a ela: li que a senhora tem muita coisa, esteve em Portugal e me interessava, se a senhora pudesse colaborar comigo, me dar alguma informação, se fosse possível. . . Ela me escreveu uma carta dizendo que se queria alguma coisa deveria ir a Portugal e não andar pedindo para as pessoas. Aí tive uma decepção tremenda. Sei que determinadas pessoas não gostam desse tipo de colaboração. Mas eu, por exemplo, na minha insignificância aqui nesse canto, nesta dobra do mapa do Rio Grande do Sul, sempre coloco os meus arquivos à disposição de quem vem. Quer dizer, doo coisas que nem publiquei, não tem problema. . .

Aliás, está havendo uma coisa que não sei explicar, um interesse muito grande pela zona da fronteira, é o pessoal pesquisando sobre o comércio do Rio Grande do Sul, o problema das charqueadas, o problema da convivência entre o Brasil e o Uruguai. . . Tenho recebido aqui, ultimamente, inúmeros alunos de faculdade, já formados que estão fazendo doutorado, mestrado. . . Tenho recebido muita gente aqui em busca de documentos não só de Santana, do Brasil, como do Uruguai e, dentro das minhas possibilidades, o material que tenho, deixo sempre disponível; acho que é assim que tem que ser. Dependo muito da boa vontade de outras pessoas, logo tenho que dar o exemplo. E os meus arquivos estão sempre abertos. Tenho, inclusive, sido citado em inúmeros trabalhos, porque estou sempre aberto para esse tipo de colaboração, acho eficiente, acho importante. Não adianta ter o documento aqui, enquanto não publico ninguém fica sabendo. Então, acho que a gente tem que ser solidário. . .

Dentre os historiadores locais destaco o Osório Santana de Figueiredo, uma figura que prezo. Sou seu amigo e admirador incondicional. Inclusive, tenho trazido ele a Santana. Às vezes me convidam na Universidade da Região da Campanha – URCAMP –, para fazer uma palestra e me socorro sempre dele. Não gosto de fazer palestras, não gosto de falar em público. Às vezes, sou obrigado, mas não gosto muito e, então, tenho trazido o Osório.

Há outros nomes, mas são estritamente locais. O Osório é conhecido em todo o Rio Grande, até agora. O Tarcísio é um também conhecido. Em Alegrete tem um historiador que é vereador – Miguel Jacques Trindade –, que é meu amigo. Tem duas obras ou três sobre Alegrete, mas não é um nome muito conhecido. Agora surgiu em Rosário, um rapaz que está trabalhando com a história da cidade, mas também uma biografia do Honório Lemes; ele se chama Jorge Telles, e está iniciando.

O Alfredo Varela, na História da Grande Revolução. . . Aliás, acho que nada foi escrito sobre a Revolução Farroupilha depois do Alfredo Varela. Não há o que dizer da

Revolução, porque ele vai às minúcias. Já li quatro vezes a obra dele. Uns amigos meus me dizem que sou maluco completo, porque ler uma vez é suficiente. Os seis volumes, já li quatro vezes, principalmente sobre o Davi Canabarro. Varela incide em alguns erros sobre o Canabarro. Por exemplo, ele diz que aquele padre, que foi vigário geral do Rio Grande do Sul, que era Martins, era irmão do Davi. Consegui comprovar que o Davi não teve nenhum irmão padre. Quer dizer, a única semelhança que ele tinha com o Davi é que ele se chamava Martins e o Davi – o antigo nome dele era David José Martins –, quer dizer, não teve nenhum irmão padre.

Volto sobre o assunto: o Alfredo Varela diz, e isso é repetido pela maioria. Tem umas coisas assim que considero, na história, muito interessantes. Acho que até sou muito radical. Depois vou contar uns fatos interessantes para definir a minha radicalidade. Usa-se muito em História, não simplesmente citar as pessoas, mas o fato. Por exemplo, na maioria dos trabalhos públicos que cabe ao Davi Canabarro, tem um que diz o seguinte: o Davi Canabarro em determinado momento, se chamava Davi José Martins e adotou o Canabarro em homenagem ao seu velhotio Antônio Ferreira Canabarro. Como sou muito exigente, fui atrás do tio dele, o Antônio Ferreira Canabarro, que era tio, cunhado, amigo e sócio do Davi. Cheguei a comprovar que, o velho tio, Antônio Ferreira Canabarro, era dois anos mais moço que ele. Comprovei que não foi ele o primeiro que adotou o nome de Canabarro. Este é um nome por parte da mãe de Davi, que era usado em Portugal. Houve um problema com a família e ele mudou o nome. O avô do Davi Canabarro mudou o nome ou o bisavô dele mudou o nome quando veio para o Brasil. Esteve envolvido lá em Portugal num atentado contra o rei, foram presos e mortos e ele foi um dos que conseguiu escapar para o Brasil e vieram para o Rio Grande do Sul. A família começou, por volta de 1817/18, e já alguns parentes do Davi Canabarro vinham adotando o nome de Canabarro. Adotou o nome, mas não em homenagem ao velho tio, mas, restabelecendo um nome de família. Fatos assim são repetidos, mas acho o seguinte: todos os fatos deveriam ser exaustivamente trabalhados. Se sou historiador, sou pesquisador, então vou pesquisar, ver se aquilo é, ou não verdadeiro. Quer dizer, sem verificar não! Tenho constatado várias falhas dessas; falhas humanas que se devem ao descuido. Só se deve afirmar aquilo que a gente consegue comprovar.

Pertenço a várias instituições. Sou sócio correspondente da Academia Rio-grandense de Letras, e da Academia Sul Brasileira de Letras, com sede em Pelotas. Sou membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Aí se abre um parêntese. O presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul é um historiador militar de Canguçu – Cláudio Moreira Bento –, mora em Itatiaia, estado do Rio. Aliás, uma entrevista com ele vale a pena. Ele é de uma produtividade brutal. Está a mil por hora e também é presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, naquela cidade. Há grandes nomes militares na Academia, historiadores militares; inclusive, o Osório Santana de Figueiredo é um dos membros. Foi admitido nesta Academia um velhinho, o coronel José Luiz Silveira; têm vários trabalhos publicados. Em Caçapava, tem o Cassol com vários trabalhos publicados; são historiadores locais. Em Santo Antonio da Patrulha tem a Véra Barroso, em Pelotas um primo do Cláudio Moreira Bento. Nos municípios têm muitos historiadores, mas com obras limitadas. Também sou membro do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, do Instituto Histórico de História Militar do Brasil, da Academia Maçônica Brasileira de Letras e da Academia Metropolitana de Letras, do Colégio Brasileiro de Genealogia e, acho que é por aí. . .

Aliás, não sou membro, nem correspondente, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e tenho uma explicação. É tanta a minha admiração pelo Davi Canabarro, que, ah! Sim, é tanta a minha admiração, que casei com uma descendente de Davi Canabarro. O Davi Canabarro morreu lá em São Gregório, na fazenda dele, em 1867. E, no centenário da Revolução Farroupilha foi trazido para Santana do Livramento, onde existia na praça, uma erma ao Davi Canabarro, numa elevação, com duas escadas. A erma estava lá em cima e tinha um gramado em volta, até muito bonito. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ea Liga de Defesa Nacional, presidida pelo meu velho e saudoso amigo Archymedes Fortini, na época, resolveram transladar para Porto Alegre, os heróis farroupilhas. Figuras de projeção da história do Rio Grande do Sul vieram a Santana do Livramento e falaram com o prefeito alienígena, um prefeito nomeado, que queriam levar os restos mortais do Davi Canabarro para o Panteon Rio-grandense. A família não se opôs, porque o ingresso de alguém para o Panteon Rio-grandense é uma honra para qualquer mortal. O prefeito, que não era santanense, era nomeado, achou ótima a ideia. Fizeram uma solenidade muito grande e levaram os restos mortais do Davi Canabarro, em 1947, para Porto Alegre. Fez cinquenta anos nesses dias. Aliás, nesta oportunidade, surgiu o movimento tradicionalista do Paixão Cortes, que é santanense. Em 1947, levaram o Davi Canabarro. Inclusive, pensei que o Davi Canabarro iria para o Panteon Rio-grandense. Mas vários anos depois descobri que estava na capela São Joaquim, que é anexa ao cemitério da Santa Casa. Tinha uns nichos nas paredes no interior da capela e lá estavam o padre de Santa Bárbara, o Visconde de São Leopoldo, o Davi Canabarro, um ou dois Menna Barreto e os irmãos beneméritos da Santa Casa. O Davi Canabarro estava misturado ali. Aquilo não era o Panteon Rio-grandense, porque se fosse o Panteon Rio-grandense, não estariam ali os irmãos beneméritos da Santa Casa. Isso foi lá por 1953, por aí. . . Então, iniciei um movimento no sentido de, ou constrói o Panteon Rio-grandense ou devolve os restos mortais do Davi Canabarro! Escrevi uma carta para a Santa Casa. O Paulo Eichenberg, provedor da Santa Casa, me respondeu, dizendo: esta Santa Casa acolhe com muita honra os restos mortais do Davi Canabarro, a pedido da Liga de Defesa Nacional e do Instituto Histórico Geográfico, na capela de São Joaquim assim e assim. . . Entretanto, por problemas de direito canônico. . . Mas já tinham tirado os restos mortais do Davi Canabarro de dentro da capela e como não podiam tirar só o Davi Canabarro – pois ficaria muito flagrante a situação, pois ele era maçom –, tiraram todos e os colocaram no lado de fora da capela. Na parede externa fizeram os mesmos nichos e ali os colocaram. Por um problema de direito canônico estão num memorial ao lado da capela, mas o Panteon Rio-grandense não existe. Aí me dirigi ao Instituto Histórico e Geográfico que me disse que havia o Panteon Rio-grandense. Então já havia um conflito: a Santa Casa me disse que não era o Panteon, o Instituto Histórico dizia que era. Quer dizer, para o Instituto Histórico, o Panteon existe no papel. Aí o prefeito de Livramento interveio, querendo os restos mortais do Davi Canabarro de volta. Entrei para a Câmara de Vereadores em 1976. Em 1977, uma das moções que coloquei para a Câmara foi a de que ela, representando a família do Davi Canabarro, através do seu Departamento Jurídico, ingressasse na Justiça contra a Santa Casa para resgatar os restos mortais de Canabarro. Houve uma ação na justiça, em Porto Alegre, promovida pela Câmara com a procuração assinada por sessenta ou setenta descendentes do Davi Canabarro. Tiveram algumas reuniões. A Santa Casa puxou o Instituto Histórico para o seu lado, e formou-se uma comissão de vereadores. Eu sou muito radical. Fomos na casa do Presidente perpétuo do Instituto Histórico que era o. . . não sei se era o Moysés Vellinho, não me lembro quem era, e aí estivemos discutindo o assunto. Num determinado momento, disse para os meus colegas: olha, vamos embora, porque com o

Instituto Histórico não dá para discutir porque reunindo os seus membros, dá seis mil anos; aquilo pegou muito mal. . . Finalmente, eles ganharam, pois tiveram vários advogados. Taquari entrou na ação, também querendo os restos mortais, porque era a terra do Davi Canabarro. Queriam levar os restos mortais para lá, mas não conseguiram. Interessante que, de todos, só levaram os restos de Davi Canabarro; o Neto permanece em Bagé, o Bento Gonçalves em Rio Grande e, em São Vicente do Sul, o outro general farrapo, o Antonio da Silveira. O João Manoel de Lima e Silva está em Caçapava, mas não se tem absoluta certeza, pois houve um problema com os restos mortais dele, na época da Revolução. O Bento Manoel não sei onde é que está. . . Então, os restos mortais do Davi Canabarro estão em Porto Alegre; conseguiram através de vários advogados. O nosso advogado era fraco, era um rapaz lá da Câmara. Conseguiram provar que a Câmara não tinha direito nenhum sobre o assunto e arquivaram a ação. E fiquei, então, marcado. . .

Eu acho que não teria méritos para ocupar uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico. Mas, sendo membro de vários institutos históricos e correspondente de outros, poderia ser membro correspondente no do meu Estado. Bom, esse coronel. . . – sempre me esqueço o nome dele, meu amigo, que escreveu a História Geral do Rio Grande do Sul, o Ferreira Filho –, mandou me pedir autorização para propor o meu nome como sócio correspondente. Disse que não gostaria que o fizesse porque meu nome não passaria no Instituto. Ele, contra a minha vontade, propôs meu nome, mas alguns membros, nem vou dizer o nome deles porque já morreram dois ou três, fizeram um apelo para que o Ferreira Filho retirasse a proposta a fim de que o meu nome não fosse rejeitado.

Nomes recentes me rejeitaram. Tem um até que ficou numa verdadeira fúria satânica contra mim, mas hoje é meu amigo e sou admirador dele, o Monsenhor Ruben Neis. Ele me negava documentos da Cúria Metropolitana e, hoje, felizmente, me dou muito bem com ele. Sou grande admirador dele e ele tem até colaborado comigo; mando pedir as pesquisas. . . faz. . . me manda. Ele não admitia que tivesse ingressado na Justiça contra o Instituto Histórico. Sou profundamente religioso, pertencço à Igreja Anglicana. Sou homem de ir ao culto todos os domingos e comungar. Gostaria de esclarecer que, atualmente, sou muito bem tratado, apesar disso aí, dessa restrição feita ao meu nome. Mas hoje não aceitaria ser membro do Instituto. Vou lá, sou muito bem tratado, me dou bem com inúmeros membros, como o Lothar Hessel, o Paulo Xavier, o Sérgio da Costa Franco, o doutor Cibils, o Corálio Cabeda; enfim, me dou com quase praticamente todos e sou muito bem recebido. Pesquiso quando vou lá, quando não posso, escrevo. Tem um rapaz, o Miguel, eu era muito amigo do pai do Miguel, o velho Duarte. O velho me tratava muito bem. Quer dizer, não tenho queixa do Instituto. Era o ponto de vista deles acharem que eu não podia ter feito isso. E lancei um movimento no Rio Grande do Sul, que está em curso, no sentido de criar, em Porto Alegre, um Panteon Rio-grandense. Estou me movimentando muito neste sentido, para que seja construído em Porto Alegre um memorial, um panteon, que reúna os restos mortais desses vultos do Rio Grande do Sul que andam aí espalhados e esquecidos, totalmente.

Ao invés de persistir na ideia de trazer o Davi Canabarro para cá, mudei! Enfim, Porto Alegre é o centro. Quer dizer, já surgiu a ideia de fazer um Panteon em Caçapava, Alegrete, não sei onde. . . Bom, mas aí o problema é o seguinte: é muito mais fácil a pessoa de Santa Maria ir a Porto Alegre do que ir a Caçapava ou a Alegrete. Lá é a capital. Aliás, ocorreu um fato pitoresco comigo no lançamento do livro no ano passado. Lancei dois livros juntos: o Rafael Cabeda e o Flores da Cunha. Tinha uma fila enorme de pessoas; a

editora vendeu mais de cento e cinquenta livros. Tinha muitos santanenses e vários vereadores. Inclusive, num determinado momento, estava autografando um livro para uma pessoa que estava ali do meu lado, levanto e olho, estava o doutor Cibils que era na época o presidente do Instituto Histórico. Explico: uma das coisas que faço sempre que vou a Porto Alegre é ir onde está o Davi Canabarro; vou e coloco flores. Estive lá no começo de 1995; fui por motivos graves de saúde. Estive um mês hospitalizado na Pontifícia Universidade Católica/PUCRS e, quando saí, praticamente de ambulância, do Hospital para voltar para Santana, ainda fui ao cemitério fazer a visita, porque não deixo de ir a Porto Alegre sem ir ao Davi Canabarro. Fui há pouco, unindo o útil ao agradável, fazer uma revisão médica na PUCRS e lançar o livro sobre Flores e Rafael Cabeda. Na saída do hospital, onde fui fazer a revisão, por dois dias, fui direto onde estava o Davi Canabarro, num lugar contíguo à capela, no lado oposto da capela; ali tem uma porta de ferro, de grades. Cheguei lá para a visita e a porta de entrada estava fechada. A minha esposa falou com o encarregado e ele disse: olha, eu não tenho ordem de abrir, hoje não tenho ordem de abrir isso aí. . .

À noite era o lançamento do livro e estou com o seu Cibils na minha frente:

- Ah! Mas que prazer o senhor está me dando. Quanta honra ter comparecido aqui no lançamento do meu livro, mas vou aproveitar a oportunidade para lhe fazer um apelo.

Diz ele:

- Ah, o que é?

- Não, o problema é do Instituto Histórico e o senhor deveria impetrar um habeas em favor de um amigo meu.

- Como assim? O que é?

- Não, é que fui visitar o Davi Canabarro e ele está preso, atrás das grades. Então. . . parece que não era dia de visita lá no presídio onde ele está, não é? Então o senhor poderia fazer um habeas e liberar o Davi Canabarro, para que ele possa ser visitado a qualquer momento? Aí ele ficou. . . deu um sorriso amarelo. . . Levamos assim no terreno da brincadeira. Mas agora da outra vez em que eu estive em Porto Alegre, faz pouco tempo, fui lá, pedi a chave e a pessoa prontamente me deu. Não, não, não tem problema, e abriu para mim. Mas então, nós estamos nos interessando por este movimento e o Exército também. Inicialmente por um Panteon Farroupilha, mas aí depois de lançarmos a ideia, mudamos para Panteon da Pacificação. Ele teria os dois lados: os farroupilhas e os imperiais. Estamos interessando o Exército nisso aí. . .

Das minhas obras, a que me deu mais trabalho foi a do João Francisco, A Hiena do Cati, porque é um trabalho que exigiu até muita coragem para enfrentar, em virtude do mito que havia sido criado em torno dele. É um dos livros de que gosto muito. Dos meus livros, é o que gosto mais. Aliás, são dois livros de que gosto mais: o João Francisco e o Davi Canabarro. O que me deu mais trabalho foi o do Davi Canabarro; demorei quarenta anos para escrever. Fiz uma pesquisa e como precisava pesquisar em Portugal e eu não tinha condições, nem vontade de ir, consegui, através de um bispo da minha igreja em Portugal, fazer contato com os genealogistas de renome e mantive correspondência com eles durante muito tempo no sentido de fazer a ligação dos Canabarro de Portugal com o Davi Canabarro daqui. E através de outro bispo da minha igreja, mantive muita correspondência com o Arquipélago dos Açores, de onde veio o lado paterno do Davi Canabarro. Isso demandou muito trabalho, muita pesquisa. Demorei quarenta anos trabalhando em cima, não só, é lógico, deste trabalho, mas sempre voltado para a biografia do Davi Canabarro.

Dentro das minhas possibilidades, das minhas fracas possibilidades, acho que fiz o melhor. Sobre Flores da Cunha, é uma biografia muito leve, não é superficial; é que Flores da Cunha dá vários livros. Quer dizer, um livro com uma biografia do Flores da Cunha voltada exclusivamente para a atividade política, outro como governador do Estado, outro ainda como participante das revoluções rio-grandenses. Fechei apenas em um volume o que deveria ser feito em cinco ou seis, pois ele foi muito importante para o Rio Grande do Sul.

Pretendia realmente abordar as nossas ligações com os vizinhos uruguaios. Em primeiro lugar gostaria de dizer que sou filho de uruguaios. Nasci no Brasil por imposição da minha mãe, uma vez que os meus pais eram comerciantes aqui em Santana. Meu pai queria que eu nascesse em Rivera. Ele era uruguaio, filho de italianos, apenas nascido no Uruguai, mas toda a família era italiana; daí o nome Caggiani. A minha mãe achava que, se a nossa família trabalhava no Brasil, eu deveria nascer aqui. Prevaleceu a opinião dela e nasci em Santana do Livramento. Fui o primeiro Caggiani brasileiro. Tem uma história que corre aqui na fronteira que diz que os gatos que nascem no forno, não são biscoitos, são gatos. Então, nesta filosofia, deveria ser castelhano, apesar de ter nascido no Brasil. A lei uruguaia favorece os filhos de uruguaios; eles têm direito à cidadania. Tenho direito a duas cidadanias. Sou cidadão uruguaio também, de acordo com a Constituição deles, mesmo não perdendo a minha cidadania brasileira. Nos meus documentos uruguaios consta: nascido em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. Logo, no caso, tenho todos os direitos; só não tenho o direito de ser presidente da República uruguaia.

Santana e Rivera foram duas cidades que o destino uniu e constituem um verdadeiro monumento ao paramilitarismo. Aqui costumamos dizer que somos dois bairros de uma grande cidade e, realmente, não se pode dissociar Santana do Livramento de Rivera. Quer dizer, a nossa história é completamente entrelaçada, mesmo porque o começo é o seguinte: Rivera surgiu para evitar o avanço brasileiro ao norte uruguaio. Em 1863, um brasileiro escreveu um livrinho contendo a história e a geografia do Rio Grande do Sul, em homenagem a Dom Pedro II. Ele escreveu, no que se refere a Santana do Livramento, o seguinte: esta outrora florescente vila, encontra-se no paradoxismo da moda – duas coisas da moda – o contrabando e a concorrência da povoação de Dom Pedro Ceballos, que é o nome anterior de Rivera, onde as mercadorias são vendidas cinquenta por cento mais baratas do que nesta localidade. Sim, tivemos esses problemas. Santana e Rivera viveram juntas, vivem juntas há cento e trinta anos mais ou menos. Uma nasceu para impedir o crescimento da outra além dos limites da linha divisória e, conosco, nasceu o contrabando. O contrabando é uma tônica geral. Nós, que vivemos em Santana e em Rivera, todos somos contrabandistas e, como diz um vereador com certa popularidade: quem não for chibeiro que atire a primeira pedra. Chibeiro é o contrabando pequeno, contrabando formiga como se chama. Eu, por exemplo, ontem, ao anoitecer, fui comprar pão em Rivera, carne, frios, queijo, tudo em Rivera, e os castelhanos vêm aqui e compram erva-mate e não sei o quê mais. É um intercâmbio permanente entre Santana e Rivera, não só de compras, mas também de entrelaçamento familiar. Há centenas de uruguaios casados com brasileiras e centenas de brasileiras casadas com uruguaios; uruguaios que moram em Santana e brasileiros que moram em Rivera. Quer dizer, é uma coisa indissociável e, em função disso, a história também é. Quer dizer, nós temos uma convivência pacífica mas também tivemos problemas. Em 1903, por exemplo, tivemos uma guerra entre Santana e Rivera. Foi um episódio de fronteira que ocasionou a Revolução Uruguaia, de 1904. Santana acolheu um sem-número de exilados uruguaios e Rivera acolheu um sem-número de

exilados brasileiros. Portanto, a história das duas cidades se entrelaça de tal forma que é impossível dissociá-las. Ao longo dessa fronteira do Rio Grande do Sul, nós temos a influência uruguaia numa faixa imensa do Estado e a influência brasileira numa grande faixa do Uruguai. Logo, para estudar a região da fronteira, não podemos nos ater a estudar só a parte brasileira, precisamos, obrigatoriamente, estudar também a parte uruguaia, pois as duas se entrelaçam. Na Revolução Farroupilha, por exemplo, esse entrelaçamento entre uruguaio e rio-grandense foi muito grande. O Bento ia ao Uruguai tratar de interesses da Revolução, e o Frutuoso Rivera, que era compadre do Bento, também estava envolvido na pacificação. Então há um entrelaçamento muito grande entre os dois: Rio Grande do Sul/Brasil e o Uruguai. Não existe esse entrelaçamento entre o Rio Grande do Sul e a Argentina; aí há certa animosidade. Mas, com o Uruguai, o entrelaçamento é muito grande; nós absorvemos costumes do Uruguai e o Uruguai absorve os costumes brasileiros. Pode-se repetir até esgotar, entrelaçamentos. Recebi um livro da Suzana Bleil de Souza com a seguinte dedicatória: Ao Ivo Caggiani que me faz conhecer cada vez mais a fronteira, com um abraço da Suzana. E tem outra, a Neiva Otero Schaffer que escreveu um livro sobre a ocupação do espaço urbano em Santana do Livramento, colaborei muito no trabalho dela; realmente não se pode dissociar essa influência.

Eu, por exemplo, também pesquiso o dialeto, esse verdadeiro portunhol que existe entre nós. Tenho um trabalho que pretendo publicar, não sei quando, estou na fase da coleta. Tenho centenas de termos que são empregados aqui nesta zona, inclusive a gente sofre influência. Uma vez cheguei a Porto Alegre, na casa de uma sobrinha minha, e disse para a empregada:

- Me faça um favor, me planche esta camisa.

E ela me disse:

- O quê?

Aí eu me flagrei e disse:

- Me passe a ferro a camisa, faz um favor. . .

São termos que, pela convivência permanente, a gente vai adquirindo. Por exemplo, vou chufar, vou ligar a tomada aqui; todo mundo diz chufle que é um termo meio castelhano. Então, nós estamos aí toda hora sendo agredidos por esse linguajar e pelo uso. Dizem que o uso de cachimbo deixa a boca torta. Então, a gente vai e, quando percebe está falando o portunhol também; mesmo que a gente se polície termina falando portunhol. Estou fazendo um trabalho neste sentido. Além disso, a nossa influência, a brasileira sobre o Uruguai é muito maior! Tanto é que eles há tempos instituíram o estudo do Português no Uruguai, porque os professores e os alunos, fora da sala da aula, falam o Português ou falam o portunhol. A televisão é uma loucura! Eles, agora, estão fazendo um trabalho de popularização da televisão. A TV a cabo – qualquer pessoa paga dois reais por mês e tem TV a cabo. Aí eles dispõem de um grande número de canais para evitar que assistam às novelas brasileiras; isso aí vai até a metade do Uruguai. Têm estatísticas sobre isso, sobre a influência brasileira na língua; por isso está havendo um esforço deles para evitar. Nós temos que estudar esse problema no dia a dia.

Costumo dizer que quem está na fronteira sente mais o dever e o prazer de ser brasileiro; no caso deles de ser uruguaio. Estamos em contato permanente com o estrangeiro, o que não ocorre com alguém que mora no centro. Vamos dizer: em Porto Alegre, é diferente, é interior do Rio Grande do Sul, interior do Brasil. Nós, da área da zona fronteira é que avaliamos mais esse fato da nacionalidade; nós estamos em

constante contato com outros países, costumes, língua, filosofias de vida. Nós que estamos na fronteira é que sentimos mais o que é ser brasileiro. Acho que a fronteira é um fator de acirramento do sentimento de nacionalidade. Eu vejo assim! Ainda que nós mantenhamos com eles os mais cordiais relacionamentos, nós não podemos nunca esquecer que eles são castelhanos e nós brasileiros; são duas nacionalidades diferentes. Interessante é que não falo espanhol; falo muito mal o espanhol. Deveria falar muito bem, porque a minha mãe só falava espanhol comigo. A minha mãe falava muito bem português, falava igual o espanhol. Comigo ela só falava em espanhol e eu não respondia para ela nesta língua; nunca em espanhol, mas em português. Inclusive, sinto isso pelo seguinte: a maioria dos meus parentes são uruguaios, moram no Uruguai e mantenho um bom relacionamento com eles, nos correspondemos e eles têm dificuldade, principalmente em Montevideu e arredores – no interior não tanto –, mas na capital eles têm dificuldades de falar ou de entender o português. Então, tenho dificuldade de escrever para eles. . . Vou escrevendo, não escrevo em português, mas em espanhol, mas muito mal e também falo muito mal. Deveria mesmo falar melhor para uma convivência diária com eles. Nunca me importei de falar bem outro idioma. Me correspondo com vários historiadores uruguaios, trocamos publicações, informações, alguns são de Montevideu, outros de Rivera, do interior do Uruguai. Mantenho com eles este mesmo tipo de intercâmbio; quando eles precisam de livros do Brasil mando; se preciso de livros uruguaios eles me mandam. Agora mesmo precisava descobrir uma certidão que eles chamam batida de nascimento – uma certidão de nascimento de um militar brasileiro que nasceu, quando da dominação brasileira na Cisplatina. Escrevi para um historiador meu amigo, lá de Montevideu e, dez dias depois tinha a certidão comigo.

O principal historiador deles é o Aníbal Barrios Pinto. É uma figura extraordinária. Depois tem um uruguaio aqui; aliás, tem vários. Culturalmente eles são superiores aos nossos. Quer dizer, Rivera, culturalmente é superior a Santana do Livramento e tem um aspecto muito interessante. Por exemplo, na política, são mais politizados do que nós. O Uruguai cuida muito disso, e os partidos políticos são muito fortes. O indivíduo é analfabeto, vai ao partido, assiste conferências, palestras e discussões, lá politizam o cidadão e ele sai de lá sabendo o que quer; são muito arraigados nos ideais políticos. Certa vez, aconteceu um fato interessante com um cidadão meu amigo, muito ligado a mim, era meu eleitor; estava com noventa e quatro anos e era analfabeto. Foi o seguinte, tinha um plebiscito no Uruguai: ou votava na cédula verde ou na amarela. Ele veio, e estavam aqui cinco ou seis pessoas tomando chimarrão comigo. Ele chegou e sentou; sabia que eu votava também lá. Ele conversou comigo e disse:

- Vais votar no plebiscito?

Respondi:

- Sim vou votar. Mas ainda não sei em quem. . . Mas eu sabia.

Ele me orientou:

- Você tem que optar pela verde.

E começou discorrer porque eu deveria votar no verde. Ou seja, porque o governo queria privatizar a saúde, queria privatizar isto, uma série de coisas; deu uma aula. Aí eu disse:

- Acho que você me convenceu: vou votar no verde.

Quando ele foi embora eu disse aos outros: vocês estão vendo esta pessoa, analfabeta, com noventa e quatro anos. Deu uma aula aqui. Sabem o que é isso? Isso é a

politização do povo e o sentido de ideal político do partido. Isso ele aprendeu na sede do partido; ou é branco ou é colorado. O Flores da Cunha disse – e publico no livro que escrevi sobre ele – que mudar de partido era pior do que mudar de sexo. Os uruguaios observam muito isso. É muito difícil um eleitor do partido branco passar para o colorado, ou vice-versa; até pode se desgostar, se retirar, mas continua. No Brasil, os partidos são fracos; os deles são fortíssimos. Além disso, nas fazendas, os jornais chegam às estâncias e aqueles que sabem ler, leem para os analfabetos. Aqui, por exemplo, o que nós fazemos nas fazendas é uma desgraça. O peão é analfabeto e continua analfabeto, não sabe absolutamente nada, respira por glória e graça de Deus; não há esse interesse em politizar o povo como acontece no Uruguai. Há uma série de diferenças em que eles são superiores a nós, em outras nós somos superiores a eles. Mas nesta parte política e de instrução, eles são superiores na educação e na saúde também. É uma beleza! Percorrer os colégios da zona rural é uma coisa descabida, um abandono, mas no Uruguai, é outra realidade. O interessante deles é que têm um sentimento de patriotismo muito grande. O Uruguai é muito pequeno e tem poucos vultos. Então, eles concentram todo o sentimento de pátria no Artigas. Os meus netos estavam estudando aqui, mas o ensino estava muito ruim. A minha filha resolveu colocá-los num colégio que abriu em Rivera, um colégio particular, caríssimo até e eles foram. Logo depois fiz a minha filha tirar a gurizada de lá porque eles tinham poucas aulas de português, mas sabiam do Artigas mais do que eu. E eu disse:

- Tira, porque eles vão ficar castelhanos!

Aí eles vieram para cá, no Colégio Sistema Positivo, filial lá do Estado do Paraná que é uma franquía do Método Positivo. Estão indo muito bem; é escola particular. Incrível: estudando no Uruguai, sabiam do Artigas! O problema é o seguinte: eles concentram tudo no Artigas. Mós aqui temos os heróis locais, regionais, nacionais, que são muitos, e eles lá não têm. . .

Estou me satisfazendo com a pesquisa de que gosto muito. Através dela, além de me satisfazer, estou prestando um serviço às novas gerações, trazendo ao conhecimento delas, fatos que ocorreram no passado ou, através das biografias, os exemplos deixados por essas figuras. Realmente, tenho contribuído para que a minha cidade – sou apaixonado por ela –, seja divulgada e conhecida além das suas fronteiras.

O meu trabalho – acho –, é um trabalho modesto, como disse. Não me considero um historiador. Sou essencialmente um jornalista e pesquisador e, dentro das minhas possibilidades, estou fazendo o máximo, porque sou realmente um autodidata. Sou tão radical que tenho que me policiar muito, porque se digo que não tomo mais chimarrão, jamais vou tomar chimarrão, ainda que esteja rodeado de garrafas térmicas e cuias. Numa oportunidade, surgiu comigo um problema, uma besteira qualquer – não foi coisa grave –, mas fiquei irritado e disse: esses castelhanos aqui. . . vou passar cinco anos sem entrar em Rivera. E, ainda que pareça mentira, ia até a linha divisória, olhava Rivera e só entrei no dia que fez cinco anos que eu tinha dito aquilo. Tenho que me policiar muito porque se eu disser: não leio mais o Correio do Povo, realmente eu não o leio mais. Quer dizer, tem uma coisa íntima, interna, que me proíbe, que me cobra. Depois de ter afirmado alguma coisa, não posso realmente fazer o contrário daquilo. Numa outra oportunidade, até que nós éramos muito amigos, eu e o prefeito aqui da cidade – atualmente ele é vice –, eu disse: olha, o dia que eu cumprimentar ou falar com ele, prefiro antes decepar a minha mão direita. Ora, como eu preciso da mão direita, nunca mais falei com ele. Ele me procurou inúmeras vezes, através de amigos comuns. Enfim, esgotou, pois não era grave o que ocasionou esse assunto, e até hoje mantenho a distância dele. Sou tão radical, que tenho muitos inimigos; principalmente na

política fiz muitas inimizades. Tenho um cofre ali e nesse cofre tem um envelope. Para se ter uma ideia do meu radicalismo, da minha personalidade, a minha família sabe: o dia que eu morrer, antes de chorar, eles têm que abrir o cofre e tirar o envelope, porque nele, estão escritas as minhas últimas vontades, as minhas instruções, onde devo ser velado, o que deve acontecer no enterro, onde devo ser enterrado, não sei o que mais. Ah! E uma relação das pessoas que não podem entrar no meu velório, com um apelo para minha família no sentido de se alguma dessas pessoas entrar no meu velório, tome as medidas cabíveis, recorrer a quem deve, para evitar. Realmente têm coisas que sou muito radical. Têm coisas que – como dizia o coronel Francisco Flores da Cunha –, a gente resolve morrendo ou matando; não tem meio termo. Ainda que seja profundamente religioso, não costumo perdoar. No meu dicionário o Aurélio, está perdão, aí eu risquei! Não tem perdão, quer dizer, alguém que faz alguma coisa para mim, só faz uma vez, a segunda não tem oportunidade. . .

Ainda que não seja muito próximo de descendentes da Sicília e da extremidade da Costa, eu sou descendente de família de Salerno; quer dizer que sou de Roma para baixo. E os italianos costumam dizer: de Roma para baixo é África.

A bota bronzada de latão, que tenho pendurada na parede da sala, tem um motivo sentimental de estar aí. Sou filho e neto de sapateiros. O meu avô e o meu pai eram sapateiros. Tinha uma sapataria em Rivera. Depois ele passou para Santana do Livramento e a bota tem seguramente oitenta anos. A sapataria dele se chamava Bota de Ouro. Ele era exímio boteiro, vamos dizer, não sei se existe o termo, mas ele fazia botas com perfeição. Foi célebre por aqui nessa fronteira com a fábrica de botas. Então essa bota estava na parede com dois suportes: a bota e o nome da firma Bota de Ouro. Quando ele faleceu terminou a firma, um sobrinho da minha avó, que havia aprendido o ofício com ele, se estabeleceu com o material. Minha avó deu para ele o material e as máquinas; era fabricação artesanal. Tinha máquina de costura que os sapateiros nem usam mais. Levou a bota, aí mudou, botou sapataria e colocou a bota pintada de preto na frente da sapataria com o nome dele. Tentei várias vezes conseguir de volta a bota. Ele disse quando eu morrer te deixo a bota. Dali uns anos ele faleceu e a bota veio parar na minha mão de novo; então ela está ali. . .

Sou admirador do Che Guevara, sou centro-esquerda; não sou esquerda. Quando o Fidel fez aquela campanha, aquela guerra para expulsar o ditador lá de Cuba, me ofereci para combater lá. Depois ele se desviou, o Fidel se desviou, mas não deixo de admirar porque, num certo aspecto, tem valor. Ele conseguiu se manter. Acho que deveria ter permitido eleições, mas ficou de dono do poder. Naquela época em que morreu o Che Guevara, comentei com vários amigos, até há pouco estávamos recordando: esse camarada ainda vai ter monumentos nas principais capitais do mundo e agora, até com satisfação, eu verifico que o busto dele está sendo colocado em Brasília, na praça em Brasília. Já tem outras capitais sul-americanas onde existe o busto do Che Guevara; **ele realmente era de muito valor**".

Santana do Livramento, 27 de setembro de 1997.

GERMANO MÖEHLECKE



A) Dados Biográficos

Nasceu em 23 de outubro de 1922, em São Leopoldo/RS e faleceu nesta mesma cidade, no dia 27 de dezembro de 2016.

Foi comerciante, escritor e historiador. Escreveu artigos e crônicas nos jornais de sua cidade natal, a partir de 1943. Como historiador autodidata, dedicou-se ao estudo da História do Vale do Rio dos Sinos e da Imigração Alemã.

Foi um dos fundadores do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, na cidade de São Leopoldo, inaugurado no dia 20 de setembro de 1959, e presidiu a Instituição por mais de trinta anos.

Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo, participou de inúmeros eventos de História ao longo de sua vida,

entre eles, o Segundo Simpósio de História da Imigração e a Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, realizado em 1976, ocasião em que discorreu sobre a importância do Instituto Histórico como um lugar destinado a promover e a divulgar estudos e pesquisas que se relacionam com a História do Rio Grande do Sul, particularmente no tocante à imigração e a colonização alemã.

Foi homenageado na cidade de São Leopoldo, em 2013, com a criação de uma Biblioteca Comunitária, nomeada Biblioteca Comunitária Ler é Saber - Germano Oscar Moehlecke. Recebeu a Comenda Maria Emília de Paula, homenageando-o pelos relevantes serviços que prestou à comunidade.

B) Seleção Bibliográfica

MÖEHLECKE, Germano. O Vale dos Sinos era assim. São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MÖEHLECKE, Germano. A mulher que não sabia amar. São Leopoldo: Rotermund, 1979.

MÖEHLECKE, Germano. São Leopoldo era assim: o passado pela imagem. São Leopoldo: Rotermund, 1982.

MÖEHLECKE, Germano. Imigrantes Alemães e a Revolução Farroupilha. Porto Alegre: EST, 1986.

MÖEHLECKE, Germano. Vida social, usos e costumes. São Leopoldo: Ed. do autor, 1997.

MÖEHLECKE, Germano. São Leopoldo – obras e iniciativas públicas: revivendo o passado. São Leopoldo: Ed. do autor, 1998.

MÖEHLECKE, Germano. São Leopoldo:retalhos de história. São Leopoldo: [s. n.], 2000.

C) Depoimento

“Sempre trabalhei e, casualmente, numa firma só e, desde o começo, no comércio mas, sempre tive gosto para escrever. Gosto das coisas intelectuais e, muito cedo, comecei a escrever artigos, crônicas, coisas dessa natureza. Essa escolha, o assunto da imigração, acho que veio, talvez, junto com a fundação do nosso Museu, mas, antes disso, já tinha publicado um livro de crônicas. Comecei a escrever em 1943. O Museu é de 1959 e, até aquele período, praticamente, fiquei apenas escrevendo crônicas.

Recordo que escrevia sobre alguns assuntos históricos, lá por 1951, no antigo jornal Correio de São Leopoldo. Escrevi também sobre a necessidade da existência de um museu, para que a nossa tradição alemã permanecesse. Já se sentia essa falta e, de certa forma, acho que quem trouxe essa percepção foi a Segunda Guerra Mundial, com as discussões sobre nazismo, os problemas que suscitaram – e, como suscitaram – as culpas que deram para os alemães, muita coisa que se via que não era bem assim, mas se notava no nosso ambiente. . .

Sobre a imigração, uns pensavam de uma forma, outros de outra; havia correntes de toda a natureza. Acho que isso começou a me chamar para esse lado da História e a me interessar. Mesmo antes de ser cronista, de 1951 até 1959, comecei a sentir uma necessidade de pensar nesses assuntos, e seria interessante alguém, ou mesmo um museu que preservasse a história da imigração de São Leopoldo. Depois da existência do Museu, dali em diante, escrevia crônicas, assuntos dessa natureza, que pareciam uma espécie de encaminhamento. . .

Lembro que fiz o concurso do Departamento de Administração do Serviço Público, DASP, lá por 1942, 1943, 1945, 1947, depois em 1952. Fiz concurso para oficial administrativo. Trabalhava como empregado do comércio, não ganhava muito, e já estava pensando em casar, em 1945. Queria ganhar mais, então fui trabalhar. Pensava em ser um funcionário público. Uma das coisas que me chamava a atenção era como os fiscais do Imposto de Consumo, por exemplo, José Lins do Rego e o nosso Vianna Moog – que era do Sul –, tinham tempo para trabalhar e também tempo para escrever e todos terminavam no Rio de Janeiro, centro do país, onde tudo repercutia mais. Pensava que lá encontraria a possibilidade de fazer alguma coisa, por isso, meu último concurso foi para fiscal do Imposto de Consumo. Passei, cheguei a ser nomeado em 1957, pedi para me colocarem no final da lista e sei que fui nomeado em 1962, se não me engano. Mas, naquelas alturas, já era sócio da empresa e, de certa forma, ela dependia de mim. Então, não podia sair – achava que não podia –, pois já tinha filhos em idade escolar. Minha primeira nomeação foi para o interior do Maranhão, bem no sul deste estado, agora me esqueço do nome. . . Ah! Abacabal é o nome da cidade. Mas achava que, mudando de vida, ia ficar perdido. Já tinham passado alguns anos e, aquela impressão inicial, de que quem era fiscal de Imposto de Consumo era um privilegiado, tinha tempo de escrever, de ficar nessa vida cultural, foi desaparecendo. E, então, meu

interesse começou pela parte histórica e, depois, com o Museu, em São Leopoldo, a vontade de lidar com o documento. Sou daqueles que gosta de mexer no documento, ir lá no fundo, procurar e, essa vontade, foi aumentando.

Lembro que, naquele tempo, justamente quando trabalhava na Casa Mena, ajudei muito o Museu. No início, por exemplo, o Museu, quando fez a sua primeira exposição no salão nobre da Prefeitura, quando ela terminou, nós não sabíamos onde colocar os objetos. O padre Thiesen, fundador da UNISINOS, que era o meu vice-presidente do Museu Histórico de São Leopoldo, cedeu uma salinha ao lado da igreja católica, para instalar ali um Museu inicial. E, como eu trabalhava na Casa Mena, tinha madeiras e tecidos, fabriquei umas prateleiras, cobri com tecido para ficar mais bonito, criando um pequeno ambiente para pôr os objetos.

Refiro-me ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, pois, onde estou, o Museu do Trem é uma situação ocasional; estou aqui por acaso. Depois de terem desocupado totalmente a Estação Férrea, ela estava desativada e vim parar aqui mas, na realidade, desde aquela época, como hoje, continuo sendo presidente do Museu Histórico, há trinta e oito anos! No entanto, o Museu é mais conhecido pelo Telmo Müller, porque o Telmo, nesses anos todos está lá em tempo integral. Como eu era comerciante, não podia estar nesta função, e nem também o nosso Museu daria para duas pessoas realizarem a mesma forma de trabalho, juntos e remunerados, porque o Museu não tinha condições para isso. O Telmo se sacrificou bastante, inicialmente ganhando muito pouco. Ele também era professor, mas conseguiu acumular as duas funções. O Museu funcionou inicialmente só no expediente à noite, duas vezes por semana. Tínhamos, também, o Emílio Müller, que foi nosso tesoureiro; esse homem se dedicava muito. Ele se dispunha trabalhar às terças e quintas à noite para atender as pessoas que vinham ao Museu. Era um Museu diferente, porque abria só à noite. Nós tínhamos pessoas escaladas, mas isso foi só no início. Depois a situação foi melhorando, mas, justamente devido a esses interesses é que, acho, me dediquei mais a essa questão da imigração alemã e por ser também de origem alemã, é claro! Não teria o mesmo interesse pela colonização italiana, porque ela não seria tão familiar, não viria do íntimo. Sou de origem alemã, por isso fui, automaticamente, para esse lado, ajudar na sua recuperação.

No início, não pensava em História; eu era muito da Literatura. Achava que iria escrever contos, romances ou algo assim; inclusive, foi o que escrevi inicialmente. Meu segundo livro, publiquei em 1979; segundo porque o primeiro já foi História, invertendo a sequência do que escreveria. Escrevi primeiro crônicas, artigos em jornal, sempre em jornal. Se for dar uma definição, acho que sou jornalista! Não sou outra coisa, porque sempre escrevi para jornal. Os livros saíram do jornal; selecionei o que já havia escrito para o jornal. Apenas em duas oportunidades não publiquei as crônicas dos jornais em meus livros.

Em relação aos livros, o primeiro foi em 1978 – O Vale dos Sinos era assim. Quis escrever sobre temas do passado, mas iniciei desde antes da imigração alemã. Quis recuperar aquela época de 1824, e então, comecei a apresentar aqueles documentos que existiam. Achei que alguns mereciam ser republicados, devido à época em que eles tinham sido trabalhados pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Estado; inclusive o Aurélio Porto e outros. Publiquei algumas correspondências, claro, dentro dessa ordem, dirigidas ao meu interesse, que era a imigração alemã, como as correspondências entre o José Feliciano Fernandes Pinheiro – o nosso Visconde de São Leopoldo – e o inspetor da colônia aqui, o José Thomaz de Lima. Essa correspondência anunciava a chegada dos imigrantes, o nome que ele havia sugerido para a nova

Colônia, essas pequenas coisas; inclusive o inverso, quando José Thomaz de Lima escrevia para Porto Alegre, pedindo recursos e as necessidades que encontrou aqui com os imigrantes alemães. Um aspecto interessante é que, logo no início, pediu roupas para eles, porque vieram para um país tropical e acharam que não havia tanta necessidade. No entanto, foi necessário pedir baeta azul e outras coisas do gênero, como se chamava na época, para que pudessem fazer roupas para se abrigar, tanto as mulheres quanto os homens. Isso aconteceu, se não me engano, em julho ou agosto, porque aquele inverno de 1824 foi muito frio e chuvoso. Sabemos porque as medições de terras, naquela época, foram proteladas várias vezes, em parte devido a essa situação do clima. Publiquei no primeiro livro, justamente essa correspondência existente em Porto Alegre; ela é da Inspetoria da Feitoria aqui de São Leopoldo. Aliás, nesta ocasião, não era mais Feitoria, mas Colônia Alemã de São Leopoldo; esse foi o meu início.

Depois desse livro descrevi um panorama até quase os nossos dias de São Leopoldo. Como era o pesquisador, o mexedor dos nossos documentos, a base principal dos que pesquisei, foram os da Prefeitura. São Leopoldo foi município desde 1846. Então, de lá para cá, tínhamos documentação mas, para preencher o que me faltava, fui pesquisar no Arquivo Histórico da Prefeitura de Porto Alegre porque um dos únicos colegiados que existia naqueles primeiros tempos era a Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo menos na nossa região. Tudo que era decidido aqui tinha que perguntar para a Câmara Municipal de Porto Alegre, até quando foi decidida a emancipação de São Leopoldo, a criação do município. Antes disso, o Juiz de Paz, para dar uma autorização civil na região tinha que falar com um padre, que se chamava Vigário Geral. Não existia bispado. O Vigário Geral de Porto Alegre é que tinha que ser ouvido, porque tudo passava pela parte religiosa; isso aconteceu lá por 1831. Um pouco antes, o governador da época, o Presidente da Província havia percebido que faltava uma autoridade civil em São Leopoldo. Constatou pessoalmente essa falta e resolveu que, o Cura que vinha da Aldeia dos Anjos para cá – para rezar uma missa de vez em quando –, se devia radicar aqui; o que significava que São Leopoldo seria então uma Capela, não só capela como já era, mas Capela Curada. Era importante pois, para que o Juiz de Paz fosse eleito, havia a necessidade dessa Capela Curada porque quem ia comandar a mesa eleitoral era o Cura; esse era o sistema da época. O Brasil era um país católico. Os padres tinham muita influência, e eram sempre os presidentes da mesa eleitoral. Para eleger esse Juiz de Paz, tinha que ter essa mesa eleitoral. E, para isso acontecer, consultaram o Vigário Geral, e esse, então, determinava certos limites para o Cura, mas teve que comunicar à Câmara Municipal de Porto Alegre que não tinha gostado da ideia, mas insistiram. O Presidente da Província estava seguro que essa era a melhor saída e fez isso. . . estou me dispersando um pouco da conversa. . . O que quero dizer é que, nesse primeiro livro, falei sobre esses vários assuntos e fui colocando detalhes. Recordo até que o Mario Gardelin, que se dedica à história de Caxias comentou, não sobre este livro, mas que poucas vezes se viu alguém abordando o período de 1840 a 1890, um período de cinquenta anos. Escrevi porque tinha esses documentos à mão, justamente os da nossa Câmara Municipal, de 1846 em diante. Eles se encontram no nosso Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – é a chamada correspondência passiva. O que eles mandaram para Porto Alegre só se encontra lá, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Na correspondência passiva da Câmara é que me abeberava muito, porque estava à disposição e poderia, mais ou menos, deduzir o que seria o contrário, porque eles tinham recebido essa correspondência; é claro que eles a arquivaram. Naquela época, como hoje em dia, ainda existe a centralização, era muito grande; tudo ia para o

centro para ser resolvido. Quando vinha uma correspondência para cá é porque eles já tinham pedido antes. E, muitas vezes, se nota que se passavam vinte, trinta, quarenta anos fazendo a mesma solicitação, insistindo até que ela viesse. . . estou, como já disse, me dispersando demais. . . Vou dizer que o meu primeiro livro foi muito variado nos assuntos e veio quase até nossos dias e é sobre assuntos históricos. . .

O segundo livro, que publiquei, em 1979, *A Mulher que não sabia amar*, usei o mesmo título de uma crônica que havia escrito para o nosso jornal, *Jornal do Vale dos Sinos*. Não, não, é que já estou tão acostumado com o jornal hoje em dia. . . Foi no *Correio de São Leopoldo* que, como disse, comecei a escrever em 1943 e permaneci escrevendo para o *Correio de São Leopoldo* até o fim dele, que foi em 1951; escrevia quase semanalmente. Logo, formou um volume grande, selecionei algumas crônicas e organizei o segundo livro.

O terceiro livro foi. . . Mas antes quero explicar: já estava encantado, como até hoje continuo, por fotografias. Gosto muito, elas são documentos de primeira mão que não mentem. Quer dizer, podem servir para muitas interpretações; é claro, podem ser interpretadas de muitas formas. Cada um que olha uma fotografia tem o direito e a possibilidade – estudioso ou não da matéria –, de interpretá-la. Gosto muito de usar a fotografia. Então, no terceiro livro usei as do nosso Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Consegui com um fotógrafo uma cópia em preto e branco, inclusive acentuando mais a cor; não sabia se queria fazer em off set a publicação. No livro, usei quatrocentas e cinquenta e seis fotos do nosso Museu; sobraram mais de mil, que já estavam preparadas para essa finalidade. Mas descobri que um livro muito volumoso não vende, é difícil, fica muito caro, não é vendável; isso foi em 1982.

O quarto livro foi um dos poucos que não dependeu totalmente do jornal. Um livro que resolvi escrever a respeito dos alemães na Revolução Farroupilha. Eu não tinha esquecido a afirmação do Dante de Laytano – se não me engano –, no livro *História da República Rio-grandense*. Acho que é esse o título do livro dele. . . em 1985, quando ia se comemorar os cento e cinquenta anos da Revolução Farroupilha. O Dante dizia assim: tem que aparecer um alemão daqueles enjoados, aqueles que gostam das minúcias, como o alemão gosta de ser, para procurar e mostrar se participou, ou não, dessa Revolução. E pensei: agora tem cento e cinquenta anos da Revolução Farroupilha, tem que sair alguma coisa! E me perguntava: os italianos participaram através da publicação de jornais, o Garibaldi. . . tanta gente que se destacou na Revolução, será que os alemães. . . tão próximos de Porto Alegre?! . . Será que não aconteceu nada com os alemães, não entrevistaram, não participaram, não aconteceu nada?! Aí fui atrás, comecei a pesquisar. Quem me ajudou em parte, foi uma professora de Porto Alegre, que ganhava a vida fazendo isso. Como toda professora ganha pouco, no tempo livre copiava documentos para mim no nosso Arquivo Histórico do Estado. O Arquivo não permitia xérox. No início até permitia; havia lá um aparelho de xérox e aproveitei a oportunidade. Devo ter em casa, em caixas de camisa. . . Era comerciante e a caixa de camisa é boa para guardar em prateleiras e empilhar umas sobre as outras. Aliás, o nosso Museu também trabalha na base de caixas de camisa, fornecidas por mim. . . Voltando ao assunto, devo ter umas três ou quatro caixas de camisa só de xérox do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tirados na época quando era permitido. Mas, como depois não podia mais fazer isso, pedi para a professora que copiasse a mão; pagava o serviço por hora. Selecionava o que queria, depois ia lá para ver o que tinha para copiar e anotava: onde colocar? Qual prateleira, qual caixa? Foi dessa forma que fiz o livro *Imigrantes alemães na Revolução Farroupilha*, que publiquei em 1986, um ano após o Sesquicentenário, porque não tinha ficado pronto para as comemorações. Por um lado foi bom, porque consegui mais material

para pesquisar. Tínhamos à mão os jornais farroupilhas – O Povo, O Mensageiro – e vários jornais quando da Revolução Farroupilha. Um deles todo mundo tem, porque ele foi editado e publicado com capa dura. As famílias abastadas compravam, e todos os museus e locais como bibliotecas também têm; o nosso Museu tem. Mas, e o outro lado, onde estão os do lado legalista? Descobri que no Museu da Comunicação Hipólito da Costa, em Porto Alegre, estavam os outros jornais, os dos legalistas. Como não tinha tempo, novamente pedi para a professora que já tinha me auxiliado, que copiasse documentos que me interessavam; muita coisa eu copiei. Essa foi a forma que encontrei de ver as afirmações de um lado e do outro. Para entender melhor aquele período, pesquisei os apontamentos do Hillebrand, que era um homem muito minucioso, anotava tudo. Quem reuniu essa documentação foi o Alfredo Ferreira Rodrigues, fundador do Almanaque Literário.

No Arquivo Histórico do Estado existem as coleções de Ferreira Rodrigues e também do Hillebrand, em separado. Ali, encontrei muita coisa interessante como, por exemplo, o caminho dos lanchões. Esse acontecimento corresponde a um período que já está um pouco melhor para o lado legalista. O Hillebrand dá o nome de todos os remadores e o do dono do lanchão que ia de São Leopoldo a Porto Alegre. Ele fazia o que hoje em dia se faz – os comboios –, porque os farroupilhas atacavam para roubar os rifles etc. Ele, então, punha soldados que iam na frente e atrás e em barcos separados justamente para a defesa. Há episódios contando que ocorreram tiroteios e alguns feridos. O Hillebrand dá o nome de todo esse pessoal, inclusive os dos soldados envolvidos. Graças a esses documentos, pude mostrar que os imigrantes alemães realmente se envolveram com a Revolução Farroupilha. Publiquei uma sequência muito grande de documentos e muitos ficaram de fora; uns não cheguei a pesquisar, outros não encontrei. Minha característica como historiador, quando refiro ao documento, o coloco integralmente, desde o início até o Deus guarde Vossa Senhoria. Ponho tudo, porque sei que é muito fácil mentir com estatísticas e é muito fácil alguém pegar um ofício, ou uma carta, ou qualquer documento dessa natureza, colocar duas ou três frases que são a seu favor mas, as que são contra, não aparecem. O autor do documento, às vezes, declara uma coisa, mas, embaixo diz que não é bem assim; o que facilita aquele que tem interesse de forçar a situação. Tenho colegas historiadores, que acham que o historiador deve chegar a um documento com o objetivo de terminar. Acho que, de certa forma, a pessoa tem esse objetivo, mas estou aberto ao que vou encontrar. Não vou com a intenção de mudar nada; tenho que aceitar como foi. Não vou com a intenção de dizer que foi assim e não assado; então costumo colocar documentos na íntegra. Pode ficar meio monótono, maçante, fica meio tipo de alemão, provavelmente, como se costuma dizer. Sempre se diz que o alemão faz uma breve introdução com a história do elefante num volume de umas mil ou mil e quinhentas páginas; o francês fala da vida sexual do elefante; o brasileiro faz a vida completa do elefante, em duas, três páginas, ou seja, o modo de pensar é diferente. Devo ser desses alemães enjoados, porque gosto de dizer tudo direitinho mesmo que seja cansativo. Às vezes, sacrifica-se a facilidade da leitura. Mas aprendi, e meus últimos livros estão cheios de fotografias, são mais leves, mais fáceis de ler. Acho que, até de certa forma, fui forçado porque escrevo em jornal e, como já disse, sou mais jornalista do que outra coisa, porque são sempre coisas de jornal que estou publicando.

Meu último livro é sobre a Vida social: usos e costumes de São Leopoldo. Ele tem cento e quarenta e cinco fotografias e são apenas cento e noventa páginas; noventa páginas mais do que as de fotos. As fotos não ocupam a página inteira, mas mostra como ele é ilustrado. O jornal não aceita crônica com mais de uma página; sempre

respeitei este limite. Meus colegas ficavam admirados porque conseguia fazer isso. Sou amigo dos fundadores do Jornal e, desde os primeiros tempos, escrevi nele. Tenho certos privilégios, mas fazia, no máximo, uma página com seis fotos. Agora, na hora de fazer o livro, usei o texto do jornal, mas reduzi o número de imagens. Reconheço que, graças ao jornal, sou mais breve e, de certa forma, não tenho escrito diretamente sobre História no nosso Jornal Vale dos Sinos, justamente pela limitação do espaço!

No tempo que existia o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, tamanho grande, tinha o Caderno Especial, aos sábados, que aceitava as matérias que eram enviadas, porque havia espaço. Muito escrevi neste Caderno. Mostrava e comprovava com documentos ocupando a página; tenho muitos artigos publicados no nosso Correio do Povo. Hoje em dia, quando se escreve para jornais se precisa ser muito sucinto, muito rápido, não entrar em detalhes. Esse pode ser um dos motivos que, talvez. . . temos outros veículos locais do tipo da nossa Revista Rua Grande, pequenina. Já escrevi muitas vezes mas, nos últimos tempos, só comentários de fotografias, do que achava interessante: hábitos no vestuário, todo mundo usando suspensório, chapéu, gravata. . . Comentava detalhezinhas, porque não tinha outra forma neste jornal.

Utiliza-se o jornal, porque escrever um livro é muito caro; tem que se ter recursos. Por essa razão, a gente se acostuma a ser breve. Há o Jornal Vale dos Sinos, que iniciou com o nome de SL, em 1957. Depois ele enfraqueceu, perdeu forças e, pelos anos 1958, 1959, os Gusmão, diretores do jornal, foram para Novo Hamburgo e, lá, criaram o NH, que teve sucesso. Eles usaram uma estratégia muito interessante: publicavam um modelo de calçado de uma fábrica e tiveram a ideia de publicar lançamentos de calçados. Perguntavam ao dono da fábrica quais eram seus fregueses no Brasil. Eram em torno de setecentos, oitocentos fregueses diferentes e eles, com o endereço de cada um, enviavam o jornal. Os fregueses, automaticamente, gostavam disso, elogiavam o Jornal e o fabricante também. E esse ficava logo animado em publicar um novo modelo de sapato. Mas isso, é claro, era uma página inteira. Apenas isso, quase que sustentava o Jornal. Essa técnica serviu muito bem durante bastante tempo. O NH foi muito bem em Novo Hamburgo. Então, o SL, que iniciou em São Leopoldo, chegou a ser encartado no NH durante um período mas, depois parou. O Vale dos Sinos reiniciou em São Leopoldo, em 1971. O jornal que existia antes, o Correio de São Leopoldo é de 1932 a 1951; nele escrevi bastante entre 1943 e 1951. Nesses oito anos foi onde mais publiquei, chegando a cento e poucos artigos. Hoje em dia estou passando de oitocentos. Meu cunhado dizia que, cada vez que eu entrava num jornal, ele quebrava. Acho que quebrei jornal pela redondeza, porque jornais do interior duram um ano, um ano e pouco, às vezes até os de origem política. Em 1947 tivemos outros jornais, O Imparcial, A Tribuna. São tantos os nomes. . . escrevi para todos eles. Em todo jornal que aparecia, eu escrevia. Até jornal de estudantes, um deles baseado só em comentários, outro fotográfico, também escrevi. . .

Tenho guardados os oitocentos artigos e as crônicas publicadas. Costumava ter um álbum; era da mesma medida da página grande do Correio do Povo. Sempre tive a esperança de um dia publicar a página inteira do que publicara naquele jornal. Acho que publiquei duas ou três vezes só. Mas o Caderno de Sábado era específico para assuntos de natureza literária e histórica. Como dizia, fiz um álbum do tamanho daquele jornal, grande, não o tabloide, como hoje em dia. Completei um álbum, um segundo, um terceiro, estou no quarto álbum, ultrapassando oitocentas publicações! Tenho como hábito recortar o título do jornal, com a data respectiva e colo junto do artigo. Ultimamente, fiz outra coisa: utilizo apenas um lado do papel, e no verso não tem nada. No momento, coloco no verso algum comentário sobre o Germano

Möehlecke, o que acham dele, o que ele publicou. . . com isso, tenho minha história particular também, de certa forma, guardada nos álbuns.

Ouçó, às vezes, o nosso amigo Carlos de Souza Moraes. Ele comenta que os artigos de jornais, facilmente se perdem, as pessoas não guardam e para reunir isso um dia é difícil. Então, o livro tem essa virtude de, pelo menos, juntar o que se publica. Retornando ao segundo livro que escrevi, *A Mulher que não sabia amar*, de crônicas, foi o Moraes que prefaciou. De certa forma, pensando nisso, é que escrevi esse último livro, *Vida social: usos e costumes*. . . agora publicado, com o subtítulo, no rodapé: *Relembrando o passado v. 1. Serão cinco somente, uma série de artigos que escrevi com esse subtítulo. Escrevi durante três anos e meio, mais ou menos, uma página para o nosso Jornal, regularmente, aos sábados. Agora, estou reunindo as crônicas por assunto; vai sair um livro dos escritos no primeiro Vale dos Sinos. O segundo volume seria sobre Obras públicas: ruas e praças, mas vou ter que mudar o título porque isso não vende. O título é muito simplório; tenho que descobrir uma forma mais bonita de dizer isso. Esse livro vai tratar das obras públicas do município: o nosso Hospital, o nosso Quartel, o nosso Presídio, o nosso Patronato Agrícola, a nossa Biblioteca Pública. . . Enfim, todas as obras relacionadas com o governo municipal: quando foi inaugurada, quem foi o presidente, que dia foi, que discurso fez; claro que não vou transcrever todo o discurso, sobre as ruas e as praças, quando foram inauguradas, etc. A Praça Mauá, aqui na frente, do Museu do Trem, por exemplo, o terreno foi desapropriado pelo Mansueto Bernardi, em 1920. O Bernardi foi o nosso único prefeito de origem italiana; os outros eram portugueses ou de origem alemã. Bernardi fez uma praça que era considerada uma das mais bonitas da época. Uma pessoa muito conhecida, um jornalista, não me lembro o nome agora. . . um nome português. . . dizia que São Leopoldo, quando se desembarca do trem logo se encontrava o florido da praça na frente. . . Vou tratar também da nossa Praça do Imigrante, a Praça Daltro Filho, a Praça 20 de Setembro, a Praça mais antiga – a nossa Praça do Triângulo –, a Praça Duque de Caxias; enfim, todas as praças.*

Sou um historiador urbano da cidade de São Leopoldo. A minha predileção, de certa forma, é pelos documentos. Vou dar um exemplo: não publiquei nada sobre a nossa enchente de 1965, porque não encontrei. Naquela época não tinha um jornal na cidade, nem essa nossa revistinha, nada publicado. Participei, diretamente, mas não quero dizer o que fiz ou não fiz. Fotografias, tenho bastante, mas elas, sem outros documentos, não servem. Nossas duas grandes enchentes, a de 1941 e a de 1965, os Jornais de Porto Alegre mencionam de raspão sobre São Leopoldo. Eles tratam mais de Porto Alegre; não referem nada daqui. Já existia o NH, mas ele não acompanhou com uma influência mais direta sobre a nossa enchente de 1965. Por isso, não escrevi. A de 1941, nós tínhamos o nosso jornal *Correio de São Leopoldo*. Ele registrou a constituição de comissões para cuidar dos flagelados, para conseguir alimentos, etc. O prefeito da época, Theodomiro, foi elogiado por ter conseguido comprar açúcar, arroz, em Dois Irmãos em tempo, trazendo para São Leopoldo e, desta forma, as pessoas não ficaram em falta. Quando reúno esses dados é que menciono nas crônicas; fica um pouco mais pitoresco, especialmente acontecimentos que ocorreram há mais tempo. Por isso é que gosto de ler jornais de 1909, 1907, 1913, entre outras épocas, porque sempre tem aquele tonzinho pitoresco; o que era muito tradicional e normal numa época, em outra torna-se interessante. Por essa razão que uma das coisas que faz com que a gente goste de publicar é porque as pessoas vão ler e ver as fotos com um sorrisinho e vão entender como era e acham interessante. . . !

Já pesquisei em vários locais, mas acho que mais foi no nosso Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Ele é da terra e falo justamente de São Leopoldo. Então é aqui

que me encontro mais, também trabalhei bastante tempo e pessoas trabalharem para mim no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. No Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pesquisei para aclarar alguns dados que os nossos documentos, aliás, nem tínhamos documentos. . . Busquei dados do que aconteceu antes de São Leopoldo ser município. Depois que São Leopoldo tornou-se município, existindo a Câmara Municipal, automaticamente a chamada correspondência passiva ficava conosco; atualmente está no Museu Histórico.

No Museu de Comunicação Hipólito da Costa de Porto Alegre, pesquisei bastante. Descobri e achei maravilhoso o Arquivo da Assembleia Legislativa; estive lá, casualmente, há duas semanas. Localizei vários assuntos, mas, infelizmente, o meu tempo era reduzido pelo comércio. Tinha expediente de manhã e à tarde e não tinha quase tempo para fazer as pesquisas. Ia à Porto Alegre regularmente às terças-feiras, fazer as compras para a Casa Mena; essa tarefa era feita durante a manhã e, à tarde, pesquisava no Arquivo. No Arquivo Público de Porto Alegre, também, descobri dados interessantíssimos para pesquisar, mas também não tive tempo. Todos esses lugares têm documentação maravilhosa! Como vivo em São Leopoldo, o nosso Museu é onde tenho encontrado diretamente o que me interessa, destaco os relatórios municipais. Como eram publicados todos os anos, tornam-se interessantes. Sabemos que durante o Império não existia o Executivo, apenas a Câmara Municipal. O seu Presidente era um homem que tomava todas as decisões, cobrava os impostos, nomeava os empregados e tinha que prestar contas para a Assembleia Legislativa. A Assembleia, naquela época, era a Assembleia Provincial. Então, esses relatórios é que foram mandados para lá. Verdade que são sucintos, mas o nosso Museu tem esses relatórios desde 1869, se não me engano e são muito úteis. Observa-se que se passavam vinte ou trinta anos fazendo uma solicitação até vir a concordância de Porto Alegre, quando não havia a necessidade de pedir mais longe. . . Com a República e a criação do Executivo, com a figura do Intendente e do Vice-Intendente, a Câmara Municipal mudou para Conselho Municipal e perdeu muito da sua força. Aí o intendente prestava contas para esse Conselho Municipal. Isso era anual e, nessas prestações de contas, se pedia auxílio aos seus respectivos secretários, vamos dizer; nos dias de hoje, do DMAE, água, obras, etc. Cada um tinha o seu setor. Este prestava contas para o prefeito e o prefeito fazia o geral e, desse geral, usava um pouco para a parte política, mas relatava muito bem. Observa-se, nos nossos relatórios atuais dos prefeitos, que eles sempre têm um fundo político em demasia, sempre têm a intenção de influenciar aquele que está lendo o material; isso não se nota nos anteriores, em São Leopoldo. Nós tivemos esses relatórios até 1944 e, de lá para cá, não há mais. Se não temos um jornal ou uma revista local, algo que publique o que está acontecendo, é difícil conseguir documentos. Não temos como cuidar bem da história desse período, do tempo do Império até meados do século passado, até 1944. Reli esses relatórios, muitas vezes cada um. Descobri, inclusive, fotografias dos administradores, principalmente das décadas de 1930 e 1940; eles usavam muito ilustrar com fotos, que não existem mais. A gente sabe que, hoje em dia, as fotografias são entregues para certos Departamentos da Prefeitura, às vezes, para o próprio prefeito, pois ele está na foto, acham interessante agradá-lo, ele leva para casa e desaparece. Infelizmente isso acontece! Hoje, as prefeituras contratam uma empresa especializada de divulgação e de marketing. Elas fazem um relatório muito bonito, mas não é um relatório de 1º de janeiro a 31 de dezembro. É simplesmente uma listagem: fizemos isso, construímos tal estrada, foi feito esse asfaltamento, foi feito isso, com caráter meio político, tentando convencer alguém de alguma coisa. Faltam os detalhes, como data, custo, como foi feito, porque foi feito. . . Já os relatórios anteriores que menciono, o

prefeito, às vezes, discute três, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez, quinze anos sobre o assunto até que a coisa é realizada. Por exemplo a história da água, é uma coisa que já tinham me encomendado, de certa forma, não sei se de preguiçoso, não sei o que é, não levei muito avante, era só fazer a proposta: eu cobro tanto, faço isso. . . Teria tempo livre, em São Leopoldo, para trabalhar sobre a história da água da cidade. Casualmente encontrei nesses relatórios, vários detalhes interessantes. Por exemplo, no fim do século passado, quando resolveram controlar a água, todo mundo ia à beira do rio, enchia uma pipa e vinha vender a água, carregada em uma carreta com duas rodas. Inicialmente usavam escravos, subiam à cidade, circulavam nas ruas principais e vendiam a água em baldes; custava X o balde. Constatou-se em 1897 que, num ano, o **balde d'água dobrara de preço**. Num ano só, sinal de que a inflação também existia naquele período; já é um começo. Depois, o Gaelzer, quando Intendente, de 1902 a 1916, trabalhou muito nisso; foi o segundo Intendente em extensão de tempo, quem teve mais tempo do que ele, dezesseis anos, foi o Theodomiro, de 1928 a 1944. Mas o Gaelzer refere que, durante quatorze anos, um engenheiro de Porto Alegre veio para fazer este trabalho, isto é, tentaram usar nossos arroios, que tinham nível alto, onde a água caía naturalmente por gravidade. Esta tentativa de trazer água para o centro da cidade foi um problema, pois os arroios eram um pouco poluídos, já naquela época, e o volume de água era pequeno. Saturnino de Brito resolveu o assunto em 1920, a pedido do Intendente daquela época. Ele fez um plano que vigorou até 1940 e poucos. Quem realizou a hidráulica foi o João Correia. Ele iniciou e chegou a inaugurar em 1926, mas a rede de esgotos não foi realizada. O cais da beira do rio, o Theodomiro conseguiu fazer; começou em 1930 e em 1934 foi inaugurado. A Praça, também, ela já estava nos planos do Saturnino de Brito em 1920. E, em 1941, o Theodomiro iniciou o trabalho da rede de esgotos em São Leopoldo que foi inaugurada em 1943. . . 1944. Nunca mais se tinha mexido nos esgotos. Somente nesse governo último. . . ou no penúltimo. . . é que, novamente, se fez uma extensão igual de quilômetros de esgotos em São Leopoldo, inclusive os cloacais, que não existiam; mas já era plano em 1920. Por essas coisas do destino, o novo plano recente, foi feito no mesmo escritório do Saturnino de Brito, no Rio de Janeiro, que tinha vindo para fazer essa obra. O seu Saturnino não existia mais, estava o filho dele, e não sei que idade deve ter. Mas foi ainda essa gente que fez os novos planos para São Leopoldo. Uma longa história que mostra que estes relatórios, que refiro, têm a história do município e que suas leituras facilitam reconstruir a história!

Documentação sobre os alemães, a imigração e a colonização, é encontrada nos nossos arquivos, não apenas nos de São Leopoldo. No Arquivo Histórico do Estado, está a chamada correspondência ativa da nossa Câmara e, na nossa Câmara Municipal, está a correspondência passiva, os ofícios que foram recebidos de Porto Alegre, do governo central. . . Além disso, não sei como, o Ferreira Rodrigues conseguiu reunir a documentação do Hillebrand. Acho que ele, por ser metucioso e muito criterioso também, deve ter mandado para o governo central, ou seja, Porto Alegre. Todos sabem que o Hillebrand fez relatórios magníficos. Em 1854, 1858, ele foi presidente da Câmara Municipal. Em 1854, fez um relatório de umas cinquenta páginas, muito complexo e completo sobre a Colônia. Aliás, naquela época, não era mais Colônia; era município de São Leopoldo. E, inclusive, também nos anos anteriores, ele pleiteava sempre que se tivesse aqui o ensino de português, justificando que os alemães deviam falar também o português. Foi um dos que batalhou e, parece mentira, que o nosso Theodomiro Porto da Fonseca, em 1930 e poucos, e também em 1940, insiste nesse mesmo assunto. Ele comenta que no interior de São Leopoldo, se falava muito o alemão, que as pessoas não

tinham condições. . . Inclusive, quando se criou o município, em 1846, muitos diziam: pois é, tem que mandar fulano de tal para morar em Dois Irmãos, não sei aonde, para ter alguém que possa assumir o cargo, porque os outros só falam alemão. . . Não teriam condições de assumir cargos, se sabia disso. Mas, essa situação perdurou por muitos anos e esses documentos mostram. . . Comento sempre sobre nossos relatórios municipais porque, com isso, setoma o pé da coisa. . . Os documentos da Prefeitura e de outras instituições confirmam o que vamos escrever, reconstruindo a história. Os relatórios são magníficos, mas também não podem servir sozinhos, não podem ser usados como defensores da história. Buscam-se documentos que, de uma forma ou de outra, complementam, ou então, provam o que se está pensando.

Sim, cotejo os documentos como quando referi da Revolução Farroupilha. Quis ver o outro lado; dos farrapos a gente sabia. Então vamos ver o que dizem os legalistas na época, para entender melhor como a situação foi conduzida. Quanto a locais de pesquisa são os que já citei. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul tem muita documentação mas, sobre São Leopoldo, não. Nosso município também não tinha documentos da Revolução porque aqui foram guardados os assuntos municipais. Algum documento de natureza diferente ia para Porto Alegre. No nosso Arquivo Histórico praticamente só tem documentos até o fim do século XIX, até a Proclamação da República; dali para adiante, os documentos estão dispersos. Na Secretaria do Estado, em Porto Alegre não sei onde, a documentação já deveria ter vindo ao Arquivo Histórico, apesar dele estar numa situação difícil. Quando ele estava na Rua André Puento, o espaço não era suficiente e chovia no prédio. . . em outros locais também a documentação não ficou como deveria ficar. Nem visitei seu último endereço justamente por falta de tempo, apesar de ser contribuinte da Associação dos Amigos do Arquivo Histórico do Estado. Agora estou aposentado e, totalmente, porque aposentado sou há muito anos, mas continuei trabalhando na minha firma. Como ela não existe mais, estou de fato de valde. . . Aceitei a incumbência da Prefeitura de trabalhar no Departamento de Cultura do Município, que está instalado no Museu do Trem, automaticamente, por ser do Museu já fiquei cuidando do do Trem. Daí a razão de me encontrar nesta situação. Teria muita dificuldade em fazer isso, se tivesse que ter começado do zero. Mas, como sou uma pessoa que sempre me envolvi, principalmente na Câmara Municipal, foi muito fácil cuidar disso. Até consegui fazer um encarte quando o jornal Vale dos Sinos festejou os seus vinte e cinco anos.

O Vale dos Sinos fez um contrato comigo para que escrevesse a história da Câmara Municipal, que estava completando cento e cinquenta anos, em 1º de abril de 1996; ela é de 1º de abril de 1846, dia da municipalização de São Leopoldo. É difícil, às vezes, explicar porque São Leopoldo, quando virou município. . . Hoje se costuma dizer emancipação, mas não foi bem isto, porque São Leopoldo, de certa forma, pertencia ao governo imperial. Essa área que era a Feitoria do Linho Cãnhamo, não era bem subordinada ao governo da província, mas, assim mesmo, dependia de tudo de lá; o sistema era centralizado. Sempre digo: São Leopoldo teve um caráter diferente. Hoje, automaticamente, se fala em emancipação, um distrito que se separa de uma parte. De certa forma, São Leopoldo também se separou de Porto Alegre, estava dentro do território da Grande Porto Alegre. Mas São Leopoldo nem ficou cidade como é hoje em dia, ficou Vila. Tornou-se cidade bem mais tarde, em 12 de abril de 1864, bem depois. . . Então, tudo que se fala de São Leopoldo é Câmara Municipal 1º de abril é a data de criação do município, mas a instalação da Câmara, propriamente dita, foi em 24 de julho. Daí que muita gente confunde a data 25 de julho, a vinda dos imigrantes, com 24 de julho, um dia antes, no caso 1846, quando se instalou a Câmara Municipal e festejou-

se os seus cento e cinquenta anos no dia 24 de julho de 1996. Portanto, o Jornal me contratou para contar como é que foi esta história. Fiz. . . acho que chegou a uns vinte e cinco capítulos, mais ou menos. E, como já tratei disto em outras oportunidades, agrupando tudo que produzi, vai resultar um livro de uns quarenta e poucos capítulos, sobre a Câmara Municipal de São Leopoldo.

Repito que tenho um projeto de publicação de cinco volumes; o primeiro, Vida social: usos e costumes; o segundo tem um título provisório, assim como as novelas de hoje têm, seria Obras Públicas: ruas e praças, mas como isso não vende, vou tentar mudar um pouquinho o nome; um outro volume, o terceiro, abordando coisas de caráter particular acontecidas na cidade, mas não obras públicas, por exemplo, o nosso Colégio Elemental Visconde de São Leopoldo, que foi instalado em 1913. Ele não é uma obra municipal, não é uma obra pública, neste sentido. Temos também a Sociedade Ginástica, o Orfeu e outras entidades, como o Colégio São José e o São Luís. Num quarto volume penso abordar nossas personalidades, as pessoas que intervieram na nossa história: o Visconde de São Leopoldo – José Feliciano Fernandes Pinheiro; Dom José Thomaz de Lima; a Imperatriz Leopoldina, que não é diretamente ligada a São Leopoldo, mas o nome derivou dela; o Hillebrand. Depois, os nossos nomes mais recentes, nossos prefeitos em sequência, por exemplo: o primeiro foi o Paulo Fogaça, nomeado em 1892 e eleito em 1896; o Florêncio Câmara, de 1900 a 1902, e faleceu no cargo. Depois o Gaelzer – o coronel foi indicado em 1902 –, eleito depois em várias eleições; ficou até 1916. Seguiram o Azambuja Fortuna; Mansueto Bernardi; João Corrêa; o Theodomiro, que ficou bastante tempo. Depois foi nomeado provisoriamente o Carlos de Souza Moraes, o Arthur Ebling, o Arthur Ferreira Filho. No período da chamada redemocratização do país – quando voltaram as eleições –, aliás, daquele momento em diante São Leopoldo está levando o 8 de dezembro como feriado – o dia da posse do Mário Sperb. Depois do Mário Sperb vem Germano Hauschild; Paulo Couto, no fim do governo dele, Emília de Paula, que assumiu durante um ano, a primeira mulher prefeita em São Leopoldo; depois Siegfried Sach; Glodomiro Martins; Olímpio Albrecht; Waldir Schmidt, não, antes do Waldir, o Henrique Prieto, aliás; depois o Olímpio Alves; o Waldir Schmidt e agora Ronaldo Ribas. Não vamos falar de todos sobre os quais já escrevi. O quinto volume seria sobre a Câmara Municipal; é um assunto sobre o qual já escrevi em várias oportunidades. Seria, praticamente, reunir o que está escrito; é só uma questão de compilação.

Falando sobre minha forma de trabalhar. . . Quando estou pesquisando, tanto faz se no Museu Histórico ou no Arquivo Público em Porto Alegre, qualquer lugar público, histórico ou assembleia, buscando localizar certo assunto, se descubro na hora uma outra coisa interessante, já tenho uma folha em branco do meu lado, anotando o que quero. Mas tenho também duas ou três folhinhas, do lado, de palavras-chave; se acho algo interessante, tomo nota nelas, selecionando o lugar certo, para facilitar encontrá-la. Quando chego em casa, se tenho um tempo. . . devo ter uma caixa de camisa, duas. . . sento e começo a juntar os achados por assunto. Por exemplo, falando sobre a Bandeira Nacional, em São Leopoldo, tomo nota, localizo o local, quem mandou fazer a Bandeira Nacional, pela primeira vez em São Leopoldo, anoto novamente e, assim vou complementando. Quando quiser escrever para o Jornal sobre a Bandeira Nacional em São Leopoldo, já tenho uma página, meia página de apontamentos. Monto as fontes que tenho anotado e está pronto; quer dizer, fica fácil. . . Falei em Bandeira Nacional, mas pode ser sobre qualquer assunto. Outro exemplo, vamos dizer que fosse o Hospital Centenário, vou aos relatórios e lá encontro: o Hospital Centenário teve a pedra fundamental lançada em 1924. Quando nós festejamos o Centenário da Imigração, lá na

Praça Vinte. . . ele era fora da cidade. . . em 1928, 1929. Onde está agora, foi inaugurado em 1931. Vou anotando o que vou encontrando e, quando quero escrever ou falar sobre o Hospital, tenho vários apontamentos já feitos. . . Não é tão difícil, estou me referindo para artigo em jornal, porém, para um trabalho histórico estaria fraco! Haveria a necessidade de coordenar melhor, fazer uma pesquisa mas, como o tempo do pesquisador sempre é curto, sempre é válido dar uma notícia sobre um assunto. . . Ainda sobre o Centenário: tentaram colocá-lo no centro mas não deu. . . deixaram a pedra fundamental lá. . . houve chás entre as senhoras para juntar dinheiro. . . A prefeitura começou a cobrar 0,5%, sobre todos os impostos para juntar dinheiro para a construção do Hospital. . . Vou descobrindo aos poucos, tomando nota. . . são pequenas notas. Mas quem quisesse recuperar a história do Hospital teria que fazer um trabalho mais completo. Os detalhes que citei ajudam, é um começo. Esse é o meu sistema de trabalho, que é a minha fraqueza e, de certa forma, o valor disso é que, pelo menos, alguém fala sobre isso. Não ficou perdido, não ficou esquecido. . . Fraqueza, porque se vai estudar aquele assunto a fundo, tem que demorar mais, sinto isso. Nosso tempo hoje em dia é de tanta pressa, e tudo tem que ser realizado com rapidez. Logo, os dados que se encontram, às vezes, fortuitos, não os principais da história, são os utilizados. Já que estamos falando do Hospital Centenário, surgem outras perguntas: como é que se juntou o dinheiro? Quem foram os idealizadores? Por que razões construiu-se o Hospital lá? Como foi? O acaso? Muitas vezes, o Frederico Wolfenbüttel, que foi diretor da saúde municipal, sempre pleiteava isso, insistia, falava; foi um dos grandes impulsionadores para a existência do Hospital em São Leopoldo. Existia, em São Leopoldo, um Hospital; seria injustiça dizer que não, o Santa Elizabete, das irmãs franciscanas, onde hoje é o Colégio São José. Aquela fachada não tinha a extensão que tem hoje; era mais curta. Isso está em relatório municipal do Gaelzer. Já em 1913, 1914 ou 1912, ele menciona que é um Hospital de primeira categoria, que é muito bom, porque há ar puro, está em um lugar alto, etc. , etc. Digo que só estas informações dariam um trabalho fraco. Quando se vai procurar ir fundo num assunto, leva muito tempo, pois tem que usar muitas fontes, ir a lugares distantes, às vezes, à procura de documentos. O assunto abordado estaria completo se a gente fizesse assim. Mas minha fraqueza é essa, uso dados que encontro a respeito daquele assunto e publico. Como ninguém mais falou sobre o assunto, alguém pode considerar que está bonito, mas considero fraco nesse sentido. Se o historiador quer aprofundar aquele assunto, ele vai considerar como início apenas e vai. Por isso digo que é a minha fraqueza, nesse sentido!

Se fosse fazer a minha avaliação como historiador, eu peço nesta hora; não faço um trabalho de pesquisa das raízes até o final. Claro, vou vendo uma fruta aqui, um tronco ali, um galho lá, menciono, mas não abordo todos os detalhes. Para chegar a todos os detalhes, a gente leva muito tempo, é trabalhoso e demorado. E, com a pressa que hoje em dia se tem para fazer a publicação, torna-se difícil. . .

Me comparo, digamos, com o Leopoldo Petry. Ele também não tem uma verdade total! Me surpreendi. . . Sou muito mexedor de documentos. Me surpreendi que ele assinou documentos que não mencionou, nem levou, às vezes, em conta. Em 1923, ele era secretário do município, e depois passou para Novo Hamburgo. Ele assinou, inclusive, leis municipais que passaram em brancas nuvens, não mencionando nos livros que escreveu; creio que não foi por questão de modéstia e sim porque esqueceu! A grande virtude dele, hoje, foi conhecer as casas comerciais e industriais, entre outras, que existiam em 1923, por exemplo. Ele escreveu sobre São Leopoldo em 1922; foi no Centenário da Independência do Brasil. Ele dá uma visão panorâmica de São

Leopoldo, daquele período, graças ao seu sistema de trabalho, assim como escreveu aquele outro livro, em dois volumes, também sobre São Leopoldo. Em 1964 publicou, por ocasião do Centenário da Elevação de São Leopoldo à cidade e era prefeito Glodomiro Martins. Ele chegou ao ponto de pedir para uma pessoa: tu és deste setor? Me faça uma história do teu setor, vou te publicar e juntava assim; mas pelo menos ele dava à pessoa algum material do período. Hoje, se quiser saber o que houve há trinta anos, busca-se no livro do Petry e, mais ou menos, encontra. Estou achando que no fim vou ser muito útil para algumas pessoas daqui a cem anos. Neste sentido, posso ser útil, porque trouxe ao público informações que as pessoas não lembrariam. . .

Sou fanático pela fonte primária, em primeiro lugar, por essa razão. Nos meus livros dificilmente cito outro autor, pois estou indo nas fontes, quero saber o que aconteceu, busco documentos, relatório municipal, algum dado direto, inclusive fotografia, por isso não cito fulano disse. . . não uso isto. Mas considero alguns historiadores que trabalharam sobre a imigração e a colonização alemã no Rio Grande do Sul. Um deles é o Aurélio Porto em O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul; é uma obra muito boa. Inclusive, quando alguém vem pesquisar – isso é muito comum em museus. . . não participo do dia-a-dia, do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo mas vejo acontecer lá –, às vezes, chegam alunos interessados na imigração alemã e dizem assim: eu preciso de tudo sobre. . . a professora pediu para amanhã. . . é para amanhã. . . Mas, quando alguém vem pesquisar, é preciso indicar um livro. Nota-se que a pessoa quer se inteirar melhor da nossa história, aí indico o livro do Aurélio Porto, ele é muito preciso, muito exato; acho que foi baseado em documentos.

Além do Aurélio Porto, principalmente depois do nosso Sesquicentenário, depois de 1974, a sequência de obras sobre São Leopoldo, especialmente sobre a imigração foi muito grande. O Sesquicentenário meio que desencadeou o interesse pelo assunto.

Ah! O Jean Roche! Estava me esquecendo dele! É outro pesquisador que usou uma precisão científica e, realmente, o Jean Roche conseguiu. É uma obra maravilhosa a dele! O Petry, no sentido que disse antes, deu um panorama daquele período que ele está abordando. Devo citar o Telmo Müller. Por exemplo, se alguém quer falar sobre a colônia propriamente dita, a reação do vivente, do colono, assuntos assim, ele escreve de uma maneira bastante leve, gostoso de ler. Isso com o correr do tempo só valoriza porque é justamente a descrição de como o colono vivia e que, aos poucos, vai desaparecendo. O rádio e a televisão vão acabar com isso. Então a obra do Telmo tem muito valor neste sentido. Cada autor, Porto, Petry, Müller, tem a sua característica. Foram os que lembrei; a memória está fraca agora. . .

No nosso Instituto Histórico tem muitas pessoas escrevendo, cada uma com as suas características. O que está acontecendo muito hoje é que os generalistas estão desaparecendo um pouco, porque realmente está bastante difícil escrever com profundidade, com capacidade, sobre tudo e estão aparecendo muitos trabalhos com visões fragmentadas da História, ou seja, a abordagem de um certo setor, de um certo veículo, de um certo ângulo. . . No nosso Instituto Histórico, por exemplo, nós temos obras boas, mas sempre sobre determinada faceta, determinado assunto; estão muito bem escritas, estão muito bem abordadas. Mas, quem quer estudar história do Rio Grande do Sul ou a própria imigração alemã, às vezes não abrange tudo – abranger no sentido global –, isso não tem sido feito. Isso é bom, são as chamadas micro-histórias, delas pode surgir a história maior. A história da imigração alemã, propriamente dita; acho até que ainda não foi escrita. E, se alguém quer fazer a história completa, desde o

início até os nossos dias, incluindo as variantes, isso pode ser escrito. Mas, levando em conta todos os detalhes já abordados, daria um volume de muitas mil páginas!

Avaliando minha produção, algum livro de preferência ou que mais dificuldades tive, acho que, de certa forma, bem escrito, bem abordado, foi o primeiro, O Vale dos Sinos era assim; não sei se pelo fato de ser o primeiro ou por ser a primeira vez que se publica. Depois escrevi São Leopoldo era assim, baseado em fotografias. No primeiro, abrangei mais o Vale, porque refiro a outros municípios da redondeza, assuntos que aconteceram não só em São Leopoldo mas também em outros municípios, e, principalmente, no início usei documentos que já haviam sido utilizados. Trazendo os assuntos que mais me interessavam no momento, que era a imigração alemã, acho que enfoquei bem, pelo menos o que aconteceu naquele período. Agora, o São Leopoldo era assim, baseado em fotografias, recebe muitos elogios do nosso cidadão, porque ele relembra e é uma forma de matar a saudade! Deste livro recebi muitas cartas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros lugares, de leopoldenses que estão lá. Eles recebiam os livros e, vendo as fotos, matavam as saudades dos bons tempos! Em São Leopoldo era assim me baseei um pouco mais no passado, nas fotografias de 1930, 1920, 1910, 1900, períodos do início do século e também fotografias mais atuais, e os leitores mataram muito a saudade dos velhos tempos.

Da minha parte, não sei se sou meio frio neste sentido. . . me emociono com muita coisa mas, às vezes, outras não, não sei por que! Se vou me lembrar do tempo da minha infância, noto que sou diferente de algumas pessoas que lembram bem do que aconteceu. Não sei se não estava preparado naquele momento para interpretar ou pensar sobre o que estava acontecendo, ou hoje ainda não me considero velho suficiente para rememorar. Sinto saudades, às vezes sinto. O tempo vai pesando e, com a idade avançada, vem a preocupação: não fizemos nada ainda, temos que fazer mais alguma coisa, temos que trabalhar, produzir mais. . .

De certa forma, São Leopoldo era assim, gostei deste livro. Tem muitas fotografias e parece que calou fundo nas pessoas. Estou notando, agora, que estou escrevendo e utilizando muitas fotos e as pessoas ficam satisfeitas em acompanhar aquilo, apesar de ser, às vezes, bem superficiais; assuntos borboleteando aqui e ali, não é uma coisa profunda. Falando com franqueza, sinto também que não estou fazendo um estudo sobre a nossa gente; estou fazendo um espelhozinho de algumas facetas, algumas coisas que já aconteceram. O leitor, com a leitura, desperta a memória com alguma coisa, mas não é que me aprofunde no estudo!

O trabalho sobre os imigrantes alemães na Revolução Farroupilha, trouxe à tona uma série de informações que talvez as pessoas não conhecessem; quem é da História sabe. Muitos dados que estão ali, não em detalhes, é a soma dos detalhes, com documentos integralmente mostrados que valoriza. Percebe-se que, realmente, os alemães participaram da Revolução, estiveram presentes e, provavelmente, interferiram mais do que se supunha, por exemplo, na retomada de Porto Alegre. Lemos Dante de Laytano, uma série de autores, e todos falam de alemães que participaram, comentam sobre os alemães de Hillebrand que vieram colaborar, entre outros. Na Presiganga, ancorada no Guaíba, tinha gente de origem alemã e o tenente Mosye, que participou ativamente da Revolução, eles afirmam: o Hillebrand veio, não veio. . . não se sabe bem; também não há documentos que, diretamente, falem disto. Mas, somando os dados, percebe-se que, realmente, os imigrantes alemães participaram. E aquelas tentativas de contrarrevolução, como diziam, que aconteceram às margens de Campo Bom, às margens do Rio dos Sinos, vários acontecimentos mostram que eles se envolveram e o

Hillebrand, pelo menos, do outro lado, no caso, sempre trabalhando, lutando; tudo mostra que eles não ficaram alheios. A esperança do Presidente da Província da época era que os alemães viessem em seu socorro. A sequência de ofícios, os acontecimentos mostram que, de fato, ele tinha esta esperança, que aquela distribuição de armas foi feita e aconteceu. Sim, eles tiveram participação, foram lembrados! E foram, mesmo que não houvesse um batalhão só deles, elutaram para ter uma grande vitória, qualquer coisa heroica. Sempre estiveram presentes, sempre estiveram participando, desta maneira miúda, digamos assim, pequena, do dia-a-dia mas indica como estiveram presentes; e naquele livro consegui mostrar que isso aconteceu.

Livro que me deu mais trabalho, maior dificuldade, destaco os dez capítulos iniciais, foi Imigrantes alemães na Revolução Farroupilha. Inicialmente foi publicado em jornal. Foi quase um teste, porque grande parte não tinha sido publicada. Foi uma experiência nova para mim, porque estou tão acostumado a publicar o que já apareceu em jornal que, inclusive, digo nos meus prefácios, nas introduções dos livros, e sempre acabo me desculpando por escrever desta forma. Mas sempre termino dizendo que, pelo menos, acho que estou ajudando um pouco para que a História seja divulgada.

A minha forma de escrever é sempre de jornal. Publiquei, uma vez, uma história curta, não dava para fazer mais longa porque os jornaleiros não aceitariam; a notícia fica pronta, uso assim mesmo, até para me justificar. Nos últimos livros que estou publicando, identifico embaixo que já foi publicado no Jornal Vale do Rio dos Sinos, data X, e ponho em ordem cronológica da publicação no jornal. Às vezes, a sequência não é esta, nem poderia ser, mas publico dessa forma quase como uma justificativa. Isso não aconteceu com Imigrantes alemães na Revolução Farroupilha. Para este livro, pesquisei, além dos jornais dos farrapos, os jornais legalistas da época e outras fontes praticamente não – os vários ofícios existentes e... ah! Além disso, pesquisei a coleção do Alfredo Ferreira Rodrigues, no Arquivo Histórico. Consegui, mais ou menos, manter uma sequência e mostrei como foi desde o princípio da Revolução até o fim, como ela se desenvolveu e como os alemães estiveram participando; neste livro, não usei só jornal. O restante dos meus livros, a partir do O Vale dos Sinos Era Assim, A Mulher que não sabia amar, São Leopoldo era assim, esse último, por exemplo, não foi resultado de publicação de jornal. Passei um pouco de trabalho, justamente no início da obra, onde menciono os nossos governantes, como era São Leopoldo, como foi instalada; não escrevo detalhes, porque era meio resumido, baseado em fotografias. No princípio, não existiam fotografias. Então, fui obrigado a pesquisar em textos das várias etapas de São Leopoldo, como: Colônia, Capela, Capela Curada, Vila e Cidade. Fui mostrando, com datas, o início e o período que abrangeu... Pesquisei no Arquivo Histórico de Porto Alegre, no município de Porto Alegre. Lá encontrei justamente esses elementos anteriores a 1846 que, em São Leopoldo, não tinha. Depois de 1846 já há documentos, inclusive, o nosso Livro de Atas da Câmara. Não me lembrei antes de citar; ele é uma maravilha! Infelizmente falta um ou outro, porque o Carlos de Souza Moraes, quando era prefeito, quis escrever a história de São Leopoldo e entregou para... não me recordo o primeiro nome, só sei que é Campos, de Porto Alegre, para escrever esta história. Ele levou vários livros de São Leopoldo para Porto Alegre, faleceu antes de completar a obra e os descendentes já estavam amontoando no pátio para tocar fogo, quando Júlio Petersen soube e comprou os livros; depois não quis devolver os da Câmara de São Leopoldo. Achou que era muito justo não devolver e ficou com eles. O Carlos de Souza Moraes, mais de uma vez insistiu, mas não conseguiu recuperar. Esses, então, faltam na coleção do Museu, mas os que estão lá já dão uma boa imagem do que foi o trabalho todo. Percebi que faltava o período de 1883 a 1884 e, justamente nesta época, nossas

ruas mudaram de nome. Tínhamos a Rua do Passo, a Rua da Igreja, a Rua do Sacramento, a Rua do Brejo, e assim por diante. . . Elas mudaram para Rua Independência, Rua Marquês do Herval, Rua São Joaquim, lá do outro lado, a Rua 1º de Março, a Rua Bento Gonçalves. . . Em 1884 já tinham estes nomes; em 1883 ainda não. Deste período, até hoje, não encontrei este livro. Esta mudança deve ter sido decidida na Câmara Municipal. Sei que até 1883 foi um nome e 1884 outro, e, provavelmente, que a mudança para Rua 1º de Março em lugar de Rua da Igreja, foi porque nesta data terminou, de certa forma, a Revolução Farroupilha . Mas também creio que foi mais ainda por causa da Guerra do Paraguai, que terminou também em 1º de março. Acho que foi uma das razões deles terem posto este nome. Por isso que há este nome Rua 1º de Março, em muitos lugares, para homenagear as datas. Mas os nossos nomes antigos eram muito gostosos e, de certa forma, a gente nota no nome das nossas ruas a influência de Porto Alegre com a Rua Formosa, Rua do Brejo, porque era um brejo mesmo. Quando criança participei das brincadeiras entrando, até o joelho, no barro dos brejos desta rua. Lembro, inclusive, que ela não ia até embaixo como vai hoje. Havia ali, onde é a Madeireira Feldmann – agora é a Rua São Joaquim até a Igreja Evangélica, em direção ao rio –, aquele trecho de uma quadra era um buraco fundo cheio de água. Ali não se podia passar, tinha que dar a volta pelo Rotermond, pela Rua Marquês do Herval, para chegar lá no Feldmann ou vir lá por baixo que era um pouquinho mais alto. São Leopoldo era um banhado! Toda São Leopoldo era um banhado! Daí a razão de São Leopoldo, por exemplo, ser chamada de Gross. . . Rua Grande, Independência, Rua do Passo, foi o nome inicial. Ganhou este nome porque ela era mais longa na prática; no papel, ela não é a mais comprida. Observando o mapa da cidade de 1849, 1830 e poucos, que até hoje existe, percebe-se que havia ruas bem mais longas, mas na prática, a que não era banhado, que não era buraco e não era água pura, era a Rua Independência, a Rua do Passo antiga, porque o Passo Real é na beira do rio. . .

A Feitoria do Linho Cânhamo tinha dois polos, ou seja, Feitoria, onde era a administração e o lugar onde havia gado, que era a Estância Velha. Sabe-se perfeitamente que, naquela época, o pessoal já comia muita carne. Então, o vai e vem entre esses dois polos cruzava o rio no Passo Real, que já existia antes da própria Feitoria, que é de 1788. . . Sim, já existia o Passo Real! Quem vinha de Porto Alegre, para subir os morros ou serras, e voltar, passava por ali, no rio. E, como a comunicação com a capital era o rio, pode-se imaginar que o ponto de atravessá-lo só podia ser a cidade de São Leopoldo. O nosso Presidente da Província, na época, escolheu, também do outro lado do rio, o local onde é a Floresta Imperial, isto é, Novo Hamburgo. Ali mandou colocar uma cruz de madeira de lei, para as pessoas se instalarem. Mas tenho a teoria de que o José Thomaz de Lima, tendo propriedade aqui na Feitoria, não queria que a sede da Colônia ficasse tão longe dele e fez o jeitinho brasileiro, isto é, corpo mole. E, como os nossos governantes também não duravam muito, o Visconde foi para o Rio de Janeiro, aliás, naquela época não era Visconde, o José Feliciano foi para o Rio em princípio de 1826, veio o substituto e acabaram instalando, em 1828, a capela onde é agora a Igreja Matriz e pronto! São Leopoldo ficou aqui. O Visconde não queria, o José Feliciano não queria, porque sabiam que as enchentes eram muito grandes; queria um lugar mais alto, mas isso não aconteceu!

Outro tema para escrever, que não seja sobre imigração e colonização alemã. . . Aliás, insisto: iniciei minha vida de escritor pensando mais em literatura, no sentido literário mesmo. Escrevia, tentei quase escrever um conto, mas não chegou bem a conto. Era muito novo, naquela época. Comecei a escrever pelos vinte, vinte e um anos

para jornal, parece mentira! Selecionei e publiquei as crônicas no livro *A mulher que não sabia amar*. Publiquei o livro em 1979, com as crônicas escritas em jornal de 1943. Do início dos anos de 1940 para 1979 passou-se muito tempo. Todo mundo diz que a coisa mais antiga que existe é um jornal do dia de ontem. Mas publiquei coisas de trinta anos antes, sem modificar nada e fiquei surpreso como eu que aceitava bem o meu texto, daquela época, sem modificá-lo, apesar da experiência que a vida tinha me dado nesse período todo! Sempre fui, desde o princípio, muito ligado à Filosofia e à Psicologia; lia muito Alfred Adler, Sigmund Freud e outros autores. Ganhava sessenta cruzeiros em 1936; acho que correspondia a mil réis, ainda era cruzeiro. Sei que ganhava sessenta mil réis por semana e dava quase tudo para a minha mãe. Guardava cinco mil réis e desses consegui comprar os meus primeiros livros, que eram de Filosofia, Psicologia, coisa dessa natureza. Muitas coisas que escrevi eram no sentido psicológico e isso com vinte anos! Depois desse tempo todo, publiquei crônicas sem modificações; então estavam me aceitando, mas, na verdade, enfocaria um pouco diferente. Hoje, talvez, não escrevesse mais isso, mas era no sentido literário. Às vezes até pensei em começar a escrever contos, no sentido mais ficção mesmo! Mas, depois, fui deixando, acho que até achei a História mais fácil do que a criação literária. . .

Das minhas primeiras leituras, me recordo, quando era solteiro, bem moço, deveria ter dezesseis, quinze anos, tinha duas caixas. Já estava trabalhando na Casa Mena, foi em 1936. Então. . . tinha quatorze anos. . . havia duas caixas de chapéu. Naquele tempo, os chapéus vinham naquelas caixas de madeira. Colocava uma caixa sobre a outra, sobre dois tijolos como pés embaixo, ficavam do lado da minha cama e aquilo era a minha biblioteca. Achava muito importante e lia muito! Gostava muito de ler. Então, à tarde, ia até a cozinha e a minha avó me fazia umas fatias de pão com schmier. Nós tínhamos padaria, meu pai era padeiro. Então já tinha aprendido que a pá de madeira, muito comprida, servia para colocar os pães no forno. Naquele tempo não tinham os nossos fornos elétricos de hoje em dia das padarias; era diferente. . . Com os pães que minha avó me dava, naquela pá comprida, enfileirava umas seis ou sete fatias, uma do lado da outra, chegava na cama, pegava um livro e ia comendo o pão, comendo e lendo. . . Assim comia uma dúzia de fatias de pão, pão de milho com schmier. Mas, os títulos. . . não me recordo; tinha de tudo, aquela biblioteca. A maior parte dela doei para o Clube Rio-grandense, quando o meu irmão estava ajudando lá, não sei se ele era bibliotecário. . . Doei para a Biblioteca do Rio-grandense, que acabou mais tarde sendo a sede do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; ali onde é o edifício Hillebrand, local em que o Museu ficou bastante tempo, de 1961 ou 1962 até 1985. Até a casa ser construída ficou funcionando lá. Para esta biblioteca doei livrinhos que custavam um mil réis, quinhentos mil réis, bem fininhos, pequeninos, que tinham uma sequência, *O Patinho Feio*, não sei o que mais. . . Também comprei livros de volume maior, como já mencionei Adler; este autor fazia parte de uma série. Acho que a influência foi mais neste sentido literário; a História não me influenciou tanto naquela época. . .

Foco no documento repito: para que o fato seja ressuscitado, para que ele apareça, porque senão, como já disse antes, fica muito fácil alterar o significado quando se usa só uma parte dele. Minha atividade consiste em trazer à lume, publicar fatos sobre a nossa história, que talvez não fossem lembrados se não fosse feito. Até acho que é em função do meu preparo inicial que estou fazendo alguma coisa razoável. Nunca tive oportunidade de me encaminhar, nunca fiz curso de História, nunca fiz curso superior, nunca fiz nenhuma sistemática de trabalho. Então sinto que, provavelmente, me falte alguma coisa em algumas oportunidades; percebo isto até no meu linguajar. Falo num linguajar bem simples; inclusive, o que escrevo também é

simples! Não uso uma linguagem difícil de entender; o que escrevo é muito fácil. Qualquer pessoa medianamente instruída, nem precisa ser tanto, entende o que digo. Eu não procuro fazer teses, nem desenvolver temas assim difíceis que tragam participações de correntes, digamos, históricas, de outra natureza, que possam influir demais num sentido ou em outro. Simplesmente relato aquilo que descobri, que achei, que vi e, com isso, fica fácil de ser entendido por qualquer pessoa. Neste sentido, preservando todo o documento, tenho a minha utilidade; se quiser fazer uma interpretação própria, isto é sempre perigoso.

Os jornais onde publiquei, não posso me lembrar de todos os nomes, mas os principais foram o Correio de São Leopoldo, de 1943 a 1951, período da sua existência e o nosso Vale dos Sinos, que, atualmente está sendo o campeão em longevidade, porque existe de 1971 para cá. A minha produção ultimamente está sendo mais intensa. Talvez tenha uns oitocentos e poucos artigos; a maior parte está neste jornal, Vale dos Sinos. Na Revista Rua Grande tem algumas publicações, mas não tantas.

Há nomes de pessoas de São Leopoldo que se destacaram em nível nacional e, de certa forma, até internacional. Temos o Vianna Moog que, conheci pessoalmente. As últimas vezes que veio a São Leopoldo, estive na Casa Mena. Ele sempre visitava, pois era da família, ele, a Carmelita Moog e o Nelson Moog eram primos. Ela faleceu em 1978. Até essa data, quando ele vinha a São Leopoldo, visitava a prima e o primo Nelson. Ele faleceu cedo, em 1957, ele e Vianna Moog foram companheiros de infância. O Alfredo Diehl, que faleceu mais tarde, acho que em 1982, 1983, era também contemporâneo de Vianna Moog e também recebia estas visitas. A última fotografia que tirei com ele mais o Alfredo e, justamente, o Gusmão, do jornal e uma jornalista, foi lá no meu escritório da Casa Mena.

Do Vianna Moog, tenho a coleção das obras dele; não sei se falta ler alguma coisa ainda. Acho muito importante a comparação das duas civilizações que ele faz entre os bandeirantes e os pioneiros; é muito significativa, bem pensada, é um estudo sério. Não apoio totalmente o ponto de vista dele. Não acho, por exemplo, que Um Rio Imita o Reno seja uma obra de grande valor literário; ela significou muito na época pelo que enfocou. Inclusive era para sair um filme, mas parece que a guerra impediu. A gente nota, de certa forma, que pode parecer presunçoso dizer isso agora, mas parece que o Vianna estava um pouco. . . não estava bem maduro, no sentido psicológico da coisa, como parece muito simples ali como está contado o assunto. Mas não deixou de ser importante, justamente como já disse antes, pelo enfoque, ou seja, o envolvimento da Segunda Guerra Mundial. . . Aconteceu aquilo. . . por isso repercutiu provavelmente bastante. O Vianna teve um trabalho profissional. Ele sempre gostou de ficção, de trabalhar nisso e, depois, com a vida que levava, era Fiscal do Imposto de Consumo por isso que disse. . . e Lins do Rêgo era o outro. . . também Fiscal de Imposto de Consumo e os dois se encontraram no Conselho de Contribuintes no Rio de Janeiro, se não me engano, onde recebiam reclamações sobre esses assuntos no Rio de Janeiro. Eles tinham bastante tempo para escrever. Mas aprendi que Fiscal de Imposto de Consumo é nomeado para o interior e não para as capitais; isso era progressivo. O funcionário ia sendo promovido e, só depois, conseguia trabalhar nas grandes capitais. Inclusive, na época, o Fiscal do Imposto de Consumo era chamado de príncipe dos funcionários públicos porque ganhava melhor que o Presidente da República. E, além de ganhar bem, ainda havia as tramoias que hoje em dia se sabe. Em São Paulo, por exemplo, que era a grande Meca econômica, eles faziam simplesmente um folheto mimeografado junto com outros sobre as últimas leis a respeito da área, e buscavam assinantes na cidade. Os cidadãos pagavam mensalidade e, com as mensalidades dos folhetos, conseguiam

dobrar o salário. Os que trabalhavam ali, porque era muita gente, ganhavam bem, mas não era nesse sentido que tinha me interessado pela profissão; é que queria tempo e viver em um centro maior. Inclusive, naquela época, não existia a nossa Unisinos. Queria fazer um curso superior, continuar estudando, por isso fiz o concurso para Coletor Federal em 1947, chegando a ser nomeado. Fui procurar o Olindo Flores, que era presidente dos Coletores do Estado e trabalhava em Campo Bom. Ele disse: ah! eu preciso de um auxiliar, vem aí trabalhar como escrivão. Respondi: ah não, fiz concurso para coletor, não vou querer ser escrivão agora! Não aceitei a sugestão e não assumi. Com o passar do tempo, minha situação estava melhorando na Casa Mena. Em 1952, quando fiz o concurso de Fiscal do Imposto de Consumo, o Nelson Moog disse: olha, se tu quiseres, quando fores nomeado, tu vais, mas se não te acertares volta que o teu lugar está asegurado aqui para ti. Ele faleceu em julho de 1957, como já disse, e a minha nomeação veio em setembro daquele mesmo ano. A irmã dele disse: olha, se tu fores embora, como tenho dinheiro suficiente para viver o resto da minha vida, fecho a Casa Mena. Achei isso um pecado, justamente depois de ter construído aquele prédio alto, porque os meus futuros sócios ainda eram crianças, muito mais jovens do que eu. Levantei aquele prédio, construí. . . fiz. . . aconteceu. . . a Casa Mena se desenvolveu muito!. . . Agora, a situação era diferente. Nunca cheguei a sócio majoritário; se tivesse bancado o esperto como muitos gostam de ser, talvez pudesse ter sido. Me foi oferecida essa chance mas sempre fui criterioso, fazer o que deve ser, daí fiquei sempre sócio minoritário. Depois, por questões de herança, outros assumiram. Aí quando chegaram essas últimas situações, eles tomaram as decisões e não pude voltar atrás e isto fez com que sempre estivesse ocupado com a minha atividade de comércio.

A minha vida literária, histórica, essa imensidade de livros que escrevi sempre foi um apêndice. Tinha que fazer isso de noite, etc, e aí se aprende. Por isso que hoje recuso ser o presidente ou secretário, ou qualquer coisa dessas entidades por aí, porque a gente sabe que perde muito tempo com isso; se faz muita conversa fiada sem resolver nada. Quando nos interessamos por assuntos históricos que dependem de tempo para pesquisar, não podemos nos envolver com nada, e precisamos ficar um pouco alheios para ter tempo.

Na época da Segunda Guerra Mundial – não me vejo como uma pessoa ingênua, mas despreparada para fazer uma interpretação melhor –, tinha amigos que eram muito políticos, com a mesma idade que eu. Um deles estudava no Colégio Sinodal e voltava quase sempre da escola passando pela minha casa, e a gente conversava sobre política também. Recordo que nós morávamos numa casa de madeira, a minha mãe hoje ainda mora lá. Mas a casa hoje é de material, um pouco recuada com um alpendre na frente e, um dia, no alpendre, apareceu a Cruz Suástica, desenhada com giz forte contra a porta; nunca soube quem fez aquilo. Nunca tive tendências dessa natureza, até ao contrário; outros rapazes com quem tinha contato é que tinham, às vezes, certas tendências. . . Acho que me marcou também um pouquinho, nesse sentido, de notar como essas paixões políticas influem nas pessoas. Os alemães sempre foram os visados. A minha preocupação com a História talvez tenha começado aí, pois me levou a pensar melhor sobre certas questões. Acho que vivia num mundo só de escrever contos, pois tinha muito interesse literário. Mas aí comecei a sentir esse outro lado – outro lado talvez mais realista –, que fez com que pensasse melhor em História ou, como já disse antes, talvez, tenha achado que a História fosse mais fácil. O que sei é que comecei a escrever sobre História e, praticamente, parei; nunca mais escrevi nada no sentido ficcionista ou de crônica; parei de todo. E a História se firmou com o nosso Museu Histórico. Inventamos de fundar o Museu. Aliás, quem teve essas iniciativas foi

mais o Telmo, que agrupou pessoas, organizou. E eu, como era a pessoa que estava no comércio, me tornei o representante do dinheiro, mesmo que não tivesse, mas tinha a figura disso e se precisava ter alguém de influência neste sentido. Talvez seja uma das razões pelas quais logo se lembraram de mim para ser presidente deste Museu; mesmo sempre escrevendo para jornal, notaram que eu tinha certa tendência para gostar de assuntos históricos e também já havia escrito alguma coisa sobre História; um pouquinho, mas tinha. Então, me colocaram como presidente do Museu. No dia da fundação e dali para diante fiquei ligado diretamente. . .

Sempre fui daqueles que, todo documento que recebia, fazia questão de ler. Nossos arquivos até hoje estão em caixas de camisa e de lingerie da Valisère, todas elas da Casa Mena; trazia de lá com a finalidade de guardar melhor os documentos. Recebemos da Prefeitura documentos em maços e algumas caixas estragadas. O nosso Museu Histórico inicial ficava onde hoje é o edifício Hillebrand, na Independência, na esquina do antigo Clube Rio-grandense, número 111; na parte dos fundos ficava o arquivo propriamente dito, mas era muito úmido. Havia a necessidade de preservar as caixas, que isolavam pouco, mas era o suficiente para manter um pouquinho melhor. Quando tinha tempo, por ser presidente do Museu, tinha esse privilégio de levar para casa uma caixa, lia de ponta a ponta os documentos e guardava. Por isso, já existindo o Instituto Histórico, que é de 1975, nosso amigo Hunshe dizia: como é que tu me contas essas coisas do Museu, eu falo com o Telmo e ele me diz que não tem. Eu sabia, porque tinha mexido na caixa, tinha lido aquilo. Talvez não encontrasse na hora onde estava determinado documento, mas sabia que tinha. . .

A documentação da Prefeitura veio, realmente, em maços. Recordo que, quando quiseram fazer uma limpeza, iam mandar para a fábrica de papel. . . Fui comunicado e consegui lotar dois carretos em uma Kombi. Levei todo o material para o Museu. Assim ocorreu também na Prefeitura do Glodomiro Martins, em 1960 e poucos, 1966, acho que por aí. Ele me disse que o Hospício estava para ser limpo e perguntei: que Hospício? Aí eu soube que, nas Obras Públicas, que ficava na Rua São Joaquim, onde agora está a praça, tinha uma peça de uns 4m x 4m ou 5m x 5m, chamada de Hospício. Em 21 de abril, se não me engano, num feriado, pedi licença para ficar lá o dia todo. Hoje é o que temos de mapas técnicos do Museu, guardados em gavetas apropriadas; assim, 90% dos mapas saiu do Hospício naquela ocasião. E também achei outros documentos muito interessantes para levar para o nosso Museu. Este local era assim chamado, significando uma mistura de papelada e um local para quem não é afeito à História, a documentos, que não gosta disso; uma coisa de louco, Hospício. Em resumo, consegui salvar da destruição mapas e documentos, tanto do Hospício como também da Prefeitura. Sempre pegava essas caixas, levava para casa e lia documento por documento e guardava de novo. Não classificava, não fazia nada, mas lia e tornava a colocar no Museu. Até acredito que o Telmo não tenha lido, porque esse material quando veio eram umas vinte, trinta, cinquenta caixas. Era a correspondência da Prefeitura de 1847, 1848 e assim por diante. Ler este material era; maçante, realmente era, era necessário ter muita paciência.

O Telmo veio para o nosso Museu em definitivo, já no governo do nosso amigo Henrique Prieto, que deu ajuda para poder pagar a ele alguma coisa, porque o Telmo dependia disso; ele era professor da Fundação Evangélica. Eu tinha uma atividade da qual podia me sustentar. Quando ele conseguiu essa ajuda da Prefeitura, veio para ficar mais em São Leopoldo, apesar de ter continuado ainda na Fundação. Justamente por essas razões, ele não tinha tanto tempo. Quando estava no Museu atendia pessoas no expediente externo, e não tinha tempo para estar olhando; fazia isso como hobby.

Levava para casa e lia, por isso me inteirei de muita coisa que temos no Museu naqueles bons tempos. Depois disso, até fiquei um pouco afastado do Museu, pelas minhas outras atividades. Com isso, as últimas documentações que estão entrando no Museu, não estou acompanhando como acompanhei antes.

A adesão ao nazismo em São Leopoldo, acho que não era nítida. Tinham, acho, núcleos, lugares onde havia. Por exemplo, já que estamos falando no Sinodal, lá em cima, por ser de origem alemã, onde a língua alemã era muito usada, por este fato já era suspeito. Já suspeitavam que ali deveria ter, como provavelmente tinha, simpatizantes do nazismo, assim como em outros lugares, inclusive entre pessoas de origem portuguesa, mas, na sociedade não se notou muito. Logo depois da chamada Nacionalização, em 1937, recordo da Sociedade Ginástica. . . – um parênteses, entrei na Sociedade em 1942, fui presidente em 1948, 1949 –, que logo no início era tudo em alemão e, com a Nacionalização, tinha que ser em português. As decretações de Getúlio Vargas tinham que ser seguidas e aquilo fez com que a Sociedade decaísse muito. As pessoas de origem alemã que tinham aquelas ideias, não digo que nazistas, mas aquele espírito alemão, se retiraram um pouco da Sociedade. Ficaram poucos sócios e a Sociedade dependia deles, eram eles da diretoria, que ficaram com outras pessoas mais acostumadas com os costumes, digamos, brasileiros. Ficaram também alguns de origem alemã, como os Bier, os Konrad e outros que me recordo, mas foi difícil levar adiante a Sociedade, de um modo geral. Recordo, por exemplo, que, em 1942, entrou como presidente, nós chamávamos Tenente Pinto, o subtenente Pinto, que faleceu como major. Esse subtenente Pinto deu uma aura de nacionalidade, fazia discursos muito bonitos. E, justamente quando estava muito decaída a Sociedade Ginástica, a presença dele deu um ânimo na Sociedade. Entretanto, não havia ódio dessa natureza, não se via isso, não aconteceu, apesar das bibliotecas terem sido, não digo, saqueadas, mas foram mexidas e confiscadas. Na Sociedade Orfeu, isso também aconteceu. Muita coisa foi perdida, nunca mais voltou, e não tinha quem cuidasse disso. Não houve ninguém com coragem de ir atrás e recuperar, para não ter a pecha de voltar a ser como eram antes ou qualquer coisa dessa natureza, mas não se notava na sociedade. . . Havia, a gente suspeitava, sabia de pessoas que eram simpatizantes, outras que não eram, mas não houve identificações em público. Houve durante a guerra, em 1942. Recordo que acompanhei um Deus salve a América; eles estavam cantando, me recordo disso! A gente tinha influência americana; ela era muito grande. Eles procuravam em todos os ambientes mostrar-se a favor deles e me recordo que cantavam e o delegado de Polícia estava junto.

Vejo Germano Möehlecke como um cidadão relativamente útil porque, pelo menos, está trazendo dos alfarrábios meio perdidos, informações. Alguém tem que ter esta coragem de se mover dentro dos documentos; muitos não querem se dar a este trabalho. Neste sentido, acho que tenho alguma utilidade. O cidadão Germano Möehlecke pode ser um pouco útil, porque está trazendo à tona muita coisa que, de certa forma, estaria perdida, esquecida e isto tem sido feito de forma aleatória, na minha proposta dos cinco volumes da série Revivendo o Passado, organizando, por assunto; **os dados que venho conseguindo, isso não deixa de ser útil**".

São Leopoldo, 23 de setembro de 1997.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO



A) Dados Biográficos

Nasceu na cidade de Canguçu/RS, no dia 19 de outubro de 1931.

Historiador militar, Doutor em Aplicações e Planejamentos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército/ECEME e pesquisador pelo Estado-Maior do Exército/EME.

Iniciou sua carreira militar como soldado da 3ª Companhia de Comunicações, em Histórico do Exército entre 1985 e 1990. Como oficial, serviu em diversos departamentos. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras/AMAN, entre 1978 e 1980. Recebeu o título de historiador Emérito pela 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas.

Em 1971, coordenou o projeto de construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em Recife, e o Projeto Rondon dos Guararapes. Foi adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército, do Estado-Maior do Exército e Diretor Cultural da Revista do Clube Militar.

Em 1986, fundou e presidiu o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Em 1996, criou a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em Resende/RJ. Também fundou as Academias Canguçuense, Resendense e Itatiaense de História, sendo presidente emérito das duas últimas, além de presidir a fundação da Academia Barramansense de História.

É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de História e das Academias de História de Portugal, da Real de Espanha e da Argentina, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai e da Sociedade Bolivariana Brasileira e membro benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Participou, como comunicador e coordenador de diversos eventos de História Militar, entre eles o I Simpósio Guararapes e do 13º Simpósio de História do Vale do Paraíba, em 1996.

Possui prêmios em concursos literários no Brasil e nos Estados Unidos, destacando-se o 1º lugar com as obras Exército e a Abolição da Escravatura: o Exército e a Proclamação da República e O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul, publicados pela BIBLIEx; também o 1º lugar, pela Military Review, com a pesquisa O Papel do Exército no Desenvolvimento Nacional: o exemplo brasileiro.

Dentre as honrarias recebidas constam: Comendador do Mérito Militar, Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Oficial da Ordem do Mérito das Forças Armadas, Ordem do Mérito Tamandaré, pela Marinha, Medalha de Honra da Inconfidência e Medalha Santos Dumont.

Possui várias distinções civis, destacando-se a de Cidadão Itajubense, Comendador da Ordem J. Simões Lopes Neto, pela Câmara de Pelotas, Comenda Conde de Resende, e Irmão da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

B) Seleção Bibliográfica

BENTO, Cláudio Moreira. A grande festa dos Lanceiros. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

BENTO, Cláudio Moreira. As Batalhas dos Guararapes. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

BENTO, Cláudio Moreira. Símbolos do Rio Grande do Sul: subsídios para sua revisão tradicionalista e legal. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1971.

BENTO, Cláudio Moreira. As Batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

BENTO, Cláudio Moreira. O negro na sociedade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1975.

BENTO, Cláudio Moreira. Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul: 1635-1870. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1976.

BENTO, Cláudio Moreira. O negro na sociedade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Grafosul/IEL/DAC/SEC, 1976.

BENTO, Cláudio Moreira. Canguçu: reencontro com a História. Porto Alegre: IEL, 1983.

BENTO, Cláudio Moreira. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Diário Popular, Pelotas, 20 set. 1985.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército Farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.

BENTO, Cláudio Moreira. Real Feitoria do Linho Cânhamo de Rincão do Canguçu: 1783-1789. Canguçu: Prefeitura Municipal, 1992.

BENTO, Cláudio Moreira. História da 3ª Região Militar. Porto Alegre: Projeto História do Exército no RS, 1994.

BENTO, Cláudio Moreira. Regionalismo Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CIPEL, 1996.

BENTO, Cláudio Moreira. História do Comando Militar do Sul: 1953-96. Porto Alegre: CMS, 1997.

BENTO, Cláudio Moreira. Os 200 Anos da Igreja N. S da Conceição de Canguçu. Resende: Graf Patronato, 1998.

BENTO, Cláudio Moreira. História Militar de Resende: 1744-2001. Resende: AHIMTB/GBOEx, 2001.

C) Depoimento

“Sou o Coronel Cláudio Moreira Bento e vou tentar me caracterizar como historiador, fundamentalmente, um historiador militar terrestre brasileiro. No Exército, me dedico há muito tempo à História Militar do Rio Grande do Sul, que foi um cenário, um Teatro de Operações longo, desde as lutas em torno da Colônia do Sacramento, a partir de 1680 até 1932 e no combate do Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932. Vivemos aí lutas, tensões ou expectativas de guerra e, assim, a defesa do Brasil voltada para o Sul.

O historiador militar procura, na experiência dos outros, tirar lições da Arte Militar ou da Arte do Soldado para ajudar os chefes e planejadores militares a se melhor habilitarem à Força que servem, no nosso caso, o Exército, na eventualidade de um conflito. Eventualidade sempre indesejada, mas, ainda presente e viva na História da Humanidade. Há outra dimensão moderna, nas universidades dos Estados Unidos, em que a História Militar procura ensinamentos não para conduzir uma guerra, mas evitá-la. É uma dimensão lá praticada, quando se estudam os conflitos, procurando detectar e isolar seus fundamentos determinantes para que estes, ao dispor das lideranças civis, possam ser usados para evitar que conflitos internos e externos ocorram nas mais diferentes intensidades, com todo o seu rosário de graves prejuízos para as sociedades atingidas.

Objetivamente, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil que presido e que tem sua sede ao lado da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, incluiu, pioneiramente, esta dimensão da História Militar em seus Estatutos e Diplomas.

Estamos elaborando três compêndios de História Militar Terrestre do Brasil, para a Escola de Comando e do Estado Maior do Exército no Rio de Janeiro: Compêndio de lutas externas no Brasil, 1500-1945; Compêndio de lutas internas no Brasil, 1500-1932; Compêndio de lutas internas e externas na Amazônia.

A senhora me pergunta sobre o clima reinante entre os pesquisadores de História do Rio Grande do Sul. Sou um historiador do Rio Grande do Sul, tenho uma obra imensa de História Militar basicamente, mas tenho tratado de outros temas. A história gaúcha, por muitos anos, foi fundamentalmente militar. Até hoje, em que pese o volume de minha produção sobre História do Rio Grande do Sul, praticamente, o Rio Grande me ignora como historiador. Sinto que os meios intelectuais ignoram não só a mim, como a todos os militares, grandes historiadores gaúchos/militares. No entanto, o Rio Grande do Sul foi um e é o maior celeiro de historiadores militares terrestres brasileiros. De outro lado, são até ignorados ou excluídos dos levantamentos que têm sido feitos em dicionários bibliográficos. Seja por desconhecimento, por não ter convivência no Rio Grande do Sul ou até por preconceito suicida de natureza política com o adjetivo militar. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação? Isto que o Rio Grande do Sul é considerado uma civilização castrense. Mas a culpa é dupla!

A senhora me pergunta se há comunhão de interesses entre os historiadores. Há grupos, diversas entidades: o Círculo de Pesquisas Literárias/ CIPEL, o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e outros municipais. Mas penso estar acontecendo com estes Institutos é que não está havendo renovação de historiadores e a divulgação de seus trabalhos. Seus membros estão envelhecendo, estão sumindo e, na expressão de Osório Santana de Figueiredo, o Rio Grande do Sul está se tornando uma tapera de historiadores. Já se foram Carlos Reverbel, Arthur Ferreira Filho, Dante de Laytano, etc. Estão sumindo esses grandes nomes e não há uma renovação. Havia uma esperança que as Universidades, as Faculdades de História, criassem uma plêiade de

novos historiadores, mas não sentimos isso. Não sentimos pela tecnologia, metodologia ou por uma historiografia que interesse ao povo, que o desperte, o conscientize da sua identidade e da perspectiva histórica brasileira. Não sinto isso de parte das Faculdades.

Tanto que estou perguntando quem seriam os grandes nomes para tentar fazer um intercâmbio, ao menos em relação à História Militar, que reúna as histórias das guerras internas e externas e as lições que deixaram. Segundo Clemenceau, Ministro da França, uma guerra é um evento muito complicado para deixar sua condução a cargo dos generais. A nós, parece que a recíproca é verdadeira e que, as Faculdades de História estejam fazendo como avestruzes, escondendo a cabeça e ignorando este problema, apresentando um preconceito suicida de origem externa para desmontar a cultura brasileira – preconceito contra a palavra militar. É tempo de se deixar este preconceito e partirmos unidos com o objetivo de construção de uma História Militar compartilhada por civis e por militares.

Os historiadores civis reconstruíram a História Militar do Brasil com suas técnicas específicas e os historiadores militares, chefes e planejadores, se valeram dos ensinamentos à luz da análise crítica da Arte Militar ou da Arte do Soldado. Enfim, ambos produziram o Livro da História Militar do Brasil! Vale lembrar a sua utilidade, citando o Marechal Ferdinand Foch, que comandou a vitória dos aliados na Primeira Guerra Mundial: para alimentar o cérebro (entenda-se Comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o Livro da História Militar.

Nova pergunta, quais são os meus companheiros mais próximos? Mantenho um intercâmbio muito grande com o Osório Santana de Figueiredo, com o falecido Ivo Caggiani e com o Coronel José Luiz Silveira, que pertencem a uma Instituição que fundei há dez anos, em Pelotas, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Por que este nome? Com essa Instituição, procuramos evitar a deformação da tradição, quer dizer, expurgar a tradição que não tem fundamentos históricos e que, portanto, não é tradição.

Depois de dez anos, temos o apoio do jornal Tradição que, ao mesmo tempo em que é órgão de difusão do Movimento Tradicionalista Gaúcho, é também órgão de divulgação do meu Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Nele, tenho uma página em que recapitulo a História do Rio Grande de Sul. O que ocorria era muita deturpação do tradicionalismo e a História veio como a mãe da tradição. A História é a mãe da tradição, porém, tradição que não tem base histórica, não é tradição. Trocamos documentos, fazemos um intercâmbio, mantemos uma correspondência muito viva. Havia Arnaldo Cassol, lá em Caçapava, também era sócio do Instituto e muito ativo. Enfim, o grupo é pequeno e o intercâmbio também. Há um desânimo no Rio Grande do Sul; sente-se, como diz e repito Osório Santana: está se tornando tapera. . . Não sei qual é o fenômeno, não sei se é culpa da mídia que não dá chance como antes para artigos históricos. A imprensa escrita era um elemento de divulgação, como foi o Caderno de Sábado, do Correio de Povo; no Diário Popular, de Pelotas; eu tinha uma página na coluna Querência. . . O jornal começou a reduzir os espaços. . . E hoje, para se ter acesso a um jornal, precisa-se ter amigos lá e o espaço é limitado a sessenta linhas. Vejo assim, a situação da historiografia no Rio Grande do Sul!

Há historiadores vinculados a instituições clássicas, como os Institutos Históricos, as Academias; com a Faculdade [universidade] não vejo nenhuma comunicação. Nem sei, confesso a minha ignorância sobre o que a Faculdade procura, se ela produz, se publica trabalhos. Acho que ela não tem estrutura para divulgar os trabalhos dos seus alunos; enfim, é uma pobreza. Destaco Astrogildo Fernandes, que,

volta e meia, publica um boletim das obras lançadas no Rio Grande do Sul. É uma pobreza notável o que está se fazendo! Percorrem-se as livrarias, a não ser. . . uma especializada, que não me recordo o nome, não tem nada de obra historiográfica do Rio Grande do Sul; é uma pobreza incrível! Algumas nem querem saber. Então, é essa a situação de pobreza, de decadência progressiva. . . Eu esperava que a Faculdade entrasse neste jogo e, pelo menos, produzisse e tivesse um meio para chegar ao povo, e este tivesse acesso às suas pesquisas, no sentido de manter a perspectiva e a identidade histórica dos gaúchos e isso não está acontecendo em absoluto!

Uma análise recente da Associação de Engenheiros da Petrobras focaliza como causa desta alienação e passividade uma estratégia do Mercado Mundial: encobrir as políticas de exploração econômica que tem sido tratada, com apoio nos meios de comunicação de massa que, manipulando a cultura de massa, no que diz respeito às culturas populares nacionais conseguiu, utilizando-se de poderes locais subservientes e de formadores de opinião mercenários, criar um estado coletivo de passividade ou alienação que favorece a penetração dos poderes externos hegemônicos com seus planos de um novo tipo de colonização.

Atualmente, a colonização se efetiva pela invasão cultural. Portanto, uma globalização pela imposição de padrões de pensar e agir, consubstanciados nas políticas de relações internacionais determinadas pelo Consenso de Washington, esse novo tipo de colonização dispensa as conquistas de territórios pela força, substituída pela desconstrução das culturas nacionais, que corrói as condições de preservação do poder nacional, visando eliminar o Estado Nacional, mormente nas sociedades periféricas que, por suas potencialidades naturais e posição geográfica, possam representar, de algum modo, ameaça ao poder hegemônico centralizado.

Desta conjuntura, estaria sendo vítima a História, no caso, a do Rio Grande do Sul, prejudicada em sua capacidade de criar uma consciência de identidade e perspectivas históricas. Para este quadro negativo, concorreria a Mídia Internacional, segundo jornalistas independentes em seminário da Escola Superior de Guerra, em novembro de 1999, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES: a Mídia Mundial é um subsistema do Poder Econômico Mundial e a serviço de seus interesses, ao qual expressiva parte da Mídia Brasileira se submete. Mídia que não tem compromisso com a Democracia, com a Verdade, com o direito de resposta, pois não é independente. Está a serviço da *“Liberdade de Empresa” e não da de Imprensa*. Ela conforma ou forma a Opinião Pública, ou melhor, a manipula psicologicamente, através das estratégias do Silêncio ou da Deformação.

Em um adendo, fundei, em Resende, em 1º de março de 1996, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, de projeção e atuação nacional. Ela consta de cinquenta cadeiras. Vou dar uma amostragem do peso dos historiadores gaúchos: generais Antônio da Rocha Almeida, Deoclécio de Paranhos Antunes, Emílio Fernandes de Souza Docca, João Borges Fortes, Francisco de Paula Cidade, Rinaldo Pereira Câmara e coronel Henrique Oscar Widhersphan. São patronos de cadeiras mais os gaúchos marechal Mascarenhas de Moraes, coronel Jonathas do Rego Monteiro, marechal José Bernardino Bormann e mais os generais Riograndino Costa e Silva e Raul Silveira de Mello. Este gaúcho é o maior historiador da fronteira oeste, lá no Mato Grosso. Desta forma, mostro o peso da historiografia militar e dos historiógrafos, hoje falecidos, que estamos tentando resgatar nesta Academia, entidade que já registra muito sucesso. Alguns exemplos: sobre a Guerra de Canudos temos tido diversas participações, inclusive, convidados pela Câmara Federal para participarmos de um seminário comemorativo. Já estivemos na Globo News e a Zero Hora deu espaço, enfim. . .

A historiografia brasileira não tem acesso à mídia. Penso que a culpa é da mídia e também dos historiadores. Talvez tenhamos que adotar hoje uma atitude mais agressiva. . . de procurar a mídia, quem não se comunica se trumbica. . . Daqui a pouco vamos estar numa distância incrível da juventude! Vão até achar graça da palavra historiador! No Sul, há falta de dinâmica, de agressividade. Também existe uma coisa para confundir, quando se pensa que escrever sobre o passado é História. . . A Historiografia tem suas regras, se baseia em fontes históricas confiáveis, obtidas com critérios de autenticidade, fidedignidade, etc. Às vezes, a estória, aquela sem caráter científico, é que tem mais sucesso, atraindo e vendendo mais, do tipo: Bento Gonçalves, herói e ladrão. São esses alguns dos problemas a caracterizar na nossa historiografia gaúcha.

Penso que o passado se assemelha a uma grande planície onde correm dois rios: um reto, de margens bem definidas, que é o rio da História, fruto da análise isenta de fontes confiáveis, integras, fidedignas e autênticas, feita à luz de fundamentos de crítica histórica previamente definida. O outro rio é cheio de curvas, de margens indefinidas e sujeitas a perigosos alagamentos, este é o rio do mito, fruto das paixões, das injustiças, das vinganças e das manipulações de toda a ordem e, infelizmente, predominante entre nós.

A senhora me pergunta quais motivos me levaram ao interesse pela pesquisa histórica, em especial a sulina e, desde quando? Tenho a impressão que a minha vocação despertou pelos seis anos, no escritório do meu pai. Conrado Ernani Bento era um tabelião e gostava de História e preservava tudo que tivesse valor histórico municipal. A minha família, em Canguçu, sempre teve ligação com a família do General Osório, em Pelotas. O meu bisavô, que era professor municipal, professor régio, era muito amigo e eleitor do general Osório. Meu avô foi amigo do filho do general Osório e o meu pai amigo do neto. E esse neto, escreveu um livro, O espírito das armas brasileiras. Folheando-o no escritório do meu pai, fiquei deslumbrado; aquilo me tocou, aquela iconografia de uma cor azulada me encantou. Ao longo da minha vida guardo aquela lembrança.

No colégio desenvolvi aquele complexo de que a minha comunidade não havia participado da História. . . Comecei a historiografia querendo resgatar a história da minha cidade, Canguçu. Escrevi Canguçu: reencontro com a História, publicado pelo Instituto Estadual do Livro, IEL. Foi meu começo, a pesquisa sobre a minha comunidade natal e continuei pesquisando, chegando à condição que sou hoje, indiretamente, historiador de conhecimento nacional. Tenho produções até no exterior. Pertencço a Instituições como a Academia de História de Portugal, da Espanha, da Argentina, do Uruguai, etc. Tenho trabalhos publicados nos Estados Unidos, mas a minha inspiração veio daquele sentimento de culpa da minha cidade não ter participado da História. Comecei a resgatá-la em 1956/57, quando servia em São Leopoldo, na antiga Companhia de Comunicações. Resgatei e mostrei que Canguçu teve participação na formação do Rio Grande. Aí que começou o meu interesse e isso é uma vocação. É hoje como uma praga, da qual a gente não pode se livrar; é algo compulsivo, o desejo pela pesquisa. Acho que quem vai para a Faculdade de História, tem que ter o micróbio desse desejo senão, não chega a lugar nenhum. Como o poeta, penso que, para ser historiador, tem que ter talento nato!

A senhora me pergunta, a seguir, quais os assuntos que me interessam. . . A História Militar – para mim é fascinante! Acabo de realizar este sonho na História da 3ª Região Militar. Esse comando é em Porto Alegre e aí está desde 1808 até 1953. Os seus antecedentes vêm desde antes da fundação do Rio Grande do Sul. Isso aí é a minha

predileção. A História Militar do Rio Grande do Sul foi predominante e tudo girou por muitos e muitos anos em torno dela. Terminadas as guerras, veio aquele ciclo revolucionário secular: 1835 a 1932. Assuntos que me fascinam! Gosto de olhar, de tirar lições militares à luz da Arte Militar como o fiz por trinta anos como instrutor de três gerações de oficiais formados pela Academia Militar das Agulhas Negras/AMAN. Gosto de resgatar injustiçados, às vezes por questões políticas e de resgatar figuras que a política, na época, vamos dizer, prejudicou. Hoje, por um lado, não há assunto da História Militar brasileira, do Estado do Rio Grande do Sul ou de outro território, que eu não tenha versado. Meu primeiro livro foi sobre a Batalha dos Guararapes, duas batalhas durante o Período Holandês, que asseguraram a unidade e a integridade territorial do Brasil. Estou tentando reeditar este livro, inclusive com prefácio do Ministro do Exército; está parado na Biblioteca do Exército. Já trabalhei na Amazônia com Pedro Teixeira. Enfim, talvez só não tenha tratado de temas goianos, do centro-oeste e toda a História Militar de resto, tratei e, até Goiás, de certa maneira, ao abordar a História Militar de Brasília, também.

Sou um dos que balizei a presença do Exército em Brasília no Sesquicentenário da Independência. No Correio Brasiliense, em 21 de abril de 1972, coordenei a edição histórica e assinei quatro artigos! Um deles sobre o nosso gaúcho e fundador da imprensa brasileira, Hipólito José da Costa. Fiz uma reportagem sobre ele que o jornal gostou muito e me deu essa edição histórica. Sim, já versei sobre todos esses temas e também sobre a atuação de forças brasileiras no exterior, na Itália e sobre a força brasileira que libertou Angola, entre as batalhas dos Guararapes. Enfim, já versei sobre toda a História Militar e tive, no Exército, oportunidades: coordenei o Parque Histórico dos Guararapes; fui da Comissão Histórica do Exército, como adjunto da presidência; participei da Comissão que editou a História do Exército, em três volumes; presidi a Comissão que sugeriu o Forte de Copacabana como Museu do Exército. No Exército, tenho tido uma participação muito grande em sua História como se pode ver em meu currículo na Internet [<http://www.ahimtb.org.br/cmbbibli.htm>]. Fui diretor do Arquivo Histórico do Exército por cerca de cinco anos e o Estado Maior do Exército acaba de reeditar meu livro Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro.

A senhora me pergunta: como o senhor caracterizaria seu método de trabalho? Desenvolve um trabalho solitário? Tem ou teve auxiliares? Desenvolvo meu trabalho desde 1978. Sou um instrutor de História das nossas Escolas Militares, sem lá estar presente, pois, sou o autor do único manual do Exército, que se chama Manual de como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Fiz esse trabalho quando assumi a cadeira de Instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, durante três anos. E, até hoje, toda a documentação dos alunos, os livros textos, fomos nós que produzimos. Desenvolvi uma metodologia de pesquisa histórica, combinando metodologia... a comum, da História civil com a militar. Tenho essa metodologia que alguns professores da História, civis como Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, tem tecido as melhores considerações. Mas, de maneira geral, gosto de trabalhar em equipe. Já desenvolvi um trabalho único no Brasil com estudantes, no Projeto Rondon dos Guararapes. Recrutei estudantes de todos os locais e de áreas sociais como História, Geografia, Sociologia e também cadetes da Escola Militar, e fizemos um levantamento muito interessante. Para animar os estudantes, publicamos um livro chamado Projeto Guararapes. Mas, de maneira geral, trabalho sozinho nas minhas pesquisas e as desenvolvo em minha casa pois, tenho instrumentos de trabalho que, sem sair de casa, acesso os mais variados assuntos. Um dos meus cuidados, durante os meus anos de pesquisas, foi possuir e produzir

instrumentos de trabalho. Tais instrumentos, por exemplo, foram valiosos para escrever a História Militar da Região Sul, a História da Terceira Região, em dois volumes e o Comando Militar do Sul, que é outra história. Este Comando abrange o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Serviu também para escrever outros livros fundamentais sobre o Rio Grande como Estrangeiros Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Tenho também um trabalho O Negro na sociedade do Rio Grande do Sul, que recebeu o Primeiro Prêmio num concurso do Biênio da Colonização e Imigração, trabalho que o Mário Maestri considerou, junto com o do então professor Fernando Henrique Cardoso, um dos dois melhores do gênero, só que o do professor apresenta uma metodologia e, eu, simplesmente, catando as fontes primárias, relacionando-as e explorando-as, sem pertencer a Escolas. . . Enfim, dentro daquela. . . do historiador clássico que vai coletando fontes. . . É um trabalho do qual muito me orgulho, porque existia muito preconceito. Houve até reações que chegaram ao meu conhecimento por este trabalho; muita gente gostaria que este estudo nem existisse. Foi uma pesquisa que não foi publicada ao todo. Existia uma antologia de textos que colecionei, que tratavam da presença do negro no Rio Grande do Sul. . . Geralmente, repito, trabalho sozinho. Um trabalho solitário, quando possível em equipe. Gosto de trabalhar em equipe, gosto de liderar equipes. Quanto à minha parte, tenho que tocar a coisa sozinho, o que é outra pobreza. Assim com a pobreza da historiografia, a pobreza dos apoios a quem se dedica a esse assunto, pois as autoridades que tem o poder e o dever constitucional de promover a História do Rio Grande do Sul não a estimulam, salvo melhor juízo.

A senhora me pergunta: Como o senhor realiza a coleta e a organização do material documental? Quais os locais que o senhor considera mais valiosos em relação à documentação da História do Rio Grande do Sul em geral e, ou por temas? Quais os que o senhor mais frequenta? Existe o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, com documentos. Sobre a Revolução Farroupilha, por exemplo, existem Anais, que foram essenciais e os usei muito para enriquecer, ampliar o que existia sobre a Farroupilha e os incorporei no meu trabalho o Exército Farrapo e o Seu Chefe, em dois volumes.

O Arquivo Histórico do Exército é muito rico, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro também o é. Recorri muito a ele aqui no Rio, também ao Arquivo Nacional e ao Arquivo do Itamarati. Em Rio Grande há a Biblioteca Rio-Grandense. Em meus últimos trabalhos recorri aos arquivos da Terceira Região Militar e do Comando Militar. O Exército zela muito, tem a religião dos arquivos. Existe até aquela piada que alguém pediu para destruir os arquivos de uma unidade por estar muito grande o depósito, a autoridade concedeu, desde que tirassem três cópias uma para a unidade, outra para Arquivo Central e mais uma de reserva. . .

Consegui muito material e no Exército existe o arquivo reservado e o arquivo não confidencial; muita coisa reservada já foi liberada, pois são documentos com mais de cinquenta anos. Quanto a fontes, sei trabalhar muito com elas e, como disse, com os instrumentos de trabalho. Sou historiador que colecionou e produziu instrumentos de trabalho. . . Olho para a minha biblioteca e tenho indicações de qualquer tema que me derem. Começo por ela os primeiros passos. Atualmente, como não sou eterno, deixei tudo no Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil, na sede da Academia de História Militar, esperando que um dia a Academia Militar das Agulhas Negras tire proveito deste valioso acervo que reuni, que costumo brincar, afirmando que é o mais completo do mundo sobre História Militar Terrestre do Brasil.

A senhora me pergunta: se os momentos de busca das fontes, da organização e o da redação se sucedem, ou se sobrepõem ao trabalho? Acho que se sobrepõem. É um

trabalho continuado, vai tudo aquilo processado como uma organização. A gente começa a relacionar as fontes, faz o seu plano de trabalho, se organiza, começa a redigir. Em cada fase destas há uma ligação, e uma interdependência, se sobrepõem. Aí tem também a organização da redação, e uma parte muito importante que é a interpretação. A interpretação passa em todas as fases: identifica a fonte, estuda, faz uma interpretação mental, que é fundamental. Gosto muito de olhar as fontes, de estudar e começar a interpretar e não, simplesmente, fazer colagem. Gosto de interpretar!

A senhora me pergunta: de suas obras históricas sobre o Rio Grande do Sul, o senhor tem preferência por alguma? Por quê? A que atividade se dedica atualmente? Vou fazer um retrospecto das minhas obras sobre o Rio Grande do Sul, sequencialmente. A primeira foi A Grande Festa dos Lanceiros, sobre a festa de inauguração do Parque Histórico General Osório, em Tramandaí/RS. Fiz uma reportagem sobre esta inauguração; um trabalho muito simples, singelo, uma reportagem. Em seguida, Símbolos do Rio Grande do Sul: subsídios para a sua revisão tradicionalista e legal. É um trabalho que fiz em Recife, pela Universidade Federal Rural, também em 1971. Trata de um problema sobre os símbolos do Rio Grande do Sul, propondo uma revisão tradicionalista e legal. O tema Centenário do Término da Guerra do Paraguai é uma plaqueta também muito ligada ao Rio Grande do Sul, O Libertador do Acre é um trabalho que fiz pela SUDAM, em 1973, e focaliza a figura do grande gaúcho Plácido de Castro; também é uma plaqueta. Produzi Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul, publicado pelo IEL em 1976, com prefácio de Arthur Ferreira Filho. Foi premiado em segundo lugar no Biênio da Colonização e Imigração. Amplamente ilustrado, é um estudo que me deu muito trabalho e acho que enriqueceu a historiografia da colonização, focalizando a contribuição militar dos estrangeiros que se aliaram aos gaúchos na construção do Rio Grande. O seguinte, foi O negro na sociedade do Rio Grande do Sul, que recebeu o Primeiro Prêmio que já referi, no Biênio da Colonização e Imigração, com prefácio de Carlos Santos, um deputado negro. Posteriormente, pesquisei sobre um mineiro que foi um cérebro e maior estadista da Revolução Farroupilha, um trabalho publicado em Itajubá, pela EFEI, em 1981. Pesquisei sobre Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda farrapo e considerado o cérebro da Revolução Farroupilha. Canguçu, Reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária foi um trabalho que me deu muito prazer e muita dificuldade. Foram anos e anos de pesquisas, como dizem tirando minhoca do asfalto para reconstruir um panorama que a memória havia esquecido e que a poeira dos tempos havia sepultado. Com este estudo, me tornei conhecedor da História do Rio Grande e do Brasil tentando, por interpretação, elaborar teorias que chegassem a reconstruir a memória de Canguçu. Acabo de produzir, em comemoração aos duzentos anos da fundação de Canguçu: Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição de Canguçu (1800-2000) e, a seguir, Canguçu: 200 anos (1800-2000). Também planejei e organizei a Revista Canguçu 200 anos. Esta foi uma obra coletiva, escrita por diversos membros da Academia Canguçuense de História, que fundamos em 1988 e presidimos. Foi uma experiência notável iniciar novos historiadores comunitários. Deste modo, resgatamos a memória de uma comunidade que havia perdido sua identidade. Escrevemos O centenário de Conrado Ernani Bento, em 1988. É uma plaqueta em homenagem ao centenário do meu pai, uma pessoa que eu admirava muito, ao qual praticamente dei continuidade a um sonho que ele tinha. Ele era um historiador no fundo mas, por dificuldades profissionais, não tinha tempo para tal. No entanto, colecionou e aproveitei muitas fontes que ele deixou sobre a história da minha cidade,

tanto que fundei a citada Academia Canguçuense de História, cujo patrono é ele, pelo esforço citado e grande amor por sua terra da qual foi prefeito por três vezes. O Exército Farrapo e seus Chefes, publicado pela Biblioteca do Exército, em 1992, em dois volumes, é um trabalho que me deu muita alegria. A Revolução Farrroupilha é um tema emocionante. Minha cidade, Canguçu, era distrito dos farrapos de Piratini, a capital farrroupilha. Acho, então, que enriqueci muito e com apoio, inclusive, da documentação fornecida pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pois os documentos dos Anais foram aproveitados.

A história da cidade de Canguçu existia com muitos erros e lacunas; conseguimos interpretar o seu desenvolvimento em cinco fases. Outra dificuldade que queria assinalar que tem a historiografia militar é o seguinte: como historiador militar, apesar dos meus livros serem interessantes, não consigo, por exemplo, vender em aeroporto. Tudo tem que ser dentro de uma sistemática que alija o autor, que é quem mais trabalha e quem menos vantagens usufrui. Então, não se consegue vender as obras fora de uma distribuidora ou eles encalham, independente de seu valor. O historiador, como é o meu caso, produz não para ganhar dinheiro mas, sim para levar aos seus conterrâneos, aos seus co-estaduanos a História. Ele é um benemerente social e, mesmo que quisesse ganhar dinheiro, não conseguiria. Alguém disse: olha, você vai sofrer, você vai ser historiador. No Rio Grande do Sul é um sofrimento incrível! Chega-se no aeroporto, vê-se uns livrinhos expostos por distribuidoras e não há livros que, tenho certeza, interessariam ao povo, mas não tem como você os colocar numa vitrine, para quem interesse. Existe uma máquina e, se não entrar nesta máquina, a coisa não vai ou é lá no Martins Livreiro. Para publicar por ele, há uma série de condicionantes financeiros. Enfim, este é mais um problema da historiografia, ou seja, você fazer e vender os seus livros pois, há uma máquina que os promove e os coloca; sem ela, o livro não acontece, por melhor que seja. . . Continuando, As Forças Armadas e a Marinha Mercante no Brasil é um trabalho que, em passante, toca na contribuição gaúcha. . . História da Terceira Região Militar, 1809-89: antecedentes foi publicada pelo SENAI, em Porto Alegre. É um livro que me deu muito prazer porque é a história militar do Rio Grande do Sul, que não tem uma história bem desenvolvida. Tenho a impressão de que essa História do Rio Grande do Sul é melhor desenvolvida, mais completa, só que com enfoque militar, que foi o que predominou no Rio Grande. Canguçu: síntese histórica é outro trabalho que fiz pela Prefeitura e é uma plaqueta e Real Feitoria do Linho Cânhamo, do Rincão de Canguçu: 1783-89 é um trabalho básico de muita pesquisa, de resgate e de correção de um erro que o Rio Grande do Sul elaborou durante cento e cinquenta anos, colocando a Real Feitoria, na Ilha chamada da Feitoria. Provo na pesquisa que Ilha da Feitoria foi porque depois que saiu a Real Feitoria do local, onde ela funcionou, passou a se chamar Estância da Feitoria, a qual depois agregou a Ilha. Ficou, então, a Ilha da Feitoria, ou seja, Ilha da Estância Feitoria. . . Tive até aborrecimentos porque recorri a fontes primárias e pessoas outras recorriam a fontes terciárias, quartanárias e se apegavam naquilo que não ocorreu. E o debate contra não foi leal; foi um debate para autopromoção. Um historiador não faz isso! A minha teoria é que, se havia dúvidas para esclarecer a verdade histórica, não devemos querer brilhar em discussões, pois, discussão pública sobre um tema controverso talvez vá ferir a vaidade de alguém. Mas, o trabalho foi submetido ao Conselho Estadual de Cultura e, por unanimidade, se pronunciou favorável à nossa tese de que a Real Feitoria do Linho Cânhamo, do Rincão de Canguçu 1783-89, foi no continente e não na ilha da Feitoria. Considero esse um trabalho muito interessante e, talvez, o mais trabalhoso, pois foi desmontar um edifício de cento e cinquenta anos de equívocos e enfrentar críticas, ironias de pessoas

que não sabem nada sobre a hierarquia de fontes de História, mas que querem se promover. Minha defesa foi publicada na História da Real Feitoria, do historiador leopoldense Carlos de Souza Moraes, grande expert no assunto. Outro trabalho Sessenta e Oito Sargentos heróis da FEB mortos em Operações de Guerra é um trabalho que, em passant, toca no Rio Grande do Sul e fiz especialmente para o Rio Grande do Sul, para Cruz Alta, onde existe uma Escola de Sargentos. O comandante queria emular os seus instruendos; fiz trabalho para ele. Comando Militar do Sul é um trabalho que fiz sobre o Comando Militar do Rio Grande do Sul, em 1996. São quatro décadas de história. A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul é um assunto basilar, completamente desconhecido em toda a sua profundidade da História do Rio Grande do Sul. Em 1774, o Rio Grande do Sul de então estava ocupado por espanhóis em cerca três quartas partes. Formou-se um exército e uma esquadra poderosos, os quais, a partir de São José do Norte, expulsaram os espanhóis da Vila de Rio Grande, de Bagé, de Santa Tecla e de São Martinho, ao norte de Santa Maria. Para tal, me baseei em fontes primárias excelentes: o relatório, a memória do Tenente General Henrique Bohm, que liderou esse processo e a suas cartas para os vice-reis. Ele escreveu em francês, que exigiu um trabalho de tradução e de anotar essas memórias; é um trabalho importante e de infraestrutura da historiografia gaúcha. Não há hoje clima para esses assuntos, pois há outros predominantes na mídia, no objetivo. Dizem alguns, de desconstrução cultural do Rio Grande do Sul, de influência adversa internacional dupla, a do comunismo internacional e a dos donos do Mercado Mundial. Um tema fundamental como esse, a gente pensa que vai ser um sucesso e isto não acontece! Considero que seja essa a obra mais importante que tenha feito sobre o Rio Grande, porque, praticamente, é a sua certidão de batismo; quando o Rio Grande começa, efetivamente ou quando foi definido o destino brasileiro do Rio Grande do Sul. Enviei para algumas Faculdades, mas não vi reação. Tenho também o trabalho As lutas internas no período monárquico e a ação pacificadora de Caxias, é um tema que elaborei para a Escola do Comando do Estado Maior. Para os que concorrem ao concurso para se tornarem oficiais do Estado Maior, alude à nossa Revolução Farroupilha e a outros movimentos no Sul. Outro, intitula-se Conflitos externos no Brasil, lutas internas na consolidação da República; este é outro assunto que interessa basicamente ao Rio Grande – essas lutas externas em torno de Colônia do Sacramento e lutas internas da consolidação República. Tivemos a Guerra Civil de 1893-95, mais conhecida como Revolução de 1893, que se aliou com a Revoltana Armada e não da Armada, como se diz impropriamente. Ela foi na Armada, onde só um quinto dela se revoltou. Por outro lado, só dois de seus doze almirantes participaram dela. Estas são, mais ou menos, a listagem de minhas obras, além de mais de um milhar de artigos na imprensa militar e civil, sobre temas gerais, onde sobressaem os do Rio Grande do Sul. Possuo algumas inéditas, por exemplo, Aspectos da formação do Rio Grande do Sul, o gaúcho fundador da imprensa brasileira, essa última é sobre um trabalho premiado pela ARI e também pela Assembleia Legislativa, recebeu o segundo prêmio; é sobre o Hipólito da Costa. Produzi Os Brumer, uma legião alemã que o Brasil contratou para lutar contra Oribe e Rosas. Existem os originais que doei para o Museu de São Leopoldo. Em Defesa da Memória do coronel de Dragões: Luis Osório é um episódio dessas guerras no Sul; trata da invasão espanhola do Rio Grande do Sul pelo general Pedro Cevallos. Álbum da Saudade é um álbum de fotografias que fiz sobre a minha cidade. Revolução Farroupilha e o seu líder trato da Revolução e do líder Bento Gonçalves; também não foi editada.

No momento, estou aguardando uma solução do SENAI/DF sobre Caxias e a unidade nacional. Coloquei o trabalho na Internet, no site, antes citado. Aliás, dizem que

a Academia de História Militar Terrestre do Brasil foi a entidade de História, pioneira em possuir site com livros virtuais e, inclusive, a nossa bibliografia. São esses os meus trabalhos. Respondendo a pergunta, acho que o mais importante foi Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, por ser assunto pouco conhecido e fundamental para o entendimento da formação e da definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar coloco, por sua originalidade e pioneirismo, O negro na sociedade do Rio Grande do Sul, também já citado.

A senhora me pergunta o que tenho a dizer em relação à produção histórica do Rio Grande do Sul? Qual a sua impressão sobre a pesquisa que é feita atualmente sobre a História do Rio Grande do Sul? Quais os historiadores que o senhor destacaria e por quê? Como início de resposta, transcrevo o seguinte arquivo que publiquei no Diário Popular de Pelotas, e no Diário da Manhã, de Passo Fundo, que foi distribuído a diversos historiadores comunitários:

HISTORIADORES DE COMUNIDADES GAÚCHAS

Cláudio Moreira Bento*

A Zero Hora, em reportagem especial no Dia do Escritor, sob o título Escritores em nome do prazer e assinada por Thiago Coppetti, destacou os seguintes historiadores dedicados ao resgate das histórias de seus municípios: Santa Cruz – Mauro Klafke; Bento Gonçalves, Itacyr Giacomello; Estrela, José Alfredo Schieshoet; Pelotas, Mário Osório Guimarães; Cruz Alta, Jurandir Zamberlam; Passo Fundo, Wilmar Nascimento; Bagé, Cláudio Lieminsk; São Leopoldo, Germano Moelecke; Santo Angelo, Mário Simon; Encantado, Mussum Rondinha; Roca Sales, Gino Ferri e Santana, Arlindo Coutinho, mas nenhum vinculado ao Instituto de História e Tradições (IHTRGS) que há 14 anos atua no Rio Grande do Sul. O autor do artigo menciona com justiça:

São escritores que assumem no interior do Estado a tarefa de registrar em livros a História de seus municípios e das regiões a que pertencem. Escritores que dedicam parte de suas vidas às pesquisas. Trabalho que não dá retorno econômico, mas seu destino é nobre. Os livros nas prateleiras de bibliotecas públicas municipais, educando gerações de estudantes. Esses historiadores municipais desenvolvem trabalho único. São essenciais para resgatar a memória de suas aldeias. Ao mesmo tempo contam fragmentos da História de Estado, elogia Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Riograndense de livros.

Concordamos com Thiago Coppetti e Paulo Flávio Ledur, mas sentimo-nos no dever de aqui apontar escritores municipais integrantes do Instituto de História e Tradições (IHTRGS), que fundamos em 10 setembro 1986, em Pelotas, no sesquicentenário de Combate de Seival e outros de nosso conhecimento, cujas obras que reunimos, entre outros autores do gênero, na Biblioteca do IHTRGS:

Uruguaiana – Raul Pont, com seu Campos Realengos, e Carlos Fonttes, com Uruguaiana aqui te canto; Santana do Livramento – Ivo Caggiani, Santana 150 anos 3v etc. D. Pedrito – Nelson Oliva com D. Pedrito e a Paz Farroupilha; Santa Vitória de Palmar – Péricles Azambuja, com Terras e mares do Chuí, com nosso prefácio; Alegrete – Miguel Jaques Trindade com Alegrete 2v; Rosário do Sul – Jorge Telles com Uma batalha e três combates; São Gabriel e Vila Novado Sul – Osório Santana Figueiredo com São Gabriel desde o princípio e Marco de Ferro e outras. Caçapava do Sul – Arnaldo Cassol e Abrão Nicolau, História de Caçapava, etc; Lavras – Edilberto Teixeira com História de Lavras; Canguçu, sobre o qual produzimos Canguçu reencontro com a História e Canguçu 200anos, etc. Pelotas – Ângelo Pires Moreira com A tarca do tempo, 3v. etc. , Heloísa Assunção

Nascimento com Nossa Cidade era assim 3v, etc. , José Vieira Echeveny com Coleção Cadernos de Pelotas, Flávio Azambuja Kremer com Indústrias etemplos de Pelotas, etc. São Borja – Aparício Silva Rillo e Fernando M. O'Donnel com Populário São Borgense e outros trabalhos. Santa Maria com José Luiz Silveira e Mário Menezes com várias colaborações à história local e em especial a militar; Encruzilhada do Sul – Humberto Castro Fossa com História de Encruzilhada(Crônicas na Imprensa). São Leopoldo–Thelmo Lauro Muller, com Colônia Alemã etc; Rio Grande – Daoiz de La Roche com contribuições na imprensa e no jornal SOAMAR; Rio Pardo – Dante de Laytano, com História do Rio Pardo e Marina Quadros Resende com Rio Pardo; Santana da Boa Vista – José Francisco Teixeira com Santana da Boa Vista; Nonoai– José Vera Sperry com Raízes e retalhos de Nonoai; Cambará do Sul – Gesmar Borges com Arautos Corujistas; Torres–Dante de Laytano com Torres; Passo Fundo – Pedro Ari Veríssimo da Fonseca com Gaúcho Serrano e Tropeiro de Mulas com grande projeção regional; o mesmo se dizendo em Porto Alegre da obra histórica, tradicionalista e folclórica de Hélio Moro Mariante. Fora dos quadros do IHTRGS registramos em Bagé– Tarcísio Taborda com variada obra de suporte da história local e incentivador dos encontros de microhistoriadores do Rio Grande do Sul com o concurso de Astrogildo Fernandes. Este vem colecionando e divulgando todas as obras sobre municípios gaúchos e de escritores gaúchos que escrevem por amor ao Rio Grande e às suas querências. Ainda em Bagé – Eurico Salis com História de Bagé; Herval do Sul– Manoel da Costa Medeiros com História do Herval; Jaguarão, de Sérgio da Costa Franco com Origens de Jaguarão: 1790 1833; Piratini – Davi de Almeida com História do Município de Piratini, e também colaboramos com Piratini símbolo sagrado gaúcho farrapo; Cachoeira do Sul – de Angela Schuch e Ione Maria Carlos com Cachoeira em busca de sua História; Rio Pardo – De Paranhos Antunes com História de Rio Pardo; Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro – Luis Alberto Cibils com história desses locais; Pelotas – Fernando Luis Osório com A Cidade de Pelotas e Edgar Curvêllo, com Pelotas retomando a História; Triunfo – Fernando Castro Freitas com Triunfo; Marcelino Ramos – Lauro Nelson F. Thomé, com Marcelino Ramos - Histórico; Santa Vitória do Palmar – Anselmo Amaral, com Os campos neutrais; Julio de Castilhos – Firmino Costa com História do município de Julio de Castilhos; Santo Antônio da Patrulha – Rubens Neis com Guarda Velha de Viamão; Porto Alegre – Walter Spalding com Peguna História de Porto Alegre, Gaston Mazon, com Reminiscências de Porto Alegre; Clóvis Silveira de Oliveira com Porto Alegre – a cidade e sua formação; Achyles Porto Alegre com História Popular de Porto Alegre; Sérgio da Costa Franco com Guia histórico das ruas de Porto Alegre e Porto Alegre história do seu Comércio. Colaboramos com o tema com Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias e com a História da 3ª Região Militar em 3v. De Jaguarão não pode ser olvidado Pedro Leite Vilas Boas, autor dos excelentes instrumentos de trabalho do historiador gaúcho, onde ressalta o muito útil Dicionário Bibliográfico Gaúcho.

Este vôo de pássaro é uma amostragem mais ampla e, portanto, mais justa na voz da História que a de Zero Hora, dos escritores comunitários que trabalham sem apoio, inclusive da mídia, de onde foram afastados há muito. Justiça se faça ao Jornal Tradição, órgão de divulgação dos MTG, IHTRGS e da CCTG. É assunto a ser meditado pela mídia gaúcha e pelas autoridades do Executivo e Legislativo e em todos os níveis no Estado, pois eles possuem o dever e o poder constitucional de alterar este quadro tão intimamente ligado à formação da consciência da identidade e da perspectiva histórica a das comunidades que formam o Rio Grande do Sul, para que ele continue a ser festejado como Rio Grande querência amada, recanto das sua tradições e não as de outras nações.

*Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Identidade e perspectiva histórica de seus conterrâneos. E, por outro lado, tem a consciência de que o homem é eterno enquanto a sua obra for lembrada.

Prosseguindo: a minha impressão, já dita, é péssima. A produção histórica, salvo melhor juízo, está em franca decadência. As editoras não se interessam em publicar ou em fazer um marketing para resgatá-la; mas, seria importante para desenvolver a identidade e a perspectiva histórica dos gaúchos. Ela está muito comercial. Na mídia escrita e na televisada, a História do Rio Grande do Sul é uma ausência. A resistência se encontra no Movimento Tradicionalista. Nele sou acolhido no Jornal Tradição, onde me dão uma coluna. É uma maneira de tratar a História do Rio Grande do Sul para tradicionalistas. Agora, no IHTRGS criamos o informativo O Gaúcho para compensar, mas, o resto da mídia, a não ser onde tenho amizades, como o Diário Popular, de Pelotas, A Plateia, de Santana, é difícil conseguir um espacinho. Outra mostra da decadência da produção historiográfica gaúcha é o uso abusivo de reedições em detrimento do investimento em autores novos. O Circulo de Pesquisas Literárias, CIPEL, que integro, publica anualmente uma Antologia. Os autores dos artigos é que financiam; nela escrevo sobre temas propostos. É muita abnegação. . .

Por tudo que explanei é que acho que está ruim a situação da divulgação da História do Rio Grande do Sul. Sobre a produção historiográfica das Faculdades de História não conheço o que ela publica e divulga. . .

O governo em todos os níveis, que tem o poder, e, mais do que isto, o dever constitucional de apoiar a edição e a divulgação de trabalhos de História, menos do que no passado, não está promovendo a História, que é fundamental para a identidade e a perspectiva histórica – conhecer o passado para entender o presente e melhor projetar o futuro. A mídia está ausente deste apoio. A grande massa da população está embarcada numa nau perdida, sem bússola na tempestade e não sabe de onde vem, onde está, nem para onde vai. . . Há uma omissão geral, da mídia e do governo em relação à produção e à publicação historiográfica. Chego a pensar que, talvez amanhã, os donos da mídia, os proprietários, enfim, até de certa forma, desculpe a franqueza, as Faculdades de História, vão ser consideradas um. . . tipo Calabares, os Silvérios dos Reis, porque estão omissos em relação à produção historiográfica para educar as novas gerações. A História hoje deve ser mais combativa, e o historiador tem que defender mais agressivamente a sua função social. Ela está sendo invadida por outras especialidades, como os jornalistas, que são tão ciosos de sua função social. E, quanto mais impune e menos houver protestos dos historiadores, mais eles se sentirão à vontade. E o pior, ao acharem que escrever sobre o passado é História, às vezes se aproveitam para se vingarem, para manipularem. . . Essa é situação horrível da historiografia que vejo, não só no Rio Grande do Sul como em todo o Brasil. A História está por baixo, foi posta para baixo pela estratégia de origem externa de desconstrução da cultura brasileira. Temo que amanhã a juventude vá ridicularizar ao falar-se em História e de que esta seja vista como coisa antiga, cafona, quadrada. . . A Mídia deu-lhe outros valores, outras perspectivas. Do outro lado, os historiadores também têm uma culpa imensa nesta decadência, pois alguns se incluem naquela expressão de quenão existe ciências ocultas e sim cientistas que ocultam a ciência. Os cientistas da historiografia estão hoje nas Faculdades. Penso, salvo melhor juízo, de que eles têm que arrumar um jeito de fazer uma História como mestra da vida e mestra das mestras para desenvolverem a identidade e as perspectivas históricas das novas gerações para melhor construir o futuro nacional. Penso que a historiografia tem diversas frequências: aquela pura, lá

em cima, e aquela intermediária, para despertar o civismo, o orgulho comunitário, a autoestima, o nacionalismo autêntico, etc. E não só limitar-se àquela história ultrassofisticada com apoio em teorias historiográficas que o povo nunca vai entender! Enfim, o Brasil carece de uma história pragmática que aponte erros e acertos que sirvam de lições de vida, como mestra da vida que a História deve ser. Este é o meu ponto de vista! Pode ser que seja a maior ignorância, mas o fato é que a História do Rio Grande do Sul em termos de produção, interpretação e divulgação está muito ruim. E a culpa cabe aos governos, à mídia, às Faculdades e Instituições de História do Rio Grande do Sul. Vejo com muito agrado o surgimento de uma Associação Nacional de História com núcleo forte na Unisinos e um informativo virtual. Aliás, o Instituto Histórico de São Leopoldo, justiça seja feita, desde sua criação realizou notável contribuição à História da Imigração e Colonização do Rio Grande do Sul em seus valiosos Anais. É um exemplo a ser seguida e também por trabalhar integrado com o Curso de Pós-Graduação em História da Unisinos e não divorciados!

Quais os historiadores que o senhor destacaria e por quê? Destaco Ivo Caggiani, falecido recentemente. Estava produzindo muito, era um dínamo. Estava doente, mas produzia um livro atrás do outro. Preservou uma memória comunitária sensacional; tudo que acontecia na comunidade dele. Osório Santana Figueiredo, de São Gabriel, é outro abnegado, um grande produtor de História que satisfaz a historiografia para a sua cidade. Temos também, justiça seja feita, o CIPEL, que está fazendo um bom trabalho, coordenado pela Professora Hilda Flores. Começou obras coletivas anuais, tipo Antologia. Tenho contribuído com artigos sobre os temas anuais propostos. É mais um sacrifício financeiro para os autores que a financiam, mas é uma esperança. Pelo menos publica História do Rio Grande do Sul e parece que até vende! Aquele grupo do CIPEL está lutando. . . O do Instituto Histórico, não tenho acompanhado muito; não publica muito a sua revista e não tem apoio do Estado. O Estado não está apoiando esses elementos geradores de uma perspectiva e identidade histórica do Rio Grande. É uma confusão essa parte historiográfica. É difícil hoje ser historiador no Rio Grande do Sul; não se tem apoio editorial. De um modo geral, os historiadores financiam suas próprias obras, com enorme sacrifício, são obrinhas fininhas, porque não tem fôlego financeiro para tentar maiores.

Tivemos, no passado, a Editora Globo que publicou obras sensacionais. Hoje, visita-se a Globo e nem livro de História do Rio Grande do Sul se encontra, como no passado. Em algumas livrarias de Porto Alegre procuram-se obras de História do Rio Grande do Sul e nada se encontra; é uma coisa alienante. Não sei como o grupo gaúcho dedicado à História pode viver com o Governo, a mídia e a Universidade virando-lhes as costas. Como podem eles fechar os olhos para este problema ligado à marca registrada do Rio Grande, do seu povo, da sua cultura, porque quem marca sua trajetória é a História. É decepcionante! Tenho lutado, e sido feliz, e já estou com mais de quarenta títulos. Mas luto para que os meus livros sejam publicados. O curioso é que a maior parte dos livros sobre o Rio Grande do Sul que publiquei, não foi no Rio Grande, mas em Faculdades de fora do Rio Grande do Sul, no Exército, no GBOEX. . . No Rio Grande do Sul, não tive apoio. Tentei publicar umas obras com a Martins Livreiro, mas senti que era um estranho no ninho e era um vai e volta de originais sem uma clara definição. Não entendi o que era e desisti; deve ter ele os seus problemas comerciais. Enfim, essa é uma realidade triste para os escritores de História. E das Faculdades de História vejo poucos livros publicados. Tenho assistido alguns universitários gaúchos em Congressos de Micro-História, que apresentam trabalhos nos quais não vejo utilidade prática em termos de História do Rio Grande. Vi, até em um

deles, tratar de problemas da Grécia, um troço alienante em termos de História do Rio Grande do Sul, como problemas da sexualidade, etc. Os achei decepcionantes e fora do eixo História do Rio Grande do Sul! Neles, não vi surgir e, se surgiu, não tive a felicidade de ver despontar uma vocação promissora para alimentar a historiografia gaúcha, no sentido de despertar nas novas gerações gaúchas a identidade e a perspectiva histórica e o orgulho gaúcho pelas suas tradições, baseadas no que de positivo seus antepassados fizeram no passado! É de ficar triste!

Será fruto da estratégia da desconstrução cultural gaúcha, denunciada por analistas da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET) a que nos referimos antes? Os fatos narrados se encaixam na citada estratégia, combinada também com as estratégias da mídia internacional citadas, a serviço do poder econômico mundial da desconstrução da cultura histórica brasileira. E, no caso, da desconstrução da cultura histórica gaúcha, alternando o silêncio da mídia sobre a História, no caso a do Rio Grande do Sul, com a de deformação pela mídia da História, para substituí-la, ou desconstruir a História do Rio Grande do Sul, assim alienar o seu povo que seria, junto com o resto dos brasileiros, transformados num enorme elefante furioso, mas confuso, para tornar mais fácil a sua caça, sem reação, por um aventureiro, ou aventureiros, no terceiro milênio. Creio que o Magistério de História deveria analisar estas considerações que se ligam à sobrevivência do Estado nacional no terceiro milênio insondável, com perigosas ideias da Nova Ordem Mundial. E a Amazônia brasileira deveria merecer suas atenções!

A senhora me pergunta: que colocações teria sobre a historiografia militar e os historiadores militares? No Brasil, a Biblioteca do Exército foi organizada em 1937, aliás, por um gaúcho de Uruguai, Valentin Benício, por Souza Docca, um são-borjense, e por Paulo Cidade, um porto-alegrense. Três grandes historiadores, não só rio-grandenses como brasileiros. A finalidade era publicar obras predominantemente de oficiais do Exército porque a mídia editorial civil, mais ainda do que hoje, não publicam trabalhos de militares; hoje, por um preconceito suicida, que se criou após 1964, em especial na mídia e na Universidade, contra os militares e como um meio de desconstrução da cultura nacional. Já se passaram trinta e seis anos e o magistério e universitários alimentam uma falsa imagem dos militares, em que pese as Forças Armadas possuírem o maior nível de credibilidade, comprovado em pesquisa de opinião pública científica. A historiografia militar foi resgatada e bastante divulgada nos primeiros anos da BIBLIEx; para constatar isso é só conferir o catálogo da Biblioteca. Hoje, por falta de apoio editorial a escritores e a historiadores militares e o não apoio editorial por editoras civis, a historiografia militar também está em baixa, além de um deserto de historiadores militares e falta de renovação. Aí se encontra a explicação para a teoria da existência – com origem em interesses econômicos e ideológicos internacionais mencionados –, a estratégia da desconstrução cultural, que está agora contra a divulgação e o aproveitamento do patrimônio cultural militar brasileiro, acumulado em cinco séculos de lutas internas e externas do povo brasileiro, predominantemente vitoriosas e, em grande parte, responsáveis pela definição e manutenção das dimensões continentais do Brasil. O fenômeno também é gaúcho, mas não só gaúcho, é brasileiro. Não se tem apoio efetivo do poder público para a edição dessas obras. O que sai é insuficiente e não corresponde à obra historiográfica que o Brasil está precisando, e menos a de que as Forças Armadas estão precisando como braço armado do Povo Brasileiro. Definição esta não entendida por expressiva parcela da sociedade civil, o que se constituiu em atitude suicida. Tenho sido um esforçado e tenho procurado fazer, como dei uma demonstração.

Agora uma explicação: por que o historiador civil deve, pode e é relevante, associar-se ao historiador militar dentro da historiografia militar? A historiografia militar não é vedada ao civil; pelo contrário, o historiador civil pode a ela prestar um grande serviço. Suponhamos uma guerra. O historiador civil reconstitui *ipsis litteris* como é que foi o evento militar com a técnica de historiador. Este estuda as fontes, as interpreta e reconstitui, por exemplo, uma batalha: ela aconteceu assim. . . assim. . . e assado. . . Quer dizer, restabeleceu a verdade sobre o evento militar. O que faz o historiador militar? O que seria o meu caso e o que defendo em minha obra *Como estudar e pesquisar a história do Exército Brasileiro: usando a reconstituição feita pelo historiador civil isolado ou em equipe*, iria interpretar todo aquele trabalho magnífico do civil, à luz dos fundamentos de crítica da Arte da Guerra e da Arte do Soldado (princípios de guerra, de chefia e liderança, do fator militar. . .). Enfim, transformaria a verdade que ele me restabeleceu em fundamentos para enriquecer, vamos dizer, a minha força, e instruir, preparar o cérebro do meu Exército. Como já dizia o grande general que comandou a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, inclusive os brasileiros combateram sob seu comando: para alimentar o cérebro de um Exército na paz, quer dizer, a cabeça, os oficiais, não existe livro mais fecundo em meditações que o da História Militar, que o livro da História Militar.

Essa é uma grande verdade. Na História Militar, o civil coopera na reconstituição do fato e o militar apropria aquilo egoisticamente para a sua profissão: olha não foi observado isso e aquilo, etc. São fatores que o civil nem está percebendo, mas ele já fez um trabalho utilíssimo que vai servir nas escolas militares, para cada aluno visualizar com seus olhos profissionais o ensinamento militar a colher. Esse é um divórcio grave que existe no Brasil. Dificilmente um civil poderá ser um historiador militar crítico. Ele não conhece a profissão, como um militar não vai saber julgar uma questão histórica à luz da medicina ou da advocacia; cada macaco no seu galho. . . Essa associação é que está faltando no Brasil. Na Academia de História Militar, que criei em Resende, em 1996, justamente uma das ideias era trazer, em época de férias, alunos ou professores de História que quisessem introduzir cadeira de História Militar nas suas Faculdades, não cem por cento de História Militar, mas ter uma compreensão desses fenômenos até para um melhor entendimento entre civis e militares.

Agora mesmo estive na Câmara Federal e na Globo News, respondendo sobre Canudos. Canudos foi uma responsabilidade também da sociedade civil da época; ninguém deixou de ter a sua parcela de responsabilidade. No entanto, se atribui ao Exército a culpa, quando o Exército é um instrumento do povo armado, à disposição do poder civil, do presidente, que é o delegado da sociedade civil e que mandou que se destruísse Canudos, porque não entendeu o aspecto social da questão. Seria importante a união entre os civis e os militares. O nosso sonho, em Resende, que tem todos os elementos para trazer professores ou estudantes civis, seria organizar com o Ministério de Educação e Cultura um curso de férias de História Militar, para que os alunos das Faculdades de História tivessem uma noção de como seria importante o trabalho deles para a grandeza, para a segurança nacional e, assim, poupar, às vezes, o historiador militar de ter que fazer um trabalho que eles poderiam fazer melhor e com mais vontade. Hoje, estamos fazendo as duas partes: aquela que competiria ao civil, que é a reconstituição e a interpretação daquilo. O historiador civil, dado o preconceito com a palavra militar, não quer saber de nada que tenha coisa militar e isso é uma grande vitória da estratégia internacional de desconstrução da cultura militar brasileira! O civil dá aquela de avestruz, que esconde a cabeça para não assumir uma coisa que é

fundamental: colaborar para a mais eficiente defesa da sua comunidade. Acho que o Brasil e a sua comunidade têm um poder dissuasório, quer dizer, quem tentar nos agredir, temos de apresentar um poder dissuasório compatível para que concretize, a quem nos agredir, saber que o preço vai ser alto.

E hoje, no Rio Grande do Sul, a historiografia militar se impõe. Já fiz um trabalho sobre isso. Hoje não é mais lutar contra o Paraguai, Uruguai ou Argentina; são feridas cicatrizadas. Hoje, há um esforço do Mercosul, das forças do Mercosul, para proceder a defesa do Bloco. Há de existir no Mercosul um elemento dissuasor de qualquer tentativa de agressão que não se visualiza no insondável terceiro milênio. O que vai acontecer? Vão querer destruir o Bloco Mercosul? Como é que vai ser esta competição comercial? Precisamos ter essa consciência e, nessa linha, fiz uma palestra para estudantes em Minas Gerais, afirmando: a Guerra do Paraguai, laboratório de doutrina pouco explorado. São contribuições da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, num ecossistema limitado. O Chaco, para nós procedermos a defesa, hoje seria o Ecossistema do Pampa, que dominaríamos e colocaríamos ao nosso lado para dissuadir e não para atacar ninguém.

O militar tem muito isso, é dissuasório, quer dizer, igual a um chefe de família que compra uma arma. Ele não está querendo usá-la, mas, se alguém se meter, em caso extremo, ele usa. Mas só o dissuadir já é muito importante e essa capacidade de dissuadir as Forças Armadas do Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, em conjunto, tem de desenvolver a História Militar dos conflitos no Prata, contribuindo para uma Doutrina Militar de Defesa do Mercosul, no insondável terceiro milênio. O mesmo se diga em relação à construção de um poder dissuasório militar conjunto na Amazônia, pelos países a qual pertence e a história militar crítica, da área, será de real valor para construí-la com apoio nas lições do passado.

Dessa forma, uma Faculdade de História não pode se alienar da contribuição para o desenvolvimento da História Militar do seu país, por suas ligações com a defesa de seu povo.

Como eu avaliaria a tarefa, o trabalho do historiador? Acho uma tarefa fundamental e benemérita! As tribos transmitiram a sua história, as suas tradições, através do pajé, assessor do cacique. Existiram muitas tribos, devem ter existido, mas nem notícias delas hoje se têm, porque faltou o pajé, que era o historiador da tribo; este era o responsável em despertar uma consciência de identidade e perspectiva histórica tribal. Então, o historiador é fundamental para uma nação. Mas no Brasil não se dá importância ao historiador como as grandes nações e potências mundiais fazem. É regra suicida dizer que o Brasil é um país sem memória, isto só aplaca as consciências das lideranças que são responsáveis pelo seu desenvolvimento. As lideranças governamentais em todos os níveis tem dever de Estado de desenvolver e apoiar os seus historiadores. Mas o historiador tem que apresentar uma condição básica: possuir honestidade, o que nem sempre se encontra, pois o mau historiador sabe que o papel aceita tudo, o vídeo aceita tudo. . . Então, tem muita mitificação e, sobretudo, deformações impunes. Constitui-se tarefa impossível separar o joio do trigo. . . Tem muita gente escrevendo sobre o passado, pensando que é História, e o estudante, o leitor, desavisados, acham que aquilo é História. Considero o contrário: pouco, muito pouco do que se divulga como História se constitui em História; quase sempre há um engajamento numa ideia preconcebida, ou seja, como queríamos demonstrar. É neste sentido que o historiador tem que ser honesto, isento, fazer um trabalho de construção da sua comunidade e não é o que está se vendo. Temos, por exemplo, a clássica obra Guerra do Paraguai: genocídio americano, que é uma obra que só se baseia em afirmações

sem base documental, mas aquilo encantou o cívico-masquismo do brasileiro. A obra invadiu as salas de aulas, levadas por professores despreparados que deram credibilidade ao que o autor escreveu. Esta obra já possui cerca de quarenta edições; as coisas sérias não interessam muito, a não ser a pessoas sérias. Existem expoentes da historiografia mundial que trabalharam na área militar como Arnold Toynbee e Charles Boxer, ambos do Serviço de Inteligência de seus países. Foi fazendo a história de outros povos que eles preventivamente alertavam a Inglaterra de possíveis reações, dos povos que estudavam, à procura da interpretação do seu caráter nacional, para formularem estratégias contra os mesmos na ocorrência de conflitos. Charles Boxer foi um grande historiador militar do Brasil, ele contribuiu para o país melhor conhecer a sua contribuição, em 1648, para libertar Angola do jugo holandês, etc. Arnold Toynbee chefiou o Serviço Secreto da Marinha de Guerra, da Inglaterra.

A senhora me pergunta: como o cidadão Cláudio Moreira Bento avalia o historiador, o pesquisador, Cláudio Moreira Bento? Sinto-me hoje como historiador, com a consciência tranquila do dever bem cumprido; meu coração está calmo. Digo que hoje, aos 69 anos, que completei em 19 de outubro 2000, que me sinto muito satisfeito, feliz e realizado com a minha obra de historiador, em especial gaúcho. Obra que realizei com muito denodo, sacrifício e renúncias. Sinto no meu coração uma sensação muito boa. Comecei, efetivamente, a pesquisar em 1957, em São Leopoldo, quando do centenário da minha cidade, Canguçu. Iniciei a produzir, exatamente, em 1970, quando comecei a escrever no Recife. Então, de 1970 para hoje são trinta anos. Tenho quarenta e quatro títulos publicados e alguns inéditos, em artigos na mídia, em jornais e revistas; já passam de mil e pouca coisa agora me falta fazer. E o que fizer no futuro será lucro, pois penso já haver feito tudo o que sonhava. Falta completar minhas memórias, a serem retomadas a partir de 1955, quando cheguei a aspirante à Oficial do Exército, em São Leopoldo. Já dei o recado que planejava. É uma sensação boa! Se Deus me escalou para fazer esta tarefa acho que a fiz, superando todas as dificuldades, que não foram poucas. Pertencço a uma Força Armada, o Exército, que possui regras de hierarquia e de disciplina, onde nem tudo pode se dizer e tal. . . Às vezes, é muito difícil ascender, superar, mas consegui me impor dentro da Força como historiador sério e acatado. Muitas vezes, o Exército usou o meu hobby, História; fui coordenador do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, como já disse. Fiz lá uma obra da qual muito me orgulho. Um gaúcho, em Pernambuco, foi quem fez aquele Parque Histórico e lançou na inauguração o livro *As Batalhas dos Guararapes: análise e descrição militar*. Enfim, hoje esta obra minha foi a base para o então Presidente da República, Itamar Franco, e o Ministro Zenildo de Lucena baixarem, em um decreto, a consideração da Primeira Batalha dos Guararapes como o Dia do Exército. Depois, vim para o Estado Maior do Exército, onde pertenci à sua Comissão de História do Exército Brasileiro, como adjunto de seu presidente. Ela editou um livro, de três tomos, chamado *A História do Exército: perfil militar de um povo* e foi outra grande satisfação que tive. Fui o pioneiro na introdução dos audiovisuais de História no Exército, e hoje estão muito difundidos. Então, fizemos as histórias do Exército, da Artilharia e da Infantaria em audiovisual!

Em 1999, no trecentésimo quinquagésimo primeiro (351) ano da 1ª Batalha dos Guararapes, proferi palestra na SUDENE, em Recife, sobre as batalhas dos Guararapes. E, no dia seguinte, nos Montes Guararapes, formada toda a Guarnição das Forças Armadas, fomos distinguidos pelo Comandante Militar do Nordeste para hastear a Bandeira Nacional naquele local onde despertou o espírito do Exército e da nacionalidade por havermos sido há vinte e sete anos passados os pioneiros da ideia, ali vencedora, do Parque Histórico Nacional dos Guararapes! Para mim, gaúcho e soldado

do Exército e historiador militar, foi uma grande honra e reconhecimento do nosso incansável trabalho de historiador e, ali, com apoio em nossa obra, assistimos oficiais, generais e superiores reconstituindo a batalha e reproduzindo parte da mesma com o apoio de nosso citado livro, que colocamos na Internet como livro virtual, na época de aniversários das batalhas. Ali, trabalhei febrilmente!

Posteriormente, tive outras oportunidades. Fui instrutor da Escola Militar, Academia Militar das Agulhas Negras, onde estudei e me formei em 1955, e hoje a frequento como oficial reformado, onde sou recebido como se fosse um marechal. . . um general. . . Tudo em reconhecimento ao historiador e ao instrutor, cujos livros-textos de História, editados sob nossa orientação ou pessoalmente, em 1978, continuam em vigor. Isto me dá um conforto de utilidade social de minha vida, que lustra o meuego. A juventude militar, todos os anos, passa pela minha mão, com minhas aulas sobre a História da Academia Militar, e isso me deixa muito satisfeito. Parece que a Instituição viu que cumpri minha missão. Onde chego, sou recebido, com muito carinho, muito respeito, pela obra que fiz. O Forte de Copacabana, que hoje é um Museu do Exército, foi criado em uma Comissão que presidi. Tenho participado intensamente e o Exército tem aproveitado o meu hobby para diversas atuações. Agora mesmo, fui escolhido no Exército, na reforma, pelo senhor Ministro, para representar o Exército em um Simpósio comemorativo sobre a Guerra de Canudos; a guerra que, como se dizia na época, os revoltosos pareciam um chupa-cabras e quem eram humanos, que deveriam ser destruídos, segundo o consenso da sociedade civil da época. Esta, hoje, num complexo de culpa, em seu inconsciente coletivo, procurou um responsável e, então, apontava o Exército e as Polícias Militares como tal. Enfim, acharam que eu seria o homem capaz de ter argumentação e baixar a bola daquela temperatura altíssima, passional, demagógica e injusta. Constatei que a realidade em Canudos está pior do que antes, pois foi um sacrifício em vão, conforme publicou uma entrevista minha, em Gaúchos em Canudos, publicado na Zero Hora.

Sinto que demos muito e disto temos a sensação do dever cumprido e bem cumprido! Foram horas e horas de dedicação do meu lazer, mas deixo na minha esteira uma obra para a posteridade, uma obra séria de momentos de reflexão tão sérios quanto. Penso que ela vai ter utilidade, terá os seus defeitos, mas deixo um rastro referencial para quem vem atrás de mim. Um dia há de passar essa onda da sociedade de consumo. . . essa coisa de valorizar o que não tem valor, de esquecer os valores fundamentais, estruturais de um grupo humano e de uma sociedade que a História baliza profundamente.

Dentro das minhas pesquisas, é muito interessante sobre o Rio Grande do Sul, as características de Firmeza e de Doçura, que são uma peculiaridade sociológica do gaúcho brasileiro, bem diversa do gaúcho uruguaio, do gaúcho argentino, onde se cultuava, por razões que não vêm ao caso no momento, o processo da degola do adversário. Então, na Revolução Farroupilha, uma república de inspiração maçônica, existia esse valor de não desrespeitar o oponente em sua honra, família, patrimônio e vida. Os simbolistas farrapos colocaram no losango da bandeira, dois amores-perfeitos, simbolizando a Firmeza e a Doçura que, em lutas e combates, se definiriam assim: a Firmeza era lutar com toda a garra, valor e determinação; e a Doçura, após a vitória, ou respeito em relação à religião, à honra, à vida, à propriedade e à família do vencido. Quer dizer, eram características excelsas que o gaúcho praticou muito tempo em diversas situações da sua vida, em qualquer atividade possível, temperar uma liderança, com Firmeza e com Doçura. E a liderança gaúcha, dentro dessas condições, se impôs em todos os lugares aonde chegou, no território nacional. Essas virtudes foram

esquecidas, foram degoladas em 1893, 1895, naquela barbárie, naquela revolução em que mercenários platinos participaram de ambos os lados, mas, principalmente, do lado federalista. Então, isso foi cortado da bandeira gaúcha e o próprio Rio Grande do Sul não se deu conta e colocou duas estrelas, porque era difícil representar um amor-perfeito.

Sou defensor do resgate da Firmeza e da Doçura, características sociológicas excelsas do gaúcho brasileiro com as quais ele se distinguia. Era um homem capaz de lutar, lutar, lutar com o adversário, mas, na hora de vê-lo vencido, lembrava que era um ser humano. O Flores da Cunha foi um de tantos exemplos que nós temos; é uma das coisas que admiro! Sou, por outro lado, também, um semeador de Academias de História Militar. Criei a Academia Itajubense de História, onde estive há poucos dias; sou considerado o Presidente de Honra da Academia. Fundei a Academia Canguçuense de História, a Academia Resendense de História, a Academia Itatiaense de História, onde moro e onde sou Presidente emérito e acadêmico, e da Academia Resendense de História, em Resende que fundei e hoje sou Presidente emérito. Orientei o modelo e presidi a fundação da Academia Barramansense de História. Preferia a forma acadêmica de membros acadêmicos ou de cada cadeira ter um patrono, uma figura exponencial da sociedade local para que, com seu exemplo, emulasse as atuais e as futuras gerações, na construção do comunitário sadio. Assim, tenho sido um semeador de academias de História e, hoje, sou Presidente de Honra da de Itajubá e Presidente emérito das de Itatiaia e Resende. Na minha cidade, Canguçu, sempre apareço e sou o presidente, além de outro presidente em exercício. Se cada comunidade tivesse essa organização, seria uma boa maneira de resgatar a história comunitária, pois existem comunidades com histórias riquíssimas, mas que estão se perdendo por falta do historiador, por falta de uma instituição que faça um mínimo de preservação. Esta é outra obra a que me tenho dedicado com excelentes resultados.

E sobre as Faculdades de História, não sei o tipo de trabalho que fazem e se o trabalho tem consumo popular; essa é a grande preocupação! As igrejas com os padres Marcelo e pastores estão se aproximando do povo com modernas técnicas de comunicação social. Na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, tenho como público alvo a juventude que estuda nos sistemas de ensino do Exército e das Polícias Militares, fazendo com que participem de suas reuniões. Se as Faculdades de História vieram para substituir os Institutos e as Academias de História, penso que elas deixam o povo e a juventude numa orfandade, numa pobreza de conhecimento histórico popular básico. Não sei até que ponto culpar a mídia e o governo por esta omissão, que pensávamos que as faculdades de História ocupariam este espaço; e essa é a grande dúvida. Ou se culpo as instituições históricas, os historiadores, as Faculdades, por essa decadência da historiografia, do pouco consumo popular, de uma historiografia rarefeita, quase inexistente. Ela foi substituída por uma historiografia manipulada para os mais diversos fins e esse era o grande desafio que pensava que as Faculdades de História deveriam responder unidas com esses historiadores. Julgo que todos os historiadores têm o seu valor social, e respeito todos eles. Todo trabalho que me cai na mão, às vezes despretensioso, lá no meio encontro uma pérola que colho para fazer um trabalho melhor.

Penso que se deve encontrar um meio de unir faculdades, instituições históricas, governos, e mídia para, enfim, resgatar a História do Brasil em todos os seus níveis e utilizá-la para despertar a consciência da identidade e da perspectiva histórica dos brasileiros seriamente ameaçadas por culturas alienígenas com o fim de desconstruir a cultura histórica brasileira. Como esta não pode prosseguir, tenho mais

ligação com a Faculdade da USP, por coincidência ligo-me com alguns historiadores de lá. Mas, acho, que a produção historiográfica não é do conhecimento nem de especialistas fora dela. Ela produz em alto nível e fica ali aquela tese, com um ou dois exemplares. Mas penso que não possuem efeito multiplicado. Creio que se impõe uma reação neste sentido. O Exército está procurando essa ligação com as Faculdades e, de minha parte também, com a minha Academia, que é uma ONG. Nós estávamos procurando uma solução de trazer o possível interessado no assunto História Militar, nas faculdades de História aqui em Resende, para um curso de férias e tentar passar os fundamentos da História Militar do Brasil.

Mas foi criado um curso de História Militar na UNIRIO, cujos resultados para os civis e militares eu colocava dúvidas, pois tenho uma experiência neste sentido. Em 1972, o Estado Maior do Exército, organizou um curso de pesquisadores de História das Forças Terrestres Brasileira, recrutando em todo o Brasil professores de faculdades de História e de Biblioteconomia e lá ministrou um curso rápido. Os professores eram competentes, mas o resultado foi zero em termos de História Militar Terrestre do Brasil. Foi útil para a realização do Projeto Arquivos 1 do Projeto Rondon. Este, foi realizado por equipes de estudantes, liderados por monitores, em todo o Brasil, para realizar um levantamento de documentos em diversos lugares do Brasil. Foi uma análise que constatou e alertou para uma série de absurdos no trato de documentos históricos no Brasil. Mas todo aquele material coletado não foi aproveitado. Enfim, é esse o desafio que se tem que vencer. Pode ser que eu esteja dizendo e até admito alguma impropriedade, por desconhecimento do assunto. Mas, está havendo um divórcio preconceituoso da Faculdade de História com entidades históricas tradicionais. A História do Brasil existe e foi escrita quando não se dispunha de faculdades de História.

Tenho para mim, que o historiador é como o poeta, que não se forma em faculdades. Ou ele é ou não é; com o tempo vai se aperfeiçoando. Cumpriria à Faculdade de História dar-lhe melhores ferramentas de trabalho para render melhor.

Outra dificuldade muito grande pela qual passa a historiografia a entidades de História se impunham pelo rastro que deixaram de trabalhos publicados em suas revistas, bibliotecas e arquivos históricos que a armazenaram.

Este é o caso do debate oral que pouco interessa, não deixa rastro e é de pouco efeito multiplicador. Deve deixar rastros para a posteridade. E este é o caso do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ao qual pertencço e tenho uma produção bem apreciável lá. Sua revista vem de 1838! Ela vem produzindo de ano a ano, então deixa um rastro valioso. Mas, por outro lado, muitos institutos estaduais congêneres são nominais, não têm recursos para fazer uma revista e com reduzidíssimo número de sócios que não se renovam e que praticamente não existem. Promove uma conferência com muito pouco público, conferência muito bonita, mas sem deixar resultado para a posteridade.

O que estamos fazendo nesta Academia de História Militar Terrestre? Criei um informativo chamado O Guararapes, de seis ou mais folhas e ali vou difundindo a Academia. E para quem distribuo? Distribuo para pessoas e companheiros interessados no assunto e capazes de promover efeito multiplicador do conteúdo do informativo e, principalmente, para autoridades com responsabilidade de estado de promover a História Militar do Brasil, para eles terem a consciência de que estão se omitindo ou apoiando o que julgam uma atividade relevante. São artifícios de comunicação social. Já observei no meu jornal, diversas vezes que, pela falta de apoio da mídia, cada entidade está criando mini-jornais, boletins, enfim, divulgando o que acontece no seu âmbito. Sou correspondente de diversos institutos e tenho deles poucas notícias, a não ser do ofício que recebi, indicando que fui eleito.

As entidades de História têm que arrumar uma forma de comunicação permanente com seus sócios, dizendo o que é o que está acontecendo, quais são os objetivos. Pois, por alto preço da impressão e por falta de apoio dos governos, hoje, os institutos não possuem revistas, salvo honrosas exceções, o que era a coisa mais importante, pois é o rastro da instituição que elas registraram. Existe uma coisa muito interessante relacionada com o Rio Grande do Sul, que vou contar. Existiu um professor, José Planella, meu professor na segunda série do Ginásio Gonzaga, em Pelotas; ali nos encontramos. Passaram-se os anos e ele vai ser professor de História na PUC. . . Num belo dia, recebo dele um índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pedindo que eu fosse o intermediário e entregasse para o Instituto. Foi uma surpresa! Nós nos encontramos, eu, aluno e ele, professor e os dois, agora, na historiografia! Seu trabalho serviu para o número 400 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que publica um índice dos artigos na revista desde 1838. No mesmo Ginásio Gonzaga, o professor irmão Benildo Amadeu, hoje Jacob Parmagnani, foi quem me estimulou a escrever uma redação. Hoje, também é um historiador da Ordem dos Lassalistas. Mas o trabalho feito pelo professor Planella foi considerado o melhor índice da Revista do Instituto. Hoje, está todo destripado de tanta cópia que os pesquisadores tiraram. . . Vejam um exemplo de contribuição positiva de uma Faculdade para uma Instituição histórica, a maior Instituição ou a mais antiga do Brasil que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro! Essa cooperação é importante que se faça. Seria fundamental o Rio Grande, por exemplo, fazer promoções como aquela comemorativa do Biênio da Imigração e da Colonização. Foi um evento cultural sensacional que resgatou concursos sobre os italianos, alemães, negros, franceses, e a memória de suas contribuições ao Rio Grande. As Faculdades deveriam promover outros eventos assim e, mais do que promover, não ficar na falação e, sim, registrar, fazer os seus Anais. Tenho um exemplo objetivo. Coordenei no Vale do Paraíba, como um dos vice-presidentes do Instituto de Estudos do Vale Paraibano, que estuda história, enfim, tudo sobre o Vale do Paraíba e apoiado em Universidades. Coordenei, neste simpósio, com o apoio do Exército, das Faculdades, o tema A Presença Militar no Vale do Paraíba; deu um volume enorme de quinhentas páginas! Era impossível publicar, não teria dinheiro para financiar. . . Então, cada interessado, financiou. . . Organizamos, indexamos e encadernamos. Foram uns trinta e cinco exemplares, e cada um financiou o seu. A Academia financiou para uma autoridade, e cumpriu com o objetivo. Precisa-se de mais criatividade; não querer fazer dois mil livros de um assunto que vai interessar cinquenta pessoas, trinta e cinco ou dez Faculdades. . . Distribuimos o material com a comunicação original de cada comunicador, com suas diferenças, erros que correm por conta dele. Assim, preservamos todo o documentário ou tudo que se disse nesse Simpósio sobre a presença militar do Vale do Paraíba. A História do meu município Canguçu: reencontro com a História foi uma história assim. . . enorme. . . Foram anos e anos de pesquisa. Dariam dois volumes grossos mas seria impossível, por exemplo, o IEL publicar através do Barbosa Lessa, que é meu primo e que foi quem prefaciou o livro. O que fiz? Uma redução, uma condensação. Tirei as notas, mas as deixei referenciadas no livro e distribuí dez cópias completas, encadernadas, bonitinhas da pesquisa original. E, no livro em si, dizia onde se encontravam as cópias do original para quem quisesse mais informações.

É preciso criatividade para romper esse isolamento, essa falta de apoio editorial para livros, revistas e também da mídia. Penso que cada instituição histórica, cada faculdade deve criar os seus processos de comunicação com seus possíveis

interessados pesquisadores. Imagino que a situação das Faculdades não seja fácil, como não é a das instituições. Mas alguma coisa precisa ser feita.

Também fui diretor do Arquivo Histórico do Exército, durante cinco anos, onde realizei um trabalho do qual muito me orgulho, relativo à preservação das fontes de História do Exército, sua racionalização e sistematização. Fui o diretor cultural do Clube Militar e diretor da sua Revista, no Centenário desta entidade há treze anos, em 1987. Foi uma entidade que tem alguma ligação com a História do Rio Grande do Sul, porque a Questão Militar que culminou com a criação do Clube Militar teve os seus momentos maiores, aí em Porto Alegre e na Guarnição do Rio Pardo. Lideranças gaúchas acompanharam o Marechal Deodoro e Sena Madureira e tiveram uma influência muito grande na criação do Clube Militar; inclusive, o Visconde de Pelotas, o Marechal Câmara, que foi uma das figuras expressivas e que pertenceu à Comissão de Imprensa, vital à criação do Clube Militar. Aqui onde resido, Resende, Itatiaia, também é uma comunidade de marcada influência gaúcha. Aqui no princípio do século, mais precisamente por 1799, foi onde se fixou Domingos Gomes Jardim, um tenente das lutas no Sul. Foi um grande tropeiro que aqui se radicou e deixou família muito influente, ainda hoje, e ligada aos principais eventos da região Um filho do Domingos, Davi participou da Guarda de Honra do Imperador, em 1822. O seu cunhado era o padre Escobar, de Vacaria. Ele fundou aqui a primeira agência do Correio. Vieram também os Barreto, de Triunfo. Dessa família surgiu os Mena Barreto. Os Barreto tiveram aqui e em São Paulo uma influência muito grande. Foram os que desenvolveram o café Bourbon, nas suas fazendas, em Resende. Um neto desse gaúcho que aqui veio, Dr. Luiz Pereira Barreto, é considerado o maior resendense. Foi grande filósofo positivista e quem introduziu o café Bourbon em São Paulo, que fez a riqueza paulista. Resende está muito ligada ao tropeirismo, o tropeirismo na época do café. A plantação de café começou aqui e eram necessárias muitas mulas e esses tropeiros gaúchos vinham, vendiam as mulas e aqui ficavam; tinham uma grande influência! Um Gomes era ligado à Santa Casa local, que seguiu o modelo da Santa Casa de Porto Alegre. . .

Em Resende, na Revolução de 1930, ocorreu um fato muito interessante. Havia um Contreras, major Contreras, um gaúcho de Bagé que se estabeleceu aqui com fazenda no interior, justamente a dos Pereira Barreto, Monte Alegre, que passou para as mãos dele. Ele liderou com seus peões gaúchos, durante a Revolução de 1930, aqui nesta região. Fez diversos raids ligando Resende com Minas Gerais. Ao final, vitoriosa a Revolução, quiseram repetir aquele feito de amarrar os cavalos num obelisco em Resende, como o fizeram na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Quiseram, então, amarrar os cavalos no obelisco em homenagem ao doutor Botelho, que era um dos líderes da República Velha.

Tenho muita ligação com São Leopoldo, onde está a Universidade dos Sinos. Vivi em função de São Leopoldo de 1955 até 1966, durante onze anos, quando fui para a Escola de Estado Maior do Exército. A minha primeira missão, como oficial, foi servir na Companhia de Comunicações, que fica perto da Unisinos. Casei na família Stumpf; minha esposa é Yolanda Mohr Stumpf. Possuo três filhos gaúchos, dois nascidos em Bento Gonçalves, que são hoje oficiais Capitães de Fragata da Marinha e Guerra, e o menor, que nasceu em Cachoeira, Antônio Augusto, em homenagem, por sinal, a Borges de Medeiros, que morreu naquele ano, foi oficial de máquinas da FRONAPE da Petrobrás. Hoje, trabalha no Controle de Qualidade da Peugeot, em Resende. Vivi muito em São Leopoldo, casei na igreja ao lado da Unisinos, namorei na pracinha defronte à igreja de São Leopoldo e muito pesquei no Rio dos Sinos. É local de onde tenho muitas boas lembranças sentimentais. Ali vivi cerca de dez anos, até me desligar para vir para o

Estado Maior. . . e, mesmo depois, até que meus sogros, Heitor Stumpf e Elza Mohr Stumpf, se mudaram para Brasília, em 1972.

Queria retificar a minha idade, são 69 anos, e também que as Academias que fundei são de História e não Militares. A única Militar é a Academia de História Militar Terrestre do Brasil. É isso, com o coração aberto, descontraído, disse o meu pensamento que, talvez contenha algumas heresias, mas, enfim, fica o que penso sinceramente. Se estiver errado, estou pronto a reconhecer, desde que alguém me explique que essa situação caótica da historiografia é um fenômeno dos tempos e generalizado; e que isso é certo, que a História já morreu. No mais, agradeço a oportunidade.

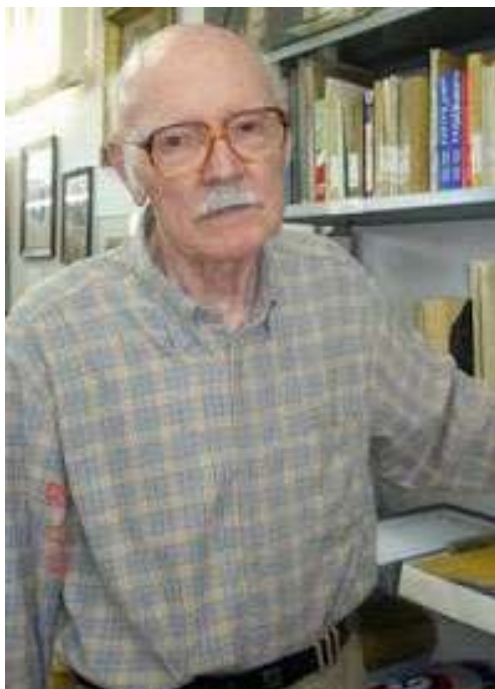
Estou enviando, em anexo, meu currículo vitae cultural sintético e o completo pode ser acessado no site da Academia de História Militar Terrestre bem como minha bibliografia. Minha bibliografia está na Internet. Nela constam as minhas atividades culturais, uma relação dos livros publicados, os inéditos e os dos livros que prefaciei. No Dicionário Bibliográfico Gaúcho, de Pedro Villas Bôas, consta parte da minha obra. Aliás, ele é um autor importante, pelos instrumentos de trabalho que tem elaborado sobre o Rio Grande do Sul. Faleceu faz pouco.

Em tempo: da entrevista até agora, o tempo correu. Hoje possui um site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, acima referido, que publica nosso informativo O Guararapes, livros virtuais, etc. , onde ressalto o interesse geral do meu trabalho, como Moedas de Honra, sobre condecorações brasileiras. É o mais completo trabalho sobre o assunto. A nossa Academia de História Militar é considerada a pioneira entre as instituições dedicadas à História do Brasil a usar a Internet e é um campo econômico! Coloco um livro e o retiro à vontade da Internet. É um campo promissor para a divulgação de trabalhos a baixo custo.

No mais, espero que esta entrevista, que tanto trabalho me deu em copidesque **sirva à cultura gaúcha**".

Itatiaia/Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2000.

TELMO LAURO MÜLLER



A) Dados Biográficos

Nasceu em 17 de setembro de 1926, na localidade de Lomba Grande, atualmente bairro da cidade de Novo Hamburgo e faleceu em 9 de janeiro de 2012, em São Leopoldo.

Historiador, museólogo, escritor e professor, foi apaixonado pelo estudo da colonização alemã no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Telmo Müller era considerado uma das principais referências sobre a colonização alemã.

Formou-se em Filosofia, Ciências e Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1951, sendo licenciado como Museólogo e Historiógrafo. Foi professor em várias instituições, entre elas o Colégio Sinodal e o Instituto Rio Branco, ambos em São Leopoldo.

Idealizou e fundou o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, inaugurado em 20 de setembro de 1959, com o historiador Germano Möehlecke e outros. Telmo Lauro Müller foi diretor do Museu ao longo de quarenta e oito anos, até 2007. Igualmente dirigiu o Instituto Histórico de São Leopoldo.

É autor de mais de vinte livros e artigos sobre a imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul e organizador de simpósios sobre esta temática.

Recebeu honrarias no Brasil e no exterior. Em 1996, foi homenageado com a Medalha Negrinho do Pastoreio, concedida pelo Governo do Estado, entre outras condecorações recebidas pelos serviços prestados à História e à cultura.

B) Seleção Bibliográfica

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã: histórias e memórias*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1979.

MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1980.

MÜLLER, Telmo Lauro. *A primeira Lei Orgânica de São Leopoldo, 1892*. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1980.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã: imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981.

MÜLLER, Telmo Lauro. Colônia Alemã: 160 anos de história. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MÜLLER, Telmo Lauro. Sociedade Ginástica: cem anos de história. São Leopoldo: Rotermond, 1986.

MÜLLER, Telmo Lauro. O “**Popularium Sul-Rio-Grandense**” de Apolinário Porto Alegre e as palavras de uso corrente em uma Colônia Alemã. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 4., 1987. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 1987.

MÜLLER, Telmo Lauro. Herança de geração em geração. São Leopoldo: Rotermond, 1988.

MÜLLER, Telmo Lauro. Lindolfo Collor: fruto da Imigração Alemã. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL, 9., 1990. Anais... São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1990.

MÜLLER, Telmo Lauro. Amor ao próximo: história da casa da matriz de diaconisas da IECLB. São Leopoldo: Rotermond, 1990.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Real Feitoria do Linho-Cânhamo e sua decadência. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL, 9., 1990. Anais... São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1990.

MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

C) Depoimento

“Quero começar meu depoimento dizendo que me sinto honrado de ter sido procurado para uma entrevista, que julgo de muita importância e que se faz na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Gostaria de conhecer aqueles que um dia vão trabalhar com esse material da minha história pessoal. Sempre achei que isso ajuda a dar embasamento, dizer às pessoas quem é o entrevistado e porque ele tem uma ou outra ideia com a qual podemos concordar, ou não. A pergunta que me toca no início é: qual o motivo que o levou a se dedicar à pesquisa no campo da imigração, no caso, teuto-brasileira. Respondo:

Sou descendente de imigrantes alemães em quinta geração. O meu trisavô Johann Peter Müller chegou a São Leopoldo, em 16 de dezembro de 1827. Portanto, no ano desta entrevista completam-se 170 anos da presença da minha família Müller no Rio Grande do Sul. Todos os meus antepassados viveram essencialmente na colônia alemã, que teve momentos grandiosos não só pela dedicação ao trabalho, porque os coitados foram jogados aí no mato, sem amparo nenhum.

Lembro das festas de igrejas, lá na colônia onde nasci, em Lomba Grande, na época distrito de São Leopoldo. Igualmente, lembro-me das festas do kerb, que é a festa da dedicação do templo, seja católico, seja evangélico. Lembro das músicas que nós costumamos chamar de bandinha e que mexia com o colono, que passava semanas e semanas num trabalho extremamente duro. Lembro de tudo isto, porque tenho dentro dos meus ossos, dentro do meu sangue, esse exemplo que os imigrantes deram para nós todos. Tradições muito bonitas! Nada supera uma árvore de natal enfeitada, que foram eles que introduziram! E qual é a criança que não vibra com um ninho de Páscoa e ovinhos coloridos? Tudo isso mexeu comigo e deve ser considerado fator para que me dedique à história da imigração teuto-brasileira. Outros, seja de que origem forem, se dedicarão a outras etnias mas, no meu caso, não tive nenhuma dúvida de que a dedicação ao imigrante teuto seria o caminho no qual eu poderia me realizar. Isso é importante saber porque quero falar, exatamente, da história dessa gente.

Por que me tornei professor de História? Isso também tem algo a ver. Quis ser duas coisas na vida: militar, mas não consegui entrar na Escola de Cadetes, em Porto Alegre, porque tinha uns meses de idade a mais do que o limite, com isso, o Exército Brasileiro perdeu um grandioso general! . . . Depois, quis ser advogado, mas o que está lá dentro ninguém apaga. O magistério mexeu comigo e tinha na História e na Geografia as minhas disciplinas prediletas, durante meu tempo de ginásio e em todo o colegial! E, por isso, entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de História e de Geografia. E, como todo historiador, a gente sempre pensa em escrever a História do Brasil em vinte e cinco grandes e belos volumes, contando tudo aquilo que todo mundo já contou, mas me dei conta que é preciso setorizar. Não adianta escrever mais vinte volumes de História do Brasil, porque então se fica nas generalidades e as coisas específicas não são abordadas devidamente.

Em 1959, participei do Congresso Brasileiro de Folclore, em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizado e liderado pelo professor Dante de Laytano, que fora meu mestre na Universidade. Durante os três dias desse Congresso, não houve um único trabalho sobre a presença do elemento teuto-brasileiro. Saí de lá convicto de que tinha que se fazer alguma coisa, porque não era possível que não tivesse alguma menção à sua presença na História, na cultura e no folclore do Rio Grande do Sul! Foi a partir dali que fiz um movimento para que se fundasse um Museu da Imigração Alemã, que se guardassem objetos e documentos e, no dia 20 de setembro de 1959, nascia o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, do qual sou diretor. Com isso, quero deixar uma panorâmica de quem sou, de onde vim e porque estou me dedicando à imigração alemã.

Como vejo o clima dominante entre os pesquisadores da história sul-riograndense? Parece uma beleza! Tudo é um conjunto, mas sempre sinto que cada um está puxando para o seu lado. Parece que os que estão desenvolvendo a história portuguesa, lusa ou gauchesca, como quisermos chamar, formam um grupo à parte e estanque. Os italianos me dão esta impressão e, certamente, nós também damos a mesma impressão. Então, esse clima não é de animosidade, não é inamistoso, mas acho que falta uma convergência nisso tudo. Por exemplo, nós realizamos de dois em dois anos, em São Leopoldo, o Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã. Agora tiramos a palavra alemã para ficar apenas História e Colonização, porque queremos abranger outras etnias. Mesmo oferecendo espaço a eventuais interessados e Faculdades, não encontramos ressonância mas, de repente, se vê que lá em Bagé vai acontecer algo, em Pelotas também, assim como em outros lugares. Penso que o clima é caracterizado por uma falta de encontro mais significativo, mais profundo entre os

diversos grupos e pesquisadores das várias etnias. Penso que não se pode fazer o estudo de uma etnia isoladamente, especialmente a portuguesa ou açoriana ou de gaúchos, ou dos alemães ou teutos. É tão íntima a relação entre todos, desde palavras que foram de um lado para o outro, de elementos culinários também. Na história do gaúcho em sua sela há uma parte chamada serigote que Aurélio Porto diz que vem do alemão *sehr gut*, porque as selas feitas na colônia alemã do Vale dos Sinos, pelos areeiros, se assim quisermos dizer, ou pelos trabalhadores do setor coureiro-calçadista, na época, não tinha este nome. . . Os portugueses aceitavam que era *sehr gut* isto é, muito bom, e do *sehr gut* passou para serigote. Existem, então, essas inter-relações mas, nem sempre, isso fica muito claro. Às vezes, até penso que há, assim, certa delicadeza de afirmações, que um não quer ofender o outro, como se a História estivesse aí para ofender. A História está para registrar, mas, entre os pesquisadores, penso que sempre há grande companheirismo.

As relações entre os componentes do Instituto Histórico de São Leopoldo, por exemplo, onde estão representadas várias etnias, onde os interesses são variados, não há nenhum sintoma de animosidade. O mesmo noto no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual sou membro. As relações pessoais são muito boas. Mas, no momento em que se devesse dizer o que se está fazendo, parece que aí, um tem um pouco de receio de dizer ao outro o que está pesquisando ou, então, às vezes, quem sabe até de uma reserva de documentação para não dar a público, elementos que alguém queira ainda utilizar em algum livro. Às vezes se tem essa sensação entre as pessoas. . .

Sobre os motivos que me levaram a me interessar pela pesquisa histórica, em especial a sulina? Aí preciso voltar à Universidade. As nossas universidades, no meu entender. . . Não sou professor universitário, não tenho competência, logo não quero julgar, mas vou dizer o que aconteceu comigo nesta Universidade. Fiz o curso de História e de Geografia, durante quatro anos, e apenas duas visitas em Porto Alegre, em locais de pesquisa. Uma, ao Arquivo Público e a outra à estação meteorológica da UFRGS. A primeira, com o professor Dante, que dava História do Brasil e queria nos colocar em contato com documentação; e a segunda, com o professor Paranhos, que dava Geografia Física e queria nos informar sobre meteorologia. Não fui levado a Canguçu, nem a Piratini, no entanto, nós falamos muitas vezes sobre a Revolução Farroupilha. Não fui levado a Viamão para sentir uma colônia portuguesa. Fomos, por acaso, a Dois Irmãos, porque estava em Porto Alegre um professor francês Monsieur Pierre Gourou, que queria conhecer a colônia alemã e, como o professor Paranhos era o responsável pela disciplina de Geografia Humana e o professor francês Jean Roche era de Geografia Física, os dois levaram o Monsieur Gourou a Dois Irmãos e também os alunos de Geografia. Sobre esta visita do professor francês Pierre Gourou, que demonstrou desejo de conhecer a área colonial alemã e visitou Dois Irmãos, quem deverá ter conhecimento é a Universidade porque ele participou dela fazendo palestras. Lourenço Mário Prunes, que era o professor de Geografia Humana, no meu tempo, foi quem o acompanhou e mais o professor francês Jean Roche. Na época, eu era estudante, entrei na UFRGS em 1º de março de 1948 e saí em dezembro de 1951; foi por aí. . . Ele veio especialmente para conhecer a colônia alemã, mas faz tantos anos essa visita, que não tenho mais lembrança de algum detalhe que pudesse colocar. Acredito terem ficado registros. Era secretário da Faculdade de Filosofia, Lothar Hessel; ele poderá ter informações.

Não conheço nada do Brasil através da Universidade. Penso que se estuda muito de maneira livresca. Os alunos vão lá, estudam, fazem suas sabatinas, seus exames, são

aprovados, vão embora e, depois, eles têm que achar seu caminho por seus próprios pés. A Universidade não abriu em mim esse grande desejo da pesquisa histórica; isso estava comigo pela minha origem como disse no começo da entrevista. E, à medida que fui avançando no magistério, pois, durante oito anos lecionei no Curso Primário, senti como as crianças estavam longe de conhecimentos e os adolescentes mais ainda. Tomei a decisão de me aprofundar na tradição teuto-brasileira, para que ela não se perdesse e, com isso, dei respostas a perguntas que levantava.

O que me levou a me interessar e por que a história sulina sobre os alemães? Porque o que conheço de Santa Catarina devo a mim mesmo. Conheci quando fui visitar amigos; estive duas vezes em São Paulo a convite da Secretaria de Cultura do Estado; estive em Ouro Preto às minhas expensas num Congresso de Museus. Do restante, não conheço sequer a ponte que Nassau construiu no Rio Capibaribe. Não tenho condições de ir e a minha Universidade não me oportunizou isso. Não estou xingando, nem criticando, estou apenas pondo o meu coração na entrevista.

E disso nós passamos à questão: quais os assuntos que mais interessaram? Ora, se lembro que a criança gosta de cuca e que a cuca é uma tradição alemã que vem da palavra kuchen, um pão especial de uma massa muito fofa, coberta com açúcar misturado com manteiga e que é a alegria das crianças, só que as crianças acham que quem inventou foi a padaria da esquina. . . Se eu lembro que todos nós adoramos uma schmier de moranguinho e até dizemos schmier e ninguém nos disse, estou generalizando, que schmier é uma palavra alemã que o português não conseguiu traduzir como ele traduziu kuchen e que os muitos tipos de schmier que nós temos, se deve à variedade de frutas que o imigrante alemão encontrou aqui. A mulher colona alemã deve ter enlouquecido quando viu o que temos de variedade de frutas, porque a Alemanha, como país frio, não tem tantas frutas como um país tropical. Schmier, provavelmente, uma fábrica tentou mudar essa palavra para Pasta de Frutas, mas não pegou; pasta é de dente. Então, achei que era hora de valorizar esses elementos. Eles não poderiam desaparecer porque pus na minha cabeça que, se nós não cuidarmos das nossas raízes, sejam ela quais forem, açorianas, judaicas, alemãs, italianas, polonesas, japonesas, enfim, todos que ajudaram a fazer o Rio Grande do Sul, todas elas vão se perder. Nós, em breve, seremos uma grande mistura, sem cor, sem nada, porque, justamente, entendo, uma casa só é uma casa bem construída se os seus alicerces forem bons e os alicerces são exatamente esses grupos humanos que fizeram o Rio Grande do Sul. Esquecê-los, menosprezá-los, seria fatal para a nossa história. Mas, quando penso que em Porto Alegre uma criança, um adolescente, ou quem seja, mora na Rua Alberto Bins e não sabe que Bins é um descendente de imigrantes alemães, ou se mora na rua, digamos Livramento e não sabe que assim é chamada pela importância que o português teve nesta região, estou, mais uma vez, mostrando que a escola falha neste esclarecimento. Nós nos preocupamos com o peixe-boi, do Amazonas, sabemos muita coisa sobre o peixe-boi e não sabemos que os lambaris do Rio Guaíba, do Rio dos Sinos, do Rio Gravataí estão morrendo envenenados. . .

Como o senhor vê o seu método de trabalho, pergunta a minha. Vou ter que ser muito sincero: nem sei se tenho um método! Fiquei tão apavorado com aquela história do Congresso Brasileiro de Folclore, que me propus juntar o que era possível juntar; não pensei em método, não pensei em nada, só em juntar e juntar antes que se perdesse! E aí preciso dizer que há um fator que também muito me marcou: foi a Segunda Guerra Mundial. Chamar-se Müller, como no meu caso, ou Feldmann, ou Neis, ou qualquer outro nome alemão, na época, era sinônimo de mau brasileiro, provavelmente ainda nazista e essas coisas loucas todas aconteceram. . . Não vou agora examinar a posição e

o efeito da ditadura de Getúlio Vargas. Sobre isso existe um livro especialmente publicado pela Unisinos, resultado de um simpósio nosso de História, onde esse assunto está inteiramente esclarecido. O que quero dizer é que o efeito da Segunda Guerra foi terrível nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul! O que aconteceu na colônia italiana eles deverão contar. Todo sobrenome alemão levantava alguma suspeita, e até a língua foi proibida! Preciso esclarecer que o governo trouxe os alemães, mas não se preocupou muito com a língua que eles falavam, tanto que não lhes deu escolas e eles fizeram suas próprias escolas na língua que conheciam, o alemão. Assim, através da língua materna, a cultura, as tradições foram se conservando. De repente, tudo isso não servia mais; de repente, tudo isso era perigoso e cortou-se, da noite para o dia, uma longa tradição. Uma geração inteira desaprendeu a língua, com isso, o Brasil perdeu, porque seria melhor que todo brasileiro soubesse mais de uma língua. Mas a polícia bateu em casas de pessoas de origem alemã ou de descendência alemã ou mesmo alemães recém-chegados, recolheu aparelhos de rádio, porque suspeitava que escutavam notícias da Alemanha; recolheu Bíblias porque estavam escritas em alemão; recolheu outros livros como os famosos Kalender do Rio Grande do Sul, que são uma maravilha como documento histórico de sua época, assim como o católico, Familienfreund, como o evangélico Rotermondkalende. Ambos são documentos inigualáveis, mas tudo isso era suspeito.

É tradição alemã os bordados de panos de parede, para serem distribuídos pela casa. O Museu tem vários deles em seu acervo e não apenas da zona de São Leopoldo. Um destes panos, de Santa Cruz do Sul, foi doação de uma professora que o bordou na sua juventude. Outro bordado, escrito em alemão, em letra gótica é uma cena tipicamente gaúcha e está escrito: Wenn Du im Herzen Frieden Du hast, wird Dir die Hütte zum Palast, isto é, se tu tiveres um coração em paz, a tua choupana é um palácio. É um pano de parede que remonta ao tempo da Segunda Guerra Mundial, quando aquela integração natural estava se processando. Acredito que isso teria vindo automaticamente, não precisaria ter sido feita a nacionalização maluca como foi. Outro pano estava exposto em uma sala de visitas: Des Hauses Zier ist Reinlichkeit –Uma casa precisa ser limpa. Ele caracteriza a casa alemã, Reinlichei, a limpeza. As casas dos nossos colonos eram lambidas, duas a três vezes por ano, quando se fazia uma faxina geral nela, especialmente na época do Kerb, que era a grande festa da colônia e, também, na época do Natal. Estes, eram panos para sala de visitas.

Os panos de parede tão bonitos da colônia alemã, bordados pelas noivas, antes do casamento, com desenhos bonitos, com frases bonitas, esses panos estavam espalhados pelas peças da casa: na cozinha, na sala de jantar, no dormitório, na sala de visitas; em cada um havia um ditado, uma frase, de acordo com o lugar onde o pano estava. Na cozinha, por exemplo: O amor passa pelo estômago. Na sala de refeições, o pão nosso de cada dia nos dai hoje. Na sala de visitas, Deus ajuda a quem madruga. Naturalmente, em alemão. Mas isso tornou-se um sinal de falta de brasilidade ou não sei do quê?! Os panos foram recolhidos ou as pessoas os destruíram para não serem acusadas de alguma coisa. Bíblias foram queimadas, outras enterradas. Com os livros em alemão, as pessoas faziam caixas e enterravam no quintal. Depois o velho avô morria e ninguém mais sabia onde estavam os livros e lá apodreceram. Por isso, achei que estava na hora de se fazer um Museu que estaria acima dessas miudezas, porque iria preservar aspectos culturais. Era essa minha maior preocupação. Não usei nenhum método, me atirei ao trabalho e juntei. . . e juntei. . . e juntei. . . e, hoje, as pessoas que visitam o Museu dizem: puxa! Que bom que este Museu existe! Na minha opinião, 75% do que está no Museu teria ido fora, se ele não existisse.

Utilizavam vários pontos de bordado para os panos de parede. Um deles, usando o Ponto Cruz, traz: Auch in dunkler Nacht Gottes Auge wacht. Traduzindo: também durante a noite escura, Deus sempre está atento conosco. Ou O olho de Deus cuida de nós. Este era um pano de parede de dormitório, porque está escrito algo mais íntimo. Um outro mostra a simplicidade da mulher da nossa colônia, ele pode ter sido feito por alguém com mãos calejadas, onde a agulha foi difícil de ser manejada, mas é um documento: Trautes Heim ist Glück allein. Isto é; uma casa só é feliz quando ela tem amor dentro dela. Ainda outro tem a seguinte frase bordada: Hoch in den Sternen steht es geschrieben: Du sollst glauben, hoffen, lieben. Ou seja: No alto das estrelas está escrito que tu deves crer, esperar, amar. Isso também mostra, novamente, a orientação religiosa muito forte em nossa colônia e a simplicidade desse bordado encantador! Acho que com esse material, um artista plástico deveria vibrar, mas não sou artista plástico, vivo por causa da história que está atrás disso. . . As pessoas trazem os panos e dizem: olha estava na gaveta da minha avó. . . da minha mãe. . .

As bandeiras de clubes antigos, escritas em alemão, sociedade disso ou daquilo, algumas se salvaram como a da Sociedade Ginástica de Lomba Grande, porque a minha avó dormiu anos em cima dela, porque estava embaixo do colchão. . . Outra é a da Sociedade de Tiro, de Ivoti; busquei quase no meio do lixo, lá na Sociedade. Então, acho que esses objetos foram recolhidos e não tinha nenhuma técnica de como conservar panos ou como evitar traças. A minha técnica de trabalho, o meu método era buscar e salvar e salvar. . . Hoje, a nossa Biblioteca está bem organizada, e até está sendo reorganizada. A Unisinos, através de um convênio, tem aqui seis ou sete estagiárias que estão passando o material para o computador. Isso já nem é mérito meu, porque nem sei fazer este trabalho; elas é que fazem, e eu só supervisiono. No princípio, foi um trabalho solitário. Acredito que, muitas vezes, o pessoal diz: mas por que tu cuidas dessas coisas velhas? Mas se não fossem os velhos, como é que teríamos os novos?

Veja-se, por exemplo, o púlpito da igreja matriz de São Leopoldo, uma peça de artesanato em madeira, inigualável, no melhor estilo gótico, feita por dois imigrantes alemães! Quando a Igreja foi reformada, o padre da época, o vigário, acho que um santo ou um anjinho sentou no ombro dele e disse: pergunta ao Telmo se ele não quer esse púlpito? Porque ele tirou o púlpito, pois fariam um novo de concreto ou de tijolo, ou não sei do quê. . . O Museu já existia, recolheu o púlpito e hoje digo com toda a sinceridade, é a peça de luxo do Museu!

Não tive auxiliares, praticamente todo esse material recolhido, tudo isso, fiz sozinho durante anos e anos. . . O que se juntou, foi feito para que o futuro tivesse onde se espelhar. Se hoje vejo, que, no Museu, tem doze mil fotografias, sendo pelo menos quatro ou cinco mil da atualidade, então estou pensando: o que dirão os pesquisadores que virão daqui a cinquenta anos no Museu?! Sei o que eles vão dizer: que bom que existiu um maluco que guardou isso tudo. E me sinto honrado, e estou emocionado agora quando falo; me sinto honrado com esse adjetivo! Porque não quero que daqui a cinquenta anos as gerações não saibam de onde vieram. Certo dia, estive no Museu um homem muito importante da História, da Renânia, da Alemanha, mais especificamente da zona do Hunsrück, de onde vieram os imigrantes alemães do Vale dos Sinos e de outras regiões do Estado. Olhando tudo isso disse: quem não sabe da onde veio, não sabe quem é e não sabe para onde vai. Nunca mais esqueci e já usei várias vezes essa frase dita por um alemão e eles devem saber porque já passaram por muitas dificuldades. Alguém poderia visitar o Museu e querer saber se ele está rigorosamente dentro dos princípios da museologia; nesse caso não precisa vir olhar porque não está! E não está por uma razão muito simples: durante vinte e seis anos estive sozinho no Museu, fui o único

empregado; havia apenas um porteiro. A minha função era juntar, limpar, expor, sem grandes estudos, sem nada. Depois, conseguimos uma funcionária, aí melhorou sensivelmente, e hoje temos mais duas. A situação está melhorando muito! Mas, o meu princípio era guardar antes que se perdesse, mais do que foi perdido pelas razões que disse anteriormente. E, por isso, explico o que fiz com os papéis. Como o Museu não tinha dinheiro para comprar caixas próprias para arquivo, como existem nas livrarias, ou mandar fazer caixas metálicas – como existe no Arquivo Histórico do Estado –, busquei em lojas de fazenda e de confecções de São Leopoldo, caixas de papelão; devo ter mais de quatrocentas delas entulhadas de fotografias e de documentos. E lá diz: Fotografias: ruas e praças São Leopoldo; Municípios do Rio Grande do Sul; Porto Alegre; Igreja de São Leopoldo; Escolas. Elas estão divididas por grandes assuntos. O importante era guardar. Daí preciso dizer que nós recebemos documentos do Arquivo da Prefeitura Municipal, que não tinha condições de atender pesquisadores; doaram tudo para nós. E aí se constata coisas trágicas. Dos livros de atas da Câmara Municipal do século passado, instalada em 24 de julho de 1846, faltam três; ninguém na prefeitura sabe onde foram parar. Depois descobrimos que um cidadão ligado à pesquisa, que escreveu uma monografia sobre um município do interior, havia se interessado em publicar uma monografia sobre São Leopoldo e pediu ao prefeito livros emprestados. O prefeito não quis emprestar, mas ele disse: como é que eu vou fazer então? Ele emprestou esses livros que nunca mais voltaram! Quando li no jornal que ele havia morrido em Porto Alegre, para onde tinham se mudado, corri atrás, aí um filho me disse: olha isso tudo foi parar com o bibliófilo fulano de tal; nós vendemos para ele. Isso acontece também na história dos nossos dias. As pessoas levam e não devolvem.

Sempre ouvi dizer que não devia emprestar nada para o historiador, porque ele leva e não devolve. Estou falando de mim mesmo; quer dizer, é a fama que temos. Hoje, o meu método de trabalho é simples: quer pesquisar? Senta aqui do meu lado e pesquisa. E o pessoal fica desesperado porque tem que vir várias vezes, mas não posso emprestar. Aprendi isso na minha vida de profissional; mesmo sem diploma, se não for assim, não funciona. Alguém pode, por um simples gesto, e nem digo por má vontade, pôr por terra todo um trabalho que levou anos para ser organizado. Se alguém tirar uma página dos livros de ata da Câmara Municipal de São Leopoldo do século passado, tirar uma página que lhe interessa, o livro praticamente perde o seu valor, porque perde o encadeamento das coisas! O que é que determinado grupo pensou de um determinado assunto, nunca mais poderá ser considerado, pois alguém levou a página; e isso foi o que me marcou desde o começo. Poderia ter ficado com muita coisa para mim, porque o pessoal dizia: se tu quiseres, guarda para ti. Mas não quero para mim, porque ninguém vai à minha casa pesquisar, porque não sabe o que tenho! Todo mundo vai aos arquivos, por isso, o arquivo é que precisa ser bem sortido, ter tudo que é capaz de ter, para que num futuro se possa recompor a História!

Em termos de Rio Grande do Sul, existem alguns lugares que, em minha opinião, marcam a história e, por isso, esses lugares merecem mais consideração. Por exemplo, na história açoriana, não posso esquecer Piratini, até porque o meu melhor colega de aula, do Colégio Julio de Castilhos, no Curso Clássico – estivemos anos sentados lado a lado –, foi o Barbosa Lessa, um dos grandes nomes das tradições e do folclore gaúcho. O que sei de Piratini, aprendi com o Lessa. Acho que Piratini, Pelotas, Rio Grande, Viamão são lugares que mereceriam de parte de todos, atenção especial. Em termos de italianos, eles têm uma vantagem, eles são mais jovens do que os alemães porque vieram cinquenta anos depois e cinquenta anos é muita coisa em História! Muita coisa se perde durante cinquenta anos, mas as cidades estão aí. Por exemplo,

Veranópolis – acho muito importante –, lá ainda se fala o dialeto, que não sei se Caxias ainda preserva tão bem quanto aquela cidade. Em termos de imigração alemã, não posso fugir de São Leopoldo, porque aqui começa tudo. Mas hoje, acho que Ivoti, Dois Irmãos, ainda guardam muito do seu primitivismo. Esses lugares são valiosos e a gente deveria ter a capacidade de dizer para os prefeitos deixarem as suas cidades como são. Quando Ivoti se emancipou, o primeiro prefeito foi meu ex-aluno. Fui lá e disse para ele: meu prezado ex-aluno. Aí quando quis elogiá-lo, ele me ofereceu um cafezinho para desviar a atenção. Aí entrei no assunto e disse: não mando nada em Ivoti, mas venho te dar uma sugestão. São Leopoldo já está sendo dominada pela Grande Porto Alegre, Ivoti ainda está longe disto. Então sugiro o seguinte: faz um plano diretor geral de Ivoti, cuida das ruas para que não se derrubem árvores, faz as ruas com certa largura, impede a construção de edifícios, só sobrados, faz isso e faz aquilo, porque isso é pura tradição alemã! Fui embora e, hoje, a glória de Ivoti é ter dois edifícios de dez andares! Quer dizer, as pessoas têm dificuldades em saber que a história deles é importante e que sem essa história, edifício algum vai ter importância! Hoje Ivoti já sofre também a influência da Grande Porto Alegre, como de resto. Pela parte portuguesa, em Viamão, falta só derrubar a velha igreja, para fazer uma igreja moderna com vitrais tipo Brasília. Isso é muito difícil. Poderia dizer de cada etnia, alguma coisa, porque ela é importante e que isso deve ser mantido.

Quero agora fazer uma referência à etnia judaica; nunca sei se é judaica ou judia, nunca sei. Mas tive um dos meus melhores amigos em Porto Alegre, o Guilherme Maltz, cujo pai tinha a Loja Realeza, na esquina da Praça Quinze. Quantas vezes conversei com o Guilherme, lá no Julio de Castilhos, durante três anos! Sobre o modo de vida, como é que é a tradição. . . Hoje me pergunto: será que isso foi gravado? Será que alguém guardou? Tenho certeza que o Centro de Documentação, da Comunidade Judaica de Porto Alegre está fazendo esse trabalho e o Guilherme deveria ser um dos homens a fazer declarações gravadas, assim como estou fazendo. Se nós formos pelo Rio Grande afora, esse é um trabalho muito importante, porque as pessoas não escrevem seus pensamentos, não escrevem livros. Mas o que elas pensam, o que elas têm dentro do seu coração é fundamental para que os historiadores possam, um dia, fazer considerações. Na verdade, quando se buscam fontes, dados, a gente nem sempre pode dizer: cuido só disto, ou só aquilo me interessa. Por exemplo, hoje de manhã, no dia desta entrevista que estava marcada, uma senhora me telefona e diz:

- Tenho uns livros de História, será que isso interessa ao Museu?

Perguntei:

- Que livros são?

E ela respondeu:

- Ah, eles falam do Rio Grande do Sul!

Respondi:

- Interessam! Onde é que a senhora mora?

Ela deu o endereço:

- Rua tal, número tal.

E eu garanti que ia buscá-los.

Não sei o que ela vai me dar, mas não posso deixar que isso vá para à beira da calçada, para que, em Porto Alegre, o DMLU, ou em São Leopoldo, a PAVTER levem para o lixo! Há coisas que se sobrepõem! E de tanta história que o Rio Grande do Sul tem, não posso dizer que não goste e que dê preferência à história teuto-brasileira. O que vou fazer com a Coréia do Norte, que nem sei onde fica?! O que vou fazer com a

Guatemala, não tenho nada contra ela, mas não tenho nenhuma ligação! Em História vale uma coisa: a afetividade. Quando a gente tem afetividade por algo, e se quiser fazer uma coisa bem feita, tem que ter emoção. Não se faz nada sem emoção! Ninguém faz literatura, se não tiver emoção atrás dela, e também ninguém faz História sem ela. E não preciso elogiar a minha entrevistadora. Ela sabe por si o valor que ela tem, mas senti, nas explicações breves que me deu, que é uma pessoa emotiva; se perder essa emotividade, perde o interesse. A emotividade é que move as pessoas, porque ela tem atrás de si outra coisa muito importante, o amor. O amor pelas pessoas e pelo que se faz. Tenho um amor pelo que faço e, por isso, me sinto realizado. Não tenho título, não tenho nada, nunca andei atrás disso. O meu problema foi amar a minha história, amar os meus antepassados e deixar ao Rio Grande do Sul, recursos com os quais ele possa se identificar. Tive dificuldades, nem sempre vivi num mar de rosas, especialmente porque o Museu economicamente estava em dificuldades. E, aqui preciso fazer um parêntese. O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo é uma entidade privada, mantida por um grupo de pessoas que não passam de cento e cinquenta que contribuem, não ganham nada em troca, mas têm a garantia de que recebem um trabalho que vale a pena ser feito. Acho que, assim como eu trabalho aqui modestamente, nem sei se isso tem ressonância, mas, acho que, como eu, há muitas pessoas que trabalham a História do Rio Grande do Sul. Penso até que as gravações que a Unisinos está fazendo valem a pena e sugiro que faça um levantamento completo de quem está estudando e qual etnia. Se possível, com uma relação de obras e com entrevistas. Daqui a cinquenta anos, já nem penso em cem, o que vai representar para São Leopoldo esse trabalho? Vai ser a glória! Porque estamos envolvidos pela Grande Porto Alegre. As regiões metropolitanas têm o mérito de liquidar com o indivíduo, que perde completamente a sua identidade. Dos cento e oitenta e um mil moradores de São Leopoldo, cem mil não são daqui, vieram movidos por emprego nas grandes fábricas. A empresa Rossi tem mil e seiscentos empregados, a Gedore tem oitocentos, e assim sucessivamente. Se uma delas fechar, eles vão para Gravataí ou Soledade, vão não sei para onde e a Grande Porto Alegre começa a devorar as pessoas, tirando-lhes suas identidades. Daqui a pouco, não sabemos mais quem somos. Então, esta listagem de quem faz o quê, o que isso vai representar daqui a cinquenta ou cem anos, avalio hoje, pelo que sei o que é procurado no Museu. Hoje, se procura quem é que escreveu algo sobre imigração alemã. Assim, daqui a cinquenta anos alguém vai dizer: quero fazer uma tese sobre alemães de São Leopoldo de 1997 e a Unisinos vai ser a grande fonte, através deste trabalho de pesquisa.

O Telmo Lauro Müller, nascido na colônia de Lomba Grande, em 17 de setembro de 1926, é um menino simples de colônia, como qualquer outro. Éramos uma família de sete filhos na colônia, o oitavo nasceria em São Leopoldo, e o meu pai veio de muda, extremamente pobre. O leite que nós tínhamos era o da vaca, que nós mesmos tirávamos, e a carne era das nossas galinhas; os ovos eram delas. O que vale é que tinha árvores de frutas aos montes, porque o terreno estava aí e senti toda essa beleza da história de uma colônia alemã. Fui à aula com chapéu de palha, uma camisa listrada, simples, uma calça também listrada, costuradas pela minha mãe; nada de comprar roupa pronta, isso não existia! Aprendi a escrever na lousa com lápis de pedra. Isso foi muito importante, porque vejo como as crianças gastam material escolar, como elas põem fora, como rasgam papéis para dizer alguma coisa para alguém que está sentado no fundo da sala; lá se vai uma folha de papel! Aprendi a ser econômico, por causa dessa pobreza familiar. Era o terceiro filho. A camisa nova que eu recebia era quando os dois anteriores tinham crescido e a camisa não servia mais; isso me ensinou muita coisa em termos de economia. Quando viemos de muda para São Leopoldo tive a

felicidade de fazer os quatro anos de ginásio, no então Ginásio Sinodal, hoje Colégio Sinodal, a quem devo pelo menos a metade do que sou, pelo menos a metade, porque aprendi ordem, disciplina, seriedade, trabalho e orientação religiosa. Com isso, passei pelo mundo. Como não havia colegial em São Leopoldo e não queria fazer os dois cursos secundários que havia aqui, em 1944 – o do Colégio São José, o Normal para moças, e do Colégio São Luís e da Escola Técnica de Comércio e Contabilidade, que não me interessavam, fui a Porto Alegre e, para a minha glória, estudei três anos no Curso Clássico do Julio de Castilhos. Esta experiência abriu a minha vida política, passei a ver a vida com outros horizontes! O menino da Lomba Grande em Porto Alegre! Terminado o Curso fui para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este é o cidadão Telmo Lauro Müller.

Como é que vejo este cidadão ligado à História? Toda a minha história familiar, toda a minha origem étnica, tudo isso me marcou de tal maneira, que o trabalho no Museu tomou mais ou menos essa direção. Não sei porque, um dia, em 1978, me passou pela cabeça que poderia morrer e disse para mim mesmo: mas tanta coisa bonita que tu sabes da colônia e está desaparecendo, e ela própria também está mudando, está se tornando cidade, os meios de comunicação estão chegando lá. O colono volta da roça e assiste pela televisão a três novelas seguidas e vai dormir, e no outro dia repete a dose! Tanta coisa bonita que sei que, se não escrever isso, quem é que vai fazer? Resolvi escrever Colônia Alemã: histórias e memórias. Não é nenhum livro de memórias como os que João Neves da Fontoura escreveu, como outros escreveram; não tem nada disso! São memórias, coisas que tinha na cabeça. Um pouco de auto-elogio: esse livro vendeu que foi uma loucura! E as pessoas me diziam: foi assim na minha casa! O Natal que descreveste era bem assim! Também aprendi a escrever em lousa; mas que bom que tu escreveste o livro! E não fiz mais do que passar para o papel toda a minha vivência com medo de que ia morrer e alguém não soubesse disto. O livro fez tanto sucesso, que o meu editor – ainda bem que ele acreditou que pudesse tirar o dinheiro investido –, teve que fazer uma segunda edição. Aí me entusiasmei e comecei a anotar mais o que sabia da vida na colônia alemã e, dois anos depois, publiquei Colônia Alemã: imagens do passado. E, novamente, não fiz outra coisa do que passar para o papel as imagens do passado que tinha na minha cabeça, agora, com muitas fotografias. Foi um sucesso! Aí, em 1984, comemoramos cento e sessenta anos de imigração alemã. Pensei que cento e sessenta anos de Imigração era uma data importante e essa importância teria que ser reunida e catalogada. Foi o meu terceiro livro, Colônia Alemã: cento e sessenta anos de história. Mudei muito o rumo do livro, porque eram ainda imagens do passado, mas insisti na culinária alemã, transcrevendo para o português as receitas tradicionais, cujos originais recebi da Alemanha. Hoje, canso de encontrar senhoras que dizem: aquela receita que tu transcreveste no teu livro, como é gostosa! Quando faço, os meus filhos comem tudo. Acho que é assim que se faz História. Não escrevi para mim aquele livro e, pessoalmente, não preciso do livro. Não escrevi para mim, para que eu ficasse com a História; escrevi para que a História dessa etnia não desaparecesse ante o volume de loucuras do mundo moderno. Uma palavra que não posso deixar de usar, senão vão pensar no futuro que não sabia, é globalização! Ah! Pode ser muito interessante, pode ser muito bonita, só que a globalização vai acabar com os indivíduos. Os indivíduos só vão saber que foram registrados pelo computador, no programa Excel e não vão saber mais nada da sua história! . . .

Por isso, o cidadão Telmo Lauro Müller vê o historiador, o pesquisador, o nome que quiserem dar, como uma pessoa que se preocupou em deixar alguma coisa para o futuro. Se alguém lerá um dia meu trabalho não sei. Não faço a mínima ideia que

alguém vá se emocionar comigo. Quem sabe na Unisinos alguém vai fazer uma dissertação de mestrado, Os Escritos de Telmo Lauro Müller, não sei! Ou então, Análise de Livros que um Colono Escreveu. Não sei o que vão fazer. . . O que sei é que procurei ser sincero comigo mesmo. Repito, não saberia escrever nada sobre a Coréia do Norte, por isso não escrevo. Não saberia escrever nada sobre os Campos Neutrais de Jaguarão, por isso não escrevo. Só sei escrever sobre aquilo que tenho nos ossos, que tenho no sangue: a origem alemã. O que alguém um dia vai fazer com isso? Não sei, se vai ter utilidade, também não sei. Um dia disse para as minhas filhas que, quando eu morrer, dirão muitas coisas de mim, até poderão dizer coisas negativas: foi isso. . . foi aquilo. . . coisas que podem não agradá-las e aconselhei: não digam nada, não reclamem, só uma palavra ninguém poderá dizer de mim: omissão. Se disserem que fui omissa, então elas têm que reclamar, porque procurei exatamente não me omitir no registro de uma história importante. Uma história a qual o Rio Grande do Sul muito deve, estou falando da minha história, da minha etnia, mas também deve ser a de todas as outras. O Rio Grande e o Brasil devem colaborar, porque foram eles que trouxeram a minha etnia. Os imigrantes foram contratados na Alemanha para virem para cá com mil promessas, das quais nem a metade foi cumprida. Por isso, para contar essa História, o importante dessa História, o valor e a contribuição dela, é que me dediquei ao seu estudo. Por isso, não fui omissa. Não tenho a capacidade de fazer em termos dourados, como talvez devesse ser. Fiz com as palavras que sei, fiz na simplicidade de colono; se isso um dia for útil, muito bem. A Unisinos merece elogios através da professora Ieda, que está fazendo esse trabalho. Talvez agora ela não possa avaliar o que isso significa, mas daqui a muitos anos ele será reconhecido. O título da instituição, U-ni-ver-si-da-de, é válido porque há muitas universidades que de universal não tem nada! A Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Unisinos, está dando exatamente a demonstração porque ela é universidade, por essa amplidão de visão que tem e, com isso, agradeço a oportunidade.

Dou muita importância à memória familiar e comunitária. Recordo perfeitamente a minha vida ligada à comunidade religiosa; pertencço à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Preciso aqui fazer um lembrete: o primeiro grupo de imigrantes chegou em 25 de julho de 1824; eram trinta e nove pessoas. Destas, trinta e três eram evangélicas luteranas e, apenas, seis católicos. Assim começou a Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul. O Johann Peter Müller, meu trisavô, era evangélico e essa confissão religiosa está passando por estes cento e setenta anos, através da família. E é muito marcante, porque o meu avô era o presbítero mais antigo em Lomba Grande. E, na Igreja, o presbítero mais antigo, tinha uma cadeira de espaldar alto. Os outros tinham uma cadeira comum, até dessas de caixas depalhinha, mas o presbítero não. Vejo meu avô sentado lá, ao lado do altar, mostrando que ele era o mantenedor, digamos assim, da ordem, mas apenas em termos comuns, só para dizer que. . . Além disso, o meu trisavô tinha a chave da porta da Igreja, porque nós, a gurizada, íamos lá bater o sino aos sábados à tarde e às seis horas; era uma festa bater o sino para anunciar o culto de domingo! O meu pai era músico e, com o seu violino, tocava música na Igreja, acompanhado ao órgão pela esposa do pastor. Ele também era um dos líderes do coro da comunidade. Portanto, a parte religiosa está marcada por essa vivência contínua e, eu mesmo, em toda a minha existência, estive ligado a escolas evangélicas. Fui professor, membro da diretoria estadual da Igreja; é uma memória familiar intensa!

Quanto a outros aspectos da memória familiar, a minha família, originalmente está muito ligada à música. Meu pai tinha uma bandinha na Lomba Grande e o vejo lá com seu violino, animando os bailes e os kerbs. Tive dois tios músicos; um deles, irmão

do meu pai, o mais moço, transferiu-se para Porto Alegre e fazia parte da Orquestra do Clube Haydn. Existem fotografias, onde ele está lá com seu instrumento. Portanto, esta memória familiar me é muito, muito grata, porque está ligada à parte musical. E, no mais, minha avó era uma excelente doceira. As suas cucas faziam sucesso na Lomba Grande e a minha mãe aprendeu com ela; essas lembranças da família na colônia, me são muito agradáveis. Tenho excelentes recordações e, com isto, estou tentando passar alguma coisa para os meus netos mas, como hoje se compra tudo pronto, fica um pouco mais difícil, porque quando nós é que fazemos, adquire outro valor e, talvez, pelo fazer mesmo é que sou tão ligado a isso.

Comecei a minha vida de professor em São Leopoldo, na Escola da Comunidade Evangélica. Fui professor e diretor durante oito anos. Era do tempo que ainda se cantava muito na Escola! Faz cinquenta anos; hoje não se canta mais, é uma tragédia! A educação é trágica por causa disso. Não se pinta, não se faz teatro, não se canta, não se faz nada. Então, nós cantávamos muita coisa em alemão ainda. Isso, logo depois da guerra, em 1948, quando comecei. Que mal faz cantar as cantigas em alemão que a gente aprendeu ainda dos nossos pais e os pais dos nossos avós?! Então, isso estava na minha cabeça e que valeria a pena guardar. . .

E muito está guardado em um livro que se chama Nacionalização e Imigração Alemã, contendo os Anais do 10º Simpósio de História da Imigração e Colonização. O Simpósio ocorreu em setembro de 1992 e o livro foi publicado em 1994. Nele, há textos de vários autores e basta ler os títulos dos trabalhos: Cidadania e Nacionalidade: histórias e conceitos de uma época professor René Gertz; A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino, do professor Lúcio Kreutz; A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica, de minha autoria; Nacionalização e Imprensa, do Arthur Rambo; O Estado Novo e a Igreja Luterana, do professor Martin Dreher; Fascismo na Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, de Loraine Slomp Giron, de Caxias; Nacionalização em Santa Cruz do Sul, de Maria Hoppe Kipper; Nacionalização na Colônia Teotônia, do Guido Lang; Conceito de nacionalização: a linguagem, de Marli Merker Moreira, na obra A 5ª Coluna no Brasil, de Aurélio Py e a Nacionalização e a Igreja Católica, do padre Arthur Rabuske. Por aí se vê que um livro de mais de cem páginas, precisamente cento e oitenta e sete, registra todo o drama da presença da nacionalização, do seu lado negativo. A nacionalização poderia ter sido feita com outros métodos, não tão prejudiciais à deturpação cultural alemã.

Penso que, se o governo sabia da existência de elementos nocivos à História do Brasil, ele deveria tê-los sequestrado, entre aspas, ou mandado embora, se fossem estrangeiros, ou chamados às falas se fossem brasileiros. Mas, daí, fazer tabula rasa e considerar que falar alemão era pecado, isso foi um absurdo! Porque o próprio governo teve culpa para que essa situação chegasse a esse ponto, pois ele só ia à colônia em época de eleição pedir voto aos colonos, no mais, eles ficavam longe. Com a nacionalização, as festas, os bailes, perderam inteiramente as suas características, porque o pessoal ficou com medo de comemorar como eles tinham aprendido de seus pais, avós ou bisavós. Isso descaracterizou a colônia. Hoje, quem vai num baile em Dois Irmãos, não sabe se está em Dois Irmãos ou em Porto Alegre. A música é a mesma quando, justamente, o pessoal gostava de vir à Lomba Grande porque mantinham as tradições. Tenho que falar na Lomba Grande, porque foi lá que vivi, mas não há dúvida que as suas festas eram famosas, eram diferentes do que na cidade de São Leopoldo. Festas e bailes da Lomba Grande. . . Até a comida era diferente; era comida colonial, como chamamos hoje. Isso tudo sofreu um impacto negativo. A colônia se modificou e não sei se foi para melhor.

A minha experiência, neste período da nacionalização é basicamente na colônia. Me revolto, quando penso que aqueles pobres colonos de Lomba Grande, como em Dois Irmãos, Ivoti ou em qualquer outro canto, que mourejavam o dia todo com a enxada, a pá e a picareta construindo, inclusive, as suas próprias estradas, pois o governo não as fazia, mas os acusavam de nazistas. E essa gente, só por falarem em alemão e, ainda, um dialeto, e por fazerem as festas em sua Igreja e por cantarem em alemão, por fazerem Natal cantando *Stille Nacht, heilige Nacht* e não *Noite Feliz*, pudessem ser considerados maus brasileiros, subversivos e, pior ainda, nazistas. Nazistas? Eles nem sabiam o que era! Ninguém, na Lomba Grande, sabia o que era nazista. O que se sabia é que os nossos antepassados vieram da Alemanha. Eles diziam em alemão *Deutschland*. Por isso, aquela minha colocação inicial da afetividade por um país. Assim como para Caxias do Sul é Trieste, é Nápoles, é Roma, é Verona e que mal há nisso?! Por isso, vamos dizer que eles eram fascistas, adeptos de Mussolini?! Haveria, de certo, uma ou outra cabeça, mas não o colono em si. Por isso, a resistência foi inteiramente passiva. Eles, simplesmente, não fizeram mais as suas festas para não haver reuniões. O pastor, que fazia cultos em alemão, fazia agora em português, arrevesado mesmo, mas fazia. E as pessoas deixaram de ir às reuniões sociais, mas não como quem diz: vamos mostrar para o governo! Nada disso, simplesmente se retiraram de cena, porque não sabiam como proceder, ficavam com medo. O colono sempre foi extremamente medroso do que podia acontecer. Nenhum colono de Lomba Grande deixou de pagar seus impostos rigorosamente em dia, porque isso era um compromisso que tinham assumido. E, também, para não serem vistos como maus pagadores de impostos ou outra coisa. E, com esta mentalidade, de repente, essa gente foi vista com segundas intenções; não mais se acreditava na seriedade e na sinceridade deles.

Na Sociedade Ginástica, a polícia veio de Porto Alegre com um caminhão de carga e invadiu a Sociedade e perguntaram: cadê o presidente? O presidente não estava nunca! Cadê o secretário? Queremos a bandeira nazista! Jamais a Ginástica teve uma bandeira nazista, jamais. Eles não acreditavam que a Sociedade Ginástica podia fazer ginástica em português. Claro que se falava alemão dentro da Sociedade. Mas, que mal há nisso?! Eles queriam a bandeira nazista! Não tem bandeira nazista! Aí levaram a biblioteca toda, um caminhão cheio de livros! Eram livros em alemão. Os policiais não sabiam o que estava escrito, mas levaram assim mesmo; e, também, as Bíblias porque escritas em alemão. Por tudo isto, o pessoal ficou com medo e começou a se retrair, mas acho que retrair não é enfrentamento.

Não houve resistência por parte dos colonos e da população de origem alemã. O retraimento não é uma resistência. Retraimento é bem típico do nosso colono simples. Já em 1893, na Revolução Federalista, ele demonstrou isso, retraimento. Porque o que fizeram de roubos nessa colônia, saques, pegar a vaca e matar para os bandos de revolucionários, tanto de um lado quanto do outro lado para terem comida, de se aproveitarem das moças e o colono não os enfrentaram, fugiram para o mato, porque é seu jeito de ser; resistência diretamente não! Em 1923 ocorreu a mesma coisa; o colono sofreu esses impactos, mas não teve reação.

Essa modéstia, essa simplicidade do colono pode ser vista, por exemplo, na questão dos Mucker, em Sapiranga. Pobres colonos, estavam lá jogados, não tinham apoio religioso, pois os padres e os pastores moravam em São Leopoldo e iam uma ou duas vezes por ano lá. Alguém da comunidade resolveu atendê-los afetiva e religiosamente, a Jacobina. Foi mal vista e o pessoal foi para cima dos pobres colonos que, eventualmente, seriam um dia autores de uma revolução ou coisa parecida?! Absurdo! Isso não entra na cabeça. Assim, as Sociedades de Tirofaziam belas

competições de tiro, uma vez por ano; que coisa bonita era isso! Cada um tinha o seu fuzilzinho, e durante a guerra não se vende mais munição. Eventualmente os colonos podiam fazer uma revolução com seus fuzis, fazer festa de atiradores?! Mas, quando a gente quer ver fantasmas, a gente os vê mesmo! O caso dos ulanos, osatlanta em Santa Cruz os. . . O que é isso. . . ? Então, o que o colono fez? Desistiu, não enfrentou, não bateram na mesa, não! Esqueciam até de dizer que eles eram brasileiros! Pela modéstia, pelo retraimento natural do colono. Tem que se conhecer a psicologia desse homem; não é como na cidade, onde um tapeia o outro. Um engana o outro e nem quer saber. Os empréstimos feitos na colônia, tudo era normal. Um colono emprestava um pouco de dinheiro para o outro, para ele comprar um arado novo, sem assinatura, sem firma reconhecida, sem nada, na confiança! É preciso entender que esse homem ficou magoado, ficou ferido, porque a Nacionalização fez tábula rasa com todos, aqui, em Blumenau, em qualquer lugar. . .

Sobre os simpósios que vêm se realizando desde 1974, ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã, posso dizer que eles ocorrem de dois em dois anos. Já no ano que vem, 1998, faremos o décimo terceiro. Os Anais estão aí, provando a importância desses trabalhos, porque abrimos o leque de assuntos. Não dizemos que devem falar sobre isso ou sobre aquilo, desde que estejam dentro da temática geral. Os livros publicados em 1994 sobre Nacionalização e Imigração Alemã, esse aí foi específico, porque correspondia aos cinquenta anos da Nacionalização e dos seus efeitos. A partir de cinquenta anos, o historiador tem liberdade de consultar documentos oficiais ou oficiosos e, já no ano que vem, teremos outro simpósio. A comissão está tratando de estabelecer critérios para os trabalhos a serem apresentados e os simpósios estão atingindo um novo patamar, porque abrimos para todo país. No ano de 1996, tivemos a presença de representantes de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e de uma moça da Universidade Fluminense. O que eles apresentaram? Trouxeram os problemas que sentem lá, como assuntos da imigração. É claro que, se alguém um dia vier, por exemplo, os alemães de Fortaleza/Ceará, serão muito bem-vindos ou, se um dia alguém vier falar de Nassau, do Recife, também será bem-vindo, mas, no momento, os simpósios abrangem mais os Estados do Sul do Brasil. E acho que entre os assuntos mais importantes estão os que tratam da imigração alemã.

Foi muito interessante a apresentação de uma estudante de Rio Claro, interior de São Paulo, que está fazendo mestrado sobre a escola alemã nesta cidade. Veio a São Leopoldo, passou alguns dias no Museu para se informar da escola e da presença alemã entre nós. Muitas vezes, ela disse, depois da apresentação do seu trabalho, que havia uma similitude muito acentuada quanto ao processo escolar entre os alemães do Rio Grande do Sul e o dos alemães em Rio Claro. Entende-se, porque eles vieram do mesmo país e com o mesmo substrato cultural. Ela falou na presença da língua alemã e do canto coral praticado nas escolas. Foi interessante ouvir, pois eles também sofreram as influências da Nacionalização. Como podemos dizer, o mundo é pequeno. . .”

São Leopoldo, 22 de setembro de 1997.

FREI ROVÍLIO COSTA E LUÍS ALBERTO DE BONI



FREI ROVÍLIO COSTA

A) Dados Biográficos

Nasceu em 20 de agosto de 1934, na cidade gaúcha de Veranópolis e faleceu em 13 de junho de 2009, em Porto Alegre. Foi frade capuchinho e padre católico, escritor, jornalista e editor.

Licenciado em Filosofia e Pedagogia, concluiu mestrado em Educação. Foi professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diretor e professor da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, em Porto Alegre.

Como sacerdote, trabalhou como Vigário Paroquial nos municípios de Ipê e Antônio Prado, exercendo a mesma função nas paróquias da Sagrada Família e Igreja

Maronita Nossa Senhora do Líbano, em Porto Alegre.

Fundou em 31 de janeiro de 1974 a editora EST Edições e foi seu diretor por trinta e cinco anos. Contribuiu na produção de mais de duas mil edições, com dois mil e quatrocentos títulos, versando sobre famílias, municípios, escravidão negra, e imigrações judaica, polonesa, italiana, alemã, açoriana e portuguesa, com destaque aos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha. Algumas obras foram publicadas em dialeto, tanto alemão, quanto italiano, contribuindo na preservação dos mesmos.

Atuou na Penitenciária Estadual do Jacuí e no Presídio Central de Porto Alegre, onde desempenhou as funções de coordenador de grupos e de organizador de atividades sociais, religiosas e culturais.

Foi membro do Instituto Histórico de São Leopoldo, da Academia Rio-Grandense de Letras e da Academia Brasileira de Jornalismo. Associou-se ao Colégio Brasileiro de Genealogia, em 1992. Era cidadão italiano e Ufficiale dell'Ordine al Merito della Repubblica Italiana.

Recebeu homenagens, como a Medalha Simões Lopes Neto, Amigo do Livro, Prêmio Literário Érico Veríssimo, Prêmio Ilha de Laytano, Comenda Negrinho do Pastoreio, Comenda Dante de Laytano, Cidadão Honorário de Porto Alegre e Cidadão Italiano. Foi Patrono nas feiras do livro de Novo Hamburgo, Bom Jesus, Veranópolis e, em Porto Alegre, na 51ª Feira do Livro da capital gaúcha, que homenageou a Itália e os cento e trinta anos da imigração italiana. Também foi Patrono de bibliotecas públicas em São José do Ouro, Bento Gonçalves e Carazinho.

B) Seleção Bibliográfica

COSTA, Rovílio. Primado da pessoa na Vida Cristã. Porto Alegre: EST, 1974.

COSTA, Rovílio. Personalidade e Ciência Social. Porto Alegre: EST, 1974.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto. Os Italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1979.

COSTA, Rovílio. Assim vivem os Italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST, 1990.

COSTA, Rovílio; GARDELIN, Mário. Os Povoadores da Colônia Caxias. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio. Colônias *Italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio. Os Capuchinhos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1996.

COSTA, Rovílio (Org.) Raízes de Veranópolis. Porto Alegre: EST, 1998.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. Duas Itálias: 125 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2000.

COSTA, Rovílio. Terra Natal. Terra Nova: o futuro das tradições italiana e alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2002.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. Stòrie, fròtole e poesie; histórias, estórias e poesias. Porto Alegre: EST, 2003.



LUÍS ALBERTO DE BONI

A) Dados Biográficos

Nasceu em 30 de janeiro de 1940, no município gaúcho de Bom Jesus.

Filósofo, tradutor e escritor, possui extensa bibliografia nas áreas de Filosofia, com foco no pensamento filosófico medieval. Dedicou-se ao estudo de História, enfocando a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Em sua produção, contam-se cerca de cinquenta artigos em periódicos e cento e trinta livros ou capítulos de livros.

Em 1959, ingressou no Curso de Filosofia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, licenciando-se em 1961. Entre os anos de 1962 e 1966 concluiu a licenciatura em Teologia pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, em Porto Alegre. Em 1974, concluiu o Doutorado em Teologia na Universidade de Münster, Alemanha. Concluiu Pós-Doutorados na Universidade de Köln, Alemanha, de 1982 a 1983 e em 2001; além de dois outros na Universidade de Bonn, também Alemanha, de 1993 a 1997. Em 2007, realizou um Pós-Doutorado na Universidade do Porto/Portugal.

Entre os anos de 1975 e 1988, lecionou na Universidade Federal de Caxias do Sul, onde, na gestão de 1985, presidiu a Associação dos Docentes desta Universidade. Foi professor, chefe de departamento e diretor do Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1977 a 1992. Exerceu o magistério na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 1992 a 2008, como docente na pós-graduação. Coordenou a Pós-Graduação em Filosofia e estruturou o Programa de Doutorado desta mesma Universidade. Desde 2007 é Professor-Pesquisador do Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto/Portugal.

É membro da Academia Brasileira de Filosofia, da cidade do Rio de Janeiro, e da Accademia Galileiana di Scienze, Lettere ed Arti, na Itália, da Sociedade Brasileira de Filosofia Medieval, da qual foi presidente e um dos fundadores da Associação Brasileira de Estudos Medievais, da qual também foi presidente. Compõe o corpo editorial de revistas brasileiras e estrangeiras, tais como a *Signum*, de São Paulo, e a *Patristica et Mediaevalia*, de Buenos Aires.

Foram-lhe concedidas as honrarias de Ordem do Mérito da República Italiana, no grau de cavaleiro; Medalha de Honra dos municípios de Maravilha e Carlos Barbosa, e cidadania honorária de Cesiomaggiore, na Itália. Igualmente recebeu a rara distinção de ser homenageado com três *festschriften*, na Alemanha, um tributo em livro dado a um pesquisador renomado.

De Boni organizou eventos acadêmicos nacionais e internacionais, participando de conferências, simpósios e congressos.

B) Seleção Bibliográfica

DE BONI, Luís Alberto (Editor). La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: EST/UCS, 1977.

DE BONI, Luís Alberto. Catolicismo no Brasil: início do fim? Porto Alegre: EST, 1977.

DE BONI, Luís Alberto. Imigração Italiana: estudos. Porto Alegre: EST, 1980.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/Sulina, 1980.

DE BONI, Luís Alberto. A Itália e o Rio Grande do Sul: relatórios de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Porto Alegre: EST, 1982.

DE BONI, Luís Alberto. Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves. Porto Alegre: EST, 1984.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio (Editores). La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. Far la Mérica. Porto Alegre: Riocell, 1991.

DE BONI, Luís Alberto. La bibliografia sull'immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul. Torino/ Itália: Altretalia, 1991.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio; SALVAGNI, Nilo. As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde d'Eu. Torino: Fondazione Agnelli, 1992.

DE BONI, Luís Alberto. Lógica e linguagem na Idade Média. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1995.

DE BONI, Luís Alberto. Idade Média: ética e política. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1996.

DE BONI, Luís Alberto. Vinte anos de trabalho sobre imigração italiana. Chronos, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, p. 111-115, 1996.

DE BONI, Luís Alberto. Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino. Petrópolis: Vozes, 2000.

DE BONI, Luís Alberto. De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2003.

DE BONI, Luís Alberto. Filosofia Medieval: textos. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2005.

DE BONI, Luís Alberto. A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. Porto Alegre: EST/Ulysses, 2010.

DE BONI, Luís Alberto. Estudos sobre imigração italiana. Porto Alegre: Ed. Fi, 2016.

C) Depoimento

Frei Rovílio – Estavas falando que os açorianos, por exemplo, têm uma farta história. Italianos e alemães só recentemente começaram a ter a sua própria. Eu diria que a razão é simples: a própria História não trata o assunto. A História do Rio Grande do Sul nunca tratou o assunto da imigração de forma a não ser nominal, de passagem. Nunca foi tratada especificamente a presença de alemães, poloneses, italianos. Por outro lado, a imigração italiana é mais recente e a açoriana, a mais antiga. . . Como a imigração italiana, sobretudo ela, praticamente tem pouca diferença hoje, com os cento e vinte anos passados, então não houve aquela necessidade de registrar em livro fatos e acontecimentos. O convívio, o dia a dia, já faz com que exista aquela experiência de vida e de história quase igual às origens. À medida que cresceu a urbanização, as pessoas foram saindo, sentindo necessidade de ter a sua própria família, ter sua capela, deixar seu município e aí então começaram a querer fazer a própria história, já que não existia mais um ponto de referência, o inicial, que, para muita gente seria a localidade onde se estabeleceram os antepassados. Aí, começou a preocupação em fazer a própria história, razão pela qual a história da imigração italiana tem um grande acento na História Oral. Não se preocupa tanto com a história política do Estado, com a história política brasileira, etc. mas fundamentou-se, particularmente, no fato família, na informação oral, na maneira como chegaram aqui, como se desenvolveram, como constituíram aquilo que hoje chamamos o caminho do progresso.

Prof. De Boni – Complemento o Rovílio. Creio que poderíamos também acentuar que a historiografia do Rio Grande do Sul, o modelo de historiografia do Estado, se voltava muito para a historiografia da grande política, de alguma maneira, construir uma identidade para o Rio Grande do Sul. Essa identidade foi feita à maneira que se sabe, com muitas dificuldades, pela situação da região de fronteira. E, dentro dessa historiografia, de fato, os imigrantes não ocupavam um espaço grande, não havia tanto interesse, digamos, pela História a partir das bases, pela história cultural e outras coisas mais que hoje se vê. Quem se dedica à História do Rio Grande do Sul tende a falar das múltiplas etnias gaúchas. Isso é, algo que, da maneira como é tratado, não mereceu um tratamento anterior. Quando se falava em etnias, anteriormente, era mais para acentuar a presença de açorianos, portugueses, espanhóis. . .

Frei Rovílio – E também índios. . .

Prof. De Boni – Sim, índios. Alguma coisa do negro. . . Mas, eu creio que os alemães. . . creio não, considero que os alemães produziram coisas interessantes, bem antes dos italianos. Ao comemorar os cem anos da presença alemã, tivemos os trabalhos do Aurélio Porto, que não era alemão, mas era sobre a imigração alemã. Quer dizer, eles já tinham uma boa base, creio que, inclusive, por terem aberto um espaço para a cultura que nós não abrimos. Espaço esse que talvez tenha algo a ver com as diferenças. . . como as diferentes confissões dentro de um mesmo grupo e mesmo com os movimentos laicos ou ateus. Quer dizer, o grupo alemão teve que se questionar internamente. E os italianos, observa-se que eles se sentiam relativamente bem. E, na história recente, como diz o Rovílio, não precisavam estar contando, pois todos conheciam. Até que nós chegamos de fato ao centenário da imigração. Aí vimos a pobreza literária do nosso grupo italiano. Sim, os alemães tinham muito mais do que os italianos.

Frei Rovílio – Também acho que o centenário viu a necessidade de se ter o assunto na escola. O Projeto Minerva, na época, interessou-se em fazer um programa sobre a imigração italiana, mas não havia nenhum livro para poder utilizar nesses programas e, por outro lado, mesmo que quisesse falar sobre identidade, nesses programas, seria difícil. Por outro lado, o imigrante italiano não está preocupado em ser a base da identidade do Rio Grande do Sul. Ele se identifica tanto com o Rio Grande do Sul que, se uma das características de ser rio-grandense são os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), ele é o que mais participa. Até nos Centros de Tradições! Ele se sente plenamente rio-grandense, mas também se sente plenamente italiano! E o ser plenamente italiano, para ele, não é a Itália de hoje, nem a Itália da língua de Dante, das artes, da cultura, mas é, principalmente, a sua própria forma de vida aqui. E quem está produzindo história hoje, até se pode dizer que são dois grupos: o próprio agricultor, o interiorano, através das histórias de família, das histórias das capelas, das escolas, dos municípios, e o intelectual, que é aquele que se sente mal ou se sente um pouco arrependido de ter abandonado um pouquinho suas raízes iniciais. Então, quase numa revisão de sua própria vida, ele tenta salvar aquela história que estaria com medo que se perdesse. É uma história viva que, em alguns pontos, estaria em mutação e, mesmo esses pontos de mutação, são tentados a serem salvaguardados através dos registros históricos. Por isso, se olharmos quase toda bibliografia sobre a imigração italiana, a não ser as preocupações filosóficas do De Boni, elas são todas sem preocupação com uma sequência histórica lógica, de não deixar nada de fora, de abranger todos os fatos, mas ela se interessa por tratar aquele assunto que é propriamente monográfico. Quase todas são de uma linha monográfica não abrangente e, assim, o autor fica satisfeito em fazer aquele tipo de história.

Prof. De Boni – Eu creio também que a gente pode observar que a imigração não era assunto para ser tratado. Os italianos tinham certo complexo de inferioridade, sei lá. Talvez a situação em que deixaram a Itália, embora as gerações posteriores nem soubessem direito disso, mas os pioneiros vieram para trabalhar, para lutar. Algum que se arrumou na vida era modelo de todos. Se achava que todos poderiam se arrumar. Mas, falar da imigração, pouco se falava. O italiano. . . os imigrantes italianos da década de 1950, de 1940, sentiam-se um pouco inferiorizados e depois veio a guerra ainda por cima. Quer dizer, quando nós tentamos publicar o livro Naneto Pipeta e que foi saudado pelos não italianos, foi super elogiado. . . Uma grande. . . a maior história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, é um romance desprezível. Mas, por diversos grupos intelectuais ou quase intelectuais, foi muito criticado. Aonde é que se viu publicar uma bobagem dessas agora que é o centenário, que nós. . . parece que estavam dizendo: não, agora que nós viramos gente, somos importantes, publicar essas asneiras. . . é bobagem!

Frei Rovílio – O livro representava o cotidiano de ontem.

Prof. De Boni – Eu mesmo tive experiência em Caxias. Incentivava os alunos a trazerem o nono na Universidade e a pessoa ficava deslumbrada, porque não sabia para quê: o que é que querem comigo na Universidade? Ele, que nunca passou nem perto daquilo, ia lá, contava a sua experiência de vida, o aluno gravava, transcrevia, dava para o nono que se achava o tal de um dia para o outro! Descobria que sua experiência de vida era importante e o aluno descobria que o avô que ele tinha, semianalfabeto, era uma pessoa importante para a História.

Frei Rovílio – Se formos fazer um paralelo com os poloneses, a bibliografia deles é menor ainda e é quase toda clerical. O polonês e o italiano foram colocados, praticamente, nas mesmas glebas, somente que os poloneses ficaram com as piores

terras e os italianos com as melhores. Os italianos jamais se julgavam a par dos alemães; muito menos dos portugueses ou luso-brasileiros, como queiram chamar os de fala portuguesa. Porque os italianos não sabiam falar português. Os políticos, os intendentes de municípios eram portugueses ou brasileiros, jamais foram italianos, a não ser eventualmente algum que era nomeado para algum ofício do gênero. Os policiais também não eram italianos. Em relação ao polonês, encontramos certos estereótipos como: o italiano não gostava do polonês, ele tem suas acusações ao polonês e o polonês tem as suas ao italiano. Mas o polonês – li no livro sobre eles, em Veranópolis –, tem uma acusação a todas as demais etnias, porque ele se sentiu, dentro das imigrações, como que quase marginalizado. Tanto assim que nós tínhamos o município de São Marcos totalmente polonês, hoje não é mais; Alfredo Chaves tinha a maior parte da população polonesa, hoje se encontra uma que outra família desta etnia lá; Vista Alegre era polonesa, hoje também se encontra uma que outra família. . . Todos se mudaram, até eles poderem se reunir quase que como um grupo étnico, com um desejo quase que de salvar sua etnia, que ficava diluída e ameaçada no meio das demais. Sendo um pequeno grupo, procuraram outras realidades. E tudo isto mostra que, tanto alemães como italianos, como poloneses, eles não têm a preocupação de ser o Rio Grande do Sul. Nós chegamos ao Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Sul nos recebeu; tudo que é do Rio Grande do Sul também é nosso. Me parece que, por isso, não há animosidades ou atritos entre italianos e portugueses, nem entre alemães e portugueses, nem entre poloneses, italianos e portugueses. E, se os houve, foram por razões políticas. Sempre o problema da guerra, etc. Então, também não são propriamente aquilo que se caracterizaria como de um segmento étnico.

Prof. De Boni – Considero que aí foi muito importante o fato do português não ter grandes prevenções contra outros grupos. A miscigenação entre esses grupos foi muito grande. É lógico que a colônia alemã ficou mais fechada, compacta, houve menos miscigenação. Mas, também se vê que os alemães saíram e se aproximaram dos luso-brasileiros e dos italianos. A miscigenação faz com que seja difícil ter certos chavões, certas prevenções dentro do Estado. O admirável é que, apesar dessa miscigenação e tudo mais, conservam-se costumes e tradições desses grupos. A riqueza do Rio Grande do Sul, para mim, é isso. A maior riqueza é a cultural. Essas tradições, esses costumes que se conservam. . . apesar dessa abertura. . . Então, a gente encontra, o Rovílio há pouco falou, o CTG cheio de italianos. Você vai numa sociedade italiana, as crianças que cantam um não sei o quê, a metade delas não são de origem italiana. Entre os alemães acontece a mesma coisa. Felizmente, deixamos a Europa para trás, viemos para viver outra realidade que não a de guerras. Guerras sempre houve, um grupo para um lado, outro para o outro. Na guerra de 1914, os italianos estão do lado da França, os alemães do outro lado, os tirolezes no meio dos dois, mas isso não marcou tão profundamente o Rio Grande do Sul a ponto de que tenha deixado, por decênios, divisões internas. Porém, sempre haverá algum teórico, algum intelectual que ainda vai ficar falando disso. Mas são poucas pessoas. . .

Frei Rovílio – Há um aspecto importante, por exemplo. Até bem recentemente eu acreditava que o grande fator da manutenção da identidade étnica seria a língua. Hoje, dá para ver que essa ideia é questionável, porque você observa, por exemplo, poloneses em Alfredo Chaves, dificilmente alguém sabe fazer o sinal da cruz em polonês. No entanto, permanece a família polonesa e o comportamento dela mostra a influência étnica. Parece-me que as etnias no Rio Grande do Sul ainda se caracterizam pelos comportamentos próprios. Estive em Caçapava na semana dos Festejos do Divino. Não havia um luso-brasileiro ou açoriano da zona da Campanha, e ninguém

tem ideia do que sejam Açores ou qualquer coisa da história dos Açores. Eles têm comportamentos açorianos, tem uma ideologia açoriana, tem uma filosofia. . . Esse comportamento ainda se demonstra como etnia. Você sabe que numa família italiana tem tais costumes, tais comportamentos; numa família alemã tem tais costumes, tais comportamentos; numa polonesa, tais costumes e tais comportamentos. Parece-me que a História, enquanto relata vida, costumes, tradições, que são o grande enfoque de quase todas as histórias dos livros publicados sobre imigração italiana, parecem que traz à baila, ou enfatiza, os comportamentos próprios do italiano em todas as áreas, desde a culinária até os ético-religiosos.

Para historiar o nosso encontro, ou melhor, o nosso trabalho em conjunto, aliás, acho que nós nunca nos desencontramos porque, praticamente não havendo uma diferença de idade muito grande e cada um tendo ido ao seminário, eu fui com onze anos, você foi com. . .

Prof. De Boni – Dez anos. . .

Frei Rovílio – Dez anos. Então, nós estávamos juntos, desde há muito como capuchinhos. E é próprio do franciscano não ter profissão para poder se dedicar a todas. A distribuição de empregos é a coisa mais imprevista que tem porque o superior distribui as tarefas, às vezes por sorteio ou, exatamente, aquela que a pessoa menos sabe fazer. Ele, com surpresa, vai receber uma atividade que nunca imaginou que faria. Então, surgindo o fato da imigração italiana, estando o professor Olívio Manfroí na França com uma tese muito boa que foi publicada, comecei a me interessar por isso. A gente tentou traduzir, foi para o Concurso do Biênio da Colonização e Migração Italiana, tirou o segundo lugar; foi depois publicado pelo Instituto Estadual do Livro (IEL). Isso aconteceu enquanto você estava na Alemanha, não é, De Boni?

Prof. De Boni – Sim, eu estava estudando na Alemanha.

Frei Rovílio – Mas, o De Boni disse: ah! O Manfroí publicou a tese dele e até ganhou um concurso, por que não vamos publicar o Naneto Pipeta? Por que não vamos publicar tal coisa? Isso vindo dele que, nem viveu o cotidiano, falando o dialeto, falando o talian, mas vivendo efetivamente aquilo que é próprio do italiano, aquela filosofia de vida, aquela ética, aquela moralidade, aquela religiosidade que um dia foi passada pela própria família e que é mista. . . Minha mãe é luso-brasileira, era Lima.

Prof. De Boni – Eu acho que temos que contar uns outros fatos, revisando. O Rovílio procurou publicar o texto do Manfroí. Eu estava na Europa e, inesperadamente, ele concorreu a esse concurso do IEL. E, pelo que consta, com certa dificuldade no trabalho que apresentou, porque seu modo de abordagem era um tanto inesperado. Tem que ficar bem claro que o Rovílio não é historiador, para não ofender os historiadores. . . Eu também não sou historiador. . . e o livro foi publicado, A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul.

Frei Rovílio – Não. . .

Prof. De Boni – Vida, costumes, tradições. . .

Frei Rovílio – Acho que é Implicações políticas e religiosas, o título do livro.

Prof. De Boni – É.

Frei Rovílio – Depois a gente até pode buscar. . .

Prof. De Boni – Retornei e encontrei o Rovílio todo entusiasmado porque ele tinha uma editora. . . E começou: o que nós podemos fazer? Teria que fazer mais algum texto? Daria para publicar? Agora é o momento. Em Caxias do Sul, vi lá encalhado, o livro Naneto Pipeta. Tinha uma edição de uns quatro mil exemplares. . .

Frei Rovílio – Quatro mil e poucos, quase cinco mil.

Prof. De Boni – Pedi para o Rovílio pegar aquela edição. Demos uma olhada, fizemos um cálculo e disse: tirando o primeiro caderno, as primeiras dezesseis páginas, daria para arrumar diferente, sobrariam umas duas páginas para uma introdução, trocamos a data, repaginamos com uma capa diferente. E o Rovílio disse: você faz a introdução. Eu tinha estudado bastante Antropologia, na Alemanha, especialmente Antropologia Cultural, esses assuntos. Fui ler o Naneto e vi que podíamos utilizar essa área de conhecimento. O livro não era tão ingênuo como parecia, como o imigrante tinha lido. O imigrante o leu, não era por ingenuidade, era porque era a história dele. Fiz aquela bendita introdução e publicamos o livro e foi um sucesso! Aí começamos: vamos fazer mais esse. . esse. . e assim foi. . .

Frei Rovílio – Havia essa sobra da proibição da guerra, proibição de circular literatura italiana. A dificuldade da gráfica era montar o livro. Então eles imprimiam vinte mil e deixavam estocados ali os cadernos. Depois, quando havia pedidos, montavam o volume. . .

Prof. De Boni – Quando houve a proibição. E na década de 1970, ocorreu o centenário da imigração italiana, 1975; foi aí que nós fizemos isso. Nenhum de nós é historiador, não pretendemos ser. Há pouco ainda, em um programa de televisão, pedi que não me chamassem de historiador, embora fosse falar sobre imigração. Pensei: as minhas colegas ou ex-colegas de UFGRS vão se ofender se disserem: o historiador Luíz Alberto de Boni. Foi mais ou menos isso. . .

Frei Rovílio – Em relação a historiadores, nós já temos complexo de italiano, de inferioridade. . .

Prof. De Boni – Acho que o que aconteceu foi que a imigração italiana, em 1975, com as comemorações, despertou o orgulho de si mesma. Podemos ver que os trabalhos anteriores a este ano não tiveram grande ressonância. O João Spadari Adami era um barbeiro. Não sei se tinha o ginásio concluído; admirável é que ele se interessou. . . Não tem lá grandes métodos, não coordena muito as coisas, mas publicou História de Caxias. Publicava nos jornais e ninguém lia aquilo. O professor Gardelin publicou muitas crônicas, uns trabalhos bem feitos; o Gardelin é historiador. Também não teve muita ressonância. O Fidélis Dalcin Barbosa publicou Semblantes de Pioneiros, que é um dos grandes textos de literatura da nossa imigração italiana. Foi capaz de perceber. . . o veio que havia ali dentro. Este livro vendeu depois de 1975, estava encalhado na Sulina. . . Mas tinha começado aquele interesse. . . Ah! Eu acho que houve dois. . .

Frei Rovílio – E o Fidélis, você vê, deu exatamente o pré-anúncio da literatura italiana. Ele falou sobre o carreteiro, o balseiro, o jogo da bocha, a capela. Toda uma história bem antropológica, eram assuntos, na época, considerados ridículos. Quer dizer, para que publicar isso aí, não havia necessidade, pois havia o cotidiano. O que eu dizia antes: isso aqui acontece a toda hora, todo momento. É a vida que está se vivendo agora, para quê escrever? É a mesma coisa dizer: meu pai e minha mãe me querem bem, eu quero bem a meus pais; não precisa escrever.

Prof. De Boni – Acho que houve dois fatores importantes: um, foi a possibilidade de publicar isso, que se deve ao Rovílio. O que era produzido, que tivesse certo valor, era publicado. Outro fator, foi a Universidade de Caxias do Sul que, ao criar o Ciclo Básico, colocou as disciplinas Estudos de Problemas Brasileiros I (EPB I) e Estudos de Problemas Brasileiros II (EPB II). E, para contornar um pouco os estudos brasileiros, para não ter problemas com a Segurança Nacional, um dos projetos, uma das possibilidades

era a história da Imigração. Convidaram-me para lecionar porque eu tinha feito dois, três prefácios em livros, alguns comentários, mas a minha área nunca foi essa. Você mesmo sabe. Nunca tive tempo dedicado à pesquisa, nessa área, mas fui capaz de entrar no coração da juventude. Então, os que mais se interessavam, elogiavam as minhas aulas. Eles não percebiam que o importante não era o professor, era o interesse deles por aquela temática. E, com isso, acho que se foi tendo a possibilidade de ir atingindo outros grupos; convidavam-nos para conferências em outras localidades, surgiram outros movimentos e aí começou, um belo dia, a missa em dialeto, rádios com programas em italiano, em dialeto, concursos, festas, de tal maneira que considero que a década de 1980 foi a grande década do grupo italiano, do encontro da identidade. O Rovílio e eu temos em comum a nossa formação franciscana e, por ela, já brigamos, discutimos, tivemos desentendimentos com colegas italianos. . . Usando as palavras de Paulo Freire: todo indivíduo tem direito de dizer a sua palavra. Acho que as grandes coisas que fizemos não foram as nossas interpretações, foram as chances dadas para os outros falarem, publicando cartas antigas, documentos, relatórios e histórias modernas. A coleção Imigração Italiana, que publicamos, verifica isso. . . Por exemplo, uma professora primária de Farroupilha publicou uma história de Farroupilha, publicou a história da vida dela e assim por diante. Acho que isso também foi uma recompensa para mim – acho que falo pelo Rovílio também –, uma recompensa muito grande de nós termos dado chance ao nosso grupo humano falar. Não somos historiadores. Se forem nos cobrar certas coisas. . . acho que não saberíamos nem como responder direito. Quer dizer, entendemos bastante de método e tenho uma formação superior que me facilitou; o Rovílio a mesma coisa. Mas, jamais pretendemos tirar o espaço dos colegas historiadores. E, aliás, quando vinha um historiador com um texto para publicar, se valesse a pena, era publicado.

Frei Rovílio – Antes de entrar no assunto de qual dos livros publicados teria maior valor ou dado mais trabalho ou tido mais dificuldades com fontes, já que você falou na História Oral, a minha ideia de História Oral é a seguinte: a História Factual, ou apenas documental, serve muito bem para fazer o esqueleto e a História Oral serve para dar o sangue, o corpo, o sentido. Se estivéssemos preocupados somente com o registro dos grandes fatos nós diríamos: imigração italiana, 1875; vieram tantos italianos do Trivêneto, um pouquinho do resto da Itália, eram agricultores pobres e está terminado o assunto.

Prof. De Boni – Mas alguns de nós estão ricos e podemos citar os nomes ainda?!

Frei Rovílio – Sim. Alguns só. Avalia os vinte e cinco anos (1900), os cinquenta anos (1925) e os setenta e cinco anos (1950). Tem toda uma história de quem fez indústria, fez grande comércio, foi bem sucedido na vida, bispos, padres, etc. , mas nada do povo, porque o povo não vai ser representado. Se você vai fazer hoje a mesma proposta que nós fazemos nos nossos livros, para a Itália, a oficial, a Itália política, não vai gostar, porque ela não quer que se mostre a sua pobreza de ontem ou aquele abandono de ontem da sua população.

Prof. De Boni – E mesmo a nossa pobreza aqui, quando chegaram aqui. . .

Frei Rovílio – E mesmo eles hoje, os italianos, indo para o nosso interior, ficam admirados e acham que os colonos estão vivendo uma miséria. Mas os colonos estão se sentindo bem, porque se sentem donos do que têm e se sentem livres e podem dispor do seu tempo da sua maneira. É uma ideia de progresso diferente daquele progresso masoquista, fechado, que, infelizmente, o italiano da nossa mãe-pátria tem hoje. Mas o documento escrito, ele é importante porque indica os caminhos, a chegada, os assentamentos, o desenvolvimento das famílias e, por ele, dá para chegar até. . . como é

que se diz. . . Alguns identificam as palavras originais dos nossos antepassados, ou por meio de uma carta, de um pequeno registro, de um livro de bodega, da maneira de se referir ao padre, ou ao Cura da capela, ou mesmo na constituição de uma sociedade. Por tudo isso, dá para identificar, praticamente, a personalidade dos indivíduos. Estava hoje trabalhando sobre Cotiporã. Em 1893, entrou lá o primeiro padre, que faleceu em 1898. No início desse ano, ele fez um pedido e deixou dinheiro destinado para cumpri-lo e quis que a comissão também assinasse um documento para dizer que ele foi o primeiro padre do lugar e que, cada um deveria se interessar para que os seus futuros netos, bisnetos soubessem quem ele foi. Ele também queria que seu corpo fosse enterrado na Igreja Matriz, pois foi ele quem a construiu e foi o primeiro pároco do lugar. Deixou o dinheiro e assinou esse documento e os outros também assinaram. Poucos meses depois, ele morreu. Logo, a história escrita tem valor, ela obviamente o tem. Só que ela segmenta, ninguém, como dizia antes, vai escrever que meu pai e minha mãe me querem bem. Todos os dias teria que escrever. . . Então, o que é que permanece? Permanecem aqueles fatos que foram conflituosos ou que foram de uma decisão política, mas nunca vai ficar aquele fato, por exemplo, de um grupo de colonos que se cotizou para abrir uma estrada porque precisaram. Mas vai ficar registrada aquela estrada que o município decidiu abrir em tal lugar, para chegar mais rapidamente em outro lugar, porque havia caminhoneiros, viajantes ou tropeiros que estavam reclamando que precisavam chegar a tal lugar mais depressa, encurtar o caminho ou fugir de um rio, coisas do gênero. . . Mas não vão ficar registrados aqueles trinta, quarenta anos anteriores, quando havia apenas a picada aberta por um colono para ele poder chegar na sua casa com seu cavalo. Com o tempo, melhoraram a estrada, porque tinha carroça ou a charrete e, se a história escrita só é a que tem valor, eu teria que escrever que apenas ela, porque aquilo que eu estaria dizendo não tem valor nenhum, a não ser depois que passasse a ser escrita. Como existem maneiras de reanalisar a História Oral, existem maneiras também de, pela História Oral, analisar ou criticar, ou fazer uma avaliação da própria história escrita.

Prof. De Boni – Vamos à pergunta que foi feita anteriormente: acho que a obra mais. . . sempre começo com eu acho porque até ir de volta ao texto, vou trocar as ideias e já corrijo. . . A obra mais importante, que mais marcou, é difícil dizer porque você olha por um lado e olha por outro. . . Agora, sob muitos aspectos, são aqueles três volumes que o Rovílio, com o Batistella, publicaram: Assim vivem os italianos. Por quê? Ah. . . o primeiro volume, o Rovílio treinou os guris, grande parte são os seminaristas dos capuchinho e em grande parte ele comandando, ele próprio fazendo. . . Foram entrevistar todos os velhos que acharam e encontraram imigrantes ainda, que não foram. . . não eram imigrantes de setenta e cinco anos, mas de noventa anos, ou filhos de imigrantes que nasceram aqui no Brasil pouco depois. Quer dizer, é um livro que, dez anos depois que ele fez as entrevistas, quase não tinha mais ninguém que tinha sido entrevistado! Um documentário que acho de primeiríssima! E os outros dois volumes, os cantos, os costumes, e o terceiro, fotografias. . . Quando eu ouço, quando eu vejo, tenho que rir. . . Comento com o Rovílio: em grande parte foi feito pelo Frei Batistella, que arrumou uma velha máquina fotográfica – acho que era alemã, para ir pelo interior –, mas ele não era fotógrafo. E eu tinha ouvido na Alemanha que, quando a gente fotografa uma coisa, para dar contraste, põe um lençol. O gravador preto, põe o lençol nele para dar o contraste, então eu digo: Batista, olha, você. . . Batista, você procura ir num lugar bem claro, que o sol esteja batendo, põe o lençol e bate a fotografia. . . Então, o grande documentário de instrumentos de imigração, que é excelente, foi feito por alguém que não dá nem para chamar de fotógrafo amador, porque nem isso chega a

ser, com uma máquina dessas aí. . . e por esse acaso. . . Agora, o admirável é que a obra teve aceitação aqui no sul, mas no exterior não foi muito comentada. Até que um dia, um grande pesquisador escreveu um artigo a respeito dela, na Itália e mandaram a cópia que saiu em uma revista, para vermos. No meu modo de ver, sob certos aspectos, esse é o livro mais importante. Isso não quer dizer que os livros dialetais que a gente republicou, alguns pela primeira vez, sejam secundários. Eles também são importantes. As memórias, que foram publicadas, aqueles três simpósios nacionais que fizemos com a Fundação Agnelli também foram muito importantes.

Frei Rovílio – Presença Italiana no Brasil. . .

Prof. De Boni – Presença Italiana no Brasil. Depois, os interesses da Agnelli se voltaram para o Leste Europeu; não veio mais dinheiro para fazermos um quarto livro. Creio que, pela primeira vez, nos foi possível tentar recuperar o que foi a presença italiana em todo Brasil, com algumas coisas inesperadas, com italianos onde a gente não esperava encontrar, fazendo o que não esperávamos que fizessem. Mas criaram-se textos para conhecer o que foi o mundo italiano no Brasil; são os três livros-chave.

Frei Rovílio – Tem uma coisa interessante. Daria para dividir em dois tipos de bibliografia. A dialetal, que se fundamenta no lúdico, não sei quem disse; e a segunda, mas acho que é verdadeiro, que o italiano é o único que é capaz de rir de si mesmo. Quer dizer, ele conta o infortúnio do qual se libertou por acaso ou por sorte, ou por graça divina e, depois, dá risada de ter se envolvido naquele infortúnio. Então, seguindo pelo caminho do Naneto Pipeta, do Togno Brusafрати. . . Stòria de Nino, fradelo de Nanetto Pipetta. . .

Prof. De Boni – Os Pesos e as Medidas, do Italo Balen. . .

Frei Rovílio – Os Pesos e as Medidas. . . aliás, uma pessoa de Florianópolis vai analisar os comportamentos subjacentes da colônia italiana. Ali nós encaminharíamos para o italiano contador de piadas, contador de histórias, que faz o filó, que festeja num almoço, numa janta, que toma vinho, que canta, etc. e deixaríamos a descoberto a própria história. No momento em que se começou colocar, por exemplo, aquele livro La Merica, o das cartas. . .

Prof. De Boni – La Merica.

Frei Rovílio – La Merica é um livro de cartas, autores como. . .

Prof. De Boni – Seriam cartas e documentos, autores. . .

Prof. De Boni e Frei Rovílio – Paulo Rossatto, Carlin Fabris, o Luigi Toniazzo. . .

Prof. De Boni – Uma carta do Madalosso. . .

Frei Rovílio – Esse livro inicia colocando, por exemplo. . . em verdade, ele foi republicado porque tudo estava silenciado até 1975. O dialetal ninguém mais publicava porque seria sinal de ignorância e representaria aquela campanha, aquela censura, aquela história toda que, traduzindo, era a língua do grosso. Então, na hora em que se publicam cartas La Merica, passou a ter importância, porque uma carta que o sujeito daqui escrevia para a Itália, dizendo: tenho duas vacas de leite, produzimos vinte sacas de trigo, sessenta sacas de milho, temos tantos hectares de terra. . .

Prof. De Boni – Parreiral no terceiro ano já deu uva. . .

Frei Rovílio – Já deu uva. Conseguimos fazer o nosso vinho e o que eles remontam aí. . . Vocês procurem também vir para cá, mas, quando vierem, na viagem, cuidem que não sejam explorados. Em vez de comprar a passagem, veja se não consegue trabalhar dentro do navio, prestar algum serviço. Então, vocês não precisam pagar. Quando vierem para cá, tragam. . . Que instrumentos traziam?

Prof. De Boni – Roda de carreta. . .

Frei Rovílio – Tudo o que eles não tinham aqui. . .

Prof. De Boni – A parte de metal, como a cavadeira, que o cabo a gente faz aqui. Tragam mudas de árvore tal e tal. . .

Frei Rovílio – Mudas de fruta. . . Então, começa a dar importância a quê? Ao trabalho, à existência, à vida aqui. As cartas revelam como era a vida na Itália. Elas vieram de lá para cá e dizem: mas, aqui nós estamos com dificuldades, não temos nem quase o suficiente para comer, precisaria ir para a América, mas não temos o dinheiro para irmos. . . Estas são as duas histórias que vão se acoplando. E é esse o caminho que, praticamente, fundamenta todos os livros que são de respaldo popular e que, para nós, interessa muito mais do que A Presença Italiana, que são excelentes para o mundo acadêmico. Italianos do Rio Grande do Sul, também, ótimo para o mundo acadêmico, mas é o mundo que sabe andar sozinho. Para nós interessa o universo do que é ser italiano, o comportamento italiano. Interessa que a filosofia de vida italiana não desapareça e, para que ela não desapareça e continue agradável a si mesma, precisa que se fale daquilo que todo mundo gostaria de ouvir, mas que não se proporia a falar. O colono não vai falar de si mesmo, nós vamos falar do colono, vamos ouvi-lo. Daí devolvemos a sua fala na forma da literatura e a sua vida também se torna prestigiada, valorizada e falada.

Prof. De Boni – Acho que é quase um parênteses: também publicamos uns textos de memórias de frades no Alto Uruguai. Quando começou a colonização, mandaram frades para lá, filhos de colonos e tem as Memórias do Frei Gentil, que são muito bonitas. E o parênteses que fiz, não sei nem se vale colocar, mas. . . uma vez publicaram em Porto Alegre um texto sobre a Revolução de 1923, rebatendo um texto do Fidélis Delcin Barbosa, que não era historiador. O Fidélis contou que, numa batalha entre Lagoa Vermelha e Passo Fundo, morreram X pessoas; a historiografia atual diminuiu o número. Fidélis buscou a fonte, dizendo: a fonte é o Frei Gentil. Ele diz que a batalha foi em tal lugar e ele viu os mortos, todo o pessoal viu. Quer dizer, dentro desses documentos. . .

Frei Rovílio – Frei Gentil parava lá, trabalhava lá. . .

Prof. De Boni – A partir dessas memórias se tem uma visão de fatos históricos que é bem diferente da baixaria das revoluções, das vinganças, dos roubos, porque eles não estão vendo a grande Revolução, ou, sei lá o quê, os teóricos da Revolução, a favor ou contra. . . Estão vendo o Zé Povinho passando fome, sendo assassinado. . . soldados que roubam até vestidos de mulher, sob o argumento de que é para o inimigo não ficar com eles.

Estou falando em nome do Rovílio. Depois ele vai dizer que o que eu disse. . . falo só a minha parte. Nós não conhecíamos pessoalmente historiadores, não tivemos a chance de debater com pessoas já falecidas que poderíamos ter conhecido, como o Walter Spalding. . . Como o Dante, o Guilhermino, o Décio Freitas; com eles conversamos.

Os historiadores com quem eu falei desses problemas – com o Guilhermino falei muitas vezes, o levamos a Caxias duas vezes –, sempre foram muito receptivos. Talvez porque a gente não entrasse em polêmicas ou coisas semelhantes. Mas não tivemos brigas maiores com historiadores a respeito da imigração. O problema que tivemos, falei e repito, foi com os italianos, achando que o que se publicava aqui era sobre coisas secundárias, sem interesse, faltando valor científico. A velha

semianalfabeta contar a história da vida dela e de Farroupilha, que interesse tem para a ciência, indagavam.

Frei Rovílio – Alice Gasparin. . .

Prof. De Boni – Com eles tivemos problemas. Não foram grandes problemas, mas tivemos. Uma vez, em um simpósio, em Florianópolis, vieram historiadores, professores da Universidade de Pádua, e acho que foi a vez que mais divergimos. Principalmente, o Rovílio e eu, exatamente em defesa da nossa ideia de que a gente tem que deixar as pessoas simples falarem. Eu achei engraçado, porque foi um debate grande no plenário. Um professor atacou o dialeto e todas essas coisas, depois fomos almoçar e ninguém ficou inimigo. Não estávamos jogando a vida e a morte. O Rovílio perguntou para esse professor: escute, em casa, que língua o senhor fala?

- Ah, eu falo o dialeto com a minha família.

- Então, por que o dialeto não pode ser trabalhado historicamente? Se na sua família, que é a coisa mais importante da vida nossa, o senhor fala dialeto? Na Universidade, o senhor só fala italiano e tem vergonha de falar dialeto. . . Rebateu o Rovílio.

O que é isso na vida? Acho que os nossos problemas foram mais com gente de fora. . . Alguma vez houve pequenas discordâncias, com outros colegas, sobre certos rumos de pesquisa e o Rovílio sempre defendeu muito mais do que eu o uso do dialeto. Não que eu seja contra, de maneira nenhuma. Mas tivemos colegas aqui, de imigração italiana, de estudos, questionando: onde é que se viu defender o dialeto; isso não tem futuro. Reafirmo, nosso princípio é o seguinte: o direito de falar a língua materna, nós não podemos tirar de ninguém. Se houver cinco pessoas, cinco famílias que falam a língua Y, a criança tem o direito de falar, aprender a língua materna. Por que nós vamos impor outra língua? Temos no Rio Grande do Sul ainda um grande número de pessoas que falam dialeto em casa, os pais falam. Por que os filhos devem ser coibidos de falar essa língua? Tem que, necessariamente, só ouvir o português? Quer dizer, é necessário que aprendam português. Quem não souber português no Brasil, não se arruma. Mas é uma obrigação humana, uma obrigação do poder público, respeitar as pessoas na sua individualidade, na sua personalidade. Se eles aprenderem a falar em casa dialeto, por que não podem se alfabetizar em dialeto? E aí nós tivemos alguns problemas: não, dialeto já era, onde é que se viu? Até em relação à grafia, como se a grafia fosse a maior coisa do mundo. Faz um século que nós a oficializamos, senão, cada um escreveria do seu jeito.

Frei Rovílio – Nós utilizamos uma bibliografia bem popular, assistemática, livre e, naturalmente, devia ter havido uma reação de historiadores. Artur Ferreira Filho não ia criticar. . . trabalhou no interior, conhecia essa realidade e ele, seguramente, não. Mas, por exemplo, Guilhermino César. . . obviamente poderia ter feito alguma crítica. Mas, pelo contrário, quase todos historiadores foram simpáticos e acharam que nós escrevemos aquilo que eles nunca pensaram e talvez nem teriam coragem de escrever porque, para eles, seria quase abdicar do seu status de historiador, mas todos foram simpáticos e deram sempre os melhores elogios. Nunca encontramos alguém que tivesse, por exemplo, na época, criticado. Publicávamos as mesmas coisas no Caderno de Sábado e eram bem vindas. Inclusive, muitas vezes, por exemplo, no caso do Pioneiros às margens do Uruguai, apareceram transcritos fatos que estavam relatados nesse livro. Quer dizer, espontaneamente. . . Na época, depois veio esse que faz o programa à noite no rádio, é o. . .

Prof. De Boni – Copstein. . .

Frei Rovílio – Copstein. Mas o Copstein depois foi publicando também esses textos. Os problemas com italianos sempre vieram da oficialidade italiana. Quer dizer, o italiano hoje preocupado em se apresentar como a Itália oficial, a Itália que tem um idioma, que é um país rico.

Prof. De Boni – É. . .

Frei Rovílio – Portanto, quem vem para cá é o político, o italiano, que, para nós, não tem nada a ver com a nossa história.

Prof. De Boni – Muitos deles. . .

Frei Rovílio – Um deles, o professor Paduan.

Prof. De Boni – Professor Paduan, da Universidade de Veneza.

Prof. De Boni – E o Franzina, Emílio Franzina, que escreveu essas bobagens. . .

Frei Rovílio – Entretanto, hoje, Franzina é o maior admirador do nosso trabalho.

Prof. De Boni – E é muito nosso amigo, muito boa pessoa. . .

Vou dizer uma coisa que já escrevi. Uma ocasião em que a gente comprou briga, fui eu que assinalei e repito: me pergunto, na minha área de filosofia, na qual hoje quase só trabalho, eu faço um texto de filosofia sobre um tema ali, pesquiso durante meses toda bibliografia, escrevo quinze páginas – quase só tem nota, texto quase nem tem nada –, quatro pessoas no mundo leem e dizem: esse texto está bem feito. Os outros não compreendem. É a minúcia da minúcia, porque é o centésimo vigésimo terceiro milésimo cabelo de Tomás de Aquino que era branco e não preto. Então, a mesma coisa nós fizemos com um pouco de ressalva uma vez e foi por aí. . . Acho que não é desprezar de nenhuma maneira o trabalho do historiador. Ele tem que alcançar um bom nível, tem que procurar o reconhecimento entre seus pares. Ele precisa reconhecer e, nós, acadêmicos, temos que reconhecer que 99% dos nossos grandes trabalhos acadêmicos ficam nos arquivos. Quem é que lê? Quem é que se interessa? Vai atingir a quem? Então, o trabalho que atinja as outras pessoas, que atinja o povo, que seja a resposta do povo, a gente não pode desprezar. Não é negar um em favor do outro, mas que, de maneira nenhuma, o grande historiador ignore o trabalho que o povo faz.

Frei Rovílio – Eu acho que se trata da história morta e a história enquanto viva. A imigração na história enquanto viva, tem algumas coisas que foram se modificando e nós. . . Veja, passaram-se cento e vinte e cinco anos. . . cento e vinte anos. . . Quando começamos em 1975, tinham-se passado cem anos da imigração. Havia pessoas que não eram da primeira leva. Uma estava com cento e três anos, mas teve contato direto com os pioneiros; ela absorveu totalmente aquela forma de vida. Mesmo cento e vinte anos depois, nós, entrevistando as pessoas mais idosas, que traziam experiências do passado, é um momento importante para passarmos às novas gerações. Se nós não levamos adiante hoje, muita coisa vai ficar simplesmente história morta. Vai ficar aquela história de enfeite, de gozação, como um garoto que entra em um museu e se depara com objetos que nunca tinha visto e pergunta: ma' que faziam com isso?

- Claro, era para fazer roupa a molinela era o. . . sei lá o quê. . .

- Bá, mas que sarro! E fica nisso aí.

Ele não vai ter a relação da História com a vida; fica uma história-curiosidade praticamente. E, quanto mais recôndito o documento escrito, mais exótico, mais esquisito e menos checável através de outros documentos; até parece que o historiador ficou mais nobre, mais fortalecido porque ele ficou mais original. Quanto mais ele se

afasta da História Oral, parece que ele se torna mais científico. Parece-me que, ao contrário, quanto mais ele está mostrando que, de fato, aquele documento histórico escrito confere com a vida daquela população, com a história que aquela pessoa está contando, mais ele se tornará efetivo e original.

Prof. De Boni – Publicamos o livro *Os Italianos do Rio Grande do Sul*, que está na terceira edição; foi muito bem aceito. Acho que é o modelo de livro que se tem que fazer. Você não vai trabalhar na Universidade continuamente com textos tão heterogêneos, mas é exatamente isso que diz o Rovílio. Há uma distância entre esse livro. . .

Frei Rovílio – . . . e a vida.

Prof. De Boni – E a vida. Quer dizer, não é crítica nenhuma a colegas historiadores. Mas nós mesmos fizemos essa experiência, nós, pseudo-historiadores, reconhecemos que são duas facetas que se completam. A minha preferência – acho que a dele também –, seguramente, é a História Oral. A história que os outros contaram para nós.

Frei Rovílio – Retomando a relação da História com a língua. . . Quando vieram para cá. . . Tem uma pesquisa do De Marchi e do Franceschi – dois professores italianos –, eles afirmam que da área italiana de onde veio a grande imigração para cá, um sobre mil era da Toscana. Isto nos leva a pensar a relação que nos preocupa entre a História e a língua ou, se quiser, não abstrair a História da língua. A História foi vivida e escrita existencialmente através de um idioma. E esse idioma era o idioma familiar falado pela maior parte dos imigrantes, já que, dos vinte e três milhões da época, de italianos, seiscentos mil falavam o toscano.

Prof. De Boni – Que é a língua oficial.

Frei Rovílio – Que é a língua oficial. E desses, quatrocentos mil eram da Toscana, e oitenta mil do Lácio. Segundo a pesquisa do De Marchi e Franceschi, daqueles que vieram para cá, um sobre mil falava o toscano e, provavelmente, era algum professor, algum artesão, algum médico, algum padre, que veio com a desculpa da imigração, não propriamente como imigrante. Mas, quando eram comerciantes e artesãos, esperavam o progresso dos colonos para explorá-los com a sua maior experiência cultural. Enriqueceram e retornaram para a Itália. O mesmo não aconteceu com os padres que, praticamente, morreram todos por ali, também pobres. E, então, se esta língua ficou imperturbada até a Campanha de Nacionalização do Estado Novo – uma intromissão indevida e apenas de nuance político –, depois, ela continua da mesma forma e como revanche também, quase reconquistando o passado, por que ela haveria de ser desprezada? Por outro lado, ela se constituiu também numa novidade, porque, no navio se encontravam pessoas de diferentes regiões, de diferentes províncias e, dentro de uma mesma província, de diferentes comunas. Sendo que, cada comuna, tinha ao menos um dialeto, quando cada fração não o tinha também. Foi dentro do próprio navio que eles começaram o primeiro grande intercâmbio, a primeira comunhão linguística. . . Procuravam três, quatro que eram da mesma fração ou da mesma comuna ou da mesma província e procuravam se assentar perto, na linha ou na légua ou no travessão, conforme a denominação de cada município. Ali, começaram a influir sobre os demais, que eram maioria e foram constituindo um tipo de língua e, depois, com o intercâmbio maior, praticamente formou aquilo que nós temos hoje chamado talian, do qual nós já temos uma definição gráfica. Nós escrevemos todos da mesma forma para que todos, no Rio Grande do Sul, possam ler e nenhum italiano se confunda dizendo que nós temos esta palavra com

determinada pronúncia. Somente que a forma da palavra é diferente para cada um, segundo a sua maneira familiar de falar. Dentro do talian, existe o vêneto, o trentino, o friolano, o lombardo. E existem, em todas as outras expressões linguísticas que contribuíram com palavras, muitas palavras brasileiras, que são formas dialetais. Então, como é que vamos abdicar disto em favor de italianos que vêm aqui dizer: não, essa língua não, vocês devem aprender o italiano! Neste caso, ele tem que ressuscitar meu avô, minha avó e minha mãe, também, e fazer com que meus irmãos todos retornem à escola e todos nós voltemos, novamente, a aprender a língua italiana. Toscana é uma língua estrangeira para nós.

Prof. De Boni – Sobre o problema da língua, houve uma dupla confusão. Nós, no Brasil, temos uma língua oficial e temos os falares caboclos que destoam da língua oficial, mas que não são propriamente dialetos dessa língua e nós sempre desprezamos o falar do caboclo; ele tem que aprender a falar certo. . . Mas não vamos entrar em toda problemática que aí. . . Agora, os dialetos italianos eles eram tão línguas como o italiano que depois ficou oficial. O italiano se tornou oficial por uma decisão política.

Frei Rovílio – Saiu esses dias a lei declarando o toscano como língua oficial da Itália. Salvando junto vinte idiomas, por exemplo, aquele falado. . . o sardo, o românico e outros, dos quais têm alguns com quatrocentas e poucas pessoas que falam na Itália. Quer dizer que foi uma escolha e foi assumida politicamente, mas até hoje não foi legislada. Agora que saiu a lei, nesses dias. A língua oficial italiana é esse toscano. . .

Prof. De Boni – E o toscano foi oficializado. Não que os intelectuais tenham de usar como a língua da Itália; não era a do século deles, era a do século anterior. . . Então vamos falar o toscano que Dante, Petrarca e Boccaccio falavam, mas mais da época deles que da nossa. Contra o vêneto, que era a língua comercial, a língua franca da Itália. . .

Frei Rovílio – Sobre a língua, é interessante precisar porque nós temos este apreço pela língua falada. Então, se hoje se dissesse: todo o descendente de italiano não deve mais falar sua língua familiar, só deve falar a língua italiana oficial – o toscano –, nós estaríamos negando a nossa história. Se nós, descendentes, que falamos o talian dissessemos que ninguém deve falar o italiano, estaríamos ajudando o desaparecimento de nossa própria língua materna. A afinidade é tão grande que, quem vai à escola, que aprenda o italiano. Aprender o italiano vem ajudar – a manutenção do talian. E aprender o talian facilita o acesso ao italiano. Senão, o próprio talian vai se tornar um dialeto meramente brasileiro, porque sempre mais os jovens vão incorporando palavras brasileiras e isto aparece bastante nos programas de rádio quando são entrevistadas pessoas mais jovens. Mas, nós não podemos aceitar e admitir que, em nome da oficialidade italiana, alguém venha aqui, contrariando a Constituição Federal, que deve ser o artigo número 15, e a Constituição Estadual, artigo 22, onde diz que os produtos culturais, mesmo de minorias, são considerados produtos culturais brasileiros. Então, essa língua aqui formada é um produto cultural brasileiro e um estrangeiro seria uma pessoa indesejada aqui; estaria contrariando até a lei do racismo, que é da véspera do Natal do ano passado, se eu quisesse a nossa manifestação cultural como produto brasileiro. Porque o talian aqui falado não é o mesmo de nenhum lugar, de nenhuma fração, comuna, província ou região italiana. Todos eles nos entendem, nós entendemos todos os seus falares, no entanto, não é especificamente dentro desta, nem daquela fala. Tanto assim que, muitos consideram fala vêneta. O vêneto nem entrou como língua de minoria porque é tão diferenciado que não existe o lugar onde se fale o vêneto. Existem falas que dizem ser vênetas, mas que, praticamente, aquelas sim, podem ser consideradas dialetos do próprio toscano. Ademais, seria uma ofensa aos nossos antepassados que, na Campanha de Nacionalização, foram proibidos de falar

o italiano, mas se os policiais brasileiros e as autoridades brasileiras conhecessem o italiano, eles não iam prender nenhum, porque nenhum deles falava o italiano. Falavam só o talian. Então, se eles foram proibidos, na época, politicamente, de falar o talian e agora são proibidos pela escola, através de seus próprios filhos, que proíbem os pais de falar a sua língua. Os pais foram chamados de ignorantes porque não sabiam falar português e condenados por falarem italiano; portanto, tinham que ficar em silêncio. E agora vão ser proibidos de falar o próprio italiano que é o talian, por não saberem o italiano oficial e o português também não aprenderam efetivamente. . . nem todos aprenderam. . . é um assunto apaixonante!

Frei Rovílio – Pertenço a algumas instituições culturais. É engraçado, sempre relutei em participar delas e, mesmo dentro delas, me sinto como um participante menos significativo, que não tem aquela contribuição que eles esperam. Por exemplo, a Academia Rio-Grandense de Letras, eu acho um absurdo. A não ser que ela reconheça o talian como língua literária, acadêmica, etc. Eu acho que seja por isso, talvez, porque até na própria Revista da Academia posso escrever em talian; não tem problema nenhum. Pertenço ao Instituto Histórico e Geográfico de São Leopoldo, mas não sou historiador. À Academia Brasileira de Jornalismo; também não sou jornalista. Mazzolin di Fiori, Sociedade Italiana, aí sim estou dentro do meu métier.

Prof. De Boni – Sou do Instituto Histórico de São Leopoldo e de uma Associação de Filosofia.

Atualmente, tenho trabalhado pouco na área de imigração italiana e o motivo é que cada vez mais nós somos academicamente cobrados. A minha área mesmo é filosofia. Mas tive que assumir coordenações acadêmicas na UFRGS, aqui na PUC e, ou você produz na sua área ou você fica de lado e, sempre mais, tanto a instituição como os grupos acadêmicos nos cobram. O tempo sempre é menor. Nesse sentido, acho que sou um mau trabalhador de imigração italiana. Nos últimos tempos me afastei dela. Excepcionalmente, a gente produz um artigo, mas que não tem pesquisa. Olhando meu passado, pude escrever, esses tempos, para uma revista de Caxias, a respeito desse tema. . . o espírito sopra onde quer. . . Eu fui mais ou menos sendo levado para cá, para lá, publica isso, faz aquilo por convites, por solicitações, por instigações, por necessidade. Nunca tive tempo disponível do meu tempo acadêmico para pesquisar sobre imigração. Foi coisa que a gente fez porque gosta e o Rovílio pode dizer a mesma coisa. Nesse sentido, eu acho que dei uma contribuição, junto com tantas outras pessoas nessa área. Citando o Fidélis Dalcin Barbosa, o Gardelin, a professora Loraine, o grupo de Caxias do Sul, o grupo teatral Miseri Coloni e as rádios, em torno de oitenta, muitas aqui no sul com programas dialetais. . .

Frei Rovílio – Algumas com mais de um programa por semana!

Prof. De Boni – No meio desse grupo, também dei a minha contribuição pelo fato de ter uma formação. . . Ter a sorte de ter uma formação mais prolongada, um pouco melhor que a maioria dessas pessoas, talvez a minha colaboração apareça mais do que a de outros. . . ou de alguns outros que são tão beneméritos ou mais beneméritos do que eu. Ressinto-me de algo que, se eu pudesse, se tivesse tempo, me dedicaria à imigração italiana. Eu acho. . . sem dúvida, eu iria trabalhar muito mais em arquivos. Nós temos que fazer uma pequena crítica ao nosso grupo, ou melhor, fazer um pedido ao nosso grupo: nós temos que trabalhar nos arquivos! Não se pode exigir da professora, aquela que tinha apenas o primário, que fosse fazer pesquisa em arquivo. Mas há muita coisa nos arquivos esperando por alguém que vá procurá-los. O Rovílio é um grande incentivador. Por exemplo: fulana, estou me lembrando da Maristela Stellamaris. Tenta ir ver lá nos arquivos do Hospício São Pedro se há, não sei, vai ver em lugar

tal, lá em Santa Vitória do Palmar. . . E se acham preciosidades! Quer dizer, um capítulo da história é totalmente refeito em cima de uma pesquisa dessas. E o Rovílio, nas publicações que tem feito aí de arquivo, de processos da imigração, descobre muita coisa. Acho que a minha contribuição eu dei, mas é modesta. Como havia pouca coisa, apareceu bastante. Creio que, daqui em diante, não. . . o que eu tinha a dar foi dado. Não que eu me sinta velho, de maneira nenhuma, sou um jovem. . . O caso dele, coitado! Já tá meio assim. . .

Frei Rovílio – Caduco. . .

Prof. De Boni – Mas não darei mais uma grande contribuição. Não me dedico a isso e hoje seria necessário, além do que fazemos, manter isso aí, a História Oral, o incentivo da língua e, mais que tudo, ir para os arquivos! Isso eu acho que não poderei mais fazer. Acho que o depoimento do Rovílio é muito mais interessante nesse ponto.

Frei Rovílio – O documento. . . se é história apenas arquivística, acho incompleta, aquela que é um tanto inusitada ou facciosa, ou arditosa que usa o documento sem vida, como esqueleto meramente. Por exemplo, descobrir um passaporte. O passaporte. . . ontem mesmo veio um rapaz e disse: o senhor tem que me conseguir o xerox que o senhor fez desse original porque é a coisa mais. . . Digo: não, mas está no livro, é a mesma coisa. . . Ele retruca: não, quero ver aquele que saiu direto daquele papel. Porque o papel ele não encontrou mais no Arquivo Histórico, Arquivo Público. Então, o documento encarta vida, ele traduz vida. Depende da maneira como você o enfoca. Então, dependendo como você o encara, ele é o tradutor, é o comunicador da vida. E ali, a relação da história com o documento ou do documento com a história, a maior parte vai fazer uma história onde vem uma conclusãozinha isolada que, seguramente, é da cabeça do historiador e fica totalmente desconhecido o documento. O documento tem o sentido existencial para a História como mestra da vida, enquanto você o torna vida e o torna conhecido, aceito e palpável. E isso ocorreu com a publicação de Povoadores da Colônia de Caxias. . . Colônias Italianas. . . Dona Isabel. . . Alfredo Chaves e seus imigrantes. . . Alfredo Chaves: imigração e povoamento. . . Registro do núcleo colonial de Nova Palmeira. . . Gênese das etnias do Rio Grande do Sul e outros que eu não recordo agora.

Prof. De Boni – E o Sponchiado de Nova Palma. . .

Frei Rovílio – O Arquivo do Sponchiado, que está todo voltado para a presença italiana no Brasil, todo este universo escrevendo sua própria história, procurando suas raízes. Somente nos documentos escritos você vai, por exemplo, conseguir que a maior parte, entendo isso, seguramente 80% dos descendentes italianos possam dizer: eu sou da província de Cremona e dentro da província de Cremona sou da comuna. . . Trabalhei vinte anos, sabia que era cremonese, mas em nenhum documento existia o nome do lugarzinho. A segunda, a terceira, a quarta geração não vai recordar um nomezinho, por exemplo, que era a família Arcari, lá de Veranópolis, que era de um lugarejo da província de Mantova, que nem mais existe hoje, não é mais comuna, não existe mais nem rua com esse nome. E como é que o descendente da quarta geração vai saber que eles são de. . . Vas?. . . Província de Mantova?. . . Sabem que são mantovanos. O documento faz com que a pessoa chegue donde saíram seus antepassados. Só um passaporte, uma palavrinha apenas, com duas letras, diz que a palavra amor é das mais significativas, mas pequena, mas essa é pequeníssima, fez com que existisse uma história centenária dentro. . . encarnado dentro dela. . . o documento, tipo que fazem hoje: Município de Veranópolis faz cem anos. Uma ova. . . Fez cem anos. . . cem anos de emancipação política. Começa a fazer a história a partir de um fato político que pouco tem a ver ou interessa para alguns e para outros não; enquanto que esse fato político aconteceu por causa de um fato humano anterior, e foi esse fato humano que

desencadeou o político. A história deve estar voltada ao fato humano e não à consequência, que seria a criação do município.

Prof. De Boni – Tenho um caso também a comentar e se refere a mim pessoalmente. Encontrei um documento do meu bisavô em Caxias, declarando o nascimento de um filho; um tio do meu pai. O dono do cartório era muito meu amigo, me deu um xerox do documento, fui para Itália, para sei lá o quê –Maggiore, perto de Feltre –, procurar as raízes do meu bisavô. Fui lá, uma amiga em comum nos levou, Daniela, amiga do Rovílio; estava eu e minha esposa. Fui à prefeitura da comuna e disse: olha, eu não quero fazer cidadania, não estou pedindo nada. Eu queria ver se se encontram aqui os dados. . . Acontece que, você imagina, numa pequena comunidade, uma família tinha dez filhos, cinco eram homens. Qual era o nome dos homens? Antonio, Giuseppe, Pietro, Francesco, Giacinto. Cada um desses ia ter mais cinco homens no mundo que iam se chamar Antonio, Giuseppe, Pietro. . . Então eles, além do que nós chamamos de sobrenome, começavam a usar mais um apelido. . . Disse o seguinte para ajudar: olha, o meu bisavô, no Brasil, era chamado Baco. Responderam: o senhor vá passear aí, visite um pouco o vilarejo, quando o senhor voltar a gente já tem pronto. Quando voltei, ele disse: não sei se o senhor vai tomar a mal o que eu vou lhe dizer. Digo que não. Ele respondeu: em De Boni, não encontramos nada, agora em De Baco, está aqui a sua família. Todos os dados que meu bisavô tinha dado aqui estavam lá; quer dizer, ele trocou de sobrenome. Ontem recebi um e-mail de São Paulo. Tem uma pessoa que possui uma grande sala de gravações, me informou quem é que grava nele: Rita Lee, Leandro e Leonardo, não sei o quê; seu nome é Luiz Alberto De Boni. Ele quer saber se é meu parente e vai vir aqui, vamos nos encontrar, mas não temos parentesco nenhum na realidade. Meu bisavô trocou de nome, nunca descobrimos o porquê. Alguns familiares sabiam disso. Aquele documento, para mim, era um documento vivo. E, como era vivo!A Helga encontrou o inventário do meu bisavô, o pai da minha avó paterna, é corso; eu até publiquei depois.

..

Frei Rovílio – Eu me sinto profundamente incompetente e humilhado, porque todos os dias telefonam perguntando tantas coisas e eu vejo sempre mais a ignorância do conteúdo e só faltaria alguém telefonar: quanto cabelo tinha São Dioclécio? Porque as perguntas mais disparatadas? Tanto é o interesse que as pessoas têm num brasão, a grafia dos nomes, por que tal lugar?O que significa? Por que não é igual ao outro? Por que não somos parentes se tem outro com o mesmo sobrenome? Disse: olha, tem parentesco. Eu sou Costa porque nasci dentro da costa do rio, do morro, etc. E outro vem da costa de não sei o quê. Então não tem nada a ver um com o outro. A origem dos nomes é assim. As pessoas têm uma avidez, uma procura tal, que você se sente incapaz de atender a todos. Geralmente cinco e meia da manhã, já estou trabalhando e, praticamente, em documentação. E como eu me vejo perante. . . como eu entrei nisso? Acho que praticamente para promover os outros, para que. . . mesmo na nossa filosofia, nós procuramos acolher todos os trabalhos, se não estão bons, vamos aperfeiçoá-los. Porque, através daquela pessoa que está interessada por aquela pequena história, que é a de sua família, circula uma espiral que vai ser muito mais significativa do que talvez todos os alunos que você terá na cadeira de História, durante a sua vida. Pois aqueles vão fazer circular a História em espiral que vai do menos para o mais. Então, quer saber da própria família, daí vai descobrir parentesco com outra e outra família. . . Vai à cidade de origem, à nação de origem, à História Universal, vai fazer uma viagem e vai ficar todo dia interessado pela História. Por outro lado, disse um dia para o De Boni: olha, se nós não trabalhamos a História como um todo, também vai acontecer que alguém pense: vou sair domingo, vou comer comida italiana em Caxias. Que besteira! Talvez seja a maior

caricatura da comida italiana. Tem comida italiana em Porto Alegre, mas não em Caxias, por quê? Porque todo mundo acha que aquela minimização da culinária italiana que, por pobreza ou por falta dos produtos ou de sementes, para poder cultivá-los aqui, nunca entraram na nossa culinária ou entraram e depois desapareceram. É o caso típico da alcachofra, que era comum na Itália, era comum aqui, no início. Depois, por problemas de cultura ou de semente, saíram totalmente da culinária e, na Itália, tem uma presença enorme! A oliva é a mesma coisa; desapareceu aqui, porque não tinha o produto. Assim, você encontra centenas de situações. Daí, a pessoa vai dizer que vai comer comida italiana em Caxias?! O que é isso?! Em primeiro lugar tem que saber o que é a comida italiana e o que é a comida italiana da Itália no Rio Grande do Sul.

A Itália. . . nós queremos que a Itália no Rio Grande do Sul se dê conta daquilo que ela recebeu e do que ela produziu e da diferença entre uma e outra. Então, à medida que temos conhecimento do que é nosso, vamos à conquista daquilo que foi ou passou a ser nosso através daqueles que levaram à frente uma experiência cultural na Itália; este é o caso da língua italiana. Nós vamos aprendê-la, mas não por imposição e sim por nossa livre e espontânea vontade, como uma língua estrangeira. E vamos continuar falando a nossa como uma conquista; ali estão as semelhanças e as diferenças. Senão, ficaríamos praticamente nos alienando. Por outro lado, para mim, sempre encantaram as diferenças. Lembro que me encantei quando era criança. . . sempre paravam tropeiros lá em casa. A maior parte dos tropeiros eram negros e quase ninguém conhecia negro na região, porque só em Veranópolis, na minha época, se sabia que havia um domador de cavalos mulato, o resto era tudo italiano. E os negros vinham em casa, contavam histórias, gostavam de brincar e ficavam ao redor do fogo conversando até altas horas da noite. Meu pai quase não entendia o português e eles procuravam falar. . . explicar para ele o significado das palavras. Eu não tinha medo dos negros, gostava de negro. Passei a gostar de diferentes e das diferenças. Nas edições temos uma coleção de diferentes etnias, Imigração Alemã, Imigração Italiana, Imigração Judaica, Imigração Polonesa elá se vai. . . e açorianos, que se falou antes.

Prof. De Boni – Você está entrando exatamente naquilo que eu queria falar. Eu nunca estudei imigração italiana com algum sentimento. . . assim. . . deve ser de superioridade étnica, sei lá o quê. . . Acho que os italianos, aliás, não tem nenhum sentimento de superioridade étnica. Talvez pense que eles são, lá na Itália, os que têm o melhor gosto artístico, alguma coisa assim. Mas a Itália é uma mistura de povos. Por formação – olho sempre para isso –, a diversidade étnica é a riqueza. Que pobre seria o Rio Grande do Sul se fosse tudo colônia italiana, bem organizadinha e não sei o quê! Talvez muito mais rico do que é hoje o Rio Grande financeiramente. . . mas a pobreza cultural. . . Por acaso, fui para esse lado, é o lado da minha etnia que mais me marcou, pelo lado paterno, mas eu admiro todos os grupos do Rio Grande do Sul e sempre procurei, na medida do possível, junto com o Rovílio, dar apoio para fazer, por exemplo, a Coleção Imigração Judaica. Ajudei corrigir os textos com o doutor Moysés Eizirik e me empenhei nisso.

Acho que essa é a riqueza do Rio Grande do Sul. Se algum dia vierem dizer que os italianos são os melhores do Rio Grande do Sul, não fui eu que disse. São diferentes e quero que sejam diferentes. Acho que o critério de quem é o melhor, quem é o pior, não existe. O negro, que é o mais pobre no Rio Grande do Sul, tem uma contribuição admirável, uma visão de vida muito diferente da nossa, de quem nós temos que aprender. Há dois, três anos atrás tínhamos aqui um professor alemão, eu saí com ele a caminhar na Vila Bom Jesus. E ia comentando a pobreza e também a sujeira que existe, o que é que custa pôr o lixo ali fora? E o lixo todo atirado. . . Ele, cada vez mais

horrorizado, e eu até reforçando. Lá pelas tantas, disse para ele: só uma coisa – nenhum deles vai morrer de infarto como o senhor e eu. Aí ele começou a ver que há outro lado, esse lado da alegria, da espontaneidade, da receptividade, da abertura para o outro que a gente ignora. E me parece que, os nossos grupos, um tem que aprender com o outro. E é nesse sentido que pesquisei e gosto de pesquisar e, não pouco, sobre a imigração italiana.

Porto Alegre, 3 de abril de 1998.

CARLOS DE SOUZA MORAES



A) Dados Biográficos

Nasceu em Montenegro, em 12 de maio de 1908 e faleceu em São Leopoldo, em 1 de julho de 2003.

Foi advogado, político, escritor e poeta.

Realizou o curso elementar na cidade de Montenegro, concluindo o secundário em Porto Alegre. Ingressou na Faculdade de Direito, formando-se em 1933. Em 1935 foi nomeado Juiz Municipal, exercendo seu mandato durante três anos, na cidade de Herval. Abandonou a magistratura e passou a advogar em Porto Alegre até 1936. Neste período fundou em Porto Alegre o núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, entidade que realizou, durante certo tempo, conferências e palestras a propósito do ensino agrícola.

Em 1936, foi convidado pelo prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, para ser seu secretário e consultor jurídico. De 1939 a 1943, foi diretor da Instrução Pública do município. Foi prefeito de São Leopoldo durante quatro anos, de 1944 a 1945 e de 1946 a 1947; durante seus mandatos, a Campanha de Nacionalização encontrava-se em seu auge. Continuou na vida política, sendo vereador entre 1947 e 1951, sempre na cidade de São Leopoldo. Exerceu a presidência da OAB, subseção de São Leopoldo, na Gestão 1969-1970.

Fundou um núcleo cultural, o Grêmio Leopoldense de Letras, filiado à Academia Rio-grandense de Letras. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e sócio-fundador do Instituto Histórico de São Leopoldo.

Participou ativamente da imprensa, tanto em Porto Alegre quanto em São Leopoldo; foi diretor do jornal Correio de São Leopoldo, entre 1938 e 1943 e do Boletim Municipal de São Leopoldo, de 1946 a 1957.

Desde outubro de 2013, seu acervo de cartas, livros e documentos, encontra-se no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, cuja inauguração ocorreu em 2016.

Foi declarado cidadão leopoldense em abril de 1974, pela lei 1755/1974.

Em sua homenagem, no bairro Feitoria, em 2016, foi inaugurada a Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Carlos de Souza Moraes.

Recebeu da Prefeitura de São Leopoldo, em 2002, a Comenda Maria Emília de Paula, pelos relevantes serviços que prestou à comunidade.

A subseção da OAB, de São Leopoldo criou a Comenda Carlos de Souza Moraes – Medalha de Honra ao Mérito –, com a inscrição SEM ADVOGADO NÃO HÁ JUSTIÇA, dedicada aos profissionais da área do Direito, que se destacaram na defesa da comunidade, através do seu exercício profissional.

B) Seleção Bibliográfica

MORAES, Carlos de Souza. A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Globo, 1937.

MORAES, Carlos de Souza. Sesmarias: legislação e seus reflexos na colonização alemã. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1980.

MORAES, Carlos de Souza. O colono alemão: uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo. Porto Alegre: EST, 1981.

MORAES, Carlos de Souza. Feitoria do Linho Cânhamo. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

MORAES, Carlos de Souza. Crônicas de minha cidade. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

MORAES, Carlos de Souza. Félix da Cunha. São Leopoldo: Ed. do autor, 1997.

C) Depoimentos

Depoimento 1

“Sou filho de Montenegro, que também é uma região de colonização alemã, e nesta cidade passei a minha infância. Estudei no Grupo Escolar, antigo Colégio Elementar de Montenegro, sob a direção da professora Delfina Dias Ferraz, cuja memória não esqueço; ela foi uma grande professora e, sobretudo, diretora.

Na minha terra natal, tive a ventura de contar com a biblioteca que o meu pai deixou. Ele foi prefeito de Montenegro, durante duas gestões de quatro anos cada uma. Ele construiu o Cais do Porto da cidade, entre outras obras, e teve a sorte de contar com os livros que ele conseguiu reunir. Fiz meus estudos, minhas leituras neles, que me impulsionaram, talvez, para a Literatura e a História. Certamente, li muitos livros de História e, entre eles, a maioria talvez, relativos à imigração alemã. Isso despertou muito a minha curiosidade. Achei que a obra de colonização alemã no Rio Grande do Sul foi de grande proveito, até direi, de extraordinário proveito! Devemos o progresso do Rio Grande quase todo à colaboração desta colonização. Tenho uma grande admiração pelo braço alemão e pela cultura que ele nos trouxe. Então, antes de ir para São Leopoldo, eu já tinha cultivado a preocupação de ler bons livros sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Saí de Montenegro devido aos meus estudos preparatórios para entrar na Faculdade de Direito. Montenegro não possuía nenhum curso médio, apenas o curso elementar – o primário –, de maneira que era muito difícil; tinha-se muita dificuldade de obter professores. Fui quase um autodidata em Montenegro e peguei bons livros. Gostava muito de ler, era estudioso; o que me caía nas mãos, lia. Verdade que não havia Biblioteca Pública em Montenegro; a escassez de livros era grande e também a de professores! Tinha-se que ir a Porto Alegre durante alguns meses antes do vestibular e ter professores para se preparar para as provas devido à falta de condições, na época, em Montenegro. Isso foi antes de 1930, poucos anos antes. Todo estudante que quisesse ingressar na Faculdade, teria que recorrer a professores em Porto Alegre, e passar uma temporada lá; levava uma cama de vento, alugava uns quartos de pensões para viver com economia. Nós não éramos ricos; tínhamos propriedades. Papai deixou

propriedades, sem dúvida, mas éramos dez irmãos, uma família muito grande, de maneira que tive que trabalhar, lutar, para me formar com muita dificuldade. Ia para Porto Alegre, ficava uns meses lá, estudava das cinco horas da manhã às onze horas da noite, para poder fazer os exames. Felizmente, nunca rodei, passei em todos os exames do vestibular, até ingressar na Faculdade em 1930 e me formar em 1933. Comecei a advogar, inicialmente em Porto Alegre. Estava advogando com uns colegas num escritório na Rua da Ladeira, ali embaixo; subi a Ladeira durante anos, para ir ao Fórum.

Ainda em Porto Alegre, ajudei a fundar o Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres do Rio Grande do Sul e, através dele, fizemos muitas reuniões, procurando reunir elementos de cultura, entre eles, posso destacar o Othelo Rosa, que era Secretário da Educação, na época, e colaborou com o nosso Núcleo da Sociedade. A maior preocupação, nesta ocasião, era a de criar clubes agrícolas junto a grupos escolares, unidades de ensino primário, para despertar o interesse pela agricultura que estava muito descuidada. Eu tinha muito interesse pelos livros do Alberto Torres, cuja literatura li quase toda. Fui um entusiasta do Alberto Torres e sou até hoje; ele foi um dos grandes sociólogos brasileiros e o brasileiro deve muito à sua obra. Esta minha passagem pelo Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi por ter ficado empolgado pela obra deste autor, que li com muito interesse e é realmente muito valiosa, mas hoje esquecida. A obra realizada pelo Núcleo dos Amigos de Alberto Torres foi muito meritória. Fundaram-se muitos clubes agrícolas em São Paulo, na Bahia, em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, nós instalamos um em Lajeado. Ainda deve haver, hoje, o grupo escolar, a Sociedade Alberto Torres, o Clube Agrícola Alberto Torres; pelo menos existiram naquela época. Despertamos o interesse do nosso professor do interior pela obra de Alberto Torres. Realizávamos, quase que semanalmente, reuniões no edifício onde é o Clube do Comércio, em Porto Alegre. Ali ocorriam, com a presença de engenheiros agrônomos, de advogados, reuniões à noite, muito concorridas, gostosas e proveitosas. A Sociedade deixou um pouquinho do seu nome no Sul daquela época. Escrevemos artigos no jornal O Diário de Notícias e também no Correio do Povo, de Porto Alegre. Ficou alguma coisa da Sociedade de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, talvez não muito, mas, ao menos, uma coisa que tivesse lembrado a obra meritória da Sociedade no Brasil. Convivi muito com Rafael Xavier, que era o secretário geral da Sociedade Alberto Torres, no Rio de Janeiro, sim, Rafael Xavier. . . Quando fui ao Rio de Janeiro certa vez, fui muito procurado, pois queriam saber sobre o Rio Grande do Sul. Concedi uma entrevista a um jornal, mas não me recordo mais o nome; havia outro elemento lá de grande valor que também não recordo o nome; ele era o presidente da Sociedade e era deputado federal. Sobre a Sociedade Alberto Torres é só o que posso dizer. Que nós despertamos o interesse em Porto Alegre, despertamos; intelectuais reconheceram o merecimento dele. A família Osório, de Pelotas, participava de reuniões da Sociedade e um deles, Fernando Luiz Osório, chegou a realizar uma conferência na Biblioteca Pública, a convite da Sociedade Alberto Torres.

Alberto Torres deixou um dos melhores conjuntos de obras sobre o Brasil, Organização Nacional é sua obra mestra.

Fizemos reuniões admiráveis na Biblioteca Pública de Porto Alegre, incentivamos o interesse pela obra de Alberto Torres e pelos problemas fundamentais da nossa sociedade. Daí nasceu o meu primeiro livro, A ofensiva japonesa no Brasil. Naquela época, os japoneses estavam conseguindo largas concessões de terras no norte do Brasil e, pela leitura que fiz do comportamento dos japoneses em São Paulo – que foi o núcleo principal para onde eles começaram a vir em 1908 –, me preocupei muito com o futuro do Brasil. Resolvi, então, colher elementos. Fui a São Paulo e, lá, tive contato com Fernando Callage, rio-grandense, parece que irmão do Roque Callage, elemento

destacado na cultura do Rio Grande do Sul no passado. Passei a ir a esta cidade, consultando arquivos, obtendo mais elementos sobre a colonização japonesa e trouxe alguma coisa de lá. Em Porto Alegre, nas horas vagas da minha profissão de advogado, comecei a coletar os dados e a redigir o trabalho. Daí nasceu então este meu livro, publicado pela Editora Globo, em 1937, acredito. . . A Globo, mais tarde, reeditou a obra, em edição própria, o que deu um volume alentado, ilustrado. Visitei vários núcleos comunitários japoneses em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, locais onde eles mais se fixaram e se desenvolveram. Saiu este livro, que guardo com muito carinho, porque foi o primeiro trabalho realizado com muito entusiasmo e interesse. Fomos participantes da abertura de um seminário de fundo patriótico, estava muito empolgado pela obra de Alberto Torres e seus adeptos, que vinham realizando estudos em todo o norte e centro do país.

Em 1937, eu advogava em Porto Alegre e recebi o convite do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca para secretariar o município de São Leopoldo. Vim para São Leopoldo atendendo a este convite, aqui me fixei e não saí mais. Acabei sendo prefeito da cidade. Vivi 10 anos dentro da prefeitura, entre secretário e prefeito. Guardo da sociedade de São Leopoldo a melhor impressão, tanto assim que acabei escrevendo um livro, O colono e a cidade, a propósito da vida aqui, dos clubes, dos fatos, das residências, e acontecimentos mais importantes. O livro foi muito bem editado; gostei do trabalho da Gráfica da Unisinos.

Acabei me fixando em São Leopoldo a convite do então prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, a quem devo a minha estada nesta cidade, onde permaneço até hoje. Não o esqueço devido à obra que realizou e pelo entusiasmo que tinha com São Leopoldo. Defendeu muito os colonos alemães aqui, especialmente durante a guerra, quando começaram a serem um pouco perseguidos. As viagens que eu fazia ao interior do município, junto aos núcleos de imigrantes, despertaram minha curiosidade e imaginei as lutas que eles estavam realizando para se acomodar e se desenvolver; não foi fácil essa luta! Sim, foi difícil, porque o governo não deu realmente os recursos, o apoio de que eles precisavam; chegaram a passar necessidades. José Thomaz de Lima, que foi inspetor da Colônia, declarou em mais de um de seus trabalhos, em mais de uma declaração, sobre a situação de indigência, de miserabilidade que viviam certos núcleos de imigrantes por falta de recursos; não só passando necessidades por falta de alimentos, como até de vestuário; isso menciono no meu livro, O colono alemão, que acabei escrevendo. Nele dei, mais ou menos, uma idéia de como se desenvolveu a colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Percorri municípios onde os imigrantes permaneceram e se desenvolveram; tirei fotografias de muitas casas com as quais até então ninguém se preocupava; descrevi, inclusive, a estrutura das habitações, dos modelos que os colonos nos deixaram aqui; tudo isto publiquei no livro. Faço uma descrição ampla do que vi e do que senti na área de colonização alemã, à qual nós devemos muito e não podemos esquecer-la! Até hoje, vivo preso à obra dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul!

Publiquei também A Feitoria do Linho Cânhamo, sobre o início da colonização alemã em São Leopoldo e no Rio Grande do Sul, é claro! Obtive dados históricos em São Paulo e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Pesquisei para dar maior importância e segurança às minhas afirmações; procurei sentir realmente a obra realizada pelos colonos. O que pude escrever, ler, eu fiz! Procurei os velhos historiadores do Rio Grande do Sul: Aurélio Porto, Eduardo Duarte, Ernesto Pellanda, Florêncio de Abreu, Souza Docca, Jean Roche e, o nosso, aquele nosso historiador do Rio Grande do Sul, Leopoldo Petry.

A literatura sobre imigração e sobre a colonização alemã é preciosa no Rio Grande do Sul! Mas, certos aspectos não foram bem examinados, como o problema da assimilação e da aculturação. São escassos os trabalhos, e não temos realmente pesquisas alentadas sobre o assunto. É pena que os nossos estudiosos não tenham refletido ainda sobre esta seara, que é vastíssima e tentadora! Através dela é que se poderia avaliar qual foi a cooperação do governo no assentamento e no desenvolvimento da colonização alemã. Esses estudos terão que ser realizados com o tempo. Seria interessante que a União despertasse o interesse, que realizasse um simpósio sobre a assimilação e a aculturação da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Será de grande proveito e de grande interesse para a nossa cultura! Não temos quase nada, apenas referências. Mesmo o Jean Roche, que produziu a melhor obra sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, – um trabalho super notável –, omitiu, quase no todo, sobre este problema da assimilação/subassimilação e aculturação do imigrante alemão. O problema dos kerbs nas sociedades religiosas é outra questão muito importante também. Espero que sejam feitas entrevistas que discutam este problema e surjam novos elementos, para que haja maiores e melhores perspectivas sobre a obra do colono alemão no Estado, que é muito importante e não podemos esquecer, repito!

O problema nas sociedades religiosas alemãs é outra questão muito importante também. Como prefeito de São Leopoldo, tive problemas em escolas onde havia atritos entre os religiosos e a direção. Esta questão não foi examinada: problemas entre pastores e padres que ocorreram inicialmente em escolas de primeiro grau na Colônia.

Em São Leopoldo dirigi, por cinco anos, o jornal O Correio de São Leopoldo. Tratei muito das questões da cidade e, no jornal, há muito material para se conhecer a antiga São Leopoldo. Cinco anos de vivência neste jornal! Não foi pouca coisa! Tenho material que poderia ajudar a recuperar a história de São Leopoldo.

Como disse, fui para São Leopoldo em 1937 e, até 1947, durante dez anos, vivemos o problema da Nacionalização. Foi um período conturbado. Os colonos foram muito perseguidos, e foi proibido até falar em alemão; livros didáticos em alemão eram retirados das escolas. Eu mesmo senti, na minha gestão quando prefeito, este problema. A inspetora escolar veio muito alegre com um livro em alemão que tinha tirado de uma escola e não gostei! Eu nada tinha que ver, não estava no ensino, mas mandei devolver o livro para a escola! Foi um período em que muitos colonos sofreram com essa Nacionalização! O coronel Theodomiro também enfrentou este problema sério, mas era um homem muito arejado, muito inteligente, e protegeu muito os colonos; não deixava que os perseguissem, absolutamente! Nesta época, em São Leopoldo, teve um caso em um colégio, em frente à Praça. . . não me recordo bem. . . Num livro deve ter este episódio. . . no prefácio de um trabalho meu, menciono este problema. Refiro-me a Emílio Willems, este grande autor, as críticas que fez a Oliveira Viana e a Roquete Pinto. Depois, até estranhei o que escrevi, com tanto entusiasmo, mas eu era jovem. . . fiz uma recuperação sobre a colonização de São Leopoldo. Também escrevi sobre a comunidade evangélica do lugar. Destaca-se uma pessoa, o pastor Dohms; foi chefe da Igreja Evangélica de São Leopoldo. Foi um período muito difícil, o da Nacionalização; basta passar os olhos para instruções da época. Se lermos a legislação referente à Nacionalização sobretudo no âmbito religioso: [. . .] o chefe de polícia [. . .] tendo em vista orientar de maneira uniforme a ação das autoridades policiais [. . .] central de polícia no tocante à execução do decreto [. . .] relativo às prédicas de sermões religiosos, nos termos do artigo 16 da lei [. . .] resolve baixar para fiel cumprimento em todo o Estado as seguintes instruções: as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional. [. . .] Após realizada a prédica em vernáculo, é permitido ao sacerdote, ou ministro do culto, repetir a mesma

no idioma das pessoas estrangeiras presentes na cerimônia religiosa, se o número delas for bastante elevado e se o julgarem oportunos [. . .] A permissão concedida nos termos do inciso anterior somente prevalecerá para as sedes distritais (vilas e núcleos coloniais afastados, onde existam fiéis estrangeiros que ainda não saibam bem o português) [. . .] Todo o sacerdote ou ministro de culto religioso que, em suas prédicas ou sermões, cometer infração de qualquer lei, ou das presentes instruções, além de sujeito às sanções legais que no caso couberem, não poderá usar da faculdade ora concedida, devendo falar a seus fiéis, exclusiva e obrigatoriamente, na língua nacional. . . Conforme se observa, na cidade, núcleo urbano de São Leopoldo, era mais rígido, mas no interior havia até uma certa liberdade. Consegui este material todo, fazendo um resumo da situação real.

Fui secretário do coronel Theodomiro Porto da Fonseca e depois o substituí. Mesmo sendo uma autoridade instituída, nesta época era muito respeitado. Nunca houve reação nenhuma da comunidade de São Leopoldo. O colono aqui foi respeitador sempre, nunca criou problemas. Eles tinham dificuldade de se manifestar, manifestavam-se em alemão. Tinha essas cantorias em alemão e, naquela época, tudo isso era proibido, era mal visto. Então havia uma certa reação e os colonos sofriam muito com isso.

Avaliando, sem dúvida, eu tinha, na época, um sentimento de nacionalidade muito grande. Tive mesmo! É que vivi estes problemas, senti o problema da colonização, da ação deles num meio completamente diferente daquele que tiveram. Eu senti o problema da imigração japonesa. Tinha muitas leituras, gostava muito de Sociologia e de História; o que me caía nas mãos, lia. A minha vivência em Porto Alegre, no Núcleo Alberto Torres, aquela convivência com intelectuais, conferências, palestras na Biblioteca Pública, isso me despertou cada vez mais, me prendeu muito à cultura, o *modus vivendi* de outras populações, como a dos japoneses; sobre eles foi o primeiro livro que escrevi. Em São Leopoldo senti a vida do colono alemão e me empolguei mais. Sempre gostei de história e nunca deixei de ler. Tenho uma biblioteca mais ou menos boa, daí a razão porque não larguei mais o Instituto Histórico.

O outro livro que escrevi, *A Feitoria do Linho Cânhamo*, comecei a escrever em São Leopoldo, mas o primeiro foi *A ofensiva japonesa no Brasil*, em 1937.

De um tempo para cá, na minha vida, fiquei mais preso aos problemas dos imigrantes alemães. Vivi mais a situação deles, aí me despertou mais a curiosidade. Escrevendo no jornal local também foram me despertando questões. O contato na colônia, quando prefeito, visitando estas regiões todas, resolvendo problemas de estradas, tudo isto me influenciou. Andei até a cavalo pelo interior, vivi o drama da nossa colonização, e o senti pessoalmente. Fui até a Montenegro, fiz tudo, polígrafos, fotos. . . Daí a razão de escrever livros sobre a colonização alemã em São Leopoldo.

Acho que entrei no Instituto Histórico, mais tarde, e na Academia entrei mais cedo; devo ter entrado em 1937; e no Instituto Histórico deve ter sido em 1944, 1945, mais ou menos. Meu patrono na Academia Brasileira de Letras era Félix da Cunha. Ampliei um pouquinho o meu discurso de posse lá na Academia para deixar registrada sua passagem pelo Rio Grande do Sul, porque o Félix da Cunha é pouco conhecido no Estado. Mas Porto Alegre tem a Rua Félix da Cunha, tem também em Pelotas e em várias outras cidades. Em Julio de Castilhos tem um clube, até com sede própria, edifício bonito, com o nome Félix da Cunha.

Fui prefeito e depois deputado; fui suplente de deputado estadual. Mas sou muito empolgado é pela obra realizada pelo nosso colono, vindo de outras terras, se adaptando num meio completamente diferente; é muita coisa! E eles tiveram que reagir porque senão, não teriam se adaptado ao novo meio! Este é um problema muito

interessante: a adaptação. É possível imaginar tirar um núcleo de pessoas lá da Rússia e botar aqui dentro de São Leopoldo, numa vida completamente diferente?! Não seria fácil realmente! Eles sofreram, chegaram aí com suas angústias, com suas preocupações, a alimentação, o vestuário, o clima, tudo isso influenciou. É uma tese deliciosa para um historiador, para um sociólogo, aquele que estuda a adaptação do homem à terra e à cultura, a sua reação, as suas realizações; tudo isso empolga!

Achei muito importante a obra de colonização alemã no Rio Grande do Sul porque a colonização alemã é um fator de progresso para o país, foi um fator de progresso! O Rio Grande do Sul hoje é o que é, em grande parte, devido à cultura e à imigração alemã. Quantos núcleos foram fundados pelo interior com a mesma mentalidade de trabalho, de realização. O alemão tem esse sentido, esse propósito de realizar, de produzir, de despertar o nosso homem da terra. Nós devemos muito à colonização! O elemento alemão foi quem levou a inicial bandeira de trabalho até a Amazônia. Por todo Brasil afora tem núcleos de colonização de bandeirantes alemães, que foram para lá e todos progrediram. Em Santa Catarina, no Paraná, também se vê aqueles núcleos. Naturalmente ficaram no Rio Grande do Sul, porque o clima no nordeste não ia atrair o elemento alemão, acostumado com clima frio. Para eles era difícil, não iriam se adaptar bem. . . Como o nosso clima era mais ameno aqui no Sul, eles se adaptaram melhor, se desenvolveram melhor. . . asseguraram a sua vivência e o seu progresso também. É um povo muito interessante. A gente devia examinar melhor, com maior interesse, por isso acho que nós temos problemas com a assimilação e a aculturação; isto tem que ser estudado, analisado. Seria interessante um simpósio sobre estes temas em relação ao imigrante e à colonização de São Leopoldo; teria pessoas para participar e há muita gente capacitada para um simpósio de História deste tipo. Vejo no nosso Instituto Histórico de São Leopoldo o mundo de pessoas do interior que participa e que teria condições de escrever alguma coisa.

Pertenço a Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico de São Leopoldo, ao Centro Cultural de São Leopoldo e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – a quatro instituições.

No momento estou parado! Não sei o que vou escrever ainda. Como vou fazer 90 anos e agora sei que vou receber homenagens da comunidade de São Leopoldo, me sinto feliz por ter despertado esse interesse para a minha pobre pessoa, sinal de que consegui fazer alguma coisa nesta terra. Isso é um motivo que me engrandece muito, não que eu seja vaidoso, nunca fui, mas eles estão me fazendo esse merecimento ao presidente do Instituto. . . Pode ter surpresa e não ir ninguém lá. . . mas é a bondade deles. Afinal de contas, a gente fez as coisas sem preocupação de aparecer. Gosto de realizar alguma coisa, gosto de ler; quanto mais leio mais interesse tenho. Vou sempre para fora, para um veraneio, sempre armado de livros; nunca estou parado. A minha senhora é enxerida e andou me chamando a atenção, dizendo: larga um pouquinho isso. Quanto mais velho, se descobre novos meios que a gente pode assimilar, sentir aquele trabalho, aquela obra. . . Sou um homem empolgado por estas coisas! Não digo que não venha a escrever mais ainda, se Deus me der mais saúde. Vontade não me falta – de um momento para o outro pego a caneta e começo a escrever; felizmente tenho esta facilidade. Escrevo quase que semanalmente para um jornal de São Leopoldo. Então encontro um papel e começo a escrever sempre lembrando um fato ou outra coisa.

Sim, acho que vou continuar lendo e escrevendo. . .”

São Leopoldo, 2 de abril de 1998

Depoimento 2

“O meu contato com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja sede era no Rio de Janeiro, foi se fazendo aos poucos, através do secretário geral, não sei se Carlos de Paula ou Raul de Paula, um grande intelectual e discípulo de Alberto Torres. Ele era empolgado pela obra de Torres e minha aproximação com ele fez com que me detivesse com mais cuidado ao problema imigratório japonês que vinha acontecendo desde 1908, quando chegaram os primeiros japoneses no Brasil. As concessões que o governo vinha fazendo aos japoneses, referentes às terras na Amazônia e em outros Estados, eram muito grandes, pois, chegavam a um milhão de quilômetros quadrados.

O contato com o secretário me levou ao Rio de Janeiro umas duas vezes, onde participei de algumas reuniões da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que era dirigida na época por Rafael Xavier – um elemento muito trabalhador, ativo e também encantado pela obra de Alberto Torres. Integrado à Sociedade e também empolgado pela obra, tratei de fundar no Rio Grande do Sul, um núcleo dessa Sociedade. Sua sede era no Palácio do Comércio de Porto Alegre. . . no Clube do Comércio. Ali sediamos a nossa Sociedade e nos reunimos quase que semanalmente; nos integramos com gente muito capaz, engenheiros, principalmente agrônomos, mais ligados à terra, porque a obra de Alberto Torres daquela época destacava mais o problema agrário no Brasil; precisavam preparar o nosso povo para melhorar a nossa agricultura e também difundir-la ainda mais.

Consegui reunir colegas de outras profissões, como médicos e outros estudiosos, e realizar uma série de conferências sobre o problema agrário e sobre o problema do ensino agrícola no Brasil. Isso causou muita repercussão, tanto assim que, em vários municípios do Estado, criaram-se clubes agrícolas com o nome Alberto Torres e, parece que ainda existe um grupo escolar com o mesmo nome, na cidade de Lajeado.

Fiquei muito satisfeito, porque a repercussão foi muito preciosa e valiosa para o nosso propósito, que era difundir a obra de Alberto Torres, considerada uma das melhores obras escritas no Brasil, porque tratava dos problemas não só políticos, como também agrários. Alberto Torres foi uma mentalidade de muita expressão na cultura brasileira; ele chegou a ocupar o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal!

Não estou bem lembrado da alta função que ele ocupou na política; parece que foi governador do Estado do Rio de Janeiro e membro do Supremo Tribunal Federal do Brasil. . . Sei que a obra dele era muito procurada e muito estudada.

Me dediquei ao assunto com muito entusiasmo, chegando a visitar clubes agrícolas em São Paulo, onde estive por duas vezes, observando e me interessando pela obra, tanto assim que decidi, depois, escrever o livro *A ofensiva japonesa no Brasil*; um problema de grande significação. Se discutia muito na época e havia o receio de que isso pudesse constituir um perigo, mais tarde, para o país, já que o japonês é um povo de muitas qualidades e aguerrido. Felizmente, nossos receios não se concretizaram, mas as concessões de terras foram amplas, desmedidas, em favor da população japonesa, o que não ocorreu com outras etnias que havia no Brasil.

Depois, com a vida profissional intensa que eu tinha na capital do Estado, fui deixando aos poucos a Sociedade e os companheiros também foram se afastando.

Lembro, entre os participantes, de Dilermando Gaspar Ochôa, um grande entusiasta. Ele foi presidente da Escola de Agronomia em Porto Alegre, ou era professor. Tenho documentos e fotografias das reuniões no Clube do Comércio e das pessoas que me acompanharam.

Verifiquei que o meu tempo não foi perdido porque consegui empolgar um grande número de brasileiros. Estive até em Portugal. Organizamos mais de uma conferência relativa ao Programa Agrário do Brasil e publicamos no jornal. Naquela época havia mais receptividade na imprensa, hoje é difícil, é diferente, há dificuldade em noticiar no jornal. Naquela época, eles acolhiam; guardo entrevistas que concedia a respeito da fundação da Sociedade Alberto Torres.

A Sociedade, num curto tempo foi desaparecendo, foi havendo falta de gente, de diálogo. Mas lembro de termos realizado várias conferências, das quais participou até o Othelo Rosa, na época, Secretário da Educação, o qual realizou conferências também em Porto Alegre, na Biblioteca Pública do Estado. Não estou lembrado agora de outras particularidades porque não cheguei a percorrer o Estado para sentir o reflexo da nossa campanha em favor da fundação de clubes agrícolas; achávamos muito interessante reativar a obra de Alberto Torres. Não me recordo bem das datas, só revendo o meu arquivo; assim como tenho correspondência, também tenho algumas anotações. Foi mais ou menos nos anos 1930, por volta de 1934, 1935, 1936. Hoje, não existe mais nada da Associação Alberto Torres, a não ser a lembrança e o entusiasmo por termos participado da campanha. . .

Sim, lembro que ocorreram choques na área de colonização alemã, no decurso da Segunda Guerra Mundial, em razão do nazismo. Aqui no Estado, o nazismo começou a ser perseguido pelas autoridades. Tem até um livro do Coronel Aurélio da Silva Py, A Quinta Coluna no Brasil, sobre o assunto; ele é muito interessante! Essa campanha do nazismo foi muito grande; até houve intervenção na Escola Paroquial Evangélica de São Leopoldo, onde hoje está a Câmara Municipal, defronte à Praça Centenário. Tiveram que tirar o diretor da escola em razão da sua simpatia pelo nazismo. Ocupou a direção, no seu lugar, uma professora que era do Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo; no momento não me recordo do nome, mas deve ter lá na minha biografia. . . Descobri que nas escolas municipais também houve atritos, porque os pais participaram desse movimento e isto fez com que algumas escolas fossem fechadas. Eles colocavam placas lá no colégio. Os padres mandavam tirar ou os alunos tiravam; não sei se havia pastores ou padres também, mas eram religiosos. . . Quer dizer, defendiam as escolas porque estavam fiscalizando o uso da língua alemã. Era proibido o aluno falar em alemão. Mas como as crianças eram criadas em um meio só alemão, só falando alemão, como elas poderiam ser educadas, alfabetizadas sem o uso da língua alemã?! Houve certa arbitrariedade ou ingerência exagerada do governo nesse aspecto, nesse ponto. Eu mesmo acompanhei de perto isso, pois o inspetor escolar do ensino, no tempo em que eu era prefeito em São Leopoldo, recolhia livros de língua alemã nas escolas e eu mandava devolver. Entendia que não era possível porque, dentro da nossa colônia, não tinha elemento nacionalizante que. . . não havia um livro em português para que eles pudessem aprender a língua portuguesa. . . o pessoal todo falando alemão. . . foi difícil. . . No começo foi muito difícil. Então, o governo agiu com certa cautela. Algumas escolas chegaram a ser fechadas, e parece até que alguns professores foram perseguidos. . . Mas, com o tempo, isso foi se atenuando e o pessoal foi sentindo que não era possível, que pior era ficar sem escola na colônia e que essa rapaziada deveria ser alfabetizada e também, seria um prejuízo muito grande a não alfabetização da nossa massa escolar da colônia; sentiu-se muito isso.

Em um de meus livros, refiro-me a estes problemas. Até a comunidade evangélica tomou algumas medidas para poder fazer com que as escolas conseguissem desenvolver-se sem maiores atritos, pois as autoridades policiais eram muito ativas na época, fiscalizavam seriamente, inclusive levando o aluno preso. O nosso ex-prefeito de

São Leopoldo – um grande prefeito, um grande cidadão –, vivendo nesta cidade de colonização alemã, conhecendo a colônia como poucos, sentiu isso também como eu senti. Nós defendíamos as escolas paroquiais, dada a maneira como elas iam se desenvolvendo, o meio em que existiam; isso era considerado. Theodomiro Porto da Fonseca foi prefeito durante muitos anos, e tenho a impressão de que também foi deputado estadual. Era muito amigo do Getúlio, muito chegado, então conseguia, com muita facilidade, as coisas para a prefeitura.

O livro de Aurélio Porto é uma demonstração muito clara do regime que se estabeleceu na época. É verdade que houve muito abuso de parte de muitos elementos da colônia. Mas, do poder público, foram maiores ainda, foram exagerados, não precisavam fazer o que fizeram – prender o pessoal, levar para a casa de detenção –; não se deveria ter feito isso. Essa gente cresceu, desenvolveu-se dentro do espírito germânico, criaram-se falando alemão, as escolas paroquiais eram em alemão; não havia professores de língua portuguesa, nem eles entendiam, pois, em casa, só falavam em alemão. O que adiantava contratar um professor de português para aquelas escolas? Pior era deixar essa criançada analfabeta, isso seria um mal maior. Felizmente não ocorreu, se venceu toda essa luta, eles foram alfabetizados em alemão e, aos poucos, foi diminuindo toda a tensão; houve uma compreensão maior do problema.

A iniciativa do primeiro Simpósio sobre imigração alemã foi minha. Entrei em contato com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Eu me dava com Othelo Rosa, com o Eduardo Duarte, com o Aurélio Porto e com muitos outros historiadores e consegui o apoio deles. O Simpósio foi orientado e realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico, de Porto Alegre; eles deram toda cobertura. As teses que foram apresentadas, – quase todas por elementos do Instituto e de pessoas de fora, que colaboraram –, resultaram num livro. Pelo menos está no volume a realização desse acontecimento, porque, se não se publica, tudo desaparece; então, assim ficou alguma coisa desse Simpósio de História. Foi muito acolhido, tendo se realizado na Prefeitura de São Leopoldo.

Pelos Anais do Simpósio pode-se verificar aqueles que contribuíram; não lembro mais se fiz algum trabalho e nem se entidades de outros Estados colaboraram. . . Faz tanto tempo, foi em 1946; já passaram 50 anos. . .

Esse Simpósio é sobre o centenário da emancipação de São Leopoldo. Não houve outra razão para sua realização, nem o fim da Segunda Guerra Mundial ou o nazismo. Em 1946, ocorreu o centenário do vilamento de São Leopoldo – sua emancipação – foi em homenagem a isto. Teve grande importância para a imigração alemã. Foi uma homenagem ao colono alemão, o reconhecimento do trabalho constante que realizou e o que produziu. Os alemães fizeram nascer São Leopoldo e, se não fosse o trabalho deles, não teríamos a cidade como temos hoje; devemos muito a eles.

Desde cedo mantive contato com historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Estudava na capital e aí morei por dois anos e nunca deixei de frequentar o Instituto. Já tinha certa predileção pela História e ali fiz o meu relacionamento com Othelo Rosa e Eduardo Duarte, que morava em Esteio com a família e eu ia lá na sua residência. O Othelo Rosa é meu conterrâneo de Montenegro; tinha certa aproximação dele. De Jean Roche, só conheço o livro, não o conheci pessoalmente. O Telmo Müller estaria em condições de dizer alguma coisa sobre imigração alemã e outros historiadores do Instituto Histórico de São Leopoldo. Eu mantinha contato com eles, assistia às reuniões, frequentava às sessões. Havia muitos escritores – todos de origem alemã –, muitos eram padres que pertenciam à Faculdade

da Unisinos; se bem que, naquela época, ainda não havia Faculdade. Mas havia um bom grupo de jesuítas e jesuíta era um nome respeitado pela cultura, por serem estudiosos. Tinha um Seminário e ele era uma fonte de estudos de historiadores, como o padre Jaeger que conheci pessoalmente e até me corripi com ele. Parece que é de São Leopoldo. Mantive contato com muitos membros do Instituto Histórico de São Leopoldo e acabei participando dele mais tarde.

Quero frisar que os jesuítas deram colaborações em toda a cultura do Rio Grande. Os grandes historiadores que nasceram aqui foram jesuítas, vieram daqui do município; São Leopoldo era o centro cultural dos jesuítas. Pelos nomes dos historiadores, nota-se que quase todos são de origem alemã e eram membros aqui do Seminário Jesuíta. As grandes obras de História eram quase todas deles e com grande fundamentação. Eles colaboraram na cultura do Rio Grande do Sul e quase todos participavam do Instituto Histórico de São Leopoldo.

Não cheguei a presenciar desavenças entre os historiadores que defendem que a história das Missões Jesuíticas não faz parte da história do Rio Grande do Sul, divergindo dos jesuítas, mas sei que havia pontos de vista diferentes. Não resta dúvida sobre a colaboração do jesuíta na formação da cultura do Rio Grande do Sul.

Os livros de Moysés Vellinho são magníficos, os do Othelo também. Mas nunca esqueço e não poderia esquecer a contribuição da ordem jesuíta. Eles abriram o caminho, as grandes pesquisas estão com eles, as obras que estão aqui, são pesquisas deles; nós começamos a matéria, eles a aprofundaram.

Reafirmo, Eduardo Duarte, Moysés Vellinho, Othelo Rosa e o padre Jaeger foram muito importantes assim como Jean Roche, cuja obra é admirável, a mais completa sobre a imigração alemã, só faltando o exame das questões da aculturação e da assimilação, que deveria ter desenvolvido mais, mas nem chegou a aprofundar a matéria porque não viveu esse momento; veio da França e não podia ter ideia de como ocorreu esse processo. Todos os que citei deixaram excelentes trabalhos. Ainda hoje destaco Jean Roche, pois tenho duas grandes preocupações: a assimilação e a aculturação do imigrante alemão.

Se o governo tivesse se preocupado em aproximar o nosso elemento germânico da sociedade em geral, teria havido mais facilidade na assimilação e na aculturação; houve muita reação, no início, por parte dos alemães. Uma moça nunca ia casar com um português, ela casaria com um alemão. Havia um distanciamento entre as etnias que só melhorou com o passar do tempo.

Felizmente, através dos anos, conseguiu-se inverter tudo isso e o ambiente tornou-se mais cordial, mais acessível, aproximando os grupos, participando, digamos assim, do desenvolvimento do país. Os descendentes de alemães também queriam, aos poucos, se integrar na política nacional. O fulano, com o tempo, começou a participar da política. Colonos foram políticos, prefeitos, deputados estaduais, participaram da vida política do Estado. Aí já se nota uma assimilação e um aculturamento da massa étnica alemã no Rio Grande do Sul; uma aproximação política, que aconteceu naturalmente, com o desenvolvimento da cultura nacional.

Em síntese, a aproximação dos prefeitos, do governo do Estado, precisando da coligação eleitoral deles, facilitou e isto ajudou na aculturação do elemento germânico e na assimilação também. Tornaram-se mais rapidamente brasileiros do que germânicos, porque até então viviam isolados, enquistados; só falavam alemão porque não sabiam outro meio de falar. Tinham dificuldades com a língua portuguesa; não era fácil para eles, uma língua estranha. Só com os anos ocorreu a aproximação do

elemento germânico da política e isto colaborou muito na assimilação e no aculturamento do imigrante alemão.

Acho que a etnia alemã identificou-se tanto com o jeito brasileiro que hoje não há mais preocupação nenhuma; cada vez mais se aproximam da nossa cultura. Basta ver a literatura que temos aí da História para demonstrar como eles estão empenhados em se sentir brasileiros.

Um exemplo pode ser dado com a Revista Boletim do Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul, sob o título Origens. Observando os colaboradores, eles são descendentes de origem alemã e se vê, pelos temas que desenvolvem, que a preocupação deles é a de colaborar com a nossa história. Um dos autores é um gaúcho nascido em Taquara, mas os ancestrais vieram da Alemanha, viveram aqui, passaram trabalho e muitos morreram. No início tiveram uma vida de lutas, mas estão colaborando com a nossa cultura. Quer dizer, está havendo assimilação e ela está mais rápida do que se imaginava e a aculturação vem aí também.

Pesquisei muito no Arquivo Histórico de Porto Alegre, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no da Torre do Tombo, em Lisboa. Ali fiz uma verificação do que podia encontrar, mas a maior parte do material que consegui foi no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro; lá tem um material precioso, porém, há muita coisa atirada ainda. Também obtive documentos no Arquivo Nacional. Ele é muito rico também em material sobre a colonização alemã; vale a pena pesquisar lá. O meu livro A Feitoria do Linho Cânhamo é baseado em pesquisas que fiz lá. Mas as ilustrações obtive aqui no Arquivo Histórico de Porto Alegre e em livros dos quais tirei fotocópias.

Trabalho sempre só; nunca pedi a colaboração de outros. Eu mesmo fazia a pesquisa, escrevia e pedia para os outros passar na máquina; dava o material para datilografarem. A pesquisa foi sempre minha.

Acho, pelo menos, que no livro O colono alemão, apresento muita coisa interessante: a paisagem, as casas de moradia, o estilo arquitetônico do colono, o enxaimel, que é muito comum no início; tudo isto destaco. Tirei fotografias de portas e de frontispícios de casas para ajudar no exame da arquitetura da colonização alemã.

O Günter Waimer se baseou no meu livro. Tem um trabalho muito bom; pelo menos disse que se baseou no meu livro. Destacar a paisagem habitacional do colono despertou o interesse para um trabalho muito bom do Waimer. Ele discorda um pouco de mim; é natural. A cultura se faz assim, discordando. Muitas vezes sou meio ciumento, sou. . . mas ter outra ideia, ou melhor, desenvolver a sua, como entendeu, como compreendeu, como trabalha, tem valor; cada um tem uma maneira de expor. . .

Tinha um bom relacionamento com todo o pessoal da colônia. Eles eram chefes políticos no interior, políticos muito bons, subprefeitos, delegados. . . Mantive um ótimo relacionamento e apreciava a obra de todos eles. Há muitos anos eu não estava ajudando na sua atividade de trabalho, mas os visitava. Acompanhei a luta do poder público contra o governo, contra os nazistas; aqueles que queriam participar e influenciar mais o nosso colono. Sempre participei. . . mas não houve lutas, atritos violentos, não, isso não! Todos tiveram uma atitude cordial. O colono sempre foi muito respeitador; é um propósito que tem em si. Raramente agredia, procurava sempre manter o seu ponto de vista, fazer o que entendia que era certo, de maneira que não houvesse atritos violentos. Houve até cordialidade, digamos assim. . . Naquele período, um ou outro se desgarrou, mas aí saiu, foi embora daqui. Enfim, respeitavam muito a autoridade constituída.

Havia elementos que aderiram ao nazismo, mas não constituíram grupos, não chegaram a desempenhar a missão de manter o nazismo, isso não. Quer dizer, ficavam

como elementos dentro do seu próprio clã. Tinham os seus pontos de vista, eram simpáticos ao nazismo e, por certo, tentaram fazer a propaganda no Brasil. . . Mas, como eles não podiam fazer frente à autoridade constituída, terminaram não parecendo muito respeitáveis. Na escola, tinham algumas atitudes mais fortes, mas não a ponto de prejudicar o desenvolvimento do ensino em alemão. Alguns professores eram simpáticos ao nazismo; até escrevi uma carta sobre este assunto.

O Coelho de Souza representou bem o governo nessa época. . . Nessa fase agiu com muito equilíbrio, mesmo quando da substituição do professor do grupo escolar da Escola Evangélica. A solução do problema foi obra do Coelho de Souza: sem atritos, sem violência nenhuma. Calmamente substituiu o professor e ficou por isso mesmo. Acho que ele agiu com muito equilíbrio. Só lamento que não pudesse ter dado mais informações, mais seguras, mais vivas, mais interessantes sobre o momento.

Sempre fui uma pessoa muito cordata, usava sempre a razão, nunca fui cidadão apaixonado porque, para a cultura, para poder apreciar bem os problemas de ordem cultural, tem que deixar de lado a vaidade, a violência e também certas ligações de ordem filosófica; deve-se procurar examinar o assunto friamente, foi isso que fiz na minha vida política. Fui prefeito alguns anos, nunca persegui ninguém, procurei estimular a instrução pública, e fiz com que as professoras, todas elas, para exercer o cargo, fossem submetidas a concurso. Abri concurso, mais de um; todos os professores que estiveram aí fizeram carreira através do concurso. Mostrei que tinham capacidade, que estavam em condição de exercer o magistério. Nesse ponto, estou tranquilo, não mudando minha vida de funcionário, de prefeito, de ter exercido com todo o cuidado as minhas atividades. Nunca persegui ninguém. Me interessei muito pelo nosso colono, abandonado muitas vezes pelo poder público, lutando sozinho, sem estímulo nenhum. Nós precisávamos dar cobertura à vida dele, servir a ele o mais possível. Percorri, seguidamente, as colônias, visitando os colonos, o chefe do clã, o dirigente que todo mundo obedece ou pelo menos ouve. Essa gente eu cuidava, era próxima a mim, os reunia e conversava, fazia reuniões, participava das festas de igreja e o colono, que tinha tempo, também participava. Era convidado, ia lá e comungava com eles das mesmas ideias, os mesmos propósitos, que eram os melhores para a vida pública. Tinha uma tranquilidade muito grande, e procurei servir ao meu Estado e ao meu país através da cultura. Fundei aqui o Grêmio Leopoldense de Letras para despertar o interesse pela cultura em São Leopoldo. No Grêmio, fazíamos reuniões muito boas com elementos que gostavam de cultura; deixamos alguns aqui, e organizávamos seguidamente sessões. Foi uma época que gostei muito, fazendo muitos amigos. Depois, ajudei também a criar o Instituto Histórico de São Leopoldo. Tudo que foi possível fazer em favor da cultura, fiz. Cheguei a criar um Boletim Municipal, que todo mundo conhece. . . Tenho ainda um exemplar. Reuni um volume em favor da cultura do município. Aliás, lembrei de um trabalho muito bom, o do Abeillard Barreto. Ele tem um trabalho muito interessante de um argentino que publiquei. . . saíram muitos trabalhos aí. Mas, primeiro saiu no Boletim Municipal a imagem da primeira igreja católica em São Leopoldo, a primeira capela de São Leopoldo. Publiquei muitos trabalhos no Boletim; ele foi uma fonte. Procurei agilizar um pouco, e despertar maior interesse pela cultura. Visava publicar lá os atos oficiais do governo municipal, material histórico açoriano e africano, mas saiu só um volume; depois deixei a prefeitura e não teve continuidade.

Voltando à homenagem que vou receber, é uma grande honra. Nunca vou esquecer, não queria que isso acontecesse para não me emocionar mais, mas, felizmente, vai acontecer. Todos esses anos que tenho vivido em São Leopoldo foram

para melhorar minha cidade.

Durante cinco anos teve o jornal Correio de São Leopoldo. Depois ele desapareceu e não tive tempo de fazer um levantamento dos trabalhos que realizei.

Já publiquei alguma coisa; nomear cansaria o leitor. O que eu consegui publicar fica para quem quiser tomar conhecimento do que disse; está à disposição do público. Quer dizer, não passei em brancas nuvens, consegui colaborar, deixando alguma coisa para o nosso município, que quero muito bem. Não sou filho daqui, mas o tenho como minha terra natal. Aqui tive os melhores dias da minha vida. Casei muito bem, tive os meus filhos aqui, criei, eduquei, de maneira que tudo que eu tenho está aqui, em São Leopoldo.

Sempre, na vida, há vontade de viver e há alegria de viver; procurar isso já torna a pessoa feliz.

Peço desculpa, à ilustrada entrevistadora, pela pobreza da minha ilustração, mas estou certo de que alguma coisa servirá para a história de São Leopoldo, a vida do nosso colono que trabalhou tanto para o nosso progresso, para a nossa riqueza. Jamais poderemos esquecer que o Rio Grande e o Brasil devem muito à etnia alemã”.

São Leopoldo, 6 de abril de 1998.